



MANUARIÁWA

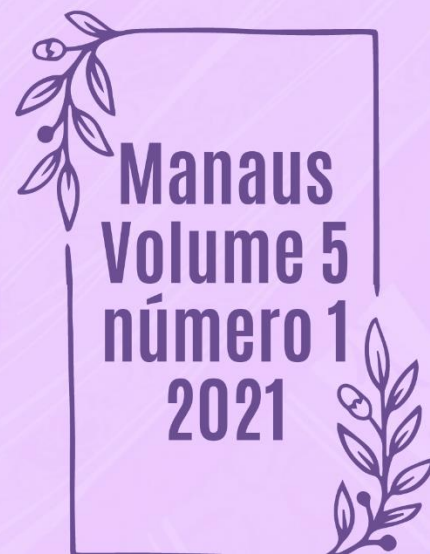


REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM



♀ **Dossiê:**

Histórias das violências de gênero contra as Mulheres



**Manaus
Volume 5
número 1
2021**



MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM



Dossiê: **Histórias das violências de gênero contra as Mulheres**

Organizadores:

Profa. DRA. Angelita Pereira De Lima,
MSC. Ana Paula De Castro Neves,
MSC. Luciano Rodrigues Castro.

Capa:

Andrew Matheus Medeiros da Conceição



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....6

DOSSIÊ TEMÁTICO

HISTÓRIAS SOBRE AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA MULHERES: SUGESTÕES PARA PENSAR UM CAMPO DE ESTUDOS-*Luciano Rodrigues Castro e Ana Paula De Castro Neves*.....9

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO LAR E OS PAPEIS NORMATIZADOS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS IMPRESSOS “O POPULAR” E “O DIÁRIO DA MANHÃ”-*Angelita Pereira de Lima e Ana Paula de Castro Neves*22

A HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: A TRAJETÓRIA DE NÍSIA FLORESTA-*Luciano Francisco de Oliveira Novais e Rosely Maria dos Santos*35

“TECELÃS DE MEMÓRIA”: AS MULHERES INDÍGENAS DO ACRE ROMPENDO AS REPRESENTAÇÕES-*Karolaine da Silva Oliveira*.....50

CACHIMBEIRAS DO PIAUÍ: MEMÓRIA DE PARTURIENTES NO SÉCULO XX -*Maria Arthuane da Costa Oliveira*68

MOVIMENTOS DE MULHERES E A LUTA POR DIREITOS (MANAUS, 1985-1989) -*Paola da Cruz Rodrigues*84

GÊNERO COMO UM CONCEITO POLÍTICO: UMA BREVE REFLEXÃO, PROBLEMÁTICAS, USOS E POSSIBILIDADES-*Sabrina Natali Silva Bentes*.....102

O CÓDIGO DO MACHO: A ESTRUTURA HISTÓRICA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E O CRIME DE ESTUPRO-*Rakell Dhamarys Moreira* 118

DA TEORIA À LEI: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA SOBRE AS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL – <i>Karolayne Gonsalves e Ammanda Braga Guimarães</i>	133
“GRITARAM-ME NEGRA, NEGRA!” “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: MULHERES NEGRAS NA LUTA POR DIREITOS FRENTE A DOMINAÇÃO PATRIARCAL – <i>Ádria Borges Figueira Cerqueira e Elizete Alvarenga Pereira</i>	148
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES: UM DIÁLOGO ENTRE SABERES HISTÓRICOS E PSICANALÍTICOS – <i>Emilly Christina Damasceno de Almeida e Hevellyn Ciely da Silva Corrêa</i>	162
COLONIALISMO, COLONIALIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM OLHAR PARA AS REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NA LITERATURABRASILEIRA – <i>Stephanie Miranda dos Santos e Gustavo dos Santos Souza</i>	178
SOCIEDADE, PODER E FEMINISMO: REPRESENTAÇÕES PATRIARCAIS E IGUALDADE DE GÊNERO NA LITERATURA UTÓPICA REPRESENTADAS NA OBRA FICCIONAL “TERRA DAS MULHERES”, DE CHARLOTTE PERKINS GILMAN – <i>Francisca Cibele Da Silva Gomes</i>	194
O PESSOAL É POLÍTICO: PROJETOS DE LEI DAS VEREADORAS DE BELÉM EM 2021 – <i>Juliana Silva Couto</i>	223
MÍDIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO FEMININO PARA MITIGAR A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER – <i>Carla Braga Diogo</i>	246

ARTIGOS LIVRES

“O BRASIL TÁ LASCADO!”: REPRESENTAÇÕES NEGRAS NO BIG BROTHER BRASIL 21 – <i>Dimitri José da Costa Maciel</i>	260
“FORÇA É MUDARES DE VIDA”: UM GIRO ÉTICO-POLÍTICO E HERMENÊUTICO PARA HISTORIOGRAFIA– <i>Henrique Melati Pacheco</i>	276

UM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA AMAZONENSE: A TRAJETÓRIA DE BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1841-1919) – <i>Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa</i>	295
O ESTADO NOVO NO AMAZONAS: A ESTRATÉGIA POLÍTICO-ECONÔMICA DE ÁLVARO MAIA ATRAVÉS DO JORNAL DO COMMERCIO (1937-1942)-<i>Roberta Nogueira Serrão</i>	317
PELAS NOTAS, ANÚNCIOS E EDITORIAIS: O APARECIMENTO DOS TRABALHADORES NA IMPRENSA DE MANAUS NA <i>BELLE ÉPOQUE</i> -<i>Gabriel Cruz Carneiro</i>	333
OS PARINTINTIN NA IMPRENSA AMAZONENSE: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA-<i>Ana Rivick Lira Bernardo</i>	356
A LEPROSA NOS PERIÓDICOS AMAZONENSES (1927-1930): UM QUADRO DO INFERNO DE DANTE–<i>Janielly Cordeiro de Castro</i>	378
REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE, CONSCIÊNCIA E NARRATIVA HISTÓRICA-<i>Wenderson Macedo de Lima</i>	393
AMAZÔNIA COLONIAL EM CARTAS: RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA- <i>Sarah dos Santos Araujo</i>	415

RESENHA

NOVOS CONTORNOS DO FEMINISMO A PARTIR DO SUL: GREVE GERAL E POTÊNCIA-<i>Eduarda Maria Murad e Lorena de Oliveira</i>	430
O COLONIALISMO ONTEM E HOJE -<i>Anny Letícia Duarte de Souza, Antônio Carlos Lobato Neves, Maria de Nazaré Cortinelli, William Lima Duarte Oliveira</i>	437
O FENÔMENO DA REVOLTA DA VACINA NA VISÃO DE NICOLAU SEVCENKO-<i>Danilo Mendonça</i>	445



APRESENTAÇÃO

Angelita Pereira Lima¹
Ana Paula de Castro Neves²
Luciano Rodrigues Castro³

Parece estranho que, em pleno ano de 2022, o tema das violências de gênero contra mulheres e meninas esteja apenas começando a ganhar um apelo geral entre a sociedade brasileira. Historicamente, a sociedade brasileira legitimou, por meio das instituições públicas, a desigualdade de gênero que, por sua vez, é fruto de heranças histórico-jurídicas que remontam ao período colonial. Exemplo disto é a utilização do termo *mulher honesta* no Código Penal de 1940, a fim de se fixar parâmetros para auferir um juízo de valor em casos de crimes sexuais cometidos contra mulheres (só foi retirado do ordenamento brasileiro nos anos 2000, por ser considerado um parâmetro comportamental estereotipado). Também o Código Civil brasileiro de 1916 – que trazia pesada carga semântica no tratamento direcionado às relações entre homens e mulheres – só foi alterado nos anos 2000, quando homens e mulheres passaram a receber tratamento normativo equiparado.

Reforçamos, portanto, que ainda que as mulheres tenham obtido grandes conquistas em âmbito internacional e nacional, a violência de gênero contra mulheres ainda é recorrente em nosso país e no restante do mundo. Só no Brasil, no primeiro semestre de 2020, ao menos 648 mulheres foram assassinadas por motivação relacionada ao gênero. O índice representa aumento de 1,9% em relação ao mesmo período, de janeiro a junho, no ano anterior, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP e integram o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar desta pesada herança histórica, as mulheres brasileiras – em sua diversidade de origens e contextos sociais – resistem. A luta por garantias e direitos das e para as mulheres é antiga, no Brasil e no mundo. Se pensamos nos exemplos mais

¹ Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos. Diretora da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

² Doutoranda em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. apcastro_1@hotmail.com

³ Doutorando em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. ro.luciano88@gmail.com



proeminentes, são muitos os nomes que veem à lembrança: Nísia Floresta, Josefina de Azevedo, Bertha Lutz, Antonieta de Barros, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro...

O tema específico das violências contra as mulheres, fruto de uma mudança de sensibilidade em relação aos corpos femininos que vem ecoando publicamente ao longo de pelo menos seis décadas, no Brasil, tem relevância especial entre as vitórias a serem celebradas. Numa sociedade proeminentemente patriarcal, fabricar leis e instituições destinadas a promover conscientização e proteção (ainda que imperfeita) contra violências de gênero não é pouca coisa.

Desde a popularização do lema *Quem ama não mata*, a incorporação de demandas não seguiu um caminho linear. Entre avanços e recuos, ainda há muito a ser conquistado (e mesmo consolidado, vale lembrar). Mulheres pertencentes a grupos subalternizados, como indígenas e negras, têm enfrentado dificuldades maiores no acesso aos benefícios trazidos pelas conquistas institucionais.

As vitórias não são constatáveis apenas no campo da oficialidade do estado: movimentos sociais passam, cada vez mais, a sensibilizar-se às necessidades de representatividade e respeito, procurando evitar as dinâmicas de violência simbólica e apagamento que foram sempre tão corriqueiras; nos espaços universitários, os debates e pesquisas sobre o tema ganharam, ao longo das últimas décadas, grande projeção; nas ciências sociais brasileiras, particularmente, o tema foi e tem sido amplamente teorizado e pesquisado.

A historiografia ocidental tem, frequentemente, se dedicado ao estudo das histórias das mulheres na sociedade, sendo crescentes os debates intelectuais em torno de gênero e sexualidade desde o século XX. As renovações historiográficas trazidas pela Escola dos Annales, pela Nova História ou pelas interpretações frequentemente colocadas sob o termo generalista “Pós-Modernismo” permitiram a emergência do tema como uma verdadeira subdisciplina. No Brasil, os estudos históricos sobre o tema consagraram nomes como Margareth Rago, Raquel Soihet, Marta Rovai, Giovana Xavier ou Mary Del Priore.

No caso brasileiro, é importante destacar que leituras específicas sobre as histórias *das violências de gênero contra mulheres* ainda estão longe de dimensionar a forte presença histórica do fenômeno em nosso cotidiano. Isto porque, embora tenha ganhado proeminência nas ciências sociais brasileiras, consagrando nomes como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Marilena Chauí e Lourdes Bandeira, o tema ainda tem pouca reverberação na área da história.



Neste sentido, o intuito deste dossiê foi somar-se aos estudos, pesquisas e questionamentos existentes na área de história que, de alguma maneira, procurem encarar os fenômenos de violência de gênero contra mulheres por uma perspectiva diacrônica. Nosso intuito foi reunir trabalhos capazes de abordar a temática, tendo particular interesse - embora não exaustivo - nos seguintes temas: a constituição histórica do conceito de violência de gênero; a cultura patriarcal como cultura histórica; a história da historiografia sobre violências de gênero; relações históricas entre mídia e violências de gênero; os crimes de "defesa da honra" em perspectiva histórica.

Para nossa satisfação, como poderá constatar o leitor interessado, a interdisciplinaridade e pluralidade metodológica marcaram as discussões aqui reunidas. As contribuições colocam em diálogo os estudos históricos com temas tão diversos como democracia, movimentos sociais, justiça, legislação, comunicação. Convidamos os interessados às leituras e desejamos uma excelente leitura!

HISTÓRIAS SOBRE AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA MULHERES: SUGESTÕES PARA PENSAR UM CAMPO DE ESTUDOS

STORIES ABOUT GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN: SUGGESTIONS FOR THINKING A FIELD OF STUDY



LUCIANO RODRIGUES CASTRO⁴

ANA PAULA DE CASTRO NEVES⁵

Resumo

Este ensaio procura apresentar reflexões sobre algumas possibilidades para a escrita da história para a temática das violências de gênero contra mulheres. Embasado em projetos epistêmicos pós-modernos e decoloniais, afirma a primazia do observador e da interpretação e procura dimensionar a escrita da história a partir do narrador e de sua relação com conceitos e fontes. Procuramos, ao longo do texto, explorar a origem, as potencialidades e as limitações dos conceitos de “gênero” e “violência de gênero contra mulheres” de forma a apontar as possibilidades que se abrem e fecham aos historiadores que procuram explorar este campo.

Palavras-chave: Escrita da História; violências de gênero; epistemologia da História.

Abstract

This essay seeks to present reflections on some possibilities for the writing of history for the theme of gender violence against women. Based on postmodern and decolonial epistemic projects, it affirms the primacy of the observer and interpretation and seeks to dimension the writing of history from the point of view of the narrator and his relationship with concepts and sources. We seek, throughout the text, to explore the origin, potential and limitations of the concepts of “gender” and “gender violence against women” in order to point out the possibilities that open and close to historians who seek to explore this field.

Keywords: History Writing; gender violence; epistemology of History.

Introdução

⁴ Doutorando e Mestre em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos – (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Comunicação Social (Bacharelado em Jornalismo) pela Universidade de Goiás.

⁵ Doutoranda e Mestre em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos de – (PPGIHD) da Universidade Federal de Goiás.



A historiografia ocidental tem, frequentemente, se dedicado ao estudo das histórias das mulheres na sociedade, sendo crescentes os debates intelectuais em torno de gênero e sexualidade desde o século XX. Neste sentido, cita-se a importante obra de Simone de Beauvoir intitulada “O Segundo Sexo”, que, ainda em 1949, abriu novas perspectivas para a compreensão das relações de gênero, passando pela “História da Sexualidade”, de Michel Foucault e “Problemas de Gênero”, de Judith Butler.

Assim como em outras áreas do conhecimento, nota-se que estudos envolvendo gênero não demoraram a provocar reverberações no campo da história, sendo que as renovações historiográficas trazidas pela Escola dos Annales, pela Nova História ou pelas interpretações frequentemente colocadas sob o termo generalista “Pós-Modernismo”⁶ permitiram a emergência do tema como uma verdadeira subdisciplina. Obras de historiadoras como Michelle Perrot, Joan Scott e Arlette Fargé se tornaram leituras básicas sobre o tema. No Brasil, os estudos históricos sobre o campo também emergiram, consagrando nomes como Margareth Rago, Raquel Soihet, Marta Rovai ou Mary Del Priore.

As leituras historiográficas, certamente, partem de uma interlocução com os questionamentos teóricos que emergiram ao longo do último século, mas também com os contextos históricos em que brotaram (outro bom exemplo é o “Calibã e a Bruxa”, de Silvia Federici). No caso brasileiro, é importante destacar que os estudos sobre história das mulheres ou história e gênero se tornam cada vez mais proeminentes, mas leituras específicas sobre as histórias das violências de gênero contra mulheres ainda são parcas. Isto porque, embora tenha ganhado proeminência nas ciências sociais brasileiras, consagrando nomes como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Marilena Chauí e Lourdes Bandeira, o tema ainda tem pouca reverberação na área da história.

Em diálogo com essa literatura – contribuições como as de Joan Scott, Bonnie Smith, Rachel Soihet, dentre outras – buscamos, neste ensaio, demarcar sugestões de caráter epistemológico e metodológico para a escrita de histórias sobre violências de gênero. Neste intuito, começamos por reflexões sobre os conceitos de gênero e violência de gênero (por acreditar que não se faz história sem aportes conceituais ou teoria sem história). Em seguida, procuramos demarcar a especificidade da observação histórica para

⁶ Para os propósitos deste trabalho, operacionalizamos o termo “pós-modernidade” a partir da definição oferecida por Jean-François Lyotard (1998), para quem a pós-modernidade é condição intelectual e social marcada pela superação de metanarrativas. Utilizamos o termo como uma espécie de guarda-chuva capaz de abranger diferentes vertentes intelectuais colocadas sob seu alcance.



o tema das violências de gênero contra mulheres e, ao fim, procedemos à reflexão metodológica.

Todo o ensaio toma como eixo estruturante uma percepção pós-moderna da história, para a qual, via de regra, importa primordialmente refletir sobre o observador e sua escrita, deslocando-o da confortável posição epistêmica a partir da qual se afirmava, em leituras mais clássicas, como objetivo, universal e transparente. Nesta mesma toada, convocamos reflexões dos feminismos decoloniais – especialmente a partir das contribuições de Maria Lugones e Jota Moçamba – para dimensionar estes deslocamentos a partir de realidades pós-coloniais.

Sobre os conceitos de Gênero e Violência

Onde começa e onde termina o gênero? A pergunta (quando é feita) tem levantado respostas divergentes. Gostaríamos, para os propósitos deste artigo, não de buscar respostas para a questão, mas de tatear a utilidade de um posicionamento para a escrita das histórias sobre violências de gênero contra mulheres.

O trabalho em torno de conceitos importa por razões centrais. Concordamos com Reihardt Koselleck, quando afirma que:

There is no history without societal formations and the concepts by which they define and seek to meet their challenges, whether reflexively or self reflexively; without them, it is impossible to experience and to interpret history, to represent or to recount it. In this sense, society and language belong to the metahistorical premises without which *Geschichte* and *Historie* are unthinkable. Social-historical and conceptual-historical theories, questions, and methods thus refer to all possible areas within the discipline of history (KOSELLECK, 2002, p.23).

O conceito de gênero tem sido afirmado como uma necessidade central para a escrita da história, nas últimas décadas. Enunciado a partir dos anos 1970 como ferramenta teórica a partir da qual fosse possível deslocar a compreensão sobre experiências femininas das compreensões naturalistas e deterministas então vigentes, o termo “gênero” expressa, em última análise, a compreensão de que entre “homens” e “mulheres” não há interações determinadas por imperativos naturais incontornáveis, mas antes uma classificação e divisão ancorada sobre símbolos e normas que expressam uma relação social com permanente potencial de resignificação.

Uma das melhores conceituações do termo veio, precisamente, de uma historiadora: Joan Scott. Ao procurar demarcar a necessidade de um maior esforço teórico por parte de historiadores – ainda hoje prontos a se definirem mais por sua imensidão de fontes do que por suas habilidades teóricas -, propôs a validade e necessidade do gênero como categoria para análise histórica. Segundo ela:



O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 2019, p. 67).

Como a autora bem enfatiza, as classificações de gênero têm relevância central na fabricação de relações de poder. Desta forma, eles seriam, precisamente, uma maneira por meio da qual ele seria exercido, e a compreensão das formulações simbólicas por meio das quais ele se estrutura e reestrutura, varia ou se repete, ao longo do tempo, é central para a compreensão histórica.

Outra autora de matriz foucaultiana que trabalhou com o conceito de gênero foi Teresa de Lauretis. Intelectual de origem italiana, a pensadora legou contribuições centrais para pensar a violência de gênero como processo representativo.

The very notion of a 'rhetoric of violence', from which this volume departs, presupposes that some order of language, some kind of discursive representation is at work not only in the concept 'violence' but in the social practices of violence as well. (...). From the Foucauldian notion of a rhetoric of violence, an order of language which speaks violence — names certain behaviors and events as violent, but not others, and constructs objects and subjects of violence, and hence violence as a social fact — it is easy to slide into the reverse notion of a language which, itself, produces violence. But if violence is in language, before if not regardless of its concrete occurrences in the world, then there is also a violence of rhetoric, or what Derrida has called 'the violence of the letter' (1976a: 101-140). I will contend that both views of the relation between rhetoric and violence contain and indeed depend on the same representation of sexual difference (...); and further, that the representation of violence is inseparable from the notion of gender, (...). I contend, in short, that violence is en-gendered in representation (LAURETIS, 1997, p.12).

Para a autora, tanto o gênero como a definição de violências de gênero são processos representativos. Estas representações, contudo, ao mesmo tempo em que instauram certas visibilidades, inviabilizam a devida consideração de outras práticas de violação como violência.

Esta formulação teórica nos ajuda, neste sentido, a pensar não apenas como a fabricação do conceito de gênero possui limitações, mas também como ela sempre imporá limitações (e será limitada, em processo reverso) à própria concepção de violência de gênero.

Aqui, é importante retomar uma das perguntas que abriram esta seção: quais os limites do conceito de gênero? Estes têm sido apontados longamente (embora, em muitos casos, não com o objetivo de refutá-lo). As autoras dos feminismos negros, por exemplo, têm apontado as limitações de certos feminismos tradicionais, marcadamente



hegemonizado pelas formulações de mulheres brancas e de classes médias. Bell Hooks, por exemplo, afirma eloquentemente que:

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero. Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada (HOOKS, 2019, p.207).

O questionamento às limitações do conceito foi enunciado com ainda mais clareza por Maria Lugones, a partir de sua perspectiva decolonial.

Durante o desenvolvimento dos feminismos do século XX, não se fizeram explícitas as conexões entre o gênero, a classe e a heterossexualidade como racializados. (...) Também é parte desta história o fato de que só mulheres burguesas brancas são contadas como mulheres no Ocidente. As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (LUGONES, 2020, pp. 73-74).

Pensando gênero como uma chave classificatória da qual apenas alguns corpos podem participar, Lugones inscreve o conceito na estruturação geopolítica global e nas circulações de saberes que ele conclama.

Junto a estas autoras – citadas apenas a título exemplificativo -, Judith Butler talvez tenha sido a autora que mais contundentemente apresentou uma crítica a noções estáveis de gênero. A partir da noção de inteligibilidade/ininteligibilidade de gênero, procurou pensar suas subversões.

Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. (...) Sua persistência e proliferação, entretanto, oferece críticas oportunistas para evidenciar limites e objetivos reguladores daquele domínio de inteligibilidade e, portanto, inaugurar, no seio dos próprios termos daquela matriz de inteligibilidade matrizes rivais e subversivas da desordem de gênero (BUTLER, 2003, p. 63).

O que todas estas manifestações críticas têm em comum é que, ao propor uma complexificação do conceito, viabilizam aprofundar a compreensão das violências de



gênero. Esta foi pensada – e ainda hoje tem sido hegemônica – a partir da compreensão de experiências de gênero de mulheres brancas. Foi a partir das experiências de mulheres brancas de classe média, reduzidas ao espaço doméstico e confinadas a tarefas de cuidado, que se passou a falar em violência doméstica, violência simbólica e congêneres.

Embora estas experiências sejam compartilhadas por muitos outros grupos de mulheres e os instrumentos desenvolvidos para seu combate também as atenda, é importante demonstrar suas limitações. Mulheres negras, no Brasil contemporâneo, ainda estão entre as que mais têm dificuldades para acessar políticas públicas para proteção contra violências de gênero. Mulheres indígenas têm sido apontadas como aquelas que menos se beneficiam tanto do aparato legal quanto das políticas públicas, porque ambos foram fabricados em contextos muito distantes de suas realidades. Historicamente, a própria Lugones aponta essa articulação diferencial de violências:

(...) a violação heterossexual de mulheres índias ou escravas africanas coexistiu com o concubinato, bem como com a imposição do entendimento heterossexual das relações de gênero entre os colonizados – quando isso foi conveniente e favorável ao capitalismo eurocêntrico global e à dominação heterossexual das mulheres brancas (LUGONES, 2020, p.74)

Se retomamos a compreensão de Lauretis e a articulamos às passagens anteriores, não é difícil imaginar como imaginar violências de gênero – seja em contextos acadêmicos, jornalísticos ou legislativos – envolve formular certas experiências, a despeito de outras. Estas formulações, como a própria composição terminológica denuncia, envolvem as limitações fornecidas pela própria concepção de gênero que embasa o processo enunciativo. Enunciar a violência – mesmo com propósitos combativos e reformistas – acaba por reinventá-la. Como autores como Derrida (1978) e Spivak (2010) tem apontado, não há exercício linguístico que escape à violência.

Com estas considerações em mente, reproduzimos, para finalizar essa sessão, passagem do ensaio “Manifestações Textuais (Insubmissas) Travesti”, de autoria de Megg Rayara, Sara York e Bruna Benevides:

Nós, as travestis, antes de nos dizerem quem somos, nunca dissemos que éramos travestis, como também assim ocorre com as mulheres, mas assumimos enunciados que cristalizam verdades sobre nossos corpos. Uma sociedade em disputa por nomeação, a partir do status quo, muito chancelada por estes primeiros estudos (BENTO, 2003; SANTOS, 2010; PERES, 2009; JUNQUEIRA et al., 2009; AMARAL, SILVA, CRUZ, TONELI, 2014), que diziam que somos aquilo que eles chamam de travesti, como se fosse uma autoidentificação, mas nunca foi, foi (um) dado e aceito, por nós e por pesquisadores/as/xs que chegaram nesse campo em construção. Eles/as nos observaram, escutaram, leram, e naquele momento determinaram o que ou quem ser íamos, e nós passamos a também nos enxergar daquela forma,



desatentas em sua subalternidade (e tudo que ela implica). As pesquisas naquele momento não retornavam aos “objetos implicados”, para que qualquer contestação pudesse ser feita. Ainda que retornassem, qual seria a dose de degenerosidade para o acolhimento de quem se permitiu doar e tão pouco receber? Temos refletido constantemente sobre quem somos enquanto travestis e sempre nos parece que antes de nos identificarmos como travestis, fomos colocadas neste (não)lugar devido aos processos de exclusão, que muitas vezes se repetem e geram uma confluência de histórias marcadas pela negação (OLIVEIRA; YORK; BENEVIDES, 2020, p.6).

A passagem – enunciada a partir de subjetividades subalternizadas e marginalizadas pelo sistema de sexo-gênero-desejo vigente – nos coloca diante dos processos de violência que cercam a linguagem.

Sobre uma História escrito *para* uma interlocução

Pensar uma escrita da história requer pensar duas dimensões. Como o próprio nome denota, revela-se por trás do processo de confecção da história livresca uma verdadeira operação. Como brilhantemente afirmou Michel de Certeau:

Considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a história faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser captada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. A partir dessa perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social e das *práticas* “científicas”. Esta análise dos antecedentes dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica (CERTEAU, 1995, p.18).

A primeira dimensão, como o autor enuncia, se refere ao lugar social. Uma articulação crítica que permita propor histórias para as violências de gênero contra mulheres, portanto, se depara com o desafio de retirar a produção historiográfica de seu lugar de (pretensa) transparência e denunciá-la como discurso. A historiografia feminista, neste sentido, e as próprias epistemologias da história (como Joan Scott ou Bonnie Smith) têm dado significativa contribuição ao argumentar que, no próprio ato enunciativo que invoca a pretensão de universalidade e objetividade perante fontes, constitui-se e se reitera um ideal hegemônico de masculinidade.

Pensar o lugar social a partir do qual é possível produzir histórias sobre as violências de gênero, contudo, demanda mais do que incorporar estes questionamentos. Como argumentado anteriormente, é no próprio processo que representa e instaura o gênero que (as múltiplas) violências de gênero se tornam viáveis e acessíveis – tanto em suas formas mais visibilizadas, como é o caso da violência física, como naquelas ainda menos interrogadas, como a violência epistêmica (SPIVAK, 2010). Pensar este



mecanismo – no sentido proposto por Derrida (1978) – requer considerar que um conceito (mesmo quando em processo de desconstrução) articula zonas visíveis a despeito de outras.

Neste sentido, escrever a história a partir do conceito de violência de gênero contra mulheres requer a consideração de que esta escrita instaura uma determinada forma de visibilidade, articula e legitima certos processos intelectivos de nosso tempo (importante lembrar que o conceito é largamente tributário de disputas políticas, linguajar jurídico e expressividade jornalística) para, então, redimensionar as fontes.

Como bem argumentou Bonnie Smith, ao pensar a contribuição do conceito de gênero para repensar as práticas da disciplina, não se trata de promover uma “correção de rumos” (SMITH, 2003, p. 14). O que está em jogo não é um processo evolutivo por meio do qual um conceito trans-histórico (violências de gênero) possa ser alterado de forma a abarcar todas as experiências, todas as mulheres, todos os contextos e tempos históricos, mas antes a consciência de que o conceito será sempre uma experiência localizada, cerceada pelos próprios interesses, em vias de deslocar (e violentar, enquanto busca combater a violência) o presente e o passado.

O espaço universitário, as academias de ensino e pesquisa, os arquivos, as próprias fontes - todos estes espaços e substratos em torno dos quais gravitamos para produzir discursos validados como “científicos” – são espaços em que as violências podem ser questionadas e, neste instante, reinventadas pelo mesmo ato que buscou bani-las. Como bem afirma Jota Moçamba:

A partir de um descentramento que conduz nossa linha-de-visão àquele ponto até então produzido como cego, a universidade se revela, mais bem, um espaço de violência e de geração de conteúdos dominantes, que não cessa de produzir como ausentes certas vozes para que ecoem outras, nublando formas alternativas de conceber o saber e sua relação com o mundo, para que se consolidem regimes de verdade dentro dos quais a subalternidade só pode ser construída como lugar de impotência — onde não há conhecimento e nem fala (MOÇAMBA, 2015).

A segunda dimensão levantada por Certeau se refere às práticas da disciplina. Aqui, acredito, é preciso levar a sério o caráter de escritura - e, portanto, de ficção – da produção historiográfica. A distinção estabelecida por Keith Jenkins entre história e passado tem particular serventia, neste sentido:

(...) a história constitui um dentre uma série de discursos sobre o mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho do mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. A história como discurso está, portanto,



numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes. Ademais, o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro, estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas (...). No que diz respeito à história, a historiografia mostra isso muito bem (JENKINS, 2014, pp. 23-24).

Se o exercício interpretativo não é apenas o cerne da escrita da história, mas seu próprio eixo constitutivo, faz-se necessário pensar sua relação com as fontes estudadas. Paul Veyne já havia refletido sobre o tema, buscando estabelecer as distinções entre a ficção historiográfica e a ficção literária. Sua saída teórica valoriza o caráter discursivo do texto e a agência do historiador, mas reserva às fontes um estatuto rígido: elas teriam caráter estrito e deveriam ser decodificadas pelas apropriadas práticas metodológicas. Embora não discordemos da relevância de um bom aparato metodológico e ainda menos das limitações impostas pelo material documental à livre interpretação do historiador, parece importante marcar, como faz o próprio Jenkins, que estas imposições são constrictões incapazes de inviabilizar a liberdade interpretativa do observador.

Desta maneira, precisamos levar em conta que constituir um campo de estudos historiográficos sobre violência de gênero contra mulheres constitui uma resposta às demandas contemporâneas. Quem procura a violência baseada em processos de generificação dificilmente encontrará, em documentos do passado, termos como “gênero” ou mesmo “violência contra mulheres”. Cabe lembrar que a própria conceituação e tipificação penal do feminicídio é absolutamente recente e dificilmente seria encontrado em fontes tão recentes como, por exemplo, em debates legislativos nacionais do começo do século XXI. Mesmo a utilização do termo “gênero” em círculos políticos, jurídicos e midiáticos é recente, no Brasil.

Certamente, a partir de operações historiográficas tradicionais, este não seria apenas um projeto mal-visto: seria também impossível. Neste sentido, uma história das violências baseadas em gênero só pode se afirmar – como a própria luta contra estas violências, das quais deve ser afirmada como irmã de primeira hora - como um projeto de contemporaneidade e futuro. Acionamos, aqui, as discussões de Jorn Rüsen (2011) sobre a consciência história, para afirmar a emergência (in)disciplinada de um campo de estudos como afirmação de um lugar no presente que mira o passado e sustenta um projeto de futuro. Um campo que questiona o cânone, as práticas canônicas e oferece suas contribuições para subverter as próprias bases de uma disciplina profundamente enraizada em projetos epistêmicos colonialistas, brancos, cis-hétero-patriarcais.



A proposta, então, pressupõe um labor interpretativo que vá além da tradicional tendência à descrição documental. Quem parte de uma preocupação teórica que é, ela mesma, sintoma que um questionamento estrutural do presente precisa se voltar ao passado para pensar quais eram as forças subterrâneas acionando os processos de violência. Se feministas foram ridicularizadas (em textos e imagens) nos periódicos do começo do século XX (SOIHET, 2002), o que viabilizava (e fazia parecer tão naturais) essas práticas? Se homens foram sistematicamente absolvidos em processos criminais por mortes ou agressões a mulheres, a partir de quais instituições, repertórios e argumentos estas práticas se tornavam aceitáveis? Quem – e de que maneira, a partir de quais instrumentos e tradições – as fazia funcionar?

Proposta anacrônica, dirão os tradicionais. Anacrônica seria, se o anacronismo existisse para além dos delírios cientificistas que marcam a historiografia de tendências positivistas. Reverberamos, aqui, as observações de Jacques Rancière. Pensando o anacronismo e seu papel no campo de estudos históricos, o autor conclui que

Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do “seu” tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a história. A multiplicidade de linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo do tempo incluídos em um “mesmo” tempo, é condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer “história” (RANCIÈRE, 2011, p.49).

Para os que ainda procuram “espelhar” o passado, é impossível compreender que não há arquivo ou documentação neutra (não escreviam os antepassados, afinal, para o seu tempo?). O que hoje chamamos de documentos, antes de sê-lo, foram parte de um cotidiano que ajudaram a construir. Nesta condição, moveram-se entre autorizações e proscricções, dogmas, tabus. São, também eles, denúncia do que podia ser dito e do que precisava ser calado. Uma história para as violências de gênero negocia com suas fontes a partir destas percepções. Assim como não há historiador objetivo, também não se pode conceber um documento atemporal. Nas clivagens abertas por temporalidades distintas, o historiador navegará um oceano revolto para fazer suas fontes falarem. Talvez se produza, a partir deste encontro, significados dignos de nota.



Sugestões metodológicas

Em um trabalho intitulado “O corpo feminino como lugar de violência” (2002), Rachel Soihet dedica algum espaço para explicar, de forma didática, certas escolhas metodológicas para abordar os fenômenos da violência no estudo histórico das relações de gênero. Em suas palavras:

(...) embora tenha buscado informações em Periódicos e escritos literários, a consulta a processos criminais e noticiário policial dos jornais do momento focalizado afigura-se fundamental, pois tais fontes constituem materiais privilegiados para uma aproximação com o cotidiano de homens e mulheres dos segmentos populares, especificamente, com vista a perscrutar as suas contradições de gênero: já que de outra forma a existência desses sujeitos caracterizava-se pela invisibilidade, sendo parcamente representados em outra documentação. Quanto aos jornais, revelam-se imprescindíveis a fim de avaliar como tais conflitos eram noticiados. Possibilitam analisar o discurso utilizado, segundo valores que deviam disseminar-se por toda a sociedade, iluminando os comportamentos desejáveis aos homens e mulheres (SOIHET, 2002, p. 270).

Gostaríamos de nos colocar em diálogo com a proposta da autora. Ressalve-se, em primeiro lugar, a sugestão (embrionária, provavelmente pela limitação de espaço) relacionada à classificação e à operação documental. Soihet parece estar plenamente consciente, como experiente historiadora, dos cuidados técnicos a serem tomados ao manejar fontes qualitativamente distintas.

Seguindo suas pistas, gostaríamos de propor algumas sugestões metodológicas. A primeira delas é que estas fontes não transparecem o cotidiano, mas os representa. Não há uma relação de equivalência entre o que dizem e o que procuravam descrever, mas antes uma relação de deslocamento. A segunda característica é que os processos que produziram estes documentos – como as próprias fontes – estavam profundamente imbricados neste “cotidiano” de que a autora procura se aproximar, e que só pode se constituir independentemente na operação historiográfica e interpretativa levada a cabo na escritura.

As consequências a serem extraídas desta problematização estão relacionadas aos diferentes regimes de produção (figurativas e institucionais) destas sobrevivências que, muito depois, seriam colocadas na posição de fontes para o conhecimento histórico. É pertinente indagar-se sobre os interesses e as rotinas relacionadas à atuação das instituições que produziram os processos criminais e as matérias de imprensa; sobre quem era viabilizado como autor(a) destes processos e escritos e quem se via na condição de objeto de representação, levando em conta as próprias disparidades de gênero que viabilizavam uma esmagadora maioria de homens como atores institucionais habilitados



a julgar os conflitos e relegavam as mulheres às condições daquelas que peticionavam ou eram relegadas à condição de réus; interessar-se pelo regime de produção de texto e conteúdo destas fontes, procurando entender seu papel original na ordem institucional/discursiva, o que seus atores tornam visível em sua caracterização, como legitimam seus posicionamentos através de jargões e argumentos de autoridade, e acima de tudo, qual a relevância dos silêncios que operacionalizam: quais características eles não destacam? Sobretudo, perguntar-se como o conflito em questão veio a se tornar uma questão criminal ou de relevância para os impressos, pensando os níveis micro e macropolíticos, os enquadramentos sincrônicos e diacrônicos.

Levar estas características em consideração é central para qualificar o trabalho com as fontes, exatamente porque nos ajuda a compreender como também elas eram resultados de processos desiguais e parte integrante dos regimes de violências de gênero contra mulheres. É apenas ao considerar que a documentação que informa o trabalho interpretativo resultou de processos de *agência* – seja nos processos de violação ou em relação a eles, quando procuravam evitá-los e denunciá-los - que poderemos demarcar o campo de estudos aqui proposto.

Considerações Finais

Este breve ensaio procurou fornecer pistas e reflexões capazes de auxiliar uma pesquisa historiográfica sobre violências de gênero contra mulheres. Nos debruçamos sobre aspectos epistemológicos, conceituais e metodológicos que, acreditamos, se provam úteis para procurar compreender as potencialidades e as limitações de um exercício historiográfico que se enuncie nestes termos. Este campo de estudos ainda possui amplíssimo espaço para exploração na historiografia brasileira, e esperamos que este ensaio seja capaz de acrescentar contribuições a um debate que se faz cada vez mais necessário.

Data de Submissão: 28/02/2022

Data de Aceite: 25/04/2022

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de **concepts**. Stanford: Stanford university Press, 2002.



DE LAURETIS, Teresa. **The Violence of Rethoric**. In: DI LEONARDO, Micaela and LANCASTER, Roger. (eds.) **The Gender/Sexuality Reader – Culture, History, Political Economy**. New York, Routledge, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1973.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: das margens ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. São Paulo: Contexto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history: timing history, spacing**

LUGONES, Maria. **Gênero e Colonialidade**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MOMBAÇA, J. **Pode um cu mestiço falar?** 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mesticofalar-e915ed9c61ee>.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011, p. 21-50.

RÜSEN, Jorn. **Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Ed. EDUSC: São Paulo, 2003.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, nº25. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 269-289.

SPIVAK, Gayatri Chacravorty. **Pode o Subalterno Falar**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/ Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1995.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações Textuais (Insubmissas) Travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, pp. 1-12, 2020.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO LAR E OS PAPEIS NORMALIZADOS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS IMPRESSOS “O POPULAR” E “O DIÁRIO DA MANHÃ”

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE HOME AND NORMALIZED GENDER ROLES: AN ANALYSIS OF THE ARTICLES OF THE PRINTED NEWSPAPERS “O POPULAR” AND “O DIÁRIO DA MANHÃ”



ANGELITA PEREIRA DE LIMA⁷

ANA PAULA DE CASTRO NEVES⁸

Resumo

Esse artigo visa analisar como ocorre a construção social das mulheres vulneráveis à violência no espaço familiar, sendo idealizado, na sociedade moderna, como palco sagrado e refúgio para a barbárie social Saffioti (1994), como resultado da socialização. Assim, a pesquisa teve o objetivo de apresentar dados catalogados na dissertação de mestrado “*A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*”, em que foram analisados os casos de seis mulheres em situação de violência doméstica, que tiveram suas histórias publicadas pelos diários que circulam em jornais impressos de Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma consulta a esses dois jornais veiculados nos anos de 1997 e 1998, perfazendo um total de 1456 exemplares, dos quais 88 notícias foram consideradas universo da pesquisa. Pode-se concluir que na maioria das notícias selecionadas para definir os sujeitos da pesquisa, a violência aconteceu na casa da vítima, reforçando que historicamente é no espaço da conjugalidade, isto é, a casa, que os conflitos de gênero dessas relações que disputam e a violência se estabelece.

Palavras-chave: Violência doméstica; Casa; Jornais impressos; Notícias; Mulheres.

Abstract

This article aims to analyze how the social construction of women vulnerable to violence occurs in the family space, being idealized, in modern society, as a sacred stage and refuge for social barbarism Saffioti (1994), as a result of socialization. Thus, the research aimed to present data cataloged in the master's dissertation "The news of violence against women and violence in the news", in which the cases of six women in situations of domestic violence were analyzed, whose stories were published by the diaries that circulate in printed newspapers in Goiânia, *O Popular* and *Diário da Manhã*. The women

⁷ Reitora da UFG. Docente do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH).

⁸ Doutoranda do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos.



interviewed were selected from a consultation of these two newspapers published in 1997 and 1998, making a total of 1456 copies, of which 88 news were considered the research universe. It can be concluded that in most of the news selected to define the subjects of the research, the violence happened in the victim's house, reinforcing that historically it is in the space of conjugality, that is, the house, that the gender conflicts of these relationships that dispute and violence sets in.

Keywords: Domestic violence; Home; printed newspapers; News; Women.

Introdução

A violência doméstica contra a mulher, genericamente, deixa de ser, para o Estado, uma questão privada de grupos familiares e revelam impactos significativos em relação aos gastos na área de saúde, no mundo do trabalho, uma vez que interfere na produtividade, bem como na expectativa de vida da população feminina. Tal reconhecimento é fruto de uma visibilidade construída pelos movimentos de mulheres e (*grupos*) feministas, dentre outros, que chamaram a atenção sobre o caráter social dessa violência, bem como sobre a tolerância social e o silêncio que acabam por legitimar crimes contra a mulher.

Ao perseguir essas questões, a presente pesquisa toma como objetivo apresentar dados catalogados na dissertação de mestrado “*A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*”, em que foram analisados os casos de seis mulheres em situação de violência doméstica, que tiveram suas histórias publicadas pelos diários impressos que circulam em Goiânia, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma consulta a esses dois jornais veiculados nos anos de 1997 e 1998, perfazendo um total de 1456 exemplares, dos quais 88 notícias foram consideradas universo da pesquisa.

Frente a isso, os estudos desenvolvidos a partir de 1990 sobre a violência doméstica contra a mulher mostram que a relação conjugal violenta é um tema complexo e não pode ser explicado “apenas” na relação dual de papéis fixos de agressor/vítima, dominador/dominada. A partir dos estudos de gênero, revela-se e questiona-se a vitimização da mulher nessas relações de violência conjugal. Segundo Suárez e Bandeira (1999):

A ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as, mas

também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas (p. 16).

Isso significa que as relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, são determinadas histórica e culturalmente, embora sejam baseadas, ao mesmo tempo, em papéis normatizados e tidos como “naturais” de cada sexo. Gênero trata de relações hierárquicas com dimensões políticas e de poder, de acordo com Scott (1995), embora não somente essas relações. Gênero articula, ainda, a condição biológica, a identidade psíquica e a cultura (Lamas, 1999); articula valores e vontades, de um lado, e desejos e o “impensado”, de outro (Machado e Magalhães, 1999).

A isso equivale dizer que as relações sociais são atravessadas pelo gênero e que a diferença sexual como produtora da desigualdade social, no caso da violência de gênero contra a mulher, é um fenômeno que perpassa as esferas pública e privada. Quando os jornais publicam a notícia de violência doméstica, lógica e historicamente estão impregnados desse elemento transversal que são as relações de gênero.

Na notícia, não há sujeito em sua relação histórica, o que há são fatos de violência que envolvem indivíduos. A perda da historicidade é um dos elementos que refletem a sua “naturalização” e a sua reificação pelos meios de comunicação. Frente a isso é possível afirmar que esse tipo de notícia nas páginas policiais não realiza a visibilidade da violência no sentido de combatê-la, ao contrário transforma-a em elemento banal, corriqueiro, natural e coisificado.

Ainda, uma problematização importante do trabalho é que ele se desenvolve frente a duas vertentes importantes de análise: de um lado, o pensamento ortodoxo, que culpa os homens e torna as mulheres vítimas; de outro, o que analisa a co-responsabilidade das mulheres pela violência que ocorre no espaço conjugal – casa.

O levantamento de dados nos jornais

Definir os sujeitos da pesquisa requereu um extenso levantamento dos dados nos jornais diários de Goiânia, seguido de uma leitura das notícias catalogadas e analisadas. A etapa da coleta de dados foi realizada no ano de 1999, em todos os exemplares do *Diário do Manhã* e de *O Popular* veiculados nos anos de 1997 e 1998, num total de 1456 jornais.

Portanto, esse universo de 88 matérias somadas dos dois jornais repartiu-se em 46 publicadas no ano de 1997 e 42, no ano de 1998. No entanto, das 88 matérias, 16 foram





publicadas nos dois jornais, o que significa que o total real da fonte para seleção dos sujeitos foi de 72 notícias.

A seleção das notícias mostrou que o *Diário da Manhã* possuía mais que o dobro de notícias que *O Popular* no ano de 1997, e exatamente o dobro em 1998. É importante ressaltar que, *n'O Popular*, havia uma variedade de notícias de municípios fora da região delimitada. Supõe-se que a estrutura do jornal, que conta com correspondentes no interior, possa ser uma variável que repercute na menor quantidade de matérias sobre o tema em relação ao *Diário da Manhã*.

Com a seleção e catalogação das notícias, foi possível estabelecer os critérios para a definição dos sujeitos da pesquisa. O momento dessa definição revelou um dilema: a busca das mulheres necessitaria de um trabalho investigativo a partir, apenas, das informações fornecidas pelos jornais, e não se sabia se elas seriam encontradas. Se o fossem, restava, ainda, saber se teriam entrado em contato ou não com a notícia. Diante disso, optou-se por delimitar as 16 notícias que se repetiram nos dois jornais (sendo 07 do ano de 1997 e 09 do ano de 1998) como universo privilegiado para seleção dos sujeitos. Isso porque as matérias poderiam ser complementares em informações sobre a mulher e pressupunha-se que o fato de a notícia ter sido publicada nos dois jornais daria mais chance de a mulher ter tomado conhecimento dela.

Do grupo das 16 notícias, 02 foram eliminadas: 01, porque a matéria não informava a idade da mulher e a outra, porque o caso continha elementos que fugiam à delimitação do estudo - o casal estava extremamente alcoolizado e a agressão era mútua. Restaram 14 mulheres. Entre essas, buscou-se, na medida do possível, mulheres que representavam proporcionalmente as diferentes faixas etárias e o tempo de relacionamento, local e cidade onde ocorreu a agressão, lembrando que o aglomerado urbano de Goiânia é composto por 16 municípios. Através do cruzamento de tais categorias, chegou-se ao número de 06 mulheres a serem entrevistadas.

Caracterização das mulheres entrevistadas

Quatro dessas seis mulheres são oriundas de cidades do interior, de Goiás e de outros Estados. As duas que nasceram e cresceram em capital (Rute em Goiânia/GO e Sueli em Belém/PA) também são as duas que tiveram grupo familiar monofocal tradicional: pai, mãe e irmãos.



As famílias das demais eram do tipo matrifocal, cujas mães foram responsáveis pela manutenção e educação dos filhos por diferentes razões: a mãe de Eleuza era prostituta, a de Mariana, viúva, as de Bia e de Dagmar sustentavam, na ausência dos maridos, o cotidiano familiar.

Das seis entrevistadas, cinco tornaram-se chefes de família. Apenas Sueli não ocupa o lugar de provedora do grupo familiar e, no momento da entrevista, era a única que estava desempregada. Rute, Mariana e Dagmar já eram as principais responsáveis pelo sustento das suas famílias antes da violência divulgada nos jornais e (*sugestão: enquanto Bia e...*) Bia e Eleuza ocuparam esse lugar após a separação dos maridos agressores. Bia e Sueli estavam no primeiro casamento. As demais já estiveram em outros relacionamentos. Rute, Dagmar e Mariana não tiveram filhos de seus agressores, enquanto Eleuza teve filhos com o seu agressor e no casamento anterior.

A condição da mulher e a violência em casa

O fato de mulheres serem vulneráveis à violência justamente no espaço familiar, idealizado, na sociedade moderna, como palco sagrado e refúgio para a barbárie social, é analisado por Saffioti (1994) como resultado da socialização: “Não obstante o enorme perigo representado por familiares, continua-se a socializar a mulher para temer os desconhecidos”(p. 158), diz a pesquisadora.

Essa afirmação se confirma nos números da pesquisa feita nos jornais de Goiânia. Na maioria das notícias selecionadas para definir os sujeitos da pesquisa, a violência aconteceu na casa da vítima. No Diário da Manhã, elas representam 65% dos casos e em O Popular, 53,5%. Mesmo nos casos publicizados, em que a violência aconteceu fora de casa, há indicativo de que a mulher já tinha sofrido a mesma violência na sua residência, cometida pelo seu companheiro ou excompanheiro.

Para Machado e Magalhães (1999), as relações amorosas são regidas pelas construções hegemônicas das categorias do masculino e do feminino que, por sua vez, se estabelecem através de um modelo de conjugalidade definido “como relações estáveis entre homens e mulheres que pressupõem o exercício da sexualidade, a coabitação e a reprodução familiar”(p. 236). É nesse espaço da conjugalidade, isto é, a casa, que os conflitos de gênero dessas relações que disputam a violência se estabelece.



Nesse sentido, o ideal de família como lugar de proteção à violência vem sendo diluído à medida em que ela se constitui, também, em espaço de sua produção, com o agravante de que é capaz de protegê-la e legitimá-la sob o argumento da autoridade.

Machado e Magalhães (1999) afirmam que, “na crença romântica dos anos 1950, casamento e família rimavam com amor e afeto. Cavalheirismo, com respeito e não com poder. Violência, com incivilidade e grosseria”(p. 173). Esse romantismo elitista, dizem as autoras, produziu a crença de que o processo de modernização balizaria uma sociedade mais “civilizada”, com relações interpessoais mais “refinadas e dóceis”.

No entanto, o que se desvendou foi um cenário absolutamente contrário às previsões, ou ilusões românticas. A casa é um espaço de conflitos, tensões e negociações cotidianas, é o que apontam os estudos recentes sobre a família. Araújo (1998) afirma que, como espaço de referência e refúgio, de constituição primária de identidades e de atendimento às necessidades básicas, materiais e afetivas, a casa “não é só aconchego, serenidade e diversão. Poder-se-ia dizer que, como muitos outros espaços, a casa é campo de lutas declaradas, amistosas, dissimuladas ou, ainda, lutas que não têm visibilidade para além de seu espaço doméstico”(p. 146).

Uma tênue distância entre o que seja violência e “punição necessária” perpassa a socialização no grupo familiar. Pode-se afirmar que esse é um elemento que contribui para conformar o espaço familiar como abrigo da violência. Pois esta, como ato disciplinar, pode tornar-se uma ação autorizada que comparece sob uma forma hierarquizada, na qual a autoridade – cujo reconhecimento é inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam - se personifica. A associação direta entre punição como necessária à educação é feita por Dagmar quando relata a determinação e o cumprimento de regras no seu grupo familiar:

Era pela educação. Por a minha mãe ser só, ela tinha que educar meus irmãos, e até mesmo a mim. Eu apanhei muito da minha mãe, fiquei muito de castigo, mas violência nunca vi não, na minha família nunca teve. Além dela bater muito, que isso eu lembro muito, ela ainda botava a gente de castigo. Tinha punição quando a gente desobedecia” (Dagmar).

Quando se trata da violência conjugal, o ato disciplinar reaparece como uma justificativa dos homens. Machado e Magalhães (1999), ao analisarem falas de agressores, mostram que a violência tem sempre, para eles, um sentido disciplinador. Alegam que “as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em nome dos filhos, ou pelo fato de serem casadas”(p. 233). Nesse sentido há a culpabilização da



mulher pelo ato violento que a vítima: o companheiro de Rute tentou matá-la, porque ela “desobedeceu” às condições por ele impostas para continuar o relacionamento; o de Bia, porque ela não queria manter relações sexuais. Enfim, essas mulheres não cumpriram com as suas “obrigações” dentro da ordem moral familiar e coube ao marido “discipliná-las”

A violência contra a mulher ganha, então, contornos complexos, porque se instaura no conjunto das relações, das convicções morais, dos modelos de comportamento, definição de papéis, como um mecanismo “natural” disciplinador com vistas a “resolver” os conflitos de uma relação.

Frente a esse fato, cabe questionar por que é a mulher quem fica no lugar de quem deve ser disciplinada e, ainda, por que essa forma de disciplina ganha legitimidade social. Um dos caminhos para apreender essa complexidade é oferecido por Chauí (1985), que coloca essa discussão a partir da autonomia e da heteronomia na constituição social das mulheres.

A heteronomia, um caminho para violência

Uma das formas de apreender a condição da mulher apresentada por Chauí (1985) se apoia na hipótese de que “a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências” (p. 47) se relaciona ao modo como, na sociedade moderna, elas são colocadas como sujeitos.

De acordo com a autora, as mulheres constituem-se pela heteronomia, isto é, são seres para os outros, dependentes subjetiva e afetivamente, originariamente definidas como esposas, mães e filhas, nas posições (papéis) relacionadas à família. Dessa condição, diz a autora, decorrem as dependências econômica, política, cultural, e a legitimação da condição da mulher na sociedade. Para os homens, ao contrário, a posição familiar (marido, pai e filho) é apenas um acontecimento, pois o seu lugar de definição é o espaço público.

A diferença entre o tornar-se sujeito homem e o tornar-se sujeito mulher espelha a tradicional separação entre as esferas do público e do privado como opostas entre si, sendo a primeira definida como o lugar do exercício da liberdade e da política (o lugar do homem); e a segunda, o lugar da privação (lugar da mulher).

Essa diferença está fundada no padrão de desigualdade entre homens e mulheres, que incluem e extrapola, ao mesmo tempo, a desigualdade entre classes. Segundo as





reflexões de Beauvoir (1980), a origem da subalternidade da mulher e do desejo de dominação do homem é decorrente de uma necessidade primária de sobrevivência do clã, que se relaciona ao fato de, nas hordas primitivas, a mulher ter ficado presa à fecundidade “absurda”, uma vez que a reprodução não era controlada e nem valorizada.

Condenada à reprodução incessante, a mulher não pôde participar das guerras, da ampliação dos recursos e dos poderes do clã. Portanto, não teve participação na invenção e no domínio da ferramenta. Isso significa que, nas hordas primitivas, a superioridade dos homens foi obtida em detrimento da condição biológica da mulher e por uma necessidade de sobrevivência.

Essa superioridade foi vivida sem mediações e, por isso, num primeiro momento, não foi “desejada”. Beauvoir (1980) afirma que o “desejo” de dominação do homem aconteceu através dos mitos, concomitantemente ao surgimento dos sistemas de valores - o surgimento da família, do Estado, da religião, da educação -, quando a diferença sexual se traduziu em leis, normas e cultura.

Sedimenta Beauvoir em suas análises tomando o trabalho como a categoria mediadora entre a condição humana e a transcendência. Se a mulher primitiva não teve domínio sobre a ferramenta e sobre o trabalho e se o trabalho foi o elemento através do qual o homem produziu um valor de vida transcendente à vida em si, a mulher então realizou a própria transcendência – porque, sendo humana, também lhe é próprio transcender - a partir dos feitos do homem, de suas ações e descobertas:

O guerreiro põe em jogo a própria vida para aumentar o prestígio da horda e do clã a que pertence. Com isso prova de maneira convincente que a vida não é para o homem o valor supremo, que ela deve servir a fins mais importantes do que ela própria. A maior maldição que pesa sobre a mulher é estar excluída das expedições guerreiras. Não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis porque, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata (Beauvoir, 1980: 84).

Esse pensamento exhibe pertinência, ainda que datada do ponto de vista da força explicativa, porque permite afirmar que a superioridade do homem sobre a mulher na hierarquia social se efetiva a partir da valoração social, a cultura sendo a mediadora. Decorrente de uma necessidade primária, vivida de forma a transformar em desigualdade hierarquizada as diferenças biológicas da mulher, houve a cisão de direitos entre o sexo que engendra e o sexo que mata, guerreia e realiza conquistas. Daí a “maldição” da (condição) da mulher que, em função da sua condição biológica, “(...) não soube tornar suas promessas da ferramenta” (p. 98).



Historicamente, o corpo do sexo que engendra se transformou em forte argumento de desigualdade. Para Chauí (1985), o corpo feminino é elemento fundamental para as ideologias da feminilidade que mantêm a mulher como uma rocha natural no mundo historializado. Ideologicamente, a esse corpo fica submetida também a razão, pois a razão feminina é a sensibilidade. E a sensibilidade feminina, segundo Chauí (1985), é uma das ideologias da feminilidade que cria o primeiro passo para a violência, porque reforça o padrão de heteronomia, destinando a mulher ao amor do e pelo particular.

A permanência da ideologia naturalizadora é nítida no caso das mulheres, cujo corpo é invocado como uma determinação natural. É possível notar que o corpo feminino parece ser um elemento natural irreduzível, fazendo com que a mulher permaneça essencialmente ligada ao plano biológico (da procriação) e ao plano da sensibilidade (na esfera do conhecimento). Maternidade, como instinto e destino, numa sociedade que planeja e controla a natalidade e que administra a procriação, e sensibilidade, numa cultura que desvaloriza o sentimento em face dos pensamentos, eis algumas construções ideológicas curiosas nas quais a “natureza feminina” permanece como uma rocha “natural” no mundo historializado (p. 38).

Esse conjunto de ideias sobre a universalidade e a singularidade da mulher revela algumas contradições. Se, na sua universalidade, a condição da mulher está dada a partir da sua condição biológica, vista socialmente e ideologicamente como “natural” e desvalorizada, ou pela subalternidade, na sua singularidade uma mulher é algo mais do que essa condição, é mais do que papéis. “Sou uma mulher. Mas ela não é uma mulher”, diz Collin (1992), para reafirmar que o sujeito mulher não se define unicamente pela feminilidade e nem se reduz à condição da mulher. Se sua identidade é recortada pela condição dada pelo gênero (isto é, pelas relações), não significa que se reduza a ela.

A determinação sexuada da mulher, diz a autora, pode tornar-se preponderante num processo de identificação, mas acontece também de ela situar-se “europeia em relação a uma americana, ou enquanto intelectual em relação a uma camponesa, ou enquanto adulta em relação a uma criança” (p. 04). Então, para além da determinação biológica, percebe-se contradição entre o sujeito mulher universalizado, como ideal, e a condição desse sujeito constituído historicamente pelas relações sociais econômicas, culturais e de gênero, ainda que, ilusoriamente, seja percebido e determinado por uma condição biológica e por uma imutabilidade dessa condição.

Essa contradição faz com que o gênero, ao mesmo tempo que participante da constituição do sujeito, ofereça os elementos que questionam a constituição social da mulher. Se está se constitui pela heteronomia (e isso é uma questão de gênero), essa condição poderá ser diferente mediante relações com valores de gênero modificados.



A isso equivale dizer que a condição da mulher é mutável, tanto quanto as estruturas podem ser, isto é, que ao gênero podem ser agregados novos elementos que acabarão por interferir na constituição das identidades de novos sujeitos. Se, no argumento de Chauí (1985), a mulher é um sujeito heterônomo por pertencer ou estar a serviço do desejo de alguém, isso faz dela um ser que se legitima pela sua capacidade de satisfazer o desejo do outro e, por uma questão de identidade, tal se apresenta, ilusoriamente, como o seu desejo. Ao tomar para si essa condição de heteronomia, a mulher potencializa a violência no sentido de acatar para si seu padrão (ausência de autonomia) e esperar que esse padrão seja o mesmo para todas as outras mulheres.

Permanecendo nesse argumento, é possível perceber a contradição do debate que atualiza o tema da vitimização. Se, de um lado, a mulher é a vítima da violência doméstica, e não há como negar isso, por outro, a sua vitimização – que a toma como um sujeito sem autonomia - acaba cumprindo o papel de mantenedora dessa situação em si, ou seja, da heteronomia.

Frente a isso, aparentemente, não há possibilidade de escapar à armadilha do gênero. E, questionando a vitimização, a mulher é tomada como co-participante da relação de violência. Esse debate contemporâneo instala-se entre essas duas questões, que têm marcos históricos. A vitimização permitiu, historicamente, tornar a violência contra a mulher uma questão social, visível. No entanto, mais recentemente, Grossi (1993) e Gregori (1994) discutem a sua co-participação no processo, revelando os mecanismos que fazem com que ela permaneça na relação, uma espécie de “deixar-se” violentar que alimenta um ciclo, para o qual os equipamentos sociais mostram-se impotentes.

Considerações finais

Observou-se, por meio dessa pesquisa que as notícias nos jornais, por sua vez, oferecem “explicações” para a violência contra a mulher pelo ciúme do agressor como argumento básico, que encontra aderência em todos os atores sociais envolvidos: a mulher, o agressor e a imprensa. Embora o ciúme seja forte elemento, a redução da explicação da violência a ele contribui para mascarar, e não para visualizar, os diversos conflitos de gênero, uma vez que reproduz o que é aceito culturalmente em relação aos papéis sociais e sexuais dos homens e das mulheres, legitimando a desigualdade entre os sexos.



Desse modo a construção social dos papéis de gênero por meio dessa pesquisa, reforça que violência é, então, uma realização particular da força que visa à manutenção da relação com uma das partes anulada em sua diferença. A violência deseja a sujeição ou a supressão, mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença:

Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja nem percebida nem reconhecida, mas submissa numa heteronímia que não se percebe com tal (Chauí, 1985, p. 35).

A realidade empírica indica a existência de uma rotina, que ocorre num contexto marcado por relações complexas que envolvem identidades de gênero, valores culturais, elementos da socialização. Acreditar que apenas uma ou duas inserções de notícia podem interromper um ciclo revela certa ingenuidade e impotência diante do padrão social de violência que incluem e extrapola as relações de gênero, porque é um padrão que legitima a desigualdade.

Nesse sentido, a discussão sobre o público e o privado na forma como foi posta por Young (1987) contribui para entender um pouco mais a questão. Segundo a autora, a distinção entre público e privado, na teoria política moderna, exprime uma vontade de homogeneidade que exige a exclusão de muitas pessoas e grupos. “De acordo com a ideia moderna de razão normativa, a noção de público na teoria e prática política moderna designa uma esfera da existência humana na qual os cidadãos exprimem sua racionalidade e universalidade abstraídos de suas situações e necessidades particulares e em oposição ao sentimento” (Young, 1987: 83).

Nesse sentido, a constituição social da mulher, o ser humano que não é homem, carrega uma tragicidade histórica: na medida em que ela migra para o espaço público, mediada pela notícia de violência no jornal, esse espaço se apresenta como um engodo, porque não é o lugar do exercício da liberdade e da autonomia. Ao contrário.

Sendo assim, a condição para escapar do engodo deve ser que a dor, a violência, as humilhações não sejam “esquecidas”, porém elaboradas. É condição que os processos de socialização (que em princípio, são processos educativos) não permitam o esquecimento, pois o combate à violência contra a mulher passa necessariamente pelo resgate da sua condição humana e pela humanização das relações, no sentido particular e universal.

Isso significa que enfrentar o modo pelo qual a mulher é posta como sujeito heterônomo na sociedade moderna é também enfrentar o modo como se processa a sua



socialização, em seus diversos aspectos: na família, na escola, na igreja, nas mídias, no trabalho, no público e no privado. No limite, trata-se de educar para a emancipação.

Data de Submissão: 07/03/2022

Data de Aceite: 25/04/2022

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Josenilson Guilherme de. **Casa e valores: espaço e dimensões da violência**. In: OLIVEIRA, Dijaci David e outros (orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série: Violência em manchete I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Volume 1, 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Perspectivas Antropológicas da mulher. N° 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

_____. **Uma ideologia perversa**. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

COLLIN, Françoise. **As mesmas e as diferenças**. Recife: SOS Corpo, 1992

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. In: Revista Estudos Feministas, N° 5, número especial, publicação semestral, .473 a 483. CIEC, Rio de Janeiro: 1994.

_____. **O significado da violência nas relações de gênero no Brasil**. In: Sexualidade, Gênero e Sociedade. Publicação Semestral, ano 2, número 4, dez. Rio de Janeiro: CPESC/IMS, 1995.

_____. **Identidade de gênero e sexualidade**. In: Estudos de Gênero, cadernos de área n° 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000.



LAMAS, Marta. **Gênero, diferenças de sexo y diferencia sexual.** In: Debate Feminista. Ano 10, vol. 20, México, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta e MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. **Violência conjugal: os espelhos e as marcas.** In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo.** In:SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos/ NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade, V. 20, n° 2, Porto Alegre, Jul/dez.1995.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA, Lourdes. **Introdução a Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** In: SUÁRES, M. & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília,1999.

A HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: A TRAJETÓRIA DE NÍSIA FLORESTA

THE STORY OF THE STRUGGLE AND RESISTANCE FOR GENDER EQUALITY: THE TRAJECTORY OF NÍSIA FLORESTA



LUCIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA NOVAIS⁹

ROSELY MARIA DOS SANTOS¹⁰

Resumo

Este artigo procurou contribuir para as histórias de violência de gênero por meio da trajetória de Nísia Floresta, mulher que foi considerada símbolo de preambular de luta pelos direitos humanos das mulheres. Nesse sentido, o principal objetivo desse texto, foi analisar os pensamentos vanguardistas da autora quanto à construção histórica de um discurso de luta pela igualdade entre os gêneros, precipuamente, em face das opressões físicas e psicológicas que as mulheres sofriam. Utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico com uma abordagem qualitativa referente ao contexto histórico da vida e obra de Nísia Floresta, mulher nordestina até bem pouco tempo excluída das discussões no meio acadêmico e das formadoras e formadores de opinião pública, assim destacando o seu relevante papel inaugural na construção dos primeiros passos na defesa dos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: História; Nísia Floresta; violência de gênero; direitos humanos das Mulheres; igualdade de gênero.

Abstract

This article sought to contribute to the stories of gender violence through the trajectory of Nísia Floresta, a woman who was considered a symbol of the preamble of the struggle for women's human rights. In this sense, the main objective of this text was to analyze the author's avant-garde thoughts regarding the historical construction of a discourse of struggle for equality between the genders, mainly in the face of the physical and psychological oppressions that women suffered. A bibliographic survey was used as a methodology with a qualitative approach referring to the historical context of the life and work of Nísia Floresta, a northeastern woman until very recently excluded from discussions in the academic environment and from the trainers and formers of public

⁹ Aluno especial do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH - NDH - UFG). E-mail: lucianoadv_amt@hotmail.com.

¹⁰ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal do Goiás (PPGIDH - NDH - UFG). E-mail: rosely_santos@outlook.com.



opinion, thus highlighting her relevant and inaugural role in the construction of the first steps in the defense of women's human rights.

Keywords: History; Nisia Floresta; gender violence; women's human rights; gender equality.

Introdução

A luta histórica pela igualdade de direitos das mulheres de forma efetiva sempre foi uma constante, por isso fazem parte de uma (re)construção diária no Brasil. Neste prisma, a educadora Nísia Floresta, com sua trajetória, ocupou e ocupa um papel de destaque atemporal na busca desses direitos, especialmente, no combate à violência de gênero contra mulheres em todas as suas maneiras como: física, afetiva, psicológica, sexual e outras.

No século XIX, segundo as teorias feministas, o patriarcado (sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder) enraizado no cotidiano impunha a qualquer mulher a inferioridade nas relações de convivência. Em outras palavras, o gênero masculino, em seu modo de ser, permitia, a nítida situação de privilégio somente ao homem nas áreas da política, economia, educação e do casamento, sem oportunidades para as mulheres.

O patriarcado oprimia e oprime, provavelmente com medo de perder “as rédeas curtas”, ou seja, a mulher não tinha voz para sentar lado a lado com os homens, principalmente, com relação àqueles que conduziam e conduzem nosso país.

Nos sistemas patriarcais, as mulheres estão em patamar de desigualdade tendo uma série de obrigações em relação aos homens, tais como manter relações conjugais mesmo contra sua vontade, além de um grande controle sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva (AGUIAR, 2015).

Nas obras escritas de Nísia Floresta, ela tenta transpor essas barreiras advindas da sociedade patriarcal, por meio da educação, tornando-se significativa na luta pela igualdade de gênero, numa época em que a posição da mulher na família era bem definida e parecia não ser possível mudar esse papel.

Segundo Alessandra Chacham apud Freyre, o patriarcado:

Essa moralidade, segundo Freyre, gera o duplo de moralidade para homens e mulheres brasileiros, resultando em extrema diferenciação entre os sexos, sendo que o homem é superior, forte, viril e ativo, e a mulher é inferior, fraca, bela, desejável e sujeita à dominação do patriarca. Esse modelo dá ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limita o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite. (CHACHAM, 2004, p. 81).

Além disso, devemos ver as mulheres em diferentes dimensões, como aponta a historiadora Margareth Rago:



Da inclusão das mulheres nos acontecimentos políticos e sociais, passou-se a perceber as dimensões femininas da vida humana, antes excluídas do discurso histórico, a exemplo da história da vida privada, da história das sensibilidades, das emoções, dos sentimentos, e de outras dimensões consideradas femininas em nossa cultura (RAGO, 2002, p. 14).

Para Saffioti (2004, p. 151), o patriarcado está mais ligado a uma estrutura de poder, e não apenas uma ideologia. Para ela, a opressão ao sexo feminino está baseada na exploração do ser humano.

Na visão de Beauvoir quanto às mulheres:

Elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres num gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina (BEAUVOIR, 1967, Abertura).

E completa seu pensamento dizendo que:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Dentro desse contexto, pesquisar a trajetória de Nísia Floresta agrega valores históricos nas conquistas atuais dos direitos humanos das mulheres, por meio de sua face precursora, pois, não se deve esquecer o trabalho das mulheres brasileiras e sua importância, no contexto de seu tempo.

Segundo Freyre:

[...] Nísia Floresta surgiu – repita-se – como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Trancoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia [...] (FREYRE, 2004, p. 225).

O autor ressalta a coragem de Nísia Floresta que, fora do padrão da época, estabelecido pela sociedade para as mulheres, ela chega com atitudes que a diferenciam das demais, sem fragilidade, sem candura, características esperadas das mulheres chamadas de “moças de família”, o que causava nele uma espécie de estranheza e admiração.

A educadora Nísia Floresta é considerada a primeira feminista da história do Brasil, e sua trajetória histórica e sua busca constante pelos direitos humanos das mulheres possibilita sua grande contribuição para que as mulheres pudessem encontrar sua voz incomodava muita gente.



Um artigo do Correio da Manhã, em 14 de setembro de 1954, trata do assunto: Dr. Soares teria agido assim por insinuação de pessoas interessadas em afastar Nísia Floresta do Brasil. Uma mulher que pregava o feminismo, a abolição e a República, em 1849, devia constituir naturalmente algo de incômodo para a segurança da ordem no Brasil Imperial, ainda sob o impacto de tantas guerras civis. Nísia Floresta seria vista como uma agitadora perigosa nessa sociedade escravocrata, em que as mulheres também viviam numa espécie de escravidão, sob o signo do regime patriarcal (*apud* DUARTE, 1995, p. 37).

Em 1849, Nísia deixou o Brasil, com a alegação de cuidar da saúde da filha que estava doente. Entretanto, muitos acreditavam ser pela provocação às elites da época, que não concordavam com sua escrita e seu modo de agir com as mulheres. Conforme Constância Duarte descreveu Nísia: “Uma das primeiras mulheres a publicar na grande imprensa brasileira, Nísia Floresta abalou as estruturas da sociedade patriarcal do século XIX ao defender a valorização da mulher” (DUARTE, 2005, p. 53).

Breve histórico de Nísia Floresta

Não é de hoje que muitas personalidades marcantes na história do Brasil ficam esquecidas, seja pela falta de divulgação, uma omissão provavelmente proposital, seja por qualquer outro motivo. No caso de Nísia Floresta, segundo Veríssimo de Melo (1972, p. 249), “a falta de divulgação de sua obra tem sido responsável pelo enorme desconhecimento de sua vida singular e de seus livros considerados de grande valor”.

Dionísia Gonçalves Pinto nasceu em 1810, na cidade de Papari, no Rio Grande do Norte. A cidade, aliás, leva hoje seu pseudônimo, Nísia Floresta. Sua nacionalidade está atrelada à origem portuguesa, pois seu pai era português. Residiu parte de sua juventude na cidade de Goiana, em Pernambuco, fugindo das manifestações populares antilusitanas que por diversas vezes ocorriam nas capitais do nordeste à época.

Posteriormente ao nascimento do seu irmão, a família de Nísia resolveu retornar para Papari. Nísia Floresta se casou muito cedo, aos treze anos, com o senhor de engenho Manuel Alexandre Seabra de Melo. Entretanto, quando percebeu que o casamento trazia consigo cabrestos e amarras, ela se separou do marido. Não durou nem um ano, o matrimônio, afinal de contas a escritora queria conhecer outros países e expandir seu intelecto. Por fim, retornou para casa dos seus pais.

Aos dezessete anos, Nísia Floresta foi acometida por uma tragédia: seu pai foi assassinado. Acredita-se que, pela profissão de advogado, ele de alguma forma vinha contrariando os interesses daqueles dos chamados poderosos de Olinda, sendo um dos motivos de se acreditar que sua morte foi encomendada, por um representante da elite pernambucana. Depois da tragédia, Nísia Floresta foi viver com Augusto, seu grande



amor, que era estudante de Bacharelado em Direito de uma Universidade em Olinda, e com ele teve dois filhos. Moravam todos juntos: Nísia, seu marido, seus filhos, sua mãe e seus irmãos.

No ano de 1832, a família de Nísia resolveu se mudar para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em 1833, seu esposo veio a óbito, conseqüentemente, ela seguiu viúva com apenas vinte e três anos.

Sendo pedagoga formada, Nísia lecionou durante os quatro anos em que permaneceu naquela capital, sempre com atitudes inovadoras e revolucionárias, buscando mostrar sua insatisfação através dos seus textos e das suas falas em sala de aula.

Com a Revolução Farroupilha naquela região, o conflito se tornou perigoso e a sobrevivência na capital gaúcha se tornou insustentável. Dessa forma, Nísia Floresta resolveu mudar com sua família para a cidade do Rio de Janeiro, vindo a morar nesse local, considerado a sede da Corte portuguesa no Brasil, naquele momento.

De forma singular, para sua época, essa escritora brasileira tem, nos seus feitos, a instalação de uma escola: Colégio Augusto, no Rio de Janeiro-RJ, voltado para meninas, objetivando uma instrução intelectual avançada e inspiração das mulheres na luta pelo direito ao acesso democrático aos estudos científicos.

Diferentemente dos colégios tradicionais daquela época, Nísia Floresta trouxe uma proposta inovadora para o Colégio Augusto, que era educar meninas no nível dos melhores colégios que ensinavam somente aos meninos. A escritora e educadora não concordava que as mulheres vivessem reprimidas pela sociedade patriarcal, que ficassem distantes dos assuntos referentes à sociedade, para não terem uma visão crítica sobre assuntos que não eram relacionados ao ambiente doméstico.

Pela proposta de ensino oferecido, Nísia Floresta enfrentou o preconceito da sociedade e muitas campanhas publicitárias, por meio dos jornais impressos, que a castigavam nas críticas às suas lições pedagógicas. Além disso, alegavam ser desnecessário às meninas aprenderem disciplinas que não acrescentariam aos afazeres propostos às mulheres no ambiente doméstico.

Como escritora, Nísia Floresta levantou temas que eram, à época, bem polêmicos, por se tratar de uma sociedade patriarcal. Com livros publicados no Brasil e na Europa, as questões eram consideradas tabus e ela as utilizava como uma forma de defesa dos direitos das mulheres.

Além do pioneirismo e empreendedorismo, na fundação do Colégio Augusto, ela ficou, também, evidenciada pela importância na história brasileira dos primeiros passos



na educação voltada somente para mulheres, utilizando isso como ferramenta para a luta pelos direitos e ideias feministas.

Isso é o que pode ser constatado na trajetória de Dionísia Gonçalves Pinto, considerada a primeira intelectual feminista do Brasil, mais conhecida pelo seu pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, o qual trazia uma riqueza de referências, como: Nísia, apelido carinhoso; Floresta, sítio da família em que passou a infância; Brasileira, a sua nacionalidade; Augusta, ao segundo marido¹¹.

Essa escritora feminista faleceu de pneumonia, em 24 de abril de 1885, em Rouen, interior da França, local dos seus últimos momentos de vida. No ano de 1954, ocorreu o traslado do seu corpo para um mausoléu construído em Papari-RN, município cujo nome foi alterado para Nísia Floresta, em homenagem à sua filha mais ilustre na luta pelos direitos das mulheres.

As obras literárias

O foco dos textos e obras de Nísia Floresta foi a defesa dos direitos femininos, um deles, que talvez fosse para ela o mais importante, seria o acesso das mulheres à educação de qualidade. Pode-se dizer que dedicou sua vida e trabalho para fornecer melhores condições de formação educacional ao sexo feminino, pois não concordava com a maneira como as mulheres eram tratadas, principalmente sem direito de voz e de escolha dos seus próprios destinos.

Em sua estreia no ramo da literatura, em 1831, no Jornal Espelho das Brasileiras, de Pernambuco, Nísia descreveu as condições das mulheres:

[...] seria impossível abranger nos limites dessa folha todas as ações ilustres praticadas pelas senhoras romanas, nessa época feliz; todavia é do nosso dever citar para honra do sexo feminino, e confusão de seus injustos detratores, os principais feitos dessas verdadeiras heroínas, cujo patriotismo provou a que ponto as mulheres, sem jamais se intrometerem na repartição dos homens, podem ser úteis nas crises que ameaçam a segurança do estado (FLORESTA *apud* DUARTE, 1995, p. 23).

Suas publicações expunham a condição feminina da época, no que ela se destacou, por ser a primeira mulher a contribuir com artigos em um jornal.

Naquele momento da história brasileira, no século XIX, Nísia Floresta, com seus movimentos e obras, complementou e reforçou a luta por igualdade de gênero já existente. Destacamos sua primeira obra, “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, tradução livre de “*A Vindication on the rights of women*” da inglesa *Mary Wollstonecraft*, em que

¹¹ Disponível em: <<https://atalmineira.com/2014/03/08/a-heranca-de-nisia-floresta/>>. Acesso em: 08 de maio de 2022.



provocou uma reflexão sobre a participação feminina em postos de comando. Com apenas 22 anos de idade, em um período em que no Brasil reinava o modo de vida patriarcal e o sistema escravocrata.

Esta obra marca a primeira vez que assinou como Nísia Floresta Brasileira Augusta. A obra, mostrava a inferioridade vivida pelas mulheres naquela época:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...]. Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (FLORESTA, 1989, p. 35).

Nessa primeira oportunidade literária, Nísia faz:

[...] a denúncia da mulher como ser oprimido, do homem como sujeito da opressão, a reivindicação de uma sociedade mais justa, a ideia da educação como o único meio de promoção feminina, a valorização da função materna e a utilização de um aparato filosófico de feição iluminista (BARBOSA, 2006, p. 15).

Nísia Floresta não parou por aí. Em 1841 foi a vez da publicação de seu segundo livro, “Conselhos à Minha Filha”, que ela dedicou como presente de aniversário a uma de suas filhas, Lívia, que completava doze anos. Após 1847, aproveitou seus conhecimentos intelectuais e escreveu suas obras voltadas para o tema da educação, todavia nunca deixou de lado a luta pela igualdade de gênero. Assim, tiveram destaque: *Daciz ou A Jovem Completa, Fany ou O Modelo das Donzelas e Discurso Que às Suas Educandas Dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta*.

Outra obra voltada para educação foi o livro “Opúsculo Humanitário”, publicado em 1853, que em síntese tratou de criticar a baixa quantidade de entidades de ensino para meninas no Brasil. Pregava, portanto, a emancipação feminina. Esta obra teve o elogio de Auguste Comte, considerado pai do positivismo, que descreveu a obra como:

Desde que fiquei inteiramente livre, fiz as leituras excepcionais que espontaneamente prometera. O opúsculo em português, além de revelar-me que eu sabia indiretamente mais uma língua, inspira-me sólidas razões para esperar se tornar a nobre dama, sua autora, dentro em breve, uma digna positivista, susceptível de alta eficácia para a nossa propaganda feminina e meridional (LINS, 1964, p. 30-31).

Na obra “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, Nísia indagava:

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e porque somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência[...]. Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (FLORESTA, 1989, p. 72-73).

Em outro trecho, da obra “Opúsculo humanitário”, declara:



Quantas somas de dinheiro, quantas vidas sacrificadas para sustentar o que chamam a honra da nação, enquanto a educação dos povos, base principal do grande edifício social e da felicidade pública e particular, fica de lado como coisa secundária! (FLORESTA, 1853).

Em seus escritos, relatava a sua vida desde sua infância, seu casamento, descrevendo inúmeras vezes o cotidiano de sua vida pessoal, suas viagens, experiências e dificuldades em ser uma mulher à frente do seu tempo. Após a morte do marido, se destacou como chefe de família em Porto Alegre, local onde lecionou e administrou uma escola, de 1834 a 1837, antes da Revolução Farroupilha, que ocasionou sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do Brasil.

Nísia Floresta Brasileira Augusta inaugurou, no endereço localizado na rua Direita nº 163, um colégio de educação para meninas no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinava-se a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Neste colégio, havia ainda mestres de música e dança. Recebiam-se alunas internas e externas.

A autora Constância Lima Duarte, em sua obra “Nísia Floresta: Vida e Obra”, definiu que Nísia se encaixava no "bom feminismo", ou seja, não pretendia alterar de forma substancial as relações sociais, conservando as mulheres nos limites ideológicos do privado. “Ao evocar uma formação cultural feminina aprimorada, suas sugestões enclausuravam a mulher nas mesmas funções cotidianas, ou seja, o cuidado com a casa e a família” (Duarte, 1991, p. 159).

A defesa pela igualdade de gênero

Os primeiros pensamentos de Nísia Floresta foram na direção de um discurso de luta pela igualdade entre os gêneros, da luta contra a violência à mulher. Nesse viés, analisando a história brasileira, principalmente a partir do século XIX, percebe-se que o patriarcado estrutural e contrário a igualdade de direitos entre gêneros criava poucas oportunidades às mulheres, porque os homens não queriam ser questionados nas suas decisões do dia a dia, motivo forte para negar acesso à instrução formal à mulher, devendo esse segmento prestar obediência total ao marido.

Para Chauí (1985, p. 47), uma das vertentes em que ocorre a reprodução de gênero, de uma forma errônea, é na ideologia de que as mulheres são naturalmente “seres para os



outros” e “não seres com os outros”. Assim, cabe a ela a maternidade, o “amor materno”, para se realizar em outra pessoa.

A educadora, intelectual e escritora Nísia Floresta, nordestina, excluída até bem pouco tempo da história brasileira de formadores e formadoras de opinião pública, teve o papel importante de iniciar os primeiros passos na luta pelos direitos de igualdade de gênero no Brasil.

Desde a primeira parte do século XIX, o povo brasileiro era regido por uma monarquia aristocrática portuguesa, com uma clara divisão de classes, grande pobreza, sem possibilidade de ascensão social e desprestígio da figura da mulher como cidadã na sociedade.

Nesse contexto, em busca do reconhecimento da valorização intelectual das mulheres, é que surge Nísia Floresta, na defesa da ideia de paridade, por meio do acesso à instrução científica de qualidade. As mulheres de seu tempo não tinham o direito a qualquer ascensão social. Quer fosse no campo da instrução, do empreendedorismo ou da política, elas eram mantidas, “[...] distantes de qualquer assunto alheio ao ambiente doméstico ou que exigisse uma reflexão mais profunda” (CASTRO, 2010, p. 2).

Essa pioneira do feminismo no Brasil viu o preconceito do “[...] direito natural de superioridade sobre elas” (MARGUTTI, 2019, p. 24), sem direito de escolha de seus representantes políticos. Com essa percepção, começou a colocar suas ideias no papel, questionando a imposição da superioridade masculina e interferindo no *status quo* da sociedade do seu tempo, atitude, na verdade, que se tornou atemporal.

Com isso, foi se tornando precursora na luta pela igualdade e independência da mulher, no campo intelectual, econômico e financeiro, de forma corajosa, abrindo caminhos para o mundo feminino, servindo de inspiração para outras. Para tanto, as suas escritas denunciavam a opressão que as mulheres sofriam e reivindicavam um convívio de todos na sociedade de maneira mais justa, bem como a valorizando da mulher em outras funções.

Essa brasileira gostava muito das ideias iluministas europeias como fonte para combater o patriarcado brasileiro, que colocava a mulher na posição de inferioridade e sem possibilidade de manifestar sobre assuntos relativos ao seu papel na sociedade daquela época.

No livro, “Nísia Floresta – uma mulher à frente do seu tempo”, o autor Paulo Corrêa Barbosa (2006, p.14) afirma que, “suas reflexões, naturalmente, não encontraram



eco entre os contemporâneos e são o testemunho do quanto Nísia Floresta representava de exceção em meio à massa de mulheres submissas, analfabetas e anônimas”.

Vê-se que o discurso nisiano era “como grito de liberdade da mulher brasileira frente à sociedade patriarcal” (BARBOSA, 2006, p. 17), com o objetivo de mostrar a capacidade e potencial de independência feminina, em contraste com o modelo de instrução superficial vigente na época.

A luta contra a violência à mulher

Não se pode duvidar que Nísia foi uma mulher à frente do seu tempo. Enquanto as mulheres no século XIX eram submetidas às atividades domésticas/privadas, Nísia Floresta já traçava suas críticas ao sistema patriarcal.

A história da luta de mulheres nos revela que eram submetidas ao trabalho doméstico, ficando restritas ao cuidado dos filhos e do marido. Portanto, o papel feminino, além de excluído dos espaços públicos, era desvalorizado perante a sociedade. Aqui, cabe ressaltar que se instala a violência de gênero contra mulheres – lugar de subordinação e submissão ao sistema patriarcal, a mulher é considerada como propriedade do homem e não como um sujeito de direitos.

Segundo Saffioti (1976), “[...] não havia necessidade de excluir as mulheres deste sistema produtivo, pois o trabalho delas, em especial o daquelas das classes menos abastadas, gerava benefícios, como garantir a ociosidade das camadas dominantes”.

Na perspectiva de Chauí:

Conceber a violência contra as mulheres como consequência de uma ideologia que define a condição feminina como inferior à condição masculina desembocando em desigualdades hierárquicas que se impõem por meio de discursos masculinos sobre a mulher, os quais se direcionam, também, ao corpo da mulher (CHAUÍ, 1985, p. 47).

Sem dúvida, pode-se afirmar que Nísia Floresta foi pioneira na luta em prol dos direitos das mulheres e da conquista de seu espaço na sociedade brasileira, através dos seus textos e movimentos, que propunham um papel mais ativo e participativo para a mulher numa sociedade de cunho patriarcal. Essa escritora potiguar foi uma precursora na emancipação feminina no Brasil, precipuamente, na reivindicação de uma educação igualitária, com o intuito de afastar o estereótipo do sexo feminino dedicado somente aos cuidados da família e obrigações do lar.

Um dos objetivos dos textos de Nísia Floresta era chamar a atenção para a valorização do papel da mulher na sociedade, demonstrando que a instrução e o trabalho eram um direito feminino e um mecanismo de ascensão social e econômica. Por isso seu



empenho na criação do Colégio Augusto – cujo nome foi uma homenagem ao seu segundo marido – na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1838.

Sua intenção, com o colégio, era valorizar a mulher através da educação, com o estudo de línguas vivas, a prática de educação física e o reduzido número de alunas em sala de aula. Segundo Duarte: “a pedagogia nisiana partia do pressuposto de que a mulher merecia um ensino mais profundo, com o conhecimento de matérias até então reservadas aos homens, como o latim, por exemplo” (DUARTE, 1995, p. 8).

Na época de Nísia Floresta, as mulheres praticamente não ocupavam cargos de destaque na sociedade, com poder de decisão no âmbito privado e público, salvo algumas exceções, como a da Princesa Isabel, com a assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Nos acontecimentos mais recentes, passados mais de cem anos do período em que Nísia Floresta viveu, ainda, se vê a desvalorização da mulher em cargos de comando, durante a chamada “Semana de Inovação 2020”, realizada para discussão de assuntos relevantes, tais como os obstáculos que as mulheres enfrentam para ocupar posições de comando. No encontro intitulado “Mulheres líderes no setor público: visões de sete mulheres líderes no Brasil”, principalmente no setor público, Jessika Moreira, coordenadora geral do Íris (Laboratório de Inovação do Governo do Ceará) e uma das participantes do encontro afirmou:

Nos últimos anos, tivemos 188 ministros escolhidos, mas só 21 eram mulheres. De todos os estados do país, apenas 25% são secretárias de estado. 60% das pastas de Educação e Assistência Social são lideradas por mulheres. Na Segurança Pública, não tem nenhuma. Na Saúde, são só três (JESSICA, 2020)¹².

Corroborando com a fala da Coordenadora o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fez um levantamento sobre a disparidade entre homens e mulheres no setor público, vejamos:

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou a disparidade entre homens e mulheres no setor público. Elas chegaram ao patamar de 59% do total de servidores federais, porém ganham em média 24% menos do que os homens. É uma situação que espelha um quadro mais geral do país. O Brasil ocupa o 132º lugar no ranking do Fórum Econômico Mundial, na lista de 149 nações, sobre equidade salarial para trabalho similar, formulado em 2018. Um ano antes, ocupava a 119ª posição (IPEA)¹³.

¹²ENAP. **Mulheres ocupam poucos cargos de comando no setor público**. [S.I.]. 2020. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/en/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

¹³ENAP. **Mulheres ocupam poucos cargos de comando no setor público**. [S.I.]. 2020. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/en/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico>. Acesso em: 19 de maio de 2022.



Nísia Floresta, educadora feminista sustentava, principalmente através da escrita, o fato de que a mulher merecia uma qualidade de ensino e maior independência, sem o enclausuramento que, em sua grande maioria, as limitava aos cuidados da casa, da atividade materna. Assim, ela defendia:

[...] a relevância do papel e da função da mulher não se restringia ao cuidado da casa e dos filhos. E aí está o vanguardismo nisiano escancarando o devir. A mulher executa hoje as mesmas atividades que suas antepassadas, mas o acesso à escola, ao conhecimento, ao mundo fora do lar proporcionou sua emancipação. Nísia Floresta insistia nisso, acreditando que a libertação só ocorre quando o sujeito está livre da subjugação (SILVÉRIO DE ALMEIDA; DAL MAS DIAS, 2009, p. 15).

Por isso, a figura da mulher é tratada, no âmbito do pensamento dessa escritora, como um ser humano que tem desejos, ambições e capacidade, e não como um objeto restrito aos afazeres domésticos e cuidado com os filhos. No entendimento dela, com o acesso aos estudos, as jovens poderiam emancipar-se e construir uma nova identidade para o papel da mulher no Brasil, na edificação de uma convivência de forma igualitária com os homens.

Assim vai se concluindo, nessa oportunidade, o tamanho da importância da escritora Nísia Floresta para o movimento feminista no Brasil, pois com ela se iniciou a luta pelo acesso à instrução científica, depois, passou pela conquista do voto, em 1932, a inserção no mercado de trabalho, a divisão das tarefas domésticas e a coragem de denunciar a violência contra a mulher. Hoje, a pauta do movimento feminista brasileiro se debruça sobre os direitos sexuais e reprodutivos, bem como a igualdade de salários entre os sexos.

Considerações finais

Nesse artigo, ficou claro que Nísia teve uma trajetória bastante ativa e auxiliou na busca por mudanças da sociedade patriarcal em sua época – o que ecoa atualmente. Infere-se ainda, através desse estudo, que os pensamentos e escritos de Nísia tenham ajudado na luta pela igualdade de gênero no Brasil, sobretudo no campo da educação.

Ao contrário daquele tempo de Nísia, hoje, com mais oportunidades e liberdades, podemos ver que:

[...] no âmbito da saúde, o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) 2020 também traduziu a prevalência atestada em outros exames aplicados pelo NOs. Dos profissionais de medicina que se inscreveram para esta edição, 51,8% (8.016) foram mulheres (INEP).



Como demonstra o INEP, a realidade tem sido mudada a cada dia, em relação ao espaço que as mulheres vêm conquistando, daí a importância de mulheres como Nísia Floresta, que despertou os olhares para os direitos das mulheres.

Nísia enfrentou a resistência por ser mulher – mas, teve força e resistência através de suas obras literárias para buscar a liberdade das mulheres, dos escravos e até mesmo a República. Ela, como mulher, resistiu ao sistema patriarcal da sua época – rompendo com os limites impostos à sua condição –, abrindo um grande caminho para que outras mulheres pudessem trilhar.

Como mulher brasileira, Nísia deixou sua marca na nossa história brasileira através de suas lutas sociais e políticas no combate à desigualdade de gênero, o que hoje funciona como bússola na busca de alternativas de enfrentamento das múltiplas violências que as mulheres ainda são submetidas. Logo, ainda há muito o que se fazer no combate às violações dos direitos humanos das mulheres.

Data de Submissão: 22/02/2022

Data de Aceite: 23/05/2022

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Neuma. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth (Org.) **Dicionário feminino da infâmia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Almanaque Histórico - Nísia Floresta uma mulher à frente de seu tempo**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL (1996). **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL (1941). **Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1941**. Dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL (2002). **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto n. 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL (2015). **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como



circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL (2006). **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**, Volume 2. Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1967.

CASTRO, Luciana Martins. **A Contribuição de Nísia Floresta Para a Educação Feminina**: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. Volume 7, número 10, dezembro de 2010 - Dossiê História e Educação, 2010.

CHACHAM, Alessandra. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. *In: A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.L.V.C.; HEILBORN, M.L. (Org.). Perspectivas antropológicas da mulher*. São Paulo: Zahar, pp. 23-62, 1985.

CORTÊS, I. R.; RODRIGUES, A. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFEMEA. Brasília: Letras Livres, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Monstros e maravilhas no Brasil Colonial**. *In: Esquecidos por Deus. Monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta - Vida e Obra**. Editora Universitária. UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo ou apropriação?** *In: O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, pp. 153-161, 2001.*

DUARTE, Constância Lima. **De Papari para o Mundo**. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 6, dezembro, 2005, p. 53-56, 2005.*

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. pp. 30–31, 1964.

MARGUTTI, Paulo. **Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida:** feminismo, positivismo e outras tendências. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

NEGROMONTE, Fátima Bezerra e REGO, Djair Teófilo de. **Nísia Floresta e a Luta pela Igualdade de Gênero no Brasil no Século XIX.** Educon, Aracaju, Volume 10, n. 01, p.1-14, set/2016 | www.educonse.com.br/xcoloquio, 2016.

PORTO, P.R. da F. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:** Lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

RAGO, Margareth. **Feminizar é Preciso, ou**



“TECELÃS DE MEMÓRIA”: AS MULHERES INDÍGENAS DO ACRE ROMPENDO AS REPRESENTAÇÕES

“MEMORY WEAVERS”: THE INDIGENOUS WOMEN OF ACRE BREAKING UP REPRESENTATIONS



KAROLAINÉ DA SILVA OLIVEIRA¹⁴

Resumo

O trabalho aborda sobre as mulheres indígenas do Acre em seus processos políticos de rompimento das representações criadas sobre elas, entendendo esses processos como formas de resistência às heranças coloniais que lhes foram impostas ao longo dos anos, por meio da criação dos termos de gênero e raça. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar as atuações das mulheres indígenas do Acre em suas comunidades, e fora delas, visibilizando seus protagonismos e enfrentamentos perante a sociedade e o Estado. Usando como metodologia pesquisas qualitativas e de análises dos documentos encontrados na hemeroteca da Biblioteca Digital (BNDigital) e acervo online do site do Museu do Índio, que possibilitou o acesso a memórias registradas de algumas mulheres. Para o embasamento teórico utilizou-se trabalhos de historiadoras e antropólogas, como Maria Regina Celestino de Almeida, Teresa Almeida Cruz, María Lugones, dentre outros autores, estabelecendo o diálogo entre seus trabalhos e as fontes. Mediante os resultados encontrados foi possível entrever os equívocos presentes nas representações dessas mulheres, ao enclausurá-las em descrições de presas e subserviência.

Palavras-chave: Acre; acervos digitais; mulheres indígenas; memória; representação.

Abstract

This paper discusses the political processes of the indigenous women of the state of Acre to break away from the representations created about them, understanding these processes as forms of resistance to the colonial legacies that were imposed on them over the years through the creation of the terms gender and race. In this sense, the present article aims to analyze the actions of indigenous women in Acre in their communities, and outside them, visualizing their protagonism and confrontations with society and the State. The methodology used is qualitative research and analysis of the documents found in the digital library of the Digital Library (BNDigital) and the online collection of the site of the Museum of the Indian, which provided access to recorded memories of some women. For the theoretical foundation we used works by historians and anthropologists, such as Maria Regina Celestino de Almeida, Teresa Almeida Cruz, María Lugones, among other authors, establishing a dialogue between their work and the sources. Through the results

¹⁴ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (2022). Atua como professora de História para alunos do pré-Enem. E-mail: karolainysilva417@gmail.com.



found it was possible to glimpse the misconceptions present in the representations of these women, by elucidating them in descriptions of prey and subservience.

Keywords: Acre; digital collections; indigenous women; memory; representation.

Introdução

O presente artigo é parte do projeto de pesquisa “Representações das mulheres indígenas do Acre”, realizado durante as disciplinas de Pesquisa Histórica I e Pesquisa Histórica II. Para a elaboração do trabalho foram realizadas consultas em alguns jornais acreanos presentes na hemeroteca digital da biblioteca Nacional (BNDigital), e relatórios presentes no arquivo online do Museu do Índio¹⁵, utilizando uma metodologia analítica e qualitativa dos documentos encontrados. Mediante as fontes notou-se como as mulheres indígenas foram representadas ao decorrer do século XIX até o presente momento, sendo apontadas como seres submissos e suscetíveis às violências ocasionadas pelos invasores do então chamado território acreano.

Quando houve a invasão no século XIX, esse espaço já era habitado por centenas de povos indígenas. Cada um possuía a sua estruturação e modo de vida, executavam tarefas para garantirem as suas vivências e estabeleciam relações de rivalidades ou amistosidades entre seus vizinhos, tanto por meio de guerras, como pelos casamentos interétnicos. Posteriormente à invasão, viriam a desenvolver relações também com os seringueiros, relações estas que rompem com o dualismo simplistas de “mansos ou selvagens” criados pelos não indígenas para definir os povos do Brasil, como aborda Almeida¹⁶, eram sujeitos ativos e possuidores de interesses próprios.

Nesse cenário de invasões, as mulheres indígenas são registradas na história de modo a serem visualizadas apenas como corpos físicos aptos à violência sexual, destinadas para trabalhos nas casas dos seringalistas, casamentos forçados e fins reprodutivos. Ações parecidas as realizadas na América Latina após o século XV, onde as mulheres indígenas além de terem seus territórios invadidos, tiveram também a invasão em seus próprios corpos. Desse modo, para compreendermos como ocorreu esse processo de inferiorização do sujeito feminino, refletindo seus resultados nas representações criadas sobre elas, se é feita uma revisitação da história macro para a micro. Percebendo as definições e funções dos corpos estabelecidas a partir da visão dos colonizadores logo após a invasão do continente.

¹⁵ As consultas realizadas nesses sites faziam parte do projeto de iniciação científica “Representação dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras”, realizadas ente os anos de 2020 a 2021.

¹⁶ ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.



Lugones¹⁷ afirma que para os colonizadores não havia a importância de tornar os indígenas em seres humanos, conseqüentemente tratá-los dessa forma também estava fora de cogitação, pois explorar ao outro era um dos objetivos, e para fazerem isso desumanizaram esses sujeitos, criando grupos dicotômicos, binários e hierárquicos de superiores e inferiores, racionais e irracionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. Ocasionalmente também a separação dos corpos femininos e masculinos, impondo sobre esses o sentido de gênero, apoiando a existência de dominação entre eles.

Segundo Quijano¹⁸, essa colonialidade do poder criou ainda a ideia de raça. Ao categorizar os povos que habitavam a América Latina por “índios” acabou por retirar as suas singularidades e subjetividades, reduzindo as suas cosmologias como relações míticas com a natureza. Nesse processo, as mulheres indígenas sofreram da mesma forma que as mulheres europeias, ao terem suas relações com a natureza inferiorizadas e banalizadas.

Assim, as mulheres indígenas passaram a enfrentar as dificuldades em uma intensidade triplicada, como afirmam Manchinery e Almeida Silva¹⁹, dando-se em decorrência da racialização de sua etnicidade, pela dominação do gênero e por fazerem parte de uma cultura não ocidental, compondo a história a partir dos posicionamentos dos colonizadores, e representadas a partir do ponto de vista deles. Entretanto, ao serem deixadas vivas por não oferecerem ameaças, mas sim garantias proveitosas, tornavam-se importantes fontes vivas para o resgate dos costumes de seus povos, oferecendo dessa maneira uma forma de resistência. Já no século XX, institucionalizaram as suas resistências fazendo parte do movimento indígena e criando as suas associações.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo abordar como as mulheres indígenas do Acre rompem com as representações criadas sobre elas, afinal essas mulheres desempenhavam importantes funções em suas comunidades, tendo as suas tarefas consideradas essenciais para a vida dos povos indígenas, depois passaram a ser parte fundamental para o resgate das culturas ao serem consultadas pelos descendentes de seus povos, e hoje atuam tanto em suas comunidades como em outros espaços da sociedade

¹⁷ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v° 3, n° 22, p. 320. 2010

¹⁸ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005.

¹⁹ MANCHINERY, Alessandra S. S.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 2642, 2019.



não indígena, lutando ao lado dos homens pelas causas gerais dos povos indígenas, mas também pelas particularidades das mulheres indígenas.

O sentido das representações

De acordo com Santos²⁰, a representação é bastante utilizada em produções acadêmicas, no entanto acaba por não ser usada a partir do seu real sentido. A medida em que os anos foram passando, adquiriu significados diferentes desde quando foi utilizada pela primeira vez, no século XIII, pelos papas e cardeais que diziam ser a representação de Cristo na terra. Sua demasiada complexidade já gerou em alguns estudiosos dúvidas se realmente ainda deveria ser trabalhada por historiadores, porém a sua presença na sociedade a faz possuir um grau de importância, assim adota-se nesse artigo o sentido de representação apresentado por Santos:

O conceito de representação entendido desta maneira manifesta uma concepção de mundo dualista. De um lado está o mundo físico existente e de outro as representações que os homens fazem deste. Assim, a mente representa ou espelha as coisas por meio das ideias.²¹

Entendendo a representação como a forma de olhar o outro e o interpretá-lo a partir de si mesmo, compreende-se que as representações realizadas sobre as mulheres indígenas expressam equívocos, significando apenas algo abstrato daquele que está vendo, e não o real daquele que está vivendo. Quando os homens não indígenas chegaram no território do Acre, fossem eles os seringueiros ou cronistas, já vinham imbuídos das ideias ocidentais, de considerarem os indígenas raças inferiores assim como as mulheres, consideradas apenas como “fêmeas disponíveis”.²²

A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço.²³

Alguns etnólogos acabaram por fazer registros, colocando os indígenas como “mansos ou selvagens”, alguns ignoravam a existência das mulheres indígenas, deixando lacunas em seus escritos. Como resultado, as mulheres indígenas acabaram por serem representadas juntamente ao número de crianças indígenas, ou seja, aparecem em sua

²⁰ SANTOS, Elisabete Leão Sales dos. Das “Revoluções Silenciosas” ao Movimento Feminista Indígena no Brasil. **Encontro Estadual de História: História e movimentos sociais**, 2011.

²¹ SANTOS, 2011, p. 40.

²² LEITE, Samyr Alexssander Faria. Representações sobre gênero feminino: alguns apontamentos sobre a presença das mulheres na Amazônia. **Revista Tropos**, Vº 6, Nº 1, ed. Julho de 2017. p. 14.

²³ SANTOS, 2011, p. 34.



maioria em dados demográficos, ou sendo apenas as vítimas de ataques por parte dos seringueiros e caucheiros. Os relatórios disponíveis no acervo online do Museu do Índio expressam bem essa situação, nos documentos pesquisados as mulheres foram registradas numericamente, como vítimas de assédio por alguns membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e de demais ataques. No quesito a seu pertencimento e práticas culturais não foram encontrados registros, dando-se em decorrência da lógica colonialista de descaracterizar as identidades culturais específicas de cada povo.

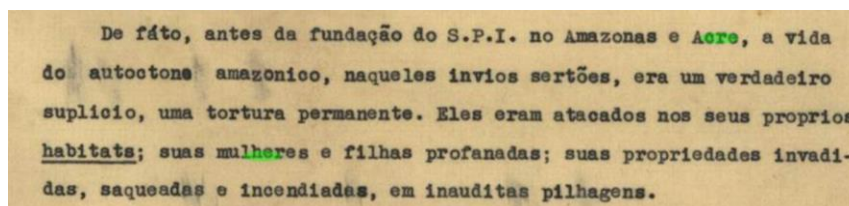


Figura 1- Fonte: Acervo SPI, caixa 55, 1981.

De acordo com o antropólogo Iglesias²⁴, na historiografia acreana existe apenas as mulheres indígenas capturadas durante as correrias e depois vendidas no Juruá para serem as concubinas dos patrões ou seringueiros, e aquelas usadas para o trabalho doméstico. Essa ideia se converge com os relatos de viagem, realizada pelo padre Tastevin, nas regiões acreanas durante o século XX, ele se deparou com a história da indígena chamada Mini, após ter sua aldeia invadida pelos peruanos foi capturada pelos “Kaxinawa de Felizardo” e vendida na condição de escrava para fazer trabalhos domésticos à esposa de um branco. Entretanto, por mais que a historiografia seja reducionista quanto às mulheres indígenas da Amazônia Ocidental, é importante reconhecer a existência de muitas embrenhadas nas matas da região, sendo ainda ignoradas pela historiografia.

Nos mesmos relatos do padre Tastevin também foram encontradas informações que vão para além do comum a ser representado. Segundo ele, as mulheres Kaxinawá determinavam a quantidade de filhos que teriam, fazendo o uso de técnicas da esterilidade, e ainda cabendo à mãe o rompimento do hímen da filha. A partir disso, nota-se que as mulheres indígenas ofereciam posicionamentos e funções importantes em suas comunidades, não lhes cabendo a definição de submissas.²⁵

²⁴ IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafito. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. p. 168.



De acordo com Lasmar²⁶, tiveram também as suas realidades distorcidas ou pouco registradas em decorrência ao pouco interesse que os etnólogos possuíam por elas, já que não existiam rituais femininos ou a visão dos deuses por parte delas. Tendo também a imagem mais difundida das mulheres indígenas do Brasil estando pautada na sua sexualidade, sendo elas desprovidas de pudor seduzindo aos portugueses, não sendo diferente na história do Acre, envolvendo os seringueiros e caucheiros.

Mulheres indígenas em suas comunidades

Silva e Manchinery²⁷, informam que atualmente as mulheres indígenas lutam para a desconstrução das representações, afinal não condizem com a verdade, já que desenvolviam importantes papéis nas suas comunidades cuidando das lavouras, da produção de alimentos, eram parteiras e responsáveis pelas crianças, por meio delas se estabeleciam ainda as relações interétnicas. Antes dos caucheiros e seringueiros chegarem, havia grandes festas entre os vários grupos que viviam na região do Rio Gregório e Tarauacá. De acordo com Iglesias²⁸, nessas grandes festas ocorriam intercâmbios de conhecimentos, de bens, alianças políticas e matrimoniais, ocorrendo as relações interétnicas, onde as mulheres eram utilizadas para fazerem as alianças entre os povos distintos.

O importante diálogo criado entre historiadores e antropólogos nos possibilita visualizar as particularidades dos povos indígenas. Os antropólogos Mccallum e Soares²⁹, realizaram pesquisas sobre os Kaxinawa, notando que por mais que houvesse as diferenciações entre homens e mulheres, não ocorria a imposição de gênero como na sociedade ocidental. Enquanto os homens ficavam responsáveis pela caça e pesca, as mulheres preparavam os alimentos, cuidavam das crianças, teciam e faziam a cerâmica.

Cabiam às avós maternas educarem as meninas, essas permaneceriam em suas aldeias durante os processos de aprendizagem, e aos avôs maternos recaíam a responsabilidade de ensinar aos meninos, os deslocando a lugares distantes para aprenderem a caçar. Em relação aos casamentos os homens deveriam se mudar para a casa dos sogros devendo serviços ao pai de sua esposa. Para os Kaxinawá os homens e

²⁶ LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. In: **Periódicos UFSC**. Florianópolis, 1999.

²⁷ MANCHINERY; ALMEIDA SILVA, 2019.

²⁸ IGLESIAS, 2008.

²⁹ MCCALLUM, Cecília; SOARES, Luiz Felipe Guimarães. “Aquisição de Gênero e Habilidades Produtivas: O Caso Kaxinawá.” *Estudos Feministas*, vol. 7, no. 1/2, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, pp. 157–75, <http://www.jstor.org/stable/43904089>.



mulheres são seres diferentes, e essas diferenças os completam, não atuando como separação ou inferioridade, “homens matam e trazem a caça, enquanto as mulheres a transformam”.³⁰

As meninas aprendiam ainda criança a fiar algodão, à medida que iam crescendo aprimoravam cada vez mais o seu trabalho fazendo redes, bolsas, depois aprendiam a fazer cestos esteiras. Somente adultas que recebiam os ensinamentos para tecer padrões decorativos. Essas ações eram tidas com muito respeito pelos indígenas, aquelas mulheres mais habilidosas eram bastante valorizadas em suas comunidades, tidas como inteligentes. O ato de tecer era bem mais do que decorativo, pois consideravam estarem tecendo as tradições do espaço conhecidos por alguns como *Abya-ayala*.

Em relação ao preparo dos alimentos, as mulheres Kaxinawá eram tidas como aquelas que desempenhavam um importante papel, ao transformarem a carne crua em alimento. A transformação da comida era relacionada a geração dos bebês, consideravam as panelas de barro como um útero, cabendo às mulheres os cuidados.

O termo para 'cozido' é *ba*, que na forma verbal significa criar, procriar e nascer...Cozinhar alimentos (*bova*) é análogo a fazer bebês. Do mesmo modo, potes e panelas são análogos a úteros. As mulheres são responsáveis, assim, por transformar a matéria crua (carne, peixe, vegetais) em matéria cozida e comestível; e também por transformar o sangue humano cru em bebês, 'cozidos' em seus úteros.³¹

As mulheres Kaxinawá ocupavam o centro de sua comunidade juntamente aos homens, não estando às margens como foram colocadas a partir da intromissão realizadas pelos colonizadores. As mulheres dos outros grupos étnicos também desenvolviam funções como essas em suas comunidades, diferenciando alguns aspectos do cotidiano, partindo daí a importância de visualizar as particularidades e subjetividades entre os povos. Notando-se isso na matéria do jornal acreano “O Jornal” de 1980, onde o Frei José Maria Carneiro de Lima relata sua viagem em Boca do Acre realizada na década de 1930, resultando no encontro dos Jamamadi. De acordo com o Frei, era um povo muito interessante, faziam cerimônias dolorosas antes de realizarem os casamentos. Tanto meninas como meninos eram submetidos a perfurações no corpo para colocarem seus adereços, devendo as meninas não demonstrarem nenhum sinal de dor e fraqueza.³²

O casamento somente era realizado após as meninas estarem preparadas para serem mães, mas para isso ocorrer os homens deveriam provar serem capazes de proteger

³⁰ MCCALLUM; SOARES, 1999, p. 5.

³¹ MCCALLUM; SOARES, 1999, p. 10.

³² *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6.



as suas mulheres de ataques. Para a prova, eles deveriam segurar em seus braços um pedaço de tronco simbolizando sua esposa, e protegê-lo dos ataques de outros homens. As cerimônias eram realizadas porque tinham em mente que o casamento passaria por muitas provas.

Exigiam tanta prova para a jovem porque, segundo os índios mais velhos, a mulher vai sofrer muito no casamento e deve dar provas de estar preparada para tanto. Ela não pode dar sinal de sofrimento ou dor naquela cerimônia. E nunca dá mesmo!³³

Para Santos³⁴, as atividades desenvolvidas pelas mulheres indígenas, tidas como importantes em suas comunidades foram reduzidas a tarefas irrelevantes após a chegada dos colonizadores. Imbuídos do machismo resultante de suas sociedades patriarcais, naturalizando essas atividades determinadas apenas para o feminino, silenciando e oprimindo aquelas que realizavam as atividades ditas masculinas. Desse modo, as mulheres indígenas foram afastadas dos centros e alocadas às margens, resultando futuramente nos enfrentamentos do machismo tanto fora como dentro das suas comunidades.



Figura 2- Fonte: *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6

Na imagem retirada de “O Jornal” de 1980, é possível ver as mulheres indígenas em meio aos homens, sendo essas também consideradas como sujeitos que deviam ser modificados e distanciados de seus costumes. No entanto, é possível notar que para elas a lógica colonial foi mais intensa, sendo descritas como mulheres sem pudor, desse modo foram cobertas com os trajes ocidental.

Tecendo memórias

³³ *O Jornal*, Rio Branco, maio de 1980, p. 6.

³⁴ SANTOS, 2011.





O extermínio dos povos indígenas ocorrido durante as correrias, deixavam algumas mulheres vivas para futuramente desempenharem determinadas funções nos seringais, juntamente aos poucos homens que também não eram mortos. A partir daí, tornavam-se testemunhas vivas das atrocidades cometidas contra os seus familiares, ao mesmo tempo em que se tornavam as guardiãs de suas culturas. O fardo que carregavam consistiam em terem “petrificada a tragédia na memória”.³⁵

As mulheres corriam mais violentamente para fora da casa grande, gritando e puxando os cabelos em sinal de terror e desespero. Eram derrubadas uma a uma ou lançadas e amarradas. As crianças também eram capturadas para que ‘virassem gente’ depois de educadas nas famílias dos brancos. [...] podia durar muitas horas o tiroteio e mortandade, entre gritos pavorosos das mães índias inocentes. As vezes os matadores não se continham e praticavam crueldades desmedidas; lançavam crianças para o alto e aparam no facão, diante do olhar estarecido e suplicante da mãe.³⁶

Ao serem enclausurados nos seringais, Almeida e Cruz³⁷ explicam que os indígenas, homens e mulheres, eram proibidos de praticarem suas culturas, desde o uso de suas línguas consideradas como “línguas de bicho”, às práticas de rituais. Tornando-se dessa forma sujeitos marginalizados, etnicamente chamados de caboclos. As mulheres testemunhavam as resistências oferecidas por aqueles que se recusavam a cumprir com as ordens, como o ocorrido a uma mulher indígena do Envira, capturada durante uma correria viu um “índio valente” ser morto lentamente por um jagunço.

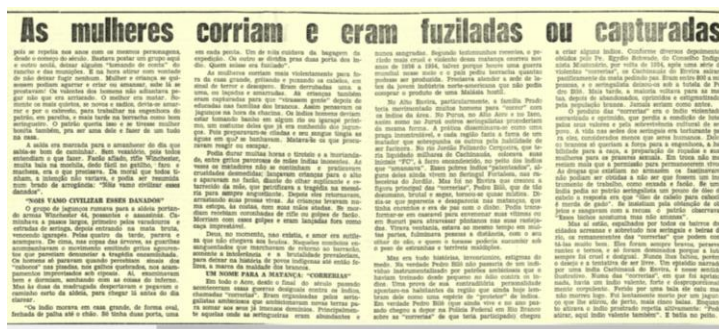


Figura 3- Fonte: *O Varadouro*: jornal das selvas, Rio Branco, maio de 1977, p. 10.

As memórias das mulheres indígenas se demonstraram como fundamentais para o resgate de culturas e a reescrita da história dos povos indígenas. Após serem libertos dos seringais, os povos indígenas fizeram a retomada de seus costumes, tendo os mais

³⁵ Frase presente no jornal “O Varadouro: o jornal das selvas”, edição quinzenal de maio de 1977.
³⁶ *O Varadouro*, Rio Branco, maio de 1977, p. 10.
³⁷ ALMEIDA; CRUZ, 2017.



velhos como principais aportes para isso, sendo as mulheres indígenas importantes fontes para o resgate da cultura que se tentou silenciar.

As mobilizações em defesa dos territórios indígenas vieram acompanhadas das retomadas das identidades étnicas sufocadas pelas correrias. Um exemplo foram as mulheres Huni Kuin da aldeia do Caucho, localizada à uma hora de barco da cidade de Tarauacá, que procuraram as mulheres idosas da aldeia do Humaitá para aprender a língua, a tecelagem, o artesanato e a cerâmica Huni Kuin.³⁸

Estudos realizados pelos antropólogos Terry Aquino e Marcelo Iglesias³⁹, afirmam quem por volta de 1999 uma família de Kaxinawas das terras do Jordão, tomaram a iniciativa de reunir mulheres Kaxinawas das aldeias vizinhas para repassarem umas as outras as suas técnicas artesãs de cerâmica e tecelagem bordada com *kenê*, além de tentarem elaborar caminhos para a comercialização de seus produtos. Com essas ações, ao mesmo tempo em que as mulheres teciam os seus bordados acabavam tecendo também as suas memórias de práticas que antes tentaram apagar.



Figura 4- Fonte: *O Varadouro*: jornal das selvas, Rio Branco, maio de 1977, p. 8.

Nesse sentido, compreende-se a memória como parte fundamental para a existência de um povo, “todo o grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro”.⁴⁰ Mediante isso, visualiza-se a noção que os povos indígenas tinham em relação à memória, sendo ela primordial para as suas (re)existências.

As mulheres indígenas como tecelãs de memória, não expressam apenas o genocídio que aconteceu no Acre, mas demonstram serem os indígenas sujeitos ativos, tendo os seus posicionamentos mediante às investidas dos brancos. Por meio delas, nota-

³⁸ ALMEIDA; CRUZ, 2017, p. 31.

³⁹ IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; AQUINO, Terri Valle de. **Povos e terras indígenas no estado do Acre** (caderno temático). Rio Branco: Governo do Estado do Acre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre-fase II, 2005.

⁴⁰ FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória a problemática da pesquisa**. Universidade de Passo Fundo, 1988. p. 10.



se também os epistemicídios realizados contra os povos indígenas, que viram seus saberes serem reduzidos como irrelevantes e seus corpos utilizados apenas como força de trabalho e coerção. Entretanto, o resgate da memória apresenta os povos indígenas como sujeitos subversivos ao poder colonial, não contribuindo com os interesses de apagamentos ocasionado pelos colonizadores. Ao voltarem-se para o passado não significam estarem regredindo no tempo, pois ao mesmo tempo em que fazem essa ação “a cabeça volta-se para o passado com o corpo no presente”⁴¹, permanecem nutridos pela consciência de seus direitos e seus usos, conquistados ao longo de suas lutas.

Corpo como território político

A participação direta das mulheres indígenas no movimento indígena se deu a partir de 1980. Saindo de suas comunidades e enfrentando tanto as dificuldades perante a sociedade como também pelos seus maridos e demais líderes, que a princípio ofereceram resistência à participação das mulheres nesses espaços, tendo como exemplo a história de Letícia Yanawá e Nazaré Apurinã.

Por influência de seus maridos, começaram a se interessar pelo movimento indígena, que à época pressionava o governo pela demarcação de terras. Mas num dos primeiros encontros que presenciaram, entre líderes da hoje extinta União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), estranharam a composição da mesa de debates, visto que as mulheres foram relegadas a segundo plano.⁴²

O intuito da participação das mulheres indígenas no movimento não era como adversárias, mas aliadas, lutando pelo direito à demarcação de terras, educação e saúde para seus povos. Entretanto, também realizavam a luta por questões específicas de seus corpos femininos, pelo direito à geração dos filhos, saúde da mulher indígena e combate ao machismo. Segundo Castillo⁴³, as mulheres lutam duplamente, frente ao Estado para garantirem os direitos à diferença cultural, e frente a toda a sociedade para garantirem a sua dignidade à vida, levando para seus movimentos não apenas as reivindicações por seus direitos assegurados por lei, mas também os seus corpos como territórios políticos atrelados à terra.

⁴¹ FÉLIX, 1988, p. 18.

⁴² ALMEIDA SILVA; MANCHYNERI, 2019, p. 34.

⁴³ CASTILLO, Rosalía Aída Hernández. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. In: MINOSO, Yuderky Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.



No movimento das mulheres indígenas existe o comprometimento com Pachamama e todos os seus ancestrais. Isso se tornou bastante visível com a I Marcha das mulheres indígenas realizada em 2019 em Brasília, com o lema “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”, contando com a participação de quase 3000 mulheres de 150 povos de todo o Brasil. “Tratou-se de um momento de reforçar, ante o Estado e a sociedade brasileira, a reafirmação de suas manifestações de processos de resistências, tanto em âmbito geral, como do recorte gênero dos povos indígenas do Brasil”.⁴⁴

À medida que os anos vão passando, as mulheres indígenas unem-se em maior número. Em 2021, cerca de 4000 mulheres participaram da II Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, tendo como tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. O encontro se deu do dia 7 a 11 de setembro, onde contestaram presencialmente a tese do “Marco Temporal”, que com a PL 490 ataca inconstitucionalmente o direito dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais. Com seus cantos e danças, as mulheres não reivindicavam apenas pelos seus espaços territoriais, mas pela continuidade da vida na terra, tendo em vista a importância das florestas na vida de todos. Mesmo em um cenário de pandemia elas foram munidas da teoria do Bem Viver⁴⁵, enfrentando o governo genocida e antiindigenista que constantemente ataca os povos originários.

Após adentrarem o movimento indígena em caráter geral, passaram a compor suas próprias associações, a primeira foi a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Em 2001, surgiu o departamento para as mulheres indígenas na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), sendo o primeiro a surgir em nível regional atendendo as demandas das mulheres. De acordo com Almeida e Cruz⁴⁶, no Acre foi criada em 1997 o Grupo de Mulheres Indígenas (GMI), durante a III Assembleia Ordinária da UNI, realizada na Aldeia Morada Nova, no município de Feijó/AC, tendo como lideranças Letícia Luiza Yawanawá, Miralda da Silva Lopes Apurinã, Maria de Nazaré Apurinã, Joana Manchineri e Maria Evanizia Poyanawa.

⁴⁴ GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas**: Gênero, etnia e cárcere. Dissertação (Direito), 2020. p. 30.

⁴⁵ “Bem Viver” originário da língua Quechua diz-se “sumak kawsay”. De acordo com Acosta (2016), o Bem Viver é um modo de vida que valoriza a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. É a união com o outro e a natureza, sem a exploração e destruição de ambos.

⁴⁶ ALMEIDA; CRUZ, 2017.



O GMI desenvolveu um importante papel tomando decisões sobre a saúde da mulher indígena, valorização da cultura dos artesanatos, fortalecimento dos trabalhos das parteiras, combate à violência, e demais assuntos voltados para as mulheres indígenas. “Essas lideranças femininas foram estendendo os trabalhos do GMI para as aldeias do interior do Acre e Sul do Amazonas, vencendo as resistências criadas por homens indígenas, inclusive caciques, e criando credibilidade entre mulheres e homens”.⁴⁷

As mulheres indígenas passaram a ocupar cargos importantes nas associações indígenas. Em abril de 2005 houve a criação de uma nova entidade de representação regional, a Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (OPIN), tendo Ivanilde Shanenawa como secretária. No mesmo ano foi criado em substituição ao GMI a Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORI), tendo hoje como coordenadora Letícia Yawanawá. Letícia Yawanawá é uma forte representante das lutas das mulheres indígenas, além de seu cargo na SITOAKORE é também uma das articuladoras do Vozes das mulheres indígenas implementada pela ONU Mulheres⁴⁸ e conselheira do Direito da Mulher do Estado do Acre.

Se nos anos 1970-1980, as lideranças indígenas eram exclusivamente masculinas, muitas delas com visibilidades nacional e internacional, no momento atual as mulheres indígenas conquistam novos espaços de representação na busca dos direitos de seus povos, igualmente introduzindo problemáticas específicas no movimento etno-político indígenas.⁴⁹

Todas essas participações das mulheres indígenas nos movimentos que ocorrem fora de suas comunidades, e das ações de lideranças dentro delas, demonstram que ser mulher indígena é romper com as representações deixadas como heranças colônias, barrando a imposição do gênero e seus enclausuramentos em espaços diminutos da sociedade.

Para Lugones⁵⁰ a colonialidade do gênero é um exercício de poder concreto que se apresenta sobre os corpos destituindo deles o poder de suas subjetividades, então quando as mulheres indígenas levam consigo a sua cosmologia estão destruindo os resquícios da colonialidade, sendo essa uma tarefa árdua, afinal entende-se como gênero

⁴⁷ ALMEIDA; CRUZ, 2017, p. 33.

⁴⁸ A ONU Mulheres é uma organização das Nações Unidas voltada para as questões das mulheres, dando enfoque no combate à violência contra a mulher, aumento das lideranças femininas, empoderamento econômico e igualdade de gênero.

⁴⁹ MONAGAS, Angélica Célia Sachi. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações das mulheres indígenas da Amazônia brasileira. Dissertação (Antropologia), 2006. p. 73-74.

⁵⁰ LUGONES, 2010.



algo criado que se transforma de diversas maneiras em diferentes contextos e espaços, não estando propriamente relacionado ao biológico, e sim ao social assim como a questão da raça. Paiva⁵¹, explica que as mulheres indígenas lutam pela defesa do território ancestral e propriedade do seu intelecto, que juntamente aos saberes dos homens indígenas foram deslegitimados e reduzidos ao misticismo.

Elas cumprem mais que triplas jornadas, são as guardiãs da cultura e dos conhecimentos tradicionais e reafirmam suas identidades mesmo dialogando com o mundo exterior, sem que haja hierarquia de protagonismos. São faces de uma luta que se complementam em cada aspecto de resistência.⁵²

Considerações finais

Atualmente as mulheres indígenas ocupam vários espaços na sociedade, desenvolvendo atividades interligadas as suas origens e reafirmando constantemente as lutas dos seus povos. Desde o processo das capturas, ao cárcere nos seringais, e ao momento das organizações em suas associações, as mulheres indígenas do Acre vêm realizando o processo da descolonização de seus corpos e mentes. Carregando em si memórias tecidas de geração em geração e as repassando adiante, pois é desta forma que a mulheres dos povos originários realizam as suas ações, sempre atuando em coletivo, reinventando formas de serem ouvidas e ocupando espaços aos quais antes eram impedidas de fazerem parte, tendo em vista a estrutura homogeneizante da sociedade que deslegitima as diferenças.

Nesse sentido, quando as mulheres se impõem dentro de suas comunidades como lideranças e fora delas como sujeitos políticos sociais, acabam por romperem as representações que lhes foram dadas. Elas enfrentam as lutas árduas contra o patriarcado, o machismo, o racismo e ainda o etnocentrismo da cultura ocidental. Nesse contexto, entende-se a necessidade de revisitar a história das mulheres indígenas a partir delas mesmas, pois ainda há muitas memórias a serem ouvidas e representações a serem, de certo modo, contestadas.

Data de Submissão: 12/02/2022

Data de Aceite: 11/04/2022

⁵¹ PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

⁵² GUAJAJARA, 2020, p. 36.





Fontes

A história. **O Varadouro**, Rio Branco, Ano I, nº 1, maio de 1977, p. 8.

Acervo SPI, acessado através do arquivo digital do **Museu do Índio**, 1981. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/mi_arquivistico/5597. Acesso em: 17 de set. 2021.

(CORRERIAS) As mulheres corriam e eram fuziladas ou capturadas. **O Varadouro**, Rio Branco, Ano I, nº 1, maio de 1977, p. 10.

OS índios que eu conheci. **O Jornal**, Rio Branco, Ano VII, nº 140, maio de 1980, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=764809&pagfis=2343>. Acesso em: 17 de set. 2021.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade; CRUZ, Teresa Almeida. Quando o índio amansa branco: resistências e movimentos indígenas no Acre. In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube. **Protagonismos indígenas na história do Norte do Brasil**. Palmas: Nagô, 2017.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CASTILLO, Rosalía Aída Hernández. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias).



FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória a problemática da pesquisa**. Universidade de Passo Fundo, 1988.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas**: Gênero, etnia e cárcere. Dissertação (Direito), 2020.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo**: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; AQUINO, Terri Valle de. **Povos e terras indígenas no estado do Acre** (caderno temático). Rio Branco: Governo do Estado do Acre Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre-fase II, 2005.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. In: **Periódicos UFSC**. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 17 de set. 2021.

LEITE, Samyr Alexssander Faria. Representações sobre gênero feminino: alguns apontamentos sobre a presença das mulheres na Amazônia. **Revista Tropos**, V° 6, N° 1, ed. Julho de 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y género. CORREAL, Diana; MIÑOSO, Yuderkys; MUÑOZ, Karina. **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-74.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v° 3, n° 22, p. 320. 2010

MANCHINERY, Alessandra S. S.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Mulheres Indígenas no Estado do Acre (BR): Do Território Tradicional aos Movimentos Indígenas nas Cidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 2642, 2019.

MCCALLUM, Cecília; SOARES, Luiz Felipe Guimarães. Aquisição de Gênero e Habilidades Produtivas: O Caso Kaxinawá. **Estudos Feministas**, vol. 7, no. 1/2, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, p. 157-75, <http://www.jstor.org/stable/43904089>. Acesso em: 17 de set. 2021.

MONAGAS, Angélica Célia Sachi. **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações das mulheres indígenas da Amazônia brasileira. Dissertação (Antropologia), 2006.



PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. In: MINOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2005.

SANTOS, Elisabete Leão Sales dos. Das “Revoluções Silenciosas” ao Movimento Feminista Indígena no Brasil. **Encontro Estadual de História: História e movimentos sociais**, 2011.

RAGO, Margareth. **Por uma Cultura Filógena**. Revista do SEADE, São Paulo, 2002.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Transgressão e Moralidade na Formação de uma “Matrona Esclarecida”: Contradições na Filosofia de Educação Nisiana**. Tese de doutorado. Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2012.

SILVERIO DE ALMEIDA, Cleide Rita, DAL MAS DIAS, Elaine Teresinha. **Nísia Floresta: O Conhecimento como Fonte de Emancipação e a Formação da Cidadania Feminina**. In: Rev.hist.educ.latinoam. [online]. 2009, n.13, pp.11-27. ISSN 0122-7238, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2004.

VERÍSSIMO, De Melo. **Patronos e Acadêmicos**, v. 1. Academia Norte-Riograndense de Letras. Editora Pongetti, 1972.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

Sites pesquisados:

[https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica.](https://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica)

[https://www.conjur.com.br/2021-jul-31/sinal-vermelho-vira-programa-nacional-violencia-domestica.](https://www.conjur.com.br/2021-jul-31/sinal-vermelho-vira-programa-nacional-violencia-domestica)

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais>

[https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico.](https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/mulheres-ocupam-poucos-cargos-de-comando-no-setor-publico)



CACHIMBEIRAS DO PIAUÍ: MEMÓRIA DE PARTURIENTES NO SÉCULO XX

CACHIMBEIRAS DO PIAUÍ: MEMORY OF PARTURIENTS IN THE 20TH CENTURY



MARIA ARTHUANE DA COSTA OLIVEIRA⁵³

Resumo

O presente artigo aborda memórias de mulheres a partir de setenta anos que conviveram com o antigo ofício de partos realizados por parteiras. Conhecidas como “cachimbeiras”, elas são personagens da história que merecem ter seus trabalhos e esforços contados por ampararem diversas mulheres ao longo dos anos. Partindo disso, nada melhor do que conhecer suas práticas a partir das memórias de mulheres assistidas e ajudadas por elas. Sendo assim, buscamos nesse artigo realizar uma análise de narrativas para que possamos compreender as técnicas e práticas desenvolvidas no ofício da parturição e problematizar as narrativas orais acerca desse ofício que foram produzidas em 2018 nas comunidades Salinas na cidade de Santa Cruz do Piauí e São Bento na cidade de Pio IX - Piauí. Esse trabalho abre espaço para um melhor entendimento sociocultural que ronda a prática da parturição assistida em casa nos recortes delimitados. Ainda implica em questionamentos importantes a fim de perceber as entranhas desse processo que permeia espaços opostos e pode ser visualizado em temporalidades e roupagens distintas.

Palavras-chave: Memória; História; Mulheres; Parteiras.

Abstract

This article addresses the memories of women from seventy years of age who lived with the ancient craft of childbirths performed by midwives. Known as “cachimbeiras”, they are characters in history who deserve to have their work and efforts told for supporting several women over the years. Based on this, there is nothing better than knowing their practices from the memories of women assisted and helped by them. Therefore, we seek in this article to carry out an analysis of narratives so that we can understand the techniques and practices developed in the craft of parturition and problematize the oral narratives about this craft that were produced in 2018 in the Salinas communities in the city of Santa Cruz do Piauí and São Bento in the city of Pio IX - Piauí. This work opens space for a better sociocultural understanding that surrounds the practice of assisted parturition at home in the delimited clippings. It still implies important questions in order to understand the entrails of this process that permeates opposite spaces and can be visualized in different temporalities and guises.

⁵³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
E-mail: costaartuane@gmail.com.



Keywords: Memory; History; Women; Midwives.

Introdução

O trabalho aqui feito surge inicialmente como requisito para obtenção de nota na disciplina de História e Memória, no eixo da graduação em História. A proposta da docente foi que realizássemos a construção de um artigo em que trabalhássemos, se possível, as memórias através da oralidade. A ideia de tratar das práticas das parteiras surgiu por essa não ser uma realidade tão distante da nossa, uma vez que nossas avós conviveram com as mesmas e crescemos ouvindo seus relatos. O que para nós, na época, não passavam de estórias, dentro da graduação ganhou uma nova roupagem ao percebemos seu valor histórico.

Torna-se necessário enfatizar que esse trabalho trata acerca das memórias de mulheres que tiveram seus partos realizados por parteiras. Nosso objetivo é perceber em suas narrativas a representação construída sobre essas personagens e suas práticas e, entender o processo de substituição das mesmas pelo saber médico voltado a instituição hospitalar. Nosso aporte teórico, no que tange o trabalho com oralidade e memória, está principalmente voltado para os escritos de Le Goff (2003), Thompson (1992) e Spivak (2010). As obras desses autores nos norteiam a produzir uma pesquisa voltada a ouvir as fontes de uma maneira mais respeitosa, acerca da visão que possuem das suas trajetórias e de como elas as expõem.

Temos como objetivo abordar memórias de um momento muito significativo na vida das mulheres aqui posteriormente citadas, os partos. E, principalmente, ressaltar os cuidados e preparos que conduziam os partos feitos por figuras de extrema importância neste contexto, as parteiras. A análise aborda entrevistas de mulheres que possuem mais de setenta anos. Essas senhoras foram entrevistadas durante a realização do trabalho de campo. A escolha das entrevistadas se deu em função de terem sido acompanhadas por parteiras e residirem nas comunidades de Salinas, Santa Cruz do Piauí e São Bento, Pio IX – Piauí. Essas comunidades foram selecionadas pela facilidade de acesso para a realização das entrevistas. A comunidade Salinas fica a 40km do campus universitário no qual o artigo foi proposto⁵⁴. Dona Maria de Jesus Neto, a única entrevistada dessa comunidade, é avó de uma colega de aula, e através dela, tivemos conhecimento da mesma. Já a comunidade São Bento, onde quatro das cinco entrevistadas residem,

⁵⁴ Universidade Federal do Piauí – CSHNB – Picos, PI.



também é onde residimos, o que explica a maior concentração de entrevistas referidas a este espaço geográfico.

O roteiro de entrevistas contava com as mesmas perguntas para todas. No intuito de perceber que memórias possuíam dos trabalhos de parto feitos pelas parteiras e como essas se lembravam da transição para o meio hospitalar. São questionamentos como: a senhora teve seus partos feitos por parteira? Quantos foram? Como era a relação da senhora com a parteira? Quais os métodos que elas usavam para preparar a senhora para o parto? Chegou a fazer algum parto no hospital? Essas eram as perguntas principais de todos os roteiros, porém, no decorrer do diálogo outras perguntas foram sendo feitas de forma improvisada. Acreditamos que a fluência do diálogo ao ouvir as entrevistadas sobre aspectos não previstos por nós, apenas enriqueceu nossas fontes.

Antes de prosseguirmos, julgamos necessário explicar que o termo “cachimbeiras” faz referência às parteiras. Esse ainda será melhor detalhado no decorrer do texto, assim como as motivações da sua introdução.

“Graças a Deus!”

As parteiras eram as responsáveis por partos de diversas mulheres ao longo da sua vida; por suas mãos passavam inúmeras crianças. Elas realizavam os procedimentos que estavam ao seu alcance para o bem-estar da mãe e bebê. De acordo com as entrevistas realizadas, os cuidados com as mães resumiam-se a ajudar a conceber a criança por meio de auxílio como exames de toque, para ver se a criança já estava nascendo, massagens, chás e rezas. Como menciona Dona Francisca, “Não, elas dava o toque e dizia; num é já, já, não. E aí depois quando tava no ponto, ela botava no jeito e tinha mermo.”⁵⁵ Os procedimentos para os recém-nascidos eram de cortar o umbigo e fazer a limpeza. Como Dona Amélia menciona: “Só esperava, chegava ali a hora que nascesse, a parteira pegava o menino, banhava, cortava o umbigo.”⁵⁶ Como também relata a professora Anayansi Correa Brenes:

Tradicionalmente, os partos e seus cuidados eram realizados por mulheres conhecidas popularmente como aparadeiras, comadres ou mesmo de parteiras-leigas. Estas detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também nos cuidados com o recém-nascido). (BRENES, 1991, p. 135)

⁵⁵ COSTA, Francisca Caroline da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁵⁶ COSTA, Amélia Laura da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.



Ao analisar as falas das entrevistadas é possível notar a relação de amizade, que se estendia entre mães e parteiras. Um laço que tinha início, muitas vezes, na hora do parto e que perdurava para além daquele momento. Percebemos isso ao verificar que a maioria das mães se referia àquelas que lhes ajudara a trazer seus filhos ao mundo de “comadres”, como Brenes cita no fragmento acima, e como também podemos ver na fala de Dona Amélia: “Foi, a primeira que assistiu comigo foi madrinha Sinhara, aí depois de madrinha Sinhara, foi comadre Chica Berta, os outros. E... a derradeira foi comadre Chica Berta, e os outros foi comadre Caterina.”⁵⁷ Comadre é aquela em que as mães confiam seus filhos, dando-lhe o título de madrinha.

O que também regia esses partos eram a fé e esperança. A fé dessas mulheres era o que lhes davam confiança na hora de botar no mundo um filho. Acreditavam que tudo estava nas mãos de Deus, e que ele faria o que fosse melhor para elas e para suas crianças. Não dependeria de médico ou parteira, suas vidas estavam entregues na fé que possuíam. Mas como diz Dona Maria Joana, quem rege as mãos das parteiras e do parto era Deus⁵⁸, e tudo dependia da vontade Dele:

Chamou lá em casa mãe, vêi mais cumade Lenir e quando mãe chegou eu já tinha tido. Ai só fez cortar o imbigio e pronto. Cumade Chica disse: “você é doida ter o menino só”. Cumade o que eu ia fazer? “Arriscado morrer”. Eu: nam se for pra morrer podia tá em suas mão, só Deus que me livra a morte, uma partera num me livra não. Ela achou ruim que eu disse, mais num é mesmo?⁵⁹

Essa fé na hora de parir também era demonstrada em um dos atos que as parteiras utilizavam nesse processo de parto, que eram as rezas. “Dava, dava massagem, elas rezava, assim (encenou como eram feitas as rezas), tinha as reza”⁶⁰ – afirmou Dona Amélia. As rezas eram feitas na maioria das vezes para Nossa Senhora do Bom Parto, uma santa católica que carrega uma criança no colo e é considerada a santa para quem deve se recorrer para ter uma “boa hora”. Além das rezas que antecedem o parto, havia algumas que poderiam ser feitas posteriormente. As senhoras contam que caso as mulheres não “desocupassem”, ou seja, expelissem os restos do parto após sua finalização, deveriam ser realizadas rezas para que isso acontecesse. Dona Maria de

⁵⁷ COSTA, Amélia Laura da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁵⁸ Quando aqui for citada a nomenclatura “Deus” estaremos nos referindo à divindade principal da igreja Católica apostólica romana.

⁵⁹ CONCEIÇÃO, Maria Joana de. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁶⁰ COSTA, Amélia Laura da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.



Jesus relata uma dessas rezas: “Tinha que pegar na tripinha do imbigo e dizer assim: Santa Margarida, nem tô prenha, nem tô parida, quem de vós favorecida, quero entrar no ramo das parida. Ela dizia três vezes pra gente dizer também aí pulava fora as coisas que tava dentro.”⁶¹

Também é interessante o fato de não necessariamente esses procedimentos serem feitos por uma mulher com nome de parteira, mas na hora da urgência ou necessidade outra mulher, que já tenha tido experiência em parir, poderia ajudar. Como foi o caso da mãe de Dona Maria Joana, já citada anteriormente, que cortou o umbigo do próprio neto. Isso nos faz enxergar uma solidariedade feminina, sendo elas parteiras ou não. Porém, dona Maria de Jesus nos diz que apesar de qualquer mulher que já tenha parido poder auxiliar no parto, não era qualquer uma que poderia receber o título de “parteira”. Esse título era especialmente para as mulheres que tivessem mais “jeito” para o ofício. “É, não minha fia! Qualquer uma muié pega, só bastava ter a prática e o zelo com o menino, e as que tinha era muito procurada.”⁶² – Explicou dona Maria de Jesus.

Podemos então traçar algumas considerações acerca dos relatos já trazidos. Se nos atentarmos às falas, todas as mulheres fazem menção a suas crenças religiosas. Essas crenças também foram incorporadas na *arte de se fazer parir*. Isso nos leva a perceber detalhes da perspectiva dessas mulheres sob sua condição de gestante/mãe/parteira. Sendo elas sertanejas, piauienses e interioranas, de famílias humildes e que na maior parte de suas vidas, como elas relataram, não tiveram acesso a um sistema de saúde que as auxiliasse. Por isso, buscavam amparo em suas crenças religiosas nesses momentos tão delicados, como na oração feita por parteira e mãe para que esta possa expelir “os restos” do parto. Essa não é uma tentativa de julgar a credibilidade de crenças ou práticas, mas problematizar a religiosidade e inclusive alguns métodos utilizados na hora do parto como partes das necessidades sociais vigentes naquele contexto.

De acordo com Alberti (1996), podemos entender a memória como reflexo de uma ação que um dia foi concretizada. Para além disto, ainda devemos perceber que a memória é uma escolha do que deve resistir, principalmente, quando esta é escolhida para ser oralizada. Passando dessa forma de uma memória individual para o meio coletivo.

Talvez essa representação seja a tentativa de não se enfurecer a cada vida perdida, uma vez que isso era comum, atribuindo perdas ou ganhos a vontade de um Deus que não

⁶¹ NETO, Maria de Jesus. Entrevista concedida a autora, no dia 24/05/2018, na comunidade Salinas, Santa Cruz do Piauí – PI.

⁶² *Ibidem*.



está ao alcance humano. Ou então caracterize a escassez de vias favoráveis de sobrevivência, empurrando os sujeitos a recorrerem à ideia do divino como rota de fuga (DURKHEIM, 1996). Ver as parteiras como mediadoras dessa vontade e incrementar a prática das mesmas ritos religiosos, mais uma vez afirma a necessidade de atrelar os desfechos apenas à responsabilidade superior. As orações são o único meio de comunicação e de assim interceder a estes por resultados favoráveis.

Nossas fontes nos fazem perceber como a religiosidade não só molda as relações sociais, mas também o imaginário que se perpetua através destas. A religiosidade mais uma vez se configura como pilar de estruturação da criação e recriação da realidade individual e coletiva. E, desta mesma forma, regia não somente etapas dos partos, como a oração por uma “boa hora” e a de expelir “os restos”, mas também toda a tradução que se fazia destes e de seus resultados.

Memórias e narrativas: as práticas das “cachimbeiras”

A lembrança que se mantém viva na memória das entrevistadas acerca das parteiras é a de “mulheres boas”, cuidadosas e prestativas, que quando eram chamadas largavam tudo e corriam ao auxílio das mulheres que entravam em trabalho de parto, ou até mesmo antes disso, se dispoñdo a passar, se necessário, o mês inteiro em que estava previsto o nascimento do bebê, na casa das gestantes esperando chegar “a hora”.

É o que narrou uma de nossas entrevistadas, Dona Maria Henriqueta: “Era, os premeros Ciliro (esposo) ia buscar, ainda tinha marido. Aí depois ela ficô viúva, podia sair, aí quando entrava o mês ela vinha pra denti de casa.”⁶³ E Dona Francisca:

Não, já tava em casa. Cumade Chica vinha pra cá antes de eu ganhar e comade Zefa, finada Zefa, que chamavam Zefa Rabada vei também. Passava o mês aqui. Aí daqui antes de eu ganhar, ela foi pegar o de comade Rosala, num sei eu acho eu era a finada Petronila que é da idade de Antonhe.⁶⁴

Como já citado sobre as práticas existentes na hora de auxiliar o parto, eram na sua grande maioria massagens feitas na barriga, o consumo de chás e as rezas, que eram dirigidas a entidades pertencentes ao catolicismo, como por exemplo, Santa Margarida⁶⁵

⁶³ SOUSA, Maria Henriqueta de. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁶⁴ COSTA, Francisca Caroline da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁶⁵ Santa Margarida é uma santa cristã que foi incluída entre “os catorzes santo auxiliares”, aos quais o povo cristão recorre pela intercessão nos momentos mais difíceis. Ela é solicitada para proteger as grávidas nos partos complicados. Informações disponíveis em: <https://franciscanos.org.br/vidacrista/calendario/santa-margarida-da-antioquia/#gsc.tab=0> Acessado em: 05/08/2021.



mencionada na fala de Dona Maria de Jesus.⁶⁶ As massagens, além de aliviar as dores, eram feitas nos sentidos dos pés das mães, com o intuito de ajudar o bebê a se deslocar e nascer. Por último, mas não menos importante, os chás preparados com diversas ervas, como o chá de pimenta, o qual acreditava-se que ajudaria a dar força a mulher, como podemos perceber na fala de Dona Maria de Jesus:

Ah não, a força, a gente num tem coisa de botar força! Tinha assim, a gente tomava chá de pimenta, que nesse tempo era o que ajudava. Abastava tomar, a dor véa batia, e lai vinha o menino. Falica (filho da Dona Maria), eu tive ele até sozinha. Quando a parteira chegou o menino já tava no chão. Mas por quê? Porque eu tomei chá de pimenta e a apressou a dor, que era as coisas das cachimbeiras, que hoje não tem.⁶⁷

As mulheres não sabiam identificar a partir de quando foram criadas/instaladas essas práticas. Tinham conhecimento das mesmas pela transmissão oral entre gerações. Algo comum entre as entrevistadas era a nomenclatura empregada para identificar as mulheres que as auxiliaram no parto: “cachimbeiras”. É o que podemos verificar nas falas da Dona Francisca: “Era muito boa, pra ser cachimbeira era boa demais”⁶⁸ e da Dona Maria de Jesus: “Falar das cachimbeira? Véa cachimbeira que a gente chama.”⁶⁹

Analisando as falas, percebemos que eram chamadas de cachimbeiras porque fumavam em cachimbos, hábito comum da época e espacialidade a qual nos reportamos. Não que todas fumassem cachimbos, mas foi uma representação que se criou por algumas fumarem, e como havia poucas, todas acabavam sendo vistas assim. Algo normatizado e reproduzido como podemos ver na fala de Dona Francisca, que quando questionada sobre o porquê de chamá-las assim, respondeu: “Num sei não, besteira.”⁷⁰ Isso nos leva a crer que foi algo passado entre gerações, sendo que a geração a qual tivemos acesso pelas entrevistas, como a de Dona Francisca ou Dona Maria de Jesus, nem sequer sabiam o motivo da nomenclatura, estando apenas reproduzindo algo absorvido da oralidade presente nos ciclos de convivência.

Essa reprodução citada acima é fruto de uma construção de narrativa anterior a elas. No caso das nossas entrevistadas, é possível perceber que as mesmas não tiveram contato com o surgimento, nem com a motivação do termo. Chegando a elas apenas a

⁶⁶ NETO, Maria de Jesus. Entrevista concedida a autora, no dia 24/05/2018, na comunidade Salinas, Santa Cruz do Piauí – PI.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ COSTA, Francisca Caroline da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁶⁹ NETO, Maria de Jesus. Entrevista concedida a autora, no dia 24/05/2018, na comunidade Salinas, Santa Cruz do Piauí – PI.

⁷⁰ *Ibidem*.



expressão – cachimbeira – que foi repassada entre as gerações que tiveram acesso a sua formação e usabilidade vigente da época. Sobre isso, cabe reproduzir a seguinte afirmação de Walter Benjamin (2012, p. 217): “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Desse modo, é importante perceber que existe uma sensibilidade no ouvir muito mais do que no falar, pois é esse o momento em que se tem maior compreensão daquilo que o narrador está querendo lhe transmitir, mesmo que este não fale todas as intenções cogitadas. Sua narração é voltada ao convencimento do ouvinte, até mesmo na ocultação de fatos ou versões que não correspondam à sua forma de perceber o contexto citado. Não colocamos esta como uma contestação das narrativas, mas como uma não romantização histórica das fontes. E para além, como um chamado a perceber os diversos nuances que uma narrativa pode ser capaz de transparecer.

O trabalho reporta as memórias não apenas das entrevistadas, mas de todas aquelas que vieram antes delas e repassaram esses traços e memórias. A noção de memória coletiva exposta por Portelli (1996) permite entendermos que, em algumas das falas, nem as próprias entrevistadas tiveram acesso ao fato histórico que originou tal memória. Isso porque, de acordo com o autor, a memória coletiva que demarca a individual é uma construção social/cultural, que pode inclusive anteceder ou perpassar as vivências dos sujeitos que a transmitem. Portanto, isso explica nossa afirmação anterior, em que alguns pontos citados pelas entrevistadas não foram vivenciados por elas, mas sim, repassados socialmente. Principalmente dentro da “comunidade feminina” que transmitiu muitas das suas experiências como ensinamentos aptos a repetição.

Comunidade feminina e assuntos proibidos

Quando sugerimos às senhoras uma entrevista sobre seus partos, buscando obter conhecimento de como teriam sido feitos, e suas relações com as parteiras, encontramos certa resistência por parte delas para tratar do assunto, a qual só foi vencida após conversas e explicações sobre o motivo de tais entrevistas. Isso nos levou a perceber que certos assuntos eram evitados até entre mulheres que se conheciam e conviviam. Esses assuntos são de foro íntimo, causavam desconforto e vergonha, como podemos observar na fala de Dona Maria Joana. Quando mencionamos o tema da entrevista – os partos -, ela exclamou: “Minha fia, e você quer mesmo saber dessas coisas feias?”.⁷¹

⁷¹ CONCEIÇÃO, Maria Joana de. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.



A fala remonta à necessidade de experiências para ter acesso a alguns assuntos. Essa “experiência” está voltada às vivências do casamento e por consequência da maternidade, já que em meados do século XX havia mais ênfase na distinção do que seriam assuntos e situações apropriados para mulheres, principalmente ainda na mocidade, quando se acreditava que não haviam feito contato com esse universo da sexualidade e seu desenrolar. Também nessa época, a gravidez era esperada apenas dentro dos casamentos e não deveria ser vivenciada por mulheres solteiras. Sobre a necessidade de experiências como casamento e maternidade para adentrar nesses assuntos, a autora Karen Christine Rechia nos diz:

Pode-se afirmar que o parto realmente constituía-se numa certa iniciação e aceitação numa esfera mais íntima. Não bastava apenas estar casada para participar de um universo feminino que incluía algumas conversas privadas, as visitas do resguardo, a assistência às vizinhas no momento do parto. Nem mesmo a primeira gravidez conferia às mulheres o direito a esses assuntos: somente a partir do primeiro parto assumiam certo status. (RECHIA, 2007, p. 91)

Embora seja possível ver essa “vergonha” em algumas mulheres em falar sobre determinados assuntos, é essencial destacar que isso é algo em constante mudança. A “comunidade feminina”⁷² contemporânea, na sua maioria, não está mais presa a esse constrangimento em debater temas que digam respeito a sua sexualidade, feminilidade etc. Principalmente as gerações mais recentes, que buscam uma forma de compartilhar suas histórias de vida e experiências como inspiração e encorajamento para outras mulheres. A “comunidade feminina” busca ajudar outras mulheres, notando a necessidade de entender suas demandas e ver a exposição de seus corpos como uma maneira de naturalizar suas vidas, problemas e experiências íntimas. Isso está dando forma a um movimento para libertar o corpo feminino dos paradigmas que havia, tendo como exemplo nossa disponibilidade para trabalhar historicamente tais assuntos. Ao mesmo tempo em que estas senhoras que não falariam sobre seus partos por considerarem intimistas demais, na época em que os vivenciavam, agora nos relatam suas memórias com certo conforto e humor. Acreditamos que expor as demandas da existência feminina é a melhor forma de ser notada, entendida e respeitada como mulher.

Das mãos das parteiras para as salas dos hospitais

⁷² Aqui não nos referimos aos espaços geográficos citados, mas sim a teia de relações, crenças e experiências das entrevistadas, as quais têm em comum a assistência das parteiras, assim como muitos dos pensamentos presentes naquele contexto.



As últimas décadas do século XX constituem um processo gradativo de mudança nos partos, em que algumas mulheres saem das mãos das parteiras e dirigem-se às mãos de enfermeiras, na sua grande maioria, e médicos. Consideramos necessário destacar que uma prática não exclui a outra, e que esse processo não rompe de forma abrupta com a atuação das parteiras. Até porque, como veremos a seguir, nem todas encontravam centros médicos a seu dispor, assim como nem todas simpatizavam com o parto hospitalar.

A partir do recorte temporal mencionado é inserido na “comunidade feminina”, aqui trabalhada, um novo molde social referente à parturição que começa a ser trajada com equipamentos novos e salas preparadas para urgências e obstáculos existentes na hora do parto. Isso se demonstra nas falas de nossas entrevistadas, como a Dona Francisca, que diz: “Não, mudava muita coisa porque a gente indo pro hospital vai lá pra cima daquele gancho vei medonho (muitas risadas) muda muita coisa né. E em casa é em casa mermo né”⁷³, ou Dona Maria Henriqueta que passou por uma cesárea no último parto: “eu passei sete dias no hospital, só vim do hospital quando tirô os ponto, com sete dia”⁷⁴, além disso ela relata que o parto que teve no hospital foi o de maior agrado para a mesma, porém, não nos revelou o motivo, mas sempre afirmando que era o que preferia, entre todos os partos.

Entretanto, ao falar com Dona Maria de Jesus, ela nos traz outra opinião. Ao ser indagada se já havia ido ao hospital para ter algum dos filhos, respondeu: “Não minha fia, graças a Deus não. Deus ajudou que sempre eu tive meus fi sossegada em casa.”⁷⁵ Em sua fala nota-se o pensamento de desconforto em sair de casa e dirigir-se até um hospital, vendo isso como uma situação ruim, sem muito agrado. Mostra a lembrança que todos os seus partos não tiveram grande dificuldade e sempre foram feitos por outras mulheres. Além disso, pode-se perceber que como o acesso aos hospitais dependia de um deslocamento até uma cidade mais desenvolvida – considerando que todas as entrevistadas residiam na zona rural de seus municípios –, recorrer a eles era considerado pela senhora Maria de Jesus como sinônimo de dificuldade na hora do parto.

Ocorria que, no Piauí, a população estava dispersa em um território de grande extensão, devendo a administração enfrentar duras contingências para disponibilizar uma assistência à saúde eficiente. O principal problema era a questão financeira para a instalação das unidades de saúde, o que excluía

⁷³ COSTA, Francisca Caroline da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁷⁴ SOUSA, Maria Henriqueta de. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.

⁷⁵ NETO, Maria de Jesus. Entrevista concedida a autora, no dia 24/05/2018, na comunidade Salinas, Santa Cruz do Piauí – PI.

muitos municípios, por isso a organização distrital era a mais adequada (MARINHO, 2017, p. 168).

A citação anterior remete a tese de doutorado de Marinho, datada de 2017. Seu trabalho com a saúde piauiense, mais especificamente materno-infantil, nos ampara para pensarmos as dificuldades encontradas por inúmeras senhoras na procura de um centro médico na hora do parto. Mesmo com a expansão das políticas públicas de saúde a partir da década de 1930, faz parte do argumento da autora que esse alargamento ainda passava por dificuldades de concretização em toda a extensão territorial do Piauí. Sendo uma opção centralizar os centros médicos, as áreas mais afastadas dos polos urbanísticos em que esses se encontravam, como as das entrevistadas, acabavam desabastecidas. Desse modo podemos entender a contrariedade em buscar esse atendimento durante a gravidez e parto como parte do contexto social em que essas estavam inseridas e não apenas como uma preferência ligada a longa tradição voltada às cachimbeiras e suas práticas.

Além disso, Dona Francisca, em sua fala, deixa transparecer que embora tenha tido dificuldades no último parto e tenha recorrido ao hospital, tudo dependia da vontade de Deus, mais uma vez retomando a fé dessas mulheres: “Não, tudo foi bom, Deus dando a boa hora todo ele é bom. Mas lá nos médicos é mais seguro que se precisar de qualquer coisa já tá lá né.”⁷⁶ A dualidade entre crença e ciência é algo inegável. Quem dá a benção da boa hora é Deus, mas se algum empecilho acontecer, estar no hospital lhe gera segurança. Essa é uma face desafiadora das narrativas que colhemos, que diz muito e nos apresenta o universo simbólico em estas personagens fazem parte.

Talvez a chegada da medicina hospitalar até essas mulheres tenha trazido mais um conforto a seus corações, além da fé e do auxílio das parteiras. Podendo contar, se assim desejassem, com profissionais da saúde qualificados (as) para aquilo que se propunham a realizar e com medicamentos como “as injeções de força” citadas por boa parte das mulheres com as quais falamos. Assim como outros métodos para se recorrer quando a criança tivesse dificuldades ao nascer ou nascesse com algum problema, como o “balão” que é o cilindro de oxigênio; ambos são citados na fala de Dona Francisca, que teve problemas no parto do último filho: “Não ele nasceu quase morto, tomou injeção em correia de imbigo e ficou no balão e era preto, preto que nem carvão, ficou foi preto, ele é moreno mas ficou foi preto. Quais num nascia e quando nasceu tava passando de

⁷⁶ COSTA, Francisca Caroline da. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.





tempo.”⁷⁷

No entanto, podemos nos embasar na autora Elisabeth Vieira (2002) para lançar outro olhar acerca deste processo, descrito como medicalização do corpo feminino, e possui outros aspectos para além do descrito no parágrafo anterior, já que também funciona como um disciplinador do corpo feminino e dos saberes sob este. O que antes eram assuntos da comunidade feminina e de seu domínio, dentro do processo de medicalizar o corpo, se transformam em um saber monopolizado pela área médica, que evolui futuramente para a ginecologia e obstetrícia. A área médica, por sua vez, no início deste processo era majoritariamente constituída por personagens masculinos, revertendo assim o lugar do conhecimento sobre o corpo feminino, que ficava nas mãos de parteiras e demais senhoras, para um manejo masculino. Dessa forma, a autora destaca uma perda do pouco controle que essas mulheres tinham sob suas etapas ao longo da vida, pois aos poucos tais conhecimentos iam sendo confinados aos saberes médicos. Para ela, isso acarretou também em uma forma de controle do corpo e da sexualidade do feminino, desapropriando as mulheres de um lugar de conhecimento acerca delas mesmas.

Tendo tais pontos em explanação, podemos nos voltar a ver o contraste possível a partir da introdução das modernidades, como centros médicos de acesso cada vez mais amplo em todo o território piauiense e onde a notícia de mãe ou bebê morrerem é cada vez mais rara. Com o acesso facilitado e a medicina avançando em passos largos, se torna natural o oposto do que essas mulheres viveram em seus trabalhos de parto: trazer crianças ao mundo sem colocar em risco a vida da mãe ou do próprio feto. Porém, uma das implicações que essa modernidade trouxe foi a provável extinção de práticas como as das parteiras. Inclusive através de uma desconfiguração da mesma como retrógrada ou ineficaz, tendo em vista a roupagem tecnológica que a parturição ganha dentro dos espaços médicos. Exemplo disso é que não foi possível encontrar nenhuma das parteiras citadas ou até outras que, embora não citadas, exercessem o ofício. Tudo indica que com a introdução do saber médico essa prática deixou de ser repassada oralmente entre as mulheres, e, assim como ela, suas praticantes acabaram por resistir apenas nas memórias de suas assistidas.

Ao falar sobre modernidades é necessário enfatizar que aqui trabalhamos esse conceito a partir do artigo de Jorge Botelho Moniz (2017) que tanto diz respeito ao fluxo moderno previsto e acompanhado por nós, como a instalação de hospitais e centros

⁷⁷ *Ibidem.*



obstétricos, facilitando o acesso à saúde, como também às discontinuidades não previstas nessa ideia ocidental contínua de mudança e aceleração dos moldes sociais. Tanto é que podemos acompanhar nas falas das entrevistadas que mesmo com a possibilidade de acesso, algumas mulheres ficaram felizes por não precisar ir aos hospitais.

Atualmente mesmo com maior aceitação e facilidade no uso das instalações hospitalares, muitas mulheres optam por outras modalidades de parto, como a antiga arte da parturição aqui citada. Essa que era a regra, ao longo do século XX torna-se a exceção. E o que podemos acompanhar dessa corrida pela modernidade é que o social e o Estado passam a estipular quais conhecimentos e práticas são válidas, uma vez que a medicalização do corpo dentro de instituições do Estado também funciona como meio para controle de natalidade, mortalidade e especificações de manutenção dos corpos, como bem defende Foucault (1985), ao atuar não apenas como um controle social, mas também individual, através da validação médica que promete e exige que os sujeitos mantenham o bem estar desse corpo. Bem-estar esse que consideramos ser mais importante para a manutenção do coletivo do que para os fins dos próprios indivíduos.

Ainda de acordo com Hall (2006), podemos identificar ao longo do processo relatado nas falas, o que o mesmo caracterizou como “celebração móvel da identidade”, uma vez que essa não é estipulada “biologicamente e sim historicamente” no decorrer dos processos socioculturais. O processo de medicalização também atua na construção de novas identidades coletivas e individuais dessas mulheres que presenciaram a transformação de suas tradições (HOBSBAWM, 1984) diante de seus corpos físicos e sociais, sendo elas, portanto, corpos ativos dentro dessa reconstrução.

Nossa intenção não é a de validar os processos ou seus resultados, mas documentar os encaminhamentos históricos que se deram a partir destes. A parturição, dentro do recorte aqui estipulado, nos faz perceber nuances sociais e culturais que se formaram dentro das memórias dessas mulheres. As representações das cachimbeiras e as permanências e rupturas destacadas, nos fizeram enveredar por um contexto social ao qual não alcançamos, mas estamos nos propondo a relatar.

Considerações finais

Em nosso concluir, chamamos atenção para a resistência dessas mulheres que não tinham recursos financeiros para buscarem meios mais avançados de cuidados, como a medicina hospitalar, e nem tiveram contato com tais meios ao longo da vida, percebidos como de uma realidade distante das suas. Embora tenhamos abordado no decorrer do



trabalho relatos acerca dos partos em hospitais, essa era uma opção pouco acessível para a classe aqui representada, que se constitui como uma “comunidade feminina” sertaneja e pobre, que, em meio a um contexto de necessidade, prestava ajuda mútua entre elas.

Também gostaríamos de ressaltar o importante papel social realizado pelas parteiras, que mesmo com poucos recursos faziam o possível para que os partos dessem certo. Contudo, mesmo que fizessem tudo ao seu alcance, muitas vezes, acabassem por ver mãe e/ou filho morrendo em suas mãos.

Murria, a mãe e o bebê. De premero morreu muitas muié, porquê não tinha médico, não tinha como socorrer, só se pegava com Deus. Na antiguidade murria muito de parto, que as vezes o menino nascia, mas dava hemorragia, aí o que que ia fazer? Não tinha remédio. Hoje em dia não, hoje tá mais fácil, só morre se for pra morrer, porquê tem remédio, tem cirurgia, tem remédio pra cortar o sangramento e de premero não tinha não.⁷⁸

O triste relato de partos que não foram bem-sucedidos não desfaz a trajetória percorrida pelas parteiras e nem a certeza de que fizeram a diferença na vida de muitas mulheres. Apenas estamos evidenciando um fato recorrente do ofício e da realidade feminina da época no intuito de nos distanciar da romantização histórica que muitas vezes é feita sob uma situação precária, na justificativa de que alguns sujeitos conseguem contorná-la.

Consideramos que nossos objetivos de escrita foram alcançados. Não apenas por trazer à historiografia as tradições piauienses, majoritariamente oralizadas, mas também por demonstrar a importância de tais práticas, em um contexto em que elas eram extremamente necessárias. Ainda pontuamos que o objetivo de conhecer as práticas das parteiras através das memórias das entrevistadas foi contemplado no decorrer do texto, assim como a problematização proposta acerca das narrativas obtidas no ano de 2018 na coleta das falas, onde pudemos identificar não apenas recortes de memórias sobre partos, mas também diversos aspectos socioculturais do contexto histórico em que elas estavam inseridas. Recolher memórias vai muito além do que é perguntado ou dito. Compreender as vivências e sociabilidades de sujeitos que permeiam outras épocas está muito ligado ao ato de ouvir suas lembranças e perceber os nuances deixados pela fala.

Por fim, acreditamos que método e temática, aqui propostas, são necessárias a historiografia e a sociedade no geral. O método possibilita que mais lados da história tenham suas histórias ouvidas e o recorte temático ainda pouco trabalhado, considerando

⁷⁸ CONCEIÇÃO, Maria Joana de. Entrevista concedida a autora, no dia 20/05/2018, na comunidade São Bento, Pio IX – PI.



o número de trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, nos remete à necessidade de entender os processos pelos quais as gerações de mulheres anteriores passaram, o que provavelmente irá nos permitir contemplar com mais propriedade os processos em que nossa geração está imersa. Além disso, este trabalho objetiva abrir caminho para que novos escritos sejam produzidos, e, que este ou outros tantos recortes ainda resguardados sejam trazidos para a História escrita.

Data de Submissão: 26/01/2022

Data de Aceite: 05/03/2022

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro, CPDOC, 1996.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. *In: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, Século XIX. **Cad. Saúde Pública**, vol.7, n. 2, Rio de Janeiro, Apr./June, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque: revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. *In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- MONIZ, Jorge Botelho. Múltiplas modernidades, múltiplas secularizações e secularização contextual: novas perspectivas sobre o estudo sociológico da religião. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 3, p. 125-149, 2017.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 1996
- RECHIA, Karen Christine. Memória e experiência: narrativas femininas sobre uma prática cultural. **MÉTIS**: Jul./dez. 2007. v. 6, n. 12, p. 91.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.



MOVIMENTOS DE MULHERES E A LUTA POR DIREITOS (MANAUS, 1985-1989)

WOMEN'S MOVEMENTS AND THE STRUGGLE FOR RIGHTS (MANAUS, 1985-1989)



PAOLA DA CRUZ RODRIGUES⁷⁹

Resumo

Este artigo é resultado das discussões do PIBIC intitulado “Crime e Criminalização na Imprensa: Movimentos Sociais e vida Urbana na cidade de Manaus (1985-1989)” que buscou refletir sobre a imprensa como “força ativa” na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e outros fazeres urbanos na capital do Amazonas nos anos de 1985 a 1989, com foco para a problematização dos jornais do Comércio e A Crítica no período. Avançando na investigação da conjuntura temática e experiência ampla desses sujeitos históricos naquele contexto, o que se evidencia agora é a trajetória de lutas de mulheres nesses grupos e sua representação contraditória nas folhas impressas daqueles periódicos. Das fontes destaca-se a sua presença, tanto quanto a contribuição desse conjunto documental para o alargamento teórico-metodológico da historiografia das mulheres e das relações de gênero na região, possibilitando a ampliação de horizontes teóricos acerca da participação das mulheres manauenses no processo de redemocratização do país.

Palavras-chave: Imprensa; trabalhadoras; mulheres; Manaus.

Abstract

This article is the result of the PIBIC discussions entitled "Crime and Criminalization in the Press: Social Movements and Urban Life in the city of Manaus (1985-1989)", which sought to reflect on the press as an "active force" in the representation of criminality and criminalization of social movements and other urban actions in the capital of Amazonas in the years 1985 to 1989, focusing on the problematization of the newspapers do Comércio and A Crítica in the period. Advancing in the investigation of the thematic conjuncture and broad experience of those historical subjects in that context, what is evidenced now is the trajectory of women's struggles in those groups and their contradictory representation in the printed sheets of those periodicals. From the sources

⁷⁹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Graduada em licenciatura plena em História pelo departamento de História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Pesquisadora dos temas de Crime e Criminalização de Movimentos Sociais, Trabalhadores e Vida Urbana em Manaus, Mulheres, Trabalhadoras, Gênero e Movimento Negro com ênfase no período de 1968-1989. Associada ao POLIS - Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais. Orientada pelo Professor Dr. Nelson Tomelin Jr. Email: paolacrodrigues1998@gmail.com.



we highlight their presence, as well as the contribution of this set of documents to the theoretical and methodological broadening of the historiography of women and gender relations in the region, enabling the expansion of theoretical horizons about the participation of women from Manau in the process of redemocratization of the country.

Keywords: Press; workers; women; Manaus.

Introdução

Entre 1985 e 1987, o Distrito Industrial viveu um intenso período de greves, em que as mulheres tiveram grande destaque. “A maioria dessas greves eram lideradas por mulheres, tinham homens, mas a liderança maior era das mulheres. Elas garantiram a presença de todas as pessoas durante os três anos das grandes greves” (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 04). A luta das mulheres trabalhadoras em Manaus toma força no interior da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, uma espécie de coordenadoria organizada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que representa a voz das mulheres que encampam as suas demandas dentro do próprio sindicato. Essa organização, conforme Torres (2005, p. 184), tem seu ponto alto “no Encontro da Mulher Operária de Manaus organizado pelas mulheres trabalhadoras da indústria”.

Nos anos de 1985 e 1986 o jornal noticia cada vez mais a participação de mulheres nos espaços políticos. Destacadas muitas vezes como feministas, essas mulheres são apresentadas como responsáveis por uma tentativa de mudança dentro da sociedade, entendimento veiculado pelo caderno Opinião do dia 09 de março de 1986, com o título “A mulher na vida Nacional”:

Aproveitando a data internacional consagrada à mulher, a Comissão dos Direitos da Mulher Brasileira chefiada pela deputada Ruth Escobar vem patrocinando em todos os Estados simpósios sobre a participação da mulher no desenvolvimento sócio-político brasileiro possivelmente o objetivo maior é conseguir uma mudança de mentalidade de nossa sociedade sobre o papel que a mulher exerce na vida de qual quer povo, a fim de que se abram todas as portas à sua capacidade e à sua inteligência. (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 02).

Ao lado da manchete temos uma charge, a qual evidencia olhares e percepções sobre representações de gênero quanto àquele processo. No desenho, vemos caricatura de José Sarney, então Presidente da República, segurando lista de compras, provável referência aos efeitos esperados pela instituição da tabela Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, editada entre fevereiro e março de 1986 para diferentes regiões do país no âmbito do Plano Cruzado. A imagem da “dona de casa”, neste caso, parece perder a sua condição de sujeito para a de operadora de diretrizes econômicas que lhe



escapam. Nesse mesmo período, como sabemos, mutirões de “compras” eram organizados por mulheres em bairros de todo o país a fim de definir limites e obstáculos para a inflação de artigos básicos da cesta alimentar. De outro lado, também pequenos comerciantes enfrentaram dificuldades frente ao controle do preço pelos grandes comércios atacadistas. Era o início do fim dos pequenos mercadinhos de bairro, os quais perderiam espaço para a concorrência dos lojistas das redes de supermercados de expressivo poder aquisitivo e regulação do mercado varejista. Destacamos assim, ambiguidades presentes na charge expressas pela legenda “Ser ou não ser... Vamos ver no que dá”, evidenciando que planejamentos de cima para baixo podem sofrer enfrentamentos ativos dos “de baixo”.

Conforme é apresentado em manchete de 17 de janeiro de 1989, no caderno Economia, “Este plano é mais um Cambalacho”:

Desta vez, assegura Ricardo, ‘o congelamento dos preços tem menos chance de dar certo, pois ninguém mais acredita que o governo vá tomar alguma medida para controlar os preços e punir os comerciantes que burlarem as novas medidas, sendo assim não haverá mais os movimentos de donas de casa para denunciar os remarcadores de preços. Pois, se no Plano Cruzado o governo nada fez para combater estes especuladores, não vai ser neste que haverá medidas por parte dos órgãos para combater estes comerciantes que descumprirem o congelamento’ afirma o sindicalista. (Jornal do Comércio, edição de 17 de janeiro de 1989, p. 7).

Essa representação das mulheres na imprensa ganha força e suas pautas aparecem cada vez mais nos jornais, são feministas, grevistas, trabalhadoras, professoras, prostitutas que vão se colocando na sociedade. Em manchete do dia 15 de fevereiro de 1987 temos dois quadros, “A QUESTÃO DO ABORTO (I)” e a “QUESTÃO DO ABORTO (II)”. Onde temos que:

Como já era esperado, mais um caso de morte provocada por aborto clandestino e mal feito reabriu os debates sobre a legalização da prática no País. O Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas é contrário à legalização do aborto. A alegação é a de que a mulher merece respeito e informação de toda a sociedade para saber como evitar ter filhos, ou no caso de gravidez, como enfrentá-la. (Jornal do Comércio, edição de 15 de fevereiro de 1987, p.02).

O texto da notícia também aponta que direcionamentos do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas não condiziam com o pensamento feminista de mulheres de outros estados e justifica isso na possível base religiosa que orientava o Comitê:

A posição do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas tem clara influência cristã, embora o grupo não esteja necessariamente ligado à Igreja Católica, ou qual quer outra igreja cristã. E a CNBB - o órgão mais representativo da Igreja em todo o País- quem defende de há muitos anos

exatamente essa tese, totalmente contrária à prática & aborto em todos os sentidos. (Jornal do Comércio, edição de 15 de fevereiro de 1987, p. 02).

Em 1986, o Comitê citado na notícia surgiu como resultado da organização das operárias, um grupo feminino foi formado por trabalhadoras do Distrito e se reuniu no Dia Internacional da Mulher, no 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus. Os temas discutidos foram o “mercado de trabalho, a discriminação profissional e sexual, direito a creche, salários idênticos para as mesmas funções, discriminação do aborto e outras questões” (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 04).

No ano de 1986, em denúncia ao jornal A Crítica, Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, afirma que “através de denúncias das operárias, as indústrias adotam medidas que levam as mulheres a optar pelo aborto, visto que muitas mulheres foram demitidas ou tomaram advertência por estarem grávidas”, além disso, os próprios médicos das empresas indicavam o aborto. O projeto, em linhas gerais, tinha como objetivo “esterilizar” as operárias do Distrito Industrial de Manaus em um prazo de 12 meses, a contar de julho de 1986. Esse projeto inicialmente visava atingir 2.400 famílias. No final, o presidente do sindicato ainda afirma que essa era uma forma de evitar que qualquer funcionária ficasse grávida. (Jornal A Crítica, edição de 09 de fevereiro de 1986, p. 10).

Aqui vemos a dualidade entre os debates a nível estadual e nacional, o movimento de mães e a luta por creche em Manaus se consolida dentro da perspectiva do direito à maternidade e à creche. Em contraponto, o aborto é colocado em um plano como uma pauta do movimento feminista a nível nacional em 1987, mas é evidenciado em 1986 como uma forma de abuso dentro do espaço de trabalho para com essas mulheres que tinham o direito à maternidade negado.

E não é só nos espaços das fábricas que esse direito é violado. No Caderno Opinião, do dia 13 de fevereiro de 1986, temos como notícia “Uma coisa muito feia”: queixas surgiram contra a Secretaria de Educação e Cultura do Estado que estaria exigindo das professoras aprovadas no concurso um exame comprovando não estarem grávidas, requisito para que pudessem seguir para a próxima etapa do concurso. O tema aparece como discriminação, mas também como uma coisa “muito feita”, que por conseguinte é também uma violação contra essas mulheres.

Logo, esses acontecimentos levam as mulheres a se organizarem em clubes de mães, na luta por creche, como um direito que garante sua permanência no espaço de trabalho, trazendo a luta pela creche como um direito trabalhista. Scott (1995) aponta que





essa ação coletiva firmou a consciência de gênero para o reconhecimento de seus direitos. E este despertar possibilitou compreender que as diferenças impostas entre os sexos é a primeira forma de significar as relações de poder. A cobrança para que esse atendimento fosse extensivo às outras camadas da população, fez com que se inserisse o tema das demandas por creches na pauta política mais ampla da cidade e no país. Seria então reconhecida como uma política pública para a primeira infância na Constituição Federal de 1988, sendo ratificada como política educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Podemos perceber que por mais que diversos setores se articulem contra o movimento de mulheres, que é também o movimento de trabalhadoras, elas conseguem fazer frente ao processo patriarcal e capitalista que nega as suas subjetividades e direitos. No ano de 1989 toma forma no jornal a afirmação própria de “movimentos de donas de casa”. Apresenta-se aí um movimento que extrapola os contornos limitantes da imagem de “mulheres do lar”, quando tais mulheres se evidenciam como sujeitos que lutam por melhores condições de vida.

As mulheres na imprensa: contexto social e político

Ao trabalharmos com a leitura de dois Jornais de grande Circulação que é o Jornal do Comércio e o Jornal, priorizamos a leitura completa das edições dos jornais para compreender a sua articulação, suas diversas narrativas, muitas construídas visando interesses da elite da época, como a desocupação de bairros nobres e criminalização de bairros periféricos. Os mais diversos tipos de crimes vão sendo abordados a fim de se moldar um imaginário social, logo não poderíamos dar destaque apenas a ler um caderno, ou somente alguns textos, mas sim ao periódico por completo, até mesmo para compreender as mudanças de discurso em torno dos projetos políticos da época e as discussões referentes a Constituinte em 1988.

Como o jornal A Crítica não existe em meio *on-line*, o mesmo foi lido impresso, em material disponibilizado pela Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, e as manchetes abordadas foram escaneadas visando manter o material para consulta, os fascículos retirados do jornal foram catalogados de acordo com ano, edição, caderno e paginação. Já o Jornal do Comércio foi lido em meio digital disponibilizado pela Hemeroteca Nacional, também sendo salvo o material tendo sido os fascículos retirados do jornal também catalogados de acordo com ano, edição, caderno e paginação.



O jornal A Crítica foi fundado em 1949, pelo jornalista Umberto Calderaro Filho e sua cômuge Ritta de Araújo Calderaro, pertencendo até os dias atuais à família, hoje dona da Rede Calderaro de Comunicação. É um jornal diário, que chegava ao leitor às 11 horas, sendo o de maior circulação do estado. Ficou muito tempo conhecido como “onzeiro” devido a estratégia de publicação às 11 horas que foi criada pelo seu fundador, o jornalista Umberto Calderaro Filho (1927–1995) para enfrentar os grandes jornais da época, sair primeiro que os concorrentes da tarde e depois que os da manhã e, assim, consolidar-se como um meio-termo e conquistar um nicho de leitores. Já o Jornal do Commercio foi fundado em 2 de janeiro de 1904, por J. Rocha dos Santos, sendo o jornal mais antigo em circulação na Amazônia e um dos mais antigos do Brasil.

Assim, também a obra de Antonio Gramsci contribui para se pensar a imprensa no campo da produção social de “hegemonias e contra-hegemonias” (GRAMSCI, 2001), o que pode explicar o porquê de visões de mundo e interesses particulares serem apresentados e reproduzidos nessas páginas como um “bem comum”, “valores universais”, ainda que enfrentando resistências inúmeras por movimentos organizados e não organizados.

Em notícia do caderno “Cidade” do Jornal *A Crítica*, de 18 de julho de 1985, lemos a manchete “Marido Pune Mulher Feminista”. Segue o conteúdo:

“Ensimesmado” com as “novas ideias” de sua mulher, Conceição Maria Viera Barros, que adotou posições feministas, abandonando os afazeres domésticos, o operário Osvaldo Pereira da Silva resolveu puni-la, cortando-lhe os lóbulos das orelhas. O caso foi levado à delegacia do 8º Distrito de Policial, onde Osvaldo não admitiu que a mulher faça qualquer operação plástica para reconstruir os apêndices mutilados, afirmando que “se ela quiser viver novamente comigo tem que ser assim, mulher que quer parecer com um homem não tem lugar para brinco”. (Jornal *A Crítica*, 18 de nov. de 1985, Caderno *Cidade*, p. 02).

A forma como a notícia é apresentada não dá espaço para a manifestação da mulher que sofreu a agressão. Indiretamente, o jornal parece denunciar um crime para muitos leitores que talvez se comportassem da mesma forma caso “suas” mulheres daquela maneira ousassem se “comportar”. Trata-se aí de reduzir uma luta social a uma situação comportamental de questão “familiar”, como se o jornal afirmasse, de forma classista e machista, que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ainda que desavenças aí levem a mutilações. A manchete omite detalhes sobre prisão, fiança, etc. Articula o entendimento de que a posição “feminista” levou a mulher a descumprir o que para a época seria sua obrigação, seus compromissos domésticos. O lugar social



masculino, a prática de tortura, e eventual omissão do poder policial não são postos em discussão. A polícia aparece aí como mediadora de “curiosa desavença matrimonial”.

Logo abaixo temos uma manchete referente a greve de trabalhadores e trabalhadoras, respectivamente “Setor de Produção da Estanave está parado” e “Demissão para fabrica do DI (Distrito Industrial)”, e com o texto da manchete temos que:

Pelo menos 300 das 440 mulheres que trabalham na fábrica Douglas Mit sumi Eletronic Ltda resolveram manifestar-se ontem contra a demissão de uma operária. A forma que utilizaram para isto foi uma paralisação que poderá culminar em mais uma greve. E a segunda vez que essas trabalhadoras fazem este tipo de protesto. No primeiro, conseguiram evitar três demissões. A medida de corre do que ficou decidido na greve dos metalúrgicos, de que realizem greve no caso de demissões. (Jornal do Comércio, edição de 20 de agosto de 1985, p. 1).

A partir dessas notícias podemos destacar a importância e o impacto da organização e reorganização dos/as trabalhadores/as ainda num contexto de autoritarismo que havia fechado muitos sindicatos e como o processo de reabertura política e de redemocratização a possibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras uma disputa maior de seus direitos dentro das fabricas, assim como a notícia sobre “invasões”, processos legítimos de ocupação de terra, se reafirma a disputa pela cidade, que também é desses trabalhadores, é um momento de muitos conflitos, onde se destaca a presença das mulheres nesses espaços.

Tendo em vista que os trabalhos na historiografia sobre gênero e a participação social de mulheres passam por novos escopos teóricos e metodológicos (BUTLER, 2003; PEDRO, 1994; PERROT, 1989 e 1998; RAGO, 1998), a presente pesquisa pretende contribuir para o debate desse eixo temático. Busca-se aqui a revalorização de mulheres que, de forma organizada ou não organizada, lutaram por seus direitos, por democracia, pelo direito ao trabalho, à memória e à cidadania, avançando a partir dos seus esforços o nosso marco civilizatório (MATTOS; SOLLER, 2003).

A partir dessas breves reflexões, buscamos constituir um mosaico de questões fundamentais, que poderão vir a compor uma análise mais detida através do “olhar da imprensa” sobre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus movimentos sociais, pelo direito de gênero, por moradia e vida urbana dignas, pelo direito a terra e à cidade, à igualdade racial. Busca-se aqui problematizar o discurso da imprensa na produção e preservação da memória, refletindo sobre as relações e meios com que constrói os fatos (VESENTINI, 1997).

Atuação e organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras



Michele Perrot (2005) indica que no teatro da memória, as mulheres são “sombras tênues”. Conforme observamos o modo como a imprensa representa as mulheres, percebemos que o espaço reservado a elas é o lar, invisibilizando a história de suas articulações, redes de solidariedade e vivências cotidianas, assim como banalizando suas lutas. A esfera política de atrelamento desses diferentes conteúdos se dá por perspectivas culturais amplas, contribuindo essas matérias jornalísticas, de forte apelo midiático, para a articulação de interesses comerciais e empresariais, sendo igualmente alvo da resistência de trabalhadores e trabalhadoras organizados de dentro de seus modos próprios de vida na cidade. Trata-se de refletir sobre a consolidação nas lutas do período de importantes políticas sobre o direito à cidade que avançaram o marco civilizatório no país, debates também presentes naquela imprensa, que lidos a contrapelo (BENJAMIN, 1996; CARNEIRO, 2003; SCOTT, 1992 e 1995) evidenciam a participação nessas páginas de mulheres, também lideranças negras, sujeitos históricos diversos que então lutaram por direito à memória.

Nesta conjuntura de fortes contradições, com esforços evidentes de ocultamento da participação de sujeitos históricos na imprensa e em outros territórios sociais e de memória, as mulheres se articularam em formas de resistência organizadas ou não, de dentro de seus modos de vida, e de suas casas (CERTEAU, 2013). Ao mesmo tempo, destacava-se então forte movimento de industrialização e divisão da sociedade por concentração de latifúndios urbanos, projeto herdado e que se dinamiza enormemente ao longo da ditadura civil-militar no país (TOLEDO, 1997). Formas “legitimadas” de invasões, de terras historicamente ocupadas na região, contudo, não para os propósitos de segurança social, por vezes merecerão aí discursos brandos e apaziguadores, em pacto social neutro pelo suposto “interesse de toda a sociedade”.

Entre 1985 e 1987, Manaus passava por uma onda grevista em várias categorias, a exemplo dos motoristas e cobradores do transporte público e dos professores, em que as mulheres tiveram grande destaque, conforme fica explícito nos jornais de grande circulação da época, como o Jornal A Crítica e o Jornal do Comércio. Em manchete da edição de 27 de agosto de 1985, temos que “Empresas demitem em massa grevistas do DI”:

“As empresas Douglas Mitsumi Eletrônica e Evadin começaram ontem pela manhã uma verdadeira “caça” aos grevistas. A Douglas demitiu 21 empregados a Evadin demitiu 18. Todos julgados culpados por participarem da greve, segundo disseram os próprios demitidos, que se encontravam reunidos na manhã de ontem no Sindicato dos Metalúrgicos, onde buscavam



solução para o problema.” (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

Destacamos no texto do quadro que “os trabalhadores disseram que dentro da empresa, que tem 70 por cento do seu quadro de mulheres, existem verdadeiros grupos de aliciamento das mulheres” que são “cantadas e pressionadas pelos chefes”. O desvio de soldas também foi denunciado pelos trabalhadores, que disseram que eles passam pela revista no final do dia, “enquanto alguns chefes fazem verdadeiros saques na empresa.”. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

A demissão em massa de trabalhadoras notificada na manchete anterior se baseia na alegação de ilegalidade da greve, mas, como argumenta o sindicato dos metalúrgicos e os próprios trabalhadores e trabalhadoras, a repressão à greve e a demissão se dava então pela denúncia que os mesmos vinham fazendo das irregularidades dentro das empresas e das péssimas condições de trabalho, conforme a fala de Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (colocada em box ao lado já que sabemos por meio da notícia que a agenda do metalúrgico foi enviada a Polícia Federal):

Ricardo Moraes explicou o porquê das anotações que acabaram fazendo com que a sua agenda fosse parar no Departamento de Polícia Federal. Levada pelo secretário-geral da presidência do TRT. 11 Região. Ananias Dantas Goes. Ricardo comentou que as anotações: “O julgamento da greve será no dia 25, às 9 horas da manhã de domingo. Todos os trabalhadores devem voltar ao trabalho? Qual será a decisão dos trabalhadores? Ocupar a fábrica? Tocar fogo? Danificar todas as peças das máquinas? Sequestrar o dono da fábrica, foram feitas durante a assembleia dos trabalhadores em greve da Douglas. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

E afirma ainda que a greve teve os resultados esperados, sendo greves com participação de maioria feminina e com princípios políticos específicos:

O fato de a maioria grevistas da Douglas serem mulheres é muito significativo já que existe, ou existia uma mentalidade entre os empresários de que é mais interessante contratar mulheres porque elas são mais passivas e aceita trabalhar por menores salários. Para o presidente do sindicato, as mulheres estão mostrando aos empresários que elas também sabem brigar pelos seus direitos e que querem trabalhar, mas com dignidade. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

Para além do distrito industrial, diferentes profissões ocupadas por mulheres em Manaus também mostram outras formas de violência, como é destacado sobre as frentistas em notícia do dia 23 de fevereiro de 1986, “Intoxicação não assusta mulheres frentistas”. A matéria expõe a condição de proibição para que mulheres não exerçam a profissão de frentista com base em que mulheres grávidas não podem ser expostas ao forte cheiro de gasolina, suposta causa de mal-estar. A fala delas sobre a decisão, contudo, evidencia outras dimensões da articulação das mulheres no período:



Ao captar várias opiniões sobre o assunto, a nossa reportagem constatou que a maioria das mulheres, dentre elas a repórter Aldenice Noronha, são de opinião contrária à proibição. Para Aldenice, essa proibição vem a ser mais uma medida machista, a discriminando mulher no mercado de trabalho. Se a preocupação se fundamenta a partir do mal que o cheiro da gasolina cause à mulher grávida, que a ela seja concedida a devida licença médica. Não sei quais são as causas reais da proibição, mas não concordo com ela e acho que a mulher deve ter o direito de trabalhar também nos postos de gasolina, se assim o decidir. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 13).

Além disso, a notícia também tem o relato da frentista Irene Morais, que trabalha no posto Equador, e aponta alguns problemas enfrentados pelas frentistas: a grosseria e o assédio de alguns homens, que o jornal chama de “cantadas”, contudo, para Irene, pelo fato de estar dentro de uma cultura machista, grosseria e assédio sexual aconteceriam/acontece em qualquer outro espaço de trabalho. Outra frentista de nome Nair afirma que o serviço no posto é mais fácil, pois não as impedem de serem donas de casa, pois o trabalho no posto é de meio período, assim elas deixam tudo pronto em casa antes de irem para o trabalho, o que não conseguiram trabalhando no distrito pois não dariam conta da jornada de trabalho, além dos cuidados com os filhos, e na maior parte das vezes, forçosamente também com os maridos. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 13).

Denúncias, reivindicações e a luta por direitos

São muitas as denúncias levantadas pelas mulheres trabalhadoras, desde a jornada de trabalho abusiva até o processo de esterilização nas fábricas. Durante o 7º Encontro da Mulher, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos entre os dias 7 e 8 de março de 1986, graves denúncias foram formuladas contra empresas do Distrito Industrial. A coordenação do encontro entregou documento enumerando algumas dessas práticas nocivas ao trabalhador, sendo as principais delas ligadas a saúde das mulheres, como as práticas contraceptivas forçadas cuja problemática da natalidade e do aborto foram colocadas em notícia no dia 12 de março de 1986 no Jornal do Comércio:

Uma variedade de atividades Insalubres, que vão desde a exposição a substâncias químicas utilizadas para amolecer alimentos, que invariavelmente causam gastrites, perturbações nervosas e até a obrigatoriedade de desempenhar tarefas que não constam na Carteira de Trabalho. Essas são algumas das denúncias formuladas no 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense, encerrado no dia 8 último com a presença de quase 300 mulheres, que teve lugar no Sindicato dos Metalúrgicos. (Jornal do Comércio, edição de 12 de fevereiro de 1986, p. 12).

Em resposta às denúncias o Delegado Regional do Trabalho, Manoel Nogueira, diz que não leu o documento, mas que, no entanto, e curiosamente, tem dúvidas com



relação aos problemas nele enumerados, afirmando em notícia do dia 13 de março de 1986 no Jornal do Comércio que as denúncias são demagogas.

Apesar de "não ter lido" as denúncias feitas pelas mulheres trabalhadoras das fábricas do Distrito Industrial com relação as violências a que são sistematicamente submetidas, o delegado regional I do Trabalho, Manoel Nogueira, disse ontem que tem dúvidas com relação aos problemas que elas abordaram durante o VII Encontro da Mulher, realizado nos últimos dias 7 e 8. (...) Assim como outras reclamações, são notícias "infundadas e demagogas", uma vez que, conforme repetiu algumas vezes, disse: "Não tenho tempo para ler esse tipo de documento e além do mais. eu mesmo já almocei no DI. com os operários, e constatei que a alimentação fornecida pelas empresas, é de melhor qualidade da que eu como em minha casa. (Jornal do Comércio, edição de 13 de fevereiro de 1986, p. 15).

Não obstante, as trabalhadoras respondem e mantêm sua frente de denúncias. Destacamos aqui a fala de Auxiliadora Mourão em que "as declarações do delegado nada mais são do que uma prova a mais da incompetência de pessoas que ocupam cargos importantes de grande abrangência". E acrescenta: "com o poder que exerce, não se justifica o desconhecimento dos problemas dos trabalhadores", sugerindo ainda que pessoas com maior sensibilidade e conhecimento ocupem cargos como o de Manoel Nogueira (Jornal do Comércio, edição de 14 de fevereiro de 1986, p. 13).

O impacto dos debates suscitados a partir dessas denúncias é bastante significativo para a sociedade Amazonense. A partir do Encontro das Mulheres Trabalhadoras outras atividades vão se manifestando pela cidade. E assim, no dia 20 de maio de 1986 temos a seguinte manchete: "Operárias pedem apoio para fiscalizar a saúde".

Uma comissão representativa das organizadoras do Encontro Amazonense de Mulheres esteve sexta-feira na Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade do Amazonas, para discutir com os médicos de vários departamentos uma forma de auxiliá-las na fiscalização da saúde das trabalhadoras especialmente do Distrito Industrial. (Jornal do Comércio, edição de 20 de maio de 1986, p. 14).

O debate também se estende aos órgãos de saúde como a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, com manchete em 21 de maio de 1986, na qual lemos que "Anticoncepcionais preocupam Semsas". Trata-se de referência ao documento que resume as reivindicações e denúncias das representantes que compõem a comissão organizadora do Encontro Amazonense de Mulheres, realizado no mês de março. A matéria era do conhecimento do Secretário Municipal de Saúde, Fernando Ferreira, o qual recebera as informações uma semana antes da veiculação pela imprensa. Segundo ele, este documento serviu para um debate mais amplo sobre a problemática das trabalhadoras na 8ª Conferência Nacional de Saúde.



Outro processo de disputa pelas mulheres é a construção da Delegacia da Mulher, pelo direito negado a essas sujeitas em Manaus deste período. Em primeiro quadro de notícia, em 27 de setembro de 1985, no caderno Opinião, sob a manchete “Delegacia da Mulher em Manaus”, sabemos que

“Articula-se na Secretaria de Segurança do Estado o projeto de criação de uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, vítima constante de violências dentro de nossa sociedade. O projeto seguiria o modelo da Delegacia Instalada na cidade de São Paulo, onde todo o corpo policial é composto de mulheres, sob a orientação de uma delegada de carreira. Tal preocupação tem em vista evitar constrangimento às mulheres que venham a recorrer aos serviços especializados da Delegacia criada para sua proteção. As mulheres vítimas de maus tratos, principalmente de seus maridos, encontrariam na sua Delegacia pelo menos solidariedade e respeito ao seu sofrimento, nem sempre encontráveis diante de um comissário ou agente policial, Integrantes de uma sociedade culturalmente machista.” (Jornal do Comércio, edição de 27 de setembro de 1985, p. 2).

E poucos meses após a primeira notícia temos o resultado de sua ação, quando surge a notícia do parecer contrário à implementação da delegacia por parte do parlamentar Armando Freitas, “Parecer contrário é reação machista”, ao que damos destaque para as falas das mulheres que se articulam e direcionam a importância da construção da delegacia, bem como denunciam os motivos da sua não implementação, além de evidenciarem que para que a construção seja efetiva são necessários outros debates, como então também salientou a socióloga Marilene Corrêa:

“Para a socióloga Marilene Correa, a questão é muito paradoxal, no sentido de que a implantação dessa Delegacia não irá resolver os problemas estruturais de dominação da mulher, ao mesmo tempo em que à nível de (sic.) urgência, poderá ser um importante instrumento contra a violência diária "Vai ser possível um atendimento de emergência. Aliás, as mulheres não se mostraram nem um pouco intimidada das em comparecer a uma delegacia para dar parte de espancamentos" frisou, levando contudo, que a posição da mulher, e a forma como ela está instalada na sociedade, como força de trabalho ou reprodutora da espécie, e as "violências surdas", a que são submetidas nas relações de trabalho, e outras instâncias, dificilmente poderão ser detectadas, sem uma análise mais aprofundada sobre a questão”. (Jornal do Comércio, edição de 5 de outubro de 1985, p. 4)

Além do processo de disputa das mulheres por espaço social e político, percebeu-se a partir dessa pesquisa uma série de questões temáticas ligadas à participação das mulheres na vida urbana da cidade de Manaus naquele momento. Em fascículo do jornal, no caderno “Cidade Aflita”, lê-se que “Donas de casa estão no sufoco”:

As donas de casa são a senhora Joana Rodrigues Moreira (...) e Expedita Soares Leão (...) também do Educandos. Elas falarão sobre o atual custo de vida, notadamente no que se refere aos preços de alimentos comprados em supermercados, feiras e mercados. As duas discutiram como daqui pra frente irão fazer para, pelo menos conseguir o essencial, eliminando algo útil, mas



que para ela e os demais de sua casa têm que começar a conviver sem ele. (Jornal A Crítica, 18 de julho de 1985, Caderno Cidade Aflita).

Esse é um cenário que segue sem grandes mudanças. Em 1988, com a manchete “paga mais caro quem compra em feira”, donas de casa relatam não somente que a instabilidade do preço é alarmante, mas que a vantagem dos mercados é a venda fiada, onde se compra e se pode pagar depois, o que revela não só a preocupação com os preços, mas o endividamento das mesmas. E ao mesmo tempo que as mulheres aparecem na manchete como “donas de casa”, também aparecem enquanto feirantes. Nilce Lima, feirante dona de um *box* de estivas aparece na manchete junto a outros feirantes, como Nonato Barbosa, denunciando que de 1987 para 1988 as vendas caíram pela metade, e que eles nada podem fazer sobre os preços, pois, competem com supermercados e feiras maiores. Tal situação reafirma a disputa pelo espaço urbano e pela sobrevivência desses trabalhadores. Em outro trecho da mesma matéria, outros trabalhadores feirantes reclamam da falta de manutenção do espaço pela prefeitura, sem a prestação de serviços de limpeza ou adequação da estrutura física do lugar, o que prejudica o acesso de clientes. (Jornal do Comércio, edição de 17 de janeiro de 1988, p. 09).

Na notícia anterior, podemos perceber que o jornal direciona o olhar do leitor para que acredite que o problema dos preços estaria somente nas feiras, e que nos grandes mercados o valor seria mais em conta. Porém, em fascículo do jornal publicado dias após, ficamos sabendo que a “SEMSA obriga gerentes a selecionar produtos”, quando se informa que, por conta das *blitz* de Fiscalização Sanitária da SEMSA, os supermercados estão mais propensos a jogar produtos fora com a justificativa de prezar pela saúde dos consumidores:

“O gerente do Supermercado CO da Raiz, Edson Silva, disse que a empresa está procurando evitar problemas com a fiscalização sanitária e melhorar o padrão alimentar do povo oferecendo produtos de boa qualidade. “O produto estragado, ou que tenha passado do período de controle para consumo, seja fruta, carnes, enlatados, embutidos, são retirados de prateleira por iniciativa dos funcionários sob orientação da gerência de cada loja e jogado no lixo garantiu.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de janeiro de 1988, p. 09).

Ainda na mesma matéria, uma professora chamada Maria Palmira, que o jornal também apresenta como “dona de casa”, observa que os supermercados poderiam optar por baixar os preços, mas preferem jogar a comida fora:

“A iniciativa do gerente, porém, foi vista como errada por algumas donas de casa, como a professora Maria Palmira, que criticou a direção da loja dizendo ser uma atitude condenável “Preferem deixar os produtos estragarem para jogar fora ao invés de baixar o preço para que o consumidor tenha condição de adquirir a mercadoria e ter mais o que comer, desabafou. Ela acha isso uma



política desumana e própria do capitalismo insano que domina o comércio de alimentos de Manaus.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de janeiro de 1988, p. 09).

Em outros momentos do jornal, podemos observar o quanto o modo de produção capitalista é uma forma de violência contra essas trabalhadoras e trabalhadores. Em manchete do dia 05 de janeiro de 1986 lemos notícia sobre “Problemas mentais afetam operários”:

(...) enquanto o Instituto Myra I Lopez registra índice assustador de pacientes em tratamento de ambulatorial, grande parte constituída por pessoas que trabalham nas indústrias de montagem da Zona Franca. O psiquiatra Manuel Galvão justifica o problema com o que ele chama de "regime militar do Distrito Industrial", onde trabalhadores são tratados como robôs, todos sem condições de impor métodos pessoais atividades diárias. (Jornal do Comércio, edição de 05 de janeiro de 1986, p. 1).

A fala do psiquiatra chama atenção, pois ao se referir ao “regime militar do distrito industrial”, revela um problema para além da violência cometida contra os trabalhadores pelas empresas, mas também a violência cometida pela ditadura civil-militar (1964-1985), que desumaniza esses trabalhadores ao tratá-los como máquinas dentro da linha de produção.

Um importante debate que também se constrói é a luta das mulheres pela participação e espaço nos debates da Constituinte e no processo de disputa eleitoral e eleição de mulheres, quando as trabalhadoras em Manaus organizadas nos sindicatos e nos movimentos sociais também debatem essa questão como mostra o enunciado “A mulher na Constituinte (I) A Luta das Mulheres pelo Voto Feminino”. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p.27). Destacamos o trecho da fala da professora Marilene Ribeiro Pardo, candidata do PT Amazonas ao Senado em 1986:

“Mulheres de todas as categorias, reunidas durante esta semana no Sindicato dos Metalúrgicos, decidiram que o tema das comemorações do Dia Internacional da Mulher 8 de março - seria A Contituinte'. E por quê? Certamente que as mulheres trabalhadoras não estão iludidas que uma nova Constituição irá resolver seus problemas. Afinal já existe uma Lei sobre o seguro-desemprego. Mas uma indústria do Distrito Industrial demite num só mês mais de 1.000 funcionários e não paga o seguro, nem é punida pelo Ministério do Trabalho. A Lei das creches já existe. Mas onde estão as creches para os filhos das classes populares? O salário é definido em lei como o mínimo necessário para a satis fação das necessidades básicas de uma família de 4 pessoas.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 27).

A presença organizada de mulheres nessas lutas, seja em partidos políticos, em sindicatos ou no cotidiano do trabalho, denunciando os descasos com seus corpos e seus espaços de labuta; seja resultado do empoderamento histórico contra a opressão, reforçados com a recente Ditadura civil-militar no Brasil e em especialmente na região



Amazônica, evidenciam a presença desses sujeitos históricos na invenção, manutenção e defesa de direitos públicos e democracia, o que, ao fim e ao cabo, marca a trajetória de resistência por sociedade civil, processo ininterrupto e definido pela incessante busca da superação da divisão de gênero no contexto histórico aqui analisado.

Considerações Finais

As lutas das mulheres trabalhadoras em Manaus são diversas, começando pelo contexto social e político no qual estão inseridas. Muitas delas, no Distrito Industrial, enfrentavam não só as péssimas condições de trabalho, mas o machismo e a violência de forte estrutura patriarcal arraigada no período aqui estudado. São inúmeros os casos de denúncias de assédio, abuso sexual, violência psicológica, ameaças e coerção. Além disso, sublinha-se o terror que se praticou então em casos de esterilização, quando mulheres eram obrigadas a abortar, muitas vezes exigências das próprias fábricas para manterem seus empregos.

Esse contexto de desemprego ao lado da questão da esterilização, mobiliza as mulheres trabalhadoras e estudantes para a luta por creche, para terem direito às mínimas condições de trabalho e de criar os seus filhos. Essas reivindicações são organizadas pelos comitês de mulheres e apresentadas aos partidos, aos parlamentares e a sociedade como um todo. Também são essas mulheres que se articulam em grupos de donas de casa, onde fiscalizam os preços, organizam debates sobre a fome, carestia etc.

Ecoam dessas lutas a vigilância sobre arbitrariedades e perspectivas de resistências que dialogam em suas formas de organização com movimentos de mulheres do século XIX e início do século XX, quando também aí buscaram a transformação da condição feminina na sociedade através, principalmente, da luta pela participação na cena eleitoral. De fato, essa é uma das primeiras pautas dos movimentos de mulheres capaz de se difundir pelo mundo industrializado ou em industrialização (DUBY; PERROT, 1990).

Por fim, conforme se aproximam os debates sobre a constituinte e o processo eleitoral a disputa do campo político pela constituinte e dos espaços eleitorais foi ponto central do movimento de mulheres, com a consciência política de que somente ocupando esses espaços elas teriam como reivindicar suas demandas, visto que muitas vezes eram subjugadas pelos parlamentares homens. E, portanto, o acesso ao direito representava naquela sociedade e para aquele Estado, a conquista que garantia às mulheres condições iguais às dos homens para gerirem sua vida coletiva, tendo aí revalorizados suas visões do mundo e interesses próprios, não redutíveis ao âmbito familiar.



Foi desse modo que buscamos evidenciar a presença dessas mulheres que, de forma organizada ou não organizada, lutaram por seus direitos, por democracia, por equidade de gênero nos espaços de trabalho, pelo direito ao trabalho, à memória e à cidadania, avançando a partir dos seus esforços nosso marco civilizatório, na cidade de Manaus e no país.

Data de Submissão: 09/03/2022

Data de Aceite: 18/04/2022

Fontes

Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

Acervo Jornal *A Crítica* (1985-1989)

Hemeroteca Digital

Acervo Jornal do Comércio (1985-1989)

Referências Bibliográficas

ALVES, Andreza Michelle dos S. **Movimentos de moradia na cidade:** imprensa, memória e vida urbana em Manaus (1985-1989). PIBIC UFAM, 2017.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. SP: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Rio de Janeiro. p. 78.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em Movimento (Enegrecer o Feminismo). **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. **Revista Trabalhadores**, n. 6. Campinas: SMCS, 1990.



CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, M. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: Freitas, M.C de (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: **Afrontamento**, v. 1, 1990.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Rio de Janeiro, 1984, p 223-244.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (4 vols). RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, M. Izilda S. (Org.); SOLLER, M. A. (Org.) **Da invisibilidade ao gênero**. São Paulo: NEM/PUC-SP, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução** / Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, no 68, São Paulo, dez/fev/2006. p. 46-57.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, n. 2, 1994.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.



PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, p. 9-18, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder, **Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970- 1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patricarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALLES, Alessandra do Amaral; TORRES, Iraildes Caldas. **História de Mulheres: O Movimento Orquídeas e sua inserção na luta por moradia em Manaus**. III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia Universidade Federal do Amazonas - UFAM Manaus (AM), nov. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, **Rev. Educação e Realidade**. Vol. 20, jul – dez, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMPSON. Edward P. **Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformismo no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

GÊNERO COMO UM CONCEITO POLÍTICO: UMA BREVE REFLEXÃO, PROBLEMÁTICAS, USOS E POSSIBILIDADES

EL GÉNERO COMO CONCEPTO POLÍTICO: UNA BREVE REFLEXIÓN, PROBLEMÁTICA, USOS Y POSIBILIDADES



SABRINA NATALI SILVA BENTES⁸⁰

Resumo

A partir da década de 1970, os estudos sobre a história das mulheres foram intensificados. À medida que suas problemáticas se desenrolaram e as discussões foram aprofundadas, houve também a possibilidade de um alargamento do estudo sobre as mulheres e a categoria de gênero foi instituída com a promessa de problematizar ainda mais certas concepções, inclusive a própria concepção sobre a categoria “mulher”. Joan Scott (1989), foi uma das primeiras a propor o gênero como uma categoria útil de análise; Judith Butler (1990), propôs o gênero sob o lugar do político, problematizando-o e propondo sua desconstrução; bell hooks (2019) entendeu que essa categoria de análise precisava ser vista através das lentes das categorias de raça e classe; Oyèrónké Oyewùmí (2021) propôs a desuniversalização desta categoria e uma crítica ao ocidente como parâmetro e María Lugones (2008), a partir de todas essas análises poderosas, propôs o conceito de colonialidade de gênero, onde o gênero para além de uma categoria de análise histórica, é um marcador de desumanidade. Nesse sentido, esta proposta tem por objetivo entender como o político/política atravessa a categoria de gênero, de forma constitutiva, seja de forma problemática, seja para propor novos caminhos para pensá-la e transformá-la.

Palavras-chave: Gênero; política; História.

Resumen

A partir de los años 70, se intensificaron los estudios sobre la historia de las mujeres. A medida que se desarrollaban sus problemas y se profundizaba en los debates, surgió también la posibilidad de ampliar el estudio de la mujer y se instituyó la categoría de género con la promesa de seguir problematizando ciertas concepciones, incluido el propio concepto de la categoría "mujer". Joan Scott (1989), fue una de las primeras en proponer el género como una categoría útil de análisis; Judith Butler (1990), propuso el género bajo el lugar de lo político, problematizándolo y proponiendo su desconstrucción; bell hooks (2019) entendió que esta categoría de análisis necesitaba ser vista a través de la lente de

⁸⁰ Vinculada a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UNIFAP), bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Email: brinabentes2407@gmail.com.



las categorías de raza y clase; Oyèrónké Oyewùmí (2021) propuso la desuniversalización de esta categoría y una crítica a occidente como parámetro y María Lugones (2008), a partir de todos estos potentes análisis, propuso el concepto de colonialidad de género, donde el género más allá de una categoría de análisis histórico, es un marcador de inhumanidad. En este sentido, esta propuesta pretende comprender cómo lo político/la política atraviesa la categoría de género, de manera constitutiva, ya sea de manera problemática, o proponer nuevas formas de pensarla y transformarla.

Palabras clave: Género; política; História.

Introdução

Como já extensamente debatido, a historiografia das mulheres possuiu um alargamento a partir da década de 70 do século passado, como um importante movimento não só historiográfico, mas preeminentemente político e militante. Um esforço de estudiosas dos campos das ciências humanas para identificar o sujeito mulher como participante da História. Nesta caminhada, houve vários momentos de transformação. Do que seria uma história das mulheres, do que se esperava ser este novo campo, da modificação do sujeito objeto de pesquisa e do conceito de mulher que agora passaria para o plural, mulheres, numa tentativa de abarcar diversas experiências e sujeitas.

Na década de 1970, marcada pela segunda onda feminista no ocidente, um dos estudos seminais para a crítica contra o patriarcado, foi o livro de Betty Friedan⁸¹ publicado ainda no ano de 1963. Friedan será amplamente utilizada como parâmetro pelas feministas brancas de classe média-alta, cuja principal reivindicação era a destituição de suas vidas do ambiente doméstico, como donas de casa e reivindicando ampla participação no mercado de trabalho.

Embora muitas outras obras de autoras feministas, principalmente negras, estivessem circulando com as mais variadas críticas ao sistema patriarcal, ao racismo e ao classismo⁸², a década de 70 ou segunda onda feminista ficou marcada por ser essencialista, por não abarcar as necessidades da ampla maioria de mulheres que já tinham o trabalho como parte de suas vidas.

⁸¹ FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. – Tradução de Áurea B. Weisseberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

⁸² Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Rosa Parks, só para citar alguns exemplos de feministas e ativistas negras proeminentes na década de 1970/80 que escreveram sobre as questões relacionadas a realidades das mulheres negras, sobre sexualidade, política, racismo nos Estados Unidos.



Nesse sentido, Clare Hemmings⁸³, faz uma crítica contundente ao modo como a historiografia feminista foi construída no ocidente e como tornou a década de 70 sob o adjetivo de essencialista: escrita de forma linear, evolucionista e sempre buscando um progresso que não fora “alcançado” pela geração feminista anterior e que na maioria das vezes obscurece determinadas narrativas e contra narrativas.

Hemmings analisa vários periódicos dos períodos das décadas de 70 e 80 para mostrar como essa linearidade foi realizada na construção da escrita da história do movimento feminista. É plausível a crítica que ela realiza muito bem, porém é necessário ceder que essa construção foi produto de um já constituído império cognitivo do ocidente, que suprimiu as proposições que também foram realizadas por feministas negras, não brancas e de outros lugares fora do ocidente.

A categoria “mulher”, nos termos criticados através da diferença sexual, significava, para além de papéis sexuais atribuídos, um determinado estereótipo: mulheres brancas, donas de casa e abastadas, sendo substituída, a partir de variadas críticas de feministas que não se enquadravam nesse estereótipo por “mulheres”, e que poderia ajudar a dar conta das variadas realidades das mulheres.⁸⁴

Gostaria de frisar que a proposição deste artigo é pensar em como o gênero foi e é uma categoria de análise em constante discussão e transformação. Apesar de trazer as teóricas em uma linha temporal, o principal objetivo não é colocá-las em linearidade, em confronto ou apontar suas discrepâncias, fazendo a crítica pela crítica, mas fundamentalmente mostrá-las como mulheres produtoras de conhecimento de seu tempo e de seus lugares de fala. Mostrar como cada uma das autoras entendeu e teorizou sobre essa categoria dinâmica que é o gênero, como poderá ser observado.

Assim, também surgiram diversas vertentes que buscavam retratar a partir de suas crenças teóricas e epistemológicas como entender este novo campo e como empregar outras metodologias. Dentro dessas vertentes pode-se citar as teóricas marxistas, teóricas do patriarcado e as pós-estruturalistas⁸⁵, todas em constante debate.

⁸³ HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

⁸⁴ hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. (1971;2015)

⁸⁵ SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 1S, n. 2, jul./dez., 1990. Scott realiza uma descrição objetiva e conceitual das principais preocupações de cada um desses grupos/ vertentes do feminismo.



Também ocorreu que para conseguir alcançar outras experiências e o maior número delas, era preciso realizar uma outra diferenciação teórica e conceitual, o campo da história das mulheres começou a parecer pequeno para a crescente de problemáticas – no sentido positivo e negativo – que começavam a se multiplicar, principalmente ao que diz respeito a participação política de mulheres em espaços de decisão, a questões sobre democracia e questões trabalhistas.

Nesta virada conceitual, o termo mulher/mulheres passou a ser problematizado em detrimento do termo gênero que passou a ser utilizado, como este outro marcador de referência para os estudos feministas. Um outro conceito, uma nova categoria para explicar novas e talvez anteriores problemáticas na história e historiografia sobre o sujeito feminino. Esse uso de gênero, agora entendido e separado de sexo, - o primeiro como construção cultural e histórica das diferenças percebidas entre os sexos, e o segundo como natural – despontou uma série de teorias, reflexões e debates sobre sua importância, seus usos, problemáticas e principalmente sobre as novas possibilidades epistemológicas que viria a suscitar.

A categoria de gênero, então, de maneira geral, quer dizer a relação construída entre os gêneros binários – masculino e feminino – e sexo. Os gêneros estudados em suas relações sociais, políticas, afetivas, econômicas e sexo entendido como a parte biológica por onde passariam a ser destinados os tais papéis sexuais. Esse é o entendimento mais tradicional da categoria, e como propõe este artigo buscaremos entender como esse mesmo conceito foi sendo recodificado e entendido ao longo do tempo.

Joan Scott⁸⁶, nesse sentido, foi uma das teóricas e historiadoras que pensou e formulou a respeito do gênero, entendendo-o como uma importante ferramenta de análise para a história, com seu cânone artigo publicado originalmente em 1986 “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, onde explica de forma didática os diversos caminhos pelos quais o gênero fora utilizado desde a disciplina história até a psicanálise lacaniana, e as metodologias em que fora diferentemente utilizado como molde de análise.⁸⁷ A partir disso, gostaria de ressaltar a seguinte problemática, suscitada por Scott no referido artigo:

Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as

⁸⁶ SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 1S, n. 2, jul./dez., 1990.

⁸⁷ Scott em seu artigo realiza e percorre os caminhos onde o gênero fora empreendido, principalmente, pelas ideias da escola pós-estruturalista que abarcou vários teóricos, incluindo historiadores (as), filósofos(as), psicólogos(as) e psicanalistas.



historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens) (SCOTT, 1990:76).

Nesse sentido, gostaria de atentar que, apesar das muitas reflexões e vários desdobramentos que já ocorreram desde essa reflexão proposta por Scott, parece que alguns campos de estudos, ainda permanecem com a mesma visão funcionalista e dual a respeito das questões de gênero e raça. Há uma recusa por parte de certos setores – principalmente alguns setores marxistas mais dogmáticos e setores liberais – de realizar uma reflexão e autocrítica necessária quando se trata desses marcadores sociais.

Há uma confusão, por parte desses setores – dogmáticos ou conservadores - em chamar as questões acerca dessas categorias de “identitarismo”, ou que seriam mais uma estratégia da burguesia para desviar o foco do que seria mais importante: os conflitos de classe, a revolução proletária. Mas, como bem já bem fundamentado por diversos autores e autoras como Angela Davis (1983)⁸⁸, Judith Butler (1990), Paul Gilroy (2001)⁸⁹ e Stuart Hall (2003)⁹⁰, essa dimensão de denegação não é pertinente em estudos sérios e comprometidos com mudanças reais pois, é mais que óbvio que racismo e misoginia atravessam a maioria dos problemas sociais, políticos e econômicos tanto quanto classe e autoritarismo.

Para Judith Butler, que também produziu um trabalho propositivo e transformador dentro da teoria política feminista, em “Problemas de Gênero”⁹¹, influenciada pelo pós-estruturalismo, pela filosofia da desconstrução de Monique Wittig (com o clássico *As Guerrilheiras*) e Michel Foucault (com *História da Sexualidade*), Butler também propôs a desconstrução do gênero, não no sentido de aboli-lo, mas de esmiuçar esta categoria e pensá-la mais profundamente, a partir da desconstrução do sujeito que se pretende defender e emancipar, neste caso, as mulheres.

Butler, por apostar em sua teoria da desconstrução de gênero, foi muito criticada pela ala das feministas radicais, e pela ala das feministas marxistas intimamente ligadas

⁸⁸ DAVIS, Angela. **Women, Race, Class**. New York, Vintage, 1983.

⁸⁹ GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

⁹⁰ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

⁹¹ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.



com a História Social. A ideia de Butler, inclusive estabeleceu uma relação e acrescentou outras possibilidades de entendimento com a conceituação formulada por Scott, no sentido da relacionalidade das diferenças percebidas entre os sexos: para Butler, o conceito parecia paradoxal, já que havia uma relação entre gênero e sexo e ambos não pareciam estar separados como se tinha proposto.

Por isso, sua metodologia de desconstrução do gênero, para tentar entender como se deu essa construção do gênero seja ele cultural e histórico e por que seu par, o sexo, ainda se configurava como parte do pilar para realizar a diferenciação ou atribuição de papéis femininos e masculinos, ou mesmo de construções de feminilidade e masculinidade. Nesse sentido, Butler afirma “talvez sexo, sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”⁹².

Além dos trabalhos de Scott e Butler como seminais e cânones para o entendimento e problematização do gênero, aludimos a Oyèrónké Oyewùmí⁹³, em seu primordial “A invenção das mulheres”. Nesta obra, a autora de uma comunidade iorubá nos apresenta o que o próprio título quer dizer⁹⁴, e a partir desse entendimento podemos começar a pensar que é mais que necessário que novas epistemologias sejam ouvidas para que a destituição da política sistemática de generificação ocorra.

Oyèrónké, nos faz entender que “a lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “bio-lógica”, onde os “corpos físicos são sempre corpos sociais. Como consequência, não há verdadeiramente uma distinção entre sexo e gênero, apesar das muitas tentativas feministas de distingui-los.”⁹⁵

Com essa afirmação, a autora quer primeiramente nos situar e dizer que esse sistema de gênero é construção ocidental. Em seu trabalho, ela faz uma análise sobre os sistemas de organização social de sua comunidade iorubá e rejeita qualquer proposição que faça parte dessa bio-lógica imposta pelo ocidente. Sua epistemologia nos ajuda a

⁹² *Ibidem*, p.25.

⁹³ OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

⁹⁴ Oyèrónké Oyewùmí acredita que a categoria mulheres, assim como o gênero, são uma invenção ocidental. Em seu trabalho que foi realizado em sua comunidade, ela entende que fazer uso desses conceitos não seria coerente, já que eles não conseguem abarcar as experiências do seu lugar, primordialmente Oyèrónké desuniversaliza os conceitos postos pela lógica ocidental.

⁹⁵ *Ibidem*, p.16-19.



compreender como o gênero opera mesmo nas mais desconstruídas teorias e sua pesquisa serve para pensarmos outras possibilidades, ela escreve:

O caso iorubá oferece um cenário bem diferente; e, mais do que isso, mostra que o corpo humano não precisa ser constituído como generificado ou ser percebido como evidência para a classificação social em todos os tempos. Na sociedade iorubá pré-colonial, o tipo de corpo não era a base da hierarquia social (...) A ordem social exigia um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que supõe a biologia como a base para a classificação social. (...) O gênero simplesmente não era inerente à organização social humana. (OYEWÙMÍ, 2021, p. 19).

Oyewù mí, faz principalmente a crítica sobre como o sistema ocidental está impregnado e pode dificultar um projeto de transformação do sistema de gênero. Ela aponta que quem pesquisa e é estudioso das teorias de gênero de modo a desconstruí-lo pode cair na própria armadilha de estar reforçando-o. Ou seja, “escrevendo sobre qualquer sociedade por meio de uma abordagem de gênero, quem investiga necessariamente escreve o gênero nessa sociedade”⁹⁶. Assim, como nos desfazer deste paradoxo e dismantelar essa instituição? O primeiro passo, segundo ela, que cita a pesquisadora Judith Lorber para responder é “torná-la bastante visível”.⁹⁷

Outra orientação que ela nos dá é a de realizar “uma avaliação cuidadosa de genealogia de conceitos e formulação teórica”⁹⁸ como parte integrante da pesquisa. Como já afirmado anteriormente, o gênero é sistema generalizado e opera nos mais diversos sentidos e lugares, e o campo da linguagem e tradução é um dos mais sensíveis nesse sentido. Por fim, o mais precioso conselho de Oyewù mí, é entender que para a desconstrução desse sistema generificador e violento, é entendê-lo e entender o universo temporal e espacial em que foi construído e aplicado para começar a nos desfazer dos instrumentos oferecidos pelo ocidente e assim dismantelar essa instituição.

A professora e teórica feminista Bell Hooks⁹⁹, é mais uma referência para conhecermos como o sistema de gênero funciona. De maneira muito simples e objetiva, Hooks nos mostra que o gênero, que o feminismo, precisam ser analisados pela ótica das categorias de raça e classe. Sua proposta é primordialmente desintegrar os pressupostos de manutenção do sistema patriarcal de supremacia branca. Além de realizar críticas muito importantes em relação ao classismo e ao racismo, também nos aponta caminhos por onde essa desestruturação deve ou pode acontecer.

⁹⁶ *Ibidem*, p.23

⁹⁷ *Ibidem*, p.23

⁹⁸ *Ibidem*, p.23

⁹⁹ hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



A primeira etapa desse caminho, é se desfazer do seu próprio sexismo, é mudando a si mesmas, pondo a prova seus próprios preconceitos enraizados que poderemos começar a pensar em modificar a sociedade e levar a palavra do feminismo para todos quanto possível. Hooks chama esse processo de conscientização: “Sem confrontar o sexismo internalizado, mulheres que levantavam a bandeira feminista constantemente traíam a causa nas interações com outras mulheres.”¹⁰⁰

A categoria de raça é muito importante para entendermos o que Bell Hooks quer nos mostrar. Essa categoria atravessa diretamente a constituição do gênero. É primordial para a política feminista fazer o elo entre classe, raça e gênero. Bell Hooks, como uma mulher negra, soube como ninguém como esse diálogo é importante para que o feminismo reformista não ofuscasse o feminismo radical/revolucionário. Nesse sentido, ela denuncia:

O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista. A maioria das mulheres, em especial as mulheres brancas privilegiadas, deixou até mesmo de considerar noções do feminismo revolucionário, quando começou a alcançar poder econômico dentro da estrutura social existente. (HOOKS, 2019, 21).

Para ela, “a única área problemática é a de traduzir teoria para prática”¹⁰¹, ou seja, muitas de nós já temos plena compreensão do problema, mas alguns tipos de privilégio, principalmente os relacionados a branquitude e a classe, limitam qualquer possibilidade de transformação.

Para Hooks, não é interessante a crítica pela crítica, é necessário também apontar as possibilidades de realização, neste caso, a educação como ferramenta primordial para criação novas metodologias e novas alternativas de organização e vivências contra esse sistema binário, racista e sistematizador de corpos. O feminismo é principalmente frente e força para que haja mudança. Neste caso, pensamos Bell Hooks como uma entidade arrebatadora para nos trazer luz para a desconstrução do gênero enquanto sistema/instituição propagador de violência e inquisição de humanidade.

Outra proposta de entendimento histórico do sistema de gênero como categoria constitutiva do político é a partir do “giro decolonial”. Definido por Nelson Maldonado-

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.30

¹⁰¹ *Ibidem*, p.93.



Torres¹⁰² como um movimento de resistência política e epistemológica à lógica da modernidade/colonialidade”¹⁰³. A partir dessa teoria é possível enxergar novos horizontes sobre como se construíram, atuam e se retroalimentam o político e o gênero.

Nesta teoria, o marcador de gênero também é associado ao marcador de raça, referenciados conjuntamente, pois ambos formam, de acordo com a teoria formulada por Aníbal Quijano¹⁰⁴, o pilar da chamada colonialidade do poder, do ser e do saber. Esse sistema, a colonialidade, é a herança do processo político e econômico de colonização e colonialismo, iniciado em 1492, no que conhecemos como América Latina. Tais conceitos foram formulados, principalmente, para se pensar sobre toda a violência epistemológica, política e econômica perpetrada pelo totem do ocidente a partir do processo de colonização, e também como combatê-la, criando novas possibilidades de resistência.¹⁰⁵

O que a teoria decolonial propõe, é deixar de ter o ocidente e seus pressupostos como parâmetro, como já bem nos ensina Oyèrónké Oyewùmí. Pensar em novas possibilidades de resistência teórica, epistemológica e militante, e principalmente realizar uma crítica ao modelo político e econômico vigente, pois, apenas dessa maneira, as violências geradas pelo modus operandi dos estados modernos começariam a ser transformadas.

A partir das formulações de desobediência epistêmica proposta por Quijano, em 2008, a filósofa argentina María Lugones¹⁰⁶, adepta da teoria decolonial, propôs o conceito de colonialidade de gênero. Esse conceito é também muito importante para entendermos como o gênero é um conceito político de fato, pois, foi a partir de sua criação em contexto colonial no ocidente, que se pode firmar uma política de separação, classificação-generificação e desumanização do outro.

¹⁰² MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro descolonial. **Tábula Rasa**, nº 9, vol.2, 2008, p. 61-72.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 63.

¹⁰⁴ QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e modernidade/racionalidade**. Em: Os conquistados, 1492 e a população indígena da América. In: BONILLA, Heraclio (organizador). Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992.

¹⁰⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005

¹⁰⁶ LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colômbia, No9: 73-101, julho-dezembro, 2008.



O conceito de colonialidade do gênero propõe o entendimento de que o gênero não seja uma “simples” diferença percebida entre os sexos, como outrora propôs Scott, mas, um complexo sistema de imposição e criação colonial para demarcação de humanidades. Ou seja, o gênero binário ou a bio-lógica, neste entendimento - só era atribuído àqueles que eram considerados humanos. Aqui, pode-se deduzir que determinados grupos de pessoas, não eram classificados como humanos e “merecedores” dessa classificação. A esses grupos, considerados em escalas como não-humanos, sub-humanos ou menos humanos, a depender de um contexto, geralmente de exploração e violência, era/é atribuído o sexo binário, como marcador de macho ou fêmea -, deste modo, hiperssexualizados.

A partir das conceitualizações e proposições de cada autora, é possível compreender como esse sistema pode ser complexo. São diversas camadas que precisam ser analisadas e nomeadas. Temos aqui, um sistema muito mais profundo e problemático do que parece. Não é apenas, simplesmente desestruturar um sistema, mas no contraponto, devolver humanidades roubadas, marginalizadas. Mas será possível essa recuperação? Para isso é necessário pensar em que lugar estamos e de que ponto partimos, nos situarmos historicamente.

Nesse sentido, cabe explicitar, que esta é uma pequena proposta de reflexão sobre o gênero como um conceito político, como seu entendimento histórico é importante, para pensar em alternativas de desconstrução, que possam ser possíveis. Dito isto, é necessário fazer uma reflexão mais profunda sobre a própria construção do gênero, como marcador de diferença entre os sexos criado primariamente como uma política dos Estados Modernos, como afirmam Ednaldo Aparecido Ribeiro e Renata Andrade de Oliveira em seu artigo sobre Cultura política e Gênero¹⁰⁷:

modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais – o modelo do contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino, do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios

¹⁰⁷ RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; OLIVEIRA, Renata Andrade de. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, Vol. 168 22, n. 1, 2013.

da vida privada, não teriam status de preocupações públicas. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 175).

Nesse artigo, Ribeiro e Oliveira, analisam “se mudanças em direção a uma cultura política democrática entre esse público têm sido acompanhadas de maior apoio à igualdade política entre os gêneros no contexto nacional.”¹⁰⁸ Os autores trazem dados interessantes sobre a desigualdade de gênero no campo de representação eleitoral. O mais interessante dos dados apontados é que a maioria dos sucessos de candidaturas femininas se dão em locais de menor desenvolvimento socioeconômico e a grande maioria delas estar associada a partidos políticos grandes e de direita.

Porém, a questão problemática é relacionar o gênero e a política apenas no campo da política eleitoral e a representação ou sub-representação das mulheres neste cenário. Obviamente é um grande atraso a sub-representação de mulheres no sistema legislativo, mas, o problema é muito maior e não deve estar somente relacionado à esta esfera, ele deve estar associado a todos os cenários institucionais e em como estes foram construídos.

Pra nós, historiadores, cientistas, militantes, mulheres dos mais diversos segmentos e minorias sociais e políticas não é mais suficiente saber ou ver que outras mulheres ou minorias estão ocupando espaços institucionais ou de poder, é necessário transformar esses mesmos espaços e sua política. E mesmo algumas ocupando esses espaços institucionais de poder, é preciso um comprometimento com a criação de políticas voltadas para uma crítica ao sistema político e econômico vigente e todas as violências estruturadas por ele através do Estado. Não se trata somente de equidade de gênero.

Neste sentido, creio que seja importante pautar sobre o tipo de política que se acredita que seja primordial para entender como esse conceito histórico atravessa a categoria de gênero, de forma constitutiva. O historiador René Rémond¹⁰⁹ (2003), escreve que é necessária uma nova história política, pois “é da política que depende com frequência seu nível de vida, sua segurança e até, em alguns casos, sua própria existência.”¹¹⁰.

Outro historiador do campo da política e do político é Pierre Rosanvallon¹¹¹, que nos mostra que é primordial que o conceito de política seja reavaliado, não só por aqueles

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 171.

¹⁰⁹ RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 17.

¹¹¹ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 101p.





que fazem uso deste campo conceitual, mas todos aqueles que se interessam de fato por algum tipo de transformação democrática. Ele implora por uma história conceitual do político, e escreve que:

“Para além das tomadas de decisão culturais e sociais, das variáveis econômicas e das lógicas institucionais, a sociedade não pode ser entendida em seus núcleos essenciais se não atualizarmos esse centro nervoso de que decorre a sua própria instituição.” (ROSANVALLON, 2010, p. 70).

Essa atualização é precisamente entender que o todo constitutivo de nossas existências perpassa pelo político. E para que o campo do político seja atualizado, ele precisa urgentemente ser transformado em outra coisa que não seja reprodução de violências. Utilizo, neste artigo o entendimento de político em detrimento de política, pelas mesmas razões que Rosanvallon, ele realiza essa diferenciação para compreender o todo social e não apenas uma parte dele, considerada a parte imediata das ações partidárias e o exercício de poder mesquinho das instituições legislativas. Assim:

“Referir-se ao político e não a política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício de poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.” (ROSANVALLON, 2010, p. 71).

O gênero é uma instituição em pleno funcionamento. A partir dessa afirmação, podemos entender o raciocínio do gênero como um conceito político. A categoria de gênero faz parte de uma construção histórica longa e não imediata. Nesse sentido, o gênero é uma categoria não apenas para a divisão de corpos em determinados papéis sexuais, mas um sistema de generificação generalizado que atribui em todos os espaços possíveis da sociedade às suas regras, seja na linguagem, na cultura, no território e nos corpos.

Quando se afirma que a categoria de gênero é uma instituição em pleno funcionamento, quer dizer que, ele foi criado como regulamentador social de corpos, ele é quem determina quem ocupará qual lugar na sociedade. Ele faz parte de um sistema político como instituição – neste caso, o sistema capitalista fundamentado primordialmente a partir de uma lógica de exploração e colonização de corpos e territórios -. E quando pensamos através de uma perspectiva decolonial, de como se formou essa constituição, podemos entender essa operação tão complexa para o pleno funcionamento social. O gênero atravessa a sociedade como política de determinismo social.

A partir disso, é possível enxergar o parâmetro através do qual se dá a política desumanizadora e generificada que é vigente até os dias atuais e que pode ser vista



materialmente através dos dados alarmantes sobre a violência perpetrada a população LGBTQI, população negra e povos indígenas, mulheres. E somente a partir do entendimento de que raça e gênero são indissociáveis nas análises históricas e que são parte de um projeto político – que precisa ser desfeito - que a tragédia se torna possível de ser transformada em alternativas de existência plena. Como já foi dito, é preciso conhecer muito bem esse sistema e como ele opera para começar a atuar sobre ele.

Por isso é importante compreender o gênero como um conceito político, que estrutura uma política de violência sobre os corpos e direciona a normatividade e impede a diversidade de existência e até mesmo na construção de um outro tipo de política. Ao mesmo tempo em que é necessário realizar uma tensa e necessária reflexão sobre o próprio conceito de política, para que haja uma transformação no marcador de gênero, podendo existir a possibilidade de deixar de ser um marcador de violência para se tornar uma categoria de fato útil para pensar em pluralidade de existências e representações fora do escopo universalizante do ocidente.

Essa transformação no político e conseqüentemente no marcador gênero/raça, poderia ser também uma possibilidade para o problema de gênero indicado por Judith Butler, quando diz que há um paradoxo no processo de representação do sujeito que o movimento feminista pretendia representar, - pois ele precisaria ser estável e fixo ao mesmo tempo em que o feminismo propõe a pluralidade deixando de usar mulher por mulheres – o que acarretaria um desconforto na própria teoria fundante do feminismo como prática política. Esse mesmo problema também é apontado no trabalho de Oyèrónké Oyewùmí.

Daí, entender que o gênero como conceito político e como um conceito político colonial, poderia ser a chave resolutiva para uma desconstrução¹¹² tanto da política quanto do gênero e transformá-los em chaves de análise do político.

A cultura política¹¹³ também se apresenta como uma categoria chave para o campo da História como promissor para entender sobre o tripé raça, classe e gênero, já que em termos, ela pode fornecer leituras sóbrias sobre o passado e “inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”¹¹⁴

¹¹² Para Butler, o conceito de desconstrução significa o esmiuçamento e uma reflexão profunda sobre seus usos, não significa sua abolição ou destituição.

¹¹³ MOTTA, Rodrigo Patto. Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p. 1090137, jan./mar., 2018.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 114.



Nesse sentido, esta categoria pode auxiliar em conhecer melhor as culturas políticas que formam e disputam os espaços de poder, e entender melhor como funcionam os métodos políticos vigentes, como se perpetuam, e assim abrindo caminhos para transformá-los. Quais os comportamentos enraizados que perpetuam principalmente as violências de classe, gênero e raça e possibilitar estratégias de quebrar o pacto da colonialidade.

No mais, apesar de muitos avanços em políticas públicas de gênero e que possam promover equidade e cidadania participativa, a construção política ainda é pautada pela violência machista e racista, mas não poderia ser diferente, já que a sua base é um sistema histórico e cultural que “cristalizado em instituições” perpetua o impedimento de que mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+ e outras minorias socioeconômicas não podem participar das esferas de decisão.

Somente através de uma profunda transformação em sua base de construção, é que poderíamos vislumbrar a verdadeira essência do que deveria ser uma sociedade pautada pela equidade, de fato. Me refiro justamente às estratégias e propostas de transformação histórica baseadas nas autoras mencionadas ao longo do texto: seja pela desuniversalização do gênero, dos parâmetros de feminino e masculino, de nomear o gênero como uma política real e material que atravessa nossas vidas, de forma complexa, para assim pensar para além da bio-lógica, da generificação, que tem o corpo como base dos papéis sociais.

Acredito, finalmente, que o feminismo possa ser a força e forma motriz para fazer frente a esse sistema. Felizmente, já podemos contar com uma vasta bibliografia que nos aponta o caminho. Aqui, fiz questão de citar Bell Hooks, porque ela nos oferece uma maneira simples e engajada de enfrentar o problema, a partir da educação feminista antirracista de base; Oyèrónké Oyewùmí para nos aludir para as armadilhas do ocidente e trazer novas perspectiva de entendimento; Judith Butler que nos traz uma reflexão muito profunda sobre sua metodologia de desconstrução do gênero e Joan Scott para entender de onde viemos e para onde precisamos ir.

Por fim, entender o gênero, primordialmente como uma instituição política qualificada da colonialidade do poder, do ser e do saber que há mais de 500 anos, vem desumanizando e classificando pessoas de acordo com um ideal completamente submerso pela violência. Apenas nomeando e entendendo profundamente esta categoria, conceito e instituição que poderemos vislumbrar a transformação e iniciar o processo de



desgenerificação, pautado num horizonte político feminista, decolonial, antirracista e anticapitalista. “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”.¹¹⁵

Data de Submissão: 10/02/2022

Data de Aceite: 05/05/2022

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VAREJÃO, Adriana. [et.al.]. **Pensamento Feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colômbia, No9: 73-101, julho-dezembro, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro descolonial. **Tábula Rasa**, nº 9, vol.2, 2008, p. 61-72.

MOTTA, Rodrigo Patto. Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p. 1090137, jan./mar., 2018.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e modernidade/racionalidade.** Em: Os conquistados, 1492 e a população indígena da América. In: BONILLA, Heraclio (organizador). Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992.

¹¹⁵ Trecho da música “Divino, maravilhoso” (1969) interpretada por Gal Costa.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; OLIVEIRA, Renata Andrade de. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, Vol. 168 22, n. 1, 2013.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179-199, janeiro-abril, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **Desafios da democracia no século XXI** – IESP – UERJ 20141: 17/11/2014 – Documentário.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 101p.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n .2, jul./dez.,1990.



O CÓDIGO DO MACHO: A ESTRUTURA HISTÓRICA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E O CRIME DE ESTUPRO

THE MALE CODE: THE HISTORICAL STRUCTURE OF THE BRAZILIAN CRIMINAL CODE AND THE CRIME OF RAPE

RAKELL DHAMARYS MOREIRA ¹¹⁶



Resumo

Esse artigo visa analisar como as categorias de gênero e estereótipos operam no Código Penal e como estes opera para (re)produzir as categorias supracitadas. Para seguir na investigação, faz-se necessário apresentar o contexto histórico do Código Penal brasileiro. Editado durante o Iluminismo e as teorias de inferioridade da “raça” humana, que inclui a inferioridade das mulheres, segundo Greco (2012), em um cenário marcado pela caça às bruxas narradas por Federici (2015) que também reforçam a inferioridade e objetificação da mulher. Época em que se podem verificar os elementos de gênero delineados por Chauí (1985), entre outros autores, e materializados pelos estereótipos de Pereira (2002), que também reforçam questões da feminilidade como sendo inferioridade, passividade, entre outras. Logo, as questões de gênero, estereótipos, patriarcado em vigor no contexto da edição do Código Penal provavelmente influenciaram a sua construção na época e hoje continuam a operar através dele.

Palavras-chave: Violência de gênero; Estupro; Código Penal; História

Abstract

This article aims to analyze how gender categories and stereotypes operate in the Penal Code and how they operate to (re)produce the aforementioned categories. To continue the investigation, it is necessary to present the historical context of the Brazilian Penal Code. Edited during the Enlightenment and the theories of inferiority of the human “race”, which includes the inferiority of women, according to Greco (2012), in a scenario marked by the witch hunts narrated by Federici (2015) that also reinforce the inferiority and objectification of women. A period in which one can verify the elements of gender outlined by Chauí (1985), among other authors, and materialized by the stereotypes of Pereira (2002), which also reinforce issues of femininity such as inferiority,

¹¹⁶ Advogada e Professora. Possui graduação em Direito pela Faculdade Padrão (2014). Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2016). Especialista em Direitos Humanos, Democracia e Cultura - Universidade Federal de Goiás (2018). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás com Bolsa de Auxílio pela CAPES (2020). Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (2020). Atuou como advogada no direito privado em conflitos familiares e no público com ênfase no Direito Tributário e nos Direitos Humanos. Docente estagiária na Faculdade de Informação FIC/UFG. Ex-servidora pública da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP/SSP-GO, atuando para a promoção dos Direitos Humanos nos serviços prestados à Central de Alvarás de Soltura. E atualmente integra o Projeto de Pesquisa em andamento "A culpabilização das mulheres nas narrativas sobre violência de gênero nos boletins de ocorrência e nos jornais diários de Goiânia" da Faculdade de Informação e Comunicação FIC/UFG.



passivity, among others. Therefore, the issues of gender, stereotypes, patriarchy in force in the context of the edition of the Penal Code probably influenced its construction at the time and today continue to operate through it.

Keywords: Gender violence; Rape; Penal Code; History.

Introdução

O estupro é uma violência que acompanha e macula a história da humanidade. No entanto, sua tipificação como crime varia de países, momentos históricos e políticos a partir do século XIX. Por essa via, estudar o estupro como violência contra mulheres requer uma análise de gênero, porém, ressaltamos que não se restringe a ela. Apenas significa dizer que essa pesquisa partirá do entendimento de que a violência em estudo decorre das relações assimétricas de poder construídas entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

Ruth Cardoso, na apresentação do livro de Maria Gregori (1993, p. 9), destaca o progresso de se incorporar o gênero nos estudos relacionados à mulher. Para ela, “o conceito de gênero está aí para desvendar as relações que tecem entre o masculino e o feminino uma rede de poderes e contrapoderes.”

O artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Belém do Pará de 1994, enxerga a relação entre violência e gênero, sendo a violência: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

O artigo 3º, IV da Constituição Federal de 1988, dispõe que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estão: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Entretanto, apesar da vedação de preconceito e discriminação por questões ligadas ao sexo, o direito enxerga o estupro apenas como categoria tipificada no Código Penal. Todavia, o estupro tipificado no artigo 213 e seguintes do Código Penal trata, também, de um ato de discriminação do homem em relação à mulher e é alimentado por diversos estereótipos e preconceitos, ou seja, é um atentado contra a dignidade sexual causado por uma hierarquia de poder.

Por isso, as legislações e os seus endurecimentos não dão conta por si só do problema do estupro no país, visto que este reúne diversas categorias não enquadradas



por lei. E a raiz de tudo encontra-se nos estereótipos reproduzidos socialmente que mantêm intactas as desigualdades de gênero em razão dos grupos opostos, como a *exempli gratia* homens/mulheres e dominador/dominada, já que essas categorias acabam por estabelecer uma ligação por oposição e hierarquia de que o homem é dominador, a mulher é a dominada – ou seja, pressupõe-se uma ideia de ligação em que o homem domina ou deva dominar a mulher como um direito a sua superioridade, abrindo portas, portanto, para a violência, inclusive, a sexual. Afinal, são eles que materializam e mantêm os elementos de gênero.

A partir dessas observações, a proposta deste artigo consiste em analisar através de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, a análise de questões históricas de gênero, estereótipos, patriarcado em vigor no contexto da edição do Código Penal e que, provavelmente, influenciaram sua construção na época e ainda hoje continuam a operar através dele.

A estrutura histórica do código penal brasileiro

O atual Código Penal (1940) é dividido em duas partes: geral e especial – a parte geral compreende do artigo 1º ao 120 e a parte especial vai do artigo 121 ao 361. O CP visa tutelar os bens jurídicos mais relevantes para a sociedade, por essa razão a parte especial, principalmente, foi classificada e estruturada em títulos, capítulos e seções, segundo Greco (2012), nos quais o legislador ordenou o CP pelo rol de importância, nominando os delitos.

Curiosamente, os crimes contra a pessoa inauguram a parte especial, sendo o homicídio, artigo 121 do diploma penal, o primeiro crime da parte especial. Segundo ele, vem um rol extenso de títulos e capítulos, tais como crimes contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos para, então, chegar-se aos crimes contra a dignidade sexual, em que está previsto o estupro. São mais de cem crimes para se chegar ao estupro, inclusive, o crime contra os mortos tem maior destaque na atual estruturação do Código Penal do que a violência sexual.

Parte dos resultados obtidos por essa pesquisa direciona a investigação para compreender a razão do crime de estupro constar depois do crime contra os mortos e não no início da parte especial, no rol de crimes contra pessoa.



Neste ponto, diante da ausência de literatura que explique a questão levantada, tal estudo faz uma crítica à estruturação do Código Penal, pois não se duvida que o crime de estupro seja um crime contra a dignidade e a liberdade sexual, todavia, é um crime contra pessoas, do qual as maiores vítimas são mulheres.

Mulheres são pessoas, no entanto, o CP, em sua estruturação, ainda trata mulheres com a mesma mentalidade de 1940. E por essa razão, a análise que se estabelece entre o passado anteriormente estudado e o presente é que, apesar das alterações legislativas, não houve mudanças na estrutura que ainda objetifica mulheres, nem na legislação e tampouco na sociedade.

Uma explicação para a permanência dessa realidade no ordenamento jurídico brasileiro, na visão de Moura, ao citar Foucault (2017, p. 50), é que o patriarcado, as categorias de estereótipos e gênero se apropriam de tecnologias, ou seja, as “tecnologias sociais” para sutilmente se “infiltrar no cinema, nas práticas culturais ou da vida cotidiana”.

Esse estudo compreende, a partir da estruturação do CP, da forma como a violência sexual é tratada pelo Direito, mídia e sociedade, que há uma dificuldade em visualizar o dano. Nos crimes de roubo, é visível para a sociedade e os operadores do direito a diminuição patrimonial da vítima e a subtração da coisa, no feminicídio/homicídio também é visível o cadáver, a interrupção da vida.

Já no estupro, a sociedade e o sistema jurídico não conseguem ver o dano materialmente falando, além do que é narrado pela vítima. Não se pretende aqui reduzir o dano dos crimes de estupro apenas ao que as mulheres vítimas narram, até porque o dano de um crime sexual é provavelmente imensurável e a dor psicológica, entre outras, nem sempre podem ser traduzidas em palavras ou depoimentos.

O que se problematiza neste trabalho é a dificuldade do operador do Direito, principalmente, visualizar o dano – afinal, o próprio crime de estupro não é considerado penalmente como um crime contra pessoas, mas apenas contra a dignidade sexual.

Por essa razão, o posicionamento de que o estupro, da forma como foi estruturado pela legislação brasileira atualmente, passa a ideia de algo natural ao convívio social que não mereça muita atenção, pois o dano não é contra a pessoa, é um dano mínimo para a sociedade, bastando que a vítima, após a relação sexual violenta, lavar a região com água, sabão, passar um creme e continuar a vida. Um engano que tem vitimado inúmeras mulheres brasileiras.



A forma como o CP está estruturada é prejudicial aos avanços legislativos e à construção de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres. Isto porque essa estruturação é sutil, perigosa e quase imperceptível e, aparentemente, não oferece grandes resistências, críticas, análise, pois parece inofensivo. Porém, por essa razão de não oferecer resistências, é altamente potente para reforçar a objetificação das mulheres, os comportamentos sociais, a visão que o estupro da mulher tem no ordenamento jurídico, o seu grau de importância para o direito, etc.

Na sutileza dessa estruturação também se reforça estereótipos, gêneros e comportamentos patriarcais que são capazes de esvaziar e desconstruir todas as conquistas obtidas até o momento.

Além disso, é possível fazer uma ligação do poder destrutivo da sutileza com as grandes histórias de guerras e desgraças da humanidade tanto na mitologia quanto na vida real. O Cavalo de Troia¹¹⁷ foi um presente sutil dos gregos para os troianos, um presente que não representava perigo ou resistência e que, por isso, foi internalizado pelos troianos em sua cidade. Ninguém imaginava que era uma forma sutil de ataque e, por isso, os troianos não ofereceram nenhuma defesa – ao contrário, foram dormir e, durante a noite, o Cavalo de Troia estava cheio de guerreiros que invadiram e tomaram a cidade.

Igualmente, o sutil discurso de Hitler, o que pode ser inferido nos documentários e filmes sobre o nazismo¹¹⁸, convenceu centenas de pessoas boas a cometerem o Holocausto. Fazendo uma associação da sutileza com o meio ardiloso da guerra e com a estruturação do CP, é possível depreender o porquê a reforma da estruturação do diploma penal é estratégica por sua sutileza, pois ela construiria legalmente a visão de que o estupro é um crime contra pessoas e a dignidade, portanto, merece tratamento jurídico no seu grau de importância, tais como os demais crimes contra pessoa.

É um crime que recai na maior parte contra mulheres, ou seja, são pessoas e não objetos ou propriedade de homens. Alterar essa visão deve partir da legislação, do direito penal, do Código Penal, do comportamento dos operadores do direito, das narrativas dos instrumentos jurídicos, das narrativas dos jornalistas e da visão do indivíduo, do comportamento da sociedade e, com isso, surgem diversos caminhos para alterar aos poucos as desigualdades de gênero.

Na visão de Bourdieu (2014), apresentada anteriormente, a atual estruturação do CP é vista por ele como uma violência simbólica contra as mulheres. Isto porque ele

¹¹⁷ Wolfgang Petersen. Troia. Filme. Warner Bros. Pictures. Estados Unidos: 2004;

¹¹⁸ Christian Duguay. Hitler – A Ascensão do Mal. Filme. CBS. Alliance Atlantis. Estados Unidos. 2003.



entende que essa sutileza é uma suavidade quase invisível de dominação característica dessa violência que mantém as estruturas de dominação masculina no que ele denomina de “paradoxo da doxa¹¹⁹”, que representa o contraditório em que o mundo está inserido ao admitir condições intoleráveis como naturais ou culturais. O que vem a calhar com a realidade do estupro no país, pois ao justificar o crime sexual como algo que a vítima provocou, as legislações penais em vigor acabam no mesmo paradoxo citado por Bourdieu (2014), ou seja, naturalizam aquilo que dizem combater.

Moura (2017, p. 54) é enfática ao afirmar que todas as correntes feministas lutam “pelo reconhecimento do estupro enquanto crime contra a própria mulher (pessoa humana) e não contra a propriedade masculina ou contra a moralidade sexual”.

Por isso, mesmo com os avanços legislativos ou o endurecimento das legislações, o crime de estupro ainda permanece na mesma estrutura como algo que não merece muita importância social e para o sistema penal, esvaziando, a nosso ver, as conquistas legislativas. É uma visão paradoxal que ainda objetifica mulheres e que, conforme veremos adiante, causa culpabilização.

Tanto é que, antigamente, o artigo 213 do Código Penal previa o crime de estupro como sendo: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. A lei previa apenas a mulher como vítima e o estupro originalmente foi previsto após os crimes contra os mortos e não no título dos crimes contra a pessoa, o que presume dizer que em 1940, época da criação do CP, a mulher não era uma pessoa, mas sim uma coisa, objeto ou propriedade.

A figura do estupro conjugal, de acordo com Sousa e Adesse (2005, p. 46), que hoje é conceituado como “todo aquele que ocorre nas circunstâncias do casamento e da união estável, quando o marido/companheiro é o sujeito ativo do crime”, não era reconhecido pela doutrina majoritária jurídica como um fato criminoso, pois os doutrinadores defendiam que o sexo era um direito do homem no casamento. Tampouco hoje possui previsão legalmente expressa, o que, juntamente com a estruturação do CP, favorece para a visão da mulher como um objeto de dominação do homem.

O CP em vigor passou por alterações, sendo as duas principais trazidas pela Lei nº 11.106/2005 e pela Lei nº 12.015/2009. O Código Penal Brasileiro, em sua redação original, possuía uma concepção bem patriarcal de gênero no tocante aos crimes sexuais,

¹¹⁹ Doxa vem do grego e significa opinião popular ou crença comum. Disponível em <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Doxa>. Acesso em: Março de 2022.



principalmente, por trazer o termo “mulher honesta”. Apenas em 2005, com a Lei nº 11.106/2005, o CP foi alterado e o termo “mulher honesta” saiu, na teoria, do diploma penal – todavia, o título do livro do CP que tratava dos crimes sexuais ainda grafava “dos crimes contra os bons costumes”.

Com o advento da Lei nº 12.015/2009, o bem jurídico tutelado “os bons costumes” foi alterado para “dos crimes contra a dignidade sexual”, ou seja, a livre escolha de dispor do corpo para fins sexuais em qualquer circunstância, com qualquer pessoa, inclusive, cônjuge. A partir dessa lei, a vítima pode ser qualquer pessoa, independente do sexo ou gênero, o estupro passou a ser entendido como quaisquer atos libidinosos e o estupro de vulnerável como praticar qualquer ato libidinoso, entre eles, a conjunção carnal, com menor de 14 anos ou incapaz que não tenha o discernimento necessário.

Essa lei também inseriu o estupro em qualquer uma de suas formas como um delito hediondo¹²⁰. Vejamos os artigos 213 e 217-A do CP:

Art. 213 Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Art. 217-A Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

§ 5º As penas previstas no **caput** e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime. (BRASIL, 1940, on-line, s/p)

Essas alterações foram um passo significativo na busca de uma sociedade igualitária, todavia, não houve nenhuma legislação ou reforma transformadora. Ou seja, no entendimento deste estudo, como aquela que provoque uma transformação na estrutura do Código Penal e, a partir dele, no ordenamento jurídico. Afinal, o crime de estupro é um crime que primeiramente recairá sobre a pessoa e sobre o seu corpo para então atingir

¹²⁰Crimes hediondos são aqueles definidos pela Lei nº 8.072/1990, dentre eles o estupro, os quais merecem maior reprimenda por parte do Estado diante do seu grau de repugnância social (ROSSI, 2016).



a sua dignidade. Logo, é um crime que deve vir no início do Código Penal, no título dos crimes contra as pessoas.

“Mascarada pela neutralidade que institui o poder masculino e operacionaliza a objetificação sexual das mulheres. Nesse sentido, o Estado é masculino: ‘o Direito vê e trata as mulheres da mesma maneira que os homens veem e tratam as mulheres’” (MACKINNON apud MOURA, 2017, p. 46).

A compreensão da contribuição do direito para a manutenção da hegemonia masculina não obnubila a sua possibilidade latente de constituir um terreno propício ao desenvolvimento de regras que podem dar origem a transformações importantes, inclusive na relação entre os dois sexos. (DAHL apud MOURA, 2017, p. 48).

Da forma como está o CP, somado ao Direito, operam para manter as estruturas sociais de desigualdade e violência de gênero. Afinal, como diz Moura (2017, p. 48), o Direito evoluiu como uma “tecnologia de gênero”¹²¹ e, por isso, reproduz inteligivelmente as categorias patriarcais que mantêm as desigualdades entre homens e mulheres.

O CP, por sua vez, acaba sendo um instrumento dessa tecnologia ao manter sua estruturação com os mesmos padrões, minando os avanços legislativos sobre o tema. Todavia, isso não impede que esse diploma penal também seja transformado e utilizado como um caminho de transformações significativas para a sociedade e para os direitos das mulheres.

O ESTUPRO E A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

O termo *stuprum* é de origem latina e tinha a conotação de desonra ou vergonha. No “antigo Direito Romano, significava qualquer impudícia praticada com homem ou mulher, casado ou não” (FRAGOSO apud PÊCEGO, 2018, p. 11) e era punido com morte. Com a *Lex Julia de adulteris*, em 18 d.C., o Direito Romano separou o estupro do adultério, referindo-se ao estupro como união ilegal com viúva e ao adultério como a relação sexual com mulher casada.

Susan Brownmiller (1975, p. 15), destaca que “de tempos pré-históricos até o presente, (...) o estupro exerceu uma função crítica. (...) É um processo consciente de

¹²¹Tecnologia de gênero, termo utilizado por Teresa de Lauretis em *Technologies: essays on theory, film, and fiction* (1987), delineia este construto teórico a partir da visão foucaultiana sobre sexualidade enquanto tecnologia do sexo: segundo Michel Foucault, a sexualidade teria sido produzida pelo entrelaçamento de uma complexa política (normas, convenções, práticas, instituições) que produz efeitos em corpos, comportamentos e relações sociais, e que por isso mesmo, não caracteriza algo existente *a priori* nos seres humanos. Gênero, em sua teoria, segue a mesma linha: como representação da autorrepresentação (SIC), é produto das diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo. (MOURA, 2017, p. 49-50).



intimidação pelo qual – todos os homens – mantêm – todas as mulheres – em um estado de medo”. Isso possui relação com a leitura que Maria Filomena Gregori (1993) faz do medo da violência, como ele mantém a mulher na condição de vítima (não sujeito de direitos) e na reprodução da violência pelo medo.

Brownmiller faz uma interessante abordagem sobre a visão da mulher como uma propriedade do homem, em que é possível estabelecer uma conexão com os estereótipos do capítulo anterior. Segundo a autora, antigamente era “comum” estuprar a mulher do oponente durante a guerra como uma forma de retaliação à propriedade do adversário – a mulher.

Por isso, manter o inimigo longe do território e ainda garantir a proteção das mulheres era um desafio bastante difícil. E diante desses fatores, somados à incapacidade das mulheres em se autoprotegerem, é que surgiram as leis de estupro.

A propósito, Pêcego (2018) narra que foi na Idade Média que surgiu a figura do estupro como ato violento cuja pena era a morte. Igualmente, nesse sentido, o autor menciona que as Ordenações Filipinas puniam todo o homem que dormisse forçosamente com uma mulher.

O crime de estupro não era visto “como um crime do homem contra a mulher. (...) Mulheres eram subsidiários próprios e não seres independentes. Estupro não poderia ser imaginado como uma questão de consentimento ou recusa feminina” (BROWNMILLER, 1975, p. 18). Essa visão sobre como os crimes sexuais foram ganhando proteção legal leva Brownmiller (1975, p. 18) a afirmar que “o estupro entrou para a lei pela porta dos fundos, por assim dizer, como um crime de propriedade de homem contra homem. A mulher, é claro, era vista como a propriedade”.

Percebe-se que, antigamente, não se cogitava o estupro como uma violência ao direito da mulher à integridade, dignidade ou liberdade sexual, pelo contrário, isso era impensável na época. Aliás, ainda hoje nos discursos dos estupradores, eles não se definem como criminosos e veem o corpo da mulher como objeto de satisfação do homem que tem o direito de usufruir (SCARPATI, 2017). Em 1830, passou-se então à pena de prisão para o estuprador, como narra Pêcego (2018).

No Brasil, o marco inicial sobre esse delito é pré-colonial, em que cada tribo indígena aplicava sua pena específica e era denominado “período da vingança” (ROSSI, 2016, p. 49). No período colonial, o país colônia de Portugal até 1822 submeteu-se, entre outras ordenações reais, às Ordenações Filipinas ou “Código de Filipo, promulgado por



Filipe I de Portugal”, o qual no título XVIII¹²² previa que “todo homem, de qualquer estado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher posto que ganhe dinheiro por seu corpo, ou seja escrava, morra po ello”, ou seja, o estupro era punido com a pena de morte, exceto se a mulher fosse prostituta ou escrava.

Após a Proclamação da Independência em 1822, editoram-se no Brasil alguns Códigos Penais, como narra Rossi (2016), sendo eles o Código Penal do Império em 1830 que, além de ser o primeiro código penal no país, usou a palavra estupro, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil em 1890, as Consolidações das Leis Penais em 1932 e, finalmente, o Código Penal de 1940. Em todos esses códigos, o estupro era visto como uma proteção das mulheres enquanto propriedades de homens, fossem eles o pai, o irmão, o marido, etc.

Esses períodos das edições penais brasileiras dialogam com o tópico estudado sobre as categorias de gênero em que, segundo Chauí (1985), as mulheres são vistas como um ser para o outro e a feminilidade e a maternidade fazem do corpo da mulher o ambiente perfeito para a sua dominação e inferiorização. Ou mesmo na visão de Safiotti (2004) sobre a construção do patriarcado do gênero, na qual o patriarcado se apropria de diversos pensamentos para convencer as mulheres de sua inferioridade e para dominá-las, ou mesmo, na visão de Lugones (2014), sobre a colonialidade do gênero no período colonial para explicar a inferioridade dos colonizados, ou ainda, como uma construção cultural de Gomes, L. F. (2018).

Independente das abordagens com que essas autoras trabalham, é nesses períodos do século XVI em diante que a categoria gênero surge para endossar a inferioridade das mulheres, inclusive, a sua sujeição como uma coisa ou propriedade de um homem.

Nesse aspecto, é importante fazer uma ponte com a lição de Silvia Federici (2015) sobre a caça às bruxas do século XVI e XVII na Europa, que reduziram as mulheres a objetos administrados por homens em favor do sistema capitalista, alienando seu direito reprodutivo e sexual, retirando a capacidade de sujeito e as transformando em propriedades dos homens, inferiores, passivas, irracionais.

Isto, segundo a autora, deu-se através da legislação, logo, tanto na Alemanha, Itália, França, etc, foram editadas leis retirando a capacidade da mulher de gerir sua vida e negócios, inclusive, elas não poderiam sair sozinhas sem a companhia de um homem, sob a pena de serem atacadas, estupradas, etc.

¹²² BRASIL. Ordenações Filipinas. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020. Termos e palavras extraídas e mantidas sem correção, conforme versão original.



Através das legislações, prossegue Federici (2015), passou-se a exigir das mulheres uma mudança de comportamento que foi adotada pela sociedade europeia e culminou na queima de centenas de mulheres acusadas de serem bruxas por não se comportarem nos moldes legais e sociais, estereótipos dos quais, conforme se estuda no tópico anterior, foram criados para as mulheres no passado, mas que se aplicam hoje no presente.

Tal fato, segundo a mesma autora, globalizou-se e alastrou-se na América Latina no final do século XVII, coincidindo com o período em que diversos Códigos Penais foram criados no Brasil, como visto anteriormente, e o tratamento que estes atribuíam ao crime de estupro e a objetificação da mulher.

Inclusive, tem-se que a própria construção do Direito e do sistema jurídico penal é pautada nesses valores que veem o homem como superior e a mulher como inferior, sendo que aquela que não se adequa aos padrões comportamentais sociais são tidas como loucas e maldosas.

Não à toa, Samantha Moura, ao citar Mackinnon (2017, p. 45), diz que por “trás de uma aparente neutralidade das categorias jurídicas, como se vê, esconde-se uma adesão prévia ao patriarcado”. Para que o estupro deixasse de ser um crime contra mulheres – propriedades de homens –, segundo Samantha Moura (2017), para ser um crime contra os direitos sexuais, conceituados por Chacham (2004) como a disposição do corpo, a liberdade para o exercício da sexualidade em seus amplos aspectos, bem como das preferências sexuais, da liberdade em escolher o parceiro e das atividades sexuais, foi necessária uma (des)construção provocada por lutas feministas.

Segundo Chacham (2004), essa construção foi progressiva, todavia, lenta em relação aos documentos das Organização das Nações Unidas que, após diversas lutas, elevou o estupro como uma violação de direitos humanos. Chacham (2004) assevera que o direito sexual propriamente dito teve início no Brasil a partir de 1960 com o feminismo de segunda onda, após a invenção da pílula anticoncepcional e da IV Conferência Mundial da Mulher em 1995 na cidade de Pequim, que afirmou o direito à liberdade sexual como parte dos direitos humanos.

Somente a partir dessa mudança de cenário pelas lutas feministas é que os direitos sexuais foram ecoando mudanças pontuais no Código Penal de 1940, atualmente em vigor. O “Projeto de Lei da deputada Iara Bernardi resume as propostas dos movimentos feministas e juristas preocupadas com as situações de discriminação e violência às quais as mulheres eram secularmente sujeitas” (SOUSA; ADESSE, 2005, p.52).



Considerações Finais

Observou-se, por meio deste trabalho, a fragilidade histórica da legislação brasileira quanto ao crime de estupro, pois, de acordo com as leis ainda vigentes, quem decidirá se uma violência sexual é crime ou não é o juiz, através da seletividade e de outros elementos jurídicos, tais como: a motivação, as circunstâncias do crime e o comportamento da vítima. Segundo as teorias da vitimologia, diante da escassez de provas, num Direito Penal arcaico e patriarcal, moralista e conservador, o que vai pesar na sentença será se o comportamento da vítima foi ou não adequado e se sua palavra tem ou não valor para condenar o seu agressor.

Observou-se ainda, que o estupro e o estupro de vulnerável são tipificados no artigo 213 e 217-A do Código Penal brasileiro e ambos são uma figura abstrata, pois o juiz decidirá em cada caso concreto se houve ou não estupro, ou seja, para fatos semelhantes, sentenças divergentes. Isso evidencia que o juiz não sabe o que é um estupro – além da abstração jurídica, é claro –, tampouco o operador do Direito e os policiais que atendem as vítimas, a violência sexual é somada aos valores morais conservadores que recaem sobre o comportamento das mulheres vitimadas.

Acrescenta-se que tais vítimas de estupro, até chegar a condenação de seus agressores, têm um triste caminho pela frente, afinal, necessitam noticiar o ocorrido às autoridades da segurança pública, em que, apesar de grandes avanços e alterações pontuais, ainda permanece na estruturação do Código Penal. Ou seja, o código do macho, que em sua divisão tem o crime de estupro depois dos crimes contra os mortos, e não nos crimes contra pessoas.

Além da ideia de que o dano desse crime não ultrapasse a esfera pessoal diante de uma sociedade liberal, cujo dano desaparece com água e sabão, fazendo com que o estupro não mereça rigor em sua condenação, pois faz parte do convívio social de uma sociedade machista, em que o macho é o predador e a fêmea sua caça.

Data de Submissão: 10/03/2022

Data de Aceite: 01/04/2022

Referências

Fontes



BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 1.973**, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. ONUBR. **Documentos Temáticos**: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://www.mma.gov.br/informma/item/11600-informacoes-ambientais-ods-mma-publicacoes.html>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estereótipos, preconceito e discriminação racial**. 2009. Disponível em https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1706/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade2_texto5.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. SSP/GO. **Estupro em Goiás**. Disponível em <https://www.seguranca.go.gov.br/ultimo-minuto/registros-de-estupro-recuam-226-em-goias-e-308-em-goiania.html>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL. TJGO. **Julgado**. Disponível em <https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; 73 dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8.8.2006.



BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10.3.2015.

Referências Bibliográficas

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women, and rape**. Bantam Books, 1975.

CARDOSO, Isabela et al. **A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: os discursos de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos**. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, nº 7, p. 69-85, dez. 2014. Disponível em http://uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista7/eid&a_n7_05_iv.pdf. Acesso: 10 jan. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Antropológicas da Mulher 4, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

DUGUAY, Christian. **Hitler – A Ascensão do Mal**. Filme. CBS. Alliance Atlantis. Estados Unidos, 2003.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 25. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Luiz Flávio. **Feminicídio: entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015**. JusBrasil, 2018. Disponível em <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em: 05 jan. 2020.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Rev. Estud. Fem. 2014, vol. 22, n. 3, p. 935-952. ISSN 0104-026X. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 05 jan. 2020.



MOURA, Samantha N. C. **Estupro de mulheres como crime de guerra: lições sobre direito, feminismo e vitimização**. Campinas-SP: Servanda, 2017.

ONU. **Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder**. Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/34, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPrincBasJustVitCriAbuPod.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PÊCEGO, Antônio J. F. S. **Delito de estupro: uma leitura tipológica**. São Paulo: Nova edições acadêmicas, 2018.

PEREIRA, E. M. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

ROSSI, Giovanna. **A culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica**. Florianópolis: Empório do direito, 2016.

SCARPATI, Arielle S. **A cultura do estupro faz a culpa ser transferida do agressor para a vítima**. Disponível em <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017.

DA TEORIA À LEI: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA SOBRE AS FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

FROM THEORY TO LAW: AN EVOLUTIONARY ANALYSIS ON THE FACES OF VIOLENCE
AGAINST WOMEN IN BRAZIL



KAROLAYNE GONSALVES¹²³

AMMANDA BRAGA GUIMARÃES¹²⁴

Resumo

A violência doméstica que por anos passou a ser admitida com a tese da “legítima defesa da honra” como causa de diminuição de pena ou até mesmo de exclusão de ilicitude, percorre um caminho até encontrar-se tipificado no Código Penal, com qualificadora própria, de feminicídio. O objetivo do trabalho é buscar historicamente os principais eventos legais e jurídicos na esfera do combate de violência, corroborando com conversas teóricas do campo, aos quais dão luz a compreensão de termos e do movimento feminista, cujo é fundamental no processo evolutivo no debate da violência contra mulheres no Brasil. Para tanto, nossa metodologia de pesquisa se conforma em uma revisão bibliográfica das principais colaboradoras do campo dos estudos de gênero sobre o problema da violência contra as mulheres no Brasil, trilhando, em conjunto, os principais eventos legislativos para o enfrentamento do fenômeno.

Palavras-chave: Legítima defesa da honra; feminicídio; violência contra mulheres; violência de gênero; crime passionai.

Abstract

Domestic violence, which for years came to be admitted with the thesis of “legitimate defense of honor” as a cause of reduction of sentence or even exclusion of illegality, goes

¹²³ Graduanda do 8º semestre do bacharelado de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC/UFRGS), voluntária do G6+Direitos Humanos e editora-chefe da Revista do SAJU/RS (UFRGS). Porto Alegre/RS - E-mail: karolayne.cke@gmail.com.

¹²⁴ Bacharela em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduanda do 7º semestre do bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS), pós-graduanda em Direito Constitucional pela Faculdade de Minas (FACUMINAS), integrante do Núcleo de Estudos em Educação, Cidadania e Política da UFRGS (NECPO), integrante da Liga Acadêmica de Estudos dos Direitos das Mulheres da Universidade Federal de Alagoas (LAEDIM). Porto Alegre/RS - E-mail: guimaab@gmail.com.



through a path until it finds itself typified in the Penal Code, with its own qualifier, of femicide. The objective of this work is to historically seek the main legal and juridical events in the sphere of combating violence, corroborating with theoretical conversations in the field, which give light to the understanding of terms and the feminist movement, which is fundamental in the evolutionary process in the debate on violence against women in Brazil. To this end, our research methodology is based on a bibliographic review of the main collaborators in the field of gender studies on the problem of violence against women in Brazil, tracking, together, the main legislative events to face the phenomenon.

Keywords; Legitimate defense of honor; femicide; violence against women; gender violence; passionate crime.

Introdução

A Lei do Femicídio, intitulada como Lei nº 13.104, se consolidou apenas em 2015, mas os debates sobre a violência e homicídio de mulheres existem há muito tempo. Para introduzir o trabalho, é importante traçar uma linha do tempo para visualizar os progressos jurídicos e sociais, aos quais corroboraram com a implementação da lei indicada:

Quadro 1 – Linha do tempo dos progressos jurídicos e sociais sobre o direito das mulheres

1976	1994	1998	2006	2015
Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres	Convenção de Belém do Pará	Lagarde e a Ciudad Juárez	Lei Maria da Penha	Femicídio

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

A partir do panorama geral, é possível identificar que o ponto de partida foi ainda na conjuntura internacional em 1976. Embora o movimento feminista já houvesse se manifestado sobre o tema da violência e homicídio de mulheres, foi no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres¹²⁵ que o conceito de femicídio foi citado pela

¹²⁵O Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres foi inspirado no Tribunal Internacional de Crimes de Guerra. O evento contou com as autoras Diana Russel e Nicole Van Den Ven e durou cinco dias, tendo como objetivo dar visibilidade para questões relacionadas a crimes, violência e discriminação contra mulheres de todas as culturas. O evento contou com cerca de 2.000 mil mulheres de 40 países diferentes (PASINATO, 2011).



primeira vez, pela acadêmica e feminista Diana Russell. Os debates na tribuna em Bruxelas resultaram nos livros “*Feminice: the politics of woman killing*” e “*Crimes Against Women: proceedings of the International Tribunal*” (PASINATO, 2011).

No contexto latino-americano, o assunto ganhou espaço a partir de denúncias dos assassinatos de mulheres na Ciudad de Juarez, no México. A partir de 1990 a violência sexual, a tortura e o desaparecimento de mulheres se tornaram práticas rotineiras, advindas da ação criminosa e da omissão do Estado. Sob esse pano de fundo, posteriormente, foi sediada na América Latina a Convenção de Belém do Pará, ocorrida em 1994, onde tinha-se como objetivo a abertura do diálogo sobre a violência contra as mulheres (PASINATO, 2011).

Nesse contexto, o conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez na América Latina pela antropóloga Marcela Lagarde, em 1990. O termo foi usado, justamente, para descrever os assassinatos de mulheres em Juarez. Para Lagarde, a importância de utilizar a palavra feminicídio, deve-se à particularidade desses números de mortes, não se tratam de “meros homicídios”, mas de crimes de ódio às mulheres. Já no território brasileiro, o tema é abordado primeiramente no âmbito legislativo, com base nos resultados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher de 2012, o que gerou o relatório final e, conseqüentemente, a proposta da comissão do projeto de lei 292/2013 do Senado Federal (CARDOSO, 2017), com o objetivo de alterar o código penal e inserir o feminicídio como um qualificador criminal de homicídio.

O progresso legislativo no Brasil de violência contra as mulheres iniciou ainda em 2006 quando a Lei nº 11.340/2006 foi sancionada. A lei se originou pelo caso nacionalmente reconhecido da Maria da Penha Maia Fernandes, a qual foi agredida por 23 anos pelo seu companheiro, sendo vítima de duas tentativas de homicídios. Vale ressaltar, que no período do ocorrido o Brasil não possuía os mecanismos necessários para condenar as práticas de violência doméstica, promovendo a lei nº 11.340/2006 somente após manifestações realizadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (Relatório nº 54/01, 2000). Atualmente, a lei indicada é considerada pela ONU uma das três melhores legislações do mundo, no que tange à violência contra mulher.

Dentro desse universo jurídico, verificamos constantemente a contribuição do movimento feminista e de produções acadêmicas no que tange a pesquisas sobre gênero e violência de mulheres. Pesquisas como as de Mariza Corrêa (1983), Ardaillon e Guita Debert (1987) e Wânia Pasinato (1998) dão luz sociológica aos desafios enfrentados por



mulheres na busca pela justiça. A própria tese da Dra. Rochele Fellini Fachinetto, intitulada “Quando eles as matam e quanto elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri” aponta justamente esses conflitos para a aplicação da lei, a partir da análise de julgamento de homicídios de homens e mulheres na cidade de Porto Alegre/RS.

Nesse sentido, a primeira parte do artigo busca discorrer sobre as principais intelectuais dos estudos de gênero, centralizando-se nos estudos feministas no Brasil e, conseqüentemente, as contribuições sobre o tema. Na mesma direção, a segunda parte do artigo dedica-se em discorrer acerca dos principais eventos jurídicos sobre o combate à violência contra as mulheres, abordando a tese da “legítima defesa da honra”, contextualizando, desta forma, com as contribuições acadêmicas. Desse modo, a pretensão do trabalho é produzir uma linha histórica do combate à violência contra mulheres, sob a perspectiva jurídica e sociológica, a partir de uma revisão bibliográfica dos principais eventos legislativos e contribuições teóricas do campo da sociologia.

Linhas De Estudo Sobre Gênero No Brasil

As produções acadêmicas tiveram um papel importante para os avanços legislativos e sociais, tanto no contexto nacional, quanto internacional. Há muitas autoras que serviram como referência e, ainda hoje, são citadas quando o assunto é debatido, como as mencionadas anteriormente: Diana Russell e Marcela Lagarde. No aspecto nacional, os estudos sobre gênero iniciam no período de redemocratização do país na década de 80, ainda sob o pano de fundo das mudanças sociais e políticas dos movimentos que pretendiam dar visibilidade à violência contra às mulheres. As primeiras pesquisas pretendiam investigar as denúncias de agressão nos distritos policiais e as práticas feministas não-governamentais. Depois que a primeira Delegacia da Mulher (DEAM) surgiu em 1985 na cidade de São Paulo, o campo se concentrou em mapear o perfil das vítimas e dos acusados. Segundo Santos e Pasinato (2005), em meio a inquietação de construir um campo, constituiu-se três correntes teóricas nos estudos brasileiros: a dominação masculina, patriarcal e relacional.

A teoria sobre dominação masculina é desenvolvida ainda na década de 80, quando Marilena Chauí publica o artigo “Participando do Debate Sobre Mulher e Violência” onde a violência contra as mulheres é apresentada como um resultado dessa relação de dominação. Chauí define essa violência como uma ação que transforma



diferenças em desigualdades hierárquicas, com o fim de oprimir, explorar e dominar. Ainda, para Chauí, as mulheres são agentes ativos e cúmplices dessa violência, uma vez que contribuem para a reprodução da sua dependência, sendo instrumentos da dominação masculina (CHAUÍ, 1985).

A perspectiva patriarcal é a segunda corrente teórica que orienta os trabalhos sobre violência contra as mulheres no Brasil, sendo inserido pela socióloga Heleieth Saffioti, sob a inspiração do feminismo marxista. Nesse campo outros aspectos são colocados em questão, como pontos econômicos e de marcadores sociais relacionados aos homens: branco, rico e adultos. O homem e a mulher são vistos de forma diferenciada, uma vez que, para Saffioti, as mulheres são forçadas pelo patriarcado a ceder às condições pré estruturais (SAFFIOTI, 1976). Para ela, além de um sistema de exploração, o patriarcado é um sistema de dominação machista, agindo diretamente no campo político, ideológico e econômico (SAFFIOTI, 1987).

A terceira corrente teórica dos estudos sobre violência contra as mulheres relativiza o conceito de dominação-vitimização. O trabalho que norteia este campo é a dissertação da pesquisadora Maria Filomena Gregori, publicada ainda na década de 90, intitulada “Cenas e Queixas”. Para Gregori, a violência pode ser uma forma de comunicação e não uma relação de poder, tendo em vista que as mulheres teriam papel ativo no pano de fundo e, com isso, a violência conjugal seria uma luta de poder. A mulher, desse modo, seria a protagonista dessa situação e não a “vítima” ou “não-sujeito”, uma vez que constrói as queixas e as cenas a partir da sua denúncia, sendo agente primordial para legitimar a situação e a sua condição de vítima (GREGORI, 1993).

Parte da contribuição de Gregori foi criticada pelo movimento feminista entre a década de 80 e 90 e pouco utilizada nas pesquisas acadêmicas, uma vez que colocava em xeque algumas reivindicações realizadas pelas feministas. O contexto era sensível para tais afirmações, tendo em vista os avanços sociais recentes, como a recente conquista da DEAM. Entretanto, movido pela produção de Gregori, os estudos no prisma relacional cresceram dentro da academia, devido a frequente retirada de queixas por parte das vítimas, somando com os estudos do sistema policial e judicial (PASINATO e SANTOS, 2005). A tabela abaixo fornece uma visão geral e sintetizada das principais características das abordagens:

Quadro 2- Abordagens teóricas no Brasil

ABORDAGEM	DOMINAÇÃO MASCULINA	PATRIARCAL	RELACIONAL
CARACTERÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Violência contra mulher: dominação do homem sob a mulher; - Desigualdade baseada na hierarquia: dominar, explorar e oprimir; - Como são “instrumentos” do jogo de dominação dos homens, as mulheres acabam sendo “cúmplices” da reprodução da violência, visto que compõe a estrutura social analisada; - Vê a mulher como um sujeito dominado, sem autonomia e anulada; - Luta de poder homem vs mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectiva marxista e histórica; - Violência é uma expressão do patriarcado; - Vê a mulher como sujeito social autônomo; - Identifica o patriarcado como sistema de dominação, ideologia machista e exploração; - Luta de poder mulher vs patriarcado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relativização da dominação masculina e a vitimização feminina das duas abordagens anteriores; - Comunicação como um jogo, onde a mulher faz parte do processo; - Vê a violência conjugal como um jogo relacional e não uma luta de poder; - Mulher como protagonista das situações de violência conjugal.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

É importante contextualizar as contribuições para compreendermos as mudanças dos estudos feministas no Brasil no final dos anos 80, baseado nos debates norte-americanos e franceses sobre sexo e gênero. A partir desse momento, o conceito “mulher” é colocado em segundo plano e a categoria “gênero” passa a ser utilizada (PASINATO e SANTOS, 2005). A nova perspectiva permite um novo paradigma nos estudos relativos às mulheres, propondo uma diferença entre o social e biológico. A referência principal é a socióloga norte-americana Joan Scott e o seu trabalho de 1988 intitulado “*Gender: A useful category of historical analysis*”. Para a autora gênero é:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1995, p. 88).

Os primeiros resultados dessa nova concepção geraram, em 1995, o trabalho de Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida intitulado: “Violência de Gênero:



Poder e Impotência”. Sem abandonar a concepção de patriarcado, a violência de gênero passa a ser compreendida, segundo as autoras, como uma prática mais generalizada, podendo contemplar a violência doméstica e a violência intrafamiliar. As abordagens acadêmicas citadas anteriormente também tomam forma sob a contribuição da autora norte americana. A pesquisadora Wânia Pasinato, por exemplo, vê a contribuição de Saffioti como insuficiente, visto que a perspectiva do patriarcado, para ela, não contempla alguns fenômenos sociais e o comportamento ativo de algumas mulheres dentro do ciclo de violência. Dessa forma, a autora sugere um enriquecimento da literatura de Joan Scott, procurando aprofundar o conceito de poder do Michel Foucault. Para Pasinato, a violência de gênero é definida por relações dinâmicas de poder que se reconfiguram constantemente: “Pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades” (PASINATO, 2003, p. 90).

Em 1983 o livro intitulado “Morte em Família” da autora Mariza Corrêa é lançado, buscando analisar processos de homicídios. A partir do trabalho discorrido por Corrêa, é possível apontar que as argumentações realizadas pelos agentes jurídicos são construídas de modo desigual, a depender do gênero do(a) acusado(a). Além disso, percebe-se que as sentenças às mulheres acusadas, ao se tratarem de “crimes da paixão”, tendem a ser mais rigorosas, havendo julgamento social e jurídico (FACHINETTO, 2016). A pesquisadora ainda revoluciona o campo da sociologia da violência ao dar luz a assuntos essenciais para a compreensão do gênero no campo jurídico, como a utilização dos conceitos “fato social” e “fato jurídico”.

Corroborando com o que foi apontado por Corrêa, em 1987 Ardaillon e Debert produzem o trabalho “Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios”, onde as pesquisadoras identificam que nesses processos e condições, os aspectos morais são acionados. Em 1998, a socióloga Wânia Pasinato, contribuiu com o seu trabalho “Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero.” em que observa os casos onde as mulheres eram vítimas de homicídios e, juntamente com as demais autoras, identifica o mesmo comportamento social (FACHINETTO, 2016).

Há uma listagem ilimitada de contribuições acadêmicas sobre a temática, além de figuras fundamentais para o cenário de pesquisas sobre gênero e violência no Brasil, como



Cecília Macdowell, Maria Filomena Gregori e Miriam Grossi¹²⁶. É importante prosseguir contribuindo ativamente nas temáticas abordadas, elaborando pesquisas sobre a Lei do Femicídio, masculinidades e refletir sobre novas agendas de pesquisas.

Uma análise sobre a trajetória jurídica da violência contra a mulher: da lei Maria da Penha ao feminicídio

O direito não se trata de uma ciência estanque, que se porta com indiferença à evolução da sociedade ou das mudanças trazidas pela emergência de novas agendas e conflitos sociais. Cabe justamente à ordem jurídica acompanhá-la oferecendo a tutela necessária às novas mudanças. As condutas compreendidas como criminosas, assim como os bens jurídicos, variam de acordo com maior ou menor importância que a sociedade lhe confere, ao passo que, se no passado algo poderia ser considerado um comportamento social válido, dentro do contexto atual merece uma reprovação legal. Assim, as mudanças dos valores sociais devem ser refletidas não apenas no texto legal, mas também no sistema jurídico como um todo, sendo possível a criação e interpretação de novos raciocínios jurídicos.

No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, casos de assassinato de mulheres, não raros na sociedade brasileira, tornaram-se alvo de inúmeros protestos e campanhas feministas, dos quais surgiu o slogan “Quem Ama não Mata”, então difundido nacionalmente pelo movimento feminista através de passeatas e protestos que atraíam a atenção dos meios de comunicação.¹²⁷ Dentro desta luta por direitos, a mulher sofre uma transformação dentro do escopo legal, saltando de objeto a sujeito de direitos. É neste momento que a ótica sob a violência contra a mulher passa a ser observada e começa a mudar e enfrentar paradigmas, pois algumas condutas, que no passado gozavam de proteção legal, passam a ser inadmissíveis, como por exemplo a figura jurídica da “legítima defesa da honra”, usada como excludente de ilicitude no que diz respeito à morte de mulheres (SILVEIRA, 2021).

É na lógica de uma ordem social originária, que tem o homem (branco, com posses e títulos) como centro, que as mulheres são encontradas com posições de inferioridade. Trata-se, segundo Fleury e Meneghel (2015) de uma lógica de disposição social de que a

¹²⁶ Ver mais em: “Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência”, organizado por Miriam Grossi, Luzinete Minella e Rozeli Porto.

¹²⁷ Este slogan apareceu, pela primeira vez, em 1980 nos muros de Belo Horizonte, em resposta ao assassinato de duas mulheres por seus maridos. Ver Mulherio, 1, nº 1, maio/junho de 1981, p. 3.



vida da mulher não estivesse no mesmo degrau da vida dos homens, e neste contexto patriarcal, alguns bens jurídicos, como por exemplo a honra masculina, sobrepunha a vida da mulher.

O gesto é velho como o mundo: a mão se ergue e, com força, o punho se abate onde alcança. Nas costas, no ventre, no rosto. O punho é dele. O corpo é dela. As modalidades de suplício se expressam pela satisfação de um desejo irrepreensível do lado dele. E dos limites de tolerância a dor do lado dela. Ele representa o “sexo forte”; ela, o sexo frágil (PRIORE, 2020, prefácio).

É neste caminho que podemos refletir sobre como o conflito entre os gêneros têm história, da mesma forma como a evolução dos códigos e normas sociais, por vezes, tentam coibi-la. No entanto, a banalização dessa violência é uma característica estrutural em nossa sociedade. A violência extrema é, inclusive, um instrumento de controle social dominante sobre as mulheres, uma vez que qualquer desvio do papel esperado pode resultar na morte, pois qualquer insubordinação à figura masculina poderá justificar a violência (PRIORE, 2020).

Em um contexto colonial, a honra era atributo masculino, sendo a “virtude” a contraparte feminina. O recato feminino é definidor da honra masculina, sendo relacionado ao comportamento sexual, por que motivo, o adultério feminino se tornava uma atitude condenável. Dessa forma, não era o bastante o controle social sobre a mulher, o poder de viver e de morrer também estava nas mãos dos homens, pois as Ordenações Filipinas reconheciam como lícita a conduta do homem que matava a mulher em caso de adultério (RAMOS, 2012). Esta definição não está longe do que podemos observar no contexto atual, de acordo com Lourdes Maria Bandeira:

Em pleno século XXI, os assassinatos de mulheres continuam sendo praticados e têm aumentado, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra. Paradoxalmente, não houve mudanças significativas em relação às razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, ainda, centrando-se principalmente na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais, entre outras. Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (2014, p. 456-457).

A vigência das Ordenações Filipinas no Brasil durou até 1830, com a promulgação do Código Criminal do Império do Brasil. Na nova norma legal, já não havia a autorização



legislativa de morte da esposa considerada adúltera. No entanto, o adultério ainda era considerado e capitulado como crime, mas havia diferença entre o cometido por homens e por mulheres. Para eles, a relação punida era aquela duradoura, enquanto que para elas, o adultério era caracterizado bastado a presunção de que houvesse ocorrido¹²⁸ (BRASIL, 1830). Por sua vez, o Código Penal de 1890 trouxe a legítima defesa da honra como excludente de ilicitude, ou seja, o bem jurídico protegido ao se reconhecer o adultério como crime era a honra conjugal, podendo ser objeto de legítima defesa, chegando, portanto, a conclusão de que a honra do homem valia mais que a vida da mulher (BARSTED, 1999). O Código Penal de 1940 continuou a reconhecer a excludente de ilicitude da legítima defesa, sendo fundamentado no princípio de que ninguém pode ser obrigada a suportar algo injusto e é a partir desta premissa que foi construída a tese jurídica da “legítima defesa da honra”, utilizada como garantia de impunidade de homens, principalmente frente ao tribunal do júri.

À vista disso, a partir dos anos 1970 e com a morte de mulheres nas classes média e alta, as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres ganharam maior notoriedade. É na Constituição Federal de 1988 que a equiparação legal entre os direitos e obrigações de homens e mulheres é mencionada, tornando-se cada vez mais descabida a admissão da tese jurídica em tela, pois escancara a desigualdade de direitos que havia entre homens e mulheres.

Lei da Maria da Penha (11.340/2006)

As mortes de mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros marcaram a história das lutas feministas no cenário brasileiro, o qual desenvolveu desde logo o objetivo em concretizar a erradicação desse tipo de situação. Grossi (1993) e Santos (2008) abordam que apesar de todas as diferenças entre as mulheres, como raça, classe, ideologia, etc., a violência é um problema que atravessa a vida de muitas, compreendendo que as respostas institucionais não seriam suficientes e nem mesmo iguais. É neste caminho que os movimentos feministas começam a debater e politizar o tema.

Santos (2008) identifica três momentos importantes para a construção das políticas públicas de combate à violência contra a mulher no cenário brasileiro, sendo o primeiro a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), em

¹²⁸ BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Penal do Império do Brasil. Brasília, DF, 1830. 19 “Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adúltero. Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente.



1985. Dez anos mais tarde, em 1995 o surgimento dos Juizados Especiais Criminais¹²⁹ (Lei 9.099/95) e no terceiro momento a Lei Maria da Penha em 2006. É importante compreender, segundo Pasinato (2006) que para qualificar como positiva as relações de gênero, conflito e gênero, precisamos considerar o Poder Judiciário e as instituições formais de Justiça não apenas como o único discurso jurídico válido na sociedade, mas sim encontrá-los inseridos em um contexto plural e diversificado. Segundo Rifiotis (2008) a Lei Maria da Penha foi um fator positivo nessa contextualização de pluralidade nas intervenções sociais, fazendo com que os serviços públicos, estatais e ONGs atuassem juntos no enfrentamento da violência contra as mulheres.

A partir do Decreto 5.030, de 31 de março de 2004, o então Presidente Lula cria um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um projeto de lei que discorresse sobre mecanismos de enfrentamento da violência contra as mulheres¹³⁰. Neste Grupo havia representantes do Poder Judiciário e apoio do Consórcio de ONGs, no entanto, ficou claro que não havia uma unanimidade a respeito do tema violência e sobre quais mecanismos poderiam ser acionados para o enfrentamento (ANDRADE e MATOS, 2017). Os Juizados Especiais eram defendidos pelos juízes e desembargadores, ao passo que as feministas demandavam que fosse incluída “a violência doméstica como uma questão de violação dos direitos humanos das mulheres e, portanto, de total desvinculação dos crimes enquadrados como de menor potencial ofensivo” (CALAZAN e CORTES, 2011, p.46).

Em 2006 a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha é sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornando-se o auge do enfrentamento da violência contra as mulheres, justamente por seu inovador formato que incorpora normativa relacionadas a prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos das mulheres. A Lei Maria da Penha tem caráter não apenas punitivo de uma legislação penal, mas também é uma política pública de caráter intersetorial e multidisciplinar. Ela muda o código penal e a lei de execução penal, em seu texto, apresenta proibição do uso da legislação anterior - Lei 9.099/95, responsável por julgar os casos de “menor potencial ofensivo” - para o atendimento aos casos de violência contra

¹²⁹ Cabe mencionar que a Lei 9.099/95 foi implementada no mesmo ano em que o Estado brasileiro ratificou a Convenção de Belém do Pará, importante instrumento internacional e interamericano de proteção aos direitos das mulheres, que, por sua vez, apresentou importantes avanços na definição das violências contra as mulheres, sendo estas, violências de gênero, e também, graves violações dos direitos humanos das mulheres (ANDRADE; MATOS, 2017).

¹³⁰ Ver mais sobre como discorreu a elaboração do anteprojeto que deu luz à Lei Maria da Penha ver em Sarmento (2013).



a mulher¹³¹ (BRASIL, 2006). É, sem dúvidas, um marco de enfrentamento de violência de gênero.

Feminicídio (13.104/2015)

Assim como a origem da Lei Maria da Penha, responsável por uma mudança de paradigmas no direito pátrio no que confere ao tratamento e combate da violência contra a mulher em sentido amplo, o Brasil também se comprometeu à ação de seus sistemas jurídicos, através da elaboração de leis, procedimentos e ações efetivas do judiciário a fim de combater tal violência. Dessarte, é no ano de 2015, através da Lei 13.104, de 9 de março que a figura do feminicídio incorpora-se ao sistema penal brasileiro (SILVEIRA, 2021).

A definição legal do feminicídio é o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, inserido no contexto da violência doméstica ou familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Essa lei traz uma resposta dentro da ordem legal, uma vez que reconhece o feminicídio como forma de qualificadora do homicídio¹³², sendo, portanto, crime hediondo. Devemos atentar para o fato de que, tornando crime hediondo, posiciona-se o feminicídio entre as condutas mais graves no ordenamento jurídico. Neste caminho, segundo Silveira (2021) é uma conduta de altíssima reprovabilidade social e, em termos simbólicos, demonstra a necessidade da proteção da bem jurídica vida da mulher, significando que no contexto de relações domésticas, não será admitida a morte de mulheres sem punição.

¹³¹ BRASIL. Lei número 11.340, Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006. “Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa”.

¹³² Art. 1o: O art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Homicídio simples

Art. 121.

Homicídio qualificado

§ 2o

Feminicídio

VI - Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - Violência doméstica e familiar;

II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.



Recentemente no julgamento da medida cautelar pleiteado na ADPF 779¹³³, prolatado pelo Ministro Dias Toffoli em 26/02/2021, mais um passo para o afastamento da tese da "legítima defesa da honra", sendo deferida em parte para considerar a tese inconstitucional, sob o seguinte fundamento:

[...] Pelo exposto, concedo parcialmente a medida cautelar pleiteada, ad referendum do Plenário, para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa que sustente, direta ou indiretamente, a legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como no julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.¹³⁴

Observa-se, portanto, o reconhecimento da vida das mulheres como um bem jurídico a ser preservado. De um ponto de vista histórico, há a validação de que a vida das mulheres merece o reconhecimento no ordenamento jurídico, não sendo relacionada como propriedade e à construção social do homem.

Considerações Finais

Vivemos em uma época de transições, enquanto nossa sociedade tenta promover a igualdade entre homens e mulheres, graças à evolução do direito e ao surgimento de políticas públicas, de ações antidiscriminatórias, a "igualdade desigual" se mantém. Ela se alimenta das tensões em que estamos mergulhados, e esse abismo entre discurso e prática acabam por fomentá-la. Como revela Priore (2020), seguimos assistindo as mudanças de uma ordem que é tão velha quanto o mundo: a dos sexos.

É evidente que mudanças normativas para a diminuição dos índices de violência contra a mulher no Brasil não sejam o bastante, mas a inclusão de um tipo penal que trata opostamente tudo que foi traçado na história e que está arraigado nas construções sociais, merece certo destaque. Revela-se como desafio social a extensão da proteção da vida das

¹³³ Acesso à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 779) no site do STF <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690>. Acesso em 14 fev. 2022.

¹³⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 779. Origem: Distrito Federal. Requerente: Partido Democrático Trabalhista. Brasília, DF, 2021.



mulheres, seja ela garantida no campo jurídico como na implementação de políticas públicas e discussões multidisciplinares.

As conquistas de direitos são fruto de uma luta social. Não há dúvidas de que a Lei Maria da Penha seja um marco importante para a luta contra a violência de gênero, que as DEAMs representam a porta de entrada para mulheres em situação de violência no que se refere ao atendimento e que a Lei do Feminicídio seja de suma importância no ordenamento jurídico. No entanto, precisamos ressaltar que as instituições precisam ser agentes de transformação e não apenas transformadas ou recicladas, como apontam Andrade e Matos (2017), precisam ir além das “portas de entrada” rumo a “porta de saída” de relações conturbadas e violentas.

Além disso, bem se sabe que as normas jurídicas, em grande medida são excludentes e retardam o acesso à plena cidadania com relação às mulheres. No entanto, também podemos observar que durante a história e a construção dos movimentos feministas, as mulheres se colocam na posição de denunciar, reformular, desconstruir as estratégias legitimadas do fazer e saber jurídico, aproximando, portanto, os campos e debates. Autora que tem destaque nesta questão é Carol Smart (2020), a qual desenvolve percepções feministas do Direito e divide em três correntes, a saber; o direito como sexista, o direito como algo masculino e o direito sexuado. É importante ressaltar que as críticas feitas ao direito se baseiam também nos discursos de caráter elitista, racista e androcêntrico, não apenas às leis. Tais apontamentos trouxeram ganhos e incorporam as conquistas feministas, como a ampliação de direitos, a soma das necessidades específicas femininas, inclusive dando voz dentro do Sistema de Justiça.

Finalmente, após a análise percorrida no presente trabalho, desenvolvido a partir da construção de estudos sobre gênero e violência e, posteriormente, sobre os avanços legais e institucionais a respeito do tema de violência contra as mulheres, percebe-se que estamos em constante mudança, constatação já afirmada por Wânia Pasinato anteriormente. A relação de poder existente em um ciclo de violência, é uma relação semelhante ao que ocorre na justiça brasileira. Embora haja alterações jurídicas e importantes sobre a temática, ainda é insuficiente para alterações nas estruturas sociais, visto que o problema está longe de ser sanado. É necessário refletir no quanto as leis se propõem a engendrar políticas públicas de prevenção, para além dos projetos de leis punitivistas, sendo, conseqüentemente, fundamental apontar as estruturas binárias de gênero, as masculinidades existentes e a interseccionalidade dessas realidades.



Não podemos nos privar de destacar que, diversas políticas públicas para as mulheres foram encerradas, tais como: o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos¹³⁵, o comitê de gênero e da diversidade no novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹³⁶, escassez de repasse de recursos financeiros para políticas previstas para mulheres¹³⁷. Nota-se que forças conservadoras tradicionais tentam recolocar as mulheres em lugares que já não nos cabem mais. Sabemos que a luta feminista não termina aqui, e como diz a canção de Caetano e Gilberto Gil (1969) “é preciso estar atento e forte”.

Nesse sentido, o presente trabalho identifica a potencialidade existente nas leis analisadas, sobretudo, as contribuições acadêmicas e a influência do movimento feminista como pano de fundo desse cenário. Todavia, ainda assim, é importante frisar a necessidade de novas políticas e um olhar crítico estrutural, refletindo em mudanças definitivas. Sugere-se, desse modo, a continuidade de pesquisas no campo de gênero e violência, refletindo sobre uma nova agenda de temas, como: masculinidades, trabalhos com homens autores de violência contra mulheres, interseccionalidade no contexto de violência, políticas públicas de prevenção e projetos de educação pensados para essas realidades. À vista disso, incentivar este tipo de produção acadêmica, corrobora com o aperfeiçoamento legal e a preparação das instituições das unidades jurídicas.

Data de Submissão: 21/02/2022

Data de Aceite: 20/04/2022

Referências Bibliográficas

¹³⁵ Ver mais em: <https://www.politize.com.br/ministerio-da-mulher-familia-e-direitos-humanos/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

¹³⁶ Ver mais em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/72207-a-politica-de-genero-no-governo-bolsonaro-e-uma-politica-em-extincao-diz-secretaria-de-relacoes-de-genero-da-cnte-apos-extincao-de-conselhos>. Acesso em: 21 fev. de 2022.

¹³⁷ Ver mais em: <https://www.casaum.org/bolsonaro-nao-usou-um-terco-dos-recursos-aprovados-para-politicas-para-mulheres-desde-2019/>. Acesso em: 21 fev. de 2022.

“GRITARAM-ME NEGRA, NEGRA!” “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: MULHERES NEGRAS NA LUTA POR DIREITOS FRENTE A DOMINAÇÃO PATRIARCAL



“¡ME GRITAN NEGRA, NEGRA!” “¿Y NO SOY MUJER?”: MUJERES NEGRAS EM LA LUCHA POR
DERECHOS CONTRA LA DOMINACIÓN PATRIARCAL

ÁDRIA BORGES FIGUEIRA CERQUEIRA¹³⁸

ELIZETE ALVARENGA PEREIRA¹³⁹

Resumo

O presente artigo visa abordar a importância da luta das mulheres negras pelo direito à vida, à equidade e justiça social e por direitos frente às tentativas de dominação racial e de gênero diante de uma sociedade racista, sexista e estruturada sobre forte viés patriarcalista na sociedade de classes que alija o povo negro a grande contexto de desigualdade social e econômica. Carolina Maria de Jesus, Sorjourner Truth, Lelia Gonzales e Beatriz Nascimento no bojo de suas trajetórias podem nos levar a constatar a força das mulheres negras no questionamento da ordem vigente e das diferentes opressões, dos epistemicídios e das violências físicas e psicológicas, considerando que as mulheres negras elaboram suas experiências de gêneros, suas tecnologias de resistências de forma diferenciada da sociedade não negra. Tais mulheres são referenciais de questionamento dos diferentes papéis de gênero, dos lugares de raça e classe e são aqui citadas em razão de suas lutas, protagonismos e resistências frente aos meandros de configuração da violência dos colonizadores em territórios latino-americano.

Palavras-chave: mulheres negras; direitos; gênero.

Resumen

Este artículo pretende abordar la importancia de la lucha de las mujeres negras por el derecho a la vida, la equidad y la justicia social y por los derechos frente a los intentos de dominación racial y de género frente a una sociedad racista, sexista y estructurada basada en un fuerte sesgo patriarcal en la sociedad de clases que arroja al pueblo negro a un gran contexto de desigualdad social y económica. Carolina Maria de Jesus, Sourjorner Truth, Lelia Gonzales y Beatriz Nascimento en medio de sus trayectorias nos pueden llevar a constatar la fuerza de las mujeres negras en cuestionar el orden vigente y las distintas

¹³⁸ Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: adriacerqueira@ifg.edu.br.

¹³⁹ Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: elizete.alvarenga@discente.ufg.br.



opresiones, epistemicidios y violencias físicas y psicológicas, considerando que las mujeres negras las mujeres elaboran sus experiencias de género, sus tecnologías de resistencia de una manera diferente a la sociedad no negra. Tales mujeres son referentes para cuestionar diferentes roles de género, lugares de raza y clase y son mencionadas aquí por sus luchas, protagonismos y resistencias frente a los entresijos de la configuración de la violencia por parte de los colonizadores en los territorios latinoamericanos.

Palabras clave: mujeres negras; derechos; género.

Nossos passos vêm de muito longe

“Gritaram-me negra” é parte do poema da compositora, coreógrafa e desenhista afroperuana Victoria Eugenia Santa Cruz Gamarra, ele traduz em grande medida, sob o aporte da subjetividade de seu corpo-território, uma trama discursiva com base na afirmação de sua narrativa identitária, a partir de sua experiência racial vivenciada desde a infância. Essa construção nos leva a considerar a potência dessa elaboração, quando ela aponta para a estrutura da formação da identidade individual com a formação da concepção de pertença à comunidade negra e elaborando marcadores que a separa na relação contrastiva dos não negros que a nomeia negra na tentativa de inferiorizá-la. Victória Santa Cruz evidencia sua estratégia de contraposição à tentativa de negação do perfil racial e caminha na afirmação da identidade negra positivada quando se recusa à rejeição socio-racial elaborada pelo discurso hegemônico.

“Eu não sou uma mulher” é trecho do discurso proferido por uma mulher negra representante de um caso emblemático, parte dessa luta de reivindicação de reconhecimento de direitos, caso destacado por Bell Hooks, da ex-escravizada, abolicionista e militante pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth. Nascida em 1797, com o nome de batismo Isabela Baumfree, ela foi criada em uma família que provavelmente teve 12 crianças escravizadas, e passou por cinco “proprietários” antes de fugir em 1826 – quando experimentou pela primeira vez a liberdade e adotou o nome de Sojourner Truth, que significa “visita da verdade”.

Uma de suas bandeiras de luta foi pelo voto feminino, que a levou a ser confrontada durante a II Convenção Anual do Movimento pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1852. Na ocasião, as mulheres brancas presentes se sentiram insultadas por uma mulher negra falar na presença delas e gritaram exigindo: “Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!”¹⁴⁰.

¹⁴⁰ TRUTH *apud* HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo**. Trad. Bhuvli Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. p. 252.



Ainda na mesma convenção, Sojourner discursou em resposta ao argumento de um homem branco contrário a equidade entre os gêneros, e que tinha como justificativa a narrativa equivocada de que as mulheres não eram fortes o suficiente para trabalhos manuais e que também seriam inferiores aos homens. Ela o contra-argumentou apresentando a sua experiência de maternidade e como trabalhadora capaz de fazer o mesmo esforço físico dos homens, além de relatar os tipos de violência física, emocional e sexual, vivenciadas em seu processo de escravização, em sua resposta ao homem. Seu discurso impactou a todas e todos que estavam presentes na convenção:

Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher?¹⁴¹.

Se por um lado as mulheres brancas reivindicavam o direito ao voto, as mulheres negras, como Truth, lutavam por reconhecimento e contra as opressões interseccionais referentes à raça, classe e gênero.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie aborda, em “O perigo de uma história única”¹⁴², a armadilha que são as informações que nos chegam via filmes, livros, redes sociais e outras mídias, e que impossibilitam o acesso a outras versões sobre a mesma temática. Por muitos anos, a historiografia tradicional carregou o fardo de omitir a realidade e os impactos da escravização de pessoas africanas, contando esse período histórico sempre a partir da perspectiva europeia sobre os fatos. Para a autora: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”¹⁴³.

Stuart Hall (2018), em seu texto “O espetáculo do outro”¹⁴⁴, nos apresenta três momentos que marcam o encontro do Ocidente com os povos africanos, e que se desdobram na perspectiva de marcação da diferença social. O primeiro teve início no século VI, com o contato de comerciantes europeus com reinos da África Ocidental, e no qual se inicia o tráfico transatlântico de pessoas para serem escravizadas em outros países

¹⁴¹ TRUTH *apud* HOOKS, 2020, p. 252-253.

¹⁴² ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

¹⁴³ ADICHIE, 2019, p. 47.

¹⁴⁴ HALL, Stuart. O espetáculo do “Outro”. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016, p. 139-219.



no período de três séculos. O segundo, deu-se com a colonização do continente africano e sua “partilha” entre países europeus, na tentativa de subjugação e domínio de territórios e povos; de mercado e em vista do monopólio de matérias-primas coloniais. Por fim, as migrações de pessoas com origem no dito “terceiro mundo”, no período pós-Segunda Guerra Mundial, para a Europa e América do Norte.

As representações populares da “diferença” racial durante a escravidão rendiam a aglomerar-se em torno de dois temas principais. O primeiro era o *status* subordinado e a “preguiça inata” dos negros – “naturalmente” nascidos e aptos apenas para a servidão, mas, ao mesmo tempo, indispostos a trabalhar de fora apropriada à sua natureza e rentável para seus senhores.

O segundo tema era o inato “primitismo”, a simplicidade e a falta de cultura, que os tornava geneticamente de “refinamentos civilizatórios”¹⁴⁵.

Essa situação era ainda mais complicada para as mulheres negras em contexto de escravização, pois, além da opressão de classe e raça, ainda havia o peso da sociedade patriarcal alicerçada em doutrinas de religiões como o judaísmo, o islamismo e o cristianismo. Neste sentido, Bell Hooks aponta que mulheres negras subverteram essa ordem naturalizada quando assevera que:

A maioria das mulheres negras não teve a oportunidade de se satisfazer na dependência parasitária dos homens como é esperado da sociedade patriarcal. [...]

A instituição da escravidão forçou a mulher negra a se livrar de qualquer dependência da figura do homem que anteriormente tivesse e a obrigou a lutar por sua sobrevivência individual. A equidade social determinou os padrões de papéis sexuais negros na esfera do trabalho, no período da escravidão não criou uma situação que permitisse a mulheres negras serem passivas¹⁴⁶.

Ainda de acordo com a autora, poucas mulheres negras tiveram a opção de exercerem atividades laborativas remuneradas, e desde muito cedo lutaram por direitos em meio à inserção no mundo do trabalho e pelo direito ao voto.

Em “Trabalho, família e opressão das mulheres negras”, Patricia Hill Collins afirma que “os papéis de gênero foram moldados de maneira semelhante sob a escravidão. Em geral, as mulheres negras realizavam o mesmo tipo de trabalho dos homens. Isso lhes permitiu recriar as tradições da África Ocidental [...]”¹⁴⁷. A autora ainda aponta que a esperança de mudar suas realidades faz com que: “As mulheres negras do século XIX acreditavam que, se recebessem o direito de votar, poderiam mudar o sistema educacional

¹⁴⁵ HALL, 2016, p. 169-170.

¹⁴⁶ HOOKS, 2020, p. 139.

¹⁴⁷ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107.



de maneiras que as mulheres teriam o direito de buscar com totalidade seus objetivos educacionais”¹⁴⁸.

Objetificação e a questão da subalternização do corpo negro

Na obra “Seus olhos viam Deus”, Zora Neale Hurston destaca a personagem afro-americana, denominada Nanny, em um diálogo com sua neta, enfatiza que uma das opressões vivenciadas pelas mulheres negras é ser tratada como “mula do mundo”. Segundo ela, os seus corpos são objetificados e inferiorizados no mercado de trabalho, no qual lhes cabem inserções como empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, diaristas, caixas de supermercados, dentre outras profissões subalternizadas e mal remuneradas¹⁴⁹.

Querida, o branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente.
[Talvez o homem negro esteja no poder em algum lugar além do oceano, mas só sabemos o que vemos.] Por isso o branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega porque tem que pegar, mas num carrega. Dá pras mulher dele. As crioulas é as mula do mundo até onde eu sei¹⁵⁰.

De acordo com o Dicionário Online de Português¹⁵¹, o termo “mula” é originário do latim e se refere a um: “animal híbrido resultante do cruzamento de uma égua com um jumento, ou de um cavalo com uma jumenta; fêmea do mulo”. A escritora Djamilia Ribeiro apresenta, em seu livro “Quem tem medo do feminismo negro”, uma acepção para o termo que diz se referir à “cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com animal tido de segunda classe (*equus africanus asinus*). Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa que indica mestiçagem, impureza, mistura imprópria que não deveria existir”¹⁵², afirma.

Ela ainda assevera que este termo é utilizado desde o período colonial para identificar negros e negras de pele mais clara, resultado do estupro de mulheres escravizadas por senhores da casa grande. A autora também destaca a criação da personagem “Mulata Globeleza” que expõe uma mulher negra como figura hipersexualizada, e exibida com pinturas de purpurina nas programações televisivas de carnaval. “Tal nomenclatura tem cunho racista e machista e foi transferida à personagem

¹⁴⁸ COLLINS, 2019, p. 266.

¹⁴⁹ HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁵⁰ HURSTON, 2002, p. 31.

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

¹⁵² RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 141.



Globeleza. A adjetivação é uma memória triste dos 354 anos de escravidão negra no Brasil”¹⁵³.

Vale lembrar o caso emblemático, abordado recentemente pelo Jornal Folha de São Paulo, do radialista e apresentador de programas de televisão Oswaldo Sargentelli, que foi censurado pela ditadura militar por apresentar o polêmico “O Preto no Branco”, entre 1957 e 1964. Censurado, ele resolveu produzir shows com “mulatas” e abriu casas noturnas em Copacabana, como o Sambão, a Sucata e o Oba-Oba, por exemplo – essa última com filial em São Paulo.

Com sucesso nos negócios, Sargentelli começou a realizar shows em todo o Brasil e no exterior. “No auge do sucesso, quando chegou a ter 40 mulheres contratadas, foi acusado de racismo e de facilitar a prostituição [...] Adorava falar bem das mulatas, ‘as mulheres que sabem sambar de verdade’”¹⁵⁴. Como emblemático representante da sociedade patriarcal, ficava orgulhoso com o rótulo de mulherengo e por ser conhecido como o “rei das mulatas”. O Jornal Folha de São Paulo, ao apresentar a biografia de Oswaldo Sargentelli, em 14 de abril de 2002, não teceu críticas ou sequer contribuiu para que o leitor pudesse refletir sobre a objetificação de corpos de mulheres negras, tratadas como ‘mulatas’ e exploradas pela mídia. Na contramão da estereotipagem da história, sabemos que as mulheres negras são:

Trabalhadoras, lutadoras, as que não estão subordinadas ao poder masculino, as que não têm ou não querem homens ou filhos (mas sem abrir mão do sexo), sensuais, voluntariosas, fortes. Estes são algumas das possibilidades de sermos o que somos, alguns dos exemplos de nosso repertório de identidades, ou de feminilidades, que encontraram ressonância e pertinência entre nós ao longo dos séculos, sendo atuantes até hoje, século XXI¹⁵⁵.

Entretanto, como resultado direto do sistema patriarcal, as imagens das mulheres negras sempre foram construídas a partir desse lugar de subalternização e sexualização, no qual seus corpos sofrem violências que interseccionam estereótipos de raça, gênero e classe

O sexismo alimenta, justifica e apoia a violência do homem contra a mulher, assim como a incentiva a violência entre homens. Na sociedade patriarcal, homens são incentivados a canalizar agressões frustradas contra as pessoas

¹⁵³ RIBEIRO, 2018, p. 141

¹⁵⁴ REGIME Militar incentivou o “rei das mulatas”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de abril de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200230.htm> . Acesso em 20 nov. 2021.

¹⁵⁵ WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. In.: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010. p. 79.



sem poder – mulheres e crianças. Homens brancos, da mesma forma que homens negros, abusam de mulheres¹⁵⁶.

Como bem assinala Lélia Gonzalez, a mulher negra sofre o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e isto tem impacto em sua vida emocional, laboral e nas relações sociais. Ela afirma que “[...] o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”¹⁵⁷.

É importante também compreender que em novelas, filmes, dentre outros programas de entretenimento, além da objetificação da mulher negra, há ainda a insistência em papéis de subserviência, o que contribuiu para a continuidade da figura da mãe preta instituída no período colonial e do racismo estrutural em nosso país.

Mulheres negras nas trincheiras contra a dominação patriarcal

No início deste artigo, trouxemos a experiência da abolicionista Sojourner Truth, que lutou bravamente contra as opressões sofridas pela sua condição de mulher e negra. Ela demonstrou sua extraordinária coragem ao enfrentar um homem branco que questionou a capacidade das mulheres durante a realização da II Convenção Anual do Movimento pelos Direitos das Mulheres, em Akron. E mais que isso, apontou para os processos de exclusão que as mulheres negras estão submetidas mesmo nos movimentos de direitos de mulheres.

A diferença que os processos de singularização das mulheres negras produziu implica uma diferenciação entre sujeitos e grupos com base na raça e no gênero: homens e mulheres, branc@s e negr@s. Diferenciação que denuncia e recusa as condições de privilégio e de poder de violência como atributo do pólo racial branco, independentemente das condições biológicas do sexo ou dos desnivelamentos secundários às políticas de gênero. O que quer dizer também que reconhece, nas mulheres brancas de diferentes épocas também um pólo de poder e de violência¹⁵⁸.

Vale destacar que quando ocorreu o fato, as mulheres brancas presentes se manifestaram contrárias à fala de Truth, por considerar ofensiva a intervenção de uma mulher negra naquele evento. Passaram-se três séculos e a violência e as tentativas de silenciamento de mulheres negras continua evidente nas práticas de racismo estrutural e institucional, ancorados no sistema de patriarcalismo ocidental.

A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas a condição

¹⁵⁶ HOOKS, 2020, p. 172.

¹⁵⁷ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984, p. 224.

¹⁵⁸ WERNECK, 2010, p. 77.



da mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras¹⁵⁹.

Como Truth, outras representantes negras se apresentaram nas trincheiras contra a dominação patriarcal, que insiste em ofuscar o brilho de mulheres que dão e deram grandes contribuições para as reflexões interseccionalizadas de gênero, classe e raça. Além das autoras já citadas neste artigo, também destacamos a importante contribuição da escritora Carolina Maria de Jesus, Maria Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez.

Carolina Maria de Jesus: voz insurgente que ecoa na favela

Mulher negra símbolo de resistência, Carolina Maria de Jesus é originária do Vilarejo do Sacramento, no Triângulo Mineiro. Em 1948, aos 33 anos, ela foi morar na favela do Canindé, localizada na zona norte da cidade de São Paulo, onde teve seu primeiro filho, João José de Jesus, fruto de um relacionamento com um marinheiro português. Mãe solo de três filhos, ela trabalhou como vendedora ambulante de bebidas, limpadora de corredores dos hospitais e hotéis e catadora de papel. Embora tenha enfrentado dificuldades de toda sorte e negligência por parte do Estado brasileiro, mantinha a sensibilidade e o amor pela natureza e por seu país.

Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria. (...) Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo¹⁶⁰.

Em sua obra “Quarto de despejo”, Carolina de Jesus faz uma leitura das desigualdades sociais vivenciadas na cidade de São Paulo. Da favela do Canindé era possível observar as injustiças sociais em uma cidade que por um lado era/é símbolo da industrialização e do desenvolvimento e, de outro, da miséria e da fome. Em sua obra, a escritora evidencia o contraste entre a cidade e a favela: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”¹⁶¹. Sempre com um olhar muito apurado e singular sobre a cidade.

Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo¹⁶².

¹⁵⁹ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 140.

¹⁶⁰ JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. p. 29.

¹⁶¹ JESUS, 1960, p. 28.

¹⁶² JESUS, 1960, p. 33.



Nesse sentido, nota-se a riqueza dos detalhes para caracterizar São Paulo como um mundo à parte do que vivenciava na favela, em meio às dificuldades financeiras e mazelas como presenciava violência física, doméstica, infantil, alcoolismo, por exemplo. De acordo com Tania Maria Gomes da Silva e Flavia Cristina Silva Barbosa “a descoberta de Carolina de Jesus se deu graças ao jornalista Audálio Dantas, encarregado de fazer uma reportagem” sobre uma favela que crescia as margens do Rio Tietê no bairro Canindé¹⁶³.

A partir desta descoberta, Carolina de Jesus teve sua primeira obra publicada em 1960, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, que de acordo com Diva Frazão¹⁶⁴, teve tiragem de dez mil exemplares e na noite de autógrafos foram vendidos 600 livros. Ficou conhecida também por outras obras como “Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-favelada” (1961), “Pedaços da Fome” (1963) e “Provérbios” (1965).

Apesar de seu primeiro livro ter se tornado *best seller*, não se beneficiou com o sucesso, retornando à antiga atividade de catadora de papel. Em 1969, mudou-se com os filhos para um sítio localizado no bairro Parelheiros na cidade de São Paulo e foi esquecida do mercado editorial. O curta metragem “Despertar de um sonho”, que conta a sua história, teve produção alemã, com direção de Gerson Tavares, e foi proibido de exibição em 1975.

Após sua morte, em 1977, “Quarto de despejo” foi relançado, além de terem sido produzidos documentários sobre sua vida; além de livros, como “Diário de Bitita”; e “Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus”, dos professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. Essas produções contribuíram para despertar o interesse da mídia sobre a vida e obra da autora. A biblioteca do Museu Afro-Brasil, inaugurada no Parque Ibirapuera, em São Paulo, no ano de 2005, recebeu o seu nome como reconhecimento de sua grande contribuição como escritora negra brasileira¹⁶⁵.

Maria Beatriz Nascimento: é preciso aquilombar contra o racismo estrutural

As múltiplas identidades, elaboradas no contexto da diáspora africana, carregam em grande dimensão o teor da resistência e enfrentamento à exploração de corpos e subjetividades que para os europeus eram considerados inferiores. A historiadora e

¹⁶³ SILVA, Tania Maria Gomes da; BARBOSA, Flavia Cristina Silva. Exclusão e violência social na perspectiva da escritora Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e mãe solteira. **Revista CESUMAR**, v. 23, n. 2, p. 309-326, jul./dez. 2018. p. 313.

¹⁶⁴ Biografia de Carolina Maria de Jesus. Disponível em https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/. Acesso em: 04 out. 2021.

¹⁶⁵ Disponível em: <https://www.vidaporescrito.com/biografia>. Acesso em 04 out. 2021.



ativista Beatriz Nascimento traz a noção de diáspora a partir da perspectiva transatlântica, em que há perdas de referências para essas pessoas, o que impacta diretamente os seus corpos e compromete suas identidades. No filme *Orí* (1989), Beatriz Nascimento aponta sobre a importância de dar visibilidade a estes corpos negros:

É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi, que pra mim era o herói¹⁶⁶.

Quando a historiadora faz a ligação entre imagem e corpo, ela tem a preocupação com a reconstrução de uma identidade impactada diretamente pela diáspora, e que ainda reflete na vida de corpos negros, que buscavam estratégias de resistência ao sistema escravocrata por intermédio de sua organização em quilombos, e atualmente buscam outras formas de resistir ao racismo estrutural.

Esta resistência não se restringe apenas a espaços como o Quilombo dos Palmares, mas hoje se manifesta também em expressões culturais como a música; a capoeira; a dança; a vestimenta; o penteado; o culto das religiões de matriz africana; implementação da política de cotas; participação em movimentos sociais, como o movimento negro; e atuação em instituições de pesquisa acadêmico-científica, como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, por exemplo.

Com a instituição do 20 de novembro, como data de resistência para lembrar o assassinato do líder Zumbi dos Palmares e em contraponto ao 13 de maio, muitas ações como palestras, aulas, seminários e eventos, têm sido realizadas para reforçar e valorizar a herança negra.

Quilombo passou a ser sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra¹⁶⁷.

Lélia Gonzalez: intelectual amefricana contra o racismo e sexismo

A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos etc.

¹⁶⁶ NASCIMENTO, Beatriz. [narração]. In: **ORÍ**. Direção: Raquel Gerber. Rio de Janeiro, Brasil: Angra Filmes, 1989.

¹⁶⁷ RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006. p. 124.



Lélia de Almeida Gonzalez foi antropóloga, filósofa, professora, escritora, intelectual e integrante do movimento negro e feminista. Nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 1935, numa família com 13 filhos. Em 1942, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, por ocasião da contratação seu irmão, Jaime de Almeida, como jogador de futebol pelo Flamengo¹⁶⁸.

Vale destacar que concluiu o ensino médio com muita dificuldade no Colégio Pedro II, em 1954, e graduou-se em História e Geografia, e depois em Filosofia, pela atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foi professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho e diretora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Além de contribuir para o surgimento de movimentos negros na década de 1970 e 1980, Lélia Gonzalez foi o grande nome na formação de grupos de mulheres negras espalhados pelo país, como o Aqualtune, Luiza Mahin, Grupo de Mulheres Negras do RJ, Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, Centro de Mulheres de Favelas e Periferias e Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo¹⁶⁹.

Deve-se ressaltar que, neste período, Lélia também inicia suas publicações em periódicos e faz comunicações orais em eventos nacionais e internacionais abordando a situação da mulher negra, diante da combinação entre racismo e sexismo. Para ela, são dois campos em construção: o ativismo e a vida acadêmica¹⁷⁰.

A autora foi uma mulher negra que contribuiu para abalar as estruturas de uma sociedade racista e sexista. A sua atuação se dava na organização de redes, marchas, eventos, festivais culturais, grupos de estudos e de militância, bem como publicação e tradução de textos. Ela era uma intelectual que transitava com facilidade nos movimentos sociais e uma militante com presença marcante na academia. Em palestra realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Angela Davis sinalizava o importante papel de Lélia Gonzalez nas reflexões sobre gênero, raça e classe em nossa sociedade.

Muito antes do conceito de interseccionalidade ter sido utilizado, Lélia Gonzalez insistia que não só deveríamos compreender a complexa interrelação de raça, classe e gênero, mas insistia também que deveríamos ter em mente as nossas conexões, os nossos elos com a comunidade indígena, as conexões entre

¹⁶⁸ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 02 fev 2020.

¹⁶⁹ RATTTS, 2010.

¹⁷⁰ RATTTS, 2010, p. 4.

os povos indígenas e os povos negros. E essa é uma das lições que nós nos EUA precisamos aprender com a história do feminismo negro no Brasil¹⁷¹.

Lélia Gonzalez morreu em 10 de julho de 1994, deixando um legado para o movimento negro, movimento feminista negro e intelectuais que desejam dar visibilidade a seu trabalho e contribuir para que o país diminua drasticamente os índices de racismo e machismo.

Conclusão

Neste artigo, evidenciou-se a necessidade de reconhecimento das contribuições das mulheres negras na luta por garantia de direitos e enfrentamentos às tentativas de dominação patriarcal, racial e de relações de gênero. Aqui também procurou-se apontar o legado de resistências e a contundente contraposição aos processos de epstemicídios, na medida em que são as mulheres negras em suas agências que realizam o alargamento das tecnologias de resistência com vista à continuidade da vida e a ampliação do campo epistemológico, a partir da herança de seus postulados e contributos para luta contra esse contexto adverso vivenciado pelas mulheres negras, que carregam os indicadores de maiores vulnerabilidades, pobreza e miséria, violência obstétrica, além do fato de que a criminalização do aborto impacta mais diretamente as mulheres negras. Esse segmento sócio racial, que é alijado do mundo do trabalho, sofre grande desprestígio do trabalho manual e não são reconhecidas em seu trabalho intelectual, em razão dos atravessamentos pelo racismo, machismo, sexismo e patriarcalismo.

Diante disso, tomar os itinerários de mulheres negras aqui apontadas, reconhecendo-as no lugar de produção de conhecimento, de problematizações e direcionamentos dos problemas sociais atuais, de mulheres intelectuais que denunciam a surdez/mudez diante dos quadros sócio raciais de violências empreendidas é fundamental. Carolina Maria de Jesus, Sorjourner Truth, Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, entre outras tais como, Luiza Mahin, Dandara, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Aquatune, entre outras, são mulheres que apresentam importantes performatividades, que nos leva a reconhecer o legado do feminismo negro, que apontam as questões interseccionalizadas para além das questões ligadas à representatividade e beleza negra, apontando a urgência da necessidade de ter mulheres negras em posições de poder, que questionam a estrutura excludente e exploratória do sistema capitalista, e que se juntam a outras em uma estrutura

¹⁷¹ DAVIS, Angela. Conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”. 1 vídeo (150 min). Publicado pelo canal TV UFBA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyZZap9I>. Acesso em: 17 jun 2022.





de tempo espiralar gerando força motora para o processo de aquilombamento reivindicado por Beatriz Nascimento.

Aqui empreendeu-se esforços para destacar e reconhecer a importância do legado das mulheres negras no aprimoramento das políticas públicas de ações afirmativas, que elaboram rupturas no racismo e patriarcalismo estrutural, diante do quadro sociopolítico que vem sendo desenhado ao longo da História, e da afirmação dos espaços para movimento sociais ressurgente com base nos postulados, posturas e lutas de mulheres negras.

Data de Submissão: 02/03/2022

Data de Aceite: 20/05/2022

Referências Bibliográficas

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ANDRADE, Luciana; MATOS, Marlise. A criminalização da violência contra as mulheres no Brasil: de “legítima defesa da honra” à violação dos direitos humanos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 2, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984.

HALL, Stuart. O espetáculo do “Outro”. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016, p. 139-219.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo**. Trad. Bhuvli Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.



JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

NASCIMENTO, Beatriz. [narração]. In: **ORÍ**. Direção: Raquel Gerber. Rio de Janeiro, Brasil: Angra Filmes, 1989.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Tania Maria Gomes da; BARBOSA, Flavia Cristina Silva. Exclusão e violência social na perspectiva da escritora Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e mãe solteira. **Revista CESUMAR**, v. 23, n. 2, p. 309-326, jul./dez. 2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. In.: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES: UM DIÁLOGO ENTRE SABERES HISTÓRICOS E PSICANALÍTICOS

GENDER VIOLENCE AND SUBJECTIVES: A DIALOGUE BETWEEN HISTORICAL AND PSYCHOANALITIC KNOWLEDGE



EMILLY CHRISTINA DAMASCENO DE ALMEIDA¹⁷²

HEVELLYN CIELY DA SILVA CORRÊA¹⁷³

Resumo

A violência de gênero contra as mulheres configura-se enquanto um fenômeno de múltiplas facetas e, nesse sentido, não se reduz ao dano à integridade física, sobrepondo-se aos modos de subjetivação, isto é, aos modos como determinados sujeitos se constituem e são afirmados socialmente (BANDEIRA, 2014). Diante disso, o presente artigo objetiva compreender como se construíram, historicamente, as violências que atualmente tipificam-se como violências de gênero, sobretudo a sua dimensão simbólica que destina as mulheres ao lugar de objetos do discurso e produz sofrimentos psíquicos. Para tanto, ao partir de perspectivas histórica e psicanalítica, recorre à noção de negação da palavra pública proposta por Michele Perrot (1998) e tem como recorte a escuta freudiana oferecida às mulheres ditas “históricas”, a partir dos quais pôde-se verificar que um real enfrentamento a esta problemática requer um olhar cuidadoso e crítico, fundamental para pensá-la não como um fenômeno individual, tampouco como uma demanda exclusivamente de cunho social.

Palavras-chave: violência de gênero; violência simbólica; subjetividade; histeria; psicanálise.

Abstract

Gender violence against women is configured as a phenomenon of multiple facets and, in this sense, it is not reduced to damage to physical integrity, overlapping the modes of subjectivation, that is, the ways in which certain subjects are constituted and are affirmed socially (BANDEIRA, 2014). In view of this, the present article aims to understand how the violence that is currently typified as gender violence was historically constructed, especially its symbolic dimension that assigns women to the place of objects of discourse and produces psychological suffering. In order to do so, from historical and psychoanalytic perspectives, it resorts to the notion of denial of the public word proposed

¹⁷² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC FAPESPA. E-mail: emillyalmeida2091@gmail.com.

¹⁷³ Psicanalista. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: hevellyn@ufpa.br.



by Michele Perrot (1998) and uses the Freudian listening offered to so-called “hysterical” women, from which it was possible to verify that a real confrontation with this problem requires a careful and critical look, fundamental to think about it not as an individual phenomenon, nor as an exclusively social demand.

Keywords: Gender violence; Symbolic violence; subjectivity; Hysteria; Psychoanalysis.

Introdução

A problemática das violências de gênero – como pauta reivindicatória das militâncias feministas e objeto de estudo das ciências humanas – é relativamente recente. A década de 1980 marca o momento em que a violência contra a mulher é evidenciada pelos feminismos e, com a introdução da categoria de análise *gênero*, amplia-se a própria concepção de violência, o que contribuiu para uma melhor compreensão dos seus caracteres plural e estruturante dos modos de organização social que têm como base a diferença sexual¹⁷⁴. Nesse sentido, as violências de gênero revelam-se enquanto um fenômeno de múltiplas facetas, o qual não se reduz ao dano à integridade física, atravessando os modos de subjetivação, isto é, os modos como determinados sujeitos se constituem e são reconhecidos no tecido social.

Esta dimensão da violência é o foco do presente trabalho, o qual será direcionado para duas perspectivas: histórica e psicanalítica. Na medida em que compreendemos tais perspectivas enquanto fundamentais para pensar a violência não como um fenômeno individual, tampouco como uma resposta exclusivamente de cunho social, nossa investigação buscará se debruçar nas possíveis interseções entre sujeito e cultura, que tornam as violências de gênero um fenômeno complexo e, como tal, requer um olhar cuidadoso e crítico.

Diante disso, a partir do diálogo estabelecido entre as militâncias feministas e as ciências humanas, verificamos que a compreensão das violências de gênero e modos de subjetivação necessariamente perpassa pela historicização da dicotomia público/privado¹⁷⁵. Ao contrário do que se pressupunha nas clássicas teorias políticas, tal dicotomia revela-se enquanto um dispositivo, de caráter ideológico, estreitamente vinculado à construção moderna dos modelos de masculinidade e feminilidade. Destaca-

¹⁷⁴ BANDEIRA, L.; AMARAL, M. Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feminista, gênero e raça/cor/etnia. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 48-85, 2017.

¹⁷⁵ OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.



se a tentativa de invisibilização da divisão sexual do trabalho na base da dicotomia público/privado, a qual manteve o espaço privado do lar e o modelo burguês de família transcendentemente de seus cunhos histórico e político.

Desse modo, historicizar a delimitação entre a esfera pública e a esfera privada não apenas contribui para evidenciar as relações de poder e as violências que estruturam o ambiente doméstico, como também as consequências concretas sobrepostas aos corpos, às sexualidades e às representações das mulheres – em última análise, as violências vinculadas à imposição desse modelo de feminilidade, cuja negação da palavra pública¹⁷⁶ é um de seus principais operadores, com efeitos sociais e subjetivos.

Das violências contidas na recusa e invalidez da palavra dita feminina, tem-se a histerização deste corpo, isto é, o controle de suas sexualidades e das maneiras pelas quais o corpo feminino é significado socialmente, produzindo sofrimentos particulares, porém, com estreita relação com o lugar público ocupado pela mulher ou, para ser mais preciso, recusado à mulher¹⁷⁷. É nesse sentido que nossa perspectiva psicanalítica irá se direcionar às mulheres do século XIX identificadas como histéricas, as quais estavam submetidas ao modelo de feminilidade que lhes negava sobretudo o direito à palavra; sendo a escuta freudiana um espaço de circulação de suas narrativas, temos um significativo recorte para evidenciarmos estas violências que não necessariamente alcançam o corpo físico (embora perpassem-no), mas, e sobretudo, são produtoras de subjetividades.

Portanto, diante da noção, já antecipada neste preâmbulo e mais detalhada a seguir, de negação da palavra pública, e tendo como recorte a escuta freudiana oferecida às mulheres, a qual inaugurou o próprio trabalho psicanalítico e a noção de inconsciente, o presente artigo tem como objetivo melhor compreender como se construíram, historicamente, as violências que atualmente tipificam-se como violências de gênero – sobretudo a sua dimensão simbólica produtora de subjetividades. Para tanto, divide-se em: i) apresentar a concepção moderna de público/privado e a proposta perrotiana de negação da palavra pública à qual as mulheres estavam submetidas; ii) discorrer acerca da origem social do sofrimento sintomático das histéricas na clínica psicanalítica, estreitamente vinculado à imposição do modelo moderno de feminilidade; e iii) destacar a problemática da violência de gênero contra a mulher na contemporaneidade, a partir da intersecção de saberes.

Público/privado, masculinidade/feminilidade

¹⁷⁶ PERROT, M. (1998). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

¹⁷⁷ KEHL, M. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.



A concepção de público e privado é relativa ao contexto cultural, histórico e político de um determinado período e, portanto, a sua delimitação é variável. Diante disso, para uma melhor compreensão das violências de gênero, justifica destacar a dicotomia público/privado construída na Europa a partir do século XVIII, sob a qual delimita-se um modelo de indivíduo pautado na razão e uma nova configuração da vida social: agora, essa seria dividida entre a esfera pública – sobretudo o espaço político no qual o indivíduo racional ganharia voz – e a esfera privada – o espaço doméstico, inviolável, que tem como centro a família.

Embora sobrepostas enquanto verdades absolutas e universais, transcendentais aos seus caracteres histórico e ideológico, tais delimitações acompanharam o estabelecimento de um discurso hegemônico no qual também dicotomiza-se masculino/feminino, masculinidade/feminilidade. Nesse sentido, na base da dicotomia moderna público/privado encontra-se o construto da diferença sexual e as relações de poder estruturantes da esfera privada e do modelo burguês de família – fatos estes invisibilizados pelas clássicas teorias políticas¹⁷⁸.

Desse modo, de acordo com Perrot, uma compreensão crítica das esferas pública e privada necessita evidenciar como se deu, historicamente, a construção ocidental de diferença sexual. É o que a autora denomina de divisão sexual dos espaços¹⁷⁹, isto é, um modo de organização espacial da vida social e, em última análise, de divisão sexual do trabalho. Assim, não apenas delimitam-se os espaços público e privado: do primeiro, representado sobretudo pelo espaço político, as figuras masculinas estariam aptas a participar – capazes, por excelência, do exercício da racionalidade. Em relação ao espaço privado, representado pelo lar e pela família, esse estaria irredutivelmente destinado às mulheres.

Esta tentativa de vinculação moderna entre privado-feminilidade-mulher é destacada por Kehl como uma produção inédita de discursos a partir dos quais buscou-se

promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade, [relegando-as a] um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade.¹⁸⁰

A maternidade, assim, conjugaria diferentes atributos e funções restritas às mulheres, unindo o cuidado e o privado sob o signo da marca biológica da reprodução.

¹⁷⁸ OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: *Rev. Estudos Feministas*, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.

¹⁷⁹ PERROT, M. (1998). *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

¹⁸⁰ KEHL, 2007, p. 47-48.



Nesse sentido, como pontuado por Perrot, dois principais argumentos sustentaram tais discursos: o naturalista e o utilitário¹⁸¹. Em relação ao primeiro, tem-se a busca por uma base biológica da diferença sexual e, portanto, da dicotomia público/privado. Aqui, se constrói a noção de que as mulheres “formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes”¹⁸² e, portanto, um modelo de “Mulher” reduzido a um corpo sexuado destinado às funções reprodutivas e domésticas.

Por sua vez, o argumento utilitário, que tem como base o naturalista, encontra-se na supervalorização deste modelo de “Mulher” linearmente ligado ao privado, à feminilidade e às funções que em específico esse corpo exerceria. Funções essas que, em última análise, estariam assegurando o átomo da sociedade burguesa: a família. Assim, assegurar um bom funcionamento da família seria, para este discurso hegemônico, assegurar o bom funcionamento da sociedade como um todo. Em última análise, é de modos de subjetivação e afirmação social de que se trata: esta nova concepção de “Mulher” concebe a adequação ao imperativo da feminilidade como o principal meio de as mulheres afirmarem-se e serem reconhecidas socialmente, além de normatizar seus desejos e modos de existência.

É interessante observar as contradições nesta delimitação do espaço doméstico destinado às mulheres e do modelo burguês de família pelo qual estariam encarregadas de zelar – os quais passam a ser concebidos como predeterminados. Sob a ilusória noção de igualdade entre os sexos nesse espaço, o imperativo de “Rainhas do Lar” encobre a dinâmica familiar hierárquica centrada na dominação masculina. Como pontuado por Perrot¹⁸³, a esfera privada do lar é um reflexo da própria organização da sociedade burguesa baseada na desigualdade entre os sexos e, no lugar onde, supostamente, garante-se o direito individual – imprescindível à lógica liberal –, as mulheres também têm seus corpos e suas subjetividades violados. O que se verifica é uma naturalização das violências que atravessam os corpos femininos dentro do ambiente doméstico – naturalização essa que só se tornou uma problemática dois séculos depois e, ainda assim, se reatualiza nos lares contemporâneos¹⁸⁴.

¹⁸¹ PERROT, 2017.

¹⁸² KEHL, 2007, p. 48.

¹⁸³ PERROT, 2017.

¹⁸⁴ BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.



Como já ressaltado, as violências constituintes da dicotomia público/privado perpassa pelos dispositivos espaciais, isto é, pela divisão sexual dos espaços físicos. Contudo, é necessário destacar a dimensão simbólica dessas violências sobrepostas às mulheres, das quais o dano à integridade física representa a máxima – e, ainda assim, não se dá de maneira isolada. É nesse sentido que Perrot proporrá a noção de negação da palavra pública, na medida em que trata do

caso da palavra das mulheres. [...] O que é recusado às mulheres é a palavra pública. [...] Se trata sempre de *uma palavra não convidada, jorrada das fraturas e das margens*. Pois o poder, mesmo herético, teme a palavra das mulheres. Ele fechou-lhes a boca rapidamente. *Restaurar a ordem é impor silêncio às mulheres*¹⁸⁵ (grifo nosso).

Assim, embora Perrot discorra sobretudo acerca da participação política das mulheres, a partir de tal noção podemos evidenciar a impossibilidade de reconhecimento e afirmação enquanto sujeitos no tecido social ou, para ser mais preciso, a impossibilidade de uma afirmação social que escape à lógica privado-feminilidade-mulher, configurando-se como um tipo de violência. A negação da palavra pública serve-se enquanto um dispositivo que submete as mulheres à condição de Outro¹⁸⁶, incapazes de narrarem suas próprias histórias enquanto sujeitos. Portanto, “a palavra não convidada” estaria aqui vinculada às tentativas das mulheres de rompimento com o modelo de feminilidade imposto, tentativas essas que, como Perrot resalta, é temida e, sistematicamente, silenciada.

Paralelo a esta construção do íntimo como lugar privilegiado das mulheres, irá se construir também o público como lugar eminentemente masculino, no qual aos homens é demandada a execução dos papéis em que “razão”, “política” e “virilidade” se contrapõem a “emoção”, “cuidado” e “delicadeza” demandados das mulheres. Neste sentido, o movimento sócio-histórico que constrói padrões de feminilidade, constrói igualmente a masculinidade, delimitando os papéis que sustentam esta mesma divisão sexual e social, o que deve ser destacado para nossos objetivos, já que pensar a violência de gênero, também por seu viés social, implica a não naturalização dos principais agentes desta violência. Ou seja, mesmo que não nos dediquemos em específico à construção da masculinidade, temos em nosso horizonte que a violência de gênero parte da própria engrenagem social que sustenta o masculino e o feminino, este com o signo de inferioridade em relação àquele.

¹⁸⁵ PERROT, M. (1998). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 463-464.

¹⁸⁶ BEAUVOIR, S. (1949). *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.



Perrot, em obras como “Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”¹⁸⁷ e “As Mulheres ou os silêncios da História”¹⁸⁸ faz um longo trabalho buscando compreender os sentidos construídos historicamente em torno do feminino, mostrando o papel coadjuvante dedicado à mulher desde a passagem da monarquia para o Estado republicano, cujo marco é a revolução francesa, até a revolução industrial, em que o trabalho das mulheres nas fábricas era acompanhado de ideais que, mesmo que as distinguissem da figura da mulher burguesa, mantinham a hierarquia entre os sexos dentro da classe trabalhadora. De modo geral, a pesquisa histórica direcionada à construção do modelo burguês do Estado Democrático de Direito mostra que, para além das bandeiras por igualdade, o feminino se mantém referido a um imaginário de menor poder.

Esta busca pelas origens do imaginário que, ainda hoje, se atualiza de diferentes maneiras na sociedade, vai ainda mais longe com a análise empreendida por Federici¹⁸⁹ sobre o lugar do feminino na idade média, onde a autora mostra o quanto a figura da bruxa vinculada ao feminino foi de extrema importância para ascensão de uma classe burguesa, que precisava garantir a reprodução e aumento da população na Europa na baixa idade média, ao mesmo tempo em que buscava um acúmulo de terras, mostrando assim uma politização das práticas eróticas e da maternidade. Numa certa oscilação entre registro corporal e os papéis sociais, o que salta aos olhos, nestes diferentes marcos históricos, é a tentativa de circunscrever o feminino em um ou outro destes lugares, havendo assim uma construção discursiva da feminilidade que, qualquer tentativa de escape, encontra diferentes formas de violência.

De acordo com Kehl¹⁹⁰, as tentativas de rompimento com a construção discursiva da feminilidade historicamente foram submetidas à dispositivos de controle – saberes filosóficos, políticos, teológicos, médicos, científicos – os quais, em última análise, patologizaram o que escapasse ao construto da diferença sexual. É o caso das histéricas do século XIX, um significativo retrato de mulheres em tensionamento com o modelo de feminilidade, o qual negava-lhes sobretudo o direito à palavra, isto é, o direito de terem as suas falas validadas. Neste quadro é que Freud, em alguma medida, irá romper com

¹⁸⁷ PERROT, 2017.

¹⁸⁸ PERROT, 2005.

¹⁸⁹ FEDERICI, S. (2004). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação** primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

¹⁹⁰ KEHL, 2007.



este movimento patológico sem, contudo, abandonar completamente alguns pressupostos acerca do feminino.

A escuta da palavra feminina pela psicanálise

Tomar a histeria como paradigma inicial da psicanálise para pensar as possíveis fissuras na noção de feminino, e as violências que tal noção imprime, parece um contrassenso, já que, de saída, falamos de um homem (Freud) construindo saberes a respeito de mulheres e, ainda que se contrapondo a saberes outros, também construídos majoritariamente por homens, não deixamos de reconhecer as linhas sociais que parecem inescapáveis e nos levam de volta à leitura de Perrot (1998): aos homens, o lugar da razão. Sem nos afastar defensivamente deste quadro, a partir de seu reconhecimento podemos pensar o quanto a contradição está colocada não apenas nesta produção masculina de saber sobre o feminino, mas também, e sobretudo, naquilo que a histeria tem de escape à busca de conhecimento e, assim, se impôs como aquilo que Kehl destaca como a “salvação das mulheres”, uma vez que carrega consigo a denúncia de todo o edifício patriarcal da virada do século XIX para o século XX¹⁹¹.

Desta maneira, o significante “salvação” não diz respeito ao fenômeno clínico que imprime grande sofrimento, através de conversões no corpo, tampouco está ligado de forma inequívoca à mulher¹⁹², mas nos ajuda a tomar a histeria como algo que se fez escutar e, reiteradamente, se recusar aos parâmetros médicos e filosóficos de seu tempo. Em relação à psicanálise, sua importância é ainda maior, pois é do recolhimento disto que se faz escutar, que a noção de inconsciente deixa de ser pensada apenas em oposição à consciência e volição¹⁹³, e é tomada em estreita relação com a sexualidade. Destarte, o fenômeno clínico passa a reverberar a opressão da mulher, naquilo que não cabe nas amarras, aparentemente inescapáveis, do social, a saber, a sexualidade.

A partir de um interesse médico, de apreender um quadro que contradizia a neurologia e a psiquiatria¹⁹⁴, o que Freud¹⁹⁵ encontra é a sexualidade como aquilo que não se apaga, mesmo diante da moralidade burguesa que supõe um lugar fixo para a

¹⁹¹ KEHL, 2007.

¹⁹² Como o próprio termo Histeria (do grego *Hystéra*: útero) vem demarcar sua estreita relação com a mulher, demonstrando uma associação com o feminino muito antes dos trabalhos freudianos.

¹⁹³ Aqui compreendida enquanto função psíquica ligada à ação, através da qual uma decisão é tomada conscientemente.

¹⁹⁴ GARCIA-ROZA, L. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

¹⁹⁵ FREUD, S. (1895). Estudos Sobre a Histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.



mulher, e com isso podemos dizer que alcança um terreno que também interessa ao feminismo. A este respeito, diz Iaconelli:

Se o diagnóstico de histeria é a interpretação patologizante do sofrimento da mulher frente à opressão social em tempos de discurso patriarcal e, ao mesmo tempo, pedra fundamental do método psicanalítico, então, a relação entre psicanálise, mulher e feminismo se mostra inextricável. Se o sintoma histérico é o “pontapé inicial” da escuta psicanalítica e, ao mesmo tempo, uma das forças de resistência das mulheres em tempo de feminismo nascente, talvez não possamos pensá-los separadamente.¹⁹⁶

Em que pese as diferenças entre feminismo e psicanálise, tanto em seus fins quanto em seus meios, podemos afirmar que o interesse pelo caráter erótico, escancarado pela histeria, aponta para as bases repressivas que circulam no social. Assim, a associação entre feminino e privado, que anteriormente debatemos, não pode mais ser explicada apenas pelas condições materiais e econômicas, pois nela se revela também a natureza sexual que se busca reprimir. O importante passo psicanalítico, neste sentido, não se trata apenas de criar saberes sobre o sofrimento feminino, mas de apontar que, justamente a partir do fracasso dos ideais repressores hegemônicos, temos notícias do sujeito e da cultura.

O sexual, assim, é retirado da concepção exclusivamente biológica, vinculada à procriação, e religiosa, cuja tradição judaico-cristã se coagula com a moralidade moderna; encontrando manifestações também no sintoma histérico, o qual, a um só tempo, traz sofrimento e revela modalidades de satisfação estranhas à consciência. Com isso, a própria concepção de violência encontra outras dimensões, na medida em que implica também um caráter simbólico e, considerando que o tratamento psicanalítico que daí partiu dá grande importância à fala e à linguagem¹⁹⁷, revela que as consequências psíquicas de tal violência alcançam não apenas aquelas mulheres que padeciam de um quadro sintomático de histeria.

Esta perspectiva do caráter simbólico da violência sofrida pelas mulheres está situada na leitura de Freud sobre a histeria, na medida em que o autor retira o quadro clínico de um fenômeno que pudesse ser explicado unicamente pelas manifestações corporais, cujas respostas médicas bastariam, e lhes confere a dimensão inconsciente, a

¹⁹⁶ IACONELLI, V. Mulher Falada. In: FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018, p. 45.

¹⁹⁷ O termo *cura pela fala*, usado pela paciente Anna O. para designar o trabalho de Breuer e Freud (1895) que, segundo ela, promoveria uma “limpeza de chaminé”, mostra novamente a importância da histeria na inauguração do próprio método psicanalítico, cuja importância da fala, mesmo com as mudanças ocorridas nos conceitos e no modo de se pensar a dinâmica clínica, mantém sua importância até os dias atuais.



qual está ligada à fala e à linguagem. No entanto, é com Lacan¹⁹⁸ que o simbólico alcança maior importância, dizendo respeito ao registro onde inconsciente e linguagem têm um caráter estrutural que, assim como diz respeito à singularidade de cada sujeito, está situado na cultura e seu modo de laço social. Logo, a noção de violência simbólica da qual partimos considera a dimensão do simbólico como algo que, por anteceder o sujeito e igualmente abrir-lhe possibilidades de mudanças via laço social, em muito contribui para pensarmos o alcance das diferentes violências perpetradas às mulheres, as quais não se limitam à violência física.

Por considerar os efeitos subjetivantes do simbólico, iremos nos direcionar às mulheres com quem Freud se deparou em seu consultório e as violências simbólicas a que estavam submetidas, que culminaram no sintoma histérico. Para tanto, recorreremos brevemente aos enunciados propostos por Kehl¹⁹⁹ acerca do romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, cuja personagem ficcional Emma Bovary representa de maneira precisa os tensionamentos entre as mulheres e a construção discursiva da feminilidade na passagem para a modernidade. Nas palavras da autora, “a tragédia de Emma revela, sobretudo, o aspecto da dificuldade, específica das mulheres de então, em criar discursos que respondessem a suas necessidades expressivas emergentes”²⁰⁰.

A narrativa de *Madame Bovary* vai se construindo sob duas contradições modernas: primeira, a noção burguesa de mobilidade social, a partir da qual o indivíduo teria a possibilidade de, ele próprio, traçar seu destino; a segunda, o lugar fixo destinado à mulher, representado pelo casamento, pela maternidade e pela família. É o que Kehl denomina de crise das mulheres modernas, “entre os anseios de tornarem-se sujeitos de um discurso e seu lugar preestabelecido como objetos do discurso formado pelos ideais de feminilidade de seu tempo”²⁰¹.

Embora a personagem de Flaubert não manifestasse o quadro patológico da histeria, tal como este seu sintoma parte da impossibilidade de afirmar-se sujeito para além da lógica privado-feminilidade-mulher, do tensionamento entre tornar-se sujeito do discurso e ser objeto do discurso. Aí está a condição singular da mulher pontuada por Beauvoir, a qual:

descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, [...] O

¹⁹⁸ LACAN, J. (1953). O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai**; trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 9-54.

¹⁹⁹ KEHL, 2007.

²⁰⁰ KEHL, 2007, p. 105.

²⁰¹ KEHL, 2007, p. 182.



drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial²⁰².

Nas mulheres escutadas por Freud, esta reivindicação fundamental de todo sujeito, barrada pelos ideais de feminilidade, encontrou sua saída no sintoma histérico – a palavra jorrada das fraturas e das margens, como bem formulou Perrot (1998). Em Madame Bovary, suas saídas foram diversas – seja através do casamento, do adultério, do consumismo e, até mesmo, do suicídio. A palavra não convidada de Bovary, tal como das históricas, que denunciava o sistema falido do constructo da diferença sexual, obteve como resposta a violência: foi patologizada pelo saber psiquiátrico, significada como um delírio, um escape patológico à realidade e, portanto, deveria ser “curada” ou, mais precisamente, silenciada. Violência essa, portanto, não necessariamente contida em atos agressivos, mas igualmente manifesta na recusa à palavra, que perpassa por esta tentativa de fixar a mulher na posição de objeto do discurso, no qual

Seus anseios latentes não encontram lugar ou palavra; discurso que ela é (ainda) incapaz de dominar ou modificar a seu favor, inscrevendo nele um significante que a represente enquanto sujeito. A resposta a esta forma específica de “mais-alienação” e à impossibilidade de levar adiante [...] os impasses entre os ideais da feminilidade e as demais perspectivas abertas para as mulheres pela modernidade foi a histeria.²⁰³

A resposta a que Kehl se refere não necessariamente se reduz ao patológico, a uma doença. Sobretudo, o sintoma deve ser aqui compreendido como uma demanda particular de cada sujeito, não isolada de reivindicações coletivas. Nesse sentido, cabe-nos pontuar o aspecto das particularidades, imprescindível à Psicanálise, sem a pretensão de escapar às circunstâncias sociais sob as quais os sintomas histéricos e os sintomas de Madame Bovary foram se constituindo, correndo o risco de recairmos na ilusória dicotomia indivíduo/sociedade. Assim, evidenciar as saídas particulares de cada mulher, uma a uma, diante do discurso da feminilidade, tal como Freud se propôs a fazê-lo, é uma forma de contrapor-se ao discurso hegemônico que ao rechaçar o particular também reproduz formas de violência. Como Kehl destaca, “cada mulher em particular é um sujeito em construção, e a feminilidade, um conjunto de representações que tentam produzir uma *identidade* entre todas as mulheres; mas que, por isso mesmo, não pode dar conta das questões de cada sujeito”²⁰⁴ (grifo da autora).

²⁰² BEAUVOIR, 1949, p. 23.

²⁰³ KEHL, 2007, p. 109-110.

²⁰⁴ KEHL, 2007, p. 111.



Portanto, o não dar conta das particularidades de cada sujeito revela a impossibilidade de as mulheres encarnarem, por absoluto, o modelo de “Mulher” imposto: há algo que sempre, em alguma medida, escapará à lógica privado-feminilidade-mulher, como nas históricas e em Madame Bovary. E é na medida em que a violência contra as mulheres não necessariamente perpassa pelo corpo físico para ser igualmente danosa que reiteramos a sua dimensão simbólica, produtora de subjetividades, a qual encontra na negação da palavra e no rechaço das particularidades seu principal meio de exclusão social. Como pontuado por Bandeira²⁰⁵, a principal dificuldade na problemática das violências de gênero está em não considerar esta sua dimensão simbólica, naturalizando a lógica discursiva da dicotomia masculinidade/feminilidade que a estrutura. Nesse sentido, o enfrentamento à violência de gênero contra a mulher necessita pôr em destaque essa lógica discursiva que submete as mulheres à condição de objeto do discurso.

A violência de gênero contra a mulher na contemporaneidade: intersecção de saberes

Diante da análise proposta até aqui, é imprescindível destacarmos o atual cenário. Desde o final do século XX, houve consideráveis avanços, sobretudo nas dimensões política e legislativa, a partir das quais se propôs a elaboração, a nível mundial, de uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher²⁰⁶. A nível nacional, tem-se a promulgação da Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, pioneira na politização das violências sobrepostas às mulheres no espaço privado do lar. O reconhecimento político das mulheres enquanto um grupo social e a tipificação das violências com as quais defrontam, decorrentes de reivindicações feministas e de promissoras pesquisas realizadas na área das ciências humanas, contribuíram para evidenciar as violências de gênero enquanto uma problemática e, assim, desnaturalizar o construto da diferença sexual e, em última análise, a lógica discursiva da masculinidade e feminilidade.

Contudo, na medida em que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁰⁷, a qual vem realizando monitoramento desde meados da década de 1990, a

²⁰⁵ BANDEIRA, 2017.

²⁰⁶ BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.

²⁰⁷ OMS. (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva, World Health Organization. Disponível em:



violência de gênero contra a mulher tornou-se um problema de saúde pública no mundo todo, com um aumento alarmante de casos notificados e subnotificados, cabe-nos refletir, sem desconsiderar tais avanços, sobre a manutenção da lógica que submete as mulheres a objeto do discurso e, portanto, como tem se reatualizado na contemporaneidade. É nesse sentido que Bandeira²⁰⁸ proporrá a intersecção de saberes como um meio possível para um real enfrentamento às violências de gênero, o qual leve em consideração a complexidade de tal fenômeno.

Partimos da proposta de Bandeira para refletir sobre os possíveis diálogos entre os feminismos e a psicanálise, entre saberes históricos e psicanalíticos com os quais nos debruçamos no decorrer do presente estudo, e quais as contribuições destes para esse real enfrentamento. Considerar a dimensão simbólica das violências de gênero contribui para que sejam destacados o dano às subjetividades das mulheres e a impossibilidade de plenamente afirmarem-se socialmente, fatos produtores de sofrimentos psíquicos. E, nesse sentido, pensar em sofrimentos psíquicos decorrentes das violências de gênero requer um certo olhar crítico e cuidadoso na medida em que são produtos de um contexto histórico, social e político e, igualmente, estão atrelados a saídas particulares de cada sujeito.

Portanto, a intersecção entre saberes históricos e psicanalíticos permite justamente lançar luz, sem desconsiderar o dano ao corpo físico, às formas pelas quais as violências se estruturam em modos de organização social que têm como base o construto da diferença sexual, bem como se sobrepõem, historicamente, às tentativas de rompimento com a lógica discursiva da masculinidade e feminilidade (como no caso das mulheres ditas históricas). Além disso, reitera o rechaço ao particular como igualmente danoso, na medida em que massifica e essencializa o processo de “tornar-se mulher”, servindo como uma manutenção da lógica de submissão a objeto do discurso.

Ao seguirmos pela proposta de Bandeira, ressalta-se a necessidade de também se lançar luz sobre os marcadores sociais de raça e classe que se interpõem nas (im)possibilidades de afirmação social das mulheres. Embora o referido trabalho tenha se limitado a um determinado grupo social, consideramos que as violências simbólicas presentes na tentativa de fixar as mulheres como o Outro do discurso, produtoras de sofrimentos psíquicos, perpassa pelo racismo estrutural, como vemos em pesquisas de

http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=FBCBD50EB427197C30F36768EDAF47B3?sequence=3.

²⁰⁸ BANDEIRA, 2017.



Lélia Gonzalez²⁰⁹, Angela Davis²¹⁰ e Françoise Vergès²¹¹, o que reforça o caráter complexo das violências de gênero, as quais alcançam também a produção de conhecimento sobre este tema.

Conclusão

A título de conclusão deste exercício de pensamento, podemos afirmar que um real enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres parte das complexidades de tal fenômeno, em convergência, não exaustiva, entre reivindicações coletivas e demandas particulares. Para tanto, requer não apenas que as tomem enquanto pauta política, no sentido de uma proposta interventiva e pontual, mas principalmente que tais pautas considerem as lógicas discursivas da masculinidade e feminilidade que, historicamente, se construíram.

Neste sentido, aponta-se para a necessidade de elaboração de pesquisas que se debrucem sobre a dimensão simbólica das violências de gênero e, aqui, destacamos o frutífero espaço de diálogo entre os feminismos e a psicanálise²¹² que toma as diferenças entre si como molas propulsoras de discussões e atravessamentos. Operando entre pressupostos históricos e psicanalíticos, torna-se possível destacar violências constituintes que passam sobretudo pela negação da palavra, pelo lugar fixo destinado às mulheres que lhes nega o direito fundamental de narrarem suas próprias histórias enquanto sujeitos.

Data de Submissão: 25/02/2022

Data de Aceite: 21/05/2022

Referências Bibliográficas

AMBRA, P. E. S & SILVA JR., N. S. **Histeria e Gênero: sexo como desencontro**. São Paulo: nVersos, 2014.

²⁰⁹ GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

²¹⁰ DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

²¹¹ VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

²¹² LAGO, M. C. S. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, 2010, p. 189-204. AMBRA, P. E. S & SILVA JR., N. S. **Histeria e Gênero: sexo como desencontro**. São Paulo: nVersos, 2014. FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018.



BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 02, p. 449-470, 2014.

BANDEIRA, L. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. et al. (orgs.). **Mulheres e Violências: Interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 14-35.

BANDEIRA, L.; AMARAL, M. Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feminista, gênero e raça/cor/etnia. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, p. 48-85, 2017.

BEAUVOIR, S. (1949). **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. (2004). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação** primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018.

FREUD, S. (1895). Estudos Sobre a Histeria. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

IACONELLI, V. Mulher Falada. In: FRANÇOIA, C; PORCHAT, P. & CORSETTO, P. (Orgs.). **Psicanálise e Gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Calligrafie, 2018, p. 45-50.

KEHL, M. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

LACAN, J. (1953). O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai**; trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 9- 54.

LAGO, M. C. S. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, 2010, p. 189-204.

OKIN, S. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, v. 02, n. 16, p. 305-332, 2008.

PERROT, M. (1998). **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, M. (1998). **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.



COLONIALISMO, COLONIALIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM OLHAR PARA AS REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NA LITERATURA BRASILEIRA.



COLONIALISM, COLONIALITY AND GENDER VIOLENCE A LOOK AT THE
REPRESENTATIONS OF THE FEMALE FIGURE IN BRAZILIAN LITERATURE.

STEPHANIE MIRANDA DOS SANTOS²¹³

GUSTAVO DOS SANTOS SOUZA²¹⁴

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar reflexões com base nos livros *Grande Sertão: Veredas* (1956), *O Cortiço* (1890), *Dom Casmurro* (1899), *As Meninas* (1973), *O Calor das Coisas* (1980) e *Correio Para Mulheres* (2006), apontando as variações das perspectivas literárias nas quais as mulheres eram vistas como subalternas, evidenciando a violência de gênero atravessada por concepções colonialistas. O estudo realiza um levantamento bibliográfico de abordagem analítica e qualitativa, o qual obteve referências no campo das investigações literárias e históricas para a sua análise e elaboração. Os resultados dessa pesquisa indicam que, a partir do paralelo que foi traçado entre as figuras femininas da literatura brasileira e as concepções teóricas sobre o colonialismo e a colonialidade, é possível delinear diferentes condições sociohistóricas das quais foram sujeitas as mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Colonialismo; Colonialidade; Mulheres; Literatura.

Abstract

This article aims to present reflections based on the books *Grande Sertão: Veredas* (1956), *O Cortiço* (1890), *Dom Casmurro* (1899), *As Meninas* (1973), *O Calor das Coisas* (1980) and *Correio Para Mulheres* (2006), pointing out the variations of the literary perspectives in which women were seen as subaltern, evidencing the gender violence crossed by colonialist conceptions. The study carries out a bibliographic survey with an analytical and qualitative approach, which obtained references in the field of literary and historical investigations for its analysis and elaboration. The results of this research indicate that, from the parallel that was drawn between the female figures in Brazilian literature and the theoretical conceptions about colonialism and coloniality, it is possible to delineate different socio-historical conditions to which women in society were subjected.

²¹³ Pós-graduada em Metodologias do ensino da Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica pela Universidade Unopar (UNOPAR). Licenciada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

²¹⁴ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB). Licenciado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).



Keywords: Colonialism; Coloniality; Women; Literature.

O colonialismo e a colonialidade enquanto fenômenos reforçadores da violência de gênero

Para melhor compreensão da ótica pela qual as obras literárias foram analisadas, vale conceituar que o colonialismo se refere a “dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes” (QUIJANO, 1992, p. 11)”, cujo rompimento é chamado de *descolonização*. Já a colonialidade, diz respeito “ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial” (SANTOS, 2018, p. 4), dos quais os questionamentos que rompem com essa lógica social, política e epistemológica são denominados de *decolonialidade*.

Segundo SANTOS e SOUZA (2021, p.87), o processo colonial “fez emergir consequências em diferentes comunidades internacionais, que adveio da “necessidade” preconceituosa (e inventada) de se alcançar uma hegemonia”, sendo essa hegemonia sociocultural, econômica e de gênero, visto as relações de poder estabelecidas a partir do patriarcado.

É possível pensar na superação do patriarcado – ainda muito presente na contemporaneidade – como forma de combate à violência de gênero e o rompimento com a lógica retrógrada da subalternização e submissão feminina. Sobre a superação dessa concepção, Candau (2012), apesar de direcionar o seu foco para a educação, aponta a interculturalidade como um caminho a ser trilhado rumo à reparação das desigualdades históricas, englobando as questões de gênero:

Trata-se de questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da História entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros. Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (CANDAU, 2012, p. 244).

Walsh (2019) conceitua a interculturalidade não como um termo simplista que se refere apenas ao contato entre diferentes culturas, mas sim como:



Uma configuração conceitual, uma ruptura epistêmica que tem como base o passado e o presente, vividos como realidades de dominação, exploração e marginalização, que são simultaneamente constitutivas, como consequência do que Mignolo chamou de modernidade/colonialidade (WALSH, 2019, p.14).

Dessa forma, é obtida uma resposta pelos inúmeros anos com os quais as mulheres sofreram/sofrem com colonialismo e a colonialidade, além de toda exploração e marginalização étnico-culturais também decorrentes desses fenômenos. Isso nos leva a refletir sobre outro termo teórico, a interseccionalidade, cujo conceito explana o entrecruzamento de diferentes formas de opressão, gerando “desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sendo assim, enxergamos o patriarcalismo enquanto um sistema de opressão que, negativamente dialoga com o colonialismo/colonialidade, visto a perpetuação das concepções patriarcais durante a colonização propriamente dita e após sua suposta dissociação. Entretanto, para evitarmos uma petulância que pode levar ao equívoco e por nos fundamentarmos em intelectuais que investigam especificamente os contextos pós-coloniais, não nos aprofundamos na interseccionalidade, construindo assim as nossas análises sobre a violência de gênero a partir da perspectiva decolonial, que busca a transformação sociocultural, política e epistemológica de hegemonias opressoras por meio da interculturalidade.

Vale ressaltar que a violência de gênero não é considerada fruto do colonialismo, visto tamanhas evidências de que a mulher já se encontrava em posição subalterna antes mesmo do início da colonização no Brasil, entretanto, “do processo colonial emergiram contextos que, dentro da subalternização de comunidades colonizadas, a mulher era encontrada ainda mais rebaixada, tornando esse discurso um reprodutor da inferiorização feminina” (SPIVAK, 2014 apud SANTOS; SOUZA, 2021, p. 87).

Parte da perpetuação da figura feminina enquanto sujeito subalterno se dá a partir da lógica binária difundida pelo colonialismo e pela colonialidade, onde há a possibilidade de encontrar “uma forma de distribuição desigual de poder entre dois termos de uma oposição” (SKLIAR, 2003, p. 114), podendo se manifestar ainda:

A denominação e dominação do componente negativo que se opõe àquele considerado essencial e, digamos, natural: por sua vez ou simultaneamente, o marginal, o indigente, o louco, o deficiente, o viciado em drogas, o homossexual, o imigrante, a mulher, etc... ocuparam e ocupam os espaços do



ser-alteridade; uma alteridade cuja relação com o eu normal permitiu a progressiva destruição de toda ambiguidade, a aniquilação de qualquer outro indeterminado que esteja ou queira estar fora dessa oposição. O outro da oposição binária, então, não existe fora do primeiro termo, mas dentro dele, como sua imagem velada, como sua expressão negativa, como sendo necessitada de correção normalizadora (SKLIAR, 2003, p. 115).

Sendo assim, o binarismo apresentado pela lógica colonial compreende um contexto em que a mulher é colocada em uma posição ainda mais marginalizada, pois segundo Souza e Santos (2021):

A subalternização da mulher dentro da situação de dominação colonial é exibida quando refletimos acerca da sua atribuição a obscuridade em relação ao gênero masculino, uma vez que são tidas como uma contrapartida avessa aos paradigmas dominantes patriarcais, cujos parâmetros são estabelecidos pelo homem branco, hetero, europeu e cristão (SKLIAR, 2003 apud SANTOS; SOUZA, 2021, p.88).

Dessa mesma maneira é estabelecido o papel da mulher dentro da sociedade em que houve a colonização e permanece a colonialidade, podendo haver uma hegemonia de gênero onde o homem é quem ocupa a posição privilegiada. Entretanto, mesmo dentro dessa hegemonia masculina, há inquietações, visto que a figura dominante é encontrada continuamente em contato com a sua oposição binária (a mulher), que tensiona a estabilidade hegemônica (BHABHA, 1998; SKLIAR, 2003 apud SANTOS; SOUZA, 2021). Em um contexto geral, “a ideia de igualdade e representatividade infringe as estruturas de dominação que legitimam a posição superior do homem dentro da sociedade colonial” (SANTOS; SOUZA, 2021, p. 89).

Desse modo, diversas dimensões da vida humana são atravessadas pelo colonialismo e pela colonialidade, sendo a literatura uma delas. Visto isso, o próximo tópico se debruça sob um olhar histórico pós-colonial para a construção de reflexões literárias, já que “a partir da teoria pós-colonial, podemos enxergar os resultados desastrosos da colonização e observar a nova estética literária” (OLIVEIRA; PARADISO, 2012, p. 60).

As representações da figura feminina na literatura brasileira entre os séculos XIX e XX

Quando se trata das representações da figura feminina na literatura brasileira entre os séculos XIX e XX, é importante ressaltar as contribuições da crítica literária feminista a partir dos anos de 1960 e 1970, que impulsionou “o processo de desconstrução dos padrões literários existentes, calçados em ideologias de gênero” (ROSSINI, 2014, p. 289).



Antes desse período, as mulheres eram silenciadas e impedidas de se emancipar no campo literário e contribuir com questionamentos sobre os discursos predominantes, “desnudando-lhes o modo de funcionamento, desmascarando os processos de naturalização das diferenças hierarquizadas de gênero e, conseqüentemente, problematizando o cânone literário estabelecido” (ROSSINI, 2014, p. 289).

De acordo com Lúcia Zolin (2007), a emancipação feminina no campo da literatura ainda não modifica a condição das mulheres com relação à igualdade entre os gêneros por inteiro, mas ajuda na construção de uma nova literatura, exaltando o ponto de vista da mulher e, em consequência, explorando uma nova perspectiva feminista. O que antes estava focado somente em questões estéticas, domésticas e familiares, agora também considera a independência e a autonomia financeira dois dos fatores cruciais para o universo feminino.

Na crônica “Trabalho”, de Clarice Lispector, ainda que as mulheres possuíssem um trabalho e um cenário além do conforto de casa para se apegar, a figura feminina das crônicas clariceanas, quando saía do ambiente doméstico e familiar do seu lar, se sentia privada de estar em contato com as pessoas que ela mais amava, como se a vida moderna fosse um momento de afastamento familiar por ela não estar em casa em determinados períodos do dia:

Nota-se, no entanto, cada vez mais aumentar o número de mulheres que trabalham fora e entre as casadas fazem um bom grupo. Vê-se aí que, apesar do seu desejo de permanecerem em casa, as mulheres saem para os empregos, premidas pelas contingências da vida moderna. Querem ver casa sua provida de todas as coisas que significam conforto, bem-estar... E se esquecem de que privam os seus entes queridos de sua pessoa que, para eles, é o mais importante! (LISPECTOR, 2006, p. 250-251).

No decorrer do século XX, algumas mulheres mudaram significativamente os seus ideais – embora ainda não igualmente – em todos os aspectos da vida pública, e isso fez com que muitos escritores começassem a escrever histórias que refletissem essas mudanças.

Dessa maneira, enquanto Clarice escrevia as suas crônicas pensando na realidade das mulheres da sua época, Nélide Piñon, no conto “I love my husband”, buscava fazer o mesmo, trazendo a representação da mulher como submissa de uma maneira triste e melancólica, quando atualmente ela não precisa mais viver desse modo. Nesse caso, a protagonista insiste na ideia porque foi esse o ensinamento que os seus pais lhe deram:



Já viu, filha, que coisa mais bonita, uma vida nunca revelada, que ninguém colheu senão o marido, o pai dos seus filhos? Os ensinamentos paternos sempre foram graves, ele dava brilho de prata à palavra envelhecimento. Vinha-me a certeza de que ao não se cumprir a história da mulher, não lhe sendo permitida a sua própria biografia, era-lhe assegurada em troca a juventude. Só envelhece quem vive, disse o pai no dia do meu casamento. E porque viverás a vida do teu marido, nós te garantimos, através deste ato, que serás jovem para sempre. Eu não sabia como contornar o júbilo que me envolvia com o peso de um escudo, e ir ao seu coração, surpreender-lhe a limpidez. Ou agradecer-lhe um estado que eu não ambicionara antes, por distração talvez. E todo este troféu logo na noite em que ia converter-me em mulher. Pois até então sussurravam-me que eu era uma bela expectativa. Diferente do irmão que já na pia batismal cravaram-lhe o glorioso estigma de homem, antes de ter dormido com mulher (PIÑON, 2011, p. 21-22).

A forma que o conto retrata que eles estão apenas seguindo o curso natural da vida é uma realidade triste para uma mulher que precisa de liberdade. Nesse mesmo texto, em uma tentativa corajosa de se livrar dessa insatisfação, a esposa retrata:

Ah, quando me sinto guerreira, prestes a tomar das armas e ganhar um rosto que não é o meu, mergulho numa exaltação dourada, caminho pelas ruas sem endereço, como se a partir de mim, e através do meu esforço, eu devesse conquistar outra pátria, nova língua, um corpo que sugasse a vida sem medo e pudor. E tudo me treme dentro, olho os que passam com um apetite de que não me envergonharei mais tarde. Felizmente, é uma sensação fugaz, logo busco o socorro das calçadas familiares, nelas a minha vida está estampada. As vitrines, os objetos, os seres amigos, tudo enfim orgulho da minha casa. (PIÑON, 2011, p. 22)

Apesar de, no conto, ela ter retornado para casa, essa era e ainda é a realidade de muitas mulheres que buscam manter os ideais propostos pelos anos anteriores. Contudo, o que antes era retratado como uma situação prazerosa e até mesmo indispensável, no texto, Nélide apresenta o contrário. A esposa, ao invés de se sentir bem servindo o marido, o que ela mais desejava era fugir daquela função e seguir a vida de outra maneira.

Em uma comparação entre a crônica “O que os homens não gostam”, de Clarice, e o conto de Nélide, a diferença entre esses dois pensamentos se tornam ainda mais interessantes:

Uma coisa é certa: nós, mulheres, desejamos e temos o dever de agradar aos homens. Ou, pelo menos, ao homem que amamos, não é verdade? Assim sendo, a preferência masculina deve ser levada em consideração sempre que nos vestirmos e enfeitarmos (LISPECTOR, 2006, p. 17).

Como em uma conversa de rotina, Clarice trazia dicas para que as mulheres pudessem seguir e agradar os seus companheiros, e tudo isso de uma maneira muito



espontânea e, de certa forma, satisfeita, enquanto a personagem de Nélida queria fugir exatamente dessas situações e não sabia como:

Não posso reclamar. Todos os dias o marido contraria a versão do espelho. Olho-me ali e ele exige que eu me enxergue errado. Não sou em verdade as sombras, as rugas com que me vejo. Como o pai, também ele responde pela minha eterna juventude. É gentil de sentimentos. Jamais comemorou ruidosamente meu aniversário, para eu esquecer de contabilizar os anos. Ele pensa que não percebo. Mas, a verdade é que no fim do dia já não sei quantos anos tenho. E também evita falar do meu corpo, que se alargou com os anos, já não visto os modelos de antes. Tenho os vestidos guardados no armário, para serem discretamente apreciados. Às sete da noite, todos os dias, ele abre a porta sabendo que do outro lado estou à sua espera. E quando a televisão exhibe uns corpos em floração, mergulha a cara no jornal, no mundo só nós existimos (PIÑON, 2011, p. 22-23).

Segundo Appel (2010), a protagonista estava vivendo uma realidade que era desejada apenas pelo seu marido, e não por ela, e em muitas passagens da narrativa ela se mostra insatisfeita com a sua própria vida: “fui aprendendo que a minha consciência está a serviço da minha felicidade ao mesmo tempo está a serviço do meu marido” (PIÑON, 2011, p. 22), representando ainda mais esse ponto de vista.

Em alguns momentos, os autores utilizavam as suas personagens para expressar opiniões, liderar pensamentos e discursar a respeito dos seus pontos de vista mais relevantes, tornando a voz única das minorias femininas um tema comum em muitos romances sobre amadurecimento que permite que cada escritor estabeleça uma identidade separada para os seus personagens e para eles mesmos.

No romance *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, predominam três figuras femininas muito representativas para o movimento pós-modernista, onde cada uma delas reflete uma camada importante da sociedade.

Lorena, a estudante de direito ligada a uma universidade pública em greve dispõe de muito tempo para pensar em si, na dissonância entre suas raízes aristocráticas e as existências tão díspares de suas amigas, além do amor platônico que nutre por M. N., homem casado e, provavelmente, imaginário. Ganha relevo nesse percurso, preenche de intersecções de ordem identitária, o movimento pendular que se estabelece entre a aceitação e a negação da realidade, numa sinalização de que o/a leitor/a está diante de uma identidade, no mínimo, deslocada em relação ao status quo feminino sancionado pelo senso comum. Em face da qual, não seria exagero pensar na possibilidade de a origem dos principais conflitos que a balizam residir no choque entre as práticas de poder, de ordem imperialista, que lhe marcam as origens e seus contrapontos, possivelmente, da ordem da subalternidade colonial (ZOLIN, 2007, p. 59, grifo do autor).

O senso comum que acompanhou Lorena durante toda a sua vida fez com que ela se redescobrisse como mulher. Os ensinamentos pregados pela sua família agora não



tinham mais o mesmo significado para ela. A mulher-personagem e mulher-escritora, de acordo com Ferreira e Nascimento (2002), passaram a proceder ainda mais na discussão dos conflitos da realidade feminina e começaram a procurar no passado a imagem da mulher em meio a um sistema patriarcal escravocrata.

O *quo feminino* citado acima diz respeito ao estado atual das mulheres da idade de Lorena, com representações mais valorizadas e independentes, bem como as outras duas personalidades apresentadas por Lygia no livro, a de Lia e Ana Clara:

Já para Lia, o tempo que lhe sobra em função da greve universitária é revertido para sua militância política junto a outros estudantes empenhados na resistência ao autoritarismo da ditadura militar. Há que se salientar nessa trajetória feminina deslocada em relação ao eixo referencial – herdado dos tempos do império – de que dispunha a mulher de então, o duplo movimento na construção de si e dos valores sociais que a movem: a escritura do livro que, num momento de tensão, rasga por julgá-lo incapaz de denunciar os descalabros dos “anos de chumbo”, resvalando para o tom sublime de sua subjetividade; e a militância política de esquerda, a partir da qual se acredita capaz de interferir na ordem vigente e de edificar-se como partícipe da história do país e, certamente, das mulheres brasileiras. (ZOLIN, 2007, p. 59).

A imagem da mulher militante se tornou ainda mais recorrente no final do século XX. A personagem de Lia, por exemplo, é vista principalmente em busca de solidariedade e justiça por queixas pessoais, com apenas um compromisso secundário com as ideologias políticas mais amplas ou visões que são atribuídas apenas aos seus colegas homens.

Outra personalidade feminina muito comum salientada pelo livro é a de Ana Clara. Ela simboliza a camada de mulheres que não tinham condições muito boas quando eram menores e que sofriam com a violência sexual e a dependência química precoce.

Ana Clara (Ana Turva), por outro lado, não só não se envolve com questões políticas como se empenha em enriquecer a qualquer custo, a fim de superar as perdas acumuladas desde a infância pobre, que vão das necessidades mais básicas ao abuso sexual. No entanto, nem o casamento com o namorado rico e “escamoso” se realiza, já que a família dele lhe exigia a virgindade desde há muito perdida, nem sua carreira de modelo deslancha. O fracasso, a miséria e, sobretudo, as drogas e o álcool a conduzem à morte (ZOLIN, 2007, p.60).

As três mulheres analisadas por Zolin manifestam a interpretação de alguns dos vários universos femininos mundiais apresentados por Lygia Fagundes Telles na literatura, dissociando a ideia de que os textos literários escritos por mulheres sobre mulheres eram muito escassos e tímidos para tratarem de assuntos que envolviam relações de gênero. Ainda para Zolin (2007, p. 53), a literatura feminina passou a ter a tarefa de “desnudar e pôr na berlinda as estruturas reguladoras da opressão feminina, de tal modo a desnaturalizar e abalar o binarismo”.



Nas décadas anteriores às narrativas acima, mulheres como Capitu, Rita Baiana e Diadorim também entram no cenário das personagens que foram importantes para a história da literatura brasileira. Uma característica notável entre essas protagonistas é que os seus “defeitos” não são apenas o centro do palco, eles são o que tornam cada uma dessas mulheres figuras marcantes e distintas.

Maria Capitolina, ou apenas “Capitu”, em representação ao Realismo, é uma das personagens mais conhecidas e debatidas de Machado de Assis. A história de Capitu é narrada pelo seu marido, Bento Santiago ou “Bentinho”, que é apenas um homem velho e amargo escrevendo as suas memórias. Ele relembra os tempos de escola com o seu melhor amigo Escobar e a sua obsessão de infância por Capitu.

A personagem, por sua vez, era sempre descrita como uma garota muito esperta, brincalhona, sedutora e manipuladora. Os seus olhos, que eram um dos fortes artifícios para a sua sedução e manipulação, transcreviam firmemente a mulher por trás da figura errante e indefesa de Capitu.

Santos e Silva (2014) destacam que, devido a desconfiança de Bentinho sobre a fidelidade da sua esposa, a maneira como a personagem é descrita por ele no decorrer do livro é traçada por uma porção de ambiguidades que fazem com que os leitores interpretem a figura de Capitu de duas maneiras: a primeira delas apresenta a personagem como uma mulher adúltera, amarga e sem caráter, e a segunda, por ela ser o alvo principal dos ciúmes doentios de Bentinho, uma mulher sem voz, que participava da história de vida do marido de uma maneira passiva, tendo sempre do lado um homem abusivo, possessivo e lunático.

De acordo com Lúcia Miguel Pereira (1995), Bentinho só agia dessa maneira porque Capitu era uma figura superior e que se destacava em meio às outras mulheres da sua idade. Como ele mesmo a descreveu na obra: “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem.” (ASSIS, 2016, p. 49). Bentinho era tão apaixonado por Capitu que se tornou um homem desconfiado e ciumento:

Quando o leitor dá acordo de si, a situação está armada. A Capitu está uma linda mulher, de atrativos bem femininos, o Bentinho um rapaz cheirando a seminário. Antes de nascer no espírito do Bentinho, a dúvida nasce no leitor, sem que o autor diga nada. Casado com uma mulher de fogo, ele próprio mais propenso à interiorização, desconfiado de si, Bentinho não podia deixar de ter ciúmes. Ciúmes doentios, dolorosos; que fizeram dele quase um assassino e que o levaram à misantropia? Ou fundados? (PEREIRA, 1995, p. 273).



Mais tarde, Ana Maria Machado, no romance contemporâneo *A Audácia Dessa Mulher*, traz trechos do que poderia ser considerado um diário escrito por Capitu. Nele, é possível observar a história de *Dom Casmurro* a partir da perspectiva de Maria Capitolina Pádua. A personagem afirma que os ciúmes de Bentinho foram o que tornaram a relação dos dois ainda mais carregada e insociável:

Às vezes, basta-lhe que eu pareça indiferente e seus ciúmes se manifestam. Chega a ter ciúmes de tudo e de todos. Um vizinho, um par de valsa, qualquer homem, moço ou maduro, o enche de terror e desconfiança. Só saio em sua companhia, mas mesmo assim se enche de preocupações. Perco até a alegria em ir a um teatro ou um sarau. A tal ponto que ontem eu nem quis acompanhá-lo a uma estreia de ópera. Preferi dizer que tinha adoecido, queixei-me da cabeça e do estômago, mas insisti para que ele fosse sozinho. Porém não demorou, voltou ao fim do primeiro ato — o que foi bom, pois assim encontrou nosso amigo que vinha chegando para lhe falar de uns processos (MACHADO, 1999, 86).

No livro *Capitu* também afirma que foi Bento quem traiu ela com a sua melhor amiga, Sancha, e não o contrário: “Não foram intrigas, ninguém me contou. Eu mesma vi, de repente. Não sei há quanto tempo isso já ocorre, sem que eu visse ou suspeitasse” (MACHADO, 1999, p. 87).

Apesar dos dois romances terem sido escritos em épocas e por autores diferentes, para Grigolo (2018), um livro é um artifício tão poderoso e mágico que um pode facilmente ter a capacidade de continuar o outro, apesar dos séculos e do estilo literário que rege em determinada época.

Já no romance naturalista *O Cortiço*, predomina a figura repleta de sensualidade nacional e lascívia de Rita Baiana. No decorrer do livro, Jerônimo, o português gerente da pedreira de João Romão, ao observar Rita Baiana dançando, se apaixona instantaneamente por ela:

E Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda a alma pelos olhos enamorados. Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lugarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca. Isto era o que Jerônimo sentia, mas o que o tonto não podia conceber (AZEVEDO, 2018, p. 39).



Por Jerônimo ser descrito como um homem primitivo e português, todas e quaisquer propriedades brasileiras que ele presenciava eram classificadas de maneira totalmente nova e secreta.

De acordo com Mendes (2004), ele já havia conhecido o clima, as frutas e os aromas brasileiros, mas nunca o apelo da sexualidade nacional que, dadas as circunstâncias do livro, apenas mulheres como Rita Baiana pareciam ter. Ela era vista como uma conflagração de sensualidade e lascívia que “tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante.” (AZEVEDO, 2018, p. 39).

Em meio à imagem popular das mulheres apresentadas e idolatradas durante o século XX, Rita Baiana é identificada de maneira antagônica e nada comparada às figuras da alta classe média alta e previamente descritas por Clarice Lispector. Isso se dá pelo fato dela se vestir de maneira humilde e sedutora, além, também, do seu comportamento com os homens e com a vida ser totalmente o contrário daqueles que eram ensinados às mulheres do século XX:

E viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua cama de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher. Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar com os quadris, e em seguida sapateava, miúdo e cerrado, freneticamente, erguendo e abaixando os braços, que dobrava, ora um, ora outro, sobre a nuca, enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, tirilando (AZEVEDO, 2018, p. 38).

Quando Rita Baiana dança, é visível a tensão sexual que a sua coreografia representa e o desejo que ela acaba despertando nos rapazes do cortiço. Jerônimo é o homem que descreve e representa todas as outras figuras masculinas que se encantavam por ela todos os dias.

No livro *Grande Sertão: Veredas* (1956), a personagem modernista Maria Diadorim, a criação do grande Graciliano Ramos, ao contrário das outras personagens



supracitadas, apresenta a ideia de negação à imagem feminina e passa a assumir a identidade de Reinaldo Diadorim.

A atitude da personagem de se transformar em um homem é desencadeada a partir da sua eterna contemplação do seu pai, Joca Ramiro, e pela sua ânsia de cumprir com devoção todos os propósitos e enfrentamentos que o pai acabou deixando para trás depois da sua morte. Lima (2019) ressalta que no livro não perduram motivos específicos para Diadorim ter visto na morte do pai um artifício para se tornar um jagunço, mas que a sua real vontade era de mostrar que o fato dela ser mulher não anula o seu direito de luta e de liberdade. Essa prática é considerada muito comum em um espaço de “donzelas guerreiras” apresentadas pela literatura:

E eu era igual àqueles homens? Era. Com não terem mulher nenhuma lá, eles sacolejavam bestidades. – “Saindo por aí”, – dizia um – “qualquer uma que seja, não me escape!” Ao que contavam casos de mocinhas ensinadas por eles, aproveitavelmente, de seguida, em horas safadas. – “Mulher é gente tão infeliz...” – me disse Diadorim, uma vez, depois que tinha ouvido as estórias. Aqueles homens, quando estavam precisando, eles tinham aca, almiscravam. Achavam, manejavam. Deus me livrou de endurecer nesses costumes perpétuos (ROSA, 1994, p. 237).

A maneira que os homens se dirigiam às mulheres, ainda segundo Lima (2019), pode ter feito com que Diadorim desistisse de viver como mulher. O seu gênero implícito só foi revelado depois da sua morte:

Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível; e levantei mão para me benzer – mas com ela tapei foi um soluçar, e enxuguei as lágrimas maiores. Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Urucuia, como eu soluzei meu desespero. O senhor não repare. Demore, que eu conto. A vida da gente nunca tem termo real. Eu estendi as mãos para tocar naquele corpo, e estremei, retirando as mãos para trás, incendiável: abaixei meus olhos. E a Mulher estendeu a toalha, recobrando as partes. Mas aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca. Adivinhava os cabelos. Cabelos que cortou com tesoura de prata... Cabelos que, no só ser, haviam de dar para baixo da cintura... E eu não sabia por que nome chamar; eu exclamei me doendo: – “Meu amor!...” (ROSA, 1994, p. 861-862).

A morte de Diadorim foi a única coisa capaz de revelar a personagem como mulher. Esse havia se tornado o único destino para a sua feminilidade: “A morte, nesse caso, não é apenas um meio para que ela volte à casa, mas aquilo que lhe cabe enquanto mulher em uma sociedade.” (TIBURI, 2013, p. 194).

Na crônica “Para as que trabalham fora”, de Clarice Lispector, um cenário feminino completamente oposto ao de Diadorim é integrado à realidade das mulheres lispectorianas. O texto descreve a figura da mulher como sendo essencialmente digna de



costumes femininos e delicados. Uma mulher, por ser mulher, deveria se portar como uma mulher, e não como um homem:

Conversa de “homem para homem” é o que parece que os seus antigos admiradores passam a desejar. Por quê? Olham-se ao espelho, não encontram falhas na beleza ou na elegância, e continuam a não compreender. Pois, minhas amigas, o que acontece é que elas esqueceram a sua condição de mulher. Se observarem a si próprias nos seus gestos, no seu tom de voz, se ouvirem suas próprias palavras, ficarão espantadas. Onde terão ficado a antiga coqueteira, a graciosidade que dantes as tornavam centro das atenções masculinas? Quando conversam, já não sorriem, as frases são objetivas, geladas, e nenhuma acolhida cordial aproxima-a do seu interlocutor (LISPECTOR, 2006, p. 19).

Ainda que, no texto, Diadorim tenha se tornado um homem por questões nobres e de família, esse tipo de comportamento era considerado um atrevimento irreversível e desrespeitoso naquela época.

Personagens literárias que descrevem a realidade e a necessidade das mulheres para com a sociedade, cujas descrições exemplificam a carência de reconhecimento e ativismo, provam que existe um lugar para o diálogo e que uma fala própria beneficia não apenas as mulheres, mas a tradição literária como um todo, contribuindo para a construção de caminhos que questionem, tensionem e quiçá rompam com a colonialidade que ainda afirma a figura feminina como um sujeito subalterno..

Considerações Finais

Em meio às mais variadas formas de representação da figura feminina nas obras literárias, o presente artigo salienta a necessidade de análise do referido período histórico cuja obra foi produzida, pois muitas dessas representações, embora pareçam transmitir um sentido positivo a respeito da mulher, não foram entendidas da mesma maneira no momento de sua produção.

Apesar desse fato, o motivo pelo qual as histórias das mulheres dos textos literários são sempre tão interessantes é que, em muitos aspectos, é uma nova área de estudo. Há muito tempo, a diversidade feminina vem sendo ignorada devido à posição inferior que as mulheres ocupavam em sociedades dominadas pelo patriarcado (marca do colonialismo e da colonialidade), resultando em políticas ativas para modificar e dominar as culturas sexuais e as normas de gênero de qualquer indivíduo.

Por esse motivo, o ônus da literatura feminina surge como uma forma de categorizar e criar uma nova área de estudo que inclua um grupo de pessoas marginalizadas pela história e, dessa mesma maneira, explore, por meio dos seus escritos,



como eram as suas vidas enquanto ocupavam um espaço sociopolítico único dentro da sua cultura. Nesse sentido, as histórias das violências de gênero contra as mulheres perpetuam na literatura como um modo de apresentar as mulheres da ficção como um reflexo da rica diversidade da existência feminina, visto que a literatura brasileira é precisamente capaz de representar de forma realista um lado íntimo da vida da mulher e, portanto, de revelar a sua situação dentro da sociedade, ainda que não de maneira universal.

Referências Bibliográficas

- APPEL, M. L. G. “A escrita feminina contemporânea: retratos de uma época”. In.: Revista Signos, v. 31 n. 1, p. 51-57, 2010. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/689>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.
- AZEVEDO, A. **O Cortiço**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- CANDAU, V. M. F. “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”. In.: Revista Educação e Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem. 10 (1), p. 171-188. Jan. 2002.
- FERREIRA, S. L.; NASCIMENTO, E. R. do. **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.
- GRIGOLO, D. **A construção intertextual de A Audácia Dessa Mulher, de Ana Maria Machado**. 2018. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2018.
- LISPECTOR, C. **Correio Para Mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- LIMA, G. G. S. de. **Diadorim e o mito da donzela-guerreira: uma leitura de Grande Sertão: Veredas**. 2019. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.
- MACHADO, A. M. **A Audácia Dessa Mulher**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.



MENDES, L. **Rita Baiana: nação e sexualidade em O cortiço**. In.: FILHO, D. S. de A.; MAIA, R. M. de A. Livros e ideias: ensaios sem fronteiras. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

OLIVEIRA, D. de C. B. T.; PARADISO, S. R. “**Gênero e colonialismo: a violência contra a mulher e a colonização em Our Lady of the Massacre (1979), de Angela Carter**”. In.: Revista Pontos de Interrogação, v. 2, n. 1, p. 59-74, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1533>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PEREIRA, L. M. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1995.

PIÑON, N. **O Calor das Coisas**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2011.

QUIJANO, A. “**Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**”. In.: Revista “Perú Indígena”, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Agilar, 1994.

SANTOS, G. P. dos; SILVA, Lara Ferreira da. **A suposta traição no romance Dom Casmurro: um olhar sobre o ciúme patológico de Bentinho**. In.: NOLETTO, I. A. C.; GONÇALVES, J. A. H. R. **Teoria e Crítica Literária**. Teresina: IFPI, 2020.

SANTOS, V. M. dos. “**Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência**”. In.: Revista Psicologia e Sociedade, v. 30, p. 2-11, 2018.

SANTOS, S, M; SOUZA, G. S. **O Papel de Parede Amarelo: a obra literária enquanto estudo representativo da condição da mulher na história**. In.: NAGLIS VIEIRA, C. M.; SANTOS, S, M; SOARES, M. A. de A. **Escritos na Diversidade: diálogos interculturais na educação**. Belém: RFB Editora, 2021.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

TELLES, L. F. **As Meninas (1973)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TIBURI, M. **Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão**. In.: Estudos feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 191-207, 2013.

WALSH, C. **Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial.** In.: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. v. 5, n. 1, p. 47-62, 2019.

ZOLIN, L. O. **O matador, de Patrícia Melo: gênero e representação.** Revista Letras. Curitiba, v. 71, n. 71, p. 53-63, 2007.





SOCIEDADE, PODER E FEMINISMO: REPRESENTAÇÕES PATRIARCAIS E IGUALDADE DE GÊNERO NA LITERATURA UTÓPICA REPRESENTADAS NA OBRA FICCIONAL “TERRA DAS MULHERES”, DE CHARLOTTE PERKINS GILMAN

SOCIETY, POWER AND FEMINISM: PATRIARCHAL REPRESENTATIONS AND GENDER EQUALITY IN UTOPIAN LITERATURE REPRESENTED IN THE FICTIONAL WORK “HERLAND”, BY CHARLOTTE PERKINS GILMAN

FRANCISCA CIBELE DA SILVA GOMES²¹⁵

Resumo

O presente artigo tem como estudo central as relações patriarcais no Ocidente a partir da ótica literária que foram apresentadas ao longo do livro Terra das Mulheres, de Charlotte Perkins Gilman em contraste com a perspectiva de igualdade de gênero, especificamente, entre o público feminino, que constituiu este novo país fictício isolado das demais civilizações mundiais. Sendo a problemática desenvolvida ao longo do estudo: como a concepção de patriarcado ocidental e a desigualdade social, política e econômica fruto da discrepância imposta aos gêneros foi concebido pela autora norte-americana na obra em questão? Tendo como objetivo geral: analisar as problematizações relacionadas a disparidade entre as relações masculinas e femininas feitas pelos personagens ao longo da sua obra literária. Portanto, os objetivos específicos, dentre eles, estão: descrever as especificações do patriarcado presente na literatura ficcional em questão; especificar a igualdade feminina exposta ao longo do enredo fictício e identificar as concepções do movimento feminista presente na literatura fictícia abordada neste trabalho acadêmico.

Palavras-chave: Terra das Mulheres; patriarcado; utopia; sociedade.

Abstract

The present article has as its central study the patriarchal relations in the West from the literary perspective that were presented throughout the book Land of Women, by Charlotte Perkins Gilman in contrast to the perspective of gender equality, specifically, between the female audience, that constituted this new fictitious country isolated from other world civilizations. The problem developed throughout the study is: how was the conception of western patriarchy and social, political and economic inequality as a result of the discrepancy imposed on genders conceived by the American author in the work in question? With the general objective: to analyze the problematizations related to the disparity between male and female relationships made by the characters throughout their literary work. Therefore, the specific objectives, among them, are: to describe the specifications of the patriarchy present in the fictional literature in question; specify the female equality exposed throughout the fictional plot and identify the conceptions of the feminist movement present in the fictional literature addressed in this academic work.

²¹⁵ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: cs6445758@gmail.com.



Keywords: Herland; patriarchy; utopia; society.

Introdução

A abordagem historiográfica e a concepção da sociedade através da literatura por muito tempo, especialmente nos anos predecessores à década de 1960, distanciaram-se. Pois, a primeira abordagem, respectivamente, era vista como uma análise imparcial, verossímil e uma tentativa de aproximar-se do real, mesmo considerando as limitações do tempo, espaço e da memória. No entanto, a abordagem literária foi marginalizada ao simples papel de espelho do mundo, distante da realidade e próxima, sobretudo, da imaginação.

Porém, conforme Pesavento,²¹⁶ o campo literário aproximou-se da historiografia, sobretudo, com o advento da história cultural na segunda metade do século XX. Onde novas abordagens e campos de conhecimentos passaram a ser analisados e explorados metodologicamente. Pois, ambas são reconfigurações do tempo, da realidade, da imaginação, tratam-se como distintas formas de abordar o mundo, entender o passado, rever o presente e pensar o futuro. Também constituem, em comunhão, diferentes estratégias narrativas que representam as inquietações de uma época, de um povo, de uma sociedade, os medos, os anseios, e as visões particulares de cada período histórico.

Neste caso, a obra “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman,²¹⁷ contextualizou em sua abordagem literária os problemas sociais de sua época, isto é, a década de 1900. Por meio de um esforço imaginativo, personificou um sistema político, econômico e social que questionou a realidade, propondo a igualdade entre os gêneros. Sobretudo, em um país onde o público feminino tornou-se líder matriarcal e provedor de um estilo de vida singular voltado para a autossuficiência de seu povo unicamente constituído por mulheres de distintas idades, fisionomias e intelectualidades.

Para Corrêa,²¹⁸ ao descrever os pensamentos da autora Charlotte Perkins Gilman representadas no livro em questão, refere-se como sendo relacionado a busca pela igualdade entre homens e mulheres, em relação aos direitos civis e suas necessidades de sobrevivência e liberdade de expressão.

²¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

²¹⁷ GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das Mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

²¹⁸ CORRÊA, Renata. Prefácio. In: GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das Mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.



No enredo da obra literária, o contato entre as ideologias da sociedade ocidental presente nos aventureiros e o novo país, que foi palco da sua empreitada, nota-se que os problemas da desigualdade de gênero em seu tempo são postos em xeque e visto como vergonha, e em outros momentos, como orgulho pelos personagens masculinos. Tornam-se, pontos de partida para questionamentos em relação à condição de vida da mulher em meio a expressão do poderio dos homens como sujeitos ativos e dominantes.

Portanto, tem-se como problemática a seguinte questão: como foram incorporadas as representações do que seria o patriarcado ocidental e as discrepâncias de gênero no enredo do livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman? Considerando o objetivo geral como sendo analisar as problematizações relacionadas as disparidades entre as relações masculinas e femininas feitas pelos personagens ao longo da sua obra literária.

Assim como, também considerando os objetivos específicos do presente artigo sendo eles: especificar a igualdade feminina exposta ao longo do enredo fictício, descrever as especificações do patriarcado ocidental presente na literatura ficcional em questão e identificar as concepções do movimento feminista presente na literatura fictícia abordada.

Conforme Hooks,²¹⁹ o desenvolvimento de uma sociedade igualitária em termo de gênero e direitos sociais, econômicos e políticos passou a ser uma luta do público feminino, sobretudo, no século XX, contrário ao predomínio do pensamento patriarcal. Este último, por sua vez, difundia que as mulheres, tanto físico como mentalmente, eram vistas como inferiores aos homens e suas funções estavam ligadas principalmente aos trabalhos domésticos.

Um anseio utópico que também esbarrou na crítica social aos padrões ocidentais de tratamento dos integrantes de suas sociedades ao expor os contrastes entre ambos os gêneros na obra fictícia “Terra das Mulheres”, de Charllotte Perkins Gilman. Conforme Hooks, ainda é motivo de luta contemporânea por melhorias e pela dignidade na condição de vidas das mulheres, pelo direito a independência pessoal, pela equidade salarial, pela liberdade, dentre outros.²²⁰

²¹⁹ HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luzia Libânio. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <https://eventos.uece.br/siseventos/processaEvento/evento/downloadArquivo.jsf;jsessionId=8E65CEC88575C950C8A94D6FA1D87AA3.eventoss2?nomeArquivo=67803062021193913.pdf&diretorio=documentos&id=678&contexto=ciclododebatesfeminismo2021>. Acessado em: 18 jan. 2021.

²²⁰ HOOKS, 2018.



Contrastando com a realidade apresentada no livro e em suas concepções igualitárias entre gêneros. Um pressuposto reivindicado na contemporaneidade e fruto de debates entre diversas mulheres por uma sociedade mais representativa e igualitária e menos patriarcal e desigual. Um mundo fictício que representou as necessidades ideológicas imediatas do público feminino em seus anseios e representações utópicas de um universo menos discrepante em termo de gênero e desrespeito.

História, Poder e Utopia igualitária: sociedade e representação do feminino na obra literária “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman

Ainda no início do século XX, a autora Charlotte Perkins Gilman, publicou o livro “Terra das Mulheres”, no ano de 1915. Esta obra propõe em seu enredo abordar uma sociedade utópica, em as mulheres tem plena liberdade para desenvolvem-se em termos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim como, também possuíam independência individual para administrar o país em questão e a segurança. Bem como, a sistematização da educação foi administrada apenas por mulheres, sem a presença masculina.

A obra fictícia foi dividida em doze capítulos, nos quais foram descritas as narrações de três homens, aventureiros e exploradores, ávidos por explorarem novas terras. E principalmente pelo anseio em conhecerem um país habitado unicamente por mulheres após descobrirem sua existência com os moradores próximo a região.

Ao longo da narrativa, pode-se perceber, conforme Matiolevitz, uma tênue divergência entre as percepções individuais de cada sujeito em relação à sociedade que adentraram.²²¹ Um misto de sensações e preconceitos que aglutinaram pensamentos padrões da sua região de origem, isto é, os Estados Unidos da América, com a percepção predominantemente feminina da “Terra das Mulheres”. Possibilitado pelas críticas aos costumes vigentes no mundo Ocidental e a comparação entre os dois modelos sociais expressos nos diálogos entre os estrangeiros e as nativas.

Logo, uma região governada apenas pelo público feminino, onde a liberdade, autonomia e o respeito entre os membros de seu agrupamento coletivo tornaram-se uma realidade em detrimento de uma realidade ainda marcada pela violência e a desigualdade

²²¹ MATIOLEVITCZ, Cássia Silva. **Herland: Utopia e Feminismo em Charlotte Perkins Gilman.** Trabalho de conclusão de curso (Dissertação /Mestrado). Curso de Pós-Graduação Strictu Sensu (Mestrado Acadêmico) Estudos Literários, Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Linguagem, Campus Tangara da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Dissertacao_final-Cassia%20Silva%20Matiolevitz.pdf. Acessado em: 31 jan. 2022.



de gênero presente nas sociedades ocidentais. A autora Charlotte Gilman se utilizou de seus ideais pessoais de independência feminina para idealizar uma nação igualitária constituída por mulheres²²².

A introdução do público feminino, segundo Hooks,²²³ como objeto de estudo na História ocorreu pela insuflada necessidade que os movimentos coletivos, iniciados ainda no século XIX, incorporaram as suas causas particulares. Assim como, o sufrágio feminino e o direito ao mercado de trabalho com oportunidades iguais ao público masculino. Foram essas necessidades que encabeçaram o desenvolvimento de diversos e heterogêneos movimentos sociais liderados pelas mulheres pelo direito em integrar uma sociedade mais democrática e igualitária, como o movimento sufragista, no século XIX, e o próprio feminismo, no século XX, “[...] como um programa para dar voz às mulheres, para construir espaços para que as mulheres falem”.²²⁴

A “Terra das Mulheres”, idealizado no romance de Charlotte Gilman,²²⁵ pode ser caracterizado como uma região onde o desenvolvimento econômico, social e político tem como figura central o público feminino. Por sua vez, está característica foi o motivo que despertou para uma missão exploratória composta por três homens: Terry O. Nicholson, rico e interessando em explorar terras desconhecidas, Jeff Margrave, médico e Vandyck Jennings, sociólogo. Tratava-se de aventureiros e exploradores em busca de desbravar terras desconhecidas. Inicialmente, foram responsáveis pela narração da história, especialmente o último sujeito mencionado. No qual, atuou como narrador da maioria dos acontecimentos nessa lendária viagem.

Em uma das suas andanças, os jovens aventureiros depararam-se com a história narrada por vários nativos de uma região inóspita. Onde constavam a existência de um país, distante do mundo ocidente e localizado em uma região pouco conhecida. Mas que era habitado apenas por mulheres. Segundo Gilman, nas descrições do personagem Vandyck Jennings:

[...] conforme avançávamos rio acima, em um emaranhado sombrio de flumens, lagos, pântanos e florestas densas, aqui e ali um comprido pico inesperado emergia das montanhas além, notei cada vez mais que os selvagens contavam uma história sobre uma estranha e terrível Terra das Mulheres, no alto. ‘Lá no alto’, ‘Ali em cima’, ‘Bem para lá’ – eram as únicas direções que

²²² GILMAN, 2018.

²²³ HOOKS, 2018.

²²⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e poder**. Rer. Social. Polít. Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23. jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNCsBf5r>. Acessado em: 01 fev. 2022. p. 15.

²²⁵ GILMAN, 2018.



foram capazes de dar, mas as lendas concordavam em um ponto: havia um estranho país sem homens, onde viviam apenas mulheres e meninas.²²⁶

Logo, as poucas descrições da localização da “Terra das Mulheres” fizeram com que se despertasse a curiosidade dos aventureiros. Visto que a existência de uma região habitada exclusivamente pelo público feminino parecia, no mínimo, uma descoberta surpreendente. Porém, conforme Gilman, na descrição realizada pela população local nos diálogos: “não era lugar para homens, perigoso. Alguns tinham ido ver, nenhum tinha voltado”.²²⁷

No entanto, a existência de uma região habitada unicamente por mulheres pareceu ainda mais atrativo, mesmo em meio aos receios da população local. Pois, para os três aventureiros seria improvável que a existência da mesma. Visto que eles não admitiam que o público feminino fosse capaz de montar e desenvolver uma sociedade sem a presença masculina. Segundo Gilman, nas descrições do personagem Vandyck Jennings:

– Admitindo o improvável – começávamos solenemente, e depois entrávamos na discussão outra vez. – Elas brigariam entre si – insistiu Terry. – Sempre brigam. Não vamos encontrar espécie alguma de ordem ou organização. – Está totalmente errado – retrucou Jeff. Será como um convento sob a direção de uma abadessa, uma irmandade pacífica e harmoniosa. Eu escarnei da ideia. – Freiras, claro! Suas irmandades pacíficas são todas celibatárias, Jeff, e sob os votos de obediência. Essas são apenas mulheres, e mães; onde à maternidade não há irmandade... não muita. – não, senhor...elas vão brigar – concordou Terry – E também não devemos esperar invenções e progresso; será totalmente primitivo.²²⁸

Para os aventureiros, a existência de uma sociedade administrada e composta apenas por mulheres seria pouco provável. Visto que sua existência pressuponha, para eles, em uma espécie de caos ou uma irmandade religiosa. E ainda atentam para a impossibilidade de serem vistos progressos científicos e tecnológicos em uma sociedade feminina. Na visão dos sujeitos masculinos, a existência de um país habitado por mulheres seria em meio a desordem ou a extrema ordenança ou até mesmo sem progresso e caracterizando-o como primitivo.

E ainda admitiram que seriam espécies de reis em meio a sociedade feminina. Segundo Gilman, nas descrições de Terry Nicholson: “– Vocês verão – insistiu ele. – vou fazer amizade com todas e jogar um grupo contra o outro. Serei eleito rei rapidamente. Ufa! Salomão vai ficar para trás!”.²²⁹ Portanto, o personagem tinha a impressão, pelo fato

²²⁶ GILMAN, 2018, p. 15.

²²⁷ GILMAN, 2018, p. 18.

²²⁸ GILMAN, 2018, p. 23.

²²⁹ GILMAN, 2018, p. 23.



de ser um homem em meio a um coletivo composto apenas por mulheres, seria visto como rei e teria suas vontades atendidas prontamente.

No entanto, admitindo que incorporavam representações preconceituosas sobre o feminino de sua época, o narrador Vandyck Jennings expressa, conforme Gilman, o ideário do duplo feminino, ou seja, por um lado seriam idealizadas como românticas, frágeis e sentimentais, mas por outro lado seriam vistas como: “[...] mulheres bonitas eram apenas um jogo, e as sem graça não valiam nem consideração”.²³⁰

Antes de adentrarem no território do país das mulheres, os aventureiros fizeram uma varredura aérea, e constaram que existiam cidades, campos e avistaram apenas uma população composta pelo público feminino. Fatores que aumentaram as suas curiosidades e sentindo-se embaçados, afirmaram que se tratava de uma região civilizada, mas não admitiram a inexistência de homens no território observado. Nas descrições de Vandyck Jennings, segundo Gilman: “–Nossa! – exclamou Terry depois de um tempo. – Só mulheres... e crianças –acrescentou Jeff, agitado. – Mas parecem...oras, é um país civilizado! – protestei, –Deve haver homens. – Claro que há homens – disse Terry. – Vamos lá, encontrá-los”.²³¹

Pelas experiências pessoais dos sujeitos em questão, a existência de uma civilização implicava a presença de homens em meio ao progresso. Portanto, ao notarem apenas mulheres e crianças, começaram a desacreditar na existência apenas feminina. Pois, um conglomerado urbano habitado exclusivamente pela presença do público feminino levava a considerarem que seria pouco possível a ausência de homens, pelo menos em termo de reprodução biológica.

No entanto, ao adentrarem no País das Mulheres, trazem consigo a ideia de que precisavam de segurança, pois temiam a represaria dos supostos homens que nela habitavam. Para tanto, levavam estoques de cartuchos para eventuais surpresas desavisadas. Para Terry O. Nicholson, conforme Gilman:

– Podem ser poucos, e podem estar escondidos...uma espécie de matriarcado, como diz o Jeff; portanto, podem morar nas montanhas longínquas e manter as mulheres nesta parte do país... um tipo de harém nacional! Mas há homens em algum lugar... não virão os bebês? Tínhamos visto bebês, crianças pequenas e grandes, em toda parte da qual chegamos perto o suficiente para distinguir pessoas. E embora pelas vestes não pudéssemos ter certeza a respeito dos adultos, não houve indicação clara de homem algum.²³²

²³⁰ GILMAN, 2018, p. 24.

²³¹ GILMAN, 2018, p. 27.

²³² GILMAN, 2018, p. 30.



Pode-se perceber que a descrença na existência de uma região habitada unicamente por mulheres parecia um absurdo diante da existência de crianças. Percepção que produziu nas mentalidades dos aventureiros, deduções imaginativas a respeito da divisão entre as terras habitadas por homens e outra pelo público feminino. Os sujeitos em questão, demonstram apego as concepções femininas criadas e desenvolvidas na sua região de origem, ou seja, os Estados Unidos da América. Em contraste, com o período em que a luta pelo sufrágio feminino e pelo direito ao mercado de trabalho formal eram propostas nos movimentos sociais liderados por mulheres, especificamente no início do século XX, justamente no momento em que se passa a história em questão.

Porém, ao adentrarem na região, depararam-se com a mais completa estrutura civilizatória em pleno desenvolvimento urbanístico e produtividade agrícola. Em meio a uma harmoniosa organização urbana, próximo a mata, avistaram três jovens denominadas como: Celis, Alima e Ellador. Em um gesto pouco ortodoxo, um dos aventureiros chamando Terry Nicholson, ofereceu um objeto vistoso parecido com um colar de pedras preciosas, mas uma bijuteria para ludibriá-las e tentar uma aproximação forjada. Conforme Gilman:

– Precisamos usar isca – sorriu Terry. – Não sei quanto a vocês, rapazes, mas eu vim preparado. – Ele pescou do bolso interno uma caixinha de veludo roxo, que se abria com um estalo, e de lá retirou um objeto comprido e brilhante, um colar de pedras grandes multicoloridas, que valeria um milhão, se fosse real. Ele o ergueu, balançou, reluzindo sob o sol, e ofereceu à primeira, depois, à outra, apresentando-o o mais longe que seu braço alcançava para a garota mais próxima. Ele permaneceu agarrado à forquilha, segurando firmemente com uma das mãos – a outra balançava a tentação colorida, esticada bem ao longo do galho, mas não totalmente dentro de sua capacidade.²³³

Dessa forma, utilizou de um objeto vistoso para tentar ludibriar as jovens mulheres. Como se fossem capazes de serem enganadas pelo simples direcionamento de olhares para um colar chamativo. Em seguida, passasse a desejá-lo intensamente. Mesmo assim, as boas intenções do sujeito em questão, mostraram-se apenas aparente. Em seguida, uma das moças tocou na isca, e teve seu punho quase agarrado, mas por um instante conseguiu escapar do aventureiro Terry Nicholson e sua tentativa de aprisioná-la.

A partir de então, passaram a serem perseguidas pelos três homens, mas não conseguiram alcançá-las. No entanto, para o personagem Terry Nicholson que não admitiu o erro ao tentar enganá-las e ainda afirmou: “[...] elas esperavam por isso.

²³³ GILMAN, 2018, p. 34.



Mulheres gostam que corram atrás delas”.²³⁴ E continuou a bracedar: “[...] os fracos não conquistam as damas”.²³⁵

No entanto, os sujeitos masculinos puderam perceber ao adentrarem na “Terra das Mulheres”, uma cuidadosa organização do espaço rural e urbano. Segundo o personagem Vandyck Jennings: “havia ali evidentemente um povo altamente qualificado, eficiente, que cuidava de seu país como um florista cuida de sua orquídea mais valiosa”.²³⁶ A paisagem ao seu redor exaltava a beleza e a calma do cuidado e da atenção diária de suas habitantes.

Contudo, o que parecia um estímulo para a diversão e a curiosidade dos aventureiros, mostrou-se ser o oposto. Na medida em que não foram recebidos como herói ou ídolos como imaginavam, mas como prisioneiros. Visto que suas perspectivas de fáceis recepções foram destruídas ao encararem a realidade. Para Terry Nicholson: “Pensávamos que, se houve homens, poderíamos enfrentá-los, e que se houvesse apenas mulheres...bem, não haveria obstáculo algum”.²³⁷

Iludidos pela visão masculina de superioridade e considerando-as como frágeis e brandas, depararam-se com mulheres fortes, firmes e “[...] cidadãs duronas, reunidas apressadamente para resolver uma necessidade comum ou perigo [...]”.²³⁸

Em uma última tentativa de alcançar a liberdade, os três sujeitos masculinos combinaram em correrem após Terry Nicholson atirar para o alto com uma arma de fogo. Porém, foram aplacados rapidamente antes que pudessem tentarem qualquer reação de fugas. Conforme descrição do mesmo personagem foram: “[...] agarrados por cinco mulheres, cada uma segurando braço, perna ou cabeça; fomos erguidos feito crianças, crianças de colo indefesas, e carregados para a frente, nos remexendo, mas sem efeito”.²³⁹ Foram encarcerados em uma prisão que mais parecia uma oferta generosa pelas anfitriãs do que um aprisionamento tal qual os aventureiros imaginavam que seria.

Como verdadeiros convidados e não como invasores foram induzidos a adentrarem em um percurso de ensino e troca de aprendizagem mútua que abarcava a história e cultura do País das Mulheres, assim como os conhecimentos que cada um possuía acerca de sua região de origem, isto é, os Estados Unidos da América,

²³⁴ GILMAN, 2018, p. 35.

²³⁵ GILMAN, 2018, p. 35.

²³⁶ GILMAN, 2018, p. 36.

²³⁷ GILMAN, 2018, p. 40.

²³⁸ GILMAN, 2018, p. 42.

²³⁹ GILMAN, 2018, p. 43.



especificamente sobre o seu Estado em comum, a Califórnia. Pois, conforme Jeff: “– É melhor do que ficarmos retidos – Jeff filosofou quando estávamos a sós. Temos nosso próprio quarto...com pouca chance de fuga...pouca liberdade...sempre acompanhados. Melhor do que teríamos em um país de homens”.²⁴⁰

Os exploradores adentraram em um período de enriquecimento intelectual ao trocarem conhecimentos e aprendizagens com as habitantes dessa região. Estas ações vão ressaltar, sobretudo, as diferenças entre as populações de ambas as sociedades. Principalmente o papel que as mulheres estadunidenses desempenharam, ou seja, seu distanciamento do convívio social público em detrimento da vida doméstica, o preconceito e o violência feminina em comparação com as habitantes da sociedade feminina encontrada pelos aventureiros. Visto que um dos estrangeiros chamado Jeff salientou que: “– Elas parecem não perceber que somos homens – continuou ele. – Tratam-nos...bem...como tratam umas às outras. É como se sermos homens fosse um detalhe menor”.²⁴¹

Neste contexto, cabe o pensamento de Beauvoir²⁴² sobre a percepção que um indivíduo tem ao adentrar um novo espaço sociopolítico e cultural distinto, ou seja, a dualidade do Eu e do Outro. Ou melhor, nenhuma coletividade se define sem uma breve comparação diante do outro e de si mesma. Ainda, segundo Beauvoir, em relação a formação social que:

Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os demais viajantes se tornem “os outros” vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são ‘outros’ e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados ‘estrangeiros’. Os judeus são ‘outros’ para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários.²⁴³

A autora utilizou a alegoria dos viajantes para expressar como ocorre o contato entre grupos de indivíduos ao adentrarem em um espaço coletivo totalmente distinto de sua realidade. Podendo serem chamados de estrangeiros e o povo visitado seriam os nativos. Sob uma visão externa do corpo social, teriam como ideia a figura do outro, daquele visto pela ótica do medo, da temeridade e do receio. Funcionando ainda como

²⁴⁰ GILMAN, 2018, p. 50.

²⁴¹ GILMAN, 2018, p. 52.

²⁴² BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Millet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>.

Acessado em: 30 jan. 2022.

²⁴³ BEAUVIOR, 1970, p. 11.



sistema de oposição entre o que pensam com certo e aqueles que imaginam com errados, ou ainda, pode ser visto como um reduto da ignorância. A hostilidade em relação a qualquer expressão que não seja do seu habitual e corriqueiro estado cultural de origem, ou seja, define-se “[...] como Outro pelo Um definindo-se como Um”.²⁴⁴

Justamente neste contexto supracitado, que a compreensão da realidade encontrada nessa sociedade feminina, foi sendo, pouco a pouco, se tornando tênue entre a bagagem cultural dos três sujeitos aventureiros estadunidenses com a real situação que encontram na região. A partir de então, encontraram uma rotina que vai revelar como realmente as mulheres foram tratadas em suas relações sociais de origem americana em contraste com a construção social presente no País das Mulheres.

Logo, tornou-se um oportuno ensejo para discutir questões que vão desde a igualdade de gênero, as relações de opressão e violência em relação ao público feminino. E a necessidade de rever esses paradigmas e estabelecerem novos parâmetros que proponham uma reflexão crítica acerca da realidade dos papéis das mulheres na sociedade do início do século XX.

Nesse contexto, os movimentos feministas ainda estavam em seu período inicial, o livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman, abriu caminho para várias gerações despertarem o debate acerca da condição feminina nas sociedades ocidentais, principalmente por abordar temas, por meio do contexto e de seus personagens, que vão desde a violência física e psicológica ao estigma de inferiorizar a mulher em detrimento do público masculino. Definidos pelo histórico de submissão em relação aos homens que foi imposto e sujeitado a população feminina em relação a masculinidade dominante.

Expressão imagética do irreal, olhares no passado e no presente: as representações patriarcais na obra “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman

O patriarcado, conforme Scott²⁴⁵, pode ser expresso como a diferenciação sexual transformada em conhecimento cultural, os efeitos do sistema de dominação masculina em relação a mulher e conseqüentemente da posição inferior e submissão legada ao público feminino nessas circunstâncias. Não somente o tratamento psicológico, mas a

²⁴⁴ BEAUVIOR, 1970, p. 12.

²⁴⁵ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica). Disponível em: https://www.academia.edu/14467883/A_Escrita_da_Hist%C3%B3ria_Peter_Burke. Acessado em: 01 fev. 2022.



violência física, emocional e a discrepância em termo de posição da sociedade também são fatores que compõem a percepção patriarcal no espaço privado e público, definido identidade ou papéis separados para ambos os sexos que abarcam toda a esfera social.

As relações entre os gêneros, segundo Hooks, também se constituem marcadas por prerrogativas pré-estabelecidas ao longo da história.²⁴⁶ Legado as mulheres o papel de coadjuvante ou até mesmo nenhuma participação. Porém, este paradigma ao longo do século XX, e em virtude dos movimentos contrários a essa perspectiva, tanto no espaço público como no seio dos lares e na vida familiar, foram tornando-se palcos de reviravoltas e transformações em meio a exclusão estipulada pelo patriarcado.

Em relação a posição feminina na sociedade, fazem-se presente nas várias manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas, as representações do cotidiano que expressão a discriminação e a violência, física ou psicológica, que ainda se faz permanente e são expostos pelas variadas formas de denúncia, direta ou indiretamente, inclusive em livros fictícios ou relatos reais. No qual, as vozes femininas são expostas e despertadas em seus vários contextos e distinções de raça, etnia, classe e sexualidade.

Neste contexto, a literatura mostrou-se uma importante aliada na construção de uma linha de pensamento voltada para analisar o papel da mulher na sociedade. Mesmo abordando-a através da perspectiva utópica como o caso do livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Penkins Gilman. No qual, contrastou uma análise entre a organização social feminina representada pelo País das mulheres e o padrão presente nos Estado Unidos da América.

Portanto, serviu-se dos resquícios do pensamento patriarcal ainda fixados na região estadunidense para abordar uma utopia. No qual, as mulheres não eram vistas pela ótica do patriarcado, mas autônomas, companheiras solidárias e livre de todo e qualquer paradigma pejorativo e depreciativo representados pelo patriarcado e pela suposta inferiorização feminina. Pois, a escrita é “[...] não é só para o indivíduo; não é só um marco da compreensão do próprio indivíduo. Ela é também um mapa para aqueles que virão depois de nós”.²⁴⁷ Em relação ao potencial das histórias fictícias para entender a história real, segundo Estés:

As histórias conferem movimento à nossa vida interior, e isso tem importância especial nos casos em que a vida interior está assustada, presa ou encurralada. As histórias lubrificam as engrenagens, fazem correr a adrenalina, mostram-nos a saída e, apesar das dificuldades, abrem para nós portas amplas em

²⁴⁶ HOOKS, 2018.

²⁴⁷ ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução: Waldéa Barcellos. 1.ed. Rio de Janeiro; Rocco, 2018. p. 28.



paredes anteriormente fechadas, aberturas que nos levam à terra dos sonhos, que conduzem ao amor e ao aprendizado, que nos devolvem à nossa verdadeira, vida de mulheres selvagens e sagazes.²⁴⁸

A autora enfatizou em seus pensamentos críticos, que a literatura fictícia faz uso em suas narrativas de temas que abordam as questões do cotidiano, como problemas ou anseios, de um personagem ou um grupo de indivíduos em seu contexto sociopolítico e histórico. A partir da incorporação de fatores sociais, políticos e econômicos no espaço imaginativo e na construção do enredo literário que envolve, no caso da perspectiva feminina, a um mundo imaginativo em que se apresente uma nova perspectiva e uma forma de denúncia da realidade concreta e corruptiva, ao expor a opressão, exploração e dominação masculina.

Nesse aspecto, a obra literária “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman, abordou em sua narrativa a dualidade entre as abordagens históricas, sociais, políticas e culturais²⁴⁹ da sociedade feminina e dos Estados Unidos da América, completamente distintas. No qual, o seu contato gerou questionamentos acerca da realidade social da mulher e do seu papel nas sociedades ocidentais.

Neste caso, conforme Dauphin,²⁵⁰ a dominação masculina é uma expressão utilizada na sociedade ocidental para definir as relações de desigualdades entre os gêneros, da exclusão feminina da livre expressão de seu protagonismo social ao transformá-la em indivíduo pertencente ao âmbito doméstico. Fatores que estavam ligados a discrepância socioeconômica presente nas concepções dos gêneros e dos modos de reprodução social. Influenciado inclusive a divisão trabalhista no mundo assalariado, onde a remuneração feminina pode ser tratada inferior a mão-de-obra masculina.

No livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman, o processo de socialização entre os três aventureiros e as três representantes femininas, mesmo ainda estando aprisionado pela população local, proporcionou as trocas dos conhecimentos

²⁴⁸ ESTÉS, 2018, p. 34.

²⁴⁹ Segundo Dauphin (2000), a cultura seria o conjunto de práticas, saberes, modos de vida, criados e transmitidos de geração a geração entre os membros de uma sociedade. Sendo constituídos pelos conhecimentos, crenças, valores, artes, normas, condutas, etc., que fazem parte da coletividade humana ou grupo social. Conforme Laraia (2001), são resultados dos modos de interação e formação de um povo em um determinado intervalo de tempo que são herdados das gerações anteriores. Bem como, também podem ser transmitidos ao longo da história, pois são os modos de ver o mundo, absorverem a realidade e lidarem com o futuro e que podem ser multáveis no decorrer do tempo e das sucessões das gerações.

²⁵⁰ DAUPHIN, Cécile [et al.]. **A história das mulheres, cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia. GÊNERO: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero –NUTEG. V. 2. n. 1. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/historia_das_mulheres_nuteg.pdf. Acessado em: 02 fev. 2022.



entre ambos e evidenciaram os padrões dos comportamentos e os papéis sociais do público feminino em cada sociedade abordada e porventura transformou-se em uma crítica a sociedade patriarcal.

Os três sujeitos masculinos ao depararem-se com as mulheres, perceberam inicialmente que a maioria cortava os cabelos em comprimentos curtos. Essa observação, levantou a questão entre eles da suposta ausência de feminilidade nas aparências das jovens, pois “[...] – se o cabelo delas fosse longo – Jeff reclamava – seriam tão mais femininas”.²⁵¹ Ao atribuírem ao público feminino a necessidade da manutenção dos cabelos longos como sendo uma característica particular das mulheres, os jovens aventureiros externavam referências as suas próprias concepções de gênero feminino.

Os três aventureiros também chegaram a questionar a ausência de pelos nas fases das habitantes da “Terra das Mulheres”, pois para Jeff Margrave: “– parece-me que a ausência de homens as tornou mais femininas nessa questão – sugeriu ele”. Todavia, para Terry Nicholson, que comentou a opinião do companheiro, afirmando: “– Bem, só nessa então – Terry concordou relutantemente. – Uma turminha menos feminina, nunca vi”.²⁵² Mais uma vez, o discurso em torno das características que, teoricamente, pertenciam as mulheres surgem em meio aos questionamentos acerca das aparências ou dos comportamentos desenvolvidos pelas habitantes dessa região.

A partir do contato com as tutoras e educadoras sendo respectivamente: Zava, responsável por Jeff Margrave, Moadine, por Terry Nicholson, Somel, encarregada em orientar Vandyck Jennings, os jovens aventureiros passaram a serem educados de acordo com os ensinamentos difundidos na região conhecida como “Terra das Mulheres”. Conforme narração de Vandyck Jennings, os estrangeiros masculinos passaram “[...] a receber educação. Elas trouxeram um mapa em relevo do país, lindamente confeccionado, e aumentamos nosso conhecimento geográfico, mas quando perguntamos sobre a região exterior, elas balançaram a cabeça e sorriram”.²⁵³

A cada dia que passava, o desejo pela liberdade, entre os aventureiros, fica cada vez mais insustentável. Para o personagem Terry Nicholson: “– liberação! Urrou ele – liberação... como crianças de castigo depois da escola. Eu quero SAIR, e vou fazê-lo. Quero encontrar os homens deste lugar e lutar! Ou as meninas...”.²⁵⁴ Neste contexto, o

²⁵¹ GILMAN, 2018, p. 53.

²⁵² GILMAN, 2018, p. 108.

²⁵³ GILMAN, 2018, p. 56.

²⁵⁴ GILMAN, 2018, p. 57.



personagem expressava raiva e descontentamento com a situação de aprisionamento, mesmo tendo conforto e liberdade para conhecer a produção intelectual, artística, econômica e política da região. Seu desagrado expressava-se em violência, seja com os supostos homens que ele não acreditava nas suas inexistências, assim como contra as mulheres que habitavam o local onde estava preso.

Contudo, sua tentativa de fuga foi sucumbida rapidamente e teve que regressar a prisão. A cada dia, os presos retomaram aos seus estudos. Mesmo assim, a perspectiva de não haver homens naquela região tornava a situação desconfortável para os três aventureiros, principalmente Terry Nicholson ao insistir em atribuir o papel ínfimo ao trabalho feminino. Como o caso narrado por Vandyck Jennings em que afirma: “– Não dá para ter romance inebriante e aventura selvagem sem homens, certo? Perguntei. Nada irritava Terry mais do que admitir que não havia homens; mas que não havia sinal deles nos livros, nem nas ilustrações”.²⁵⁵

Outra questão debatida entre os aventureiros, foi a reprodução biológica em virtude da ausência da figura masculina. Para as mulheres que habitavam essa região, a maternidade era virtuosa e sublime ao ponto de ser posta como representação divina, pois o nascimento infantil resultava de uma necessidade individual de expressar amor e proteção que as jovens desenvolviam. Portanto, não era expresso por todas, mas apenas aquelas que a desejavam e as crianças eram acolhidas pelos cuidados coletivos entre todos os membros sociais.

No entanto, a fraternidade entre as mulheres era vista com desconfiança, pois para Terry Nicholson nos relatos de Vandyck Jennings: “é ‘muito provável’ que mulheres...apenas um grupinho de mulheres...tivesse se unido assim! Sabemos que mulheres não sabem se organizar, que brigam por qualquer coisa, e são tremendamente ciumentas”.²⁵⁶ Esse pensamento, conotou uma ideia patriarcal em que o público feminino não seria capaz de estabelecer uma união passível entre si e organizada em virtude de ser visto como passional ao ponto de não saber atuar em coletivo.

O personagem Terry Nicholson, insistia em afirmar que as mulheres dessa região não eram femininas aos seus moldes ocidentais. Segundo Gilman,²⁵⁷ não possuíam homens em sua sociedade, e, portanto, não teriam desenvolvido características típicas de uma mulher delicada, frágil e submissa. Essa particularidade gerava intriga entre os três

²⁵⁵ GILMAN, 2018, p. 71.

²⁵⁶ GILMAN, 2018, p. 88.

²⁵⁷ GILMAN, 2018.



aventureiros, pois nem todos partilhavam dessa opinião ao afirmarem também que a máxima do feminino estaria em exaltar a maternidade, e não somente o aspecto físico ou comportamental. Para Vandyck Jennings, conforme Gilman:

Quanto à crítica de Terry, era verdade. Essas mulheres, cuja distinção essencial da maternidade era nota dominante de toda a sua cultura, eram muito deficientes no que chamamos de 'feminilidade'. O que me levou à convicção de que os 'charmes femininos' que apreciamos não são nada femininos, mas apenas reflexos da masculinidade – desenvolvidos para nos agradar porque elas precisam nos agradar –, nem um pouco essenciais ao desempenho. Mas Terry não havia chegado à tal conclusão.²⁵⁸

Para o aventureiro, a questão de quais fatores seriam ou não próprios de um comportamento feminino trataria mais de uma concepção masculina, ao invés de uma percepção da mulher. Seria um conjunto de expressões do público feminino voltada ao agrado dos homens, como se fossem uma das suas obrigações na sociedade. Portanto, apresentar-se como frágeis, delicadas, belas, agradáveis em uma conversa, por exemplo, seria um padrão intransponível para a convivência entre ambos os gêneros. Pois, agradariam aos homens e satisfaziam seus padrões de feminilidade almejado socialmente.

Os três sujeitos masculinos, utilizavam de palavreados ofensivos para caracterizá-las ao fazerem menções, por exemplo, a ausência masculina, ao seu estilo de vida pautada na união fraterna e a sociedade maternal. Na visão de Vandyck Jennings, seriam chamadas de “Tias Solteironas”.²⁵⁹

Para Hooks,²⁶⁰ as mulheres foram impelidas pelo pensamento patriarcal a enxergarem-se como inferiores aos homens e para competirem umas com as outras pelo desejo de satisfazerem a aprovação masculina e para controlar os modos de pensar e agir do público feminino. As mudanças ou divergências de paradigmas são marcas pela rebeldia e fortemente reprimidas e desaprovadas.

Como exemplo, o caso da prevenção gestacional. Fator mencionado pelo personagem Vandyck Jennings, ao relatar como seria controlado a natalidade em uma sociedade habitada apenas por mulheres que geravam filhas por autofecundação, acabou racionalizando do seguinte pensamento: “– Mas o que não entendo, naturalmente, é como prevenir. Entendi que cada mulher tinha cinco. Não há marido tirânico para conter...e certamente não eliminam os nascituros...”.²⁶¹ As palavras finais da opinião geraram profundo descontentamento e supressa, pois as habitantes começaram a questionar o

²⁵⁸ GILMAN, 2018, p. 89.

²⁵⁹ GILMAN, 2019, p. 90.

²⁶⁰ HOOKS, 2018.

²⁶¹ GILMAN, 2018, p. 103.



tratamento oferecido a população feminina e o papel masculino dentro da família nas sociedades ocidentais. No qual, os aventureiros faziam parte.

Nesse contexto, os três estrangeiros também chegaram a afirmar que trabalho, físico e intelectual, precisa ser feito pelos homens e em competição, segundo o personagem Terry Nicholson: “– os homens fazem tudo entre nós. – ele endireitou os ombros e expandiu o peito. – Não permitimos que nossas mulheres trabalhem. Mulheres amadas...adoradas...honradas...e que permanecem no lar para cuidar das crianças”.²⁶² Reafirmando assim, as prerrogativas basilares do pensamento patriarcal. No qual, seria papel feminino, único e exclusivo, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e o bem-estar da família.

No entanto, Vandyck Jennings opõem-se ao amigo e expressou: “Mas Zava implorou:– contem-me primeiro: mulher *nenhuma* trabalha, mesmo? – Ora, sim – admitiu Terry – algumas precisam, as mais pobres”.²⁶³ Ainda segundo o personagem, ao se refere as condições de vida das mulheres, salientou que a população feminina norte-americana, cerca de um terço, pertencia a classe mais pobre, mas ficou subentendido para Moadine, uma das tutoras que “[...] dois terços são aquelas, como você disse tão belamente, ‘amadas, honradas, no lar para cuidar das crianças’”.²⁶⁴ O personagem não chegou a retratar-se a respeito da afirmação da jovem e apenas calou-se em sinal de acordo.

Em relação ao pensamento patriarcal, salientou Del Priore,²⁶⁵ que pobre ou rico, o público feminino cabia-lhe o papel de base para edificar o lar, ou seja, o cuidado com o ambiente doméstico, com os filhos, ajudar e obedecer ao marido. Seria uma santa se segue o padrão corretamente ou um diabo se sai-se do caminho certo. Como exemplificou Terry, um dos personagens, em relação ao trabalho cooperativo feminino para o desenvolvimento da sociedade em questão, pois: “– É impossível – insistia ele. – Mulheres não cooperam... seria contra a natureza delas”.²⁶⁶

Na perspectiva de Vandyck Jennings, ao descer comentários em relação a sua tutora Somel destacou que: “ela era uma alma muito sossegada, que emitia a sensação maternal que um homem aprecia em uma mulher, ao mesmo tempo que fornecia

²⁶² GILMAN, 2018, p. 91.

²⁶³ GILMAN, 2018, p. 92.

²⁶⁴ GILMAN, 2018, p. 94.

²⁶⁵ DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-historias-e-conversas-de-mulher-mary-del-priore-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acessado em: 06 fev. 2022.

²⁶⁶ GILMAN, 2018, p. 99.



inteligência límpida e confiança, características que eu costumava supor masculinas”.²⁶⁷ Para o personagem em questão, o papel da mulher estaria distante da intelectualidade atribuída aos homens. Em outro trecho da narrativa, reafirmou que: “[...] nessa terra pacata e adorável, entre essas mulheres sábias, doces e fortes, nós, com suposta superioridade óbvia, chegamos de repente [...]”.²⁶⁸

A maternidade também foi questionada pelos três sujeitos masculinos. Na visão de Terry Nicholson, a noção materna ocidental estava mais próxima do envolvimento dos: “[...] bebês no regaço ou ‘na barra da saia’, e a completa absorção da mãe pelo dito bebê”.²⁶⁹ Essa percepção, fez como que desconsiderassem o controle de natalidade, a produção intelectual ou industrial, a proteção absoluta a infância que faziam parte do país das mulheres como não sendo próprias aos cuidados maternos. Na visão de Terry Nicholson: “a coisa toda é antinatural, diria impossível, se não estivéssemos aqui. É uma condição antinatural certamente tem resultados antinaturais”.²⁷⁰

Os três aventureiros tinham como percepção que seria impossível a existência de uma sociedade composta apenas por mulheres não ter nenhum defeito. Nesse sentido, Vandyck Jennings expressa-se na seguinte forma: “– Quero encontrar algum defeito em toda essa perfeição – falei abertamente. – É simplesmente impossível que três milhões de pessoas não tenham defeito algum”. Chegou a questionar abertamente perguntando: “poderia nos ajudar dizendo quais são as piores qualidades nessa civilização única?”.²⁷¹

Nesse contexto, os três aventureiros imaginavam que seria fácil adentrar nessa sociedade feminina: “pensamos – ou ao menos Terry pensou – que poderíamos escolher a que quiséssemos entre elas”.²⁷² Tinham a ilusão de que poderiam ser submissas como no comentário seguir: “pensávamos nelas como ‘mulheres’, e, portanto, tímidas; mas havia dois mil anos que não temiam nada, e certamente mais de dois mil anos desde que esqueceram essa sensação”.²⁷³

Mesmo assim, Vandyck Jennings foi um dos aventureiros que ganhou mais destaque. Segundo Somel, uma das tutoras em relação ao sujeito em questão, afirmou que: “– gostamos de você – contou-me Somel – porque se parece mais conosco. – Mais como mulheres! Pensei, desgostoso, e então me lembrei quão pouco elas eram ‘mulheres’

²⁶⁷ GILMAN, 2018, p. 102.

²⁶⁸ GILMAN, 2018, p. 106.

²⁶⁹ GILMAN, 2018, p. 108.

²⁷⁰ GILMAN, 2018, p. 118.

²⁷¹ GILMAN, 2018, p. 118.

²⁷² GILMAN, 2018, p. 127.

²⁷³ GILMAN, 2018, p. 127.



no sentido depreciativo”.²⁷⁴ Pode-se perceber que seria depreciativo ser representado pelas mulheres na sua visão de masculinidade, pois estaria vinculado a fragilidade e a submissão como imaginava originalmente.

Na medida em que os preconceitos ocidentais em relação a mulher não se faziam presente no país feminino, por exemplo, a definição de fragilidade e delicadeza associados a elas não se faziam fatores dominantes. Na verdade, inexistentes, como exemplificou os diálogos a seguir: “quando Jeff falou, pegando a cesta de frutas de sua adorada: – uma mulher não deve carregar nada. Celis replicou com fraco assombro: – por quê? [...] – porque mulheres são mais fracas”.²⁷⁵ E ainda reafirmou segundo Vandyck Jennings: “Ele falou, claudicante, que mulheres não tinham o físico para o trabalho pesado”.²⁷⁶

Para os três aventureiros, tratava-se de uma necessidade própria masculina deixar o trabalho árduo em suas mãos, ao invés de atribuírem as mulheres. Pois, “[...] supomos que a maternidade já seja um fardo suficiente, e os homens devem carregar todos os outros”.²⁷⁷ Nesse sentido, cabia ao público feminino dedicar-se ao “[...]crescimento, conquista de um marido, atividades subordinadas à vida familiar, e perseguir os interesses de sociedade e da caridade que sua posição lhe permitir”.²⁷⁸

Os três sujeitos masculinos ainda tentaram infrutiferamente difundir seus ideais dentro da sociedade feminina, para eles: “nos juntamos a essas mulheres, cheios de ideias, convicções, tradições de nossa cultura, e nos dedicamos a atizar nelas as emoções que – para nós – pareciam apropriadas”.²⁷⁹ Pois, “[...] um homem quer um lar, com a esposa e a família dele”.²⁸⁰

Nesse contexto, cabia a mulher o papel patriarcal relacionado ao cuidado dos filhos e ao ambiente doméstico. Sendo a figura masculina responsável pelo “[...] crescimento, luta, conquista, estabelecimento da família, e quanto mais sucesso em ganho ou ambição for capaz”.²⁸¹ Para Vandyck Jennings, segundo Gilman, os meninos deveriam sonhar em serem soldados ou caubóis e as meninas sonhariam em terem filhos, um lar e planejavam sua vida doméstica e amorosa.

²⁷⁴ GILMAN, 2018, p. 128.

²⁷⁵ GILMAN, 2018, p. 133.

²⁷⁶ GILMAN, 2018, p. 133.

²⁷⁷ GILMAN, 2018, p. 133.

²⁷⁸ GILMAN, 2018, p. 146.

²⁷⁹ GILMAN, 2018, p. 140.

²⁸⁰ GILMAN, 2018, p. 140.

²⁸¹ GILMAN, 2018, p. 146.



Em relação aos relacionamentos entre Terry Nicholson e sua tutora, o trio masculino ainda afirmou: “quanto mais friamente ela o recusava, mais quente era a determinação dele; não estava acostumado com rejeições”.²⁸² Nesse contexto, ele cumpria o papel de homem hostil e violento na medida em que forçava a aproximação mesmo sem consentimento em relação a sua tutora, Alima, e ainda completou: “[...] – Mas nossa hora está chegando – acrescentou alegremente, – Essas mulheres nunca foram dominadas, entendam...concluiu ele, como se estivesse feito uma grande descoberta”.²⁸³ E ainda incluiu Vandyck Jennings que “[...] ele sempre loucamente atraído por ela e ela por ele (ela devia se sentir assim, ou jamais teria suportado o comportamento dele)”.²⁸⁴

No entanto, os três aventureiros concordaram em casar-se com suas tutoras, pois imaginavam tratar-se de uma retribuição generosa a hospitalidade, e ainda afirmaram: “[...] podemos ao menos dar-lhes nossos nomes – insistiu Jeff”.²⁸⁵ Porém, foram duramente reprimidos por uma tutora, ao comentar-lhes: “quanto aos nomes, Alima, alma franca que era, perguntou de que isso valia. Terry, sempre a infernizando, disse que era um sinal de possessão”.²⁸⁶ Mostrando-os que seriam suas esposas, mas elas pouco davam importância a essa percepção amorosa. E ainda questionaram: “[...] e o marido pega o nome de solteira da esposa? – oh, não. – ele riu. – o homem mantém o próprio nome e também o dá para ela”.²⁸⁷

Para o personagem Vandyck Jennings, a concepção feminina do casamento não impostava, pois “a mulher pode ter imaginado diferentes condições de vida matrimonial, mas o que ela imaginou, o que ela ignorava ou o que pudesse ter preferido não importam realmente”.²⁸⁸ Ou seja, para o aventureiro em questão a opinião feminina não importava em uma relação conjugal.

Outro exemplo, demonstrado a opinião de Terry Nicholson em relação a sua tutora tinha como fundamento a seguinte afirmação: “[...] colocou em prática sua convicção mesquinha de que uma mulher adora ser dominada, e, com força bruta, com a paixão e o orgulho de sua masculinidade intensa, tentou dominar aquela mulher”.²⁸⁹ Nesse contexto, o pensamento patriarcal direcionava as mulheres a uma posição inferior. E ainda persistia

²⁸² GILMAN, 2018, p. 143.

²⁸³ GILMAN, 2018, p. 135.

²⁸⁴ GILMAN, 2018, p. 144.

²⁸⁵ GILMAN, 2018, p. 166.

²⁸⁶ GILMAN, 2018, p. 167.

²⁸⁷ GILMAN, 2018, p. 167.

²⁸⁸ GILMAN, 2018, p. 171.

²⁸⁹ GILMAN, 2018, p. 185.



em mostrar-lhes dominância. Segundo o personagem Vandyck Jennings, descrito por Gilman:

Falamos boas coisas das mulheres, mas no fundo do coração sabemos que, em sua maioria, são seres muito limitados. Honramos seus poderes funcionais, embora os desonremos pelo uso que fazemos deles, honramos sua virtude cuidadosamente imposta, mesmo enquanto por nossa própria conduta a desprezamos; valorizamos-las, sinceramente, pelas atividades maternas distorcidas que fazem das esposas as mais acessíveis servas, presas a nós pela vida, com pagamento totalmente decidido por nós, todas as suas atividades, além das temporárias desta maternidade, visando nossas demandas. Oh, como as valorizamos, sim ‘no lugar delas’, que é o lar, onde executam uma variedade de tarefas [...].²⁹⁰

Mesmo diante da população encontrada na região, do testemunho de sua vasta produção econômica, social e política, ainda permanecia entre os pensamentos dominantes na mentalidade dos três sujeitos masculinos, a impressão em que as mulheres eram inferiores, propensas a servidão e aos trabalhos domésticos. Seriam servidoras de seus maridos e filhos, não como pessoas com capacidades cognitivas para desenvolverem suas intelectualidades, mas como espórios da sociedade.

O livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman, compõe em seu enredo relatos, particularidades e vivências de seus personagens a partir do paradigma do patriarcal em relação a um país onde o público feminino não mais estava limitado ao serviço doméstico ou ao âmbito privado dos lares. Elas seriam senhoras de suas vontades e não dependeriam do apoio e da permissão de seus maridos, filhos ou familiares. Gozavam de plena liberdade e autonomia em um reino onde a igualdade e a irmandade reinavam sob todas as suas habitantes.

Literatura, Mulher e sociedade: concepções do movimento feminista presentes no livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman

Para Pinto,²⁹¹ ao longo da História Ocidental, as mulheres precisaram lutar contra a condição de submissão e ao padrão de inferiorização em detrimento do público masculino. A autora citou como exemplo o movimento sufragista no final do século XIX. No qual, as inglesas, no período inicial, lutaram pelo direito ao voto feminino. Utilizando-se de greves de fome, passeatas, protestos, boicotes e até mesmo sacrificando suas próprias vidas, como o caso da sufragista Emily Darvison que se atirou à frente de um cavalo da realeza britânica, em plena corrida e teve sua vida cessada.

²⁹⁰ GILMAN, 2018, p. 197.

²⁹¹ PINTO, 2010.



No século XX, os movimentos sociais feministas desenvolveram-se nos primeiros anos e, sobretudo, ao longo da década de 1960. Segundo Pinto, a publicação do livro “Segundo Sexo”, de Simone De Beauvoir,²⁹² tornou-a uma das percussoras da causa feminista, ou seja, da luta contra a discriminação sociopolítica da mulher e a desigualdade de gênero.²⁹³

A década de 1960, também foi um momento decisivo para discutir as questões acerca do direito à sexualidade feminina nas mãos das mulheres por meio do mercado de anticoncepcionais e o seu acesso a todas que desejarem. Incluindo ainda ao início dos anos 1960, o lançamento do livro: “A mística feminina”, de Bettly Friedan,²⁹⁴ uma das intelectuais feministas do século XX.

Os movimentos sociais organizados por mulheres intensificaram, conforme Hooks,²⁹⁵ principalmente nas universidades e instituições de ensino superior em geral ao trazerem para dentro da academia discursos acerca da igualdade de gênero e da maior inserção do público feminino nos espaços públicos e privados.

Tornaram-se âmbitos propícios para as denúncias das desigualdades, os preconceitos que ainda se faziam parte do presente, como: a discrepância social, política e econômica atreladas ao gênero, a inserção da mulher no mercado de trabalho e na própria instituição de ensino e da exclusão feminina do espaço público em detrimento da figura masculina, ou seja, “[...] foram substituídas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante [...]”.²⁹⁶

Conforme Pinto, foi durante a década de 1960 que o pensamento feminista ganhou mais impulso. As organizações femininas na Europa, nos Estados Unidos da América, nos países latinos, orientavam-se em torno dos ideais libertários de participação da mulher nos diversos âmbitos da sociedade, no mercado de trabalho, na vida pública e privada, na educação, através de um novo relacionamento com os homens. Pois, “[...] isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além do homem sobre a mulher [...]”.²⁹⁷

²⁹² BEAUVIOR, 1970.

²⁹³ PINTO, 2010.

²⁹⁴ FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1971. Disponível em: https://catarinass.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf. Acessado em: 01 fev. 2022.

²⁹⁵ HOOKS, 2018.

²⁹⁶ SCOTT, 1992, p. 78.

²⁹⁷ PINTO, 2010, p. 16.



Os movimentos organizados por mulheres, conforme Scott, pressupõem a existência do público feminino como categoria social com interesses particulares e não biologicamente definidas e incorporadas aos padrões pré-estabelecidos na sociedade.²⁹⁸ Logo, faz-se necessário a atenção destinada as classes, as raças e as condições sociais, pois os recursos e o poder também influenciam nas discrepâncias socioeconômicas e políticas vinculadas ao gênero.

Nas décadas finais do século XX, o movimento feminista sofreu uma tendência ao processo de profissionalização conforme foi sendo desenvolvido as organizações não-governamentais (ONGs) voltado para atuarem com a intervenção junto ao Estado afim de galgar medidas protetivas para melhores condições de vidas e espaços para as mulheres, principalmente contra a violência doméstica. Pois, “[...] quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista”.²⁹⁹

Configurando-se coletivamente com meio para romper com o discurso dominante, conforme Scott, transformando-se em uma formação de identidade, autonomia e buscando emancipação para a construção de novos espaços para atuação política.³⁰⁰ Fazendo-se protagonista na história. Reivindicado para si um protagonismo de resistência, luta e participação ativa na sociedade no espaço público e no privado. Portanto, os “[...] indivíduos do sexo feminino com interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas”.³⁰¹

O livro “Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman, tornou-se um exemplo de superação e autocrítica ao papel das mulheres nas sociedades capitalistas. Portanto, seus pressupostos literários foram bases para vislumbrar-se os pensamentos feministas na realidade ficcional.

Nesse contexto, os três aventureiros não sabiam da ausência masculina na região a dois mil anos em virtude de uma sucessão de eventos que levaram a extinção da população masculina. Logo, a organização e o desenvolvimento da sociedade cabiam as mulheres em virtude dos fins trágicos dos homens, segundo Gilman, inicialmente a guerra que levou, conseqüentemente, a morte de vários guerreiros.³⁰²

²⁹⁸ PINTO, 1992.

²⁹⁹ PINTO, 2010, p. 20.

³⁰⁰ SCOTT, 1992.

³⁰¹ SCOTT, 1992, p. 68.

³⁰² GILMAN, 2018.



Posteriormente a sucessão de fenômenos naturais como uma erupção vulcânica e uma série de terremotos resultou em um minguido grupo de pessoas. Dentre eles, estavam homens e mulheres, mas os escravizados rebelaram-se e mataram todos os homens restantes, meninos e mulheres idosas. Restando apenas um grupo de jovens mulheres que aplacaram violentamente os revoltosos. Iniciou-se assim, um período de longo desespero seguido de suicídios entre os membros restantes, porém a maioria não optou por esta saída e decidiram lutar pela vida.

Após dez anos de incansável trabalho e fortalecimento da imanente entre elas, aconteceu um milagre, “[...] uma dessas jovens deu à luz. Claro que todas pensaram que deviria haver um homem por ali, mas não encontraram nenhum”.³⁰³ Orgulhosas de sua surpresa milagrosa fundaram o Templo de *Maaia*, referência a Deusa da Maternidade. Conforme o tempo foi passando, novos bebês foram surgindo. Tiveram como consequência a maior aproximação entre suas habitantes para zelarem pelas crianças.

Para esse grupo de mulheres, a instrução educacional seria o principal meio para uma mudança real na sociedade, pois “[...] por mais que as crianças diferissem ao nascer, o crescimento real vinha depois, por meio da educação”.³⁰⁴ Para Hooks, o conhecimento educativo tem como base o despertar de uma consciência crítica para romper com a ignorância e facilitar a difusão de ideias que enfoquem a fraternidade, a igualdade e o respeito.³⁰⁵ O desenvolvimento humano teria como base o saber e a criticidade como fundamento para a construção da sociedade.

Neste contexto, para o personagem Vandyck Jennings, “quanto mais eu aprendia, mais apreciava o que essas mulheres haviam conquistado, e menos orgulho sentia do que nós, com toda a nossa masculinidade, fizéramos”.³⁰⁶ Pois, tratava-se de uma região desenvolvida social e economicamente, não tinham conflitos, governavam a si mesma em comunhão e igualdade, cresciam juntas como irmãs e não competiam entre si.

O personagem Vandyck Jennings, ainda chegou a afirmar que as perguntas que as tutoras faziam a respeito dos Estados Unidos América e do papel da mulher nessa sociedade, deixavam-no envergonhado, pois levantavam ponto que ele gostaria de esconder, tais como: a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a pobreza e as discrepâncias socioeconômicas.

³⁰³ GILMAN, 2018, p. 85.

³⁰⁴ GILMAN, 2018, p. 91.

³⁰⁵ HOOKS, 2018.

³⁰⁶ GILMAN, 2018, p. 91.



Mesmo assim, tentava disfarçar os problemas sociais existentes nos Estados Unidos da América, mas era perceptível o nível intelectual e o desenvolvimento tecnológico da “Terra das Mulheres”, para o personagem Vandyck Jennings: “gabamos do nosso ‘alto nível de inteligência geral’ e nossa ‘educação pública compulsória’, mas, dada a proporção de oportunidades, elas eram bem mais educadas”.³⁰⁷

Com o tempo e a convivência com as habitantes da “Terra das Mulheres”, o personagem Vandyck Jennings passou a afirmar: “[...] elas seguramente apresentavam um nível superior de inteligência ativa e comportamento, até onde podíamos ter entendido”.³⁰⁸ Os sujeitos masculinos, ainda ficaram embasbacados ao descobrirem que “[...] ficamos cada vez mais impressionados com o fato de que tudo isso se tratava de criação; nasciam nisso, eram criadas nisso, que para elas era natural e universal como a gentileza das pombas ou a suposta sabedoria das serpentes”.³⁰⁹

Em relação à agricultura, os três aventureiros teceram diversos elogios ao desenvolvimento e planejamento das suas plantações e inclusive as jovens “[...] perguntaram sobre nossos métodos; e tivemos alguma dificuldade em...bem, em desviar de assunto, referindo-nos à amplitude de nossa terra, sem admitir a forma descuidada como que a tínhamos desnaturado”.³¹⁰ Pois, para Terry Nicholson “[...] claro que elas não entendem o Mundo dos Homens! Não são humanas...são apenas um bando de Fê-fê-Fêmeas!”.³¹¹

Contratando com a visão do personagem Vandyck Jennings ao afirmar: “esperávamos monotonia submissa e tediosa, e encontramos uma inventividade social ousada, muito além da nossa, e desenvolvimento mecânico e científico igual ao nosso”.³¹²

Portanto, a percepção que os três aventureiros imaginavam como seria um mundo governado apenas por mulheres foi rompida ao ponto de perceberem o entre a sua realidade em relação a “Terra das Mulheres”, para Vandyck Jennings: “esperávamos mesquinha, e encontramos consciência social em comparação com a qual nossas nações pareceram crianças briguentas – e birrentas”.³¹³

Deram-se conta de que a percepção no qual as mulheres estavam mais próximas da discórdia por não terem supostamente aptidão ao trabalho coletivo e a convivência

³⁰⁷ GILMAN, 2018, p. 97.

³⁰⁸ GILMAN, 2018, p. 114.

³⁰⁹ GILMAN, 2018, p. 114-115.

³¹⁰ GILMAN, 2018, p. 116.

³¹¹ GILMAN, 2018, p. 116.

³¹² GILMAN, 2018, p. 117.

³¹³ GILMAN, 2018, p. 117.



pacífica com pessoas do mesmo gênero foi reformulado, pois “esperávamos ciúmes, e encontramos afeição irmanada, inteligência correta, da qual não possuímos paralelo”.³¹⁴ E ainda “esperávamos histeria, e encontramos saúde e vigor, temperamento calmo, para o qual o hábito da profanidade, por exemplo, era impossível de explicar – e nós, tentamos”.³¹⁵

Logo, não existiam distinções dos gêneros estabelecidos socialmente, portanto não formaram ao longo do tempo padrões comportamentais propriamente de um gênero em detrimento de outro. Não existia a segregação entre ambos, nem a discrepância nas suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, pois “não havia padrão definido do que era ser ‘ másculo ’ ou ‘ feminino ’”.³¹⁶

Como apontou o personagem Vandyck Jennings: “toda a devoção submissa que nossas mulheres destinam às suas famílias privadas, essas mulheres dedicam ao país e à raça. Toda a lealdade e o serviço que os homens esperam das esposas, elas não davam a homem algum, mas coletivamente uma para a outra”.³¹⁷ Neste aspecto, Gilman, pretendeu chamar atenção para os paradigmas históricos que são postos a figura feminina como algo que corrompe o papel da mulher na sociedade, legando-a ao estigma da submissão e dedicação ao âmbito familiar e ao marido.

Porém, para aquelas mulheres “[...] de mente tão ampla, cujo interesse mental era tão coletivo, as limitações de uma vida totalmente privada eram inconcebíveis”.³¹⁸ Mesmo assim, para Terry Nicholson: “– não têm modéstia – respondeu Terry, – Nem paciência, nem submissão, nada da docilidade natural que é o maior charme feminino”.³¹⁹ Pois, segundo Vandyck Jennings, esse pacifismo e coletivismo solidário respigavam em sua produção bélica, pois “[...] faltava motivação sexual, e, com isso, ciúmes. Não havia interação de nações em guerra, nenhuma aristocracia e suas ambições, nenhuma riqueza oposta à pobreza”.³²⁰

Em relação as crianças, para Vandyck Jennings: “[...] jamais se deparou com a rudeza autoritária comumente demonstrada às crianças. Eram pessoas também, desde o início, e a parte mais preciosa da nação”.³²¹ Segundo Hooks,³²² uma das questões

³¹⁴ GILMAN, 2018, p. 117.

³¹⁵ GILMAN, 2018, p. 118.

³¹⁶ GILMAN, 2018, p. 132.

³¹⁷ GILMAN, 2018, p. 137.

³¹⁸ GILMAN, 2018, p. 141.

³¹⁹ GILMAN, 2018, p. 142.

³²⁰ GILMAN, 2018, p. 144.

³²¹ GILMAN, 2018, p. 145.

³²² HOOKS, 2018.



abordadas pelos pensamentos feministas contemporâneos tratava-se dos cuidados com a educação infantil, pois a expansão do patriarcado também abarcou a formação da infância e adolescência em virtude da reprodução da violência, da submissão legado não somente a mulher, mas a criança. Dentro do seio familiar inicia-se a violência do dominador em relação ao dominado, seja pelo domínio masculino em relação a mulher e os filhos ou da própria mãe em relação aos jovens filhos.

No entanto, os três aventureiros foram sentenciados a partirem em razão da tentativa de violência sexual cometida por Terry Nicholson em relação a sua tutora e esposa. Em punição foi expulso, levando consigo Vandyck Jennings com sua companheira Ellador. Pois, a brutalidade como o aventureiro atacou-a ferindo profundamente o sentimento de irmandade e solidariedade entre as habitantes da *Terra das Mulheres*, visto que “não eram servas. Não eram tímidas, inexperientes, fracas”.³²³

Segundo Matiolevicz, a autora expressou o desejo de muitas mulheres de serem ouvidas mesmo sendo através de um narrador-personagem masculino, e que acabou expressando vergonha do tratamento ofertado ao público feminino em sua sociedade em comparação com a realidade encontrada na “Terra das mulheres”, “[...] logo, esta comunidade estava supostamente livre de características machistas e representa a luta por um espaço de realização, de liberdade para executarem suas atividades como desejarem [...]”.³²⁴ Para o personagem Vandyck Jennings “[...] minhas vidas preconcebidas foram tão abaladas que nunca chegaram a ser restabelecidas”.³²⁵

Conclusão

A autora Charlote Perkins Gilman, ao longo de sua produção literária utópica apresentada nesse artigo, descreveu um enredo fortemente marcado pelo pensamento patriarcal contrastado com uma sociedade fictícia feminina. No qual, elas tinham plena liberdade de atuação e desenvolvimento.

A partir desse contraste e da atuação de seus personagens, especialmente pela narração de Vandyck Jennings, foi possível vislumbrar as diferenças entre a maioria das sociedades ocidentais em termos de gêneros. Acentuando paliativamente o tratamento outorgado as mulheres, sobretudo ao padrão difundido. No qual, elas estão destinadas ao ambiente doméstico, a submissão e a reclusão privativa aos cômodos de suas casas.

³²³ GILMAN, 2018, p. 197.

³²⁴ MATIOLEVICS, 2018, p. 20-21.

³²⁵ GILMAN, 2018, p. 149.



Nota-se que abordar essas questões em um ambiente de ausência dessas prerrogativas permitiu vislumbrar um mundo repleto de preconceitos e violências em relação as mulheres. Se o privado dos lares as enclausurou, foi através da luta por uma vida livre e autônoma que permitiu a construção histórica feminina. E a exposição indireta em uma produção literária possibilitou expor os padrões aceitos e difundidos como sendo fatores que corrompem e deturpam a realidade almejada pelos movimentos feministas.

Entre o real e o imaginado, a ficção ganha vida e espaço para a difusão de perspectivas, anseios e problematizações acerca da realidade. Uma realidade em que a igualdade de gênero se mostra como uma vantagem que possibilitassem melhorias nas condições de vidas.

Uma utopia feminina, onde mulheres são livres e independentes entre si após o contato súbito com três homens que carregavam consigo seus preconceitos e seus padrões pessoais de comportamentos e aparência feminina, tornou-se um meio para despertar, em seus leitores, os medos, os anseios e as necessidades que o público feminino lutou ao longo da história e em seu dia a dia pela igualdade, justiça e respeito em uma marcada pelo pensamento patriarcal que forma vítimas constantes de sua violência e aversão a metamorfoses em seus paradigmas.

Data de Submissão: 10/03/2022

Data de Aceite: 22/05/2022

Referências

BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CORRÊA, Renata. Prefácio. In: GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das Mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

DAUPHIN, Cécile [et al.]. **A história das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia**. GÊNERO: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero –NUTEG. V.2. n.1. Niterói: EdUFF, 2000, p.7-30. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documents/historia_das_mulheres_nuteg.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.



DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-historias-e-conversas-de-mulher-mary-del-priore-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução: Waldéa Barcellos. 1.ed. Rio de Janeiro; Rocco, 2018.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1971. Disponível em: https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das Mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luzia Libânio. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <https://eventos.uece.br/siseventos/processaEvento/evento/downloadArquivo.jsf;jsessionid=8E65CEC88575C950C8A94D6FA1D87AA3.eventoss2?nomeArquivo=678-03062021-193913.pdf&diretorio=documentos&id=678&contexto=ciclodedebatesfeminismo2021>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Disponível em: <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

MATIOLEVITCZ, Cássia Silva. **Herland**: Utopia e Feminismo em Charlotte Perkins Gilman. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação /Mestrado). Curso de Pós-Graduação Strictu Sensu (Mestrado Acadêmico) Estudos Literários, Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Linguagem, Campus Tangara da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Dissertacao_final-Cassia%20Silva%20Matiolevitz.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p. (Coleção História &... Reflexões).

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e poder**. Rer. Social. Polít. Curitiba, v.18, n.36, p.15-23.jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r>. Acessado em: 01 fev. 2022.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica). Disponível em: https://www.academia.edu/14467883/A_Escrita_da_Hist%C3%B3ria_Peter_Burke. Acesso em: 01 fev. 2022.

O PESSOAL É POLÍTICO: PROJETOS DE LEI DAS VEREADORAS DE BELÉM EM 2021



THE POLITICS IS PERSONAL: 2021 BELÉM'S FEMALE COUNCILOR'S BILLS

JULIANA SILVA COUTO³²⁶

Resumo

A fim de avaliar como a questão de gênero é incluída na atuação política de mulheres eleitas, este artigo buscou analisar os discursos e projetos de lei em tramitação das seis vereadoras eleitas da cidade de Belém do Pará, em 2021. Com base na Teoria dos Campos, buscou-se verificar, também, se há a cristalização das vereadoras em políticas consideradas de “nichos femininos”. O resultado obtido nos leva a nuances de atuações quando se refere a mulher como pauta política. Parte das vereadoras aderem em seus discursos e projetos de lei, a prioridade de políticas públicas que perpassem a mulher em diferentes recortes, enquanto outra parte não. Em relação aos nichos, a área categorizada como “social” é a que detém maior número de projetos propostos pelas vereadoras. Ainda assim, concluindo-se que são necessárias explicações mais complexas para essas questões. Os dados permitem também observar quais temas as vereadoras concentram suas atuações no que diz respeito a mulher.

Palavras-chave: Gênero e participação política; eleições locais; vereadoras de Belém.

Abstract

In order to assess how the gender issue is included in the political action of elected women, this article sought to analyze the speeches and bills in progress of the six elected councilors of the city of Belém do Pará, in 2021. Based on the Theory of Campos, it was also sought to verify if there is a crystallization of the councilors in policies considered as “female niches”. The result obtained leads us to nuances of actions when referring to women as a political agenda. Part of the councilors adhere in their speeches and bills, to the priority of public policies that permeate women in different areas, while another part does not. In relation to niches, the area categorized as “social” is the one with the largest number of projects proposed by the councilors. Still, concluding that more complex explanations are needed for these issues. The data also allows us to observe which themes the allows focus on with regard to women.

Keywords: Gender and political participation; local elections; Belém councilor's.

³²⁶ Graduada em História pela Universidade da Amazônia. E-mail: julianacouto08@gmail.com

Uma versão estendida do presente artigo será publicada nos anais da III Jornada História e Gênero 2022: Experienciando saberes e cruzando olhares de gênero na pesquisa, no ensino e nas militâncias, promovido pelo GT Estudos de Gênero ANPUH/RS.



Introdução

*“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política.”
(Michelle Bachelet)³²⁷*

A fim de evidenciar as discrepâncias de homens e mulheres na sociedade, os debates sobre papéis de gênero são discutidos no Brasil desde 1970. Segundo dados (OLIVEIRA, 2018; VELASCO, OLIVEIRA, 2018; TSE, 2020), as mulheres representam 51,8% da população, 52,49% do eleitorado brasileiro e apenas 15% ocupam lugares políticos no Brasil. Essa desigualdade se deve ao processo histórico de violência e falta de direitos no qual a mulher está inserida, dentro de uma sociedade patriarcal, imposta a diversas formas de submissão e sendo negada ao espaço político, à mercê da sub-representação (GROSSMANN; NUNES, 2014).

Apesar dos marcos legais como conquistas que buscam assegurar os direitos femininos e reparar estas lacunas – como as cotas –, as dificuldades intrínsecas de uma estruturação política codificada para o masculino cerceia as atuações de mulheres que chegam nestes campos (BIROLI, 2010). A resistência dos partidos, as questões culturais (GROSSI; MIGUEL, 2001) e a inclusão orientada (BIROLI, 2010) também fazem parte dessa realidade política.

O movimento feminista surge no século XIX com o intuito de lutar por mudanças na realidade de submissão vivida pela mulher, conforme avança na conquista de espaço e direitos, essa luta começou a se relacionar com a teoria política e suas contribuições se tornam fundamentais quando buscamos uma democracia justa (BIROLI; MIGUEL, 2014). Beard (2018) fala sobre a necessidade de uma nova forma de fazer política, uma política colaborativa que desconstrua o status quo: a predominância de um gênero e suas codificações na política.

Para tanto, este artigo busca analisar as formas de se fazer política das seis vereadoras eleitas em Belém do Pará no ano de 2021. Bia Caminha, Lívia Duarte, Blenda Quaresma, Pastora Salete, Nazaré Lima e Dona Neves ocupam e atuam politicamente de forma diferente, quando olhamos para questões relacionadas ao gênero. Ao analisar essas

³²⁷ IZAAL, Renata. Michelle Bachelet: dez momentos em que a chilena se manifestou pelos direitos das mulheres. *O Globo*. Publicado em: 05 set. 2019. <https://oglobo.globo.com/celina/michelle-bachelet-dez-momentos-em-que-chilena-se-manifestou-pelos-direitos-das-mulheres-23927301>. Acesso em: 10 out. 2021.



atuações, busca-se ver como (e se) a mulher é trazida em seus Projetos de Lei, disponíveis no site da Câmara Municipal de Belém. Tal propósito justifica-se pela carência de pesquisas do âmbito de gênero na política na região Norte do país, além da relevância de dados sobre as eleições Municipais de Belém e Projetos de Lei das vereadoras eleitas. As informações contidas podem agregar a outros saberes, os quais são necessários para ampliar as análises desta pesquisa.

As mulheres adentrando a História

A produção historiográfica até início da década de 1970 era limitada ao olhar do homem como centro das narrativas, relegando a mulher a um espaço invisível, um lugar secundário dentro das estruturas sociais, políticas e econômicas, onde tal questão se traduz devido ao patriarcalismo, como pontua a historiadora Pauline Schmitt-Pantel (1990). Com isso, a memória e o conhecimento do passado feminino, bem como seu lugar como protagonista, permaneceram ofuscados das narrativas historiográficas, que até então se baseavam nas correntes Positivista (SHARPER, 1992).

Nesse sentido, a mudança de mentalidade nesse campo iria vir com a Escola dos Anales, criada em 1929, oferecendo uma “história vista de baixo” que visava dar luz aos sujeitos excluídos das narrativas. Com métodos interdisciplinares, essa escrita, segundo Jim Sharper em seu texto “A história vista de baixo” (1992), possui o intuito de compreender quais eram as experiências, desejos e relação daqueles sujeitos com seu tempo histórico, compondo o campo da História Social. A partir de então, os fatos históricos passaram a ser problematizados, saindo do eixo central da escrita, o que possibilitou a entendermos a história de maneira mais ampla e contextualizada. Apesar disso, não começa a se pensar de forma imediata na mulher como protagonista dessas narrativas históricas, somente na chamada “terceira geração” dos Annalles, diante do impulso dos movimentos feministas na década de 1970, que essa perspectiva passa a ser explorada de forma ampla.

Segundo as autoras Alves e Becker (2018), os movimentos feministas das décadas de 70 foram o ponto de partida para começar a se pensar nas narrativas femininas na história. Essas mulheres foram precursoras desse caminho em busca de reconhecimento histórico e igualdade de gênero, antes mesmo de se pensar em uma metodologia de análise para a produção historiográfica feminina, como é dito por Louise Tilly (1994), “certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como



a história das mulheres” (TILLY, 1994, p. 31). A partir disto, se entende o feminismo como um símbolo e movimento de luta organizada em prol da mudança.

Esse fato nos revela que viabilizar a mulher como sujeito histórico, agente transformadora de sua realidade e dar a ela o direito à memória só foi possível através de mobilizações, e estas feitas majoritariamente pelas próprias mulheres. Alves e Becker (2018), citando Michele Perrot (2005), pioneira da produção historiográfica feminina, demarcam a importância de se estudar as diferenças de gênero na História, pois as experiências históricas entre homens e mulheres foram concebidas de maneiras totalmente diferente ao longo do tempo. Logo, a exclusão da perspectiva feminina sobre determinado fato, exclui o caráter universal da história geral contada até então. Finalizam afirmando que “nesse sentido, ao trazer o diálogo a respeito de gênero na construção da história, refletiu-se a respeito da construção social e histórica, saindo do silêncio em que as mulheres estiveram durante muito tempo na história” (ALVES, BECKER, 2018, p. 127).

A incorporação do conceito de gênero nas análises históricas nos leva a profundos debates sobre as produções historiográficas e suas estruturas. Louise Tilly (1994) e Joan Scott (1992), ambas historiadoras, refletem de maneiras opostas sobre essa utilização na história das mulheres. A primeira explica que o conceito de gênero no campo histórico inclui a condição de gênero nas análises históricas, devendo levar em conta as duas culturas distintas para os gêneros. Ao pontuar essas diferenças, se exprime um engajamento político, promovendo a igualdade de gênero (TILLY, 1994). Também ressalta a importância de diversos recortes nos estudos sobre a História das Mulheres, como o de classe e raça, que proporcionam experiências diferentes entre mulheres ao longo do tempo, ampliando ainda mais nossa compreensão sobre essas vivências. Além disso, o caráter essencialmente descritivo dessa historiografia também é criticado por Tilly (1994), cobrando uma problematização e vinculação com os problemas gerais.

Joan Scott (1992) faz uma análise mais radical e profunda dessa produção, afirmando que o campo denominado “História das Mulheres” é levado como um adicional da “História Geral”. Reivindica a desconstrução da definição de História e seus padrões consolidados, que definem o homem como atores históricos primários (SCOTT, 1992). Assim, a dificuldade existente de outros historiadores para integrar a história das mulheres, segundo a autora, se dá por elas não serem consideradas sujeitos universais, exigindo assim um reconceituação, onde “gênero” foi o conceito usado para teorizar essa diferença (entre homens e mulheres). Scott propõem a desconstrução da aceitação dessa



realidade, problematizando a construção hierárquica que operava na vida dessas mulheres. Sendo assim, explica:

A ameaça radical colocada pela história das mulheres situa-se exatamente neste tipo de desafio à história estabelecida; as mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma exclusão das mulheres. (SCOTT, 1992, p.90)

E é nesse quesito que as duas historiadoras se afastam, Tilly (1994) acredita que essa proposta radical de desconstrução não respeita as ações humanas na história, visto que ignorar as relações de poder no tempo colaboraria para “uma história funcionalista e tautológica de causalidade” (TILLY, 1994, p. 50). Assim, percebe-se que esse campo da história ainda é relativamente novo e aberto a várias metodologias de estudo. Olhar as mulheres como sujeitos ativos nos processos históricos ainda é um paradigma que vem se quebrando e se formulando aos poucos.

O reconhecimento da mulher nas estruturas sociais, políticas e econômicas, narradas pela História das Mulheres, contribui positivamente para mostrar seu protagonismo, mesmo/e em frente as dificuldades impostas ao seu gênero, por isso, a perspectiva de gênero como categoria de análise teorizadas por Joan Scott (1992) e as premissas dos movimentos feministas são dois elementos importantes para compreendermos, neste artigo, as diferenças nas atuações vividas por mulheres no campo político.

Partindo desses pressupostos, as decorrências da bipolarização desigual de poder, onde um gênero detém mais que outro, levou a codificação das estruturas que regem a sociedade, a assumir a forma do dominante, ou seja, moldadas pelo e para o homem, não como sujeito universal, e sim para seu gênero, como pontua Flávia Biroli (2018). Assim, incluso as estruturas políticas, as mulheres perpassam por diferentes caminhos e atuações para, novamente, conquistar seu espaço.

Gênero e Poder

O legado da esfera privada ao gênero feminino não era levado em conta nas análises de atuação das mulheres na esfera pública - considerada masculina - até a década de 1970. Logo, o baixo índice de mulheres no campo político já foi justificado, em 1950 e 1960, com o conceito de “apatia feminina” (ARAÚJO, 2010, p. 581), que justificava a



suposta falta de interesse das mulheres na política como algo da “natureza feminina”. Simone de Beauvoir (1980) teorizava que “o pessoal é político”, ou seja, a vida privada dos cidadãos são uma parte do mundo público, dos padrões estabelecidos na sociedade, por isso devem ser analisados de forma correlacionada.

No artigo de Flávia Biroli e Janine Mello (2010), é ressaltado que para Iris Marion Young, o caráter estrutural da sociedade condiciona as oportunidades e expectativas de determinado grupo, e a partir disto limita as possibilidades destes grupos na sociedade. Focando no aspecto deste artigo, significa dizer que mulheres estão localizadas estruturalmente em uma posição social imposta que as excluem do meio político. Outrossim, Biroli e Mello (2010, p. 5) citam a forma de organização do campo político para entender melhor como ele funciona, com base na teoria dos campos, de Bourdieu.

Nesta teoria, o campo político é entendido como autônomo e possui suas próprias estruturas, nele os agentes sociais se enfrentam buscando conservá-lo ou transformá-lo. Para entender a padronização que se encontra na estrutura política e que gera a exclusão das mulheres na mesma, os autores explicam:

A entrada de mulheres nessa esfera é afetada pela existência de inúmeros padrões estruturantes, com base em características masculinas que limitam a entrada desse grupo ou, mesmo após sua entrada, limitam sua ação dentro do campo em função do pouco capital simbólico que possuem. (BIROLI; MELLO, 2010, p. 6)

Em relação ao capital simbólico, cada sujeito acumula um capital, “...A definição dos diferentes capitais está associada, nesse caso, às configurações históricas da oposição homem-mulher” (BIROLI; MELLO, 2010, p. 6). Assim, mulheres acumulam menos capital simbólico do que homens em decorrência do processo de submissão que lhe foi imposto ao longo da história, e com isso, seu poder de ação dentro do campo político é extremamente limitado e dificultoso.

Sobre as consequências da ligação da esfera privada com a atuação pública das mulheres, Flávia Biroli e Janine Mello (2010) trazem as divisões que estruturam os gêneros na sociedade patriarcal, a exemplo da divisão sexual do trabalho político, que atrela ao fazer político de mulheres competências e aptidões ligados a características da esfera privada, como noções de cuidadora e instinto materno (BIROLI; MELLO, 2010). Contemplando essa linha, Oliveira (2018) diz “pode-se dizer que mulheres ficam inseridas em temáticas socialmente consideradas femininas por ser o único nicho disponível para elas no campo político, o de menor prestígio.”





Constatação vista também na categoria “sensibilidade”, explanada por Miriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel (2001), em suas análises do seminário de cotas, que contou com a participação de 100 mulheres candidatas de diversos segmentos políticos formais e informais, além de pesquisadoras. Essa categoria apareceu na fala das deputadas presentes no seminário e na dos seus colegas de partido, exprimindo sobre a figura da mulher a noção que lhe foi socialmente construída: a de cuidadora, afetuosa, e que portanto, é mais suscetível à área social. Para eles, isso seria o que a diferencia do homem político. As autoras concluem que “estas questões, não por acaso, parecem ser recorrentes no senso comum sobre o verdadeiro papel das mulheres na política, o de tornar os espaços do poder menos áridos, menos cruéis e mais dignos” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 23). A partir disto, percebemos alguns efeitos de sub-representação da mulher na política (SÁ; SANTOS, 2019).

Há outros dois argumentos analisados por Biroli e Mello (2010) para apontar essa diferenciação entre o fazer político de homens e mulheres: a de que existe uma diferença moral entre eles – a expectativa de que mulheres são cuidadoras e, por conseguinte, possuem um zelo maior – e uma diferença de interesses – como se houvesse um interesse feminino enrustido apenas em mulheres – e por isso a necessidade de ambos os fazeres na política.

Tais justificativas possuem caráter retrógados e estereotipados, cristalizando a mulher em um nicho específico no campo político. As autoras chamam tal prática de “inclusão orientada”. Assim, mesmo conseguindo adentrar ao espaço político, estas barreiras fazem parte da realidade dessas mulheres. Ao trazer o levante da atuação de Deputadas federais, entre o período de 2003-2006, as autoras puderam constatar:

A participação das mulheres nas comissões se concentra no eixo “Social”, com 44,7% de sua participação, confirmando a concentração da atuação em áreas tradicionalmente entendidas como femininas. Os homens, diferentemente, têm sua participação em comissões concentrada no eixo “Político-legal”, com 33% de sua participação. (BIROLI, MELLO, 2010, p. 12)

Em outras palavras, mulheres já embarcam no jogo político com limitações impostas ao seu gênero e dentro de uma estrutura política marcada por essa dicotomia. Ou seja, não ganham espaço para trabalhar em áreas diversificadas nos meios institucionais, tendo um alcance limitado aos nichos citados. Por isso, avançar e romper com estes padrões estruturantes é um significativo passo para desconstruir a hierarquização de gênero existente nesse campo, questão fundamental que norteia este artigo.



Voltando a Iris Marion Young (2006), as diferenças estruturais entre os gêneros é o que de fato marca e difere suas atuações no campo político, assim, a importância da perspectiva social de um grupo desfavorecido é essencial para o vislumbre de suas demandas, oriundas de um posicionamento estrutural específico, algo que outro grupo em posição diferente não vislumbra, como é o caso de mulheres e homens. Como a autora fala, é um ponto de partida semelhante, não de chegada.

Com rupturas e continuidades nessa trajetória, é importante ressaltar que atualmente, mulheres podem contar com maior apoio da sociedade civil e diversidade de meios para difundir suas pautas e promoverem organizações que possam buscar uma renovação política. Além disso, é inegável as conquistas institucionais das mulheres nesse meio: o direito ao voto, paridade perante a lei, até a criação de cotas. Todos são marcos legais que buscam diminuir as disparidades de gênero nessa área e/ou assegurar os direitos democráticos apesar de ainda existir diversas lacunas.

Amarras políticas: consciência de gênero e representação

A relevância de se ter mulheres em espaços decisórios na política se relaciona diretamente com o fortalecimento da democracia: segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE, as mulheres representam 51,8% da população, 52,49% do eleitorado brasileiro e, apenas 15% ocupam lugares políticos no Brasil (VELASCO; OLIVEIRA, 2018). Isso significa que ainda estamos longe de algum tipo de paridade de gênero.

Algumas teorias de representação (YOUNG, 2006) levantam o debate sobre a real necessidade de se ter mulheres ocupando essas posições, algo problemático, pois o fato de homens ocuparem 75% do corpo político não deveria ser visto como uma conjectura normal da sociedade. Este corpo político construído em cima de processos de hierarquização e dominação já aqui mencionados, formado por homens brancos de classe social elevado, não abarca as demandas de perspectivas de minorias (YOUNG, 2006), neste caso, de mulheres. Isto posto, mulheres devem dominar esses espaços públicos decisórios que há tanto foi impermeável porque nos dizem respeito, porque somos sujeitos políticos e cidadãos.

Como visto nos tópicos anteriores, o movimento feminista esteve desde meados do século XIX atrelado a luta em prol da conquista de direitos e espaços para mulheres. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014) citam a obra e pensamento de Cristina de Pizán (1364-1430), que durante a Idade Média escreveu que a submissão da mulher não é



explicada pelas diferenças físicas em relação aos homens, e sim a uma diferença de condição social imposta. Ligando o feminismo com a afirmação de Pizán, concluem:

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão dos direitos individuais a toda a espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 13).

Com esse legado, afirmam que as contribuições da teoria feminista de repensar o terreno institucional e as formas de dominação masculina sobre ele, atualmente são vistas como indispensáveis ao tratar-se de teoria política. Com isso, não se é estranho pensar ao buscar caminhos para uma mudança na forma de distribuir poder e a modificar a estruturação social aqui citadas, que a construção de uma atuação feminista possa estar relacionada.

A exemplo das contribuições da teoria feminista ao fazer político, Biroli e Miguel (2014, p. 66) remarcam a importância de dar condições para mulheres exercerem paritariamente a política ao ocuparem cargos no corpo institucional, como maior acesso a creches, divisão das tarefas domésticas e fim da discriminação de gênero no mercado de trabalho. Legados da esfera doméstica que devem ser levados em conta por afetarem diretamente mulheres. Como dito antes, para emancipar, não cristalizar.

Na obra e teoria da historiadora Mary Beard (2018), propõem-se que as mulheres além de ocuparem os espaços políticos, coletivamente reivindicuem a denúncia e a desconstrução das estruturas, se utilizando de discursos e práticas políticas para mudar o *status quo*, ou seja, uma nova forma de fazer política, que também norteia este artigo:

Não se pode, com facilidade, inserir as mulheres numa estrutura que já está codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura. Isso significa pensar no poder de outra maneira. Significa dissociá-lo do prestígio público. Significa pensar de forma colaborativa. (BEARD, 2018, p. 76)

É preciso atuação em prol disso, não basta apenas ocupar o cargo e continuar perpetuando as condições citadas: “é necessário que as mulheres que ascenderam ao poder tenham consciência [...] compreendendo que a desigualdade de gênero continua e que temos o compromisso de criar condições para que a mudança ocorra.” (SOUZA, 2013, p. 186). Fato também reforçado por Grossmann e Nunes (2014, p. 57), “ocupar o espaço público e ser reconhecida e se reconhecer como um sujeito político representa interagir e interferir para desconstruir a cultura patriarcal dominante”; ou seja, evidenciando a necessidade de uma política baseada na mudança e engajamento, baseada no feminismo e a partir disto, propondo modificações realistas para a questão.



Com o viés apresentado, o cargo de vereador foi escolhido para analisarmos o fazer político das vereadoras eleitas na cidade de Belém, no Pará, região Norte do Brasil. Com isso, pretende-se verificar como estas vereadoras trazem a imagem da mulher no seu fazer político, para isso, será analisado seus Projetos de lei, tendo em perspectiva o feminismo para as questões relacionadas as suas atuações

É preciso ter em vista que os recortes de classe, raça e sexualidade permeiam a existência da mulher, portanto serão vislumbrados na contabilização dos Projetos de Lei. É ilusório querer trazer o gênero de forma não vinculada a essas questões, como pontuado por Tilly (1994). Também foram analisados determinados discursos de campanha das vereadoras, disponíveis na rede social *Facebook*, filtrando a palavra “feminismo” para fins comparativos. Por fim, não se busca fazer esta análise com caráter decisório sobre as vereadoras, se sabe que apenas estes elementos não contemplam todas as áreas passíveis de análise, evidenciando a necessidade de mais pesquisas referentes ao assunto.

As vereadoras de Belém: análise das novas formas (ou não) de se fazer política

Primeiramente, iremos analisar o número de vereadoras eleitas na cidade de Belém nos anos seguintes da Lei de Eleições (Lei 9504/1997) em comparação com a eleição de 1996, momento antes de entrar em vigor os 30% de cotas requerido. Os dados foram coletados na internet, pelos *sites* do G1 e da Câmara Municipal de Belém, sendo vislumbrados no gráfico 1. Assim, será possível visualizar o ingresso de mulheres no cargo no decorrer de sete eleições, que contam com 35 vagas.

Gráfico 1 - Número de Vereadoras eleitas entre 1996 e 2020 em Belém



Fonte: autoria própria.



Este artigo não procura as razões para o declínio ocorrido em 2008, mas é fato que nenhum ano conseguiu atingir os 30% estipulados pela lei. Essa realidade só constata o que foi discutido, outrossim evidencia a necessidade de mudança. O ano de 2020 pode-se dizer histórico por representar o maior número de eleitas até então e, entre elas, a vereadora mais nova da cidade, cujo lema de “romper silêncios” esteve atrelado em todo seu discurso de campanha (MASSUELLA, 2020).

A seguir, será apresentado as seis candidatas eleitas em 2020: Blenda Quaresma (MDB), Pastora Salete (Patriota), Dona Neves (PSD), Lívia Duarte (PSOL), Bia Caminha (PT) e a suplente de Vivi Reis, Enfermeira Nazaré (PSOL), bem como seus projetos de lei municipal aprovados e em tramitação no ano de 2021, visualizados até a data de publicação deste artigo, todos disponíveis no site da Câmara Municipal de Belém. As análises foram divididas em duplas de acordo com o número de Projetos de Lei em processo legislativo selecionados de cada vereadora. É reconhecido que muitos projetos para além das fontes escolhidas são de extrema importância para a sociedade no geral, assim como seus discursos de campanha.

Será visto como/se esses projetos buscam a emancipação da mulher e como trazem sua imagem, dando ênfase no meio político. Também buscou-se obter informação sobre o posicionamento político das vereadoras em relação ao feminismo, a fim de realizar comparativos no final da análise, sendo esses dados coletados nas redes sociais (Facebook) das vereadoras, usando o filtro de palavra “feminismo”.

Das seis vereadoras, Dona Neves, Pastora Salete e Blenda Quaresma não fazem menção ao feminismo na rede social mencionada, assim, não se sabe se há um alinhamento político e uma adesão ao movimento, diferente das vereadoras Bia Caminha, Enfermeira Nazaré e Lívia Duarte, que abertamente se declaram adeptas ao discurso e prática da luta.

É importante ressaltar que projetos anteriores de vereadoras reeleitas não serão analisados. Os projetos de lei foram divididos em quatro áreas de acordo com seus objetivos: saúde, segurança, social e político. No campo social estão inclusas questões raciais, de sexualidade e de trabalho. No campo político, estão inclusos também referências a agentes políticos e ao meio físico político institucional, visto que correspondem ao ambiente em que a mulher será inserida no meio político. A categorização estará presente na análise de todos os projetos, a fim de visualizar de maneira mais clara os resultados, sendo válido um projeto abarcar mais de uma categoria.



Blenda Quaresma (MDB) e Pastora Salete (Patriota)

Sob o slogan de campanha “Saúde e Trabalho”, temos cinco Projetos de Lei propostos pela vereadora Blenda Quaresma, dos quais quatro estão em processo legislativo e um já foi aprovado. O projeto em processo número 058³²⁸, que estabelece o mês de setembro para orientação e prevenção da gravidez na adolescência, é o único que volta seu olhar para a mulher e se enquadra na categoria de “Saúde”.

No caso da Pastora Salete, que demonstra conectar sua atuação política com sua experiência de vida no bairro do Jurunas, foi possível visualizar suas propostas de campanha em determinada postagem³²⁹; somente nela a “Casa de Acolhimento a Mulher” é citada, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Proposta de campanha

CONHEÇA OS MEUS PROJETOS E MINHAS PROPOSTAS..

- POLITICA DE CAMPO**
AO LONGO DOS 4 ANOS ESTAR REUNINDO COM A COMUNIDADE. VER, CONHECER E SABER DE SUA DIFICULDADE, DESSA FORMA PODER LUTAR POR VOCÊ.
- UPA NO SEU BAIRRO:**
PARA QUE VOCÊ NÃO PRECISE SE DESLOCAR A UMA DISTÂNCIA ABSURDA EM UM MOMENTO DE NECESSIDADE. VAMOS LUTAR PARA QUE VOCÊ TENHA UMA UPA MAIS ESTRUTURADA, COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS QUE TE TRATEM COM RESPEITO E DIGNIDADE
- EDUCAÇÃO POPULAR**
CURSINHO GRATUITO
ESCOLINHA DE FUTEBOL E ARTE MARCIAIS
ATIVIDADES VOLTADA PARA MELHOR IDADE. GARANTINDO AOS MENOS FAVORECIDOS A OPORTUNIDADE DE INGRESSAR EM UMA UNIVERSIDADE.
VALORIZANDO O ESPORTE E O LAZER NA COMUNIDADE E MAIS QUALIDADE DE VIDA A NOSSA MELHOR IDADE.
- CASA DE ACOLHIMENTO A MULHER**
Mulheres vítimas de violência domestica
Mulheres vítimas de abuso sexuais, entre outros...
PARA VOCÊ MULHER QUE É VÍTIMA, NÃO SABE O QUE FAZER E NEM TEM PARA ONDE IR, POSSA TER UMA OPÇÃO DE ACOLHIMENTO E SEGURANÇA, COM APOIO PSICOLÓGICO E PSIQUIÁTRICO.
- APOIO A CULTURA POPULAR**
EM ESPECIAL AOS GRUPOS DE TOADA, SENDO RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO E MATERIAL CULTURAL
HÁ MAIS DE 20 ANOS, OS GRUPOS DE TOADA LUTAM COM RECURSOS PRÓPRIOS PARA MANTER A ESTRUTURA E SUAS ATIVIDADES. PROJETO SOCIAL QUE TRABALHA DIRETAMENTE COM OS JOVENS, TIRANDO-OS DAS RUAS DANDO-LHES UMA OPÇÃO, DESSA FORMA EVITANDO QUE ESSE JOVEM ENTRE NO MUNDO DO CRIME OU DAS DROGAS
POR ESSE MOTIVO VAMOS LUTAR PELA VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DESSE SEGMENTO

Fonte: Facebook.

Porém, dos seus três projetos de lei em processo até esta data, não foi encontrado menção a esta Casa e nada que faça jus à mulher. Seu slogan é “A força que vem de vocês”, muito atrelado à sua forma de discurso, que traz um caráter religioso e um juízo de honestidade, como é possível perceber ao postar em seu Facebook uma foto sua na

³²⁸ Disponível em: <https://www.cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/Proc.-058.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021

³²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/renato.koboolt/posts/3693405917407624>. Acesso em: 20 nov. 2021.





Câmara Municipal de Belém e escrever “Não há força alguma nessa terra capaz de tirar de alguém a benção que quem entregou foi Deus, o todo poderoso.”³³⁰

Como dito, não há juízo de valor decisório nas análises descritivas aqui apresentadas, porém, expor nuances da atuação das duas vereadoras citadas nos ajuda a enxergar algumas questões sobre este fazer político. Frisamos também que não foram encontradas nenhuma relação das vereadoras com o feminismo ao filtrar a palavra.

Enfermeira Nazaré (PSOL) e Dona Neves (PSD)

Importantes recortes são trazidos com os Projetos de Lei da vereadora Nazaré Lima: de sexualidade, raça e classe que acabam por perpassar a figura da mulher. Seu slogan de campanha é o mesmo do seu partido (PSOL), “Belém de Novas Ideias”³³¹. Ao todo possui 14 projetos de lei, dos quais treze em processo e um já aprovado. Destes, dois são destinados a população negra, um para violência contra mulher e o último para o enfrentamento à violência política de gênero, projeto em conjunto com as vereadoras Bia Caminha e Lívia Duarte. Eles podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Projetos de Lei em processo em 2021

Número do Processo Legislativo	Requerimento do Projeto	Categoria
508	Comunicar Órgãos de segurança pública de ocorrência, ou indício de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente ou idoso nos condomínios residenciais.	Segurança
108	Define o significado de racismo institucional, no intuito de garantir direitos individuais e coletivos à população negra.	Social
434	Altera o calendário oficial de Belém para incluir o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas.	Social e Político
436	Inclusão de curso de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na Atuação Básica de Saúde sobre a população negra	Saúde e Social

Fonte: Formatação própria.

³³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/PraSaleteSouza/posts/935374470415473>. Acesso em: 20 nov. 2021.

³³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/enfermeiranazare/posts/1809302882568970>. Acesso em: 27 nov. 2021.



A vereadora Dona Neves tem 16 projetos em processo e um aprovado. Destes, três projetos são do interesse deste artigo e exemplificam meios de inserir a mulher tanto na política quanto no trabalho e estão dispostos no Quadro 2. Seu slogan de campanha “Fazer o bem sem olhar a quem” corresponde a seus discursos e práticas a favor de questões sociais, como relata “Aos poucos vamos alinhando melhores condições de vida pra a comunidade. Eu fui eleita pelo povo e é pelo povo que lutarei!”.³³²

Quadro 2 - Projetos de Lei em processo em 2021

Número do Processo Legislativo	Requerimento do Projeto de Lei	Categoria
1207	Institui o sistema “A MULHER NA POLÍTICA”, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política e dá outras providências.	Política
970	Dar prioridade nas vagas em creches municipais aos filhos de mulher vítima de violência doméstica.	Segurança e Social
971	Conceder incentivos fiscais para à empresa que contratar mulher vítima de violência doméstica, bem como à empresa individual de mulher vítima de violência doméstica.	Segurança e Social

Fonte: Formatação própria.

O posicionamento político embutido nos projetos de lei em processo das duas vereadoras traz a imagem da mulher de forma emancipatória frente a questões políticas, sociais e de violências, com importantes recortes de raça e sexualidade. Tal é observado no caso da vereadora Enfermeira Nazaré, que também se declara feminista, ao dizer “Sou mulher, negra, mãe, feminista, enfermeira, há mais de 30 anos tenho dedicado minha vida [...] ao ativismo político na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária”.³³³

Lívia Duarte (PSOL) e Bia Caminha (PT)

Lívia Duarte possuía como slogan de campanha “Ecoar todas as vozes”; ao todo, consta-se 23 projetos em processo legislativo e um aprovado. Dez foram selecionados e apresentam uma política comprometida em levar condição, segurança, direito e emancipação da mulher e seus recortes. Buscar visibilidade para estas demandas

³³² Disponível em: <https://www.facebook.com/DonaNeves.Oficial/posts/733480734257467>. Acesso em: 27 nov. 2021.

³³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/enfermeiranazare/posts/1242484485917482>. Acesso em: 20 nov. 2021.



localizadas em uma posição estrutural hierárquica inferior ao do homem, branco e hétero, é de extrema importância para criar condições para mudanças.

Quadro 3 - Projetos de Lei em processo em 2021

Número do Processo Legislativo	Requerimento do Projeto de Lei	Categoria
101	Criação, no âmbito da Câmara Municipal de Belém, da Creche da Câmara.	Social e Político
102	Cria a Comenda “Paula Duarte”.	Social
286	Institui o Dia Municipal da Resistência e Liberdade Negras.	Social
287	Institui o Estatuto da Igualdade Racial no município de Belém, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288/2010 e da Lei Estadual nº 6.941/2007.	Social
434	Altera o calendário oficial de Belém para incluir o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas.	Social e Político
622	Adita-se texto ao inciso XII do § 2º do artigo 20 da seção VI da Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, instituindo a paridade de gênero na composição da Comissão de Ética Parlamentar.	Político
752	Criação da Frente Parlamentar de Combate ao Racismo.	Social
818	Obrigatoriedade do ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas municipais.	Social
831	Medidas para o enfrentamento ao racismo institucional por meio de formações antirracistas para os servidores e demais funcionários da Câmara Municipal de Belém.	Social e Político
1840	Obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em órgãos públicos de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas.	Social

Fonte: Formatação própria.

Por último, Bia Caminha (PT), a vereadora mais jovem eleita, veio com o slogan “Para romper silêncios”³³⁴, que busca trazer um mandato coletivo, LGBT, feminista e de uma mulher negra. Engajada com a pauta racial e de sexualidade, a vereadora possui 33 Projetos de Lei em processo legislativo e um aprovado, o qual consta no *site* da Câmara

³³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=1120578715024177>. Acesso em: 28 nov. 2021.



como o Projeto de Lei nº 016 que consiste em instituir no Calendário Oficial de Belém a Semana Municipal do Empoderamento Feminino³³⁵, na primeira semana de março. Dezesesseis projetos em processo foram contemplados neste artigo e podem ser visualizados no Quadro 4.

Quadro 4 - Projetos de Lei em processo em 2021

Número do Processo Legislativo	Requerimento do Projeto de Lei	Categoria
275	Garantia de que agressores de mulheres não possam assumir cargos públicos no Município de Belém.	Segurança e Político
434	Altera o calendário oficial de Belém para incluir o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas	Social e Político
455	Altera o nome da Comissão da Condição Feminina, previsto no art. 20, inciso XVI e art. 42, inciso XVI, da Resolução nº15 de 16 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém	Social
456	Institui o Dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, a ser comemorado anualmente no dia 17 de março.	Social
457	Cria a campanha permanente de enfrentamento ao assédio e a violência sexual.	Segurança e Social
458	Institui o Dia municipal de luta contra o encarceramento da juventude negra, a ser comemorado anualmente no dia 20 de julho.	Social
460	Institui no âmbito das escolas públicas e privadas do Município de Belém a Semana do Empoderamento Feminino.	Social
522	Institui a Política Municipal de promoção a Cidadania LGBT e enfrentamento da LGTBfobia no Município de Belém.	Social
734	Institui o Dia Municipal da Mulher Indígena no Município de Belém.	Social
1154	Estabelece parâmetros para o reconhecimento institucional de identidade de gênero e sua operacionalização no Município de Belém.	Social

³³⁵ PROJETO DE LEI Nº 016/2021, DE 23 DE JUNHO DE 2021 - VEREADORA BIA CAMINHA (Institui no Município de Belém a Semana Municipal do Empoderamento Feminino, e dá outras providências). **Câmara Municipal de Belém**. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/projeto-de-lei-no-016-2021-de-23-de-junho-de-2021-vereadora-bia-caminha-institui-no-municipio-de-belem-a-semana-municipal-do-empoderamento-feminino-e-da-outras-providencias/> Acesso em: 30 nov. 2021.



1185	Institui o Programa Aluguel Social, estabelecendo a concessão de benefício financeiro mensal para a cobertura de despesas com moradia para a população LGBTQIA+ de baixa renda.	Social
1187	Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Garantia dos Direitos LGBTQI+.	Social
1989	Estabelece diretrizes para implantação do programa Parada Segura, para mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, destinado a incentivar medidas e iniciativas de segurança a serem adotadas no transporte coletivo por ônibus no Município de Belém.	Segurança e Social
1990	Estabelece diretrizes para implantação do programa de Erradicação da Pobreza Menstrual no Município de Belém.	Saúde
1993	Criação do Dia Municipal da Visibilidade Bissexual no Município de Belém.	Social
1994	Estabelecimentos de cotas raciais para o ingresso de negras e negros no serviço público municipal de Belém.	Social

Fonte: Formatação própria.

As duas vereadoras trazem em seus projetos a ideia de consciência de gênero, recortes de classe, raça e sexualidade ao tratar das questões relacionadas a mulher. Ao buscar reparar lacunas historicamente construídas, as vereadoras apostam em projetos de lei de caráter social e político, sendo ambas declaradamente comprometidas com o feminismo.

Análise dos projetos

Ao analisar os Projetos de Lei em processo legislativo das seis vereadoras eleitas, buscando encontrar como a mulher é trazida nesse processo, visto o gênero como categoria de diferenciação (SCOTT, 1995) foi possível visualizar uma maior concentração da atuação das vereadoras na categoria “Social” e uma menor concentração na categoria de “Saúde”, o total de números de projetos em relação as categorias podem ser visualizadas na Tabela 1. Assim, pode-se dizer que a atuação de algumas das vereadoras em prol da mulher busca visibilizar as questões de cunho social.

Tabela 1: Proporção do número de projetos de lei com as categorias

Categoria	Número de Projetos
Saúde	3



Político	6
Segurança	5
Social	27

Fonte: Formatação própria.

Foi possível observar algumas vertentes que são mais exploradas pelas vereadoras dentro desta categoria e podem ser visualizadas na Tabela 2. A pauta racial é a que está mais presente nos projetos de lei da categoria “social”, logo em seguida, a pauta LGBTQIA+. A pauta racial aparece principalmente em dois sentidos, o primeiro é no de dar direitos e aparatos legais mediante o enfrentamento ao racismo, e o segundo é de conscientização. A pauta LGBTQIA+ aparece mais comumente pelo viés da conscientização e visibilidade.

Tabela 2: Temas dos Projetos de Lei da categoria "Social"

Pautas	Número de Projetos de Lei
Violência física ou sexual	6
Maternidade	4
LGBTQIA+	8
Pauta Racial	9

Fonte: formatação própria.

As autoras das duas pautas mais presentes foram Bia Caminha, Enfermeira Nazaré e Lívia Duarte, mulheres negras, feministas e no caso da primeira, LGBTQIA+. Iris Marion Young (2006, p. 24), remete a especificidade de oportunidades e expectativas que grupos posicionados estruturalmente de maneira similar passam e que não podem ser entendidos pelo simples ato de compartilhamento de ideias. Além disso, o *status quo* codificado na estrutura política (BEARD, 2018) é masculino, branco e hétero, portanto, há uma sequência rompida com estas vereadoras e mais ainda ao trazerem estas temáticas.

O fato das três vereadoras citadas também se identificarem como feministas pode estar ligado ao posicionamento de seus projetos de lei. Alguns destes possuem temas ligados a maternidade, que segundo Biroli e Miguel (2014, p.13) é uma questão de importância em uma atuação feminista na política por conta dos legados da esfera doméstica que afetam diretamente mulheres, semelhante ao discurso da vereadora Lívia Duarte (2020), que defende a maternidade como pauta política e não nicho: “Sou uma



mãe negra, da Amazônia, antirracista e feminista. Para mim, a maternidade não é nicho é pauta política e prioritária dentro das minhas propostas”.³³⁶ Assim, os projetos de lei em processo legislativo 1840 e 101, que dispõem respectivamente sobre fraldário familiar em ambientes públicos e creches na Câmara Municipal, podem ser considerados exemplos de meios que oferecem suporte para mulheres não se restringirem nessa esfera privada.

E claro, o ato de estar posicionada em tal estrutura não significa que ao adentrar espaços decisórios, estas pessoas irão dar visibilidade para essas pautas ou representar o interesse do movimento feminista. Tal é o caso da Pastora Salete, que não possui nenhum projeto de lei voltando seu olhar especificamente para mulher ou não se encontra postagens atrelando seu posicionamento ao feminismo, podendo citar neste último caso as vereadoras Blenda Quaresma e Dona Neves também. Assim, estas mulheres atuam politicamente em outros contextos, como no âmbito da vulnerabilidade social de pessoas carentes. Ou seja, o fato de ser mulher não significa aderir ao feminismo ou colocar tais questões como centrais.

A categoria “Saúde” abarcou a mulher em três questões: classe, raça e prevenção. Os dois primeiros recortes se configuram como elementos que diferenciam as vivências das mulheres na sociedade (TILLY, 1994, p. 10); por isso, ao elencar a pobreza menstrual e a capacitação de profissionais da saúde sobre a população negra, pode se dizer que a mulher passa a ser contemplada de forma mais abrangente, dentro de suas múltiplas vivências.

Nos projetos de lei categorizados como “Político” é possível dizer que dois deles buscaram meios para inserir a mulher na política: o caso do processo legislativo 1207, da vereadora Dona Neves, e o 622, de Livia Duarte. Os outros quatro projetos se constituíram no viés de conscientização de pautas raciais, violência contra mulher e creche para mães vereadoras. Assim, a junção de mulher e política ocupa o terceiro lugar nos projetos políticos das vereadoras eleitas.

O tema de “Segurança” também foi trazido para o campo político, o que ressalta as diversas dificuldades que mulheres podem enfrentar neste meio, como a realidade de violência que permeia suas vidas. O Projeto de Lei que busca barrar candidaturas de homens que tenham cometido violência contra mulher, de autoria da vereadora Bia Caminha, contribui no sentido de “interferir para desconstruir a cultura patriarcal

³³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/liviaduartepsolpa/posts/10214265643914456>. Acesso em: 28 nov. 2021.



dominante” (GROSSMANN; NUNES, 2014, p. 57). Assim, essa categoria buscou trazer amparo para mulheres vítimas dessas violências.

Foi possível confirmar a associação da atuação das vereadoras em áreas ditas como “sociais” em relação a projetos de lei que trazem a mulher. Apesar disso, ao falar sobre mulheres que chegam no poder político, Rita Souza (2013, p. 186) aponta a compreensão de que “a desigualdade de gênero continua e que temos o compromisso de criar condições para que a mudança ocorra”; parece-nos que os objetivos de alguns dos Projetos de Lei podem ser entendidos como relevantes para criar estas condições, visto as amplas questões sobre a realidade da mulher que eles contemplam.

O posicionamento a favor de práticas feministas de algumas das vereadoras pode ser interpretado como diferencial em suas atuações em relação àquelas que não aderem ao movimento. Essa identificação por si só não é a solução de todos os problemas elencados (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 96), porém suas contribuições podem ser bem articuladas e proveitosas para oferecer mudanças na vida de mulheres.

Considerações finais

Ao buscar analisar como a figura da mulher é trazida dentro dos Projetos de Lei das seis vereadoras eleitas e empossadas no ano de 2021, na cidade de Belém, foi possível visualizar nuances de atuação e de engajamento. Foi verificado que os projetos de lei selecionados contemplam a mulher na esfera política, de trabalho, de amparo a violência, na área da saúde e trazem os recortes de raça, classe e sexualidade perpassando essa figura. A maior área de atuação das vereadoras por meio do viés proposto se deu na categoria “social”.

Foi possível observar também que parte das vereadoras não se mostram engajadas nessas narrativas, seja com o feminismo, seja com uma atuação voltada para temas sensíveis a mulheres, sendo válido concluir que ser mulher na política não significa necessariamente agir desconstruindo determinadas questões impostas ao seu gênero. Nesta pesquisa, as vereadoras que levantam a bandeira do feminismo foram as que mais direcionaram seus projetos de lei e discursos para políticas que envolvam seu gênero.

Apesar disso, apenas seis mulheres foram eleitas de um total de 35 vagas, demonstrando que ainda temos um longo caminho a percorrer. É necessário um aprofundamento por outras metodologias e um maior número de pesquisas sobre o assunto para ter-se uma visão mais ampla e complementada sobre ele.





No mais, a caminhada feita por mulheres para mulheres se compõe de luta organizada e como fruto, pôde resultar décadas depois no empossamento das vereadoras citadas. É de importância fundamental que mais mulheres se juntem neste processo, a fim de acarretar cada vez mais direitos e conquistar mais espaços – assim, talvez em algumas décadas, Belém alcance a paridade de gênero em sua Câmara Municipal.

Data de Submissão: 06/03/2022

Data de Aceite: 20/05/2022

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos Feministas**, Florianópolis. vol. 18, nº 2, p. 567-584, maio-ago. 2010.

ALVES, Gláucia da Rosa do Amaral; BECKER, Elsbeth Léia Spode. As mulheres e a historiografia. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução: Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia; MELLO, Janine. Gênero e representação política: hipóteses sobre as diferenças entre a atuação de Deputadas e Deputados Federais na 52ª legislatura (2003-2006). **Revista Ártemis**, vol. 11, p. 1-20, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: Mulheres na política. Dossiê - Mulheres na Política, Mulheres no Poder. **Rev. Estud. Fem.**, v. 9, n. 1, 2001.



GROSSMANN, Lurdes Aparecida; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. A importância da participação política das mulheres para a construção de uma nova cidadania. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, Universidade de Santa Cruz do Sul, p. 1-20, 2014.

MASSUELLA, Luana. Belém elege vereadora mais nova da história: "Mulher negra chegou à Câmara". **UOL**. Publicado em: 16 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/belem-elege-vereadora-mais-nova-da-historia-mulher-negra-chegou-a-camara.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.

OLIVEIRA, Anny. Mesmo depois de eleitas, mulheres enfrentam barreiras para participar da política. **Agência Universitária de Notícias**. Publicado em: 29 out. 2018. Disponível em: <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/10/29/mesmo-depois-de-eleitas-mulheres-enfrentam-barreiras-para-participar-da-politica/>. Acesso em: 10 out. 2021.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PROJETOS de lei em tramitação. **Câmara Municipal de Belém**. 2021. Disponível em: <https://www.cmb.pa.gov.br/projetos-de-lei-em-tramitacao-2021/>. Acesso em: 10 out. 2021.

SÁ, Sérvula Isadora de Sousa; SANTOS, Maria Laura Lopes Nunes. A Sub-Representatividade Feminina na Política e a Lei de Cotas. **Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-eleitoral/a-sub-representatividade-feminina-na-politica-e-a-lei-de-cotas/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20(2), 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. A história das mulheres na história da Antiguidade. *In*: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das mulheres no Ocidente. A Antiguidade**. Porto: Afrontamento, p.591-604, v.1, 1990.



SHARPER, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

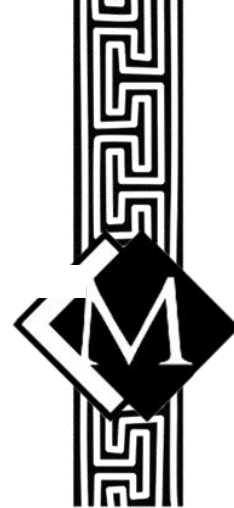
SOUZA, Silvia Rita. A mulher nos espaços de poder político. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 3, p. 183-196, 2013.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

TSE. Censo da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. **Tribunal Superior Eleitoral**. Publicado em: 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: 25 maio 2021

VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. Nº de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. **G1**, 08 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml> Acesso em: 27 maio 2021.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.



MÍDIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO FEMININO PARA MITIGAR A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

MEDIOS DE COMUNICACIÓN, TRANSFORMACIÓN DIGITAL Y FORTALECIMIENTO DEL PROTAGONISMO FEMENINO PARA MITIGAR LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER

CARLA BRAGA DIOGO³³⁷

Resumo

Este artigo tem como objetivo observar sob uma perspectiva histórica, as influências da mídia com as violências de gênero. Com o advento da pandemia causada pelo Covid-19, houve um enorme crescimento da violência, sobretudo com mulheres, devido a diversos problemas, principalmente pelos enraizados há anos na sociedade. A partir desta questão, percebe-se que a mídia que tanto foi parte causadora deste problema, hoje tem a possibilidade de mudar este cenário. Além disso, faz-se necessário criar medidas que contribuam ainda mais para o fortalecimento do protagonismo feminino perante a sociedade.

Palavras-chave; Mídia. Mulheres. Violência. Tecnologia.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo observar, desde una perspectiva histórica, las influencias de los medios de comunicación sobre la violencia de género. Con el advenimiento de la pandemia provocada por el Covid-19, se produjo un enorme aumento de la violencia, especialmente contra las mujeres, debido a varios problemas, principalmente los arraigados en la sociedad desde hace años. A partir de esta pregunta, queda claro que los medios, que tanto fueron los causantes de este problema, hoy tienen la posibilidad de cambiar este escenario. Además, es necesario crear medidas que contribuyan aún más al fortalecimiento del protagonismo de las mujeres en la sociedad.

Keywords; Medios. Mujeres. Violencia. Tecnología.

Introdução

Durante muitas décadas, várias mulheres do mundo inteiro têm enfrentado diversos problemas na sociedade. Sabe-se que em alguns lugares do mundo já existem leis que inibem tais práticas, mas é

³³⁷³³⁷ Possui especialização em Tecnologias para Aplicações Web pela UNOPAR (2018). Possui graduação em Tecnologia em Redes de Computadores pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA - (2015). Possui curso Técnico em Informática pelo IFPA (2009). Atuou cinco anos como Técnica em Informática da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Novo Repartimento. Atuou 03 anos como Orientadora Educacional na Prepara Cursos Profissionalizantes. Atualmente ocupa desde setembro de 2019 o cargo de Técnica de Tecnologia da Informação na Universidade Federal do Pará - UFPA Campus Tucuruí. Coordena o projeto de extensão da UFPA campus Tucuruí denominado Meninas na Computação para as Escolas Públicas desde agosto de 2020.



necessário focar também nas raízes dos problemas para que a sociedade seja mais justa e que sejam quebrados os paradigmas relacionados a gênero.

As situações de violência contra a mulher aumentaram ainda mais com a pandemia trazida pelo Covid-19 (ONU MULHERES BRASIL, 2020). De acordo com De Araújo et al. (2021) diversas situações de violência também foram percebidas durante muitos anos na sociedade. Uma das formas de perceber essa relação histórica de violência é através de diversos comerciais, propagandas, filmes, novelas e outros amplamente difundidas pela mídia. Sabe-se que atualmente a televisão, rádio, internet, dentre outros são meios altamente influenciadores para grande massa de internautas e telespectadores, e não somente para a venda de produtos, mas também gera grande formação de ideais e de pensamentos (DA SILVA E SANTOS, 2009).

Sabe-se que apesar de ser um assunto que é enfrentado há muito tempo por grande parte das mulheres, as diversas formas de violência influenciadas pelas mídias ainda estão presentes na sociedade, às vezes aparecem de forma “mascarada”, outras vezes de forma explícita. Com isso faz-se necessário que existam cada vez mais trabalhos voltados ao combate à violência, de forma a promover alertas para a sociedade.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura nas bases de dados científicas e pesquisas individuais pela internet acerca da violência sofrida por muitas mulheres com foco nas influências das mídias, analisando suas principais causas, de forma a apontar alternativas que possam colaborar para o enfraquecimento e eliminação de tais práticas. Busca-se também apresentar exemplos de formas de violência que ainda são possíveis de observar atualmente nas mídias.

Breve histórico sobre as origens da violência contra mulher

Historicamente muitas mulheres já sofreram diversos tipos de violência que estiveram por muitas décadas impregnadas na sociedade, as origens são difíceis de identificar, mas sabe-se que sempre estiveram presentes em grande parte do mundo. Alguns relatos identificados e citados por autores como Purificação et. al (2017, p.468) denotam que desde tempos mais antigos, a mulher já era vista como culpada:

A imputação à mulher de uma personalidade perversa, curiosa, irresponsável e que acarreta “todo tipo de desgraça” para o mundo, se assemelha grandemente à narrativa bíblica da perda do paraíso por Eva. Ou seja, desde épocas imemoriais, a mulher é considerada culpada pela ocorrência de desgraças e, por isso, deve ser vigiada, corrigida e merecidamente castigada.

Relatos antigos de violência podem ser observados na Roma antiga, em que existia a *Lex Iulia de adulteriis* (Lei Júlia sobre adultério), promulgada por Augusto, em 18 a.C. na qual o adultério era descrito somente como uma relação sexual entre uma mulher casada e um homem que não era seu marido, (AZEVEDO, 2014). Segundo este estudo, nesta época, mesmo o homem sendo casado, poderia manter relações com diversas mulheres, como prostitutas e escravas, não sendo considerado uma prática abominável, o que não acontecia no caso das mulheres que eram condenadas por adultério.

Metodologia



Os problemas sofridos pelas mulheres ao longo dos anos tendem a despertar uma enorme reflexão na sociedade. Faz-se necessário que existem diversos meios que possam mitigar os diversos tipos e formas de violência. Uma das formas de contribuir é apostar na transformação digital de mulheres, para que as mesmas possam ser mais independentes em relação aos homens. O trabalho de Su et al. (2022) retrata a importância da transformação digital para amenizar os impactos causados com a pandemia. Desta forma, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: Como a transformação digital pode ser utilizada para gerar soluções que amenizem os impactos da pandemia para o público feminino?

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho obedeceu aos seguintes critérios: Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados científicas, como o Portal de Periódicos da Capes e Google Scholar com as principais palavras-chave referentes ao tema abordado. Isto resultou na seguinte *string de busca*: (media) AND ("digital transformation") AND (woman OR women OR female) AND (violence) AND ("Covid-19" OR coronavirus OR pandemic).

Após adotados critérios de inclusão, como, artigos de acesso aberto, revisado por pares, com período de 2020 a 2022 nos idiomas inglês ou português, foram encontrados 34 artigos no Portal de Periódicos e 121 artigos (com menos critérios de inclusão) no Google Scholar. Em seguida foram selecionados artigos mais relevantes de acordo com o tema e o resumo, que após a leitura completa dos mesmos, foi feita síntese em um protocolo, segundo as recomendações de Kitchenham e Charters (2007). Também foram consideradas pesquisas avulsas com datas anteriores a 2020 (conceitos e definições de pesquisadores considerados válidos) e pesquisas em sites considerados importantes para a pesquisa, como os sites ONU News e ONU Mulheres.

As causas da violência e sua repercussão na sociedade atual

Devido a fatores históricos e culturais de enorme preconceito além das limitações impostas pela sociedade, sobretudo machista, as mulheres sempre foram as minorias em diversas áreas, como política, ciência, e muitas outras (SARAIVA E IRIGARAY, 2009). De acordo com Oliveira, Unbehaum e Gava (2019), existe uma grande carência de mulheres atuantes nas áreas de exatas, mais especificamente nas áreas *STEM*, que são voltadas à Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Desta forma, é possível perceber os grandes impactos que esta deficiência causou ao longo de muitas décadas.

Estas dificuldades encontradas por grande parte das mulheres, faz com que as mesmas continuem submissas ainda nos tempos atuais, onde mesmo com a tecnologia e com a mídia ao alcance de muitos, é possível perceber que este acesso ainda é limitado. De acordo com Barbosa et al. (2019), o capitalismo também contribui muito para estas desigualdades, pois ainda é muito grande a luta por um espaço digno no mercado de trabalho, e embora já existam leis que garantam maior igualdade na busca pelos direitos humanos, percebe-se que na prática ainda existe um enorme preconceito quando muitas mulheres decidem atuar em certas áreas que geralmente possui grande parte de homens atuantes (IBARRA, RAMOS E OLIVEIRA, 2021).



Quanto menos instruídas forem as mulheres, maior serão as chances de as mesmas serem tratadas de forma violenta pela sociedade. Segundo Silva, Mota e Santos (2021) em uma abordagem sobre violência simbólica na área de Tecnologia de Informação, são relatados os preconceitos de gênero sofridos por alunas de graduação que vão desde a escolha do curso e muitas vezes são enfrentados até o mercado de trabalho. Um dos relatos denota as dificuldades em relação a vagas de estágio:

(...) em uma das vagas de estágio oferecidas (...) sabíamos que a vaga era "masculina", a justificativa era que precisava passar cabo e carregar equipamentos, sendo que não é uma justificativa plausível, componentes computacionais (padrão) não costumam pesar e passar fiação qualquer pessoa passa (Egressa de 2013).

A influência da mídia e violência contra mulher

Atualmente a mídia pode estar presente na vida das pessoas pelas mais variadas formas, sobretudo pela Televisão e Internet. Diversos programas de TV, telenovelas, jornais, filmes, propagandas, redes sociais, atraem uma grande parcela da sociedade que busca através dos meios de comunicação estar cada vez mais informados sobre assuntos atuais (DA SILVA E SANTOS, 2009).

Com o advento da internet e das redes sociais, a informação expandiu-se ainda mais, permitindo também que certos canais, vídeos e propaganda também pudessem ser vistos através do computador, celular e outros dispositivos móveis. Grandes redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e muitos outros, estão disponíveis para grande parte da população mundial. Com a pandemia, acelerou-se o processo de transformação digital, pois muitas pessoas precisaram principalmente de dispositivos móveis e aplicativos, sobretudo no comércio eletrônico (DE ALBUQUERQUE RODRIGUES E JÚNIOR, 2021).

Contudo, apesar dos avanços tecnológicos, percebe-se que ainda existem desigualdades no que tange à questão de gênero. Um estudo feito pela ONU em 2019 apontou que existe um “abismo digital de gênero”, no qual na maioria dos países do mundo, os homens têm mais acesso às tecnologias digitais, estimando-se que 52% da população feminina global não possui acesso comparado a 42% dos homens. Este estudo aponta alguns fatores como a acessibilidade e falta de habilidades digitais, além disso, o número de homens que possuem dispositivos móveis é superior ao número de mulheres na maioria dos países abordados (ONU NEWS, 2019).

Neste contexto é fundamental destacar alguns dos perigos dos quais muitas pessoas estão expostas, como as famosas Fake News, que são notícias falsas que se espalham rapidamente através dos meios. Além disso, como estes meios são de longo



alcance, muitas vezes diversas pessoas são claramente influenciadas a consumir determinados produtos ou serviços oferecidos, mas um dos problemas em questão são as influências negativas que estas mídias podem trazer para a sociedade (PENNYCOOK E RAND, 2021).

O trabalho de Sousa et. al (2018, p.78) retrata um pouco sobre a manipulação da sociedade pela mídia e seus efeitos na democracia. De acordo com os autores, muitas vezes as pessoas deixam-se influenciar pelo que é repassado pela mídia mesmo sem saber se a informação é ou não verdadeira, e o estudo apontou que diversas vezes acreditam em informações falsas.

Pode-se perceber claramente que a mídia tem estado presente na vida de grande parte das pessoas por muitos anos, e que não apenas produtos e serviços estão em questão, mas também uma enorme influência sobre ideais e pensamentos são perceptíveis. Moreno (2017) aponta como a mídia em geral faz esta influência, assim, pode-se dizer que em uma sociedade que ainda tem visto as mulheres com um olhar de inferioridade, é facilmente notável que a mídia tem um peso enorme nos casos de violência contra a mulher:

E, na mídia, a violência de gênero se banaliza – de tanto ser reiterada numa série de contextos sem nenhuma abordagem crítica. Ou, no caso em que um dos envolvidos no drama exposto no noticiário seja famoso e atraia a audiência, espetaculariza-se o fato noticioso, graças à exposição reiterada e abundante do caso, sem maiores cuidados ou preocupações éticas ou pedagógicas.

Um dos exemplos de Fake News que circulou pelas redes sociais nos últimos anos e também no ano de 2021 em alguns perfis de facebook, ficou amplamente conhecido e é descrito na imagem a seguir. Sabe-se que ultimamente muitos internautas têm se apropriado de certas informações e acabam propagando uma notícia totalmente diferente do que é verídico. Apesar de estarem sujeitas às diversas penalidades legais como crimes contra a honra, muitas pessoas não sabem ou ignoram os perigos de compartilhar notícias falsas pela internet.

Imagem 1 – Publicação divulgada via facebook



Fonte:

<https://www.facebook.com/franklincoutinhooficial/posts/1942842929164377/>

A postagem acima encontrada em um perfil público do facebook evidencia a submissão feminina aos seus maridos, algo que é compartilhado e influenciado atualmente na sociedade, mas trata-se de uma notícia falsa na qual se apropriaram de uma imagem antiga e a colocaram em um determinado contexto para influenciar atitudes machistas.

Um dos problemas encontrados nesta publicação é que mesmo que muitas pessoas saibam que se trata de uma notícia falsa demonstrando esse tipo de submissão, ainda existem um número muito grande de internautas que compartilham tal informação tendo em vista a colaborar com este tipo de atitude.

O próprio facebook consegue identificar Fake News através de denúncias dos internautas, neste caso, já identificou a notícia acima como falsa e a mesma já aparece com a imagem fechada ao leitor alertando sobre a publicação, e neste caso, a pessoa só abre a imagem se desejar, conforme demonstrado na imagem a seguir:

Imagem 2 – Fake News



Fonte:

<https://www.facebook.com/franklincoutinhooficial/posts/1942842929164377/>

O perigo se estende também com os famosos “memes”, que são publicações mais comuns em algumas redes e que muitas vezes expõe a opinião de muitas pessoas de uma forma irônica, com mensagens subliminares, tendo em vista a arrancar risos do público ou despertar outros interesses. Para Araújo (2020). Estes “memes” podem produzir impressões negativas ou incorretas. Tanto o memes quanto as Fake News merecem extremos cuidados, sobretudo quando existe uma sociedade que possa ter dificuldade em detectar se uma determinada informação é verdadeira ou falsa, além disso, publicações discriminatórias ou que incitem violência devem ser denunciadas.

Dentre as formas de violências contra mulher que também podem ser encontrados na mídia, destaca-se o preconceito, que às vezes ocorre de forma descarada ou de forma sutil e silenciosa. O trabalho de Ramos e Figueiredo (2018) apresenta diversas formas de preconceito, enfrentadas por mulheres na área de tecnologia, dentre eles pode-se destacar a misoginia, o machismo, o sexismo, a objetificação feminina, o gaslighting e a desqualificação profissional.

Outro exemplo prático pode ser observado em um comercial de TV exibido em 2013 sobre o shampoo Dove Man Care. Na propaganda o ator principal é subjugado por outro ator por estar com os cabelos “com efeito de comercial de shampoo de mulher”. O



sexismo predominante induz os telespectadores do público masculino a acreditar que devem consumir produtos específicos para homens e que utilizar produtos feitos para mulher não seria adequado. O caráter homofóbico presente na publicação também é totalmente explícito, o que muitas vezes podem induzir ao preconceito. Segundo Boaventura et al. (2020), a homofobia é uma forma de discriminação relacionada à orientação sexual.

Este vídeo recebeu diversas críticas devido a clara evidência de preconceito contra as mulheres que também é evidente ao final do vídeo que diz “Shampoo de mulher não foi feito para você, Dove Men Care foi”. Ainda é possível ver este vídeo em alguns canais do Youtube que fazem comentários sobre o mesmo (REZENDE, 2013).

Outras vulnerabilidades podem estar associadas às mídias, sobretudo as mídias digitais, como o compartilhamento indevido de fotos, vídeos e informações de cunho pessoal e particular. Este foi o caso sofrido pela atriz Carolina Dieckmann, no qual posteriormente resultou em uma lei que combate crimes cibernéticos de invasão de privacidade (MACHADO E DUARTE, 2021).

Impactos causados com a pandemia por Covid-19 ao público feminino

É alarmante o número de aumentos de casos de violência contra mulher, sobretudo em tempos de pandemia causada pelo Covid-19, segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), uma pesquisa apontou que houve crescimento de 20% de casos de violência contra mulher no Brasil com a pandemia. Este aumento foi detectado em 483 municípios (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Uma das justificativas é encontrada no estudo de Robinson et al. (2021), no qual é direcionado às crises geradas na sociedade vulnerável pelo Covid-19 tanto no âmbito econômico quanto digital. São destacados no estudo diversos fatores que contribuem para o aumento das desigualdades, como a desigualdade de gênero, no qual muitas mulheres são vulneráveis no mercado de trabalho.

No trabalho de Groshen (2020) é destacado um longo caminho para a recuperação pós pandemia, pois mesmo quando o vírus estiver sob controle, existirá ainda algumas dificuldades a serem enfrentadas ao longo do tempo, como os empregos. No caso dos Estados Unidos, estima-se que esteja na faixa de 6 anos o tempo para retornar ao nível de emprego que havia antes da pandemia.



No Brasil, para as mulheres os impactos foram maiores que para os homens durante a pandemia, um dos fatores está relacionado à alta sobrecarga de trabalho das mesmas em relação aos cuidados com a moradia, com a família e com o trabalho (LEMOS, BARBOSA E MONZATO, 2021).

Com as mudanças resultantes do distanciamento social as populações mais vulneráveis como minorias raciais ou étnicas, pessoas de baixa renda e mulheres têm vivenciado as consequências mais impactantes referentes a fatores econômicos voltados ao trabalho. Com a crise houve um enorme aumento de desemprego além de perdas econômicas. Também foi evidente maior probabilidade de desemprego às pessoas menos instruídas (KANTAMNENI, 2020).

Incentivando o protagonismo feminino através da transformação digital

De acordo com Alexandrino et. al (2021, p.1), existe uma grande carência de mulheres em áreas de exatas e de tecnologias, que são as áreas STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics). Esta deficiência do público feminino nestas áreas ocasiona diversos problemas, pois desde cedo muitas meninas já se sentem desencorajadas devido ao enorme preconceito que muitas vezes enfrentam.

Uma das formas de auxiliar na redução deste cenário de violência contra a mulher é contribuir com iniciativas que atuem nas causas dos problemas. Por exemplo, sabe-se que a educação é fundamental para garantir com que muitas mulheres possam ser cada vez mais independentes, e como o número de mulheres atuantes nas áreas de STEM ainda é bem reduzido, a influência para despertar o interesse vocacional das mesmas desde cedo é uma expectativa que pode trazer diversos benefícios. O capitalismo também é um dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres, conforme apontam Federici e Valio (2020):

Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social. Seus esforços redefinem aquilo que entendemos por “política” e “democratização” e recodificam o feminismo, transformando o trabalho cotidiano, social e



reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista.

A transformação digital vem impulsionando drasticamente os negócios na pandemia, a tecnologia e a internet se mostraram cruciais neste período. Durante a pandemia, compras online têm aumentado substancialmente e diversos serviços necessitaram do uso da tecnologia de informação e comunicação (SALLES, 2021). Observou-se durante o estudo a aceleração do processo de transformação digital onde o conhecimento em relação às ferramentas tecnológicas torna-se fundamental.

Através deste estudo de caso, foi possível perceber que o uso da tecnologia contribuiu para que as atividades voltadas ao empreendedorismo com este público pudessem ser benéficas e inclusivas, demonstrando assim para um melhor protagonismo feminino em tempos de pandemia, onde o público feminino foi um dos mais prejudicados.

Considerações Finais

Durante muitas décadas a violência contra mulher se faz presente na sociedade, e mesmo depois de tantos avanços e direitos que conquistaram, este ainda é um cenário que se faz presente em muitas realidades. A violência se enraizou de tal forma que antigamente era vista como algo aceitável para muitos povos e culturas, mas pouco a pouco isto foi mudando e dando lugar a muitas conquistas.

Atualmente para poder mitigar a violência contra mulher são apontados diversos caminhos, fazendo-se necessário primeiramente focar em suas causas e tentar combater de forma assertiva toda e qualquer forma de violência. Sabe-se que existem diversas formas de violência contra a mulher, e que vão muito além de violência física, algumas das formas existentes são: Preconceito, discriminação, machismo, sexismo misoginia, feminicídio dentre outras.

A mídia muitas vezes contribui para influenciar certos casos de violência, pois está associada aos meios de comunicação que em massa atinge grande parte da população mundial. Com os grandes avanços da internet e da tecnologia também é possível perceber que a violência ainda persiste em muitos casos, e como muitos aparelhos estão sendo mais acessíveis, cada vez mais pessoas têm acesso à informação, contudo nem sempre a utilizam para fazer o que é correto.

O grande potencial da mídia ao invés de incentivar a violência, pode ser utilizado para realizar ações que incentivem o combate à violência contra a mulher, através de



diversas formas, como propagandas, programas de TV, dentre outras formas que auxiliem as mesmas a descobrir por exemplo as diversas formas de violência, e como agir em casos de violência.

Neste contexto, as leis também possuem um papel fundamental para garantir o direito de proteção, pois são frutos de conquistas à base de lutas e em alguns casos de situações reais que foram vividas e que deram origem à lei, como a Lei nº 11.340 amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. Desta forma, a criação de leis cada vez mais punitivas em relação a casos de violência contra a mulher, certamente irão coibir tais práticas.

Associada a estas leis, diversas políticas públicas podem ser criadas também para garantir maior proteção às mesmas. O incentivo à campanhas de violência contra a mulher é algo que muitos órgãos e municípios podem implementar. Além disso, a sociedade deve estar bem informada sobre o número de casos de violência que podem ocorrer em sua cidade por exemplo.

Também é necessário apostar em ações que gerem o empoderamento feminino, pois torna-las cada vez mais independentes também irá contribuir maior dependência financeira, e assim contribuir para mitigar os casos de violência. Uma das formas de contribuir com esse protagonismo é através da transformação digital, pois quanto mais próximas da tecnologia, maiores as chances de desenvolver um determinado serviço com sucesso, como por exemplo o empreendedorismo.

Sabe-se que a tecnologia tem se aproximado cada vez mais das pessoas, e muito têm contribuído em alguns aspectos para amenizar alguns impactos da pandemia, como serviços que passaram a funcionar de forma on-line. É necessário apostar na transformação de digital cada vez mais cedo, pois o incentivo às áreas STEM pode ser um diferencial para muitas mulheres.

Diversos estudos mostram os benefícios da transformação digital. Desta forma, as instituições de ensino também podem criar iniciativas para despertar cada vez mais o interesse vocacional de estudantes, por exemplo através de programas, projetos, palestras, oficinas e outras ações que envolvam as mulheres cada vez mais cedo nas áreas voltadas a tecnologia.

A sociedade também deve estar cada vez mais vigilante e atuante aos casos de violência contra a mulher, apoiando ações e denunciando tais práticas, e também estar atento ao que é evidenciado pela mídia, pois na mídia, casos de violência podem possuir duplo sentido ou demonstrar favorecimento ao agressor.



Data de Submissão: 29/01/2022

Data de Aceite: 26/04/2022

Referências Bibliográficas

ALEXANDRINO, N. L., SILVA, C. A., TARGA, C. N., & CONRADO, D. B. (2021, April). PS4W: **Programa de Inclusão Jovem e Feminina na Área Tecnológica**. In Anais do Simpósio Brasileiro de Educação em Computação (pp. 204-210). SBC.

AZEVEDO, S. F. L. (2014). **As ideias de ordem e desordem imperiais relacionadas às leis matrimoniais de Augusto: uma análise sob a ótica das relações de gênero**. Mare Nostrum, 44-58.

BARBOSA, J. P. M., LIMA, R. D. C. D., SANTOS, G. D. B. M., LANNA, S. D., & ANDRADE, M. A. C. (2021). **Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades**. Saúde e Sociedade, 30.

BOAVENTURA, B., FURTADO, B., DOS SANTOS, I. M., DOS SANTOS, L. E., & VIVIAN, R. (2020). **HOMOFOBIA**. Anais da Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal Catarinense Campus Fraiburgo-e-ISSN 2594-5572, 1.

DA SILVA, E. F. G., & DE BARROS SANTOS, M. S. E. (2009). **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**.

DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, G. P., & JÚNIOR, D. S. G. (2021). **Transformação digital em pequenos negócios no contexto da pandemia da Covid-19: Uma revisão da literatura**. Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle, 10(3), 1-11.

DE ARAÚJO, S. M. C., RABELLO, P. M., SORIANO, E. P., DE ANDRADE MOREIRA, M. H. B., BENTO, M. I. C., & DE ALMEIDA, A. C. (2021). **Violência contra a mulher: uma revisão da literatura**. Research, Society and Development, 10(14), e29101421616-e29101421616.

GROSHEN, E. L. (2020). **COVID-19's impact on the US labor market as of September 2020**. Business Economics, 55(4), 213-228.

IBARRA, A. C. R., RAMOS, N. B., & OLIVEIRA, M. Z. D. (2021). **Desafios de las mujeres en la carrera científica en Brasil: revisión sistemática**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 22(1), 17-28.

KANTAMMENI, N. (2020). **The impact of the COVID-19 pandemic on marginalized populations in the United States: A research agenda**. Journal of vocational behavior, 119, 103439.

KITCHENHAM B, CHARTERS S (2007) **“Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering”**. Tech. Rep. EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report.

LEMONS, A. H. D. C., BARBOSA, A. D. O., & MONZATO, P. P. (2021). **Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família**. Revista de Administração de Empresas, 60, 388-399.

MACHADO, R. L. K., & DUARTE, N. L. (2021). **Crimes Cibernéticos, Invasão de Privacidade e a Efetividade Da Resposta Estatal: os impactos da lei 12.737/2012–Lei Carolina Dieckmann e da Lei Geral de Proteção de Dados no combate aos crimes cibernéticos de invasão de privacidade**. PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE, 12(2), 1-16.



MORENO, R. (2017). **Violência Contra a Mulher: o Desencontro entre os Gêneros.** Psicologia Ensino & Formação, 8(1), 83-96.

OLIVEIRA, E. R. B. de, GAVA, T., & UNBEHAUM, S. (2021). **A educação STEM e gênero: uma contribuição para o debate brasileiro.** Cadernos de Pesquisa [online]. 2019, v. 49, n. 171, pp. 130-159. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145644>

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta.** Brasília, DF, março, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em 20/03/2022.

ONU NEWS. **Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero.** Novembro, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711>. Acesso em 20/01/2022.

PACHECO, D. **Roma antiga tratava com rigor infidelidade, mas só da mulher.** Jornal da USP, São Paulo, 07/05/2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/roma-antiga-tratava-com-rigor-infidelidade-mas-so-da-mulher/>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

PENNYCOOK, G., & RAND, D. G. (2021). **The psychology of fake news.** Trends in cognitive sciences, 25(5), 388-402.

PURIFICAÇÃO, M. M., CATARINO, E. M., SANTANA, M. L. D. S., & TEIXEIRA, F. (2017). **A violência contra a mulher numa perspectiva histórica—uma questão de gênero.** In C&D-Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista, 10(3), 465-473.

RAMOS, S., & FIGUEIREDO, K. (2018). **Uma Taxonomia dos Tipos de Preconceito Enfrentados por Mulheres na Área de Tecnologia.** In Anais do XII Women in Information Technology. Porto Alegre: SBC. doi:10.5753/wit.2018.3390

REZENDE, C. 1 Vídeo (1 min). **Comercial Dove Men Care 2013.** Publicado pelo canal Carlos Rezende, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97hJzIWhYv0>. Acesso em: 18 de jan 2022.

ROBINSON, L.; SCHULZ, J.; RAGNEDDA, M., PAIT, H., KWON, K. H., & KHILNANI, A. (2021). **An Unequal Pandemic: Vulnerability and COVID-19.** American Behavioral Scientist, 00027642211003141.

SALLES, M. C. M. S. **Transformação digital em tempos de pandemia.** Revista Estudos e Negócios Academics, v. 1, n. 1, p. 91-100, 2021.

SARAIVA, L. A. S., & IRIGARAY, H. A. D. R. (2009). **Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?** Revista de Administração de Empresas, 49(3), 337-348.

SILVA, K., MOTA, I., & SANTOS, V. (2021). **Violência simbólica na área de Tecnologia: análise de relatos de alunas em um curso de Engenharia de Computação.** In Anais do XV Women in Information Technology, (pp. 240-249).

SOUSA, J. M. de, MELO, V. L. F., ARAÚJO JÚNIOR, L. R. S. de, & LEITE, C. A. G. (2018). **A MANIPULAÇÃO DA SOCIEDADE PELA MÍDIA E OS EFEITOS DEVASTADORES SOBRE A DEMOCRACIA.** Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE, 5(1), 77.

SU, R., OBRENOVIC, B., Du, J., GODINIC, D., & KHUDAYKULOV, A. (2022). **COVID-19 Pandemic Implications for Corporate Sustainability and Society: A Literature Review.** International Journal of Environmental Research and Public Health, 19(3), 1592.

VALENTE, J. ; RODRIGUES, A. **Violência contra mulheres cresce em 20% das cidades durante a pandemia.** Agência Brasil, 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contra-mulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>. Acesso em: 21 de jan. de 2022.



“O BRASIL TÁ LASCADO!”: REPRESENTAÇÕES NEGRAS NO BIG BROTHER BRASIL 21

“BRAZIL IS CHAPED!”: BLACK REPRESENTATIONS IN BIG BROTHER BRASIL 21



DIMITRI JOSÉ DA COSTA MACIEL³³⁸

Resumo

O presente artigo corresponde aos resultados parciais da Pesquisa de Iniciação Científica (IC) intitulada “A armadilha está pronta: Big Brother Brasil 21 e a espetacularização das relações étnico-raciais”, cuja proposta é valorizar a TV como fonte histórica e problematizar a narrativa construída pela Rede Globo de Televisão acerca da presença negra e das relações étnico-raciais veiculadas na edição do BBB 21. Então, neste texto analisa-se especificamente como as representações da participante Lumena Aleluia e do participante Gilberto Nogueira, construídas pela edição oficial do programa, estão intrinsecamente relacionadas ao racismo estrutural. Para tanto, em termos metodológicos, recorre-se à produção e sistematização de fichas de decupagem dos episódios do reality show disponíveis no veículo de transmissão da Globoplay.

Palavras-chave

Big Brother Brasil 21; Representações Negras; Racismo estrutural; História da Televisão.

Resumen

Este artículo corresponde a los resultados parciales de la investigación de iniciación científica titulada “La trampa está lista: Gran Hermano Brasil 21 y la espectacularización de las relaciones étnico-raciales”, cuya propuesta es valorizar la TV como fuente histórica y problematizar la narrativa construida por Rede Globo de Televisión sobre la presencia negra y las relaciones étnico-raciales transmitidas en la edición de BBB 21. Así, este texto analiza específicamente cómo las representaciones de la participante Lumena Aleluia y el participante Gilberto Nogueira, construidas por la edición oficial del programa, están intrínsecamente relacionados con el racismo estructural. Por lo tanto, en términos

³³⁸Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Laboratório de História Oral e Audiovisual do Amazonas (LABHORA/UFAM). Atualmente desenvolve uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) intitulada: "A armadilha está pronta: Big Brother Brasil 21 e a espetacularização das relações étnico-raciais", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).



metodológicos, recurrimos a la producción y sistematización de láminas de decoupage de los episodios del reality show disponibles en Globoplay.

Keywords

Gran Hermano Brasil 21; Representaciones Negras; Racismo estructural; Historia de la Televisión.

Introdução

A primeira temporada do Big Brother Brasil foi exibida em 2002 na Rede Globo, entre os meses de janeiro e abril, após a telenovela das 20h. O formato desse reality show consiste no confinamento de 20 pessoas numa casa ficcional. Nela, os confinados simulam um cotidiano de pessoas comuns, dividem tarefas domésticas, discutem, protagonizam romances, se divertem nas festas e disputam provas em busca de posições hierárquicas, tudo isso sob a vigilância do público.

Tendo isso em vista, o Big Brother Brasil pode ser compreendido como uma competição que oferece ao telespectador:

Conspirações, traições, armadilhas, estratégias descaradas para passar a perna nos companheiros e garantir a própria permanência: é este o tema de BBB [...]. O ‘show’ do BBB é a festa neoliberal do cálculo, o jogo da concorrência, com ou sem limites éticos (KEHL, 2004, p. 171).

Além de ser um jogo de concorrência no qual os participantes ignoram princípios éticos para sobreviver, este reality show tem como característica relevante a exibição de muitas campanhas de publicidade, com o intuito de comercializar e/ou apresentar um modelo de vida e de consumo (KEHL, 2004, p. 61). As particularidades descritas geram, do lado de fora, a formação de torcidas, conspirações, sorteios e apostas³³⁹.

A cada edição o formato aparenta ser ainda mais inovador e versátil, talvez por isso, atinja, mais de 20 anos depois de seu início, números elevados de audiência.³⁴⁰ Em 2020, os participantes foram divididos em dois grupos: Pipoca e Camarote.³⁴¹ No ano

³³⁹Bruno Campanella investiga em sua tese como o programa mobiliza a formação de grupos de fãs na internet. Ver: CAMPANELLA, Bruno. Perspectivas do Cotidiano: um estudo sobre os fãs do programa Big Brother Brasil. 2010. 207 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2010.

³⁴⁰Segundo estudiosos, algumas das explicações para o sucesso desse *reality show* são: o alcance do programa, a identificação do público com os participantes e, no caso específico da edição exibida em 2021, o isolamento social. **Por que o BBB faz tanto sucesso, segundo pesquisadores**. Disponível em: <<https://exame.com/ciencia/por-que-o-bbb-faz-tanto-sucesso-segundo-pesquisadores>>. Acesso: Março de 2022.

³⁴¹O grupo pipoca reunia os participantes inscritos pelo procedimento tradicional, já o grupo camarote reunia, pela primeira vez, pessoas conhecidas nas redes sociais: cantores, atores, atletas e influenciadores digitais. Ver: Notas teóricas sobre influenciadores digitais e Big Brother Brasil: visibilidade, autenticidade e motivações. **Revista E-COMPÓS**, Brasília, v.24, p. 1-21, 2020.



seguinte, o “Big dos Bigs”³⁴² manteve esse formato e reuniu uma presença negra histórica: Camilla de Lucas, Karol Conká, Lumena Aleluia, Gilberto Nogueira, João Luiz, Lucas Penteadado e Nego Di.

Especialmente Lumena Aleluia e Gilberto Nogueira proporcionaram, durante as suas jornadas no programa, situações e diálogos intrinsecamente relacionados ao racismo no Brasil. Isto nos remete aos estudos de Michel Foucault³⁴³ e Gayatri Chakravorty Spivak³⁴⁴, dado que ambos ressaltam a existência de uma estrutura de poder que inviabiliza saberes produzidos por grupos subalternizados (RIBEIRO, 2020, p. 73).

Para os historiadores Áureo Busetto (2010) e Marcos Napolitano (2005), os conteúdos televisivos atendem a interesses econômicos, culturais e sociais, e acompanham processos políticos contemporâneos. Os produtos midiáticos que tratam sobre relações étnico-raciais, por exemplo, resultam de uma assimilação institucional das dinâmicas sociais e raciais; e, por extensão, podem estabelecer novos significados acerca das concepções de raça e racismo³⁴⁵, como indica Silvio Almeida:

[...] o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais [...], que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Isto demonstra, que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas (ALMEIDA, 2020, p. 40).

Pode-se, então, considerar a Rede Globo como uma empresa economicamente capaz de criar narrativas em suas novelas, minisséries e reality shows que (re)produzam sentidos e interpretações sobre as relações étnico-raciais que estruturam a sociedade brasileira. Por isso, a problemática levantada é a de que a proposta do BBB 21 não objetivou restituir as humanidades de mulheres e homens negros, ao invés disso, se tratou de uma iniciativa comercial de representatividade e de participação negra.

Dessa maneira, a partir dos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “A armadilha está pronta: Big Brother Brasil 21 e a espetacularização das

³⁴²O BBB 21 recebeu este nome porque foi a primeira temporada com 100 episódios. **Apresentação:** Thiago Leifert | **Direção-geral:** Rodrigo Dourado | **Direção de Núcleo:** Boninho | **Período de exibição:** 25/01/2021 a 04/05/2021 | **Número de episódios:** 100 | **Número de participantes:** 20.

³⁴³ Michel Foucault analisa a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Ver: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

³⁴⁴Gayatri Spivak argumenta sobre as dificuldades impostas aos subalternos. Ver: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2018.

³⁴⁵Iago Gomes, formado em Letras pela UEFS, provoca uma reflexão acerca dos interesses da mídia hegemônica ao falar sobre racismo estrutural no texto **Em que momento racismo estrutural virou um vício de linguagem?**. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/4427-2>>. Acesso: Março de 2022.



relações étnico-raciais”³⁴⁶, analisa-se como as representações da participante Lumena Aleluia e do participante Gilberto Nogueira, construídas pela edição oficial do programa, estão intrinsecamente relacionadas ao racismo estrutural. Utilizando os estudos de Djamila Ribeiro (2020), Winnie Bueno (2020) e Silvio Almeida (2021) para compreender as relações raciais no Brasil; e Roger Chartier (2002) para pensar as relações de poder a partir das noções de “práticas” e “representações”, que correspondem aos “modos de fazer” e aos “modos de ver” de determinada sociedade; e permitem a análise ampla de objetos culturais, sujeitos, processos, sistemas e costumes (BARROS, 2005, p. 135).

Para a presente pesquisa, foram produzidas e sistematizadas fichas de decupagem³⁴⁷ dos episódios do programa sob quatro eixos temáticos: 1) a participação e representação das mulheres e homens negros nos conflitos e discussões; 2) os temas discutidos; 3) as intervenções do apresentador Tiago Leifert e 4) as marcas de produtos comercializados. Estas fichas consistem na transcrição das falas dos participantes e do apresentador em alguns episódios disponíveis no Globoplay selecionados previamente.³⁴⁸

Big Brother Brasil: visibilidade, fama e um prêmio milionário em disputa

De acordo com Issaaf Karhawi (2020), a busca por visibilidade, fama e um prêmio milionário em dinheiro motivam os participantes deste reality show. No BBB 20, por exemplo, influenciadores digitais, artistas, cantores e atletas, atuantes nas redes sociais, aceitaram participar do programa com o intuito de consolidarem-se como celebridades midiáticas da internet.

Dito isso, no confinamento cada participante adota uma postura a fim de sobreviver na competição. Alguns são, aparentemente, autênticos e lidam com os conflitos de forma coerente; outros são mais explosivos, e há ainda aqueles participantes que dão o melhor de si nas provas de inteligência, sorte e resistência. A depender dessas “performances” e do trabalho de edição realizado oficialmente pelo programa sobre elas, o público escolhe os seus participantes preferidos (MENICONI, 2005, p. 18).

³⁴⁶A pesquisa mencionada objetiva a valorização da TV como fonte histórica e a problematização da narrativa construída pela Rede Globo de Televisão acerca da presença negra e das relações étnico-raciais veiculadas na edição do BBB 21. Além disso, é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e desenvolvida no Laboratório de História Oral e Audiovisual do Amazonas (LABHORA/UFAM).

³⁴⁷ A decupagem (*decoupage* que em francês significa recortar) consiste na análise das sequências de cena dos filmes e aqui foi aproveitada para a produção das fichas dos episódios. Consistindo basicamente na transcrição das falas dos participantes e do apresentador, e na observação de campanhas publicitárias.

³⁴⁸ Marcos Napolitano apresenta possibilidades de abordagem da fonte televisiva e destaca a importância de sistematizá-la. Ver: NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005



Na edição do Big Brother Brasil 21, participantes do grupo Pipoca (anônimos) tiveram destaque. Lumena Aleluia, mulher negra de 29 anos, psicóloga e DJ, nascida em Salvador/BA, aceitou participar do programa porque pretendia utilizar o prêmio para fazer uma fertilização em vitro nos Estados Unidos.³⁴⁹ Contudo, a sua estratégia de jogo: falar abertamente sobre relações étnico-raciais³⁵⁰ não foi bem recebida pelo público e pode ser considerada uma das causas da sua eliminação no 5º paredão.³⁵¹

Gilberto Nogueira, homem gay e negro de 29 anos, doutorando em economia/UFPE, nascido em Jaboatão/PE, tinha o sonho de participar do programa e, por isso, “aproveitou” os momentos dentro da casa. Fez amizades, protagonizou o primeiro beijo entre homens da história do *reality show*³⁵², teve alguns desafetos, venceu provas, conquistou prêmios e criou vários bordões, entre eles estão: “*Basculho*”, “*Cachorrada*”, “*Eu tô indignado!*” e “*O Brasil tá lascado!*”. Em função disso, ficou conhecido pelo público brasileiro como “Gil do Vigor”. Este participante foi eliminado no 16º paredão (semifinal), mas o sucesso conquistado fora da casa mostra a capacidade do programa de transformar pessoas desconhecidas em produtos midiáticos, como diz Bruno Campanella:

Talvez, tão relevante quanto a receita financeira decorrente das diferentes formas de vender o programa, seja a capacidade do Big Brother de produzir novas celebridades a cada edição. Os seus produtores são responsáveis pela administração de uma verdadeira “economia de celebridades”, onde a transformação de pessoas ordinárias em “produtos midiáticos” se torna um dos objetivos almejados pelo reality show (CAMPANELLA, 2007, p. 13).

A Rede Globo fabrica, então, novas celebridades a cada edição deste reality show. Ao final do BBB 21, foram produzidos dois materiais sobre Gilberto Nogueira: o livro

³⁴⁹ **BBB 21/ participantes.** Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/reality-shows/big-brother-brasil-21/noticia/participantes.ghtml>>. Acesso em: Março de 2022.

³⁵⁰ No episódio 36, Lumena Aleluia pergunta para Gilberto Nogueira se as discussões feitas por ela sobre relações étnico-raciais a prejudicariam diante do público. Aliás, este foi um dos motivos pelos quais ela foi criticada nas redes sociais. **Como Lumena, do “BBB”, cancelou o cancelamento.** Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/como-lumena-do-bbb-cancelou-ocancelamento,70003701741>>. Acesso em: Março de 2022.

³⁵¹ Os participantes disputam entre si muitas provas para chegarem à final do programa. Em tese, a competição tem início na quinta-feira, quando eles disputam a prova do líder. No sábado, os participantes disputam a prova do anjo e, no dia seguinte, formam o paredão. Esta formação de paredão acontece da seguinte maneira: ao vivo, o líder indica uma pessoa cuja permanência no programa deve ser avaliada pelo público; em seguida, os demais participantes, um a um, dirigem-se ao confessionário para anunciar de forma individual e secreta os seus votos. Dessa votação individual, os dois nomes mais votados disputam, juntamente com o indicado do líder, a preferência do público, que vota no site Gshow/BBB, entre domingo e terça-feira.

³⁵² **BBB 21/ participantes.** Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/reality-shows/big-brother-brasil-21/noticia/participantes.ghtml>>. Acesso: Março de 2022.



“Tem que vigorar! como me aceitei, venci na vida e realizei meus sonhos” e o documentário “Gil na Califórnia”. Além disso, as trajetórias de Lumena Aleluia e Gilberto Nogueira revelam outra característica desse entretenimento: o Big Brother Brasil, enquanto espetáculo, não está comprometido com a realidade social. Ao contrário disso, esse produto televisivo transforma as imagens, as informações mais relevantes e as experiências vivenciadas pelos participantes em objetos de consumo, como argumenta Maria Rita Kehl:

[...] a televisão substituiu o espaço público pelo espaço virtual do espetáculo. Ora, o destino do espetáculo, tradicionalmente, era a catarse e o entretenimento das massas. Não há nada que obrigue o espetáculo a ser fiel à realidade social, embora mesmo a eficiência da ficção em conquistar a fantasia das multidões dependa da sua capacidade de incluir elementos relevantes da vida social em seu universo imaginário (KEHL, 2004, p. 155).

Considerando essa falta de comprometimento com a realidade, a seguir, analisa-se o processo de construção das representações de Lumena Aleluia e Gilberto Nogueira feito pela edição do programa, em conformidade com a noção de representações elaborada por Roger Chartier. Visto que, para este historiador, as representações nos permitem “assinalar e articular [...], as diversas relações que os indivíduos e os grupos mantêm com o mundo social [...]” (CHARTIER, 2011, p. 20).

Lumena Aleluia: uma mulher negra agressiva?

De acordo com Marcos Napolitano (2005), deve-se compreender a natureza e as linguagens específicas de cada gênero televisual, pois esses elementos permitem visualizar como os tipos de televisão promovem e comunicam valores. No caso do Big Brother Brasil, existe uma constante comercialização de produtos. A depender do investimento feito no programa, algumas marcas aparecem com maior destaque, como é o caso da Avon³⁵³, que está presente tanto nas provas como nos eventos³⁵⁴, pois há um “[...] interesse mercadológico da Globo em divulgar produtos de interesse comercial [...]” (CAMPANELLA, 2007, p. 11).

No Big Brother Brasil 21, a primeira ação foi promovida pela Avon no episódio 3. Os participantes foram divididos em dois grupos e direcionados para outro

³⁵³No BBB 21, a Avon investiu cerca de R\$ 78 milhões e lançou o movimento “#AvonTáOn”. **Avon é a marca mais comentada do BBB21 e triplica faturamento no e-commerce.** Disponível em: <<https://www.b9.com.br/143344/avon-e-a-marca-mais-comentada-do-bbb21-e-triplica-faturamento-no-e-commerce/>>. Acesso: Março de 2022.

³⁵⁴As provas de inteligência, sorte e resistência nas quais os participantes são submetidos semanalmente são organizadas pelos patrocinadores do programa. Além disso, há algumas ações com o intuito de mostrar produtos cosméticos, culturais ou alimentícios e a própria decoração da casa tem sua função econômica. Ver: CAMPANELLA, Bruno. Investindo no Big Brother Brasil: uma análise da economia política de um marco da indústria brasileira. **Revista E-COMPÓS**, Brasília, v.8, p. 1-17, 2007.



ambiente a fim de receberem algumas maquiagens. No primeiro grupo estavam Gilberto Nogueira, Projota, Fiuk, Pocah, Kerline Cardoso, Carla Diaz, Karol Conká, Camilla de Lucas, Rodolfo Matthaus e Caio Afiune. E no segundo, estavam Lumena Aleluia, João Luiz, Lucas Penteado, Arcebiano Araújo, Arthur Picoli, Sarah Andrade, Viih Tube, Nego Di, Juliette Freire e Thaís Braz. Foi, então, um “desfile”, com direito à maquiagem, proposto pelo participante Caio Afiune e demais integrantes (homens) do primeiro grupo, que gerou o primeiro conflito na casa.

Para Lumena Aleluia, a “brincadeira” se tratava de uma violência transfóbica porque, segundo ela, alguns grupos sentem-se mais “humanizados” ao se maquiarem. Como demonstra o trecho da conversa ocorrida entre ela e Caio Afiune:

[...] o que fez a pessoa se sentir humana foi: pegar o batom, passar o batom, foi pegar o rímel, foi passar o rímel, foi pegar o cabelo e botar o cabelo, olhar no espelho e dizer: “Essa sou eu. Agora sim, essa sou eu. Vou ali comprar um pão e ir comprar um pão e receber um “botadão” [fez um gesto de soco]. Quando você ouve de uma pessoa que ela desistiu de viver, porque ela se autorizou, a se montar, e ir fazer um mercado, e voltar “pra” casa com uma dor só porque se montou, isso é forte, meu parceiro [Fala de Lumena Aleluia, 2021].

Neste momento, Lumena Aleluia chamou a atenção para o fato de que as opressões transfóbicas³⁵⁵ são uma realidade na sociedade brasileira.³⁵⁶ Segundo Letícia Nascimento, mulheres trans sofrem opressões de gênero porque rompem com o “modelo cisheteronormativo estrutural” (2021, p. 173-174). Além da violência física, esses grupos estão, conseqüentemente, sujeitos a um silenciamento sistemático de suas experiências, saberes e vozes, como afirma Djamilia Ribeiro:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isto, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais[...]. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções (RIBEIRO, 2020, p. 63).

Depois desse ocorrido, conforme a decupagem dos episódios, pôde-se perceber como a dinâmica da competição e o trabalho de edição do programa foram reproduzindo, através de Lumena Aleluia, uma definição de mulher negra impaciente. Contudo, referir-

³⁵⁵ Esta fala repercutiu nas redes sociais. **Transfobia? Mulheres trans opinam sobre discussão de Lumena e Caio.** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/28/mulheres-trans-se-posicionam-sobre-a-discussao-de-lumena-e-caio-no-bbb.htm>>. Acesso em: Março de 2022.

³⁵⁶ Bruna Benevides e Sayonara Nogueira apresentam os dados acerca dessas opressões e indicam de que maneira elas devem ser analisadas. Ver: BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.



se às mulheres negras dessa maneira na mídia hegemônica é “comum” se entendido a partir do conceito interseccional de “imagens de controle”, desenvolvido por Patricia Hill Collins para pensar de que maneira as mulheres negras estadunidenses são definidas e representadas pelos grupos dominantes.

De acordo com Winnie Bueno, as “imagens de controles” são “símbolos que buscam restringir a autonomia de mulheres negras, também sendo utilizadas como uma forma de naturalização das consequências do racismo e do sexismo[...]” (BUENO, 2020, p. 79). Ainda segundo Winnie Bueno, as mulheres negras podem ser classificadas a partir das respectivas “imagens de controle”: a mammy, trabalhadora doméstica e “boa” mãe negra; a matriarca, “irresponsável”, mãe negra “má” culpada pela desestruturação da própria família; a *welfare mother*; a *welfare queen*, mulher trabalhadora e beneficiária de políticas de redistribuição de renda³⁵⁷; a *black lady*, profissionalmente bem-sucedida e qualificada; e a hoochie (Jezebel), relacionada ao controle da sexualidade das mulheres negras (BUENO, 2020, p. 87-109).

A atitude de Lumena Aleluia em relação ao “desfile” voltou à tona, no episódio 8, durante um “Jogo da Discórdia” (dinâmica temática realizada sempre às segundas-feiras com a finalidade de criar discórdia entre os participantes). Sendo pontuada pelo apresentador Tiago Leifert e pelo participante e cantor sertanejo Rodolfo Matthaus. Visto que o tema dessa dinâmica era definir as atitudes de outro participante, diante das discussões e dos conflitos ocorridos até aquele momento na casa, como “exageradas” e “violentas”. Ao ser perguntado pelo apresentador a respeito de uma postura “impositiva” e “desproporcional”, o cantor sertanejo respondeu, [...] a “Lu” pegou um pouco pesado no quesito inteligência na hora de “cancelar” uma “parada” [...]. Os outros “canceladores” estão “cancelando” com razão[...]. [fala de Rodolfo Matthaus, 2021].

O participante Rodolfo Matthaus, que havia acompanhado de perto a conversa entre Lumena Aleluia e Caio Afiune, tratou de classificar a participante como “exagerada”. No episódio seguinte, o apresentador, ao resumir a dinâmica ocorrida na noite anterior, acrescentou que os “canceladores”³⁵⁸, são “impacientes” e “incapazes de

³⁵⁷A autora destaca que no contexto brasileiro, esta imagem de controle operou especialmente durante a ascensão das políticas de redistribuição de renda ocorridas nos governos presidenciais de Lula. Quando mulheres (em sua maioria negras) beneficiárias principalmente do Bolsa Família foram consideradas “acomodadas” e “preguiçosas” que reproduziam a fim de assegurarem o valor do benefício.

³⁵⁸Esta expressão está inserida na “Cultura do Cancelamento”, pautada, de acordo com Silvio Almeida, na intolerância e na irresponsabilidade moral e política. **A cultura do “cancelamento” é a antipolítica por excelência.** Disponível em: <<https://disparada.com.br/cancelamento-antipolitica/>>. Acesso: Março de 2022.



dialogar”. Entretanto, ambas as falas expressam um incômodo, o desejo de não ouvir, que segundo Djamila Ribeiro, é “a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados” (2020, p.78,79).

Uma vez que os adjetivos atribuídos a Lumena Aleluia foram de “exagerada”, “impaciente”, “agressiva”, “incapaz de dialogar” e “violenta”, pode-se verificar a similaridade com a imagem da *black lady*. Uma mulher negra que teve acesso à uma educação de qualidade; e, por isso, é qualificada como “exigente” e “arrogante”. Além disso, esta imagem “serve como uma forma de subordinação e supressão da assertividade das mulheres negras, especialmente em espaços de poder” (BUENO, 2020, p. 107). Portanto, as provocações de Tiago Leifert e a fala de Rodolfo Matthaus sobre a “incapacidade” de Lumena Aleluia para tomar decisões atuaram para silenciá-la.

Além da situação mencionada acima, outras duas demonstram como a edição atuou efetivamente para reforçar e consolidar a imagem de “agressiva”. No episódio 37, antes de o apresentador anunciar o resultado do paredão disputado entre Arthur Picoli, Lumena Aleluia e Projota, foi exibido um “VT”³⁵⁹ chamado “Lumenês”. Em suma, o VT exibiu a maneira como os demais confinados interpretavam a “performance” e o vocabulário da participante. No geral, os adjetivos para se referir a ela, eram “radical”, “professora”, “grossa”, “sem limites” e alguém que “milita errado” (termo associado à militância). Ao final, a participante Camilla de Lucas dizia: “A gente sempre vai ser isso, Lumena. Não adianta. A gente já nasceu e vai ser assim”. O VT, então, reforçava o incômodo que Lumena Aleluia causava nos demais confinados, e se encerrava, na voz de outra mulher negra, normalizando a hierarquização das relações raciais (ALMEIDA, 2021, p. 51).

De acordo com o discurso de eliminação feito pelo apresentador Tiago Leifert, na competição Lumena Aleluia não “respeitou” as “regras”, não foi “diplomática” e não quis “dançar” (entenda-se divertir):

[...] Eu acho lindo regras de convivência [...]. Mas imagina se existisse um jogador que na primeira oportunidade solta uma bomba nuclear no território do lado, mas não tem nenhum incidente diplomático, a primeira opção é sempre apertar o botão vermelho. Isso não é ser imbatível. É não dar para jogar. É antijogo. Se você não gosta desse exemplo militar. “Militar” [risadas]. Vamos falar de dança. [...] imagina se toda vez que você chama o jogador para dançar, ele te passa uma rasteira, ou desliga a música [...], ou

³⁵⁹Na linguagem televisiva, “VT” corresponde a um compacto de imagens construído para o público de determinado programa.



se recusa a fazer a mesma dança que você. Aí não dá para jogar. Fica impossível jogar o Big Brother assim [fala de Tiago Leifert, 2021].

O apresentador, ao chamar a atenção para as “regras de convivência” que Lumena Aleluia “descumpriu”, reforça: nesse entretenimento algumas “performances” e “conteúdos” são mais adequados e interessantes, sobretudo se forem enunciados de forma “agradável” e “paciente”. Respeitando as tais “regras de convivência”. Na realidade, o discurso do apresentador reproduz, implicitamente, uma lógica de poder, como diz Djamila Ribeiro:

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí está confrontando poder (RIBEIRO, 2020, p. 79).

Em contrapartida, veremos no tópico seguinte que a edição do programa tratou a “performance” de Gilberto Nogueira de forma diferenciada justamente por ele ter atendido alguns dos requisitos destacados, como “saber jogar” e, ao mesmo tempo, ser “divertido” e “agradável”.

Gilberto Nogueira: “resistente” e “sonhador”

Desde o episódio 1, Gilberto Nogueira já deixava evidente a sua expectativa em relação ao reality show: mudar de vida financeiramente, diante da possibilidade concreta de mostrar-se para o Brasil e de conquistar prêmios. A partir das fichas de decupagem, notamos que a representação de Gilberto Nogueira, construída pela edição oficial do programa, está relacionada à tentativa de atrair um público LGBT e à meritocracia. Este discurso, em uma sociedade permeada por conflitos de classe e raça, é capaz de “compatibilizar a desigualdade com parâmetros culturais baseados em ideologias universalistas, cosmopolitas e, portanto, politicamente impessoais, neutras e pautadas na igualdade formal” (ALMEIDA, 2021, p. 81).

Além disso, Gilberto Nogueira traz consigo valores que são essenciais em uma sociedade capitalista de consumo: sonhar e se esforçar (KEHL, 2004, p. 157). No episódio 16, quando Gilberto Nogueira disputou o seu primeiro paredão, contra Arcebiano Araújo e Juliette Freire, logo na abertura a edição exibiu uma breve fala dele, *A gente tem que se jogar mesmo, sabe? Assim, eu tenho uma origem muito humilde, mas eu sempre acreditei que as coisas fossem mudar[...]. Só se permite viver e pronto, o resto vai ser sempre o resto* [fala de Gilberto Nogueira, 2021].

Deve-se destacar a dimensão que o reality show tem para Gilberto Nogueira: representa a possibilidade de mudança pessoal e financeira. Ainda no episódio



16, antes de anunciar o resultado do paredão, Tiago Leifert perguntou o que Gilberto Nogueira estava sentindo em relação a possível eliminação, e o participante respondeu:

Aiii misericórdia, Tiago, eu tô muito grato[...]. Desde pequeno, aqui sempre foi o que me dava esperança, e quando tava tudo muito difícil e eu via as pessoas com dificuldade entrar no Big Brother, mudar a vida, eu dizia: “Eu vou entrar lá e vou mudar a minha vida” [fala de Gilberto Nogueira, 2021].

A partir disso, a edição vai se referir a ele em tom de elogio. No episódio 44, o programa exibiu um VT chamado “Mudança de hábito” que iniciava com o trecho da conversa transcrita acima. Mostrava como os demais confinados enxergavam a forma que o participante “vivia” o programa: criando estratégias e, ao mesmo tempo, “animado”, “sorridente” e se “divertindo” nas festas. Em seguida, pontuava o impacto da religião sobre a sexualidade dele, e enfatizava que no reality, ele havia se “aceitado”. Ao final, o participante então agradecia: “*Meus Deus, obrigado[...] é o programa que eu sempre sonhei estar*”.

Mediante a isso, é importante lembrar que Gilberto Nogueira, embora fosse um homem negro gay doutorando em Economia/UFPE à época, vivenciou dificuldades econômicas, morou na rua e passou fome durante a infância, e na fase adulta, teve inclusive problemas para pagar os vestibulares (VIGOR, 2021, p. 32). Assim, as situações expostas acima indicam como o racismo se constitui enquanto um conjunto de representações capaz de moldar a vida “normal”, os afetos e as “verdades”, “reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2021, p. 65).

Nesse sentido, o discurso da meritocracia, produzido e veiculado através de narrativas como a de Gilberto Nogueira, tem a finalidade de normalizar as desigualdades raciais, traduzidas em forma de pobreza e desemprego, e dizer que a miséria, a violência, a privação material, o acesso à serviços dignos e aos espaços de poder são consequência da “falta de méritos dos indivíduos” (ALMEIDA, 2021, p. 81).

Outro ponto a ser explorado diz respeito ao interesse da emissora em ampliar o seu público através de “performances” como a de Gilberto Nogueira. Nesse caso, trata-se de um interesse comercial pela comunidade LGBT. O que, aliás, não é uma particularidade da emissora, como diz Jéfferson Silva:

Não é só a TV Globo que vem dando alguma visibilidade para a comunidade LGBT. Atualmente, temos visto cada vez mais peças publicitárias de empresas multinacionais (ou não) trazerem casais homoafetivos para estrelar campanhas publicitárias. Todavia, isso se deve, sobretudo, porque o consumo do público LGBT aumentou de maneira considerável nos últimos anos (SILVA, 2020, p. 200).



Então, a participação e a narrativa de Gilberto Nogueira fazem parte de uma proposta de representatividade comercial da comunidade LGBT e, simultaneamente, reforçam o discurso da meritocracia. Além disso, a experiência dele mostra como o reality show oferece a oportunidade de seus participantes consumirem produtos de qualidade, “modernos” e caros. Isto aliás, é uma característica da emissora sempre associada a ideia de “modernidade”. Segundo Esther Hamburger, a partir da produção de suas telenovelas e do Big Brother Brasil, a emissora veicula modelos de comportamento, de moda, de aparelhos eletrônicos, de carros e outros produtos. (HAMBURGER, 2011, p. 71).

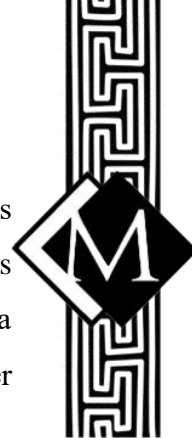
No episódio 53, por exemplo, os participantes disputaram uma prova do líder da Fiat, em duas etapas. Valendo um carro *Fiat Toro Ultra*, avaliado em R\$ 186.933³⁶⁰. A primeira etapa foi disputada em dupla, e nela, os participantes deveriam simular um teste de segurança. Um jogador permanecia sentado com o cinto afivelado na pista de teste, enquanto o parceiro ficava responsável por operar a alavanca, apenas quando o cronômetro fosse acionado, os dois participantes deveriam trocar de posição e acionar a alavanca antes do tempo terminar. Após 13 horas e 46 minutos, Gilberto Nogueira e Sarah Andrade superaram Juliette Freire e a cantora Pocah.

E a segunda etapa da prova ocorreu ao vivo no episódio seguinte, 54. Gilberto Nogueira e Sarah Andrade disputaram a liderança e o carro Fiat Toro Ultra. No gramado, eles foram orientados por Tiago Leifert a retirar uma numeração na urna e, em seguida, escolher uma das quatro chaves eletrônicas para tentar ligar o carro. Gilberto jogou primeiro, escolheu a chave nº 1 e venceu a disputa.

Em primeiro momento, vale destacar, segundo Silvia Viana, qual o imperativo do Big Brother Brasil: lutar e vencer a qualquer custo. Esta prova terminou após 13 horas e 46 minutos. Indicando, portanto, que neste *reality show* a “diversão do consumo” está implicitamente ligada ao “inferno do mundo do trabalho contemporâneo”, quando colocados à prova os participantes devem mostrar-se produtivos, eficientes e resistentes (VIANA, 2012, p. 30-31).

Em segundo, é significativo o fato de Gilberto Nogueira ter sido premiado com este carro, visto que, para ele, o programa tem essa dimensão do sonho de consumo e apresenta aquilo que é ideal em uma sociedade capitalista: as “melhores marcas” de roupa

³⁶⁰Relembre os prêmios que Gil faturou no BBB, que somam mais de R\$ 200 mil. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/03/relembre-os-premios-que-gil-faturou-no-bbb-que-somam-mais-de-r200-mil.htm>>. Acesso em: Março de 2022.



(C&A), as Carteiras Digitais que oferecem os “melhores benefícios” (PicPay), as “melhores” empresas de *fast food* (iFood), as “melhores” bebidas (Coca-Cola), os “melhores” carros (Fiat) e artistas de muito prestígio na mídia. Enfim, este programa destaca-se por vender um modelo de vida “ideal” para aqueles que sonham um dia em ter poder de consumo justamente como indica Maria Rita Kehl:

Junto com carros, cervejas e cartões de crédito acessíveis a uma parcela da sociedade, a publicidade vende sonhos, ideais, atitudes e valores para a sociedade inteira. Mesmo quem não consome nenhum dos objetos alardeados pela publicidade como se fossem a chave da felicidade, consome a identificação com o “bem”, com o ideal de vida que eles supostamente representam (KEHL, 2004, p. 61).

Dessa maneira, pode-se notar, a partir dos dados parciais apresentados, como a “performance” de Gilberto Nogueira no programa implica em valores importantes em uma sociedade que se quer competitiva. Nela, todos são iguais e podem ter poder de consumo. À medida que o participante Gilberto Nogueira se mostra um competidor “resistente” e “sonhador”, ele atende aos requisitos desta competição. Através dele, vende-se a ideia de que é importante “sonhar” e se “esforçar” para “vencer”.

Considerações finais

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “A armadilha está pronta: Big Brother Brasil 21 e a espetacularização das relações étnico-raciais” que busca valorizar a televisão como fonte histórica e problematizar as representações negras veiculadas na edição do BBB 21. Após 20 anos de seu início, o Big Brother Brasil continua sendo sucesso de audiência por causa do seu formato versátil e inovador. A modificação ocorrida em 2020 permitiu a entrada de anônimos e famosos. Além de ter mantido essa estratégia, o BBB 21 reuniu uma presença negra histórica. Contudo, a partir da elaboração e sistematização de fichas de decupagem dos episódios disponíveis no Globoplay, evidencia-se uma proposta comercial de representatividade e participação negra.

Destaca-se como a edição do BBB 21 reproduziu e dispensou tratamentos distintos para as “performances” de Lumena Aleluia e Gilberto Nogueira. Há uma similaridade entre a representação da “performance” de Lumena Aleluia veiculada pela edição do programa e a “imagem de controle” da black lady, mulher negra cuja postura é de “exigência”, “impaciência” e “agressividade”. Em contrapartida, a representação de Gilberto Nogueira tenta alcançar um público LGBT, ao passo que reforça o discurso da meritocracia e valores implícitos no formato deste reality show, considerados importantes



para se viver em uma sociedade capitalista: “sonhar” e se “esforçar” para ter poder de consumo. Nesse sentido, deve-se esclarecer que a exposição das situações e das representações dos participantes mencionados acima se deu no sentido de destacar que algumas narrativas são consideradas mais interessantes e comercializáveis do que outras neste “show”.

Data de Submissão: 24/02/2022

Data de Aceite: 13/05/2022

Referências

Episódios

Episódio 1. Exibido em: 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

Episódio 3. Exibido em: 27 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

Episódio 8. Exibido em: 01 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

Episódio 9. Exibido em: 02 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

Episódio 16. Exibido em: 09 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Episódio 36. Exibido em: 01 de março de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

Episódio 37. Exibido em: 02 de março de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

Episódio 44. Exibido em: 09 de março de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2021.

Episódio 53. Exibido em: 18 de março de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.



Episódio 54. Exibido em: 19 de março de 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/big-brother-brasil-21/t/qjq8Mnm2hM/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Orgs). **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito de pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

BUSETTO, Áureo. Sintonia com o contemporâneo: a TV como objeto e fonte da História. **Política e identidade cultural na América Latina**. BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (Orgs). São Paulo: Editora UNESP Cultura Acadêmica, p. 153-175, 2010.

CAMPANELLA, Bruno. Investindo no Big Brother Brasil: uma análise da economia política de um marco da indústria brasileira. **Revista E-COMPÓS**, Brasília, v.8, p. 1-17, 2007.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 61-86, 2011.

KARHAWI, Issaaf. Notas teóricas sobre influenciadores digitais e Big Brother Brasil: visibilidade, autenticidade e motivações. **Revista E-COMPÓS**, v.24, p. 1-21, 2020.

MENICONI, Joana de Almeida. **De olho no Big Brother Brasil: A performance mediada pela tv**. 2005. 164f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 235-290.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

RAMOS, Roberto José; FREITAS, Fernanda Lopes de. Rede Globo de televisão: 50 anos – a integração cultural e ideológica. **Revista Alterjor**, São Paulo, v.1, n.6, p. 16-35, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da. A [tele] visão dos excluídos: recepção das representações da homossexualidade nas telenovelas da Globo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, v.12, n.1, p. 179-204, 2020.

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIGOR, Gil do. **Tem que vigorar!:** como me aceitei, venci na vida e realizei meus sonhos. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.



“FORÇA É MUDARES DE VIDA”: UM GIRO ÉTICO-POLÍTICO E HERMENÊUTICO PARA HISTORIOGRAFIA

“FORCE IS LIFE CHANGE”: AN ETHICAL-POLITICAL AND HERMENEUTIC TURN TO HISTORIOGRAPHY

HENRIQUE MELATI PACHECO³⁶¹



Resumo

Seguindo as questões: o que significa uma ética hermenêutica gadameriana? Como situar os estudos históricos disciplinares, a “historiografia”, no giro ético-político e hermenêutico das humanidades contemporâneas? O objetivo deste texto é buscar responder quais as implicações de uma ética hermenêutica para historiografia. Ele parte de um panorama do “estado da arte” dos recentes “giros” da historiografia ocidental, sobretudo da teoria da história contemporânea, e segue até uma discussão crítica e disciplinar da História enquanto exercício ético hermenêutico. Para que cheguemos a uma discussão epistemológica sobre a ética hermenêutica e a historiografia, propomos uma apresentação da obra do filósofo Hans-Georg Gadamer (1900-2002), a sua contribuição para uma abordagem compreensiva à história, e a sua leitura do diálogo platônico Filebo. Finalizamos o texto demonstrando possíveis abordagens éticas hermenêuticas à história, como é o caso de trabalhos que unem pesquisa documental, teoria e ensino de história.

Palavras-chave: giro ético-político; Hans-Georg Gadamer; historiografia.

Abstract

Following the questions: what does a Gadamerian hermeneutic ethics mean? How to place disciplinary historical studies, the “historiography”, in the ethical-political and hermeneutic turn of contemporary humanities? The goal of this text is to try an answer to the question: what are the implications of a hermeneutic ethics for historiography. It starts from an overview of the “state of the art” of Western historiography, especially the theory of contemporary history, and goes on to a critical and disciplinary discussion of History as an ethical hermeneutic exercise. Aiming to produce an epistemological discussion about hermeneutic ethics and historiography, we propose a presentation of the work of the philosopher Hans-Georg Gadamer (1900-2002), his contribution to a comprehensive approach to history, and his reading of the Platonic dialogue Philebus. We end the text by demonstrating possible hermeneutic ethical approaches to history, as is the case of works that combine documentary research, theory and history teaching.

Keywords: ethical-political turn; Hans-Georg Gadamer; Historiography.

³⁶¹ Mestrando em História – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq Brasil. contatomelati@live.com



Introdução

Não seria característico da teoria e da historiografia o questionamento dos pressupostos éticos que perpassam as configurações dos domínios de natureza disciplinar e suas vinculações com modos de apropriação e de apossamento, ou seja, com a possível (re)produção de formas determinadas de relação com o outro? (MARCELINO, 2021, p. 47).

Ética, História, historiografia, hermenêutica, teoria da história, ensino de história, filosofia (crítica ou especulativa) da história, didática da história, epistemologia da história... Por quais palavras chamar o pensamento efetual, inquisitivo ético-político e socrático-hermenêutico gadameriano, aplicado a historiografia?

Em 2005, o historiador François Hartog (2011) escreveu sobre o fenômeno euro-americano acadêmico disciplinar da emergência dos estudos de história da historiografia, ou epistemologia da história. No contexto pós-(ou)industrial mundializado da produção intelectual/teórica da moderna disciplina da história, organizada em universidades e programas de pesquisa pelas classes nacionais/transnacionais dos/as historiadores/as, “será que se passou do historiador” e da historiadora “que se reivindica ‘artes[ã], em sua oficina, para o historiador [e a historiadora] que deixa de ter medo de se assumir como ‘epistemólogo’” e epistemóloga da história? (HARTOG, 2011, p. 246). A história da historiografia ou epistemologia da história, de acordo com Hartog (2011, p. 247), se define primeiramente como “uma postura [investigativa] reflexiva: [que se preocupa] não só [com] a elaboração do questionário” de pesquisa em trabalhos de história, “mas [com] a maneira como [o questionário investigativo] foi elaborado, sua confecção e os pressupostos que os organiza” (HARTOG, 2011, p. 247). Uma escrita sobre a escrita e a montagem da história. Como escreveu o historiador Hayden White (2010), a história da historiografia, metahistória, ou epistemologia da história, é como um documentário sobre os bastidores de um grande filme: um *making off* textualista sobre a escrita da escrita da história. Já os trabalhos de história aplicada (história social, história econômica, cultural etc.) seguindo a analogia de White (2010), performam com efeitos visuais de verdade, realidade e objetividade, a elaboração de um grande romance histórico do gênero realista. Entre a epistemologia e a teoria, a ética hermenêutica, enquanto tradição de pensamento autocompreensiva, autotransformativa e filosófica, encontra espaços na tradição disciplinar de história da historiografia? Quais os caminhos possíveis e viáveis de apreensão de uma ética-política e hermenêutica a historiografia? A estratégia que utilizamos, quase como uma promessa/aposta, é a de aproximar as áreas da ética



hermenêutica e da história da historiografia, e apresentar uma possibilidade de abordagem ética-hermenêutica de trabalho para história. Porém, contemporaneamente, por que é importante falar de hermenêutica e historiografia?

Na leitura do historiador François Dosse (2018), nas últimas décadas as ciências humanas euro-americanas passaram por um momento de “humanização”, uma guinada “pragmática”, e constituem atualmente um “Império do Sentido”. Isto, pois, as ciências humanas contemporâneas são atravessadas por um “horizonte hermenêutico”, pela “transdisciplinaridade/interdisciplinaridade”, pelos desafios das neurociências, da biologia molecular, dos debates sobre os “pós/não/além-de-humanos”, pelos caminhos metódicos das “redes sociais/naturais/discursivas/etc.”, e pelas “relações pacificadas entre a filosofia e as ciências humanas” (DOSSE, 2018). A ideia de um giro ético-político e hermenêutico para historiografia, como o Império do Sentido das ciências humanas tecido por Dose (2018), parte da constatação de que a atual produção de saberes nas humanidades ocorre “como um processo complementar de tradução e de interpretação que concede ao presente uma prevalência” (DOSSE, 2018, p. 18). Assim, a condição ética-política e hermenêutica “fundada na pesquisa do sentido do agir humano em todas as dimensões pode responder às interpelações urgentes de nossa atualidade” (DOSSE, 2018, p. 18). No caminho que propomos neste texto, a ética-hermenêutica se mantém próxima dos olhares do ensino de história, da teoria da história, e da história da historiografia, ou epistemologia da história. Mas, antes, como situar a historiografia na condição ética-hermenêutica? Ou melhor, o que é o giro ético-político e hermenêutico, e como a historiografia pode reagir a ele?

Como no antigo jogo de rodar pião, no qual se puxa uma corda enrolada em um objeto afunilado, a moderna disciplina da história ocidental já passou por diversos “giros”. E, em meio aos “giros”, impulsionados, algumas vezes, por potentes movimentos políticos e sociais, a história já mudou de jogos muitas vezes. Jogos de queimada, na exclusão de passados não-ocidentais e tradicionais pela historiografia moderna oitocentista; de amarelinha, ao construir formulações gerais e “leis” com base em testes de causa e efeito; de detetive, atrás de pistas e sinais para reconstituição de “verdades” de arquivo; de bate-mão, na construção folheada das substâncias e presenças narrativas da historiografia anti-fundacionalista. Do “giro linguístico” ao “giro arquivístico”,



“feminista” e “decolonial”, fala-se hoje de um “giro ético-político” para historiografia.³⁶² Este texto se situa no contexto do giro ético-político da teoria e filosofia da história, e propõe uma abordagem ética hermenêutica historiográfica.³⁶³ Começamos, no entanto, situando nosso estudo na longa história da historiografia ocidental, no contexto dos recentes “giros” da moderna historiografia contemporânea.

Ao pensarmos nos “giros” da historiografia, optamos por enredar nosso estudo no panorama de olhares/teorias do período da moderna disciplina acadêmica ocidental: os estudos de história produzidos nas universidades euro-americanas do início do século XX. Os gregos Heródoto e Tucídides, supostos pais da História, também refletiram sobre os seus textos/trabalhos, e até mesmo sobre o ofício de historiador antigo (HARTOG, 2011). Os historicistas alemães setecentistas e oitocentistas também foram especialistas na produção de histórias reflexivas, ou *Historik* (KOSSELECK, 2006). Porém, os saberes acadêmicos do ocidente da modernização do início do século XX, período de guerras e pós-guerras “mundiais”, foi o que formulou a contemporânea área das humanidades, e a moderna disciplina profissional da história. No início do século XX, a recente disciplina da história (instituída entre os sécs. XVIII e XIX na Europa) começava a questionar (de forma sistemática e disciplinar) seus pressupostos.³⁶⁴ Como um olhar-se no espelho, a história desenvolvia suas primeiras teorias disciplinares. A palavra teoria, do grego antigo *θεωρέω*, significa aquele que “olha”, “através de”, “contempla” e atinge a “introspecção”. Ao adquirir teoria, pois, a disciplina moderna da história desenvolvia visões próprias sobre o seu “fazer-se”. E, foi justamente sobre o manejo e o fazer da história disciplinar (os métodos e ofícios do “conhecimento histórico”) que se centraram as primeiras produções teóricas da historiografia acadêmica do século XX, como no caso dos trabalhos de Marc Bloch (2001), Charles Beard (2013) e Carl Becker (2013).

Algumas décadas depois da instituição disciplinar euro-americana da história acadêmica moderna (entre 1900-1930), de acordo com o historiador Frank Ankersmit

³⁶² Sobre o giro linguístico e a historiografia, ver: Spiegel (2005). Sobre o giro arquivístico na disciplina história: Heymann; Nedel (2018) e Alves (2019). Sobre os giros feministas e decoloniais, ver: Holanda (2020). Sobre o giro ético-político na historiografia, ver: Rangel; Araujo (2015), Rangel (2019) e Voigt (2015).

³⁶³ Este texto foi originalmente escrito para disciplina “Fenomenologia e Hermenêutica: Ética Dialética no Filebo; Hermenêutica Filosófica entre o Conhecimento e o Prazer”, ministrada em 2021/2, pelo Prof. Dr. Luiz Rohden no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.

³⁶⁴ Sobre a disciplinarização europeia da história, ver: Kosseleck (2006) e Martins [org.] (2010). Ver ainda, sobre a escola histórica alemã: Gervinus (2010), Chladenius (2013) e Berneheim (2021); sobre a escola metódica francesa: Langlois; Seignobos (2017).



(2004, p. 15), “de 1950 a 1960, a filosofia [e teoria] da história preferiu se dedicar aos elementos do texto histórico como declarações singulares acerca de situações históricas”, como nos textos de Karl Hempel (1995) e Edward H. Carr (1981), que se preocuparam com “declarações que expressam conexões [e modelos] causais, ou a perspectiva temporal [e progressiva marxista/*whig*] das declarações sobre o passado”. Contra esta tendência investigativa da filosofia e teoria da história, Frank Ankersmit (2004) delineou um programa investigativo do texto histórico como um todo, abordando as condições textuais e narrativas da história. Caminhando semelhante seguiram os historiadores “pós-modernos”: Hayden White (1991), Alun Munslow (2009), Keith Jenkins (2014) e o filósofo Paul Ricoeur (2010).

Entre as décadas de 1970 e 1990, portanto, ocorreu na filosofia e teoria da história o que se convencionou chamar de “giro linguístico”. E, é a partir das contribuições desse movimento que surgiu recentemente uma demanda ética-política na historiografia. De acordo com os historiadores Marcello Rangel e Valdeci Araujo,

As reflexões e compreensões disponibilizadas a partir do giro linguístico apontam para a constituição de um horizonte comum no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber: (1) o sujeito do conhecimento não pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade, a despeito das teorias e métodos em questão e (2) a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 328).

As teorias da linguagem, do texto e da literatura contribuíram na expansão da compreensão teórica da história, e na mudança na profissão do/a historiador/a moderno/a, que acabou abalada em seus interesses de objetividade, neutralidade e fidelidade ao passado. Assim, o “giro linguístico” abriu caminhos inesperados para teoria e filosofia da história: o retorno aos conceitos de presença, experiência e representação e a reaproximação com as ciências naturais e exatas (*hard sciences*), por exemplo. (KUKKANNEN org., 2021) Daí surgiu a questão mobilizadora de um novo movimento historiográfico (o giro ético-político): “por que o historiador” ou a historiadora “deveria continuar investigando o passado se seus enunciados estariam muito mais relacionados ao seu mundo, história, corpo/desejo etc., do que ao seu objeto” de pesquisa? (RANGEL, 2019, p. 31-32). Pergunta que exige um repensar sobre a própria constituição disciplinar da história, e um novo olhar ético e político para o passado. “E, aqui, ‘ética’ significa pensar seu mundo e ‘política’, algo como uma intervenção mais imediata e proativa” na realidade social contemporânea (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 328).



Ethos (ἦθος), originalmente uma palavra grega que significou “lugar acostumado”, “morada”, passou a significar, na tradição ocidental, a forma corriqueira de agir e ser do homem, “caráter”, “disposição nobre”. *Ethos* também possui raízes em palavras como *areté*, que significa “virtude”. Aqui, significamos ética (e política) como uma teoria humana sobre aquilo que é humano.³⁶⁵ Assim, em um novo giro disciplinar da história, política e ética se misturam, e a preocupação com o pensar e agir humano se impõe em conjunto de novas reflexões sobre os papéis e funções de historiadores e historiadoras no tempo contemporâneo.³⁶⁶

Neste texto argumentamos em favor de um giro ético-político e hermenêutico para historiografia, pois, a ética hermenêutica gadameriana revela que qualquer exercício interpretativo e compreensivo implica uma mudança (autotransformativa, autocompreensiva e filosófica); não se sai ileso da leitura e interpretação de textos e presenças ausentes do passado.³⁶⁷ Para pensarmos na implicação de uma ética-hermenêutica à historiografia, abaixo apresentamos a abordagem compreensiva gadameriana da história. Depois, para desvelarmos a ética hermenêutica, apresentamos uma leitura da leitura gadameriana do diálogo Filebo de Platão. Por fim, demonstramos possíveis abordagens éticas hermenêuticas à história, como é o caso de nossos recentes trabalhos de história, que unem pesquisa documental, teoria e ensino de história/ciências humanas (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020), (PACHECO, 2022).

Hans Georg Gadamer e a Compreensão da história

Ser histórico quer dizer não se esgotar nunca no saber-se (GADAMER, 1997, p. 451).

³⁶⁵ De acordo com o filósofo Dennis Schimidt (2010, p. 40), “a palavra *ethos* tem seu sentido original em Homero como o lugar onde um animal vive; o lugar a que pertence e que define sua natureza de alguma maneira crucial”.

³⁶⁶ Para Marcello Rangel (2019), o giro ético-político foi uma resposta a crise vivenciada pela historiografia ocidental do séc. XX. Crise que seguiu as duas grandes guerras, as guerras e libertações coloniais, as ditaduras civis-militares do cone Sul da América Latina etc. Assim, após o fim das grandes narrativas e ideologias do progresso, passado o turbilhão linguístico e suas desconstruções, o giro ético-político se impõe; impulsionado, certamente, pelas demandas acadêmicas por histórias públicas e envolvidas com o contemporâneo. Ver: Alves (2019), Malerba (2018) etc.

³⁶⁷ Sobre a ética hermenêutica gadameriana, ver: Schimidt (2008), Pereira (2015), Rohden (2016) e Perine (2020).



A hermenêutica [gadameriana] não consiste, portanto, em nossa habilidade em ler um texto, mas na eficácia do texto em nos ler, em abrir o intérprete para a sua própria finitude (CALDAS, 2010, p. 63).

O “historiador gadameriano”, por assim dizer, não é alguém que domina uma metodologia apenas, mas um homem fundamentalmente ligado às questões de seu mundo e à atuação em seu tempo (PEREIRA, 2004, p. 33).

Hans-Georg Gadamer (1900-2002) dedicou a sua vida à tarefa hermenêutica, deu-lhe estatuto filosófico-ontológico, e ampliou o fenômeno da compreensão até tornar-lhe uma estrutura da existência humana (GADAMER, 1997) (ROHDEN org., 2012). Compreender, de acordo com Gadamer (1997), não faz parte de um método cientificista, mas da própria condição do “ser-aí” humano, ou não-humano/naturais/além-de-humanos. Por conta disso, podemos, através de uma breve análise da compreensão gadameriana, nos encaminhar para uma ética-hermenêutica à historiografia.

Compreensão, em Gadamer, é tudo o que excede e precede a metodologia e a objetificação científica.³⁶⁸ E, de acordo com Gadamer (1997), o fenômeno compreensivo, mais do que a análise documental, por exemplo, tem valor de verdade e prova (verificabilidade). A compreensão, assim, desvela

O modo como vivenciamos uns aos outros, como vivenciamos as **tradições históricas**, as ocorrências naturais de nossa existência e do nosso mundo, é isso que forma um **universo verdadeiramente hermenêutico**, no qual não estamos encerrados como entre barreiras intransponíveis, mas **para o qual estamos abertos** (GADAMER, 1997, p. 35) (grifos nossos).

Uma necessária abertura hermenêutica à compreensão, pois, as ciências do espírito ou humanas não se completam por meio de métodos indutivos das ciências da natureza. As humanidades são inexatas, opacas, não trabalham apenas com regularidades, causas e determinações últimas, isto, pois, “o conhecimento histórico”, por exemplo, “não aspira [...] a abranger o fenômeno concreto como no caso de uma regra geral [...] seu ideal é compreender o próprio fenômeno na sua concreção singular e histórica” (GADAMER,

³⁶⁸ A historiadora Norma Cortes (2006, p. 276) escreveu que “embora recusasse atribuir estatuto científico metódico à compreensão hermenêutica, Gadamer não se aproximou de qualquer forma de anarquismo metodológico. Antes, o fundamento dessa recusa repousa sobre um postulado de matriz historicista e fenomenológica que inscreve o fenômeno da compreensão no mundo da vida e nas experiências ordinárias que os homens normalmente travam entre si”. Ou seja, “nossos esforços compreensivos não se estabelecem ou são fundados pela contemplação teórica, mas estão já e sempre dados como gestos mundanos (entenda-se: ordinários, comuns, cotidianos) do ser-no-mundo” (CÔRTEZ, 2006, p. 276).





1997, p. 41). O que não serve para estabelecer uma plena distinção entre ciências do espírito, humanas ou inexatas e ciências da natureza, exatas. Ao contrário, todas as ciências compartilham (mesmo que em diferentes proporções) do acontecimento humano da compreensão.³⁶⁹

“O compreender é compreender-se”, escreveu Gadamer (1997, p. 394). Ao ler um texto, ouvir uma música, dialogar com uma pessoa, fruir da arte, “a gente tem de se haver com isso” (GADAMER, 1997, p. 394).³⁷⁰ Assim, “aquele que ‘compreende’ [...] não somente projetou-se a si mesmo a um sentido, compreendendo – no esforço do compreender – mas que a compreensão alcançada representa o estado de uma nova liberdade espiritual” (GADAMER, 1997, p. 394). O que envolve a união dos saberes práticos com teóricos. Afinal, em Gadamer, “não se pode separar o ‘ser ético’ do ‘saber ético’. Da mesma forma, não pode haver separação entre ‘ser histórico’ e ‘saber histórico’” (PEREIRA, 2004, p. 25) Isto, pois, “ao conhecer sua história, o historiador também se realiza como ser histórico” (PEREIRA, 2004, p. 25). E atinge, assim, a compreensão. A postura prudente da ética socrática-hermenêutica, que se vincula com a vida e a indistinção do ser/saber histórico, é capaz de aproximar os campos da produção teórica disciplinar da história, por exemplo, com o que se produz nos campos do ensino de história e outras disciplinas humanas e transdisciplinares.

³⁶⁹ De acordo com a historiadora Laura Pereira (2004, p. 25), “a hermenêutica de Gadamer é o reconhecimento do homem como ser histórico que compreende o mundo a partir de sua historicidade. É por isso que pode pensar numa unificação das hermenêuticas. No iluminismo, a hermenêutica das ciências humanas se separou das demais (filológica, jurídica, teológica) para se tornar um método científico. Gadamer propõe sua reunificação a um conjunto geral, a hermenêutica histórica ou filosófica”. O que possibilita pensarmos nas aplicações e implicações da hermenêutica compreensiva gadameriana em outras ciências, tidas como exatas.

³⁷⁰ A compreensão (*verstehen*) gadameriana respeita as origens etimológicas da palavra alemã. No contexto jurídico, *verstehen* assume o sentido de representar alguém, uma causa, instituição etc. E, “o caso” de que o termo se aplica “ao espiritual [as humanidades] se explica [...] por que a representação de uma causa num julgamento implica que seja compreendida, isto é, que seja dominada até o ponto em que possamos [...] fazer valer o próprio direito” (GADAMER, 1997, p. 394). Compreender, portanto, é também tomar partido, posicionar-se, é um comprometimento com a justiça e com a verdade, o que faz pontes sólidas entre a tradição jurídica e humana, unidas pelo diálogo, pela dialogicidade dialética e compreensiva da hermenêutica. O verbo *verstehen* (compreender), de acordo com Gadamer (2003, p. 40), carrega dois sentidos: primeiro, o sentido de compreender algo. Depois, o sentido de ser entendido/compreendido em algo. Além do sentido de inteligência “compreender algo”, *verstehen* também significa “um ‘saber-fazer’, um ‘poder’, uma ‘capacidade para’ desempenhar uma tarefa no nível prático” (GADAMER, 2003, p. 41). Assim, “todas as compreensões se reduzem [...] ao nó comum de um ‘eu sei como me ocupar’, isto é, a uma compreensão de si em relação a alguma outra coisa” (GADAMER, 2003, p. 41). E, “a história lexicológica da palavra alemã *verstehen* confirma esse resultado. [...] ‘compreender uma causa’ no sentido de “defender uma causa perante o tribunal” (GADAMER, 2003, p. 41).



A compreensão gadameriana à historiografia, na nossa leitura de Gadamer (1997), parte da própria vastidão do fenômeno (e conceito) humano da compreensão.³⁷¹ Assumindo o conceito de compreensão como uma chave-interpretativa à ciência histórica, deve-se, de acordo com Gadamer (1997), atentar para os conceitos de “aplicação”, “prejuízos” ou “preconceitos” e “tradição” (GADAMER, 1997). Conceitos correlatos a compreensão, e que nos vinculam ao passado presente, do qual nunca nos ausentamos. A história metódica ou historista do séc. XIX (imagem e semelhança da moderna historiografia acadêmica e profissional) por vezes buscou apagar e superar a tradição e os prejuízos, seguindo os sentidos negativos atrelados a essas palavras. Porém, como destacou Gadamer (1997, p. 474), “o efeito da tradição que sobrevive, e o efeito da investigação histórica formam uma unidade de efeito, cuja análise só poderia encontrar uma trama de efeitos recíprocos” (GADAMER, 1997, p. 424). Assim, surge a “história efetual”, uma história da história, por exemplo, que não exclui as ideias furadas, as teorias passadas, e a própria historicidade da construção metódica, investigativa e disciplinar da história. A história efetual pensa a história e a sua própria história, como uma moeda de dois lados. O caráter efetual da história deve “mostrar na própria compreensão a realidade da história” (GADAMER, 1997, p. 448).³⁷²

Uma abordagem compreensiva à história, portanto, deve encaminhar reflexões efetuais e práticas. A história efetual gadameriana, contudo, não é novidade.

É, na realidade, uma exigência nova o fato de precisar sempre de novo de um tal questionamento da história efetual, sempre que uma obra ou uma tradição tiver de sair do lusco-fusco constituído de tradição e historiografia para o claro

³⁷¹É importante frisar como ocorre, em Gadamer (1997), uma distinção entre o conceito de compreensão quase-teológico adotado pela escola histórica alemã (Ranke, Droysen etc), e o conceito de compreensão ético-hermenêutico e secular adotado pelo autor. Ver a segunda parte de Verdade e Método (GADAMER, 1997, p. 273- 544).

³⁷²De acordo com Frank Ankersmit (2004, p. 425), “com el concepto de la ‘historia efectiva’ [efetual] (*wirkungsgeschichte*), Gadamer emprendió un impresionante intento de resolver las aporias del historismo y de continuar hacia una hermenéutica historia em la que se superen las proclividades transcendentalistas [do eu neutro e transhistórico] del historismo tradicional”. Porém, Ankersmit (2004, p. 428) argumenta que “dar un contenido a la noción de *wirkungsgeschichte* es como el intento de saltar sobre la propia sombra [do saber historiográfico]. Por qué parar em la *wirkungsgeschichte* y por qué no debemos historizar la *wirkungsgeschichte* misma (y así indefinidamente)? Assim, diferente da história efetual gadameriana, que é localizável em uma dada tradição, em um dado horizonte de fusão, a história efetual de Ankersmit é um movimento sem começo e fim definidos. Ao invés de fusão de horizontes, a história efetual de Ankersmit (2004) é um vertigem ilimitado, que leva o/a historiador/a ao encontro do relativismo historista “pós-moderno”. Contra a leitura gadameriana de Ankersmit (2004), podemos citar o historiador Reinhard Kossaleck (1997, p. 68): “la comprensión para Gadamer está ligada retrospectivamente [zurückgebunden] a la historia efectual [*Wirkungsgeschichte*], cuyos orígenes no se pueden calcular diacrónicamente, y cuyo punto central consiste en que sólo se puede experimentar en el propio tiempo de cada uno”. Ou seja, muito menos localizável e objetiva – pertencente a uma dada tradição, a história efetual gadameriana se vincula aos projetos existências do “ser aí” humano, que é em cada caso único e irrepetível.



e aberto de seu real significado – exigência feita não à investigação, mas à consciência metódica da mesma (GADAMER, 1997, p. 449).

Algo como uma desnaturalização do que é dado e óbvio na disciplina história. A compreensão gadameriana e sua subsequente história efetual segue o caminho de um diálogo com a tradição, do reconhecimento e aceitação dos prejuízos, bem como elaborações da distância e do reconhecimento do processo de canonização da disciplina da história, por meio da aplicação de uma fusão de horizontes. Por isso a importância de se atentar para o caráter efetivo e afetivo, efetual da história. Afinal, “os efeitos da história efetual operam em toda compreensão, esteja ou não consciente disso” (GADAMER, 1997, p. 450).

Quase ao fim de nosso desvio gadameriano, surge a ideia de que a compreensão, como abordagem à historiografia, é a aplicação de uma fusão horizontica entre uma tradição e uma contemporaneidade. O “compreender [histórico] é então um caso especial de aplicação de algo geral [a tradição que une passado/objeto e sujeito] a uma situação concreta e particular [a investigação histórica na contemporaneidade]” (GADAMER, 1997, p. 465). Assim, tal qual a história, a compreensão gadameriana na historiografia deve recorrer à outra ciência do particular: a ética. Como ciência inexata, pois situacional, que constrói para si um campo particular, a ética aloca o método no campo da moral. Recoloca, no caso da historiografia contemporânea, o historiador a e a historiadora no mundo da vida, em suas próprias historicidades. Assim, contra o “enorme alheamento que caracteriza [...] a historiografia do século XIX, em razão do método objetificador da ciência moderna”, o saber prático ou a prudência (*phronesis*) da ética aristotélica se impõe (GADAMER, 1997, p. 468). Ou seja, a prudência (*phronesis*) do/a historiador/a, como dos humanos em geral, já está sempre presente em momentos de escolha, de ação. Também no fazer historiográfico, em que os objetos da compreensão “não são eventos, mas sim seu ‘significado’” para o presente (GADAMER, 1997, p. 488). O método e o fazer da história, portanto, não estarão descritos corretamente “se se fala de um objeto em si e de uma aproximação do sujeito a ele”, pois, “em toda compreensão histórica sempre já está implícito que a tradição que nos chega fala sempre ao presente e tem de ser compreendida nessa mediação” (GADAMER, 1997, p. 488). E, para que ocorra a compreensão mediada pela mistura de horizontes de tradições e contemporaneidades, deve-se apelar para uma dialética ou lógica do diálogo, que valorize as perguntas. Assim,



é no fundo da consciência histórica efetual, em nossa abertura para a mudança de “nós-mesmos”, que se encontra a pergunta.

“Para perguntar, temos que querer saber, isto é, saber que não se sabe” (GADAMER, 1997, p. 535). O que nos leva ao encontro de antigos pensamentos e pensadores. Como é o caso do diálogo platônico tardio “Filebo”, com o qual trabalharemos abaixo.

Filebo historiador: ética socrático-platônica e hermenêutica

A preocupação com a ética foi um projeto para toda a vida de Gadamer (SCHIMIDT In: SCHIMIDT; SHANON, 2008, p. 37).

Sócrates aborda seus interlocutores com um imperativo ético [hermenêutico] exigindo, como o Torso de Apolo no poema de Rilke, que "deves alterar tua vida" (GJEDAL In: MACHAMER; WOLTERS, 2010, p. 75).

A indagação sobre o bem no fazer e ser do homem encontra o *Dasein* [ser-aí] humano sempre já confrontado com tarefas concretas, dentro das quais deve ser escolhido aquilo que é (em cada caso) o bem (GADAMER, 1991, p. 218).

A hermenêutica gadameriana demonstra a incondicional condicionalidade do fenômeno ético. Ou seja, em história, por exemplo, em cada caso, em cada escolha, independentemente de quais teorias e métodos utilizarmos, nós “atiramos no escuro”. Apostamos nos efeitos benéficos de histórias na concretude do vivido, não tanto de um passado ausente, mas canibal, efetual. E, historiadores/as sempre constroem trabalhos já alicerçados em uma dada tradição, envoltos em dados preconceitos/prejuízos: entrelaçados com o mundo da vida. Mas, por que nos voltarmos para Platão? Primeiro, pois, a hermenêutica gadameriana é fruto de uma leitura platônico-socrática realizada por Hans-Georg Gadamer (PERINE, 2020) (ROHDEN, 2016).³⁷³ E, além disso, é a leitura gadameriana do diálogo platônico Filebo, realizada em fins da década de 1920, que nos fornece as coordenadas de uma ética hermenêutica para historiografia (GADAMER, 1991).

³⁷³ De acordo com Luiz Rohden (2016, p.14), “Gadamer [...] se autodenomina um estudioso de Platão, conforme confessou: ‘a hermenêutica e a filosofia grega foram os dois pontos básicos de meu trabalho’, e ‘Platão continuou sendo o centro dos meus estudos’. Sua volta aos gregos se deve ao fato de que ‘neles a autoconsciência não é o critério de tudo’” (GADAMER Apud ROHDEN, 2016, p. 15). Assim, “Platão e Gadamer elaboraram um modelo, uma proposta metafísica – ainda que implícita no bojo de suas obras – [E, mesmo que] nem Platão nem Gadamer escreveu uma obra sobre ética, [...] suas propostas filosóficas contêm e são marcadas por uma tradição e perspectiva metafísico-éticas” (ROHDEN, 2016, p. 14).



Partimos da seguinte tese: é necessário buscarmos por uma historiografia que faça jus a pergunta Socrática pela vida boa. E, é no Filebo que Sócrates lançou a questão: “qual o estado e a disposição da alma (*hexis kai diathesis*) capaz de fornecer a todos os homens uma vida feliz?” (PLATÃO, 2012, p. 27).³⁷⁴ O bem compartilhado, não mais o Bem dos filósofos, mas o bem na vida humana; evidências da tardia prudência socrática (BENOIT, 2007). A ética dialética de Platão começa pela abertura do que estava encerrado, o bem é humano e incondicional. E, a abertura para o bem na vida humana acompanha, de acordo com Gadamer (1991), o alargamento da noção de objetividade. A filosofia ética de Platão, portanto, mistura ontologia/henologia e metafísica ao se preocupar com a constituição da *areté* (virtude), um potencial especificamente humano de inteligibilidade e consciência do *Dasein* (Ser-o-aí) (BRAVO In: PERINE, 2009).³⁷⁵

De acordo com Gadamer (1991, p. 1-2), o diálogo Filebo “mantém uma importância central para a história e os estudos da ética antiga”. Ele parte de uma ideia ontológica geral sobre o Bem para chegar até a concretude e cotidianidade do bem na vida humana. E, por conta disso, é capaz de fornecer alguns parâmetros para a aplicação da ética hermenêutica à historiografia.³⁷⁶ Em diálogo com a tradição platônica, a ética

³⁷⁴“O Filebo, de todos os diálogos de Platão, é o que apresenta maior número de estranhezas. Ele está repleto de omissões, seus personagens são desconhecidos ou dificilmente individuáveis o lugar, o tempo e o contexto são totalmente desconhecidos. Além disso, a discussão não se conclui e o diálogo se encerra com uma frase que indica uma fase ulterior do debate, que, contudo, não se desenvolve. O diálogo concentra uma série de artifícios de redação utilizados por Platão como, por exemplo, o fato de a abertura do diálogo não coincidir com o início do confronto que está em curso, mas remeter o leitor a uma discussão já ocorrida, cujo conteúdo é acessível apenas pelo resumo feito por Sócrates logo no início” (PERINE, 2011, p. 149-150).

³⁷⁵ O diálogo Filebo trata, entre outros temas, do “bem” humano. Para Francisco Bravo (2009), ao tratar do “Bem”, o diálogo assume uma simbiose entre a ontologia e a ética. Isto, pois, de acordo com Bravo (2009, p. 167), Platão inicia o diálogo distinguindo ontologicamente os diferentes tipos de prazeres, mostrando a ineficácia de uma analogia plena entre o “prazer” e o “bem” humano. E, o Sócrates platônico estende a mesma categorização ontológica ao conceito de “conhecimento”. Em resumo: “en todos los dominios de lo real, lo uno se identifica siempre con lo múltiple y lo múltiple con lo uno” (BRAVO In PERINE, 2009, p. 167). É esta ontologia do uno-múltiplo que possibilita chamarmos o pensamento platônico do Filebo como henológico. Pensamento henológico (unificante) que, ao ser utilizado na temática do bem humano, propõe uma ética-ontológica. “A henologia difere da ontologia, pois, nesta o conceito de uno é absorvido no de ‘ente’, como um de seus predicados, enquanto que naquela o uno é origem do real, e tem como noções básicas a ideia de unidade e multiplicidade, identidade e diferença, semelhança e dessemelhança” (BRAVO In: PERINE, p. 170). “Na henologia o conceito de Ser deriva da noção de uno e é inferior a ele” (BRAVO In: PERINE, p. 170). Assim, ao contrário da República, em que o Bem-uno se situa “mais adiante da existência”, no Filebo o Ser é visto como a mescla entre uno e múltiplo, limitado e ilimitado. O que nos leva até uma ética assentada no mundo da vida, na concretude do vivido.

³⁷⁶ Como escreveu Gadamer (1991, p. 215), “Platão, no Filebo, não trata apenas do ‘bem’, mas também [e essencialmente], explicitamente, do ‘bem’ da vida humana”. Portanto, “indagação [ética] sobre o bem no fazer e ser do homem encontra o [ser-aí] Dasein humano sempre já confrontado com tarefas concretas, dentro das quais deve ser escolhido aquilo que é (em cada caso) o bem. A resposta a essa questão concreta não pode ser encontrada em uma ideia universal do bem, mesmo que tal coisa exista. Na medida em que a escolha do homem está sempre situada no concreto agora de uma situação, o agente simplesmente não pode



hermenêutica deve ser também dialética, não “apenas porque se mantém no caminho do conceito, como o princípio existencial da filosofia antiga: rumo à pura teoria, mas porque entende o ser humano como uma criatura que é ‘em passagem’, no ‘entremeio’” (GADAMER, 1991, p. 3-4). Assim, a sabedoria socrática (raiz da ética hermenêutica) não é confirmada por um crescimento progressivo (passo-a-passo), “ao contrário, a natureza da sabedoria socrática se assemelha ao isolamento e o irrepetível, como uma visão de sonho” (GADAMER, 1991, p. 4). Ou seja, a sabedoria socrática “não é algo que alguém possui e que pode confiantemente contar quando é confrontado por alguém que a disputa” (GADAMER, 2009, p. 4). Ao contrário de um ideal de Bem enquanto inacessível Totalidade, puramente teórico, Platão e Aristóteles pensam eticamente a humanidade como “transcendendo a si mesma”, não porque atinge o “bem em si”, mas porque é fundamentalmente incompleta, no “caminho” e no “entremeio” (GADAMER, 2009, p. 5). E a ética aparece, assim, como uma preocupação humana (e errante) em agir de forma correta, viver de forma boa.

O plano ético de Gadamer, se assim podemos dizer, propõe que lidar com a compreensão é lidar com o mundo, o que pressupõe a eticidade das relações. Um ver o mundo pelo próprio mundo, nos implicando em cada cena. E, se as ideias de autotransformação, autocompreensão e comunalidade da filosofia são ameaçadas pelos princípios da filosofia moderna, talvez devêssemos abandonar velhas ideias modernas e retomar novas ideias antigas (ou buscar por ideias contra/pós/de/moderno-coloniais) éticas socrático-platônicas, por exemplo. Afinal, a mistura (entre prazer e conhecimento) de que trata Platão no Filebo, não é feita só nos arquivos documentais, em gabinetes de pesquisa; a mistura é feita no mundo da vida, em experiências que constituem nosso “ser-o-aí”.

Considerações Finais

Neste texto buscamos apresentar as implicações de uma ética hermenêutica gadameriana para historiografia. Alocamos nossa discussão no recente giro ético-político da historiografia, e partimos para uma exposição da nossa leitura da compreensão gadameriana. Apresentamos também a leitura gadameriana do diálogo platônico Filebo, que fornece as bases para uma ética hermenêutica historiográfica. Como conclusão de

ser dispensado por uma ciência (que se restringe necessariamente às relações existenciais gerais e invariáveis) da escolha do que é em cada caso o bem” (GADAMER, 1991, p. 216).



nosso estudo, basta sugerir caminhos de aplicação da ética hermenêutica para historiografia. Como é o caso do recente livro “Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS): (in)visibilidade negra, devoção, memória e as artes da resistência”, que apresenta os resultados de uma extensa investigação em arquivos, em forma de transcrições paleográficas integrais de documentos do século XIX, e que possibilita a união de pesquisa histórica, teoria e ensino de história, com vistas a autotransformação, autocompreensão e a comunalidade do pensamento histórico (PACHECO; HAACK; MOREIRA, 2020), (PACHECO, 2022).

As Irmandades Leigas são instituições milenares, transoceânicas e diaspóricas. No território transatlântico brasileiro, o fenômeno confrarial, desde o século XVI moveu devoções, cuidados e identidades étnico-raciais localizadas (SOUZA, 2000) (SOARES, 2001). A presença confrarial, materializada em Igrejas, Imagens, Consistórios, Cemitérios e outras construções, livros, correspondências e outros manuscritos, atesta que, durante os séculos XVII e XIX, a criação de irmandades leigas acompanhou e impulsionou movimentos populacionais diversos; travessias, expansões, tráficos, diásporas e migrações. Um olhar ético-hermenêutico e historiográfico evoca a intuição de que os vestígios e as presenças das irmandades leigas (para-além-de-objetos), no passado e na contemporaneidade, nos convidam a refletir e praticar os “saberes das irmandades”, ou episteme confrarial. A ética-hermenêutica, portanto, rompe com as naturalizadas práticas e métodos da moderna disciplina da história: de objetificação e disciplinarização dos passados e presenças. A ética-hermenêutica aplicada a historiografia convida, o que antes era “objeto”, os arquivos confrariais, por exemplo, a sentar na mesa dos “sujeitos” e compartilhar o pão do “saber histórico”. Tornar-se companheiro/a e companhia dos saberes e práticas praticados pelas irmandades leigas, que valorizam o viver-junto, a comunalidade, o cuidado e a devoção, é um possível caminho de ensino/aprendizagem da ética-hermenêutica historiográfica. Assim, na imprevisibilidade do instante ético hermenêutico, é possível praticar um olhar (ou teoria) confrarial aplicado às disciplinas da área das humanidades. Em elaborações de ferramentas de ensino antirracista transdisciplinar, por exemplo, (transliterar) os *archivos* das irmandades leigas em ferramentas de ensino para as práticas de vida antirracista e confrarial, o que envolve repensar o ensino e didática da história e da educação (RAMOS, 1995), (REVEL org., 1998), (GOMES, 2019), (LEVI, 2019). Pensar de maneira ética-política hermenêutica nas produções das irmandades leigas enquanto ferramentas para o ensino antirracista promove reflexões sobre o que é a consciência “histórica” e o seu



ensino/conhecimento (GADAMER, 2003) (CERRI, 2012) (FERREIRA; OLIVEIRA orgs., 2019) (hooks, 2019) (RAMOS, 1995) (GOMES, 2019) (SPIVAK, 2010) (SCHUCMAN, 2015). Assim, a abordagem ético-política e hermenêutica da história que apresentamos se cristaliza e sintetiza em uma preocupação de “transliteração”. Como elaborar uma boa forma de transpor o saber “sábio”, da historiografia acadêmica, para o saber “ainda mais sábio”, da sala de aula do ensino básico, como espaço transformativo e efetual, onde a história “se faz”? (GADAMER, 2003), (FERREIRA; OLIVEIRA orgs., 2019).

A ideia mais geral deste artigo, em resumo, é a de que a prudência e a abertura transformativa dos saberes “históricos” perpassados pela ética-política hermenêutica fazem referência a situacionalidade, que não é exatamente a presença ou realidade, pura consciência, mas o resultado de uma tradição, de prejuízos e preconceitos, nos termos éticos hermenêuticos, que preestabelecem uma forma de situacionalidade (contemporaneidade) de ser-aí no mundo. A ética hermenêutica, por fim, em sua aposta na constituição aberta, errante, no “entre-meio” do “ser-aí” humano, nos remete ao poema “*Archaischer Torso Apollos*” de Rilke, traduzido por Manuel Bandeira:

“Não sabemos como era a cabeça, que falta,
De pupilas amadurecidas, porém
O torso arde ainda como um candelabro e tem,
Só que meio apagada, a luz do olhar, que salta

E brilha. Se não fosse assim, a curva rara
Do peito não deslumbraria, nem achar
Caminho poderia um sorriso e baixar
Da anca suave ao centro onde o sexo se alteara.

Não fosse assim, seria essa estátua uma mera
Pedra, um desfigurado mármore, e nem já
Resplandecera mais como pele de fera.

Seus limites não transporia desmedida
Como uma estrela; pois ali ponto não há
Que não te mire. Força é mudares de vida”.

Data de Submissão: 07/03/2022

Data de Aceite: 11/06/2022

Referências Bibliográficas

ALVES, Clarissa L. S. **Operações historiográficas em Arquivos?** Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade. Porto Alegre: UFRGS (mestrado em História), 2019.



ANKERSMIT, Frank. **Historia y Tropologia**. Ascenso y caída de la metáfora. México: FCE, 2004.

BEARD, Charles. Aquele sonho nobre In: MALERBA, Jurandir [org.]. **Lições de História**. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV, 2013. pp. 338-355.

BECKER, Carl. O homem comum é seu próprio historiador. In: MALERBA, Jurandir [org.]. **Lições de História**. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV, 2013 pp. 367-385.

BENOIT, Hector. “A tardia prudência socrática no Filebo”. In BENOIT, Hector. **Estudos sobre o diálogo Filebo de Platão**. A procura da eudaimonia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, p. 199-221.

BERNEHEIM, Ernst. **Introdução à Ciência histórica**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAVO, Francisco. “Ontología y Ética en el Philebo de Platón”. In **Estudios platônicos**; Sobre o ser e o aparecer; o belo e o bem. Org. Marcelo Perine São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 167-192.

CALDAS, Pedro S. P. Hans-Georg Gadamer e a tradição. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 3, n. 4, p. 327–335, 2010.

CARR, Edward. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARDOSO, Lourenço Bento. **O branco ante a rebeldia do desejo**. Um estudo sobre branquitude no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: UNESP, 2014.

CERRI, Luis F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHLADENIUS, Johan M. **Princípios gerais da ciência histórica**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

CÔRTEZ, Norma. Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.274-290, 2006.

DOSSE, François. **O Império do Sentido**. A humanização das ciências humanas. São Paulo: Unesp, 2018.

FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida orgs. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.



GADAMER, Hans-Georg. **Plato's Dialectical Ethics**. Phenomenological Interpretations Relating to the Philebus. New Haven and London: Yale University Press, 1991.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GERVINUS, Georg G. **Fundamentos de Teoria da História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma L. **O movimento Negro educador**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GJESDAL, Kristin. "Davidson and Gadamer on Plato's Dialectical Ethics" In MACHAMER, Peter; WOLTERS, George [orgs.] **Interpretation; Ways of Thinking about the Sciences and the Arts**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010, p. 66-90.

HARTOG, François. **Evidência da história**. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HEMPEL, C. G. A função das leis gerais em História. In: GARDINER, P. (org.). **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 421-435.

HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos**. Uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista**. Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

JENKINS, Keith. **A História Refigurada**. São Paulo: Contexto, 2014.

KOSELLECK, R.; GADAMER, H-G. **Historia y hermenêutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUUKKANEN, Jouni-M org. **Philosophy of History**. Twenty-First-Century Perspectives. London: Bloomsbury, 2021.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Curitiba: Patota Livros, 2017.

LEVI, Giovanni. **Microhistorias**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2019.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014.



MARCELINO, Douglas. A. Descobrir, desapossar: ensaio sobre Michel de Certeau e o lugar da ética na teoria e na historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 45–72, 2021.

MARTINS, Estevão R. org. **A história pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PACHECO, Henrique. et al. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS)**: (in)visibilidade negra, devoção, memória e artes da resistência. São Leopoldo: Oikos, 2020.

PACHECO, Henrique M. O "Livro de Entrada de Irmãos da Irmandade de N. Sra. do Rozario dos Pretos da Freguesia da Caxoeira" – RS, séc. XIX. In: GUILHERME, Willian D. (org.). **História e as práticas de presentificação e representação do passado**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 98 – 113

PACHECO, Henrique M. **As cores da devoção**: um trabalho histórico relacional com as irmandades leigas da Vila da Cachoeira (do Sul – RS, séc. XIX). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

PEREIRA, Luísa R. **A História e “o diálogo que somos”**: a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. Rio de Janeiro: PUC-Rio (mestrado em História), 2004.

PEREIRA, Viviane M. **Hermenêutica, ética e diálogo** – Gadamer e a releitura da filosofia prática de Platão e Aristóteles. Porto Alegre: PUC-RS (doutorado em Filosofia), 2015.

PERINE, Marcelo. “O FILEBO DE PLATÃO E AS DOCTRINAS NÃO ESCRITAS”. In **“Educação e Filosofia Uberlândia”**, v. 25, n. 49, p. 149-171, jan./jun. 2011.

PERINE, Marcelo. Entre ética e dialética: defronte a Platão e Gadamer. *Filosofia Unisinos*. **Unisinos Journal of Philosophy**, São Leopoldo, v. 21 n. 2 pp. 146-152, 2020.

PLATÃO. **Filebo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2012.

RANGEL, M. de M. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 13, n. 25, p. 27-46, jul./dez. 2019.

RANGEL, M. de M.; DE ARAUJO, V. L. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.



REVEL, Jacques org. **Jogos de escala e experiências de microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RICCOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. 3 vols. São Paulo: WMF, 2010.

ROHDEN, Luis. Pressupostos e implicações éticas da metafísica dialética na Carta Sétima de Platão. **Revista Archai**, núm. 17, pp. 13-35, 2016.

SCHIMIDT, Dennis. Hermeneutics as Original Ethics. In: SHIMIDT, Dennis; SHANNON, Sulivan. **Difficulties of ethical life**. Fordham University Press, 2008. p. 35-51.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de Rei Congo. Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**. Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – São Paulo, Universidade de São Paulo: USP, 2012.

SPIEGAL, Gabrielle [org.]. **Practicing History: New Directions in Historical Writing After the Linguistic Turn**. New York and London: Routledge, 2005.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VOIGT, André. Há um "giro ético-político" na história? **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia** Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia. Volume 6, núm. 1, pp. 109-120, 2015.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1991.

WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidade histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

UM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA AMAZONENSE: A TRAJETÓRIA DE BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1841-1919)

A PLACE IN AMAZONIAN HISTORIOGRAPHY: THE TRAJECTORY OF BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1841-1919)



FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA³⁷⁷

Resumo

No presente artigo buscou-se reconstituir a trajetória de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919), jornalista, político, poeta e historiador paraense que construiu sua carreira entre as Províncias, posteriormente Estados, do Pará e Amazonas. Bento Aranha teve uma produção intelectual diversificada, publicando textos de História política, biografias, trajetórias e estudos sobre a Geografia da região Amazônica, além de fazer parte de instituições como o Arquivo Público do Estado do Amazonas e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Pretende-se, através da análise de sua produção e atuação institucional, identificá-lo como um dos autores que, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, lançaram as bases da pesquisa histórica no Amazonas.

Palavras-chave: Historiografia; trajetória; Amazonas.

Abstract

In this article, we sought to reconstruct the trajectory of Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919), a journalist, politician, poet and historian from Pará who built his career between the Provinces, later States, Pará and Amazonas. Bento Aranha had a diverse intellectual production, publishing texts on political history, biographies, trajectories and studies on the Geography of the Amazon region, in addition to being part of institutions such as the Public Archive of the State of Amazonas and the Historical and Geographical Institute of Pará (IHGPA). It is intended, through the analysis of his production and institutional performance, to identify him as one of the authors who, between the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century, laid the foundations of historical research in Amazonas.

Keywords: Historiography; trajectory; Amazonas.

³⁷⁷ Acadêmico do curso de História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professor de História no Curso Preparatório Paradigma. E-mail: historiadorcarvalho@gmail.com.



Entre Pará e Amazonas: formação, carreira jornalística e política

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha nasceu em 18 de julho de 1841, na cidade de Belém, capital da então Província do Pará. Foi jornalista, político, poeta e historiador. Era membro da ilustre família Tenreiro Aranha, oriunda de Portugal e com fortes laços entre o Pará e o Amazonas. Seu pai foi João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861), primeiro Presidente da Província do Amazonas. Recebeu o mesmo nome do avô paterno, o poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811).

Seguiremos algumas pistas sobre sua trajetória através de breves biografias publicadas ainda em vida nos periódicos paraenses *Correio Paraense*³⁷⁸ e *Diário de Notícias*³⁷⁹. As demais informações foram encontradas em fontes jornalísticas do Pará e do Amazonas, bem como alguns trabalhos bibliográficos que o citam vagamente.

Nos primeiros anos de vida ele foi educado pelo pai. Autodidata, começou cedo na carreira jornalística, entrando em 1858 para a redação do jornal *Diário do Grão-Pará*³⁸⁰³⁸¹. Anteriormente, entre 1857 e 1858, havia colaborado, respectivamente, no *Adejo Literário* e na *Revista do Atheneu Paraense*. Bento Aranha seguiria os mesmos passos de seu genitor, que também havia sido redator de jornal no Pará. Em 1860, na Escola Central do Rio de Janeiro, teve contato com o Partido Liberal, ao qual se filiou. Ele mostrou-se desde cedo favorável aos ideais republicanos, o que lhe ocasionaria alguns problemas com as autoridades provinciais.

Retornou ao Pará em 1862, tendo sido nomeado pelo Ministro da Fazenda adido à Alfândega paraense³⁸². Em 1865 publicou no *Jornal do Pará* artigos em que criticava o Governo do Presidente Couto de Magalhães e exaltava os valores republicanos. Acabou sendo deportado para a Província do Amazonas. Em Manaus, no dia do regresso dos combatentes da Guerra do Paraguai, os recebeu, na porta da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, com um discurso permeado por críticas à escravidão, contra a qual convocava aqueles homens:

³⁷⁸ **Bento F. T. Aranha.** *Correio Paraense*, Belém, 18/07/1892.

³⁷⁹ **Bento Aranha.** *Diário de Notícias*, Belém, 09/07/1885.

³⁸⁰ GUIMARÃES, Camila Lima; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07/09/15, p. 12.

³⁸¹ No entanto, na edição do *Correio Paraense* em homenagem aos 51 anos de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (18/07/1892), consta que ele entrou para o *Diário do Grão-Pará* em 1863, ficando neste até 1891.

³⁸² JOBIM, André. *Velhos Tempos*, 11/09/1946. Apud BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 135.



Voluntarios da patria, a vossa missão está terminada, repetem milhões de boccas desde aquelles longes do Prata até as nossas mais reconditas florestas do Amazonas; mas o patriotismo e a religiosa devoção que observais pelas liberdades, de certo que bradarão mais alto, que essas boccas: ainda não!

E não. A patria ainda clama pelo auxilio de seos filhos e a vós, mais do que a qualquer outro, por que já sabeis como se leva a liberdade á inhospitas e estrangeiras gentes, incumbe attender-lhe as queixas, para que nós então guiados pelo vosso desapego a vida em prol da sua causa vos possamos emitir.

Assim como, de vós exigio ella q' levasseis a liberdade a um povo escravizado e fanatico pelo despotismo e fostes prompto em acceitardes o honroso mandato, com mais rasão hoje supplica-vos alcanceis a de filhos seos, vossos irmãos, que gemem sob o jugo da mais negra e mais aviltante escravidão!

Escravidão! Triste condição a que chega o homem: o escravo não tem direitos á allegar, desde que não é mais senhor de si, não tem vontades, e é obrigado a sempre obdecer, soffrer callado, trabalhar e viver sem honra! E quantos brasileiros não vivem redusidos a semelhante estado de degradação e envergonhados occultam o nome de sua nacionalidade!?

Cidadãos, crusados da liberdade, vós jamais podeis sentir em vossos ouvidos o ecoar das queixas de tantos infelizes nossos irmãos, lançados do vosso gremio com desprezo sob o barbaro e deshumano jugo da escravidão

A vós, pois, voluntarios do Amasonas, ainda resta o sagrado dever de tomardes a iniciativa da emancipação desses nossos irmãos, que trazem estampado na frente o estigma da escravidão, e a nós o de seguir o vosso exemplo.

Viva S. M. o Imperador.
 Visa S. A. o principe conde d'Eu.
 Viva o bravo General Camara.
 Vivão o exercito e armada brasileira.
 Vivão os voluntarios do Amasonas.
 Viva o legendario Osorio.
 Viva o Exm. Sr. presidente da provincia³⁸³.

O historiador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, em recente artigo sobre Bento Aranha, afirma que, apesar desse discurso terminar com saudações ao Imperador e às autoridades do Império, uma espécie de juramento de fidelidade, ele atacava a principal base da Monarquia, que era a escravidão³⁸⁴. O General José de Miranda da Silva Reis, Presidente da Província, deu-lhe voz de prisão. Quando foi solto, voltou a ser preso em Belém por divulgar os ideais republicanos através do jornal Tribuna.

Bento Aranha já tinha alguns empreendimentos de longa data no Amazonas e já havia exercido alguns cargos públicos. Desde 1866 apresentava espetáculos teatrais no

³⁸³ Discurso. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 27/07/1870, p. 03.

³⁸⁴ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021, p. 06.



Teatro Thalia, em Manaus. Foi nomeado pela Presidência em 10 de janeiro de 1867 para servir gratuitamente no cargo vago de amanuense da Diretoria de Instrução Pública da Província³⁸⁵. Pela portaria de 06 de abril de 1869 foi autorizado a lecionar Gramática Universal e Retórica. Nesse mesmo ano fundou a Sociedade Atheneu das Artes, sociedade artística de instrução e caridade. Em 1870 criou uma escola noturno de ensino primário, mantendo-a gratuitamente por três anos. Averso à escravidão, como vimos anteriormente no discurso proferido aos combatentes da Guerra do Paraguai, cooperou na fundação da Sociedade Emancipadora Amazonense, sendo secretário desta. Nesse mesmo período passou a angariar fundos para a construção de uma Biblioteca Pública. Coube a ela a organização e a direção, em diferentes períodos, dessa instituição. No Pará fora nomeado Escriturário do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

No dia 27 de agosto de 1873 foi nomeado por decreto Imperial para o cargo de Primeiro Escriturário da Alfândega da Vila de Serpa (Itacoatiara). O Presidente da Província do Amazonas o nomeou, em 26 de novembro de 1873, professor interino do bairro de São Vicente, em Manaus³⁸⁶. Em 08 de janeiro de 1874 foi nomeado professor de primeiras letras do sexo masculino da Vila de Serpa³⁸⁷. Fundou escolas noturnas nessa vila e em Barcelos. O Presidente da Província o nomeou para o cargo de Promotor Público da Comarca do Rio Negro em 26 de fevereiro de 1874. Foi demitido do cargo de Primeiro Escriturário da Alfândega após publicar um artigo no jornal “Sete de Setembro” no qual afirmara que prestava serviços no Amazonas em nome da causa republicana. Em 1876 cria a Revista do Amazonas, publicação mensal sobre a exploração de rios, catequese, civilização de índios, colonização, agricultura e indústria. Atuou como secretário na Loja Maçônica Esperança Porvir e na Associação Comercial do Amazonas. Sugeriu a criação de um Asilo Orfanológico, inaugurado em 1884, mais tarde transformado no Instituto Benjamin Constant.

Quando da criação da Repartição de Terras e Colonização do Pará, em 25 de julho de 1890, foi nomeado auxiliar técnico, sendo demitido em 05 de janeiro de 1891³⁸⁸. Em 25 de fevereiro de 1891 entrou em exercício do cargo de Despachante Geral da Alfândega do Estado do Pará. Por defender a Revolta da Armada e atacar o governo de Floriano Peixoto em seu jornal Correio Paraense, de Belém, no Pará, teve sua tipografia

³⁸⁵ *Amazonas*, Manaus, 16/01/1867.

³⁸⁶ *Diário de Belém*, Belém, 04/12/1873.

³⁸⁷ SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018, p. 77-87.

³⁸⁸ *Diário de Notícias*, Belém, 06/01/1891.



empastelada pelo poder público³⁸⁹. Por ato de 01 de setembro de 1900 foi nomeado Diretor dos Índios do Rio Branco³⁹⁰. Bento Aranha foi Diretor do Arquivo Público do Estado do Amazonas entre 1906 e 1908 e, de forma interina, em 1910. De acordo com André Jobim, ele foi efetivado no cargo em 27 de outubro de 1911, tendo sido exonerado em 23 de janeiro de 1912. Nesse mesmo ano mudou-se definitivamente para Belém³⁹¹.

Em ordem cronológica, trabalhou e colaborou nos seguintes periódicos e revistas: Adejo Literário (1857), Revista do Atheneu Paraense (1858-1859), Correio Mercantil e Diário do Rio (1861), Ramallete, de São Luís, MA, e Grinalda e Diário do Gram-Pará (1863), Jornal do Pará (1865), O Amazonas (1866), Mercantil, de Manaus (1868), Jornal do Commercio e Correio Mercantil, do Rio de Janeiro (1868), Commercio do Amazonas (1870), O Catechista (1870), A Inquisição, de Belém (1871), Sete de Setembro, de Belém (1871), A Nação, do Rio de Janeiro (1874), Commercio do Amazonas (1874), O Amazonas (1877), A Província, de Manaus (proprietário, 1878), Quinze de Agosto, de Manaus, em número único (proprietário, 1881), Quinze de Agosto, de Manaus, em homenagem ao Pará, número único (proprietário, 1882), O Tiradentes, de Manaus (1883), Voz do Povo, de Manaus (1883), Correio da Manhã, de Manaus (1885), A Província, de Manaus (1885), A Evolução, de Manaus (1887), A Cidade de Manaus (1887-1888), A Epocha, de Manaus (1889), Diário de Notícias, de Belém (1890), Diário do Gram-Pará (1891), Diário Popular e Correio Paraense (proprietário, 1892-1894)³⁹². Já com idade avançada, foi redator do jornal amazonense O Mikado, criado em 1905³⁹³ e do Jornal do Commercio. No período provincial, muitas vezes assinava seus artigos, principalmente os que eram escritos para divulgar os ideais republicanos, com o pseudônimo Ajuricaba.

Além do meio jornalístico e do funcionalismo público, Bento Aranha teve uma longa carreira na política do Amazonas. Foi eleito Deputado Provincial em 1870-1871, 1878, 1880, 1882-1886 e 1888-1889. O historiador paraense Vicente Salles registra que ele foi provavelmente “[...] o primeiro republicano a se eleger a uma Assembleia Legislativa Provincial no Império brasileiro”³⁹⁴.

³⁸⁹ **Grãos Históricos**. *Jornal do Commercio*, 13/03/1978.

³⁹⁰ *Diário Oficial*, Manaus, 02/09/1900.

³⁹¹ JOBIM, André. Velhos Tempos, 11/09/1946. Apud BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 135.

³⁹² SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da História do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 163-166.

³⁹³ **Grãos Históricos**. *Jornal do Commercio*, 14/09/1910.

³⁹⁴ SALLES, 2001, p. 116.



Em 1911, por ocasião da renúncia do então Deputado Estadual pelo Amazonas Coronel José Furtado Belém, que ocuparia o cargo de vice-governador, Bento Aranha disputou essa vaga com o advogado e diretor proprietário do Jornal do Commercio Vicente Reis. Bento Aranha recebeu apenas 1 voto, enquanto Vicente Reis recebera 2.509, sendo eleito por unanimidade para o Congresso Legislativo do Amazonas³⁹⁵.

Casou-se com Josephina Freitas em Belém, no Pará, em 1864. Dessa união nasceram João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha Filho, Maria do Céu Aranha, Maria Armanda de Figueiredo Tenreiro Aranha, Josephina Aranha e Olívia de Figueiredo Tenreiro Aranha. Faleceu em Belém em 15 de janeiro de 1919³⁹⁶, sendo sepultado no Cemitério de Santa Izabel.

Figura 01 – Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919). Litogravura publicada no jornal Correio Paraense em 1892.



Fonte: Correio

18/07/1892.

Paraense,

O historiador: um lugar na historiografia amazonense

O antropólogo amazonense Geraldo de Macedo Pinheiro (1920-1996), primeiro pesquisador a destacar a importância de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o considera, em texto sobre a historiografia de Manaus, nosso primeiro historiador. Vejamos o que ele diz em texto publicado em 1949 no Jornal do Commercio:

O seu primeiro historiador foi inegavelmente Bento Aranha, o velho Bento, a quem o Amazonas e suas instituições políticas e culturais tanto devem. Político

³⁹⁵ *Jornal do Commercio*, Manaus, 27/07/1911.

³⁹⁶ *Estado do Pará*, Belém, 16/01/1919.



e historiador, organizando bibliotecas, relatórios, mensagens, colecionando as produções poéticas do seu pai, não se esqueceu ele de voltar as suas vistas para a terra baré e dedicar-lhe um dos mais curiosos trabalhos.

"Um olhar pelo passado", folheto de poucas páginas, é sem favor algum a primeira contribuição à história topográfica da cidade, das suas ruas e nomenclaturas, tão bem explicada com amor e dedicação aí por volta de 1897³⁹⁷.

Essa descrição apresentada por Geraldo Pinheiro nos leva à reflexão sobre o trabalho do historiador no século XIX. Nesse período, a História estava se constituindo como ciência, tendo como base o Positivismo e o Historicismo. Os historiadores buscavam empreender um trabalho metódico e crítico sobre as fontes. A principal preocupação dos pesquisadores brasileiros daquele período era o estabelecimento de uma História Nacional, que terá como centro irradiador o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)³⁹⁸. Nas Províncias, posteriormente Estados, os historiadores se voltaram para a constituição de uma História Local e Regional. Tudo indica que essas foram as preocupações de Bento Aranha. Teremos como norte nossa análise esse trabalho pioneiro de Geraldo Pinheiro. Analisaremos primeiro os textos históricos publicados por Aranha e em seguida a obra "Um olhar pelo passado".

O principal meio de divulgação de seus textos históricos foi a imprensa. O texto histórico mais antigo encontrado, "*Libertas Quae Sera Tamen*", foi publicado em 1881 no jornal Quinze de Agosto, de Manaus. Nesse texto Bento Aranha discorre sobre a adesão do Pará à Independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823. Ele faz um retrospecto dos movimentos separatistas ocorridos na colônia, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817), conectando-os com os eventos ocorridos nos Estados Unidos (1776) e na França (1789). Com exceção dos Estados Unidos e da França, os movimentos da América Portuguesa fracassaram e foram duramente reprimidos.

Uma separação só foi "aceita", explica Aranha, quando um membro da Dinastia de Bragança, Dom Pedro I, ascendeu à condição de Imperador do Brasil, tornando-o independente de Portugal. O Pará foi uma das últimas capitanias a aderir à Independência, ocorrida apenas em 15 de agosto de 1823. Bento Aranha afirma que

por não ter-se dado no Pará o menor derramamento de sangue entre Brasileiros e Portuguezes na ocasião da proclamação da independencia no dia 15 de

³⁹⁷ PINHEIRO, Geraldo de Macedo. **Manaus e seus historiadores**. Jornal do Commercio, 26/02/1949.

³⁹⁸ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 25.



Agosto de 1823, devemos commemorar-o cheios de jubilo com um dos mais gloriosos para o grande Imperio³⁹⁹.

Um outro gênero que mereceu a atenção de Bento Aranha foi o das trajetórias políticas. Em 1899, no jornal *Commercio do Amazonas*, publicou uma série de nove artigos, de 18 de agosto a 01 de setembro, intitulada “Centenário de Gama Lobo”. Nesses textos ele analisou a trajetória política do Coronel Manoel da Gama Lobo d’ Almada (m.1799) desde sua chegada no Grão-Pará até sua administração na Capitania de São José do Rio Negro, entre 1788 e 1799. O momento mais importante, dentre vários, foi a transferência da capital da Capitania de São José do Rio Negro, localizada na Vila de Barcelos, para o Lugar da Barra (Manaus), em 1791:

Lobo d’ Almada assim procedendo julgou perfeitamente que a capital ali seria em vista da sua importante posição topographica, mais commoda e vantajosa para o commercio e para a administração dos negocios politicos e civis daqueles dilatados sertões, na phrase de Baena, no seu *Compendio das Eras*⁴⁰⁰.

Bento Aranha define Lobo d’ Almada como um militar estadista e patriota imbuído dos predicados necessários para alavancar o desenvolvimento da Capitania, tendo um sério compromisso com a administração pública, compromisso esse que deveria ser copiado por seus contemporâneos:

Militar valente e brioso deu n’aquella epocha, em que só pelo direito da força imperava o absolutismo dos reis, e a nobreza desdenhosa das classes plebêas que hoje represeta as classes populares ou democratas das sociedades livres, dá o exemplo nobre e civilizador de desarmar os seus soldados, para, com os indios, applical-os em trabalhos agricolas, industriaes productivos e lucrativos á vida d’elles e á prosperidade da Capitania, e assim anima e desenvolve a lavoura, industria e commercio no Alto Amazonas e equilibra a receita cem a despeza da Capitania em vista da sua proibidosa e patriotica administração.

De homens da estatura moral e intelectual, de conhecimentos praticos de administração publica, como foi Manoel da Gama Lobo D’Almada, na Capitania do Rio Negro, é que a Republica dos Estados Unidos do Brazil carece para novamente impor se ao respeito de todas as nações do mundo⁴⁰¹.

Nesse mesmo ano e no mesmo jornal, entre 12 e 22 de fevereiro, publicou quatro artigos sobre “A Navegação do Amazonas”. Bento Aranha vê a ação de políticos como João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Romualdo Antônio de Seixas e João Candido de Deus e Silva, entre 1824 e 1850, em relação a introdução da navegação a vapor no Amazonas, como um empreendimento patriótico na facilitação das viagens e na

³⁹⁹ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Libertas Quae Sera Tamen**. Quinze de Agosto, 15/08/1881.

⁴⁰⁰ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 23/08/1899.

⁴⁰¹ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 24/08/1899.



criação de colônias agrícolas pelo interior do Amazonas. Ele lamentava a criação de um monopólio inglês sobre a navegação, que em sua opinião era

[...] um cranco terrível que, matando a concorrência de outras companhias á navegação, retardará o desenvolvimento da industria e do commercio do valle do Amazonas, e contribuirá poderosamente para que nos paizes cultos do Velho e do Novo Mundo ignore-se que, dentro d'esse magestoso e maravilhoso valle, existem os Estados do Pará e Amazonas, cuja prosperidade é invejável e admiravel de todos os estrangeiros que o visitam⁴⁰².

Ele concluiu essa série de artigos sobre a navegação clamando para que os governos do Amazonas e do Pará fizessem algo contra essa condição em que ela se encontrava, pois era de extrema importância para os negócios desses dois Estados. Eles deveriam “[...] libertar a navegação do oceânico rio Amazonas d’esse canceroso sindicato inglês, que a tem monopolizado. Guerra ao monopólio”⁴⁰³.

As questões de Estado eram outro interesse. No artigo “Acre, Alto Purus e Alto Juruá”, publicado no Jornal do Commercio de Manaus, defendia que esses três territórios, por suas dimensões territoriais e crescimento populacional e econômico, alavancados pelas atividades econômicas ligadas à extração do látex e naquele momento mais desenvolvidos que a Comarca do Amazonas às vésperas da criação da Província do Amazonas (1850), deveriam ser unificados e transformados em um Estado da Federação. Bento Aranha acreditava que o Governo do Estado do Amazonas e o Governo Federal deveriam trabalhar de forma conjunta para criar esse novo Estado, da mesma forma que ocorreu em 1850, evocando o exemplo histórico. Para ele, “O Estado do Amazonas, dando este passo acertado a favor do povo acreano, nobilitar-se-ia no conceito não só do povo brasileiro em geral, como dos das nações cultas das duas Américas e da Europa”⁴⁰⁴.

Como membro fundador da Sociedade Emancipadora Amazonense, não se esqueceu da Abolição da Escravidão no Amazonas, ocorrida em 10 de julho de 1884. No artigo “Amazonas Abolicionista”, publicado no Jornal do Commercio, ele fez um breve retrospecto dos debates e leis que possibilitaram a abolição na Província. De acordo com Bento Aranha,

Já em 13 de maio de 1869, por um additivo de Agostinho Rodrigues de Souza foi mandada inserir na lei do orçamento a verba de 10:000.000 rs, para despende-se com a emancipação do elemento servil, incentivo este para que,

⁴⁰² ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. Commercio do Amazonas, 22/02/1899.

⁴⁰³ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. Commercio do Amazonas, 22/02/1899.

⁴⁰⁴ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Acre, Alto Purus e Alto Juruá**. Jornal do Commercio, 07/11/1908.



a 5 de março de 1870, o povo manauense inaugurasse a *Emancipadora Amazonense*, libertando 4 escravizados menores.⁴⁰⁵

Em 24 de maio de 1884 a escravidão foi abolida na capital da Província. Pouco mais de um mês depois, “O Amazonas sempre abraçou e trabalhou pela grande ideia da liberdade dos escravos, cujo triunfo alcançou a 10 de julho de 1884”⁴⁰⁶.

Outro caminho enveredado por Bento Aranha foi o do jornalismo investigativo. Em 1909, no artigo “Não morreu, mataram-no”, publicado no *Jornal do Commercio*, foi um dos primeiros autores a questionar a morte do ex-governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900), acreditando que não se tratara de um suicídio, mas sim de um assassinato planejado por seus desafetos políticos. Bento Aranha somou inúmeros fatos para duvidar do suicídio de Eduardo Ribeiro: a viagem repentina para o interior, horas antes do ocorrido, do então Governador Silvério Nery; a ingestão forçada de pílulas por Eduardo Ribeiro, que Bento acreditava estarem com substâncias tóxicas; e os gritos de socorro ouvidos pelo jardineiro da Chácara Pensador, jardineiro esse que depois do ocorrido nunca mais foi visto. Conforme Bento Aranha, “eis o motivo porque o povo exclama sempre que *Pensador* não morreu, mataram-no!”⁴⁰⁷.

Ele também escreveu biografias. Uma das mais interessantes diz respeito ao sertanista Manoel Urbano da Encarnação, personagem da História amazonense até hoje pouco explorado pela pesquisa histórica. Em “Manoel Urbano”, artigo publicado em 1910 no *Jornal do Commercio*, nos é apresentado um cafuzo que, nascendo em meio a pobreza no interior da então Capitania de São José do Rio Negro, conseguiu superar sua condição através dos serviços prestados ao desbravamento daquele território, depois Comarca e Província. Manoel Urbano tornou-se figura requisitada em expedições científicas e do governo:

Castelnau, Silva Coutinho, Costa Azevedo, Chandless, Tenreiro Aranha e seus sucessores na administração do Amazonas, até 1889, foram seus mais fervorosos admiradores, tendo-o por auxiliar nos estudos profundos, que fizeram, da sede hydrographica e riquezas naturaes do Alto Amazonas⁴⁰⁸.

Após décadas de serviços prestados ao Império e à República, muitas das vezes sem remuneração, Bento Aranha lamenta a condição em que Manoel Urbano foi deixado,

⁴⁰⁵ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, 11/07/1909.

⁴⁰⁶ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, 11/07/1909.

⁴⁰⁷ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Não morreu, mataram-no!** *Jornal do Commercio*, 14/10/1909.

⁴⁰⁸ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, 17/07/1910.



expropriado de sua terra em Canutama, a única compensação oferecida, entre 1884/1885, transformada em município, e, após a morte, abandonado no antigo Cemitério de São Raimundo, sem um túmulo digno de sua grandeza. Para ele “o Amazonas deve a Manoel Urbano uma grande parte da fama dos inexoráveis thesouros de seus ricos e abundantes productos animaes, vegetaes e mineraes, que se ha dilatado por todos os recantos do mundo”⁴⁰⁹.

Percebe-se, a partir da análise dessa produção, a importância que a imprensa teve em sua atividade intelectual. Sobre esse aspecto, a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro lembra que “foi nas páginas da imprensa local que a intelectualidade amazonense da virada do século XIX para o XX ganhou visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local”⁴¹⁰. Essa intensa atividade nos jornais possibilitou que muitos intelectuais, entre eles Bento Aranha, ingressassem posteriormente em instituições culturais como os institutos históricos e as academias de letras.

Além da imprensa, Bento Aranha foi bastante ativo como historiador no Arquivo Público do Estado do Amazonas. Em 1906 criou a revista *Archivo do Amazonas*, “revista destinada á vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado do Amazonas”⁴¹¹. De acordo com o historiador Bernardo Farias dos Santos, Bento Aranha “[...] colaborou para realizar as oito primeiras edições da revista, no período de 1906 a 1908, durante o governo de Antonio Constantino Nery”⁴¹². Nos primeiros números ele recuperou e transcreveu documentos referentes à história eclesiástica, às tribos indígenas, à exploração de rios e territórios da Capitania de São José do Rio Negro, da Comarca do Alto Amazonas e da Província do Amazonas.

Um de seus maiores trabalhos, “As Explorações e os Exploradores do rio Uaupés”, foi publicado na revista do arquivo. Trata-se de um estudo sobre a Geografia e a História dos rios Uaupés e Içana. Ele realizou esse estudo em resposta à carta geográfica do Amazonas feita pelo Conde Ermanno Stradelli em 1889. Nesse documento o nobre pesquisador italiano

[...] tirou os rios Apaporis e Tarahira, no Japurá, Tiquié e quasi todo Uaupés no Negro ao Brazil, e de mãos abertas deu-os á Colômbia. A publicação foi realizada em nome dos [...] legítimos interesses do Brazil, que serão

⁴⁰⁹ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, 17/07/1910.

⁴¹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 3^o ed. Manaus: EDUA, 2015, p. 125.

⁴¹¹ **Archivo do Amazonas**. Anno I, v. I, n.º. 2, 23/10/1906.

⁴¹² SANTOS, Bernardo Farias dos. **Arquivo Público do Amazonas**: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852-1999). Manaus, UFAM, Dissertação (Mestrado em História), 2016, p. 105.



prejudicados enormemente, se o Governo do Amazonas, sancionando com o silêncio que ora guarda a respeito da divisão dos nossos limites feita pelo sr. de Stradelli, nessa carta, lhe quiser dar o cunho official, que já perversamente affirma-se ter dado⁴¹³.

Aranha registra que as primeiras explorações foram feitas por portugueses nos períodos Colonial e Imperial, sendo seus primeiros exploradores Manuel da Gama Lobo d' Almada, no século XVIII, e Frei Gregório, José Maria de Bene e Jesuíno Cordeiro, no século XIX, a mando do 1º Presidente da Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. São transcritos documentos como termos, autos e ofícios, descritos povoados, missões religiosas e povos indígenas. Buscou demonstrar, através da História e da Geografia, a soberania do Amazonas sobre esses afluentes do Rio Negro.

No nº 08 da Revista, de 23 de janeiro de 1908, Bento Aranha publicou a extensa conferência sobre “História e Geografia do Amazonas” que realizou em 17 de outubro de 1907 no Gymnasio Amazonense Dom Pedro II, em Manaus. Ele dividiu essa conferência em quatro partes. Na primeira abordou as expedições de descobrimento e consolidação colonizadora na Amazônia, de Vicente Yanez Pinzon a Pedro Teixeira, bem como realizou uma discussão historiográfica sobre as pesquisas referentes às origens dos índios americanos: “Em geral, crê-se, em toda a América, que a origem da população americana proveio do Oriente, do Velho Continente, por via do Estreito de Behring”⁴¹⁴. A segunda e terceira partes são geográficas, sobre a hidrografia da região (rios Amazonas, Tocantins, Solimões e outros tributários), as rotas da navegação a vapor na segunda metade do século XIX, a posição astronômica do Estado e seu clima. A quarta e última parte de sua conferência é uma História administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e da Capitania de São José do Rio Negro. Trata-se de uma relação numérica dos governantes das duas primeiras unidades administrativas e nominal na última:

Desta sorte, contando da data da fundação do Estado do Maranhão a da do Grão-Pará e Rio Negro o número dos seus governadores e capitães gerais foi este de 30, sendo: No domínio espanhol, com residência no Maranhão – 3; no domínio português com a mesma residência – 23; e com esta no Pará – 5, inclusive o governo provisório de 30 de janeiro de 1644.

No domínio holandês teve o Maranhão, menos o Pará que não se submeteu à Holanda, dois governadores desta potência, de 27 de novembro de 1641 a 28 de fevereiro de 1644.

⁴¹³ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. As explorações e os Exploradores do Rio Uaupés. **Arquivo do Amazonas**, Anno 1, v. I, nº. 2, 23/10/1906. p. 25.

⁴¹⁴ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. História e Geografia do Amazonas. **Revista Arquivo do Amazonas**. Anno 2, v.2, n.8, 23/01/1908, p. 120.



A capitania do Grão Pará, sujeita ao Estado do Maranhão, contou até a data da fundação do Estado do Grão Pará e Rio Negro, no domínio espanhol 15 governadores e capitães-mores, e no domínio português 26, inclusive o de 19 de junho de 1650, que pelo governador e capitão-general do Estado do Maranhão foi declarado independente da sua autoridade, e mais 4, inclusive o de 8 de maio de 1654, de Domingos Machado, conjuntamente o Senado da Câmara, em virtude do Decreto régio de 23 de fevereiro de 1652, que deu-lhes autoridade independente da do governo do mesmo Estado do Maranhão.

O Estado do Grão-Pará e Rio Negro contou, da data da sua fundação até a adesão do Pará à proclamação da independência e do Império do Brasil, o número de 10 governadores e capitães gerais, inclusive o de 24 de setembro de 1751 e o de 2 de março de 1759, que governaram o Maranhão dependente do Pará; uma junta provisória de 19 de outubro de 1817 com três membros; uma outra junta provisória constitucional de 1º de julho de 1820 com três membros; uma terceira de 1º de janeiro de 1821 com oito; uma quarta de 12 de março de 1822 e uma, por último, de 10 de março de 1823 com sete cada uma.

A Capitania de S. José do Rio Negro, sujeita ao Estado do Pará, contou da data da sua fundação em 11 de julho de 1757 até a adesão do Pará à independência e império do Brasil, os governadores seguintes: Joaquim de Mello Povoas (7/05/1758), Gabriel de Souza Filgueira, Nuno da Cunha Ataíde Varona, Valerio Corrêa Botelho de Andrade, Joaquim Tinoco Valente (1772), José Antonio Salgado, Manoel da Gama Lobo D' Almada (1787), José Antonio Salgado (27/10/1799), José Simões de Carvalho (1804), José Joaquim Victorio da Costa (1805), José Joaquim Victorio da Costa (10/10/1807), Manoel Joaquim do Paço (1818), Antonio Luiz Pires Borralho, Manoel Joaquim do Paço (31/03/1821) e Antonio Luiz Pires Borralho.

No mesmo domínio contou mais uma junta administrativa provisória constitucional, formada por eleição, e compondo-se dos cidadãos seguintes: Antônio da Silva Craveiro, Bonifácio João de Azevedo, Manoel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz⁴¹⁵.

Esses estudos histórico-geográficos fizeram com que o escritor Manuel Anísio Jobim classificasse Bento de Figueiredo Aranha como um pesquisador cujo “espírito tendia para a ethnographia e para a ethnologia, com derivativo para a historia”⁴¹⁶. A partir de agora analisaremos “Um olhar pelo passado”.

A principal obra de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha foi publicada em 1897. Trata-se do livreto “Um Olhar pelo Passado”, que foi dedicado ao governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898). Logo no início ele diz que não tinha a pretensão de realizar um trabalho histórico, afirmando “não ter competência para fazer o histórico do desenvolvimento material da cidade de Manaus”. No entanto, parte de seu trabalho é baseado no que viu durante a vida e do que foi encontrado “nos arquivos públicos desta

⁴¹⁵ Op cit, 23/01/1908, p. 128-129.

⁴¹⁶ JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte: Contribuições para a História da Literatura no Amazonas.** Manáos: Livraria Clássica, 1934, p. 61.



capital, Barcellos, Itacoatiara e Teffé⁴¹⁷, o que demonstra mais uma vez a sua já citada prática de pesquisa arquivística.

O ponto de partida de seu livro é o ano de 1791, com a transferência, por iniciativa do governador Lobo D' Almada, da capital da Capitania de São José do Rio Negro de Barcelos para o Lugar da Barra (Manaus). Ele lista os governadores da Capitania desde sua fundação em 1757: Joaquim de Mello e Póvoas, Gabriel de Souza Filgueiras (interino), Nuno da Cunha Athayde Vianna (interino), Valerio Corrêa Botelho D' Andrade (interino), Joaquim Tinoco Valente, posteriormente uma junta governativa formada por oito membros, Manoel da Gama Lobo D' Almada, José Antônio Salgado, José Joaquim Vitória da Costa e Manoel Joaquim do Paço.

Bento Aranha, a partir desse ponto, dedica-se à fundação da cidade de Manaus, citando a criação, por Pedro da Costa Favela, auxiliado por um missionário e índios aruaques, da primitiva aldeia onde hoje está localizada a capital do Amazonas. Posteriormente, padres carmelitas criaram uma Missão, cabendo a Manoel da Mota de Siqueira a construção da fortaleza. O autor cita a construção de outros fortes a partir da segunda metade do século XVIII: Os fortes de S. Gabriel da Cachoeira do Corucovi e de S. José de Marabitanas, construídos em 1763; o de S. Francisco Xavier de Tabatinga, em 1756; e o de S. Joaquim do Rio Branco, em 1775.

É dado destaque ao governo de Lobo D' Almada, que impulsionou a vida do Lugar da Barra, criando

1 padaria de pão de arroz moído em atafoma movida por bestas; 1 fabrica de panno de algodão (em rolos) tendo 18 teares e 10 rodas de fiar com 24 fusos cada uma; 1 cordoaria de cordas e amarras de piassaba e calabres; 1 fabrica de fecula de anil; 1 nora para distribuir agua para a fabrica de anil e para uma horta; 1 horta; 1 olaria com excellentes amassieiras, estendedouros, fornos calcinatorios e de torrefação de telha e ladrilho; 1 fabrica de velas de cera; 1 açougue; 1 ribeira para a construcção de canoas; 1 fabrica de redes de fio d' algodão; 1 fabrica de redes de fibras de tucum, curuauhá e murity; e muitos engenhos de moer canna e fabricar cachaça e mel⁴¹⁸.

Ele lança mão de dados demográficos em seu estudo:

A população livre da Capitania do Rio Negro era em 1788 calculada aproximadamente em 250:000 almas, existindo então 29:568 fogos, entretanto, depois que passou a simples comarca do Alto Amazonas o numero destes em 1832 achava-se reduzido a 2:047 e d'aquellas a pouco menos de 18:000.

⁴¹⁷ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990, p. 09. [original de 1897].

⁴¹⁸ ARANHA, 1990, p. 11-12.



Nesta ultima epocha o logar da Barra tinha pouco mais de 4:000 habitantes livres e 379 escravos, numero aquelle que me pareceu reduzido a menos da metade em 1852⁴¹⁹.

Bento Aranha cita uma referência bibliográfica uma única vez. Trata-se do “Ensaio corográfico sobre a província do Pará”, escrito pelo militar, geógrafo e historiador português Antônio Ladislau Monteiro Baena e publicada em 1839. Esse ensaio era uma das principais referências da época por sua inegável densidade, qualidade e erudição do autor, que abordou diferentes aspectos da Província do Pará, da qual o Amazonas fez parte por quase um século: “Ainda no anno de 1832 o numero de suas ruas attingia a 11 e uma praça conforme refere Baena no Ensaio Corographico, sendo esta provavelmente a do Quartel, onde havia erguido um pelourinho no Centro”⁴²⁰.

Nos anos finais do período Colonial a Capitania de São José do Rio Negro foi administrada por uma junta provisória formada por Antonio da Silva Craveiro, Bonifácio João de Azevedo, Manoel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz. Em 09 de novembro de 1823, o Lugar da Barra jurou fidelidade a D. Pedro I, sendo seguida por outras localidades. Uma junta governativa administrou a Capitania até 1825. Posteriormente ela foi transformada em Comarca do Alto Amazonas, subordinada ao Grão-Pará.

Após citar o Código de Processo Criminal, promulgado pelo Império em 1832, e que estabeleceu a divisão das comarcas e alterou os antigos nomes de suas vilas em 1833; e levantar alguns dados sobre o Lugar da Barra entre 1832 e 1852, Bento Aranha entra na segunda parte de sua obra, composta por reminiscências históricas, descrições de paisagens, ruas e caminhos de Manaus que conheceu a partir da segunda metade do século XIX:

Era cortada a cidade da Barra, como a conheci em 1852, ao Norte pelo igarapé da Castelhana, que desagua no da Cachoeira Grande e pelo dos Remédios (Aterro), no logar denominado Mocó, cujas aguas lançam-se no Rio Negro. Este ultimo igarapé dividia o bairro da Republica do dos Remédios. Ao Occidente o igarapé da Cachoeira Grande limitava a cidade, e entre elle e o do Espirito Santo corriam os igarapés de S. Vicente, cuja fonte estava situada na extrema Occidental da rua da Palma, hoje denominada Saldanha Marinho; e o da Bica, seu affluente, que nasce na rua 10 de julho, ainda não existente nessa epocha, e cujo leito estende-se ao longo do largo da Polvora, formando com o igarapé da Cachoeira Grande o arrabalde denominado Cornetas e Sacco do Alferes. Abaixo do igarapé de S. Vicente desaguava no Rio Negro um outro que denominava-se do Seminário, cuja nascente era na rua Brazileira, tendo sido transformado depois na praça da Imperatriz. Estes dous igarapés

⁴¹⁹ ARANHA, 1990, p. 14.

⁴²⁰ ARANHA, 1990, p. 14.



formavam o bairro de S. Vicente, assim como o do Seminário e o do Espírito Santo o bairro que o tomava o do deste nomes⁴²¹.

Rua da Palma, S. Vicente, Largo da Pólvora, Saco do Alferes, rua Brasileira, rua Feliz Lembrança, rua do Sol, rua da Lua, travessa do Cantagalo, rua das Flores e outros tantos nomes pitorescos de lugares há muito modificados ou desaparecidos na cidade de Manaus. Casas cobertas de palha, protegidas por cercas de madeira, alguns raros sobrados em construção e outros arruinados. Bento Aranha nos apresenta a geografia da cidade nos tempos provinciais, uma geo-história, sempre recorrendo à sua memória, como na passagem a seguir: “Em 1865 existiam no igarapé de Manaus alguns sítios, sendo destes os mais longínquos o da Curiboca Mãe, de D. Maxima Alvarenga, da velha cabocla Patricia, do velho João Cuyabá, do velho Cidade, e da velha Clementina”⁴²². Destacamos, nessa parte do livro, o uso de notas de rodapé para situar os leitores sobre os nomes de algumas ruas, o que demonstra o cuidado do autor com uma pesquisa pensada nos mínimos detalhes.

Das transformações daquele período, cita a construção do Cemitério de São José, a abertura da Praça da Saudade, a abertura das estradas Ramos Ferreira e 7 de Dezembro e outras vias⁴²³. À essa descrição de logradouros públicos segue-se uma relação de construções existentes em Manaus antes de 1852, das quais destacavam-se o Palácio dos Governadores, o Quartel, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Forte de S. José da Barra do Rio Negro (em ruínas), o Hospital Militar, a Olaria e a Cordoaria. O livro termina com uma abordagem sobre os rios até então conhecidos e mais explorados, como o Madeira, Içana, Japurá e Purus, todos visados por comerciantes amazonenses, paraenses, portugueses, maranhenses e mato-grossenses. Ele conclui o livro da seguinte forma:

Para dar uma ligeira idéia do que foi o Estado do Amazonas e principalmente de Manãos até o dia da instalação da provincia, parece-me sufficientes estas informações, que não passam de um trabalho de simples reminiscência histórica.

Dê o destino que julgar conveniente a tudo isto e queira sempre dispor⁴²⁴.

Bento Aranha foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 03 de maio de 1900, estando também presente em sua refundação, em 06 de março de 1917. Na revista desse instituto publicou, entre 1917 e 1918, o trabalho “A terra, as coisas e o homem da Amazônia”. Trata-se de “memórias historicas, geographicas,

⁴²¹ ARANHA, 1990, 15-16.

⁴²² ARANHA, 1990, p. 16.

⁴²³ ARANHA, 1990, p. 19.

⁴²⁴ ARANHA, 1990, p. 23.



ethnographicas, mineralógicas, botânicas e zoológicas das minhas viagens através da Amazonia”⁴²⁵. Ele descreveu sua viagem pelo rio Demeueni, afluente do Acará. De acordo com a historiadora Iza Vanesa Pedroso de Freitas, em Dissertação de Mestrado sobre cultura e política no IHGPA, esse trabalho captura a Amazônia como a “natureza personagem”, isto é, uma região com uma natureza sufocante que oferecia perigos aos homens, seja pela mata densa e desconhecida, pelas doenças e pelos nativos. Bento Aranha descreve os indígenas e os regatões da seguinte forma:

observei do rio, com surpresa, um bando de homens nus, vindo do meio da mata, aos saltos de rama em rama, de galho em galho de frondosas árvores, da maneira por que os macacos andam nas florestas, sair a praia e de cima desta dirigir-se em vozzeria infernal a nós, indagando quem éramos e o que pretendíamos. Entre estes selvagens e o meu intérprete houve um breve diálogo.

No Amazonas, como também no Pará, o mercador ambulante (...) tem a classificação oficial de regatão, é um homem-máquina (...) Este homem extraordinário que assim afronta todos os perigos... não tem consciência de si; desconhece a sua temeridade e valor, não alcança por falta de instrução além de si mesmo a nobre missão que exerço, sem que a queira, de levar a esses incultos e ignorantes habitantes dos nossos sertões a idéia de que fora deles existe um mundo todo de grandeza e da luz. A ambição cega-o, (...) vai deixando visíveis exemplos de prostituição, roubo e homicídios que pratica, crime este último que só não comete entre os índios⁴²⁶.

O discurso de Bento Aranha nesse trabalho vai ao encontro com os ideais dos institutos históricos e geográficos da região Norte, que além de terem sido criados para preservar a sua História, estavam imbuídos de uma missão civilizadora de divulgá-la aos grandes centros do país e do mundo, tentando romper as barreiras impostas por uma geografia bastante peculiar. Necessitava-se, dessa forma, de homens cultos e patriotas para realizá-la com sucesso, leia-se os membros dos Institutos Históricos e Geográficos.

Após conhecer sua produção intelectual, surge o seguinte questionamento: qual o lugar de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha na Historiografia Amazonense? Antes de alocarmos ele em determinada posição na historiografia, é preciso primeiro tomar ciência de como esta se encontra. A Historiografia Amazonense é marcada por uma divisão influenciada pelo *boom* da economia gomífera entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XIX. De um lado temos autores ditos conservadores, que eram

⁴²⁵ ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. A Terra, as cousas e o homem da Amazonia. **Rev. Inst. Hist. Geo. Pará**. Vol. I, 1917, p. 53.

⁴²⁶ Op cit, 1917, p. 68, 54-55 Apud FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937). UFPA, Dissertação (Mestrado em História), 2007, p. 103.



membros e escreviam para a elite, com produção localizada entre as décadas de 1930 e 1970. Suas obras são marcadas por uma visão romantizada da História do Amazonas, marcada pelo progresso e praticamente sem conflitos sociais. Do outro lado temos aqueles autores que renovaram a pesquisa histórica no Estado a partir da década das décadas de 1980 e 1990, reavaliando a sociedade daquele período e inserindo nela importantes discussões como a valorização e recuperação das trajetórias das classes menos favorecidas, como os trabalhadores, os indígenas e as mulheres. Em síntese, personagens que fazem parte da ‘História Vista de Baixo’, oriunda da História Social Inglesa⁴²⁷. Essa divisão, deve-se reconhecer, foi importante para o desenvolvimento de novas abordagens, mas, ao mesmo tempo, é insuficiente ao privilegiar determinados temas e personagens em detrimento de outros, como os primórdios da pesquisa histórica no Estado e seus pioneiros, como foi o caso de Bento Aranha.

Essa divisão deve ser repensada, sem, claro, esquecermo-nos do evento econômico da borracha, pois de fato ele foi um divisor de águas em nossa História. Então onde entraria Bento Aranha? Ele estaria em uma nova divisão da historiografia amazonense: a dos historiadores que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, buscaram sistematizar a História do Amazonas e de Manaus. Isso já vinha ocorrendo pelo menos de 1880, quando o médico e historiador Aprígio Martins de Menezes (1844-1891) publicou em 1884 sua “História da Província do Amazonas”, propondo divisões e marcos cronológicos para o seu estudo. Em seguida surge “Um olhar pelo passado”, de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, publicado em 1897 e no qual percebemos na primeira parte uma divisão semelhante à proposta por Aprígio Menezes:

Neste mesmo anno assumio o governo da Capitania o Coronel Manuel da Gama Lobo d’Almada o qual no seguinte anno (1789) foi nomeado commissario Plenipotenciario das demarcações.

Com a posição que assumio Almada uma phase da prosperidade e engrandecimento abrio-se para a Capitania, pois no novo governador concorriam todos os predicados attinentes á tão lisongeira presumpção [...].

Em 1791 o governador M. da Gama Lobo d’Almada muda a séde da Capitania de Barcellos (Muruiá) para o Logar da Barra, posição sem duvida alguma mais apropriada para o centro das operações governamentaes.

Foi d’ahi principalmente que poz em actividade todos os recursos de que era capaz seu talento administrativo, no intuito de imprimir nos negocios da

⁴²⁷ DANTAS, Hélio da Costa. Pesquisa Histórica no Amazonas: Uma Breve Análise. **Jamaxi**, Ufac, v. 1, n. 1, 2017, p. 189.



Capitania esse movimento salutar, que só manifestou-se em crescente progressão durante o seu governo⁴²⁸.

Posteriormente surgem trabalhos mais detalhados que buscaram ampliar esses conhecimentos, como “A Cidade de Manáos: sua história e seus motins políticos”, publicado em 1908 pelo historiador paraense Bertino de Miranda Lima. A consolidação se dá com “História do Amazonas”, publicado em 1931 pelo historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. Ao invés de conservadores, por que não entender esses autores como fundadores da História do Amazonas e de Manaus?

Geraldo de Macedo Pinheiro, em 1949, foi pioneiro ao reconhecer a importância de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha como nosso primeiro historiador. Em artigos recentemente publicados, o historiador amazonense Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, filho de Geraldo de Macedo Pinheiro, recuperou o pioneirismo de Bento Aranha como propagador e defensor do regime republicano através da imprensa do Amazonas e do Pará entre 1870 e 1910⁴²⁹ e cronista sobre as transformações da cidade de Manaus durante o apogeu da economia gomífera⁴³⁰. Com o presente trabalho esperamos deixar também alguma contribuição sobre sua trajetória.

Conclusão

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha se dedicou durante toda a sua vida – uma longa, diga-se de passagem – à pesquisa histórica, publicando artigos em periódicos amazonenses e paraenses, realizando pesquisas em arquivos, dirigindo o Arquivo Público do Estado do Amazonas e sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Manuel Anísio Jobim, em estudo sobre a intelectualidade da região Norte, escreveu breve nota sobre sua atuação como historiador e etnógrafo. Sua importância foi pioneiramente reconhecida em 1949, em trabalho mais detalhado do antropólogo Geraldo de Macedo Pinheiro, que registrou ser ele o primeiro historiador que se dedicou à História de Manaus, produzindo um livreto de qualidade ímpar.

⁴²⁸ MENEZES, Aprígio Martins de. História da Província do Amazonas. In: Almanach Administrativo, Histórico, Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas para o anno de 1884. Manáos: Imp. na Typ. Do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1884, p. 87-115.

⁴²⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

⁴³⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n° 12, dez. 2021.



Ele foi um típico historiador da segunda metade do século XIX e início do século XX. Nesse período a história estava se constituindo enquanto ciência, e os que a ela se dedicavam realizavam um trabalho metódico e uma leitura crítica das fontes arquivísticas. Autodidata, jornalista e político, fazia pesquisas em arquivos, compilava e transcrevia documentos, organizava acervos e preocupava-se com a gerência de instituições culturais extremamente importantes para a produção histórica, que eram e continuam sendo os arquivos públicos. Escreveu sobre os mais variados assuntos: História Política, biografias, trajetórias e estudos sobre a Geografia da região. Assim como outros intelectuais da época, divulgou seus trabalhos na imprensa.

A partir da análise de sua produção intelectual, concluímos que Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha está inserido entre aqueles historiadores que lançaram as bases da História de Manaus e do Amazonas, tendo se preocupado com a documentação e a sistematização desse conhecimento. Ele teve grande preocupação em traçar os caminhos pelos quais deveriam caminhar outros historiadores, escrevendo sobre os grandes vultos regionais e sobre o desenvolvimento urbano da capital amazonense. Dessa forma, ele faz parte de um seleto grupo de autores como o poeta e historiador baiano radicado no Amazonas Aprígio Martins de Menezes (1844-1891) e Bertino de Miranda Lima, natural do Pará e aqui também radicado, que foram seus contemporâneos e necessitam ter o conjunto de suas obras estudadas.

Ao escrever sobre Lobo D' Almada e sua trajetória política na Capitania de São José do Rio Negro, e tê-lo como um exemplo para a política de sua época, no tom característico da História ciceroniana, *magistra vitae*, antecipou, guardadas as devidas diferenças, a História Política trabalhada de forma mais apurada por Arthur Cézár Ferreira Reis em “História do Amazonas e Lobo D'Almada: Um Estadista Colonial”. Com sua história topográfica de “Um Olhar pelo Passado”, lançou as bases de um gênero que seria bastante trabalhado posteriormente por historiadores como Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004), autor do denso “Roteiro Histórico de Manaus”, sobre as ruas, logradouros e bairros de Manaus que surgiram, foram modificados e desaparecem ao longo tempo.

Data de Submissão: 13/12//2022

Data de Aceite: 07/03/2022

Fontes

Amazonas, 16/01/1867.



Diário de Belém, 04/12/1873.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 12º Legislatura. Em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Província, Bacharel Domingos Monteiro Peixoto.

Jornal do Commercio, RJ, 04/06/1882.

Diário de Notícias, PA, 09/07/1885.

Diário de Notícias, PA, 06/01/1891.

Correio Paraense, PA, 18/07/1892.

Diário Official, 02/09/1900.

Jornal do Commercio, AM, 30/03/1910.

Jornal do Commercio, AM, 09/04/1910.

Jornal do Commercio, 14/09/1910.

Jornal do Commercio, AM, 27/07/1911.

Estado do Pará, PA, 16/01/1919.

Jornal do Commercio, AM, 13/03/1978.

Referências

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Acre, Alto Purus e Alto Juruá**. *Jornal do Commercio*, AM, 07/11/1908.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Amazonas Abolicionista**. *Jornal do Commercio*, AM, 11/07/1909.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. As explorações e os exploradores do Rio Uaupés. **Arquivo do Amazonas**, Anno 1, v. I, nº. 2, 23/10/1906.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, AM, 23/08/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Centenário de Gama Lobo**. *Commercio do Amazonas*, 24/08/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. História e Geografia do Amazonas. **Arquivo do Amazonas**. Anno 2, v. 2, nº. 8, 23/01/1908.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Libertas Quae Sera Tamen**. *Jornal Quinze de Agosto*, 15/08/1881.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Manoel Urbano**. *Jornal do Commercio*, AM, 17/07/1910.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Não morreu, mataram-no!**. *Jornal do Commercio*, AM, 14/10/1909.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Navegação do Amazonas**. *Commercio do Amazonas*, 22/02/1899.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um Olhar pelo Passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990. [original de 1897].



BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

DANTAS, Hélio da Costa. Pesquisa Histórica no Amazonas: Uma Breve Análise. **Jamaxi**, Ufac, v. 1, n° 1, 2017.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. UFPA, Dissertação (Mestrado em História), 2007.

GUIMARÃES, Camila Lima; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Jornalistas de destaque: profissionais da imprensa de Belém entre 1840 e 1860. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07/09/15.

JOBIM, Anísio. **A Intellectualidade no Extremo Norte: Contribuições para a História da Literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

PINHEIRO, Geraldo de Macedo. **Manaus e seus Historiadores**. Jornal do Commercio, AM, 26/02/1949.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, n° 12, dez. 2021.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. 3° ed. Manaus: EDUA, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da História do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Bernardo Farias dos. **Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852-1999)**. Manaus, UFAM, Dissertação (Mestrado em História), 2016.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.

O ESTADO NOVO NO AMAZONAS: A ESTRATÉGIA POLÍTICO-ECONÔMICA DE ÁLVARO MAIA ATRAVÉS DO JORNAL DO COMMERCIO (1937-1942)

THE NEW STATE IN THE AMAZON: ÁLVARO MAIA'S POLITICAL-ECONOMIC STRATEGY THROUGH THE JORNAL DO COMMERCIO (1937-1942)



ROBERTA NOGUEIRA SERRÃO⁴³¹

Resumo

No final de 1937, o então presidente Getúlio Vargas deu um golpe de estado e instaurou o Estado Novo, uma ditadura que foi encerrada apenas nos fins de 1945. Vargas iniciou uma série de reformas no Brasil, abarcando a política, a economia, a sociedade e a cultura. O Amazonas, após o apogeu da economia gomífera, que propiciou a urbanização de Manaus, gerou lucros e riquezas imensuráveis para uma pequena elite e impulsionou a chegada de uma grande quantidade de imigrantes, passando por um momento de estagnação econômica. Essa pesquisa busca analisar por meio do *Jornal do Commercio* a política econômica do interventor Álvaro Maia, tendo como foco os trabalhadores urbanos de Manaus, classe amplamente cortejada por Vargas diante o período final de sua ditadura.

Palavras-chave: Estado Novo; Álvaro Maia; classe trabalhadora.

Abstract

In late 1937, then President Getúlio Vargas staged a coup d'état and established the Estado Novo, a dictatorship that only ended in late 1945. Vargas initiated a series of reforms in Brazil, including politics, economy, society, and culture. After the boom of the rubber economy, the Amazon, which led to the urbanization of Manaus, generated immeasurable profits and wealth for a small elite and boosted the arrival of many immigrants, going through a moment of economic stagnation. This research seeks to analyze through the *Jornal do Commercio* the economic policy of the interventor Álvaro Maia, focusing on urban workers in Manaus, a class widely courted by Vargas before the final period of his dictatorship.

⁴³¹ Graduanda em licenciatura plena em História na Universidade Federal do Amazonas, e-mail: Robertaserraonogueira@gmail.com.



Keywords: New State; Álvaro Maria; working class.

Introdução

O Estado Novo foi estabelecido no Brasil em 1937, após um golpe de estado que teve seu início em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, primeiramente com o Governo Provisório e logo em seguida, em 1934, por meio do voto indireto assumindo novamente a presidência, com um mandato que deveria se estender até 1938⁴³². Com as agitações que o Brasil vinha sofrendo, o alto escalão político brasileiro se viu desorientado também com os seus problemas internos. Hosenildo Alves⁴³³ faz uma análise em volta da figura de Vargas, dando ênfase ao chefe de Estado que a elite brasileira esperava ter, entre essas qualidades era necessário que o futuro presidente fosse alguém “bravo, paciente, apaziguador”.

Ocorreu que, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas implantou uma nova Constituição e estabeleceu uma ditadura, o Estado Novo; entretanto, não o fez sozinho: contava com o apoio de militares e pessoas influentes que podemos classificar como antioligárquicos. Com isso se iniciou um dos momentos mais repressivos, autoritários e bem articulados vivenciados no Brasil. Pandolfi⁴³⁴ explica que durante esses anos que antecederam o Estado Novo, muitas disputas políticas ocorreram e onde houve continuidades, houve também rupturas.

No Amazonas, Pessoa⁴³⁵ aponta uma inconstância na política local na década de 1930. Álvaro Maia, uma figura de grande participação nos setores políticos, buscou se consolidar nesse meio, através de uma prática de assistência a diversos setores amazonenses. Seu apoio englobava a elite comercial, políticos e a classe mais pobre. A questão econômica no Amazonas nesse período é apontada com uma enorme crise resultante da derrocada nas exportações da maior matéria-prima daquele período, a borracha.

⁴³² PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 33, p. 103-113, dez. 2018, p. 103.

⁴³³ ALVES, Hosenildo. **Imprensa e poder**: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945). 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009, p. 24.

⁴³⁴ PANDOLFI, p. 103.

⁴³⁵ PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 47-48.



O Estado Novo no Amazonas tem seu início com Álvaro Maia no cargo de governador – sua trajetória na administração do Estado teve início em 1930, porém durante esse período governou com interrupções em seu cargo. Em 1937, Maia é escolhido para assumir a interventoria do Amazonas, para atender as demandas do governo central, passando de governador para interventor, – as interventorias foram um mecanismo utilizado pelos ideólogos do Estado Novo com o propósito de monitorar e controlar as unidades federativas. Como interventor, Maia buscou auxílio do governo federal para impulsionar a economia estadual com o intuito de superar a crise econômica decorrente das décadas anteriores⁴³⁶.

O contexto proposto para essa análise apresenta um momento delicado na política e economia no Estado do Amazonas, além das conseqüentes interferências nacionais decorrentes do novo regime vigente. As demandas do Estado Novo apresentam também uma série de monitoramento para a classe trabalhadora, um grupo em que Álvaro Maia enquanto político – e poeta – fazia questão de demonstrar proximidade. Nesse sentido, é possível perceber a interferência do Estado no cotidiano dessa classe, nesse período se percebe que as demandas dessa população são abafadas pela imprensa em um momento de crise e de censura – onde as demandas da elite são privilegiadas.

O uso do jornal é importante nesta pesquisa, por narrar diversas vezes o cotidiano de determinado local e população. Levando em conta que foi necessário o seu uso para criar um panorama nas questões pertinentes no assunto, isso porque ainda há uma carência de materiais acadêmicos que discutam os efeitos do Estado Novo no Amazonas.

Renée Zicman lista algumas vantagens de se trabalhar com os jornais como fonte de pesquisa, uma delas é a possibilidade das periodicidades que os periódicos proporcionam que nos ajudam a ter uma visão do cotidiano de determinado período; outro fator importante é a de permitir a disposição espacial da informação, que nos oferece a percepção de modos de vida de cada período. Por exemplo, na questão da censura, os jornais têm seu próprio meio de ser censurado, o que o diferencia dos demais arquivos históricos⁴³⁷.

A estratégia política de Álvaro Maia durante o Estado Novo

⁴³⁶ALVES, 2009, p. 33-35.

⁴³⁷ ZICMAN, Renée Barata. “História Através da imprensa – algumas considerações metodológicas”. **Projeto História**. São Paulo, v. 4, 1985, p. 90.



A política que Álvaro Maia utilizou em seus anos de governador e interventor no Estado no Amazonas, nos anos que antecedem à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, percorre uma ideia que nasce no imaginário da população local: o carisma em suas obras literárias são exemplos de instrumentos simbólicos que inicialmente fortaleceram sua figura de “bom líder”. Álvaro Maia também se utilizou de alianças, ramificando seu apoio nos diversos setores políticos e na elite local. Valorizar a região amazônica num plano econômico baseado na prática extrativista e de povoamento na região igualmente foi um dos âmbitos de destaque presentes em seu governo.

Álvaro Maia assumiu o cargo de interventor do Estado do Amazonas no dia 11 de novembro de 1937, após um golpe instaurado por Getúlio Vargas, que deu início ao Estado Novo. Maia já estava no cargo de governador e apenas se manteve na administração, passando de governador a interventor⁴³⁸. Para que seu projeto de centralização fosse bem-sucedido, Getúlio Vargas escolheu administradores estaduais que fossem de sua confiança. Nesse sentido, as interventorias estaduais foram um projeto fundamental para a consolidação das demandas de centralização de poder, arquitetadas pelos ideólogos do Estado Novo⁴³⁹. O primeiro momento de Álvaro Maia como interventor do Amazonas se deu em 1930, após a indicação de Juarez Távora, devido à proximidade que Maia possuía com o ideário tenentista desde o movimento de 1924⁴⁴⁰.

A escolha do poder central de transformar o governador Álvaro Maia em interventor no Amazonas agradou boa parte da elite amazonense. Análises feitas através do *Jornal do Commercio* mostram mensagens de apoio e esclarecem que sua interventoria foi muito bem recebida pelos setores regionais:

O governador Álvaro Maia recebeu as seguintes manifestações de solidariedade pela implantação do novo regime: — Faculdade de direito do Amazonas (...) — Sindicato dos trabalhadores e Magarefes (...) — Bispado de Manaus, Amazonas (...) — Esteve no palácio do Rio Negro, em demonstração de solidariedade ao novo regime, ao presidente Getúlio Vargas e ao Governador do estado, o dr. Manoel Barbosa Ribeiro, presidente do sindicato dos Empregados “ilegível”. Nesse mesmo sentido recebeu o governador despacho radiográfico do prefeito de Maués, e do presidente da Cooperativa de Produção Agropecuária do Município de Manaus. O sindicato dos portuários de Manaus telegrafou ao inspetor regional do trabalho (...) pedindo-lhe que, por telegrama desse, essa comunicação de solidariedade ao chefe do governo da república e ao ministro do trabalho⁴⁴¹.

⁴³⁸ ALVES, 2009, p. 35.

⁴³⁹ PESSOA, 2018, p. 46-47.

⁴⁴⁰ ALVES, 2009, p. 34.

⁴⁴¹ *Jornal do Commercio*. Manaus, 16 nov. 1937, p. 1.



Para entendermos por que essa esfera da sociedade amazonense apoiou sua política como interventor, é preciso analisar os fatores que transformaram o imaginário da opinião pública. Nesse sentido podemos pensar as políticas que Álvaro Maia constituiu para o Amazonas, tendo como ponto de partida suas ideias como poeta; isso porque o poema abrange a visão que o autor possui sobre o mundo, segundo Paula Ramos⁴⁴², sobre o campo da análise literária:

(...) surge a concepção de que os sujeitos elaboram suas visões de mundo como parte de sua experiência, experiência que é compartilhada com um ou mais grupos sociais. Nesse sentido, os literatos são formuladores de ideias, veiculadores de visões de mundo que são construídas coletivamente. Ao analisar o discurso “Canção de Fé e Esperança”, é possível identificar uma espécie de ideologia política fundada na mudança e na exaltação das origens amazônicas a partir da valorização do elemento nativo, o caboclo; insinua-se um retorno ao tempo passado e a valorização do cenário amazônico, e isso em função das mudanças sofridas pelo estado durante esse período que de fato não trouxeram melhorias à vida dos amazonenses⁴⁴³.

Em suas obras estão reunidos diversos pensamentos e o que nos interessa nessa análise são as suas opiniões a respeito dos trabalhadores urbanos e suas ideias econômicas para o Amazonas. Em seus discursos, Maia apresentava uma atenção para atender a população e passava a mensagem de que a administração pública deveria atender seus anseios, mais especificamente de um grupo que Álvaro Maia mostrava manter muita proximidade: a classe operária amazonense⁴⁴⁴. Antes disso é preciso destacar que as obras literárias de Álvaro Maia serviram também para perpetuar uma mensagem que qualifica sua imagem e mostrasse também o porquê ele continha as condições necessárias para um bom líder político.

De acordo com Paula Ramos, Álvaro Maia fazia uso dos poemas como instrumento simbólico para associar sua figura com o que ela denomina de “líder messiânico”. No entanto, embora essas obras auxiliassem para um ideário de um “bom político”, esse imaginário não seria suficiente para sustentar uma disputa política⁴⁴⁵. Nesse sentido é preciso analisar outros fatores que contribuíram para o sucesso de seu governo.

A necessidade de povoamento e conseqüentemente a falta de trabalhadores na região amazônica foi um assunto muito discutido nos setores das administrações públicas

⁴⁴² RAMOS, Paula Mirana de Sousa. *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

⁴⁴³ RAMOS, 2010, p. 12.

⁴⁴⁴ RAMOS, 2010, p. 19.

⁴⁴⁵ RAMOS, 2010, p. 16.



do estado. Em uma sessão da Assembleia Legislativa ocorrida no ano de 1921, o governador do Amazonas naquele momento, César do Rego Monteiro, desenvolveu seus argumentos fazendo uso dos conceitos da Economia Política, apresentando que um estado tão vasto de território precisaria de um incentivo de povoamento na região, fazendo uso do trabalhador como fonte de prosperidade para a administração pública⁴⁴⁶.

O intuito aqui, em rememorar tal acontecimento, é perceber qual a atuação que o trabalhador de forma geral tem como participante de um sistema capitalista no qual o país se constituiu. Posteriormente esse discurso sobre povoamento como vetor econômico é um dos pontos de concordância presente no governo de Álvaro Maia. Nesse caso, podemos associar a ideia de povoamento como planejamento de valorização do território e até mesmo como plano político no sentido econômico.

Romulo Sousa⁴⁴⁷ afirma que o governo desse interventor foi um dos mais destacados no incentivo de ocupação do território e de mostrar interesse na economia extrativista, além de também expressar indignação ao tratamento desigual que a elite política local possuía perante o governo federal, se comparado aos demais estados da federação.

Além da questão da valorização do território e do povoamento da região, outro ponto importante na interventoria de Álvaro Maia se deu por meio de sua prática assistencialista, presente em diversos momentos de seu governo. Segundo Hosenildo Alves⁴⁴⁸, o interventor possuía apoio dos setores políticos administrativos municipais, devido sua prática assistencialista evidenciada através da elaboração da Conferência Intermunicipal de Economia e Administração do Amazonas já no ano de 1942, que previa atender diversas demandas da região, tanto do interesse de infraestrutura pública, como também dos setores econômicos.

Outro momento em que podemos notar esse apoio de Maia às diversas classes presentes no estado se deu no dia 2 de janeiro de 1938, onde ocorreu uma reunião noticiada no *Jornal do Commercio*. O encarte, cujo título é “Instala-se hoje o Instituto dos Industriários”, apresentava uma cerimônia que ocorreria pela parte da manhã, às dez

⁴⁴⁶ SOUSA, Romulo Thiago Oliveira. **Do despovoamento à necessidade de colonizar: cultura Política e ações do governo no Amazonas dos anos 30**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021, p. 45.

⁴⁴⁷ SOUSA, 2021, p. 51.

⁴⁴⁸ ALVES, 2009, p. 35.



horas, na cidade de Manaus, e que celebrava a criação do instituto dos industriários. A celebração tinha como roteiro programático a seguinte descrição:

A abertura da sessão pelo dr. Álvaro Maia, o qual, a seguir, dará a palavra ao sr. Ernesto Pinto, que falará sobre o instituto e suas finalidades. O presidente dará a palavra ao representante do operariado, o sr. Hemeterio Cabrinha. Concedida pelo presidente, fará uso da palavra todo aquele que solicitar. O sr. Moacyr de Mesquita, da ordem da Ata da sessão. Finda a leitura da Ata, o sr. Moacyr de Mesquita agradecerá a presença das autoridades, dos representantes dos sindicatos da imprensa e de todos os demais. Fechando a sessão, o dr. Álvaro Maia (...)⁴⁴⁹.

Até então esse instituto ganharia espaço no prédio onde se localizava a Inspetoria Regional do Trabalho. Essa celebração contou com a presença de diversas autoridades e em especial de Álvaro Maia, que além de presidir a reunião, naquele momento estaria representando o ministro do Trabalho, Waldemar Falcão. No final desta celebração, Maia entrega o instituto dos industriários aos empregadores e empregados, firmando, assim, apoio ao instituto.

Consequentemente, todos os pontos até aqui evidenciados marcaram a trajetória de Álvaro Maia como um político que consideravelmente se mostrou presente em vários campos da sociedade local, através do auxílio presente tanto na questão prática da administração pública, quanto na sua participação no ideário simbólico que ele construiu por meio da literatura. Entretanto, mesmo diante de todo esse carisma que Álvaro Maia demonstrava em suas obras, nas ações de suporte aos prefeitos interessados em assuntos econômicos e até na sua proximidade com a classe trabalhadora, mesmo com todo o incentivo, antes e após a crise no estado, a grande massa trabalhadora ainda se mantinha nas condições precárias de pobreza.

A classe trabalhadora urbana de Manaus naquele momento

O Amazonas, na década de 1930, viveu uma enorme fragilidade no quesito político e econômico. Álvaro Maia foi o responsável por governar o estado do Amazonas por boa parte desse período. Segundo Alba Pessoa, Álvaro Maia temia que a população amazonense pudesse despertar um sentimento de revolta devido à condição de pobreza presente no cotidiano de boa parte da população. A historiografia regional aponta que tensões na Amazônia eram presentes sempre que a população se encontrava insatisfeita e um exemplo disso é percebido desde o período do Brasil Imperial com a revolta cabana.

⁴⁴⁹ *Jornal do Commercio*, Manaus, 2 jan. 1938, p. 1.



Maia não duvidava da coragem da população e havia certa preocupação de que as ideias socialistas pudessem ser um fator de novas tensões na região⁴⁵⁰.

Com o sistema corporativista instaurado no território nacional, a classe trabalhadora passou a ser liderada por sindicatos sob a tutela do Estado. A aparição da classe trabalhadora é percebida poucas vezes nos periódicos, durante o período do Estado Novo. As análises feitas no *Jornal do Commercio* durante o período entre 1937 e 1942, nos possibilitam perceber a ausência de notícias, de modo em geral, relacionadas aos trabalhadores urbanos, muito provavelmente em razão da elitização da editoria do jornal e também devido à interferência do próprio regime do Estado Novo.

É perceptível uma forte presença de comerciantes, membros da Associação Comercial participativos da elite amazonense. Os espaços das notícias desse grupo geralmente expressavam queixas relacionadas a valores da exportação de produtos gerados pela prática extrativista na zona rural. Analisar os trabalhadores do Amazonas em um jornal de cunho elitista no período em que a imprensa era usada como manobra de um ditador, é quase uma tarefa enigmática, a participação da categoria operária, suas demandas e queixas são abafadas pela editoria do jornal.

No recorte proposto para essa pesquisa, não foram noticiadas movimentações e paralisações por iniciativas dos trabalhadores, mas sim algumas chamadas de reuniões organizadas pelos sindicatos e institutos de classes operárias. O momento em que notamos a participação da classe operária nos jornais amazonenses se dá principalmente no dia 01 de maio, comumente conhecido como feriado do dia do trabalhador. Segundo Isabel Bilhã⁴⁵¹, a comemoração do dia do trabalho no Brasil foi transformada em feriado no ano de 1924, pelo presidente Artur Bernardes, após pressão por parte das lideranças operárias, que vinham fazendo greves como forma de exaltação ao trabalhador desde 1891, inicialmente movida pelo anseio de militantes socialistas para apoiar a jovem República.

O primeiro feriado do Dia do Trabalho, após a instalação do regime do Estado Novo, foi no ano de 1938. No jornal amazonense, o espaço destinado a esse momento é reservado logo na primeira página. O objetivo dessa análise é perceber a participação da classe operária amazonense nesse recorte de tempo, embora a presença dessa camada da

⁴⁵⁰ PESSOA, 2018, p. 46-47.

⁴⁵¹ BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, 2011, p. 73-74.



sociedade tenha sido pouco percebida nos periódicos, no dia do trabalhador, a categoria foi utilizada como forma de promover o regime. A mensagem é apresentada da seguinte forma:

Não cabem mais, no dia de hoje as manifestações ruidosas, de intenções reivindicadoras, da massa operária, sequiosa de direitos dominada pelo desejo de conquista sociais. A legislação que lhe define, entre nós a vida e lhe traça o âmbito dentro da qual deve agir, produzindo, colaborando, satisfeita, para o bem coletivo, vale como um ponto final naqueles agitados pronunciamentos⁴⁵².

Nessa oportunidade, a mensagem reverbera a essência das ideias estadonovista, seguindo com a política de promover o novo regime como a solução para os problemas dos trabalhadores, deixando explícito que essa camada da sociedade não precisaria mais se preocupar com leis trabalhistas, aparentemente como se aquele período significasse um momento de estabilidade e paz para a classe operária, ao mesmo tempo em que passa a ideia de que todos os direitos trabalhistas foram dados por bondade do governo. É de notar que a primeira data comemorativa do dia do trabalhador no Estado Novo não teve a mesma essência da comemoração do ano anterior.

No dia 2 de maio de 1937, o Dia do Trabalhador é apresentado no *Jornal do Commercio* com uma resenha que ocupa duas colunas da primeira página do periódico. A notícia tem por título “O dia do Trabalho” e narra as comemorações correspondentes ao 1 de maio que havia sido celebrado na cidade de Manaus no dia anterior. O evento ocorreu no período da tarde na conhecida Praça do Congresso e contou com a participação de importantes figuras públicas, dentre elas Álvaro Maia, que naquele momento estava ocupando o cargo de governador do Estado. Ele se pronuncia com uma lista extensa de agradecimento aos trabalhadores de todos os ramos do operariado na cidade de Manaus, discursando em oração:

Trabalhadores dos Educandos e de São Raimundo, do Tócos e da Cachoeirinha— trabalhadores de todos os bairros e do interior—operários do Amazonas! (...) Venho trazer-vos a saudação do Governo e do povo, operários do Amazonas pela contribuição que destes a prol do Estado, dentro de cintilante coesão e patriotismo! Todas as almas se voltem para vós, rezando por vossas tranquilidades pela ventura de vossos sagrados lares irmãos frutificando em benefícios gerais! Nessa colmeia fervilhante, que é o Amazonas, somos abelhas ávidas do pólen para o ressurgimento, todos laboramos abraçados pelas esperanças comuns: nossas vontades se unem em atrações invisíveis erguendo o movimento as fontes produtoras, as reservas miraculosas do solo (...) ⁴⁵³.

⁴⁵² *Jornal do Commercio*. Manaus, 01 de maio 1938, p. 1.

⁴⁵³ *Jornal do Commercio*. Manaus, 2 de maio de 1937, p. 1.



Nesse discurso, Álvaro Maia esforça-se para transmitir uma mensagem de que a população amazonense trabalha semelhantemente às abelhas, como se a colmeia fosse o Estado, e de fato elas trabalham para a construção de um benefício mútuo, o que não é o caso da classe operária amazonense, que desde muito tempo trabalhou intensamente e padecia no subúrbio da cidade, enquanto a pequena elite da cidade usufruía das boas condições materiais de vida. Para além dessa boa simpatia que Maia demonstrava ter com a classe trabalhadora, é preciso analisar a real condição de vida que levava a população manauara, responsável por manter através do seu trabalho o crescimento da cidade.

A base econômica do Amazonas era constituída através da extração e exportação da borracha, porém devido à crise nas vendas dessa matéria-prima, a economia do estado entrou em uma severa instabilidade financeira. A crise na exportação da borracha teve início na década de 1910 e se prolongou nas décadas de 1920 e 1930, período em que Álvaro Maia se firmou na política amazonense. A classe trabalhadora enfrentava desde muito tempo, longas horas de trabalho, além de receber baixos salários. Com a chegada da crise, a situação econômica do Amazonas ruiu, afetando os cofres públicos, gerando atrasos nos salários de funcionários do estado e desencadeando uma grande dívida interna para o governo⁴⁵⁴.

Antes do período do declínio na economia gumífera, a população da região já enfrentava grandes problemas com relação à pobreza, esse cenário de miséria no Amazonas era presente até mesmo no período do ápice de comercialização da borracha⁴⁵⁵.

Devido a esse momento de declínio financeiro no estado, a população passou a ter mais dificuldade do que já enfrentava anteriormente. Os habitantes que viviam nos seringais passaram a abandonar as zonas rurais e a migrar para a capital do estado, que também enfrentava os impactos daquele período de crise financeira. O espaço urbano de Manaus nas décadas de 1930 e 1940 possuía dois modelos distintos de condições de vida. Isso foi perceptível através de uma análise ao padrão dos bairros da capital. Os mais próximos dos centros culturais e comerciais contavam com uma infraestrutura urbana modernizada, os habitantes dessa região eram constituídos pela elite local, comerciantes e donos de seringais. Nos bairros mais distantes da área moderna da cidade, abrigava a população pobre e trabalhadora, que comumente respondia a maior parcela da capital

⁴⁵⁴ PESSOA, 2018, p. 47-48.

⁴⁵⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 2ª ed. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura / EDUA, 2003.



manauara⁴⁵⁶. Ainda de acordo com Alba Pessoa, havia outro problema de moradia na cidade:

A falta de habitação se tornava um grave problema para os segmentos mais populares. Como alternativa aos altos preços dos imóveis e dos aluguéis, se viam obrigados a compartilhar a moradia com outras famílias no sentido de dividir o preço do aluguel e outras despesas. O prefeito Antônio Maia, em Mensagem à Câmara Municipal de Manaus, atribuía o problema habitacional a prolongada crise econômica que por mais de duas décadas grassava na região, o que não permitia que as construções urbanas acompanhassem o acentuado crescimento populacional. De acordo com o prefeito, a cada nova edificação construída surgiam cerca de 15 pretendentes, o que contribuía para elevação dos preços dos aluguéis que chegaram a aumentar em 150%⁴⁵⁷.

Como já evidenciado, a classe trabalhadora desde muito tempo era consideravelmente pobre e mediante a uma crise econômica severa no estado, é de se esperar que além de péssimas condições de moradia a fome pode ter sido uma das consequências para essas famílias, devido aos preços dos produtos alimentícios que em meio a uma crise tendem a aumentar. Mesmo os trabalhadores sendo os provedores da economia do estado, é possível notar que estes estavam desamparados. Porém, essa realidade não foi somente presente nesse período: a cidade de Manaus foi constituída desde o seu início para atender a demanda da elite local. Segundo a historiadora Ana Maria Daou, no período da *belle époque* a elite amazonense, movida pelas influências europeias, reivindicaram um avanço urbanístico, que atendesse os padrões de uma cidade moderna daquele período. A elite amazonense teve seu anseio atendido a partir do governo de Eduardo Ribeiro (1890-1891 e 1892-1896)⁴⁵⁸.

A política para os trabalhadores durante o Estado Novo no Amazonas

As ferramentas utilizadas pelos ideólogos do Estado Novo – quando se tratava dos trabalhadores – deu-se na própria questão administrativa do poder central. Vargas articulou o controle da classe trabalhadora na tentativa de controlar a opinião pública, fazendo o uso da imprensa através do ideário de que Getúlio Vargas era o salvador da nação brasileira. Na interventoria do Amazonas, esse momento é muito presente no periódico da elite, diversas vezes escrito pela própria Associação de Imprensa Amazonense, como o caso do aniversário de Vargas, que será apresentado logo adiante. Nesse sentido de trazer a opinião pública a vangloriar a imagem de Vargas, percebemos

⁴⁵⁶ PESSOA, 2018, p. 48-49.

⁴⁵⁷ PESSOA, 2018, p. 52.

⁴⁵⁸ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.



também outro quesito muito importante que envolve diretamente o trabalhador brasileiro: em todo território nacional os sindicatos tornaram-se subordinados ao Ministério do Trabalho, medida essa também perceptível através da imprensa amazonense.

Para pensar a questão da subordinação dos sindicatos precisamos, primeiramente, recorrer às insatisfações do governo com o modelo anterior de organização dos trabalhadores. Os intelectuais que influenciavam o Estado Novo não estavam satisfeitos com o capitalismo, segundo eles um dos responsáveis pela desigualdade, nem com o socialismo, que dava uma falsa ideia de igualdade material. Por isso eles decidiram que o melhor caminho para o triunfo do Estado Novo seria o sistema de corporativismo, que deveria contar com associações que representassem os profissionais e com o auxílio dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, com o intuito de articular os trabalhadores em prol do governo⁴⁵⁹.

Embora o sistema corporativista englobasse os trabalhadores por meio dos sindicatos, eles não possuíam participação direta nesse sistema, isso porque os sindicatos foram efetivamente subordinados ao Ministério do Trabalho em 1939. Entretanto, esse modelo do regime já estava presente desde a Constituição de 1934, quando foi liberada a organização sindical e logo se tornaram submissos ao Ministério do Trabalho, é preciso ressaltar que em 1934 o período ainda era democrático⁴⁶⁰.

Nesse momento o governo contaria com o pensamento estadonovista para formar novos cidadãos e que esses se voltassem para as necessidades de um Estado nacional que atendesse os interesses do governo, sendo assim, Vargas investiu em uma educação inclinada para atender essa demanda centralizadora. Porém, o governo não adotou somente essa medida. A censura foi um dos mecanismos usados no período do Estado Novo para que tudo fosse voltado para um Estado unificado e que ele fosse capaz de controlar todos os meios de comunicação. Nesse contexto, a censura foi legalizada constitucionalmente no país. Desse modo, a imprensa passou a ser não só censurada, mas também obrigada a propagar os interesses do pensamento estadonovista. Isso era feito através de todos os meios de comunicações como os periódicos, revistas e rádio⁴⁶¹.

No Amazonas, essas medidas podem ser percebidas por meio da imprensa local. O uso da imagem de Getúlio Vargas é comumente utilizado através dos periódicos, com

⁴⁵⁹ PANDOLFI, 2018, p. 106.

⁴⁶⁰ CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e Corporativismo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 109-118, 2007, p. 111.

⁴⁶¹ PANDOLFI, 2018, p. 107-108.



mensagens que valorizavam e enalteciam sua figura, para consolidar a ideia de que aquele regime do Estado Novo era o melhor para a nação. A imprensa também declarou apoio a outras decisões do governo, como foi o caso do Estado de Guerra – uma ferramenta que Vargas utilizou antes de anunciar o novo regime.

A propaganda política no período do Estado Novo foi uma grande ferramenta para legitimar o novo regime que havia sido instaurado. Getúlio Vargas tinha como objetivo utilizar os meios de comunicação para atrair a sociedade brasileira para o seu lado. O governo, portanto, utilizou sua imagem nas propagandas com o intuito de mudar a opinião dos trabalhadores, fazendo com que estes vissem esse novo momento como uma nova fase para o Brasil, momento de progresso e engrandecimento, e que se apagasse de vez a ideia de que o país havia passado por um golpe que tirou temporariamente a democracia do cotidiano dos brasileiros⁴⁶².

Para se consolidar cada vez mais, o Governo buscou criar meios institucionalizados que visassem propagar suas mensagens, no dia 27 de dezembro de 1939, é criado o maior meio de assistência de propaganda do governo o Departamento de Imprensa e Propaganda o DIP, que também era responsável por controlar todos os meios de comunicações como os rádios, cinemas e jornais. É preciso ressaltar que o DIP, –como todos os outros órgãos Federais– fazia parte de um regime centralizador e todas as decisões que eram tomadas estavam ligadas diretamente ao presidente⁴⁶³.

Em um jornal no qual a demanda da elite se sobressai em relação às demandas mais populares – durante a vigência do Estado Novo –, são poucas as vezes nas quais é possível perceber a participação da classe trabalhadora. Como já mencionado, a imprensa foi uma forte ferramenta utilizada pelo governo do Estado Novo para legitimar suas ideias e reafirmar a figura de Getúlio Vargas como um bom líder para a população em geral e, principalmente, para os trabalhadores. No Amazonas um dos momentos em que podemos perceber essa relação se dá no dia 20 de abril de 1939: a mensagem da Associação de Imprensa na primeira página do *Jornal do Commercio* parabeniza Getúlio Vargas por seu aniversário. O intuito aqui não é perceber o carisma do jornal em uma felicitação ao presidente, e sim notar a relação que a imprensa apresenta da imagem de Vargas com os diversos setores da sociedade e especialmente a menção da classe trabalhadora:

⁴⁶²³² ALVES, 2009, p. 47.

⁴⁶³ ALVES, 2009, p. 48-50.



A data do aniversário do presidente Getúlio Vargas, ontem registrada jubilosamente pelos bons brasileiros, deve ser para estes um dia de festa nacional.

Ele é o salvador da nossa pátria, com o golpe providencial de dez de novembro. Por um paradeiro à politicagem desenfreada dos titeres fantasiados de gente limpa, que eram verdadeiros valores negativos, visando o poder apenas para satisfazer interesses inconfessáveis.

Veio em socorro das classes populares, amparando-as carinhosamente na invalidez, na velhice e na proteção ao lar⁴⁶⁴.

Primeiramente, observa-se que há reconhecimento por parte da imprensa que o Estado Novo se instaura por meio de um golpe, entretanto é recebido como uma medida necessária para acabar com o antigo modelo político da primeira República. Vargas é apresentado como o salvador da sociedade brasileira. A mensagem segue:

Deu conforto no trabalhador honesto com as mais adiantadas leis sociais de incomparáveis benefícios. (...)

(...) Deu ainda recentemente a sabia lição contida no decreto-lei sobre a administração pública nos estados da federação, para que se torne uma realidade o Estado, num Brasil forte e respeitado. Não há de parar por aqui a sua obra grandiosa, que lhe dá direito a tornar-se o ídolo de todos nós⁴⁶⁵.

A mensagem passada à população amazonense é de que nesse regime as leis trabalhistas estão todas asseguradas e que foram dadas aos operários por compaixão do governo, passando a sensação de que não há o que temer. Segundo Dulce Pandolfi⁴⁶⁶, o intuito de propagar mensagens como essa era para que não houvesse rebeliões e que a ordem pública fosse instaurada.

Livros de pensamento contrário ao regime foram queimados, pessoas foram presas, escolas estrangeiras foram fechadas e os comunistas se tornaram o inimigo número um do Estado. Por fim, no dia 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado, esse órgão foi uma das ferramentas fundamentais para que a imagem de Vargas fosse associada a uma imagem de bom líder⁴⁶⁷.

Conclusão

O Estado Novo no Amazonas, especialmente no âmbito político, econômico e social, contou com diversos eventos influenciados pelas demandas centralizadoras de Getúlio Vargas. Essa visão pode ser percebida através da escolha do chefe de Estado em intitular Álvaro Maia como interventor no Amazonas, através de uma continuidade em sua gestão. Embora tenha ocorrido essa manutenção na permanência de Maia na

⁴⁶⁴ *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 abr. 1939, p.1.

⁴⁶⁵ *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 abr. 1939, p. 1.

⁴⁶⁶ PANDOLFI, 2018, p. 110

⁴⁶⁷ ALVES, 2009.



administração do estado, Getúlio Vargas escolheu seus interventores de acordo com a proximidade e interesses, na qual Maia estava inserido desde sua participação na revolta tenentista de 1924⁴⁶⁸.

Nota-se que o Estado através da mídia se esforçava para manter uma imagem de apoio e acolhimento com a classe trabalhadora, mas que na realidade a mesma se encontrava silenciada, e quando era mencionada no jornal, era usada com o intuito de promover as mensagens do interventor.

Atualmente a historiografia acerca dos trabalhadores desse período vem ganhando maior visibilidade em dialogar com a interferência do cenário internacional devido a Segunda Guerra⁴⁶⁹. No Amazonas, o início do Estado Novo foi um período de crise – da exportação e venda de látex – decorrente das décadas anteriores e que ainda se fazia presente, além disso, o Estado também sofria instabilidade na conjuntura política dos anos pós-1930. Ou seja, com a Segunda Guerra a procura da pela borracha na Amazônia aumentaria, o que poderia significar uma nova perspectiva de vida na cidade, com a busca pela retomada da economia.

No processo de construção dessa pesquisa, percebemos que as demandas do governo central são atendidas e perpassadas pela imprensa local. Getúlio Vargas fez uso da imprensa a fim de manipular o imaginário da população. No Amazonas essa prática é atendida pela interventoria de Álvaro Botelho Maia e pode ser exemplificada principalmente nas datas comemorativas, como é o caso do aniversário do presidente: o jornal exalta a figura de Vargas como “Salvador de nossa pátria”, atrelando seu governo à responsabilidade de atender as demandas dos mais carecidos.

Data de Submissão: 07/03/2022

Data de Aceite: 27/05/2022

Referências

Fontes

Jornal do Commercio. Manaus, 2 de maio de 1937.

⁴⁶⁸ ALVES, 2009, p. 34.

⁴⁶⁹ FORTES, Alexandre; RIBEIRO, Felipe. Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial: debates introdutórios para um dossiê. **Revista Mundo do Trabalho**. Florianópolis, vol.11, 2019.



Jornal do Commercio. Manaus, 16 nov. 1937

Jornal do Commercio, Manaus, 2 jan. 1938

Jornal do Commercio. Manaus, 01 de maio 1938.

Jornal do Commercio. Manaus, 20 abr. 1939.

Referências Bibliográficas

ALVES, Hosenildo. **Imprensa e poder**: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945). 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, 2011.

CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e Corporativismo. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 109-118, 2007.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FORTES, Alexandre; RIBEIRO, Felipe. Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial: debates introdutórios para um dossiê. **Revista Mundo do Trabalho**. Florianópolis, vol.11, 2019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 33, p. 103-113, dez. 2018.

PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 2º ed. Manaus: Secretaria de Estado da Cultura / EDUA, 2003.

RAMOS, Paula Mirana de Sousa. **Da poesia à política**: a trajetória inicial de Álvaro Maia. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SOUSA, Romulo Thiago Oliveira. **Do despovoamento à necessidade de colonizar**: cultura Política e ações do governo no Amazonas dos anos 30. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

ZICMAN, Renée Barata. “História Através da imprensa – algumas considerações metodológicas”. **Projeto História**. São Paulo, v. 4, 1985.

PELAS NOTAS, ANÚNCIOS E EDITORIAIS: O APARECIMENTO DOS TRABALHADORES NA IMPRENSA DE MANAUS NA *BELLE ÉPOQUE*

“FOR THE NOTES, ANNOUNCEMENTS AND EDITORIALS: THE APPEARANCE OF WORKERS IN THE PRESS OF MANAUS IN THE *BELLE ÉPOQUE*”



GABRIEL CRUZ CARNEIRO⁴⁷⁰

Resumo

Partindo de discussões surgidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI no campo da História Social do Trabalho, relacionando-se com a importância dos veículos de imprensa enquanto fonte e objeto dos estudos históricos, a proposta deste artigo se dá na importância da reflexão do papel dos trabalhadores nas páginas da imprensa manauara no contexto que transita entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, destacando relações de poder e trabalho que foram da escravidão até o surgimento dos jornais operários como forma de entender o aparecimento e a atuação desses agentes no periodismo local.

Palavras-chave: Imprensa; Manaus; Trabalhadores; História Social.

Abstract

Starting from discussions that emerged in the last decades of the 20th century and the beginning of the 21st century in the field of Social History of Work, relating to the importance of the press as source and object of historical studies, the purpose of this article is based on the importance of reflection on the role of workers in the pages of the Manaus press in the context that transits between the last decades of the 19th century and first two decades of the 20th century, highlighting the relationship of power and work that went from slavery to the emergence of workers' newspapers as a way of understanding the appearance and performance of these agents in local journalism.

Keywords: Press; Manaus; Workers; Social History.

⁴⁷⁰ Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista CAPES de Mestrado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. E-mail: gabriel.cruzcarneiro@gmail.com.



Introdução

História e Imprensa: algumas considerações

Os jornais, em circulação de forma sistemática no Brasil desde a instauração da Imprensa Régia, com a chegada da Família Real ao país, em 1808, cresceram junto da nação brasileiro, assistindo e atuando em suas transformações, podendo até um explicar o outro (MARTINS, LUCA, 2012). Apesar dessa relação intrínseca, os periódicos, apenas a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se ferramentas abordadas pela pesquisa histórica, quando tornou-se claro aos historiadores a necessidade de uma ampliação do que se compreendiam como fontes e objetos, para além de apenas documentos oficiais, dentro de um processo que também versou com o alargamento dos campos de debate da Historiografia, em que as perguntas e os problemas que surgiram a serem discutidos por essa História que se pretendia pluralista, direcionavam aos historiadores uma necessidade de usos de diversos novos objetos e fontes.

Dentre esses novos elementos estão os periódicos, proporcionando a possibilidade aos pesquisadores de preencherem lacunas que a chamada “História Oficial” não dava conta, ensejando inclusive o surgimento de novos campos da pesquisa, como a “História vista de baixo” e a “Micro História”, campos que foram ganhando espaço, nesse sentido, diversos objetos – sendo os jornais o foco deste debate – foram agregados ao ofício do historiador na busca de se construir uma História que abarcasse diversos agentes, objetos, dilemas e contextos.

Em seu clássico *Na Oficina do Historiador*, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), iluminam esse debate, destacando os usos da imprensa, quando argumentam que:

Nestas últimas décadas, perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254).

Esse cenário onde aparecem a subjetividade e as intenções dos documentos coloca em reflexão o lugar do historiador enquanto sujeito histórico, como destaca o debate de Michel de Certeau (1982) acerca das operações historiográficas, onde o historiador francês compreende essa operação do fazer histórico a partir de uma combinação de fatores, que seriam um lugar social, práticas “científicas” e de uma escrita (CERTEAU, 1982), e esse lugar social seria o espaço por onde toda a pesquisa historiográfica se articula “com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural” (CERTEAU,



1982, p. 57), levando a perspectiva de que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências.

Esse processo de “perda da inocência” dos historiadores proporcionou uma pluralização do uso de diversos objetos na pesquisa histórica, e a imprensa enquanto ferramenta nesse movimento tem cada vez mais seu uso difundido, quando seus idealizadores, suas notícias, colunas, anúncios, todas as partes dos jornais podem servir como objeto da pesquisa historiográfica, onde o historiador, como aponta Maria Helena Capelato, “[...] mantém o compromisso de buscar a verdade. Mas há muitas verdades” (CAPELATO, 1988, p. 22). Essas “verdades” tornam o fazer historiográfico menos preso a uma ideia de veracidade única e absoluta, onde a objetividade é buscada, mas não idealizada – indicando uma superação dessa História Objetiva enraizada na escola positivista, como aponta Certeau (1982) –, e essa perspectiva recai sobre os jornais quando “na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p. 22), cabendo ao historiador estar atento a esses aspectos que estão presentes nos periódicos.

As folhas jornalísticas, enquanto objeto de análise, são uma fonte extremamente interessante no âmbito da pesquisa, a partir da perspectiva de que servem como um canal de comunicação de um grupo social específico, ou de vários grupos, além de, também, funcionarem como construtores e propagadores de uma memória coletiva, procurando agir como porta-vozes de um determinado recorte da sociedade, e como Jacques Le Goff (1982) coloca em seus *História e Memória*, a “imprensa revolucionou, embora lentamente, a memória ocidental” (LE GOFF, 1982, p. 39).

Os periódicos são, como bem aponta Le Goff, produtos de uma sociedade, são ferramentas construtoras de uma memória – a partir dos grupos que detém a sua publicidade – que se pretende geral e coletiva, sendo então o que o historiador dos *Annales* afirma como “fenômenos da memória [...], mas não são resultado dos sistemas dinâmicos de organização, e apenas existem enquanto a organização os mantém ou os reconstitui” (LE GOFF, 1982, p. 40).

Os jornais, por essência de sua elaboração, não são detentores e porta-vozes de uma realidade translúcida e universal, mas a noção de documento não como um retrato fidedigno de uma pretensa verdade, sendo pensado como uma representação pautada nas experiências que rodeiam o contexto da sua elaboração, vem cada vez mais sendo



refletida em qualquer objeto da pesquisa histórica, para além dos jornais, sendo então o que Capelato coloca:

Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele.

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época (CAPELATO, 1988, p. 24)

A reflexão acerca dos jornais enquanto objetos que representam realidade específicas, vai de encontro com o que José D’Assunção Barros chama de “lugar de produção” (BARROS, 2012) das fontes históricas, sendo importante ao historiador a percepção de que o documento ao qual hoje “examina como fonte para o seu estudo histórico, um dia foi monumento através do qual aqueles que o escreveram ou produziram procuraram impressionar, manipular, convencer, mover, comover outros homens de sua época” (BARROS, 2012, p. 418), cabendo a importância da compreensão do lugar de produção do documento e também um procedimento de “desconstrução” (BARROS, 2012) da monumentalidade que chega aos dias de hoje vindo da época de produção do documento.

Sendo o monumento essa herança do passado, como bem aponta Le Goff (1982), este tem como sua característica o “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (LE GOFF, 1982, p. 536), funcionando como um legado à memória coletiva.

Resgatando o debate de Certeau, é importante estabelecer que “da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa a estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1982, p. 67), sendo a história um processo que se configura a partir do sistema ao qual o historiador está inserido, representa, portanto, uma superação do positivismo em direção a uma revolução documental, que pôde ser percebida, de acordo com Le Goff, a partir do pioneirismo dos historiadores dos *Annales* na década de 1960, e essa “revolução [...] é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse [...] já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens. Interessa-se por todos os homens” (LE GOFF, 1982, p. 541).

Dentro desse processo de desconstrução da fonte, cabe ao historiador que se debruce em pesquisar os jornais e a partir deles, questionar toda uma gama de questões para além do periódico em si, desde aspectos técnicos como a tiragem e a organização do



jornal, a busca por mapear as origens do periódico, seu nascimento, os idealizadores daquele veículo de imprensa e o lugar social onde esses agentes estão incluídos, no sentido de que todas essas questões tem influência no discurso que o periódico faz sobre a sua realidade. Rodrigo Oliveira dos Santos contribui nessa reflexão quando aponta que:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que se contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, as vezes, buscar as razões do seu silêncio ou omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalística é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais” (SANTOS, 2011, p. 126).

Percebe-se a partir da reflexão de Oliveira (2011) que se tem, pois, o periódico escrito como objeto de diversas possibilidades de pesquisas históricas, em que cabe ao historiador a atenção às especificidades em que o jornal se encontra, evitando imprimir na fonte uma leitura que trate os periódicos como retratos puros da realidade em que se inserem, tirando desses objetos a sua monumentalidade e atribuindo uma crítica que destaque o lugar de elaboração desses textos. O jornal, portanto, só se torna objeto da pesquisa ao historiador quando submetido ao método científico.

Um periódico, como ferramenta de diálogo dentro de múltiplas dinâmicas sociais, “[...] está diretamente vinculado a dois conceitos importantes na construção jornalística: o público e a opinião pública” (LAUPENTE, 2016, p. 19), nesse sentido, tal perspectiva nos leva a reafirmar a necessidade de se entender o contexto maior em que o jornal está inserido. Essa demanda se dá à medida que, por ser uma forma de exposição de opiniões, os jornais se direcionam a um público-alvo, e tem como objetivo fomentar as opiniões desses grupos, “[...] em um complexo jogo que visa conquistar um público cada vez maior, aumentando sua influência, penetração e poder dentro da sociedade em que ela atua e dos grupos que visa atingir” (LAPUENTE, 2016, p. 19).

Oliveira (2011) apresenta uma reflexão acerca da atividade jornalística, em que esta é tratada como nascente dentro do mundo moderno, e nesse sentido, age como representação de uma “[...] fase extrema da culta alfabética, a evolução final do processo iniciado com a transição oral para a escrita” (OLIVEIRA, 2011, p. 130). Rafael Lapuarte complementa essa discussão quando comenta que

[...] existe um caminho significativo a percorrer desde a alfabetização até a familiarização da leitura e a conquista de públicos cotidianos. Se articulando de forma mais próxima ao dia a dia da população e registrando seus hábitos de



expressão na mudança de sua linguagem, a imprensa cumpre papel fundamental para esse processo de familiarização com a leitura, e, a partir deste hábito, constrói aquilo que se pode ser chamado de formulação de um público. Ou seja, a expansão dos periódicos está associada, simultaneamente ao crescimento da cultura letrada (LAPUENTE, 2016, p. 20).

Ou seja, tanto como ferramenta de leitura, quanto difusor de ideias, os jornais servem como uma mina de conhecimento a quem sobre eles se debruçar, como coloca René Barata Zicman (1985), em seu *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*, quando estabelece que “a imprensa é rica em dados e elementos, [...] permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas” (ZICMAN, 1985, p. 91), sendo também o que coloca Capelato quando comenta que “a imprensa constitui um elemento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988, p. 21).

O cenário da Imprensa do Brasil: entre fins do século XIX e início do século XX

Cabe neste texto, além da reflexão acerca do papel da Imprensa enquanto fonte e objeto na análise historiográfica, e antes da aproximação com o debate acerca da presença dos trabalhadores nos periódicos da cidade de Manaus, uma breve reflexão sobre o cenário da Imprensa no recorte abordado nesse artigo, sendo as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Os anos que corresponderam a transição política que marcou o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, tiveram como constante um cenário de conflitos políticos e mudanças sociais efervescentes na sociedade brasileira, e os jornais, “como parte intrínseca da formação do país” (MARTINS; LUCA, ANO, p. 7) como destacam Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, atuaram e se ressignificaram durante esses processos e disputas. O cenário do fim do século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai e as crescentes ideias reformistas, com as vozes abolicionistas e republicanas cada vez mais ressoantes, diz respeito a um momento de complexos acontecimentos políticos no país (SODRÉ, 1999), e junto disso, também se percebe o caminhar do desenvolvimento do país, “marcado [...] pelo avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esboço da burguesia que começava a se fazer sentir” (SODRÉ, 1999, p. 206), elementos que permitiram uma ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa, especialmente livro e jornal.



As agitações da sociedade brasileira, que relevaram suas profundas contradições, como destaca Nelson Werneck Sodré (1999), despertaram os interesses pelas reformas, que tomaram vários espaços e tornaram-se objetos de debates constantes e turbulentos, a Abolição⁴⁷¹ propriamente, além de questões religiosas, eleitorais, federativas, militares, e mesmo a constituição do próprio regime, com a transição à República, refletiram na Imprensa, “e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizando seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava” (SODRÉ, 1999, p. 223).

Essas questões refletem o que Juarez Bahia definiu como a segunda fase⁴⁷² da Imprensa brasileira (BAHIA, 2009), tendo como marco 1880 e aprofundando-se com a virada do século, onde a imprensa caminha em direção ao estágio empresarial, quando os jornais vão gradativamente deixando de lado o caráter artesanal e voltam-se a uma estrutura empresarial de produção, construindo-se então um modelo de Indústria tipográfica.

Constituíam-se então o tripé indispensável à sustentação dessa grande empresa editorial que se estruturava, “configurava-se basicamente a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 58). Essa Imprensa que tornava sua atividade mais sólida, especialmente já nos anos da República, tem em si uma associação vital a uma tipografia mais bem aparelhada, “renovada em relação aos anos pioneiros, graças à importação de tipos e prelos” (BAHIA, 2009, p. 114).

Esse desenvolvimento do jornalismo, está de forma íntima associado ao desenvolvimento econômico do país, nesse cenário, junto de outras atividades de manifestação cultural, como destaca Bahia (2009), o periodismo se beneficia da conjuntura de mudanças estruturais que a nação passava, com o crescimento econômico “que impôs melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana” (BAHIA, 2009, p. 114), ou seja, o contexto de desenvolvimento das relações capitalistas e da ascensão burguesa que aponta Sodré (1999).

⁴⁷¹ Juarez Bahia (2009), destaca a existência de uma Imprensa abolicionista no contexto da segunda metade do século XIX, com maior atuação nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. Toda essa imprensa, como reforça Bahia, tem relevante importância nos movimentos abolicionistas e republicanos, funcionando como influentes propagandistas dos ideários reformistas que se efervesciam no Império.

⁴⁷² A segunda fase da Imprensa Brasileira que destaca Juarez Bahia (2009), diz respeito a um contexto que se inicia em 1880, encerrando os 72 anos que marcam a primeira fase (1808 – 1880), e o autor define esse segundo momento dos impressos como de aventura industrial, marcado por um cenário de maiores investimentos nos parques gráficos e um aumento do consumo que foi dando os jornais moldes de empresa.



Nelson Werneck Sodré (1999) destaca ainda, que para além desse cenário de avanços, que o desenvolvimento dessa burguesia seu deu de forma tortuosa, onde está estivera, mesmo que economicamente ascensional, ainda politicamente débil, constituindo, portanto, o chamado “problema do poder” que o autor aponta, e que refletia nos jornais. A imprensa, de fato se solidificava em aspectos técnicos, mas politicamente refletia as contradições da burguesia ascendente, apresentando ainda poucas diferenças de conteúdo frente ao período monárquico.

Nesse sentido, a imprensa, invariavelmente, embora apresente uma estrutura capitalista, “é forçada a acomodar-se no poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional” (SODRÉ, 1999, p. 276), dentro de um cenário onde o país se via em complexas disputas políticas e os próprios jornais serviam como correspondências dos programas que se chocavam, tornando-se a compra de opinião um tema central da Imprensa.⁴⁷³

O fato político passa então a ser a preocupação fundamental dos jornais, não a política enquanto conceito ou ideologia, mas o fato em si, como destaca Sodré, e esse objeto de interesse aparece “em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder” (SODRÉ, 1999, p. 227), e nessa dimensão que se reduz às lideranças políticas, as questões pessoais e os indivíduos se tornam os protagonistas do que seria o fato jornalístico. Com esse cenário, tendo o Estado e o capital comercial controle da Imprensa, o jornalismo acaba por adotar um caráter pessoal, de campanhas e endeusamento, ou destruição de figuras políticas, a depender dos interesses que circundavam os periódicos.

Apesar da grande empresa como a tônica das atividades periódicos dos principais centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo (SODRÉ, 1999), subsistia ainda a imprensa artesanal, especialmente nas pequenas cidades e interiores, “nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais” (SODRÉ, 1999, p. 275). A sociedade dos grandes centros, cada vez mais ligadas a uma lógica capitalista ascendente, demandava informação, que se tornava produto da empresa-jornal que tomava esses espaços.

⁴⁷³ São os “Tempos Eufóricos” da Imprensa que Martins e Luca (2006) destacam, mais propriamente o jornalismo que marca a Primeira República, sendo decisivo nos rumos que o país tomaria. Apesar desse cenário de avanços, a “compra da opinião” da imprensa pelo governo é uma prática relativamente comum, em uma conjuntura de crescimento urbano e demanda propagandista cada vez mais urgente.



Junto dos impressos artesanais que ainda marcavam seus espaços, mesmo que de forma efêmera frente a duração dos grandes jornais, um outro fruto dos movimentos reformistas da segunda metade do século XIX começou a se organizar nos centros urbanos em fins deste século e início do seguinte. Junto do lento desenvolvimento das relações capitalistas e da ascensão de classes burguesas, como destaca Sodré (1999), necessariamente começam a se estruturar quantitativos proletários.

Entre essas classes, o jornal surge como um mobilizador dos trabalhadores no cenário da primeira República, como destaca Jorge Luiz Jardim (1996), organizações operárias, e mesmo grupos isolados, procuravam como meio de articulação a criação de periódicos⁴⁷⁴ que atuariam em nome dos trabalhadores, com propostas de construir redes de comunicação entre esses grupos sociais.

De forma geral, um traço constante da imprensa - sejam as empresas mais estruturas como as do Rio de Janeiro e São Paulo, sejam a de outros Estado que se viam ainda no processo de transição da fase artesanal para a industrial, como destaca Sodré (1999) – é o fato político, assumindo nas páginas dos jornais paixões e lutas mediadas pelos interesses dos proprietários.

Os trabalhadores e operários na imprensa de Manaus

Tendo sido estabelecido o papel da imprensa enquanto objeto e análise dentro da construção historiográfica, além de um breve panorama do cenário mais amplo da Imprensa Brasileira, os olhares se voltam nessa pesquisa para a aparição nos periódicos dos trabalhadores da cidade de Manaus, no cenário da expansão econômica propiciada em muito pela extração da borracha no Estado do Amazonas durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Propondo uma aproximação com diversos contextos de aparições de trabalhadores nas páginas desses impressos, procurando perceber como esses elementos sociais foram ressignificados e se ressignificaram nesses espaços, procura-se neste texto contribuir à historiografia amazonense na observação das

⁴⁷⁴ Um efeito das “agitações reformistas” do século XIX que destaca Nelson Werneck Sodré (1999) é o surgimento de importantes organizações estudantis, a exemplo da Federação dos Estudantes que nasce em 1901. Outro efeito da adoção do caráter empresarial dos jornais e da estrutura de indústria, é o surgimento de agremiações de jornalistas, não os grandes letrados que ganham destaques, mas os tipógrafos, editores, os funcionários das funções técnicas dos jornais, que começam a se organizar. Também surgiram jornais de viés político, especialmente de postura anarquista, ainda no século XIX, como *O Despertar*, de José Sarmiento, ou *O Amigo do Povo*, que aparece em 1902 com direção de Nemo Vasco – ambos os títulos surgiram no Rio de Janeiro.



múltiplas formas que os trabalhadores assumem nas páginas dos periódicos e que contribuem para a percepção das complexas vivências que surgem no espaço urbano da cidade de Manaus.

Nesse cenário de expansão do espaço urbano de Manaus, junto dos grandes contingentes de imigrantes estrangeiros e migrantes vindos especialmente dos Estados do Nordeste do país – em busca das oportunidades prometidas pelas propagandas –, a cidade de Manaus, como aponta Maria Luiza Ugarte Pinheiro, mostrou-se:

Incapaz de acomodar minimamente as sucessivas levas de trabalhadores e “aventureiros” dentro dos níveis “aceitáveis” de salário, emprego, moradia, saúde, habitação, alicerçando uma ambiência de insatisfações múltiplas que produziram efeitos políticos no cenário amazônico (PINHEIRO. M, 2015, p. 165).

A memória e a historiografia amazonense, de modo geral, tratou da realidade urbana da cidade de Manaus, muito calçada à influência da escola positivista e de um caráter elitizado, destacando uma perspectiva de tons “oficialescos”, que, como bem destaca Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, “projeta e reforça a imagem do grande homem intervindo na cena histórica a seu bel prazer, no mesmo instante em que tendem a desconsiderar as contradições sociais que escapam à órbita da política palaciana” (PINHEIRO. L, 2005, p. 3). Grandes nomes da historiografia amazonense, como Domingos Antônio Raiol, Mario Ypiranga Monteiro e Arthur Cezar Ferreira Reis, sem dúvida expoentes importantíssimos para a memória local, relacionados a projetos como o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se puseram a escrever a História Regional partindo da atuação de grandes homens e grandes feitos, como a abolição da escravatura ou a adesão à República (PINHEIRO. L, 2005, p. 3).

E nessa perspectiva memorialista atrelada a grandes eventos, consolidou-se uma imagem do Amazonas de fins do Império e início da República, da chamada *Belle Époque* Amazonense, direcionada a uma noção de grandiloquência, um período dourado de riquezas e civilidade, enquanto toda uma gama de sujeitos e realidades eram obscurecidos dentro dessas narrativas, sendo o que apontam Luís Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro, quando entram nesse debate acerca das realidades múltiplas dos trabalhadores urbanos da cidade de Manaus, afirmando:

Seja como for, o fato é que em meio aos intensos devaneios modernizantes do período, a produção de representações ancoradas, tanto pelas autoridades públicas, quanto por expoentes do pensamento social, escamoteava a presença real dos conflitos de classe, os processos de marginalização e exclusão de



parcelas expressivas da população citadina e, dessa forma, pouco contribuiu para a visibilização dos espaços do trabalho e do processo produtivo, neste cenário urbano em transformação, silenciado acerca das vivências dos populares e dos trabalhadores. (PINHEIRO. M; PINHEIRO. L, 2017, p. 12)

Essa tradição historiográfica, como bem aponta Luís Pinheiro (2005), para além da exaltação de grandes figuras e feitos importantes, tratava-se também de uma memória que discutia a cidade por uma ótica dos feitos arquitetônicos, como um grande palco dos avanços materiais, que aos entusiastas dos estudos da área da Arquitetura ou das histórias das estruturas urbanas, possam ser temáticas de grande importância.

Porém, dentro de uma perspectiva histórica, como forma de representação de realidades sociais diversas que constituíam as vivências nos meandros da Manaus da borracha, por muito tempo faltaram estudos que destacassem a participação dos diversos sujeitos relegados ao anonimato, mas que atuaram de forma ativa na cidade, onde esses personagens eram reduzidos a invisibilidade, “seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsidera, seus protestos e reivindicações ignorados” (PINHEIRO. L, 2005, p. 4), porém a sua participação nas dinâmicas da cidade estiveram longe de serem passivas em sem relevância.

Nesse processo, seguindo uma tendência que vem se fortalecendo nos últimos anos da produção historiográfica do Amazonas, acerca da construção de uma História Social do Trabalho no Estado, o que se propõe nesse debate, longe de buscar encerrá-lo neste artigo, é seguir uma perspectiva, como pavimenta Dhyene Vieira dos Santos (2019), de discutir o universo de trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores, o que “nos possibilita compreender que as suas experiências sociais eram diversificadas e faziam parte da cidade, inclusive em grande contingente, embora eles não tivesse a visibilidade que os personagens de elite tinham” (SANTOS, 2019, p. 44).

E os jornais, dentro dessa proposta de atribuir protagonista a novos sujeitos, funcionam como ferramentas de pesquisa enquanto “instrumentos de intervenção na vida social” (TELES, 2018, p. 39), por possibilitarem uma aproximação com as múltiplas realidades do cenário urbano de Manaus, permitindo “recuperar aspectos importantes do trabalho e da vida dos trabalhadores” (TELES, 2018, p. 40), quando é possível perceber nos periódicos o aparecimento, de forma ativa ou em pequenas notas espremidas entre as colunas, dos trabalhadores nas páginas dos jornais, seja em anúncios e ofertas de emprego, seja também demonstrando níveis de organização social, com o aparecimento de agremiações sindicais e mobilizações de reivindicações e greves.



A Manaus do final do século XIX não se diferenciava das principais cidades do Brasil deste contexto, na questão das relações de trabalho, sendo importante destacar que a cidade, mesmo com uma quantidade pequena em comparação com os outros centros do país, também teve a participação de escravizados e trabalhadores livres em seu cenário urbano. Em meados da segunda metade do século XIX, com as cidades em expansão, a presença de sujeitos escravizados torna-se comum nos cenários urbanos, e nos jornais é possível identificar menções e notas às realidades destas populações subalternizadas, com maior frequência em relação aos anúncios de fugas, mas também aparecem nas páginas dos periódicos anúncios de ofertas de mão-de-obra escrava, a exemplo de uma nota do jornal *Amazonas*,⁴⁷⁵⁴⁷⁶ de 1878, em que se encontrava sob o título “Escrava” a oferta; “Aluga-se uma própria para o serviço de uma casa de família, quem precisar deste type informa quem aluga” (*Amazonas*, Manaus, 26 jul, 1878, nº 156), mais um exemplo desse comércio de mão-de-obra aparece em outro número do mesmo jornal, no ano seguinte, também com o título “Escrava”, se anunciava: “Vende-se uma escrava, boa cozinheira, lavadeira e emgomadeira. A tratar com Manoel Joaquim Pereira de Sá” (*Amazonas*, Manaus, 6 jun, 1879, nº 297).

A presença negra, assim como a dos trabalhadores urbanos da cidade de Manaus, teve em muito a sua participação invisibilizada pela memória produzida acerca da cidade, “eram escassas as leituras quanto ao lugar do escravo em uma sociedade que sobrevivia, majoritariamente, do uso de trabalho indígena” (SAMPAIO, 2002, p. 52), como bem aponta Patrícia Melo Sampaio, partindo da teorização de que essa predominância da figura indígena nesse cenário de exploração escravista da força de trabalho tenha sido uma das causas dessa tendência de apagamentos dos negros escravizados na região amazônica.

⁴⁷⁵ Jornal de publicação que variava entre semanal e diária durante seus anos de circulação, e apresentando-se em seu subtítulo como “Orgam do Partido Conservador”, o *Amazonas* representa um expoente do periodismo do Estado por ser um dos jornais mais longevos, chegando a quatro décadas de produção e entrecortando o período rememorado com “boom dos periódicos” efervescido pela alta da produção gomífera. Pondo-se como órgão oficial, por publicar atos oficiais do governo da província, o jornal adotara uma postura de defesa dos interesses da elite política do Amazonas, trazendo em destaque as suas demandas, o que reverbera inclusive na aparição dos trabalhadores no jornal, tendo estes suas presenças quase inteiramente apagadas, surgem apenas esporadicamente nos anúncios publicados nas últimas páginas, e destacando contextos pré-abolicionistas, os escravizados eram anunciados como objetos a serem disponibilizados como força de trabalho.

⁴⁷⁶ Como destaca Jordana Coutinho Caliri (2014) em sua dissertação de mestrado, o *Amazonas* se estabelece na antiga tipografia de Manoel da Silva Ramos, o precursor do jornalismo amazonense, onde era produzido o *Estrella do Amazonas*, primeiro jornal da então província, mas com o encerramento das suas atividades, a tipografia foi adquirida por Antônio da Cunha Mendes, português dono de jornais no Pará, e deu início as atividades do *Amazonas*, indo de 1866 até 1921.



O Amazonas foi uma das primeiras regiões do país a acabar com a escravidão, contexto que coincide com o crescimento da economia de exploração da borracha na região.

Nesse sentido, levando em conta que a cidade, como coloca Jéssika Sâmya Ladislau Pereira Costa, é reflexo “das lutas e contradições sociais de determinada população, marcadas no território urbano em que vivem” (COSTA, 2016, p. 36), pode-se notar que Manaus começou a enfrentar durante os últimos anos do século XIX, perceptíveis mudanças em seu cenário urbano, a partir dos grandes processos migratórios, também não podendo deixar de lado as mudanças nas relações de trabalho movidas pelo fim da escravidão. Dentro desse processo, é interessante apontar o surgimento de novas dinâmicas de oferta de trabalho a exemplo das que surgem nas páginas do *Jornal do Comércio*⁴⁷⁷, no ano de 1904, em que se encontra o anúncio “Creada”, onde se dizia: Precisa-se de uma para os serviços domésticos, preferindo-se estrangeira” (*jornal do Comércio*, Manaus, 9 set, 1904, nº 218), sendo então este tipo de anúncio, buscando pessoas estrangeiras para exercerem funções, em especial domésticas, cada vez mais frequentes nos jornais a partir da década de 1890.

Diversos trabalhos domésticos apareciam nas páginas dos jornais, funções como cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, surgiam nos anúncios dos periódicos, fossem ofertas de contratantes, fossem os próprios trabalhadores em busca de ocupações, a exemplo de um anúncio encontrado nas páginas do *Amazonas*, retornando a 1878, de título “Cosinheira”, anunciava-se: “Uma pessoa habilitada para cosinha, oferece os seus serviços a quem delles precisar” (*Amazonas*, Manaus, 14 ago, 1878, nº 164). Outra demanda de emprego que aparece nas páginas dos periódicos do final do século XIX é acerca de uma função doméstica característica das raízes escravistas das relações de trabalho, que seriam as demandas por amas-de-leite, a exemplo de um anúncio feito pela própria tipografia do jornal *Amazonas*, ainda no contexto escravista, no ano de 1880, sob

⁴⁷⁷ Como destaca Leno José Barata Souza (2010), o centenário *Jornal do Comércio*, com sua primeira edição publicada em janeiro de 1904 e tendo periodicidade semanal – raridade na época –, com redação e oficina próprias, tinha em sua linha editorial um caráter personalista atrelado a figura de seu dono e fundador, Joaquim da Rocha Santos, que dirigiu o periódico até o ano seguinte, quando faleceu. Procurando assumir o caráter de empresa-jornal, o *Jornal do Comércio* se colocava desde suas primeiras edições como um elemento de civilidade contra a barbárie da cultura indígena/mestiça, o jornal, além de um projeto que visava comunicar o Brasil e o exterior, propunha também intervenções na vida pública, especial sobre os hábitos populares e questões de higiene. A excepcionalidade do *Jornal do Comércio*, em comparação com título como os citados *Amazonas* e *Comércio do Amazonas*, é que, para além desse caráter de empresa-jornal e defensor de interesses das classes dominantes, a aparição dos trabalhadores em suas páginas, além de mais frequentes, também têm participação mais ativa, escrevendo notas e divulgando organizações e movimentos sociais trabalhistas nas páginas do jornal.



o título “Ama de leite”, dizia-se; “Nesta typografia se diz quem precisa de uma ama de leite, livre o escrava” (*Amazonas*, Manaus, 21 nov, 1888, nº 499). Aparecem com frequência esses anúncios nos jornais manauaras do final do século XIX, tendo também como exemplo uma demanda que aparece já mais próxima da virada ao século XX, em 1897, encontrada nas páginas do *O Imparcial*,⁴⁷⁸ e sob o título “Ama de leite”, ofertava-se o seguinte: “Precisa-se de uma, quem estiver nas condições dirija-se a rua 7 de Dezembro nº30, paga-se magnífica mensalidade servindo” (*O Imparcial*, Manaus, 4 jul, 1897, nº 4).

Como afirma Robson Roberto da Silva (2015), “num sistema onde havia supervalorização do trabalho masculino, as negras escravizadas acabavam se tornando mão-de-obra suplementar” (SILVA, 2015, p. 2), e mesmo em uma realidade em que não mais se tinham a vigência das relações escravistas é possível encontrar cicatrizes dessas funções, que acabaram por se tornarem durante algum tempo uma ferramenta de ganho comercializado e divulgado pelos jornais.

Esses exemplos de relações de trabalho acima abordados, servem como uma possibilidade de demonstrar algumas das formas de trocas de mão-de-obra que fogem das visões reducionistas e excludentes que tratam o contexto urbano manauara como um espaço de pouca complexibilidade das relações, e também serve como uma tentativa, mesmo que pequena e presa aos moldes introdutórios deste artigo, de reafirmar a presença de escravos e trabalhadores livres na cidade de Manaus durante o fim do Período Imperial e o Início da República.

A partir destas colocações, torna-se interessante abordar um outro contexto deste universo plural das relações de trabalho, pondo em destaque uma gama de mobilizações de trabalhadores e processos sociais protagonizados pela classe, em um espaço urbano onde

Manifestações de protestos, passeatas, organizações sindicais e greves operárias imprimiram suas marcas na história regional, muito embora a memória preservada deste período aponta seletivamente para a recuperação de eventos menos traumáticos (PINHEIRO. L, 2005, p. 1).

Destacar a atuação desse universo de trabalhadores parte de uma tentativa, cada vez mais incentivada na historiografia regional que tem se construído nas últimas décadas,

⁴⁷⁸ Semanário e “Orgam da Associação, Comercio e Industria”, *O Imparcial*, como seu subtítulo sugere, se direcionava aos interesses das classes comerciais do Estado, em especial da cidade de Manaus, publicando questões diárias do comércio local e reproduzindo atos e anúncios da intendência municipal. Seguindo a estrutura do *Amazonas*, aqui os trabalhadores também têm a sua presença apenas de forma distanciada e nos anúncios de ofertas ou demandas de trabalho.





onde se busca refletir a trajetória de diversos sujeitos que se representavam nas classes operárias manauaras e que outrora foram ocultadas em prol de um discurso homogeneizador. Como forma de procurar mapear as raízes que constituíram passos desses movimentos, Maria Luiza Pinheiro destaca a importância dos processos migratórios, quando afirma que

A imigração dos portugueses, espanhóis e latinos, ao lado das sucessivas levas de nordestinos, ajudou a articular essas insatisfações com o conjunto de ideias de crítica social que estavam sendo mais fortemente divulgadas no seio da classe trabalhadora estrangeira (PINHEIRO. M, 2005, p.1).

Então, de acordo com Maria Luiza Pinheiro (2005), o ingresso dos primeiros imigrantes em Manaus, que vieram ao país influenciados pelas políticas de incentivo a chegada de trabalhadores ao Brasil, deslocaram-se ao Amazonas possivelmente ludibriados pelas propagandas messiânicas acerca do “paraíso da borracha”, com promessas de muitos ganhos financeiros, e dentre esse contingente de trabalhadores estrangeiros, estiveram militantes socialistas e anarquistas que, animados pelos movimentos políticos que efervesciam na Europa, chegaram à “Paris dos Trópicos” inflamados por ideias políticas que não tardaram a serem externados no cenário de Manaus.

Ainda no século XIX já apareciam greves operárias noticiadas nos jornais que circulavam pela cidade, como o caso da greve dos estivadores que ocorreu já no crepúsculo do século, em 1889, e apareceu nas páginas do *Comércio do Amazonas*,⁴⁷⁹ onde se pode ler na edição 71 do jornal um anúncio pequeno e de tom puramente informativo – o que mudaria em edições posteriores –, dizia-se: “Continuam em greves os estivadores. Como já dissemos, exigem por dia 15\$000 e a noite 30\$000. Estão na Praça da Matriz” (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 18 nov, 1899, nº 71). Já na edição 82, do dia 2 de dezembro, o tom da manchete mudou, onde sob o título “Greve”, denunciava-se a continuidade da mobilização com o texto:

⁴⁷⁹ Sob propriedade do tipógrafo português Gregório José de Moraes, de acordo com o catálogo *Cem anos de Imprensa no Amazonas*, organizado por José Ribamar Bessa Freire, é o primeiro jornal diário a ser publicado no Estado, e junto do *Amazonas*, um dos primeiros expoentes a lograrem certa longevidade em sua periodicidade, tendo circulado por 35 anos. Funcionando como um conglomerado de notícias de outros jornais do país e da Europa, as notícias publicadas no *Comércio do Amazonas*, em vários casos eram replicadas fielmente dos jornais de onde eram retiradas, enquanto o periódico dedicava espaço para questões locais. Órgão do comércio, o jornal tinha em grande parte um tom “oficioso” de reprodução de atos oficiais ou números comerciais, pautava-se por uma postura de “isenção política”, mas ainda sim se colocava como emissor de opinião sobre as coisas públicas. De domínio conservador, como se anunciava, dedicava muitas de suas colunas a exaltar atos da administração pública.



Com enorme prejuízo para o comércio e manifesto desacatamento aos trabalhadores moderados, continua o grupo de estivadores grevistas, perturbando os serviços de descarga, não obstante o processo da polícia de garantir os direitos dos que se sujeitam a trabalhar em doze mil réis (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 2 dez, 1899, nº 82).

Separando os trabalhadores entre “moderados” e “grevistas”,⁴⁸⁰ já se torna clara uma inclinação do jornal em criticar as demandas dos trabalhadores em manifesto, o que pode ser reforçado na edição 84 do periódico, quando se anunciava o fim da greve, dizendo então:

Com as providencias tomadas ante-hontem pelo senhor chefe de Segurança Pública, pode-se dizer que está terminada a greve dos estivadores. Guardando o litoral pela polícia, afim de impedir que os grevistas obrigassem a não trabalhar os outros estivadores, o serviço em continuado em perfeita calma (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 3 dez, 1899, nº 84).

Outro movimento grevista de trabalhadores que surgem nas páginas dos jornais se dá em relação as várias manifestações de motoristas e condutores de bonde durante as duas primeiras décadas do século XX, em que, de acordo com Dhyene Santos, “[...] o primeiro protesto organizado pelos trabalhadores da Companhia de Bonde que se tem notícia ocorreu em 1902” (SANTOS, 2019, p. 44), e a greve teria ocorrido por conta das pressões destes trabalhadores em relação aos maus tratos do chefe do tráfego Manoel Joaquim Barbosa e tomou moldes mais reivindicatórios após a morte de um funcionário por conta das práticas insalubres da empresa.⁴⁸¹ Recorrendo aos jornais, cabe destacar os movimentos dos trabalhadores da *Manaos Tramways and Light Company* em 1911, destacando novamente o debate de Santos (2019), e debruçando-nos na edição 2434 do *Jornal do Comércio*, onde se anunciava:

A intransigência da diretoria [...] que se recusou formalmente a atender a uma reclamação justíssima dos motoristas e condutores contra o despotismo de um chefe que os persegue e os oprime, arrastou-os a declaração de uma greve que embora absolutamente pacífica, muito prejudicava a vida da cidade (*Jornal do Comércio*, Manaus, 16 jan, 1911, nº 2434).

⁴⁸⁰ Já tendo sido destacado a proposta do *Comércio do Amazonas*, de ser um veículo de divulgação de outras folhas de fora do Estado, quando se voltava para questões locais, no mais das vezes era relacionado a atividades comerciais e destaque a figuras ilustres, é nesse sentido que as greves saltam aos olhos nas pequenas aparições no periódico, que, adotando em um primeiro momento uma postura apenas informativa acerca das movimentações dos trabalhadores, não tarda para deixar transparecer a sua posição acerca dos acontecimentos, partindo de uma defesa dos interesses das elites comerciais, e pondo os trabalhadores grevistas como elementos subversivos da ordem, devendo serem reprimidos.

⁴⁸¹ O trabalho de Dhyene Vieira dos Santos é uma contribuição importantíssima para a Historiografia Social do Trabalho no Amazonas, onde a historiadora busca dar luz em seus debates sobre as realidades e manifestações dos motoristas e operadores de bondes nas primeiras décadas do século XX.



Acerca desses movimentos dos condutores de bonde, ainda é possível identificar uma organização repressiva enfática a partir de 1910 na cidade de Manaus, e o Estado acabara por se colocar como um mediador dos debates entre os trabalhadores e as empresas.

Outras formas de organização dos trabalhadores e operários que aparecem nos jornais diz respeito as organizações sindicais e centros de relações destes trabalhadores, a exemplo do Centro Operário em Manaus, que surge em um contexto do início do século XX, quando, como aponta Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, “esses processos começaram a ganhar maior densidade e indiscutível relevância no interior da capital amazonense” (PINHEIRO. L, 2020, p. 45) e o Centro Operário, tendo começado a ser formulado em 1904 e efetivamente implantado no ano seguinte, tem em um primeiro momento como seus principais expoentes duas lideranças operárias, Alfredo de Vasconcelos Lins e Manoel Madruga, que imprimiam nas propostas do centro uma propaganda de viés socialista. Essa perspectiva ideológica que pautava as estruturas do Centro Operário aparece nos anúncios acerca de seus eventos, a exemplo da notícia que aparece na edição 353 do *Jornal do Comércio* que noticiava em relação as festividades de instalação do centro, em 1905, dizendo:

Additando a nossa notícia sobre a sessão de instalação do Centro Operário desta capital temos a dizer que a decoração do salão obedece alto e apurado gosto, vende-se por entre as molduras de flores, jogos de ferramentas de diferentes artes.

Ladiando em grande escudo, de effeito maravilhoso via-se em leituras de orreo o nome da sociedade e mais dois escudos menores com estas inscrições:

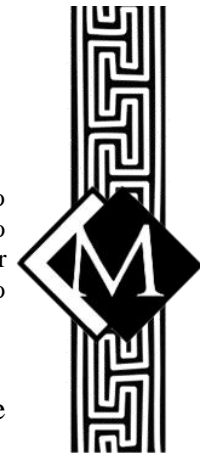
- Um por todo e todos por um! – Proletariado de todos os países, univos!

Distribuídos pelas paredes estavam mais outros escudos com estes distivos:

- Os Homens são iguais! – Nem escravos nem senhores! Humanidade Livre – trabalho, paz e felicidade! E os nomes dos grandes doutrinários, Marx, Pedro Kropotkin e etc. (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 fev, 1905, nº 253)

O Centro Operário, mesmo tendo vida efêmera, logrou certa influência no cenário de organizações de trabalhadores que surgiram no início do século XX, cabendo destacar um tom vanguardista em suas pautas, como comentam Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro em discussão conjunta, quando apontam:





Chama a atenção o fato de que, mesmo em suas reuniões preparatórias [...] o Centro Operário tenha aberto um leque grande de temas para discussão, indo bem mais além dos relacionados a salários e jornada de trabalho, para alcançar questões sensíveis como o alcoolismo entre os trabalhadores e a emancipação feminina (PINHEIRO. M, PINHEIRO. L, 2017, p. 127).

Outros anúncios de eventos do Centro Operário aparecem em outras edições de jornais, também podendo ser citada a notícia que aparece no *Jornal do Comércio* acerca do evento de comemoração de 1º de maio, que é uma data simbólica para a classe trabalhadora, e o jornal noticiava: “Sendo o 1º de Maio o dia escolhido universalmente pelas classes artístico-operárias para essa grandiosa festa de protesto ou de comunicação [...] o operariado do Amazonas vae festejar-o condignamente” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 29 abr, 1905, nº 421).

O *Jornal do Comércio*, apesar de sua já citada proposta de jornal-empresa e caráter doutrinário a partir de um viés modernizante, acaba trazendo em suas páginas essa presença mais ativa de organizações de trabalhadores, especialmente com a presença de artigos escritos por figuras atreladas a movimentos sindicais, como Manoel Madruga (PINHEIRO. L, 2020), uma das principais lideranças operárias do início do século XX, e que abertamente fazia propagandas de cunho socialista, a exemplo da coluna intitulada “Operarios, Alerta!”, reivindicando a aproximação dos trabalhadores, dizendo:

Sirva de Thume, ao meu pequeno artigo de hoje, as palavras do grande mestre, do immortal apostolo do socialismo, que se chamou C. Marx.

Em todos os recantos do mundo civilizado, surgem agora os homens do trabalho, para, unidos e disciplinados, prosseguirem firmes e resolutos na gloriosa campanha da emancipação do operariado.

[...] Os operários amazonenses já vão sabendo cumprir os seus deveres. Ainda bem! Abrigados pela nossa bandeira, já vemos um crescido número de adeptos encorajados e decididos a cooperarem com a sua energia intelectualidade, com o braço e força de vontade, para o engrandecimento da nossa causa (*Jornal do Comércio*, Manaus, 12 mar, 1905, nº 380).

Diversas organizações proletárias surgiram na capital nesse contexto, e tiveram suas aparições nos jornais, como a União dos Alfaiates, a Sociedade Beneficente Mútua dos Estivadores e o Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão, porém, uma outra forma de organização dos operários que surgiu foi a própria criação de jornais, um jornalismo que efetivamente marcou sua presença na imprensa local. Maria Luiza Ugarte Pinheiro contribui nesse sentido quando aponta a importância da trajetória desses jornais, tratando-a como “extremamente rica, e sua inserção no meio da classe trabalhadora



permitiu perceber e refletir imagens da sociedade amazonense muito pouco evocadas pelos outros órgãos de imprensa” (PINHEIRO. M, 2015, p. 172).

A classe trabalhadora, nesse sentido, começou a apropriar-se das ferramentas das elites nesse contexto de expansão da produção periódica causada pela efervescência da economia amazonense, e o surgimento dos jornais operários traziam como propostas conteúdos políticos e representativos das classes trabalhadoras e constituem-se para a historiografia atual como fontes “mais importantes para se chegar a dimensão do viver urbano até hoje pouco explorados” (PINHEIRO. M, 2015, p. 173).

Nesse interim, cabe destacar a participação de jornais como *O Constructor Civil*, de 1920, em que, longe de ser o primeiro jornal operário da cidade de Manaus – estes surgiram ainda na última década do século XIX –, serve ao debate como exemplo da realidade da maioria das folhas operárias que surgiram nesse contexto, tendo o periódico apenas a sua primeira edição recuperada pelo acervo do IGHA,⁴⁸² muito provavelmente o jornal não chegou a ver a luz de uma segunda tiragem, sendo essa uma ocorrência muito frequente aos jornais operários, quando com certa raridade seus idealizadores tinham condições financeiras e materiais de produzir os periódicos, em muitos casos não contando com o uso de tipografias e fazendo os jornais artesanalmente. Mesmo com uma única edição, *O Constructor Civil*, que trazia em subtítulo sua afiliação, sendo “Orgão da Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil”, anunciava em sua primeira página sob a manchete “O que queremos ser?”, dizendo:

Nada! Isto é, queremos alguma coisa, pouco por enquanto: Queremos luz! Luz sim senhores! Então nós temos também o direito de querer? E queremos também... (é ainda pouco, não se assustem) ensaiarmos-nos a pôr em letra que todos leiam: a tradução fiel do que sentimos. É claro que não é n'um único número que poderemos obter um e outro, nem dizemos um milésimo do que precisava-mos dizer, mas lá iremos devagar, para não cansar.

[...] se não ficarmos n'este número único, será o nosso programma defender e orientar o operariado em geral, e os da construção civil em particular (*O Constructor Civil*, Manaus, 5 jan, 1920, nº1).

Nas páginas da sua única edição, é possível perceber um discurso em manifesto às classes trabalhadoras, destacando mobilizações de diversas categorias, como o já citado caso das manifestações de operadores e condutores de bondes, além de ter em seu discurso uma tônica de união das classes em busca de seus direitos. E essa retórica

⁴⁸² A mais antiga instituição cultural do Estado, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas é um importante patrimônio local, além de museu próprio, suas bibliotecas e hemeroteca compõem um valiosíssimo corpo documental para as pesquisas em História do Amazonas.



discursiva era uma prática comum dos jornais operários que surgiram na cidade de Manaus, desde os títulos que apareceram ainda no século XIX, como o *Gutenberg* e *O Operário*.

Ambos os jornais, *Gutenberg* e *O Operário*, representam um marco importante no periodismo operário do Amazonas, por serem algumas das primeiras folhas fundadas a partir da organização proletária, o *Gutenberg*, semanário propriedade da Associação Artística Typographica, sendo estruturado pelos próprios tipógrafos da cidade de Manaus, traz em sua primeira edição um discurso de união da sociedade tipográfica da cidade que se encontrava desejada de emancipação, surgindo o periódico como um “sorriso qualquer da imprensa amazonense” (*Gutenberg*, Manaus, 15 nov, 1891, nº1) em prol da difusão das ideias da injustiçada classe tipográfica.

Já *O Operário*, por sua vez, aparece em 1892, enquanto o *Gutenberg* surgiu no ano anterior, e nasce como um sucessor deste, também semanário e redigido por Isidoro Vieira e Thomaz de Medeiros Pontes, apresentando-se em seu editorial dessa forma:

O Operário, (...) órgão especial da classe dos operários, o seu programma é traçado pelo Gutenberg a quem vem suceder.

Tratando especialmente dos interesses gerais dos operários, o “Operario” se estenderá também a todos os assumptos que interessarem ao commercio, à lavoura e outros que concorrem para o nosso engrandecimento moral e material (*O Operario*, Manaus, 2 dez, 1892, nº1).

Esses dois jornais surgem no alvorecer de uma dinamização expansionista da produção capitalista causada pela produção da borracha, como lembra Pinheiro (2020), e a partir desse cenário na Amazônia acabou por se colocar em um processo de transformação para além da questão econômica, indo para âmbitos políticos e sociais, com o aumento das populações urbanas, em especial na cidade de Manaus, e a consequente chegada de trabalhadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, dentre os quais apareceram figuras que se relacionavam com lutas de militância social e organização proletária, resultando na estruturação de jornais⁴⁸³ que pudesse dar voz a suas demandas e projetos.

⁴⁸³ Além dos citados *Gutenberg* e *O Constructor Civil*, importantes periódicos operários surgiram entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, dentre os quais podem ser citados *O Restaurador* (1890), *Tribuna do Caixeiro* (1908), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo* (1911), *Marinha Mercante* (1913), *A Lucta Social* (1914), *Folha Marítima* (1916), *O Extremo Norte* (1920) e *Vida Operária* (1920).



Conclusão

A imprensa amazonense tem sido cada vez mais recuperada pela historiografia produzida sobre o Estado, e os jornais servem, nessa perspectiva, como ferramentas que possibilitam uma aproximação com múltiplas realidades sociais, culturais e políticas que preenchem os diversos espaços, em especial um lugar de complexas relações que era a cidade de Manaus no período da *Belle Époque* da economia gomífera.

A partir dessas possibilidades, procuramos, nos moldes deste artigo, apresentar alguns exemplos desses diversos cenários sociais e de relações de trabalho que existiam na cidade de Manaus, contextos que durante muitos anos da historiografia local foram apagados em prol de uma memória de grandiloquência e exaltação de grandes feitos e figuras, servindo esse texto como uma contribuição no fomento ao debate que vem se fortalecendo no campo da História Social do Trabalho no Amazonas. A imprensa, nesse sentido, surge como um elemento possível e necessário para a reflexão do papel das classes trabalhadoras nas dinâmicas sociais que se constituíram na capital do Amazonas em um contexto de múltiplas relações de poder e disputas sociais e políticas.

Data de submissão: 21/02/2022

Data de aceite: 04/06/2022

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção.** Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 25, ed. 2, p. 407 - 429, 2012.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província: A Imprensa Amazonense durante o Período Imperial (1851 - 1889).** Orientador: Prof. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988., p. 22.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. v. 1.

COSTA, Jéssika Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: Escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850 - 1884)** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 36.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina Do Historiador: Conversas Sobre História E Imprensa. Projeto História,** São Paulo, n^o. 35, p. 253 – 270. 2007., p. 254.



FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851 - 1950)**. 2. revisada. ed. Manaus - AM: A Crítica, 1990.

JARDIM, Jorge Luiz. **Imprensa Operária: Comunicação e Organização**. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. 22, n. 2, p. 27-40, 1996.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos De. **A Relação entre a História e a Imprensa: Breve História Da Imprensa E As Origens Da Imprensa No Brasil (1808-1930)**. *HISTORIAE*, Rio Grande, p. 125 - 142, 2011., p. 126.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: UNESP, 2006. 136 p.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A Imprensa Como Fonte: Apontamentos Teórico- Metodológicos Iniciais Acerca Da Utilização Do Periódico Impresso Na Pesquisa Histórica**. *Revista De História Bilros: História, Sociedade E Cultura*, Fortaleza, v. 4, ed. 6, p. 11 – 29. 2016., p. 19.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória: Memória**. Lisboa - Portugal: Edições 70, 1982. v. 11., p. 39.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **DILEMAS DA PROPAGANDA SOCIALISTA EM MANAUS NO ALVORECER DO SÉCULO XX**. *Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 399-432, 2020, p. 45.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha (Manaus, 1920-1945)**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005, p. 1 - 12, (Anais eletrônicos), p. 3.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A IMPRENSA OPERÁRIA NO AMAZONAS, 1891-1920**". In: ANPUH –XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2005. (Anais eletrônicos), p. 1.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880 - 1920)**. 3 ed. ed. Manaus - AM: Edua, 2015. 348., p. 165.

PINHEIRO, Maria Luiza, PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. São Paulo: Paco Editorial, 2017., p. 12.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **NAS TEIAS DA FORTUNA: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**. *MNEME: Revista de Humanidades*, [s. l.], p. 49 - 70, 2002, p. 52.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. **Mobilizações Operárias em Manaus: motoristas e condutores de bondes (1902 – 1927)**., In: SANTOS, Alexandre da Silva. **Notas de pesquisa em História: possibilidades de estudo e caminhos de investigação/ Alexandre da Silva Santos (org.)** - Curitiba: CVR, 2019. p 43 - 58., p. 44.

SILVA, Robson Roberto da. **O PAPEL SOCIAL DAS AMAS-DE-LEITE NA AMAMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS BRANCAS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

NO SÉCULO XIX. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2015., p. 2.

SOUZA, Leno José Barata. **CULTURA IMPRESSA NO AMAZONAS E A TRAJETÓRIA DE UM JORNAL CENTENÁRIO**. *Tempos Históricos*, Paraná, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010.

TELES, Luciano Everton Costa. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 39.

ZICMAN, René Barata. **História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas**. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985., p. 91



OS PARINTINTIN NA IMPRENSA AMAZONENSE: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA

THE PARINTINTIN IN THE AMAZONIAN PRESS: BETWEEN PRACTICES AND REPRESENTATIONS ABOUT THE WAR



ANA RIVICK LIRA BERNARDO⁴⁸⁴

Resumo

O presente trabalho se constitui a partir das preocupações da Nova História Indígena, objetivando identificar e analisar as práticas e representações de guerra dos indígenas Parintintin na imprensa amazonense entre os anos de 1880 e 1920. Para tanto, utiliza-se das noções de prática, representação, do entendimento da guerra indígena enquanto um fato social, da imprensa como força social ativa e da metodologia da Análise de Discurso, para evidenciar o discurso representado nos jornais, no contexto de expansão da fronteira extrativista no Amazonas. Para isso, a pesquisa tem como fonte primária os jornais da Hemeroteca Digital, que juntamente com a bibliografia e os documentos oficiais da época, foram analisados de acordo com a problemática aqui apresentada. Este trabalho caminha na lacuna dos poucos trabalhos no campo da História que tratam dos povos indígenas nos jornais, mantendo a preocupação de evidenciar a agência e o protagonismo indígena, reconhecendo-os enquanto agentes históricos e sociais. Em conclusão, pôde-se evidenciar e compreender o discurso que baseava as notícias sobre a guerra Parintintin, a quem ele se destinava, seu propósito e os interessados em sua divulgação.

Palavras-chave: Parintintin; guerra; imprensa amazonense; prática; representação; Nova História Indígena.

Abstract

The present article is constituted based on the concerns of the New Indigenous History, aiming to identify and analyze the practices and representations of the Parintintin indigenous war in the Amazonian press between the years 1880 to 1920. For this, it is used the notions of practice, representation, the understanding of indigenous warfare as a social fact, the press as an active social force and the methodology of Discourse Analysis, to highlight the discourse represented in newspapers, in the context of expansion of the

⁴⁸⁴Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Laboratório de Estudos sobre História Política e Trabalho na Amazônia (LABUHTA), atuando na linha de pesquisa Etnicidade e Mundos do Trabalho em perspectiva Decolonial. Membro da equipe editorial da Revista Discente do curso de História da UFAM - Manduarisawa e da Revista do Programa de Pós-Graduação de História da UFAM - Canoa do Tempo. Pesquisa na área de História Indígena e do Indigenismo e História da Amazônia, e atualmente, pesquisa na área de História Política.



extractive frontier in Amazonas. The research has as its primary source the newspapers of the Hemeroteca Digital, which together with a bibliography and official documents of the time, were analyzed according to the problem presented here. This article walks in the gap of the few works in the field of History that deal with indigenous peoples in newspapers, maintaining the concern to highlight indigenous agency and protagonism, recognizing them as historical and social agents. In conclusion, it was possible to evidence and understand the discourse that based the news about the Parintintin war, to whom it was intended, its purpose and those interested in its dissemination.

Keywords: Parintintin; war; amazon press; practice; representation; New Indigenous History.

Introdução

Em busca de analisar e compreender a história dos Parintintin através e para além dos jornais, o presente artigo se debruça sobre as práticas e as representações da guerra desses indígenas dentro da imprensa amazonense, no contexto do final do século XIX e início do século XX.

Os Parintintin são indígenas do tronco linguístico Tupi, que estão presentes na região leste do rio Madeira e são um dos vários grupos que compõem os povos indígenas Kawahiva⁴⁸⁵. Estes indígenas foram muito temidos pelo constante ataque que faziam na região do rio Madeira e seus afluentes, principalmente no período do processo de expansão da fronteira extrativista da borracha e da castanha, momento esse de intensa disputa e intrusão de terras indígenas; e assim passaram a ser considerados um entrave às tentativas de “civilização” e ganho econômico que foram empreendidas naquela região.

Essa situação de conflito ocasionou inúmeras tentativas de atração e “pacificação” desses indígenas, intentos que, em primeiro momento, partiam dos próprios seringalistas, como Manuel de Souza Lobo, que desde 1913 se empenhava neste objetivo por conta do interesse nos territórios, recursos e mão de obra⁴⁸⁶. Segundo João Pacheco de Oliveira⁴⁸⁷, o que se compreendia por “pacificação” na política indigenista dos séculos XIX/XX, refere-se a uma gestão de tutela sobre as populações e territórios indígenas, em que o Estado deveria agir sem violência no contato com as populações indígenas consideradas

⁴⁸⁵ Os grupos Kagwahiva, segundo Waud Kracke, em “A posição Histórica dos Parintintin na Evolução das Culturas Tupi-Guarani” (2004, p. 23), foram denominados Kagwahiva Setentrionais: Parintintin, Juma, Jiahui, Tenharim; e Kagwahiva Meridionais: Karipuna, Amondawa e Uru-eu-wau-wau (ou Jupaú).

⁴⁸⁶ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 170.

⁴⁸⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125-161, 2014. p. 137.



vulneráveis e desfavorecidas. Mas para além do significado oficial, a pacificação se efetivou como um mecanismo

Para insular os indígenas em pequenas faixas de terras, liberando paralelamente vastos espaços para serem apropriados por interesses privados. A população nativa continuou a ser vista como uma reserva virtual de trabalhadores a serem acionados para múltiplos serviços, sempre com baixa remuneração e desprovidos de garantias legais.⁴⁸⁸

Assim, a chamada “pacificação” dos Parintintin do rio Madeira surtiu o efeito esperado pelos agentes “civilizadores” através das ações de Curt Nimuendajú que, articulado ao Serviço de Proteção aos Índios, iniciou este processo em 1922. Por conta disso, o trabalho se delimita temporalmente entre o fim do século XIX e início do XX, período de maior recorrência de notícias sobre conflitos entre os Parintintin e os não-indígenas no rio Madeira.

Todas as análises e discussões aqui desenvolvidas se fundamentam a partir da Nova História Indígena, que propõe o protagonismo e a agência indígena na sua própria história. Assim, é recuperada a agência desses sujeitos, possibilitando analisar suas decisões de luta, articulação, estratégias e ações; como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, “trata-se de deslocar o foco da análise dos colonizadores para os índios, procurando identificar suas formas de compreensão e seus próprios objetivos nas várias situações de contato por eles vividas”⁴⁸⁹. Além disso, na relação entre História e Imprensa, este trabalho atua no campo da História através da Imprensa, tomando o jornal como fonte primária e considerando-o uma força social ativa.

O trabalho também se utiliza das noções de prática e representação, pensadas a partir do campo da Nova História Cultural. A noção de prática é bastante ampla e complementar à de representação. Para o historiador José D’Assunção Barros, são duas noções úteis

Porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos como os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, p. 125-161, 2014. p. 137.

⁴⁸⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 23.

⁴⁹⁰ BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. p. 135.



Assim, a noção de prática pode ser compreendida como o modo de ser de uma sociedade, já a noção de representação, para Chartier⁴⁹¹, será sempre determinada pelo grupo que a forja, e capaz de gerar diversas formas de práticas, por isso, está inserida nas questões de poder e disputa. Portanto, a noção de representação se resumiria como o modo de ver e transmitir a “realidade”.

Outro entendimento importante diz respeito às guerras indígenas, que por vezes foram teorizadas a partir de discursos naturalistas, economistas, entre outros⁴⁹², que retiravam o caráter racional e tático da guerra feita por esses agentes. Portanto, neste trabalho elas são compreendidas levando em conta o seu caráter social, altamente importante na constituição das sociedades indígenas, de variadas formas. Assim, como afirma Florestan Fernandes, “a guerra se nos apresenta como um *fato social*, no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas a sociedades constituídas”⁴⁹³.

Antes de seguir, vale ressaltar que este artigo é fruto de um trabalho no campo da História que se preocupa com o protagonismo indígena na sua própria história, e que a partir disso, faz uso dos jornais, enquanto fontes ainda pouco utilizadas, para trabalhar a história desses povos que foi ignorada por tempo demais.

Os Parintintin e o rio Madeira: uma sociedade guerreira num território conflituoso

Os Parintintin fazem parte do grupo Kawahiva, presentes desde o século XIX na margem direita do rio Madeira. Existe grande discussão sobre a sua origem geográfica, sendo a mais aceita, a hipótese esboçada por Curt Nimuendajú⁴⁹⁴, de que estes indígenas se deslocaram do rio Tapajós, provavelmente das proximidades do rio Juruena, para a região próxima ao rio Madeira, além disso, coloca como motivo do deslocamento as hostilidades com os Munduruku. Porém, como afirma Davi Avelino Leal, o certo é que ao aparecerem na documentação do século XIX, os Parintintin já se encontravam nos rios Maici, Marmelos e Machado⁴⁹⁵.

⁴⁹¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002.

⁴⁹² Pierre Clastres demonstra esses discursos e expõe suas conclusões no texto *Arqueologia da Violência: a Guerra nas Sociedades Primitivas*. In: **Arqueologia da Violência: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

⁴⁹³ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006. p. 21.

⁴⁹⁴ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 207-208.

⁴⁹⁵ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 140.



Outra questão a respeito dos Parintintin se refere à sua denominação⁴⁹⁶, que não foi um etnônimo autoatribuído, mas se deu a partir da relação interétnica com os Munduruku, considerados seus inimigos, – como a relação entre os Munduruku e os não-indígenas se deu primeiro, o conhecimento que os últimos tinham sobre os Parintintin veio, em partes, através dos Munduruku. Assim, nas palavras de Peggion, o termo Parintintin “encobria uma diversidade de pequenos grupos locais com território determinado e que ocupavam uma vasta área, vivendo entre a aliança e o conflito”⁴⁹⁷. Nesse sentido, como Jorge Campos argumenta, o uso do termo Parintintin na documentação e nos jornais, em detrimento do apagamento da identidade étnica Kawahiva, pode significar a estereotipização e generalização preconceituosa desses indígenas⁴⁹⁸.

O estabelecimento dos Parintintin na região do rio Madeira se deu através de conflitos com outras etnias, como os Torá e os Mura, ou seja, como demonstra Miguel Menéndez⁴⁹⁹, os Parintintin estavam inseridos numa região altamente povoada e de intenso contato interétnico, aparecendo com constância na documentação, a partir de meados do século XIX, juntamente com os Munduruku, Mura e outros. Esses contatos entre vários povos e, posteriormente, o contato com os não-indígenas, produziram dinâmicas próprias de movimentação, relação e guerra na região Madeira-Tapajós.

A partir da segunda metade do século XIX, a recém-formada Província do Amazonas e os interessados na exploração das seringueiras e castanheiras passaram a ter maior interesse no rio Madeira, por ser uma região repleta dessas árvores, além de espaço estratégico para a navegação⁵⁰⁰. Nesse momento, também se fazia urgente as discussões sobre a necessidade de mão de obra, colonização através de imigrantes europeus e

⁴⁹⁶ Através de pesquisas atuais, sabe-se que os chamados Parintintin se autodenominam Pykahu. Cf.: SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Josué da Costa; FLORIANI, Nicolau (orgs.). **Uma Viagem ao Mundo dos Pykahu-Parintintin: Olhares, Percepções e Sentidos**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

⁴⁹⁷ PEGGION, Edmundo. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas: o caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). In: **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 73.

⁴⁹⁸ CAMPOS, Jorge de Oliveira. **Caminhos da Guerra: os índios Parintintin e as frentes de expansão seringalista no rio Madeira (1853-1923)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. p. 48.

⁴⁹⁹ MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 281-296.

⁵⁰⁰ LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 39.



exploração da terra e dos recursos naturais, assim deu-se a expansão da fronteira extrativista⁵⁰¹ no rio Madeira e em seus afluentes.

Os Parintintin, assim como outros grupos, logo sentiram o impacto da expansão e da intrusão em seus territórios, rapidamente dando mostras de sua grande capacidade guerreira, evidenciada na documentação oficial, nos jornais e nos escritos da época. Nesse sentido, Davi Avelino Leal afirma que “os índios Mura, Parintintin e Arara farão durante o século XIX uma dura e permanente guerra contra a invasão de suas áreas de reprodução física e cultural”⁵⁰².

Em se tratando exclusivamente dos Parintintin, as fontes constantemente destacam o seu não interesse pelo contato “pacífico” e a opção pelo ataque a todos, constatação que se fazia ante à preocupação de achar um meio de submetê-los à “civilização”. No Relatório de João Martins da Silva Coutinho, de 1861, ao explorar a região do Madeira com o objetivo de estabelecer projetos colonizadores e de navegação, o autor constata que

Pela ferocidade e antropofagia, a tribo Parintintin distingue-se entre outras. Estes índios parece que declararam guerra a humanidade. A sua flexa vò a ao indígena, assim como ao branco e ao preto; todos são inimigos. Eles não querem relações com os civilizados, fogem de encontra-los, talvez com razão.⁵⁰³

Ao apontar como os indígenas do Madeira eram um empecilho à civilização, Coutinho conclui que é urgente a intervenção do Estado nessas sociedades, para transformá-las em trabalhadores úteis ao desenvolvimento da província do Amazonas.

Ao serem localizados próximos ao rio Tapajós, no documento de João Barbosa Rodrigues, os Parintintin são descritos como “a unica tribo do Tapajós, que não quer commercio com o homem civilizado e que sempre ataca, quando o encontra”⁵⁰⁴. Na

⁵⁰¹ A fronteira extrativista foi uma proposta teórico-metodológica, formulada por João Pacheco de Oliveira, que considera uma mudança de produção e de relação nos seringais a partir do aumento da demanda externa da borracha e da consequente inserção dessa produção na lógica de economia de mercado; assim, pensar o seringal como fronteira é compreendê-lo “como um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado.” Cf.: OLIVEIRA, João Pacheco de. “A conquista do vale amazônico. Fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 118.

⁵⁰² LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 134.

⁵⁰³ Todas as citações diretas que fazem referência à documentação da época estarão com a escrita original. COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, por João Martins da Silva Coutinho**. Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861. p. 32.

⁵⁰⁴ RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas, Rio Tapajós por João Barbosa Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 133.



mensagem lida pelo governador do Amazonas, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, afirma-se que os Parintintin são “índios indomáveis, antropofagos, inimigos da população civilizada”⁵⁰⁵. Através da documentação citada, fica perceptível o grande incômodo que os Parintintin causavam aos colonizadores, por isso foram considerados um entrave à ocupação e exploração do território do rio Madeira, e assim, a “domesticação” destes indígenas se tornou imprescindível para facilitar a intrusão dos territórios.

A relação dos Parintintin com os seringalistas – maiores interessados nos recursos presentes nas terras desses indígenas –, foi de intenso confronto. Ao analisar a trajetória do seringalista José Francisco Monteiro, Paula de Souza Rosa demonstra como os Parintintin pressionaram fortemente os seus empreendimentos, atacando sua casa comercial no rio Baetas em 1863, e atacando, em 1868 e 1869, o novo lugar escolhido por ele para a exploração das seringueiras, denominado Frechal⁵⁰⁶.

Tendo em vista os constantes ataques dos índios Parintintins, os fregueses que trabalhavam para o comerciante ameaçaram abandonar os serviços caso não mudassem de local. De tal modo, em 15 de maio de 1869, José Francisco Monteiro e seus trabalhadores atracaram próximo ao igarapé Behém, na margem esquerda do rio Madeira, fundando a localidade de Humaitá.⁵⁰⁷

Nesse contexto, outro seringalista que também pode ser citado é Manuel de Souza Lobo, proprietário do famoso seringal Três Casas; ele foi um dos primeiros a tentar “pacificar” os Parintintin, como relata Curt Nimuendajú, por acreditar que assim seria mais fácil estabelecer seus negócios. Por isso, em 1913, Manoel Lobo

Compreendeu que estava no seu interesse próprio, fazer todo o possível para não assanhar os índios, por isso proibiu que seu pessoal atirasse contra eles, sem necessidade eminente e deixou por diversas vezes presentes nos ranchos abandonados que encontrou. Apesar de tudo isto, já além do Maicy-Mirim, sofreu um ataque.⁵⁰⁸

O relato de Nimuendajú possibilita a observação de que mesmo que o seringalista estivesse tentando estratégias de aproximação já realizadas por outros, como pela

⁵⁰⁵ AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira Sessão Ordinária da sétima Legislatura pelo Exmo. Snr. C.^{el.} Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Manaus: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1912. p. 114.

⁵⁰⁶ ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. p. 108.

⁵⁰⁷ ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. P. 109.

⁵⁰⁸ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 212.



Comissão Rondon, os Parintintin não estavam interessados neste contato e continuaram por quase uma década no mesmo modo de ação. Além disso, também evidencia a impaciência dos comerciantes pela providência a partir do Estado para lidar com a situação, preferindo eles mesmos arranjar um jeito de subjugar esses indígenas.

Assim, pelos constantes ataques dos Parintintin aos seringais e pelo crescente interesse, a partir do século XIX, sobre as terras – que também não deixou de ser um interesse sobre a mão de obra indígena –, os agentes responsáveis pelo avanço da fronteira extrativista e o Estado logo criaram um “problema” em torno desta questão, que deveria ser solucionada através da subjugação desses indígenas por alguma forma que possibilitasse seu controle. Um dos meios utilizados para discutir esse “problema Parintintin” foi o jornal, que para além de um espaço de registro sobre o que se passava no rio Madeira e seus afluentes, como vimos, também servia para exprimir discursos que se ligavam às intencionalidades e propósitos de alguns agentes e ao contexto do período.

Aldrin Moura de Figueiredo, ao tratar da manipulação da imagem dos Ka’apor pela imprensa, argumenta que as políticas indigenistas também são formuladas a partir de tensões e debates entre vários agentes interessados em dar um destino aos povos indígenas. Nesse sentido, a imprensa se apresenta como esse espaço de defesa de discursos e projetos, uma vez que “a constituição das políticas indigenistas no Brasil não resultou de uma visão unilateral de um grupo ou de uma autoridade governamental, mas ao contrário disso, como um campo de tensões e mediações no espaço político”⁵⁰⁹.

A imprensa como força social ativa: entendendo o seu papel e o seu discurso

A partir do século passado, o jornal tornou-se uma importante fonte de estudos para a pesquisa histórica, por conta da sua capacidade de registrar o cotidiano de várias épocas, a partir de vários agentes e intencionalidades. Porém, os registros não são apenas repetições objetivas dos acontecimentos reais, eles “selecionam, ordenam, estruturam e narram os eventos e os direcionam ao público, conforme os seus interesses e projetos defendidos”⁵¹⁰.

Em reflexão parecida, as historiadoras Cruz e Peixoto também chamam atenção para a atuação da imprensa como uma força social ativa, que além de ser um meio de

⁵⁰⁹ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com ponta de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI. *Muiraquitã*, Rio Branco, v.2, n.1, p. 47-71, jul./dez. 2013. p. 63.

⁵¹⁰ TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. *In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 374.



propagação ideológica no mundo do capital, é também um agente no processo de constituição de projetos políticos de sociedade, de imaginários, práticas e consciências históricas, ou seja, também tem força de intervenção social.

A imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular relações presente/passado e perspectivas de futuro.⁵¹¹

Ou seja, durante o período de avanço da fronteira extrativista, a produção e a circulação dos jornais no Amazonas também esteve em alta, inclusive se espraiando para as regiões fora da cidade de Manaus, principalmente nas cidades interioranas que tinham alguma aproximação com a produção gomífera, como no caso de Humaitá. Nessa perspectiva, Luís Balkar argumenta que o

Espraiamento da imprensa, pelo sertão ocidental da Amazônia, caminhou a passos com o lento urbanismo que ali foi se desenvolvendo sob a égide da dinamização econômica provocada pela economia da exportação da borracha e pelo deslocamento de populações que ela propiciou.⁵¹²

No caso do presente trabalho, os jornais selecionados para a análise se referem aos que foram pesquisados através do mecanismo de busca do site da Hemeroteca Digital Brasileira, que permite estabelecer limites de localidade e temporalidade, além do uso de palavras-chave; sendo assim, de acordo com os recortes da pesquisa, a localidade se restringiu ao Estado do Amazonas, a temporalidade: entre os anos de 1880 e 1920, e as palavras de busca foram “Parintintin”, “Parintintins” e “Parintintim”. Assim, os jornais selecionados são o *Amazonas*, *Jornal do Amazonas*, *Diario de Manáos*, *Diario Oficial*, *Jornal do Commercio* (AM), *O Correio do Purús*, *A Capital* e o *Imparcial*, que ao todo, contabilizam 36 notícias. A metodologia adotada para a organização e caracterização dos jornais se baseia no esquema apresentado por Renée Barata Zicman⁵¹³, que através de quatro aspectos dos jornais (formais e materiais, históricos, econômicos, e da clientela), permite-nos compreender o contexto de funcionamento do jornal e a quem se destinava.

Assim, sabe-se que a maioria dos jornais selecionados circularam na cidade de Manaus, exceto *O Correio do Purús*, publicado em Lábrea. Os jornais *Amazonas*, *Diario*

⁵¹¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. p. 259.

⁵¹² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014. p. 308.

⁵¹³ ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985. p. 93.



de *Manãos* e o *Jornal do Commercio*, segundo Maria Luiza, podem ser considerados diários que alcançaram grande circulação e que “se consolidaram enquanto órgãos de comunicação atuantes, mantendo continuidade ao longo de vários anos ou mesmo ao longo de décadas”⁵¹⁴, eles também estavam atrelados aos interesses oligárquicos. Há que se destacar que durante o período recortado para esta pesquisa, o jornal *Amazonas* foi financiado pelo governo (partido conservador) para a publicação da parte oficial⁵¹⁵. O jornal *A Capital, Imparcial* e o *Diario Oficial* também eram diários, mas os dois primeiros circularam por um curto espaço de tempo e o segundo se restringia à publicação de assuntos oficiais (atas, leis e decretos) (FREIRE, 1990). O *Jornal do Amazonas* tinha publicação trissemanal e se autodenominava como órgão do Partido Conservador; já *O Correio do Purús*, era um jornal hebdomadário e órgão do comércio e indústria.

Além disso, para a análise qualitativa do conteúdo das notícias, em primeiro momento, o procedimento metodológico empreendido se fundamenta na Análise de Discurso francesa (AD), que compreende a língua como uma prática social repleta de conceitos e valores que são utilizados para dar sentido ao mundo, portanto, carregada de ideologia⁵¹⁶. Dentro dessa perspectiva, a ideologia, compreendida a partir de Althusser, é a “relação imaginária (a imagem que temos das coisas), transformada em práticas guiadas por essa relação”⁵¹⁷. Assim, na AD, o discurso se constitui dentro da relação entre a ideologia e a língua.

Apoiado nisso, o trabalho de análise dos discursos objetiva identificar nas formações discursivas as suas respectivas formações ideológicas, para então compreender de quais posições os sujeitos estão falando e quais as ideias que defendem⁵¹⁸. “Em síntese, é preciso dimensionar no discurso quais ideias e grupos sociais se confrontam e que interesses e ideologias defendem ou combatem”⁵¹⁹. Para compreender os discursos que aparecem nos jornais sobre os Parintintin e suas práticas de guerra, aplicou-se a proposta

⁵¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015. p. 28.

⁵¹⁵ CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província**: a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

⁵¹⁶ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 6.

⁵¹⁷ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 7.

⁵¹⁸ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 11.

⁵¹⁹ ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. **Revista História**, São Paulo, v. 2, p. 33-37. 1983. p. 34.



metodológica de Sérgio Freire, em que a partir do conceito-análise escolhido *a priori* – guerra *Parintintin* e *Parintintin* –, e de um *corpus* documental pré-definido – os jornais amazonenses (1880-1920) –, aplicam-se três perguntas heurísticas: 1) “Qual é o conceito-análise?”; 2) “Como o texto constrói o conceito-análise?”; 3) “A que discurso pertence o conceito construído?”⁵²⁰.

Assim, a partir das marcas⁵²¹ na superfície linguística do *corpus* documental, o conceito-análise *guerra Parintintin* evidencia as seguintes construções: “horível caçada humana”, “ataque”, “assaltaram”, “assassinaram”, “luta”, “acometem”, “matam”, “luta travada entre eles e os habitantes do lugar”, “triste ocorrência”, “correrias carniceiras”, “violenta cena de canibalismo”, “tragédia”, “violentamente alvejado nas costas por uma flecha”, “arrancam-lhe despidosamente a cabeça”, “violentos golpes de terçado na intenção de arrancar-lhe a cabeça”, “assassinato”, “monstruoso crime”, “praticar as maiores depredações, causando sério terror aos seringueiros”, “levaram a efeito uma das bárbaras cenas do costume”, “algazarra diabólica”, “soltavam ásperos brados de guerra”, “continuam a fazer correrias e praticar depredações”, “barulho medonho”, “tribos de índios indomáveis praticam, uma vez por outra, depredações”, “cenas horríveis”, “façanha de índios”, “terríveis façanhas”, “depredações”, “terrível carnificina”, “toda sorte de depredações, extinguindo vidas laboriosas, trucidando muitas vezes criancinhas” e “façanhas sanguinárias”.

Já o conceito-análise *Parintintin* evidencia as seguintes construções: “subjugadores”, “matadores”, “silvícolas”, “assassinos”, “selvagens”, “raptos”, “perigosos”, “atacantes”, “roubam”, “matam”, “traíçoeiros”, “rapaces”, “ferem”, “ferozes, não se conseguiu domesticar”, “terríveis índios”, “tribo selvagem”, “uma das mais ferozes e destemidas”, “célebre por suas façanhas cruéis”, “seu instinto sanguinaríssimo, descomedido e brutal”, “terríveis índios”, “covardes”, “canibais”, “ferocidade maldita”, “vandálicos selvagens”, “temíveis silvícolas”, “indomáveis habitantes da região”, “mais ou menos domesticados os temíveis índios”, “dominadores daquelas regiões”, “valentes e sanguinários habitantes do Madeira”, “silvícolas indomáveis”, “filhos das florestas virgens”, “ferocidade”, “terríveis”, “dominam vasta

⁵²⁰ SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 22.

⁵²¹ As marcas são palavras, termos, frases ou elementos que chamam a atenção para o conceito-análise, possibilitando o início da análise. Cf.: SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. p. 15.



extensão”, “os indomáveis Parintintins e suas atrocidades”, “índios indomáveis”, “bando”, “inimigos ferozes” e “aborígenes entregues aos seus instintos”.

Ao aplicar a terceira pergunta heurística em ambos os sentidos construídos a partir dos conceitos-análise *guerra Parintintin* e *Parintintin*, – a que discurso pertencem tais marcas linguísticas que circunscrevem o sentido da guerra dos Parintintin como uma algazarra diabólica praticada por “índios” selvagens e indomáveis? – evidencia-se um discurso baseado nas ideias positivistas, evolucionistas e “modernizantes”, que no século XIX eram muito correntes⁵²². Depois de identificar o discurso presente nas notícias sobre a guerra Parintintin, realizou-se uma análise mais detalhada, presente no próximo tópico, em que são evidenciados os pontos de maior recorrência e que expressam o discurso já identificado dos enunciadores.

O “problema Parintintin” nos jornais amazonenses: como o discurso se apresenta

Como já evidenciado anteriormente através da Análise de Discurso, o discurso por trás das notícias sobre a guerra Parintintin se baseavam nas correntes de pensamento do século XIX, como o positivismo, o cientificismo e o evolucionismo, que juntamente com a herança colonial brasileira, desencadearam compreensões negativas a respeito da natureza, dos indígenas e dos negros, ao passo que valorizavam a “ordem”, a “civilização”, o “progresso” e a cultura europeia. Assim, a natureza foi vista em oposição à civilização, e nessa visão os indígenas são parte da natureza selvagem, que deveria ser subjugada e servir aos interesses do progresso e da modernidade que, por sua vez, eram subsidiados pelo capital. Somado a isso, esses discursos também são veiculados nos jornais dentro do contexto do avanço da fronteira extrativista da borracha e da alta demanda por terras em áreas ricas em *hevea brasiliensis*, como no caso do rio Madeira.

Manuela Carneiro da Cunha, ao analisar a política indigenista no século XIX, observa como os intelectuais e a sociedade dita “civilizada”, influenciados pelas correntes de pensamento desse período, discutiam sobre a natureza dos indígenas. A humanidade indígena era contestada, sendo recorrente a ideia da bestialidade e fereza desses

⁵²² A influência dessas ideias na sociedade e na História pode ser percebida através da proposta de escrita da História brasileira, idealizada por Karl von Martius, para o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), realizado em 1845. Cf.: VON MARTIUS, Karl Friedrich; RODRIGUES, José Honório. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: **Revista de História de América**, n. 42, p. 433-458, 1956.



indivíduos, assim como considerações a respeito do estágio inicial ou mesmo degenerado desses povos na “linha evolutiva da civilização”.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões – soluções em geral propícias aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra.⁵²³

De forma mais detida às notícias, analisemos como o discurso e as correntes de pensamento já evidenciadas sobre a guerra Parintintin se apresentam concretamente nos jornais amazonenses. Ao analisar o conteúdo de cada notícia, percebe-se alguns pontos relevantes e que tendem a se repetir, como por exemplo, a utilização de representações sobre as práticas de guerra dos Parintintin de modo a tentar demonstrar a incivilidade e bestialidade desses indígenas. A noção de prática compreende todos os modos de ser e agir de uma sociedade, as formas como as pessoas se relacionam, “falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem”⁵²⁴; ou seja, as práticas de guerra dos Parintintin são sua forma de ação dentro de toda a historicidade dessa etnia, que possui significações próprias, muito anteriores ao contato e à presença dos não-indígenas naquele território. Porém, a partir da noção de representação, entendida como “operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade”⁵²⁵, percebe-se que as práticas de guerra dos Parintintin são representadas de modo a categorizá-las dentro da dicotomia natureza selvagem/civilização, apagando os sentidos que a guerra tem para os próprios indígenas, – principalmente nesse contexto de intrusão de seus territórios – e enquadrando-as como expressões da bestialidade e irracionalidade desses agentes.

Nos seguintes trechos de notícias, as práticas de guerra aparecem como assassinatos cruéis, realizadas por selvagens que não têm sentimento e racionalidade humana, por isso os Parintintin são adjetivados como feras que cometem barbaridades. Assim, argumenta-se que essas representações eram uma forma de classificá-los inferiormente, fomentando práticas e imaginários sociais de violência contra estes

⁵²³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154. p. 134.

⁵²⁴ BARROS, José D’ Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. p. 131.

⁵²⁵ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. p. 20.



indígenas, a fim também de justificar as ações empreendidas contra esse povo no contexto do avanço da fronteira extrativista, assim dizendo, justificar as tentativas de pacificação, intrusão de seus territórios e episódios de violência contra os Parintintin.

Em nossa última edição noticiamos em artigo edictorial o *horroso assassinato* praticado na pessoa do inditoso boliviano Prudencio Camargo, no lugar Boiussú, do sitio Paraizo, pelos *selvagens da tribu Parintintins*, a mais famosa e a mais celebre do Amazonas pela sua *felina e bestial fereza*, e que dominam as florestas da margem direita do Madeira (grifo nosso).⁵²⁶

Até agora era a zona, compreendida entre Calama e Três Casas, à margem direita do Madeira, o teatro das *espantosas barbaridades praticadas pelos Parintintins*; assim é que no dia 12 de Junho p findo, aquelles *perversos barbaros* no Boyussú, seringal Paraizo, deram ao infeliz Camargo a *morte a mais cruel*, impossivel mesmo de descrever-se (grifo nosso).⁵²⁷

Os indios, após a *perpetração do delicto*, recolheram o corpo do desventurado caboclo e depois de lhe cortarem varios membros, atirarem o restante à agua. *É mais uma proesa, das muitas feitas pelos malvados Parintintins*, naquella região, onde os moradores vivem alarmados sob a *ameaça dos perigosos indios* (grifo nosso).⁵²⁸

Outro ponto que merece destaque é a questão do medo, que dentro das análises pode ser percebido em três sentidos: o medo real dos não-indígenas em morrerem a qualquer momento por conta de um ataque Parintintin; o medo potencializado nas representações discursivas dos jornais e a apropriação do medo causado pelos próprios Parintintin como forma de repelir os não-indígenas. No primeiro caso, pode-se perceber o medo dos não-indígenas quando constantemente dão o ataque dos Parintintin como certeza da morte, mesmo que ele não viesse a se realizar, além disso, os não-indígenas usavam de estratégias para não serem pegos de surpresa, como o uso de cachorros, cercas de arame farpado e avisos dos habitantes dos locais.

Os aldeados indios andam receiosos de ataques da tribu Parintintin, que ameaçaram destruir a missão, ao que já deram principio matando um capitão dos Torás e pretendendo uma noite invadir a missão, designio que não levaram a effeito por terem sido presentidos.⁵²⁹

Devido a estes ataques o sr. Cavalcante fez construir em redor de sua casa cercas de arame farpado, mas de nada servio porque os Parintintins no presente ataque as destruíram.⁵³⁰

No dia 12 do corrente no Igarapé-assú, do mesmo seringal Paraizo, emboscaram-se, aquelles implacáveis inimigos da civilização, em uma estrada de seringueiras, com o sinistro fim de fazerem ao pobre trabalhador o mesmo que haviam feito a Camargo em Boyussú, o que felizmente não aconteceu por se achar doente e não ter ido a estrada o seringueiro; mas ainda assim teriam

⁵²⁶ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵²⁷ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵²⁸ **A Capital**, Manaus, 1917, p. 1.

⁵²⁹ **Diario Official**, Manaus, 1899, p. 2.

⁵³⁰ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1909, p. 1.



vido victima os dois vigias das estradas, si a tempo um cão, que os precedia, não desse com os barbaros que se puzeram em fuga.⁵³¹

No segundo sentido, que se liga à questão da representação e da construção de um imaginário negativo sobre os indígenas, o medo é potencializado através dos adjetivos depreciativos vinculados aos Parintintin nas notícias, que os desumanizavam e representavam suas ações sempre como perigosas à “civilização” e aos “civilizados”, como já se constatou através das marcas citadas anteriormente. Outro exemplo que pode ser citado é o seguinte trecho de notícia, publicado no jornal *Imparcial* (AM), em 1918, em que se evidencia a tentativa de igualar os indígenas, Parintintin ou não, a assassinos.

Os nossos selvagens parece que já estão demasiadamente scientes das leis que os isenta de qualquer pena applicavel aos assassinos. Até hoje não se pode mencionar um mez em que os indios do Amazonas, principalmente os Parintintins, que habitam as regiões do Madeira, não tenham exercido suas accções de incivilisados.⁵³²

Quanto ao terceiro sentido do medo, em uma leitura a contrapelo, os jornais permitem entrever como os Parintintin se apropriaram do medo que causavam para afugentar quem estivesse em seus caminhos. Curt Nimuendajú, em *Os índios Parintintin do rio Madeira*, cita como a tática de guerra dos Parintintin amedrontava qualquer um:

Com a flecha na corda do arco, sem fazer o menor ruído mas com rapidez incrível, o bando se precipita sobre o inimigo e, alcançada a distância própria, todos disparam simultaneamente a primeira flecha, seguida imediatamente pelas outras. Mas, só quando os projéteis estão descendo sobre o alvo é que levantam os seus gritos de guerra, tão inesperada e repentinamente que deixam pasmado de horror áquelle que não estiver familiarizado com a sua tactica. O grito de guerra soa como um *-hi!-hi-i!* guttural, expellido com toda força e repetido irregularmente. Bastam três índios assim gritando para causar a impressão de um exército.⁵³³

Junto a isso, somam-se notícias que demonstram pessoas, principalmente seringueiros, deixando o território, por conta do medo da morte. Inclusive, esse é outro elemento recorrente nas notícias, que se relaciona diretamente com o “problema” criado em torno da presença Parintintin em um território cobiçado pelos seringalistas. Por conta dos seringueiros se estabelecerem em áreas mais isoladas para realizar o trabalho de extração, eram mais atacados pelos Parintintin, e quando essa questão aparece nos jornais, quase sempre está relacionada com a preocupação da perda de mão de obra; ainda que na

⁵³¹ *Diario de Manáos*, Manaus, 1893, p. 1.

⁵³² *Imparcial*, Manaus, 1918, p. 2.

⁵³³ NIMUENDAJÚ, Curt. *Os índios Parintintin do rio Madeira*. *Journal de la Société des Américanistes*. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 230.



maioria das notícias não seja possível identificar o autor dos relatos, ainda assim, é possível ver através do discurso qual o interesse por trás do que está sendo dito.

Em alguns afluentes e confluente do rio Madeira, porém, o senhor absoluto é a flexa indígena, que vae dizimando cruel e terrivelmente os extractores da gomma elastica, concorrendo para o abandono das estradas e consequentemente diminuição do fabrico do nosso principal produto de exportação.⁵³⁴

Esta notícia, publicada no *Jornal do Commercio* (AM), em 1918, tem por manchete: “No rio Aripuanã não há garantias de vida: os Parintintins, Nhambiquaras e Araras estão dando cabo dos habitantes daquela zona”; ao fazer uma leitura apenas dessa manchete, poder-se-ia pensar que a preocupação de quem está denunciando os ataques indígenas se estende a todos os habitantes daquele território, porém, ao entrar no corpo do texto da notícia, o discurso se evidencia, demonstrando que a preocupação está na perda de mão de obra e na consequente diminuição da produção de borracha.

Assim, percebe-se também como os maiores interessados na exploração dos territórios Parintintin se colocavam como defensores das demandas da população em geral, como se os seus interesses fossem os mesmos da “sociedade civilizada” do Madeira. Nessa lógica, pode-se argumentar que esse artifício serve de estratégia para legitimar a demanda por algum tipo de providência do Estado, como aparece nos seguintes exemplos.

Concluindo aquelle edictorial, em nome da população alarmada e colhida de pavor pedimos, do alto desta tribuna, providências aos poderes constituídos, e, confiantes, esperamos ainda que o governo tomará uma medida qualquer: é o que é de esperar.⁵³⁵

Os habitantes de rio Machados, afluente do Madeira, sobresaltados com as ameaças de excursão dos terríveis selvagens Parintintins, representaram á Presidencia por intermedio do commerciante desse logar Manuel Pereira Gonçalves, pedindo um destacamento, que podésse com mais segurança velar pela tranquillidade do logar e offerecesse aos ditos selvagens a necessaria resistencia.⁵³⁶

Além da preocupação com a mão de obra, esses agentes também demonstravam uma preocupação com os recursos presentes no território dos Parintintin, através de reclamações sobre como as “terras ubérrimas” estavam impossibilitadas de acesso, por conta da “ferocidade” dos Parintintin, que causavam prejuízos aos interessados na exploração e ao Estado. Inclusive, neste exemplo que se segue, os seringalistas são

⁵³⁴ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1916, p. 1.

⁵³⁵ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵³⁶ **Amazonas**, Manaus, 1881, p. 1.



comparados aos bandeirantes, na busca de fortalecer o discurso do progresso e da necessidade de acabar com os indígenas que impediam o avanço da “civilização”.

Os nossos abrigenes entregues aos seus instinctos, abandonados pelos poderes publicos, vão com as suas façanhas sanguinarias despovoando rios de uma riqueza incommensuravel, trazendo o desanimo áquelles que, quaes bandeirantes, que desbravaram o paiz, constituindo a nossa nacionalidade, avançam pelos confins do nosso Estado explorando terras uberrimas e descobrindo fontes de riqueza inexgottaveis.⁵³⁷

Por fim, outro ponto que merece destaque se refere à recorrência de notícias sobre pedidos de providência ao Estado para que se resolva o “problema” da força de guerra dos Parintintin. Na maioria das notícias, ao apontarem um ataque Parintintin, logo em seguida se fazia um apelo para que o Estado agisse em favor da “civilização”, do direito de propriedade e do direito à vida. Em uma publicação do jornal Humaythaense⁵³⁸, republicada pelo *Diario de Manaós* (AM), em 1893, é noticiado um “horroroso assassinato” praticado pelos Parintintin e logo em seguida, em nome da população, se faz um pedido de providência ao Estado.

Entretanto, julgamos nós, como porta-voz dos nossos direitos civis, como echo e interprete das necessidades de momento de uma sociedade, a qual precisa de garantias, não só para as suas propriedades, como, e o que mais é, para as suas proprias vidas, não estás finda ainda nossa missão de jornalista. [...] É preciso, pois, convir que não se trata de uma veleidade, de meras recreiações ou de fazer espirito, mas de um assumpto de maxima importancia., transcendental mesmo, qual o de acautellar direitos, que são mantidos, garantidos e até previstos pelas leis constituicionaes e organicas que exigem a integridade do direito por estas palavras de J. de Alencar (Esboços Jurídicos) – « O homem, a creatura racional, qualquer que seja a natureza da relação de que se torne agente, ha-de figurar nella revestido dos seus tres meios de acção – *a existência, a propriedade e a liberdade.* » Esses meios de acção são os de que precisamos (grifo nosso).⁵³⁹

Por meio deste trecho, podemos perceber também, a partir da perspectiva de quem o escreve, como os indígenas não eram considerados criaturas racionais, por consequência não teriam direito à existência, à propriedade e à liberdade, como os ditos “civilizados”.

Apesar dos vários pedidos de providência que eram feitos através dos jornais, os maiores interessados no fim da guerra Parintintin e/ou dos próprios Parintintin, não

⁵³⁷ **Jornal do Commercio**, Manaus, 1916, p. 1.

⁵³⁸ O jornal Humaythaense é uma importante fonte, pois era publicado na cidade de Humaitá, que também fora um território Parintintin, e servia aos interesses de seu criador, o seringalista José Francisco Monteiro. Infelizmente, não foi possível ter acesso direto às suas publicações, pois não constavam mais na Hemeroteca Digital Brasileira. Cf.: LEAL, Davi Avelino. “Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917)”. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 59-73.

⁵³⁹ **Diario de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.



deixaram de agir por conta própria. Nesse sentido, Curt Nimuendajú atesta os esforços dos particulares em resolver o “problema Parintintin”:

Nas suas correrias anuais os Parintintin derramavam o terror, a morte, o saque e o incendio no meio dos civilizados, e das represalias que estes costumavam tomar nenhuma melhora resultou, pois nellas os civilizados, ás mais das vezes, se comportaram peor que os seus adversarios selvagens. Bradou-se por medidas energicas ; exigiu-se o extermínio da tribu, e os moradores do sertão contribuíram o mais que foi possível para este fim, fazendo fogo sobre qualquer Parintintin, onde quer que elle se apresentasse.⁵⁴⁰

Assim como também aparece em uma segunda notícia republicada do jornal Humaythaense pelo Diário de Manaós, em que se realiza pedidos de providências ao Estado, mas caso isso não fosse possível, que ao menos ele pudesse secundar os esforços dos particulares no extermínio ou na catequese dos indígenas, pois seriam as únicas formas de dar fim ao referido “problema”.

O nosso intuito, levado ao conhecimento do publico estes acontecimentos, é fazer com que o governo secunde, ao menos, os esforços dos particulares, por meio de providências energicas, que possam garantir as nossas vidas, a nossa propriedade, em constante perigo. Ou a catechese ou o extermínio destas negredandas gerações de feras: não descobrimos outro meio.⁵⁴¹

Assim como nos estudos sobre a imprensa amazonense de Luís Balkar, este trabalho também pôde evidenciar como a imprensa não se apresenta apenas como um meio de informação, “mas é percebida, demandada e atua também revestida dessa dimensão de ‘verniz civilizatório’, mostrando-se capaz de fazer avançar as distantes localidades em direção ao progresso sempre esperado”⁵⁴². Ou como Davi Avelino Leal também já explicitou, os jornais são um meio de difusão de práticas e representações consideradas ideais, que são difundidas a partir do interesse dos dominantes, assim, “a narrativa jornalística elidia ou estigmatizava, com raríssimas exceções, as populações locais, sobretudo as indígenas. A ênfase era difundir a ideia de um progresso universal, necessário e homogeneizador, que dentro da ordem, fazia melhorar a moral dos povos”

⁵⁴³

Considerações finais

⁵⁴⁰ NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924. p. 210.

⁵⁴¹ **Diário de Manaós**, Manaus, 1893, p. 1.

⁵⁴² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014. p. 311.

⁵⁴³ LEAL, Davi Avelino. Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917). In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 71.



Em síntese, através da minuciosa análise dos jornais amazonenses, pode-se compreender de que forma os indígenas Parintintin, e por consequência a sua guerra, foram representados no final do século XIX e início do XX, em uma estreita relação com o contexto de aumento da demanda externa da borracha e das correntes de pensamento que basearam os discursos sociais, econômicos e políticos da época – nomeadamente, o positivismo, evolucionismo e ideias de “progresso” atreladas ao capital. Mesmo sem conseguir identificar nominalmente os agentes que estavam por trás das notícias, as metodologias de Análise de Discurso e de tratamento dos jornais possibilitaram compreender o discurso que as baseavam, a quem ele se destinava, seu propósito e os interessados em sua divulgação; questões de grande importância para compreender a relação entre os indígenas Parintintin do rio Madeira e os não-indígenas.

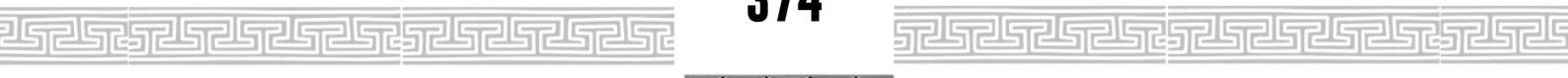
Além do mais, pôde-se demonstrar como a imprensa é uma importante fonte para os estudos históricos, por conta da sua atuação de intervenção social, e inclusive para os estudos étnicos – tema ainda pouco trabalhado a partir desse tipo de fonte –, em que através de uma leitura crítica e a contrapelo é possível evidenciar outras interpretações além da que se pretende oficial. Em suma, a análise evidencia como as notícias desumanizavam, incitavam e justificavam a violência contra os Parintintin, em um contexto de interesse, por parte dos agentes da fronteira extrativista, nos territórios indígenas e nos recursos presentes nesses espaços; nesse contexto, a guerra Parintintin foi classificada e representada nos jornais como demonstração da incivilidade indígena, servindo assim como pretexto para a criação de mecanismos de “controle” desses agentes e de seus territórios.

Data de Submissão: 10/12/2021

Data de Aceite: 02/05/2022

Fontes

AMAZONAS. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira Sessão Ordinária da sétima Legislatura pelo Exmo. Snr. C.^{el.} Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.** Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1912.





COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, por João Martins da Silva Coutinho.** Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas, Rio Tapajós por João Barbosa Rodrigues.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

A Capital (AM), 14 de agosto de 1917.

Amazonas (AM), 20 de maio de 1881.

Diario de Manáos (AM), 23 de julho de 1893.

Diario de Manáos (AM), 10 de agosto de 1893.

Diario Official (AM), 26 de abril de 1899.

Imparcial (AM), 22 de fevereiro de 1918.

Jornal do Commercio (AM), 18 de janeiro de 1909.

Jornal do Commercio (AM), 12 de dezembro de 1916.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. **Revista História**, São Paulo, v. 2, p. 33-37. 1983.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província:** a imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAMPOS, Jorge de Oliveira. **Caminhos da Guerra:** os índios Parintintin e as frentes de expansão seringalista no rio Madeira (1853-1923). 2019. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.



CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. Imagens de índios em ‘O Malho’: a imprensa como mediadora de representações. *In*: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplina: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-10.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flechas com ponta de aço: imagem, política e historiografia indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XXI. **Muiraquitã**, Rio Branco, v.2, n.1, p. 47-71, jul./dez. 2013.

FREIRE, José Ribamar Bessa (coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**: Catálogo de Jornais. Manaus, Calderaro, 1990.

FREIRE, Maria José Alfaro. **A construção de um réu: Payakã e os índios na imprensa brasileira**. Natal: EDUFRN, 2019.

KRACKE, Waud. **A posição histórica dos Parintintin na evolução das culturas Tupi-Guarani**. Trabalho apresentado no Encontro Internacional sobre as Línguas e Culturas dos Povos Tupi. Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto Linguístico, UNB, v. 6, n. 10, 2004.

KRACKE, Waud; LEVINHO, José Carlos. Um mundo em movimento: os Parintintin. **Anuário Antropológico**, v. 25, n. 1, p. 145-156, 2000.

LEAL, Davi Avelino. Imprensa e sociedade no jornal Humaythaense (1891-1917). *In*: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (org.). **Imprensa e sociedade na Amazônia (1870-1930)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 59-73.

LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)**. Manaus: Editora Valer, 2020.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 281-296.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os índios Parintintin do rio Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**. [s. l.], Tome 16, 1924.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, p. 125-161, 2014.

PEGGION, Edmundo. Conflitos e alianças indígenas no sul do Estado do Amazonas: o caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). *In*: **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 71-81.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e sociedade nos confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 297-323, jan./abr. 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014.

TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. *In*: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020. p. 371-401.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985



A LEPROSA NOS PERIÓDICOS AMAZONENSES (1927-1930): UM QUADRO DO INFERNO DE DANTE

“LEPROSY IN THE AMAZON PERIODS (1927-1930): A PICTURE OF DANTE’S HELL”



JANIELLY CORDEIRO DE CASTRO⁵⁴⁴

Resumo

O artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) que ainda está em andamento. O trabalho se desenvolveu a partir da análise de notícias publicadas nos periódicos amazonenses entre os anos de 1927 e 1930, com atenção aos discursos proferidos pelos grupos que esses jornais dão espaço e de que forma eles influenciam na forma de se compreender a doença durante o período. Dessa maneira, a partir das falas do médico Achilles Lisboa no *Jornal do Commercio* (AM), de 1930, e da mensagem presente no *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (AM), de 1927. O artigo tem por objetivo destacar algumas questões relacionadas à lepra durante esse período, como o cenário preocupante que o Estado do Amazonas enfrentava devido ao alto número de casos de lepra, somado a isso, a precariedade dos espaços de isolamento que deveriam ser ideais para tratar os doentes e a necessidade do auxílio do Governo Federal para conter a doença no Estado.

Palavras-chave: Doença; Lepra; Jornais.

Resumen

El artículo es el resultado de una encuesta del PIBIC (2021-2022), que aún está en proceso. La investigación se desarrolló a partir del análisis de las noticias publicadas por los periódicos amazónicos entre los años 1927 y 1930, con atención a los discursos de los grupos que estos periódicos dan espacio y cómo influyen en la forma de ver la enfermedad en ese período. De esta forma, a partir de los discursos del doctor Achilles Lisboa en el *Jornal do Commercio* (AM), de 1930 y del mensaje presente en el *Informe de los Presidentes de los Estados Brasileños* (AM), de 1927. El artículo pretende resaltar algunas cuestiones relacionadas con la lepra en ese período, tales como como el escenario preocupante que enfrentó el Estado de Amazonas por el alto número de casos de lepra, sumado a esto, la precariedad de los espacios de aislamiento que deberían ser ideales para atender a los enfermos y la necesidad de asistencia del Gobierno Federal para contener la enfermedad en el estado

⁵⁴⁴ Graduanda em História na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: janiellycordeirodecastro@gmail.com



Palabras-clabe: Enfermedad; Lepra; Periódicos.

Introdução

Percebendo nos periódicos amazonenses um número recorrente de notícias sobre a lepra entre os anos de 1927 e 1930 surgiram questionamentos a respeito da repercussão da doença nesses periódicos. Para se investigar mais a respeito da doença nos jornais, realizou-se uma pesquisa no periódico *Jornal do Commercio* no ano de 1930, disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diante disso, o presente artigo propõe-se a discutir sobre os discursos do médico Achilles Lisboa, o qual aparece de forma recorrente no periódico com discursos a respeito da doença. Somado a isso, a mensagem presente no *Relatório dos Presidentes dos Estados* (AM), do ano de 1927, também foi relevante para se compreender de que forma o cenário da doença se encontrava no Estado do Amazonas⁵⁴⁵.

A lepra é uma doença da qual se tem registros desde a Antiguidade, vale salientar também que a religião influenciava nesse “mundo da lepra”. Segundo Luciano Marcos Curi:

[...] a cristandade apenas reelaborou em alguns aspectos o antigo preceito do Levítico que legislava sobre o “tsara’ ath”, onde o impuro tornava-se excluído, expulso e notória sua condição. Com a lepra foi o mesmo, a profilaxia, se for possível assim se referir a esta prática, destinadas a eles, e sonora, propiciado por algum instrumento emissor de ruído que deveriam portar obrigatoriamente (CURI, 2002, p. 23).

O autor também discute sobre a figura do leproso durante a Idade Média, segundo ele: “Na Idade Média ele é um ‘ente ideal’, disponível para o recebimento da devoção cristã, tornando-se mesmo, um ingrediente necessário à manutenção e continuidade desta fé”. (CURI, 2002, p. 24). Já no século XIX, com o enfraquecimento do poder da religião, esse cenário da lepra se altera, e as portas se abrem para novos atores sociais. A medicina social implementa então um saneamento social em nome da “saúde pública”, não mais restringindo aos que buscavam ajuda. Com o novo projeto da medicina social, todo aquele que era considerado um perigo as pessoas saudáveis, deveria se sujeitar às intervenções das autoridades médicas e higienistas e até mesmo do Estado, pois de acordo com Curi

⁵⁴⁵ Este artigo corresponde aos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “A hanseníase no Amazonas: repercussões da doença nos periódicos amazonenses, 1930-1940”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e desenvolvida no Departamento de História/UFAM.



“O Estado entre outras atribuições teria o poder de reter os enfermos e isolá-los em nome do bem-estar comum, desconsiderando, inclusive, direitos básicos dos cidadãos” (CURI, 2002, p. 29).

Os procedimentos adotados a partir século XX acabam destoando-se do método religioso para lidar com a lepra, de forma até mesmo mais rigorosa, pois “A teoria microbiana das doenças de início levou a um aperfeiçoamento destas instituições de sequestro no sentido de restringir a um controle burocrático a circulação dos ‘indesejáveis’ leprosos” (CURI, 2002, p. 135). Ademais, o ideal higienista contribuiu significativamente para esse processo, visto que seu objetivo era fazer com que o sujeito acometido pela doença ficasse em um espaço físico controlável, onde fosse possível ser fiscalizado de forma rigorosa, resguardando então a população considerada “saudável”.

Com relação a situação da doença no Amazonas, de acordo com Adriana Cabral, em sua dissertação “De lazareto a leprosário: Políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)”, desde o momento em que assumiu a Direção de Higiene Pública do Estado do Amazonas no ano de 1902, o médico Alfredo da Matta já chamava a atenção para a doença. (CABRAL, 2010, p. 66). Somado a isso, o médico demonstrava preocupação com as reclamações do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia, por terem que atender as pessoas que eram acometidas pela lepra. Ainda de acordo com a autora, no ano de 1908 o hospital do Umirisaí fica dividido para que fossem tratados tanto leprosos quanto doentes de varíola, no entanto, o local estava longe de ser o ideal para tratar a lepra. Além disso, os números de casos da doença só aumentavam, segundo Adriana Cabral:

A incidência de aparecimento de doentes também estava em fase crescente na cidade. Por isso, em meados de 1915 a 1917, os médicos Alfredo da Matta e Miranda Leão começaram a pedir publicamente a criação de um leprosário que atendesse aos doentes e que este estabelecimento tivesse medidas ‘modernas’ de higiene (CABRAL, Adriana, 2010, p. 67).

Ademais, a autora também chama atenção para a propagação da doença principalmente entre os trabalhadores de seringais que exerciam suas atividades em ambientes sem assistência médica e com condições higiênicas extremamente precárias. A partir do ano de 1915 o cenário piora, pois o período áureo da borracha no Amazonas se encerra devido a crise, e os seringueiros que antes estavam localizados em espaços distantes, saem dos seringais em busca de habitações na capital, e com isso “[...] a chegada de um povo doente – principalmente de impaludismo, verminoses e de lepra – que se juntava aos que já habitavam a ‘Paris dos Trópicos’” (CABRAL, 2010, p. 73).



Dessa maneira, os médicos locais, perceberam o agravamento dos casos e se mobilizaram em busca de melhores procedimentos em relação à doença, entre eles o Doutor Samuel Uchôa, que enxergava na lepra uma grande ameaça, e por isso se articulou juntamente com a sociedade manauara para construir um leprosário onde os doentes pudessem, enfim, ser tratados.

[...] sempre preocupado com o aumento de casos da lepra em Manaus, Dr. Samuel Uchôa conseguiu o apoio da sociedade manauara que, uma vez alertada, começou a se organizar em associações para ajudar a angariar fundos que viabilizassem a construção do leprosário (CABRAL, 2010, p. 75).

Percebendo que entre os anos de 1927 e 1930 a permanência da preocupação dos médicos e das autoridades com a doença permanecem sendo retratadas nos periódicos amazonenses, este artigo pretende destacar alguns questionamentos relacionados à lepra durante esses anos, entre eles, a precariedade do local de isolamento dos doentes e o apelo para que o Governo Federal ajudasse o Estado a conter a doença.

Da lepra à hanseníase: a mudança da denominação da doença

A Lei federal nº. 9010, de 29 de março de 1995⁵⁴⁶, marca a alteração do nome da doença, até então chamada “lepra” para “hanseníase”. No entanto, é fundamental aqui ressaltar os significados da mudança dessa terminologia.

Segundo a autora Leicy Francisca da Silva em seu artigo “História da Lepra ou da Hanseníase? O problema da terminologia na história da doença”, a relação da lepra como castigo divino “[...] tem sua origem nos escritos bíblicos (Levítico), e se disseminou por meio de uma má tradução do termo *tsara'ath* que de castigo moral passou a indicar uma enfermidade” (SILVA, 2011, p.1). Somado a isso, durante a Idade Média a lepra passa a ser associada a outras doenças como a Sífilis, por exemplo.

Ainda que no século XIX, as medidas profiláticas e políticas assistenciais de combate a lepra tivessem sido desenvolvidas ao longo dos anos, principalmente se comparadas às medidas adotadas durante a Idade Média, o significado moral de ser considerado um “leproso” não foi abandonado. As pessoas que eram acometidas pela lepra passam a carregar o peso negativo da doença por muitos anos.

⁵⁴⁶ Lei que proibiu o uso de termo lepra. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19010.htm>. Acesso em 10/11/2021.



De acordo com Silva, a década de 1940 parece ter representado um pontapé inicial para a mudança da terminologia da lepra, com o objetivo de afastar toda a simbologia pejorativa que a doença ainda carregava.

[...] desenvolveu-se na década de 1940 do século XX, uma campanha iniciada nos Estados Unidos, que pretendia propor a modificação da terminologia utilizada para a patologia. Era preciso transformar a lepra, bem como os atingidos, em doença e doentes comuns. Afastando da enfermidade a simbologia religiosa de punição por pecado bem como reparar décadas de vexame causadas pelas políticas de isolamento colonial” (SILVA, 2011, p. 1).

No que diz respeito ao Brasil, os debates acerca da denominação da doença também iniciaram na década 1940, as motivações variavam desde se diminuir o choque que o termo poderia causar no doente assim que ele fosse notificado acerca da doença até mesmo ao reconhecimento dos cientistas envolvidos nos processos de descoberta da doença, pois “[...] além de se cobrar o respeito aos doentes, se cobrava também a glorificação dos descobridores dos agentes mórbidos das doenças” (SILVA, 2011, p. 3).

Mesmo com o início dos debates na década de 1940, a discussão da mudança de nomenclatura só ganha força em 1970. De acordo com Silva “ainda na década de 1970 no Brasil, os hansenianos viviam uma condição social próxima da morte civil, prática advinda da idade Média” (SILVA, 2011, p. 5). Levando em consideração o medo que a nomenclatura “lepra” causava nos pacientes, parecia ser um momento ideal para se pensar em políticas que incentivassem os doentes a saírem em busca de tratamento, sem o receio de superstições e preconceitos acerca da doença. A solução encontrada então foi a mudança da terminologia.

Apesar disso, foi somente no ano de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei n°. 9010⁵⁴⁷, que ocorre oficialmente a substituição do termo “lepra” e “leproso” por “hanseníase” e “doente de hanseníase”, mudança motivada não somente pela carga pejorativa dos termos anteriores, mas também pela preocupação com a volta dos casos da doença.

O médico Achilles Lisboa

Antes de adentrarmos nas discussões acerca da lepra, cabe aqui fazer uma breve introdução sobre um dos médicos que mais aparece nas fontes encontradas, o médico Achilles Lisboa. Nascido na cidade de Curupuru, interior do Maranhão, no ano de 1872,

⁵⁴⁷ Lei que muda a nomenclatura de “lepra” para “hanseníase”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19010.htm>. Acesso em 29/06/2022.



Lisboa se forma em Medicina pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, o que não o impede de atuar no setor de saúde pública apenas como médico. Além de ter sido prefeito de sua cidade natal, Lisboa também foi governador do Maranhão durante os anos de 1935 e 1936. O médico, assim como outros, conseguiu aliar seu prestígio científico como uma forma de conseguir transitar no meio político. (CÂMARA, 2009, P.5).

Lisboa não se ateve apenas ao estado do Maranhão, visto que, com base nos jornais encontrados, o médico foi solicitado para resolver o problema da lepra em estados vizinhos, como é o caso do Amazonas, no qual realizou viagens inclusive para os interiores do estado e até mesmo conferências públicas na cidade de Manaus, como mostra esse trecho retirado do *Jornal do Commercio* (AM) no dia 13 de fevereiro de 1930:

Como início do programma de prophylaxia anti-leprosa que pretende desenvolver na missão em que veio ao Amazonas, o dr. Achilles Lisboa realisará na segunda-feira próxima, as vinte horas, no cinema Odeon, posto com extrema gentileza á sua disposição pela empresa Fontenelle e companhia, uma palestra publica [...] (*Jornal do Commercio*, 13 de fevereiro de 1930, p.1).

O mesmo jornal também apresenta sobre quais temas Lisboa pretendia tratar em sua conferência, como por exemplo, a importância do diagnóstico precoce, o hospital Umirisal, e a profilaxia da lepra. A partir das falas do médico nos jornais encontrados, pretende-se discutir no tópico seguinte a medida profilática adotada no estado: o isolamento dos doentes.

Isolamento: Medida profilática ideal ou um quadro do Inferno de Dante?

Visando uma maneira de separar os doentes das pessoas saudáveis, o isolamento dos denominados “leprosos” aparecia como a medida profilática ideal para se conter a doença, segundo as medidas adotadas pelas autoridades médicas ao longo do século XX. Entretanto, conforme demonstra o autor Luciano Curi, o problema financeiro logo se mostrou um empecilho para essa medida, pois: “De imediato constatou-se que não ficaria barato o custo de um empreendimento que visasse confinar sob a tutela estatal todos os acometidos de lepra do país” (CURI, 2002, p. 136). Entre os médicos que se dispuseram a dar uma solução para o problema, encontra-se Belisário Penna, que em 1926, de acordo com Curi:

[...] sugeria a construção de dois municípios autônomos especificamente dedicados aos leprosos, um no norte do país e outro no sul. O governo federal e os estaduais deveriam auxiliar estas “cidades leprosas” somente naquilo que elas não conseguissem produzir para sua sobrevivência (CURI, 2002, p.138).



O autor salienta ainda que para o médico, com o passar do tempo, o gasto do Governo Federal com esses municípios logo seria desnecessário quando a população desses locais se tornasse razoável e estável. No entanto, ao observarmos as falas do médico Achilles Lisboa, quando perguntado acerca da situação da lepra do Amazonas pelo *Jornal do Commercio* no ano de 1930, percebemos que ainda existia a necessidade do auxílio federal para lidar com a doença, pois Lisboa descreve a lepra como um “problema nacional de solução inadiável”. (*Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Essa descrição feita pelo médico em relação a doença, parece não ter sido algo isolado pelas autoridades médicas e sanitárias durante esse período, tendo em vista que reconhecer a doença como um “flagelo nacional”, foi algo recorrente entre a ciência do século XX, levando em consideração a grande ameaça que a doença representava até então. Esse tipo de discurso sobre o mal de Hansen “tinha a função de reforçar a demanda pela adoção de medida segregacionista para os leprosos e colônias de isolamento, considerada a medida profilática ideal de combate à doença” (CABRAL, 2013, p. 167).

Se por um lado o isolamento aparentava ser o melhor caminho de combate a lepra, por outro, parecia prejudicar ainda mais caso o procedimento com os doentes não ocorresse de maneira correta. Segundo Adriana Cabral, a partir de 1908, ano em que o Umirisal foi entregue à Diretoria de Higiene do estado do Amazonas, a notícia de que havia um asilo-colônia na cidade de Manaus logo se espalhou, e muitos doentes vieram de terras distantes atrás de tratamento. Entretanto, a autora também traz em seu texto a descrição das más condições do espaço utilizado como isolamento, que era feito de terra batida e o telhado coberto por palha. Somado a isso, os moradores de áreas próximas ao local se mostravam apreensivos quanto ao número de doentes que lá eram tratados, conforme:

O isolamento do Umirisal apresentava péssimas condições para abrigar tantos doentes, sua capacidade era mínima. O estado precário era evidente. Tornava-se cada dia mais urgente a construção de um local adequado para remover e isolar os leprosos da cidade. O Umirisal funcionava em barracas improvisadas desde 1908 e, como já dito anteriormente, localizava-se próximo ao abastecimento de água da cidade, no bairro de São Raimundo. A população que morava próxima ficava apreensiva com a quantidade de doentes “isolados” neste local (CABRAL, 2010, p. 91).

De maneira semelhante, as fontes encontradas também evidenciam o quanto a leprosaria do Umirisal destoava dos asilos colônia tão falados pelas autoridades médicas do século XX. No *Jornal do Commercio*, em 11 de fevereiro de 1930, percebemos o



grande destaque que a imprensa confere a notícia que tem por título “A lepra e seus horrores: Um quadro do inferno de Dante”. Essa matéria do jornal trata de uma entrevista realizada com o médico Achilles Lisboa sobre a lepra no Amazonas (*Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Nessa entrevista, Lisboa compara a situação em que se encontrava o Umirisal com o Inferno de Dante, pois segundo ele: “No Umirisal eu vi um pedaço do inferno de Dante. Mais se afigura aquilo um monturo humano do que um abrigo de leprosos”. (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1). A situação descrita pelo médico ganha um tom ainda mais dramático quando ele diz que na entrada do Umirisal poderia ser escrito a seguinte frase: “*Lasciate ogni speranza*”, que traduzindo para o português significa “Deixe fora a esperança”. O médico ainda chama o lugar de promiscuidade apavorante, além de mencionar ter conversado com o médico Alfredo da Matta a respeito do espaço. Para Lisboa, o médico Alfredo da Matta enfrentava um doloroso martírio por ter que lidar com o “espetáculo dantesco”, afinal, estava cumprindo seu dever. (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Dessa forma, é possível observar na fala do médico uma recorrente tentativa de chamar atenção para a gravidade da circunstância em que se encontrava o estado do Amazonas, atenção principalmente dada ao Governo Federal, numa tentativa de obter recursos para um espaço de isolamento que estivesse de acordo com o modelo isolacionista ideal de combate à lepra. Para isso, Lisboa utilizou uma estratégia discursiva de falas carregadas de adjetivos de sentidos negativos, recorrendo até mesmo a uma comparação ao inferno para assegurar a urgência da situação.

Apesar das intensas críticas ao Umirisal, o médico deposita suas esperanças em outro local de isolamento, o leprosário “Paredão”, mas acreditando na necessidade de a União tomar a responsabilidade do local. Quando questionado a respeito do que estava sendo feito no Paredão, Lisboa responde que o local funcionava de pleno acordo com os princípios modernos de assistência aos leprosos. O entrevistador, entretanto, pergunta ainda em relação sobre o que as pessoas que passavam por perto visualizavam, quanto a isso a resposta do médico foi a seguinte:

[...] Olhe, meu senhor. O silencio em torno da gravidade da extensão da lepra no Brasil constitue um duplo crime que procuram erradamente justificar pela pretensão de que, occultando a verdade se pratica um ato de patriotismo. Não desmoralizando o paiz e assim, não impedindo a imigração. Mas a verdade não pode ser nociva (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).



Para o médico, se negar a enxergar o problema por receio de impedir a imigração dificultaria ainda mais a resolução dele. O ideal então era mostrar a severidade da situação até mesmo para os visitantes, por mais que o Estado estivesse devidamente preparado e equipado para lidar com a doença.

O entrevistador também mostra preocupação com a água do rio que ficava próximo ao leprosário Paredão. Lisboa logo responde que a contaminação pela água não inspirava cuidados, mas que ainda assim seria necessário o uso de um aparelho para a purificação da água colhida no rio para consumo, uma vez que era servida no leprosário. Quanto ao custo do aparelho o médico o descreve como barato, não ultrapassando quinhentos francos. Para ele, nada seria tão mais seguro e eficaz do que o uso desses aparelhos.

- E água? A água do rio que banha o leprosário do Paredão? Não constituirá um perigo?
- Não. A transmissão do mal de Hansen pela água não inspira cuidados. Mas ainda assim, ali terá de ser aplicado, tanto na água colhida do rio para consumo, como em toda água servida no leprosário [...]
- Mas... a despesa com esse aparelho?
- É baratíssimo o aparelho [...] três aparelhos custaram apenas três mil francos.
- Logo...
- No do Paredão o custo não poderá ir além de uns quinhentos francos, talvez menos (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Buscando encontrar fontes que nos mostrassem algo a respeito dos recursos destinados às leprosas do estado do Amazonas, nos deparamos com os *Relatórios dos Presidentes dos Estados (AM)*, do ano de 1927, que contêm algumas informações a respeito das condições econômicas do Estado para lidar com os doentes acometidos pela lepra.

De acordo com as palavras proferidas pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Antonio Monteiro de Souza, durante o ano de 1927, em mensagem apresentada à Assembleia, os doentes que estavam no isolamento Umirisal encontravam-se em péssimas condições de habitação, comparando a situação deles com a de mendigos:

Existem no isolamento Umirisal, 140 doentes paupérrimos, sem o mínimo recurso. Alguns, ou quase todos, chegam como verdadeiros mendigos, sem roupas e são tirados a expensas do Saneamento, de casas e tugúrios onde se escondem (SOUZA, Antonio Monteiro. *Relatório dos Presidentes dos Estados (AM)*, 14 de julho de 1927, p.125).



A partir dessa informação, Antônio Souza parte para uma grande questão acerca das medidas a serem tomadas em relação aos doentes: o dinheiro necessário para os locais de isolamento dos doentes e os demais gastos com eles, como as vestimentas, alimentação e medicamentos, pois o Estado não tinha dinheiro suficiente para esses recursos.

[...] Mas esse *deficit* é maior, pois na distribuição da quota federal, o Serviço de Saneamento Rural desconta uma parte, mais ou menos de 3:000\$000, para fornecimento de medicamentos que se esgotam nos primeiros mezes de trabalho. Accrescida essa importancia de 3:000\$000 ao deficit precipitado, teremos 12:720\$000. Nessa rubrica de 2\$000 para alimentação dos doentes, não está incluída a aquisição de roupas, redes, camas de lona, utensílios diversos, pharmacia e material escolar (SOUZA, Antonio Monteiro. *Relatório dos Presidentes dos Estados (AM)*, 14 de julho de 1927, p.126).

Souza também se mostra preocupado pelo fato de o número de doentes aumentar diariamente, e afirma que essa quantidade aumentaria ainda mais com o leprosário Paredão. Ainda nessa mensagem, o presidente da Assembleia salienta que a lepra exigia atenção dos poderes públicos em defesa do bom nome do Estado e da nossa própria raça. Discurso semelhante ao usado pelo médico Achilles Lisboa para reforçar a necessidade de investimentos nos leprosários. Em algumas páginas mais adiante no relatório, podemos visualizar os gastos do Estado na construção da leprosaria do Paredão:

Construção da Leprosaria do Paredão cujo preço relativo aos primeiros predios contractados até agora, atingiu á cifra de 284:500\$000, tendo sido satisfeita aos contractantes a primeira prestação vencida, na importancia de..... 70:125\$000. Esses predios, construidos de madeira de lei, sobre pilastras de alvenaria, cobertos de telhas, forrados e telados, com alpendres em cimento armado, obedecem a tres typos, além da casa da administração toda de alvenaria, tudo conforme os planos e plantas organizados pelas Directorias do Serviço Sanitario e Obras Publicas do Estado. (*Relatório dos Presidentes do Estado (AM)*, 14 de julho de 1927, p.150).

Além do investimento na construção do isolamento, o Estado também deveria se preocupar com o abastecimento de água do local. Como podemos observar no trecho a seguir:

Os estudos da Directoria de Aguas e Exgotos, orçaram o custo das obras de abastecimento d'agua no total aproximado de 50:000\$000, devendo ser presente á Secretaria Geral do Estado, por estes dias, a proposta da Manaós Tramways and Light Company Ltd. para fornecimento de energia electrica, que, como aquelle, deverá prover directamente de Manaós, ás installações de aguas e exgottos e luz da Leprosaria do Paredão. (*Relatório dos Presidentes do Estado (AM)*, 14 de julho de 1927, p. 150).

É válido aqui salientar que apesar de no ano de 1927 ter sido colocado no relatório os estudos da Diretoria de Águas e Esgotos acerca do abastecimento do local, quando observamos a entrevista do médico Achilles Lisboa concedida ao *Jornal do Commercio* no ano de 1930, a água ainda parecia ser uma preocupação, mesmo três anos



depois. Somado a isso, o mesmo jornal, no dia 20 de fevereiro de 1930, publicou uma charge contendo uma ironia em relação ao estado em que se encontrava a leprosaria com o passar dos anos. Na charge, vemos dois homens conversando, um saudável e outro doente, um deles afirma que o leprosário do Paredão estava cheio de capim e o outro completa a afirmação alegando que o local estava cheio de capim e de cupim. Ao ser questionado de onde veio o cupim, o homem responde “Do anno passado...”⁵⁴⁸. Observamos então, a atenção para a demora acerca das melhorias que deveriam ser asseguradas ao espaço, afinal, deveria ser o local mais seguro para tratar os doentes.

Imagem 1: Charge sobre o leprosário do Paredão



Fonte: *Jornal do Commercio*, 20 de fevereiro de 1930, p.1

Um mês antes foi colocada outra charge, satirizando a falta de uso da leprosaria, no *Jornal do Commercio*. A charge consiste em uma pessoa ligando para a leprosaria e indignando-se pois o local não estava funcionando, ironizando o fato de que foi apenas “inaugurada a placa” do local⁵⁴⁹.

Imagem 2: Charge satirizando o funcionamento do Paredão

⁵⁴⁸ Transcrição da charge: “- O leprosario do Paredão já está cheio de capim. – De capim e de cupim. – De cupim? – Sim. – De onde vem esse cupim? – Do anno passado...”.

⁵⁴⁹ Transcrição da charge: “Allô! Allô! Ligue para o leprosario do Paredão... Hein? Como diz? Não está funcionando? Que historia é esta? Não foi inauguradom ha mais de um mez? Estou vendo que é igual á ponte atraz da Usina... Sim! Sim! Compreendo; foi apenas inaugurada a placa! Está bem!”.





Fonte: *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p. 1

Apesar do investimento do Estado do Amazonas na leprosaria do Paredão no ano de 1927, e do médico Achilles Lisboa apresentar grande expectativa em relação a esse isolamento, pois para ele o local estaria de acordo com o que os leprosários da época necessitavam, o espaço não teve muito tempo de uso. De acordo com a autora Adriana Cabral, essa leprosaria logo foi abandonada: “Importante ressaltar é que depois de pronta a leprosaria fora abandonada (Sic) pois seria o cartão de entrada da cidade (para quem chega à cidade de barco), o que era mal visto pelos outros governantes, (Sic) pois seria o cartão de entrada da cidade”. (CABRAL, 2010, p. 127).

O Governo Vargas e o investimento nas medidas profiláticas nos Estados

Durante o ano de 1930, o país estava sob o comando de Getúlio Vargas, que em seu governo, no mesmo ano, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), que segundo Vivían Cunha, tinha como objetivo livrar o Brasil de todos os grandes males que poderiam prejudicar o futuro promissor do país. Ele era dividido em quatro departamentos nacionais, eram eles: Departamento de Ensino, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Medicina Experimental e Departamento de Assistência Pública (CUNHA, 2005, P.81).

Em relação a questão da lepra durante esse período do governo de Getúlio Vargas, ela ficava na responsabilidade da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Vénereas (IPLDV) e de acordo com a autora:

Mesmo após mais de dez anos de existência, essa Inspetoria não cumpria seus objetivos centrais em relação às doenças e suas atividades eram ainda muito





restritas no território nacional. Até o ano de 1930, existiam no Brasil 14 leprosários, sendo seis particulares, seis estaduais e dois federais. Segundo a estimativa deste ano, 3.346 doentes viviam internados em leprosários, [...]. A maioria desses serviços eram de responsabilidade dos respectivos estados (CUNHA, 2005, p. 82).

Cunha também enfatiza que em 1930 e 1931 os auxílios da União eram destinados quase que exclusivamente ao Distrito Federal. Somente a partir de 1932 o Governo Federal passou a destinar os auxílios financeiros aos governos estaduais de maneira regular para a construção e manutenção de leprosários. No ano de 1933, buscando um alcance maior das medidas profiláticas, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, realizou um encontro na Capital Federal para tratar sobre o assunto. De acordo com a autora:

A Conferência para a Uniformização da Campanha contra a lepra concluiu que o combate à lepra no país seria um problema de “salvação pública” e que, portanto, deveria ser resolvido pela União. Para tanto, sugeriu que os métodos profiláticos a serem adotados fossem uniformizados, de modo a facilitar a campanha no país. Para a Conferência, o sucesso dependeria de dois elementos fundamentais: um corpo de técnicos especializados para fixar diretrizes e garantir sua execução e verbas suficientes para o custeio ininterrupto das organizações que fundasse (CUNHA, 2005, p. 85).

Dessa maneira, fica notório uma falta de investimento por parte da União nas medidas profiláticas contra a lepra para os Estados. Percebendo então a gravidade da situação em diversas partes do país, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra decidiu adotar ações que alcançassem as medidas profiláticas de forma mais efetiva no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visualizamos na mensagem dos *Relatórios dos Presidentes do Estado* (1927), e na entrevista feita com o médico Achilles Lisboa pelo *Jornal do Commercio* (1930), e a partir das análises empreendidas até esse momento da pesquisa de iniciação científica, nota-se que o Estado do Amazonas, trabalhava na estruturação das leprosarias para tentar melhorar a assistência aos doentes da lepra, porém, sem muito sucesso. Nesse contexto, médicos como Achilles Lisboa, mostram-se relevantes durante esse período, pois através de sua fala reproduzida no jornal, chama a atenção da sociedade para o descaso com os acometidos pela lepra. Somado a isso, expõe a precariedade das leprosarias no Amazonas e a necessidade do auxílio do Governo Federal para conter o avanço da doença no Estado. A situação era grave ao ponto de Lisboa comparar o quadro





da doença no Amazonas ao “Inferno de Dante”. Essa ajuda solicitada pelo médico só pôde ser obtida de maneira efetiva a partir de 1933, três anos após o início do governo Vargas, quando a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra adotou medidas mais abrangentes contra a lepra no âmbito nacional.

Data de Submissão: 28/02/2022

Data de Aceite: 09/03/2022

Referências Bibliográficas

Fontes

Jornal do Commercio Nº 8907, Ano XXVII. Manaus, sábado, 11 de janeiro de 1930.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22pared%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39011>. Acesso em: 27/01/2022

Jornal do Commercio Nº 8936, Ano XXVII. Manaus, terça-feira, 11 de fevereiro de 1930.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39131>. Acesso em: 27/01/2022.

Jornal do Commercio Nº 8939, Ano XXVII. Manaus, quinta-feira, 13 de fevereiro de 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39139>. Acesso em: 27/01/2022.

Jornal do Commercio Nº 8945, Ano XXVII. Manaus, quinta-feira, 20 de fevereiro de 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22paredao%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39169> Acesso em: 27/01/2022.



Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AM), 14 de julho de 1927. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720879x&pesq=%22paredao%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=6807>>. Acesso em: 27/01/2022

Referências Bibliográficas

CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate à lepra em Manaus (1921-1942)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, p. 201, 2010.

CABRAL, Dilma. **Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)**. 22.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

CÂMARA, Cidinalva Silva. **Medicina e poder: a trajetória de Aquilles Lisboa e a questão da lepra no Maranhão**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza. p. 01-13.

CUNHA, Vívian da Silva. **O isolamento compulsório em questão: Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 142, 2005.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e controlar os lázaros: Lepra e isolamento no Brasil 1935-1976**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 214, 2002.

LEANDRO, José Augusto. **A hanseníase no Maranhão na década de 1930: rumo à Colônia do Bonfim**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. 2, p. 433-447, abr.-jun. 2009.

SILVA, Leicy Francisca da. **História da Lepra ou da Hanseníase? O problema da terminologia na história da doença**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo. p. 01-12.

REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE, CONSCIÊNCIA E NARRATIVA HISTÓRICA

REFLECTIONS ON MEMORY AND IDENTITY, CONSCIOUSNESS AND HISTORICAL NARRATIVE



WENDERSON MACEDO DE LIMA⁵⁵⁰

Resumo

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica e posteriormente produto de uma monografia histórica para o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa tratava-se de analisar como memória, identidade, consciência e narrativa histórica são conceitos importantes para entendermos a construção do discurso presente em espaços que se propõem produzir narrativas históricas, no caso aqui o campo museal. Este artigo faz uma breve introdução aos conceitos de Memória e Identidade pela perspectiva do antropólogo Joël Candau, e os conceitos de Consciência e Narrativa Histórica desenvolvidos pelo historiador e filósofo Jörn Rüsen.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Consciência Histórica; Narrativa Histórica.

Abstract

This article is the result of a scientific initiation research and later the product of a historical monograph for the Degree in History at the Federal University of Amazonas. The research was about analyzing how memory, identity, consciousness and historical narrative are important concepts to understand the construction of the discourse present in spaces that propose to produce historical narratives, in this case the museum field. This article makes a brief introduction to the concepts of Memory and Identity from the perspective of the anthropologist Joël Candau, and the concepts of Consciousness and Historical Narrative developed by the historian and philosopher Jörn Rüsen.

Keywords: Memory; Identity; Historical Consciousness; Historical Narrative.

⁵⁵⁰ É graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Tem como área de interesse em pesquisa: Teoria da História, Metodologia do Ensino de História, Didática da História, Aprendizado Histórico e Consciência Histórica. E-mail: wendersonwml@gmail.com



Introdução

“Quero antes afiançar que essa moça não se conhece senão através de ir vivendo à toa. Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu?” cairia estatelada e em cheio no chão. É que “quem sou eu?” provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto.”⁵⁵¹

Clarice Lispector, 1977.

A escritora mundialmente conhecida Clarice Lispector em uma de suas obras famosas de romance do século XX, *A hora da estrela*, nos lança a dúvida sobre como satisfazer as necessidades do eu, e partindo da instigante pergunta “quem sou eu?” podemos aprofundar os questionamentos em relação ao nosso passado, nosso presente e nosso futuro, parecendo que a necessidade de sabermos “quem nós somos” é quase involuntária, inconsciente.

O passado, a memória, o esquecimento.⁵⁵² Essas três palavras juntas convergem naquilo que é o cerne para entendermos quem somos e o que queremos. Somos seres necessitados e incompletos, e a meu ver, estas duas questões nos confrontam durante toda a vida, obrigando-nos a buscar dentro de nós respostas que façam sentido, a fim de explicar nossas origens, gostos, nossas ações, nossos sentimentos, nos reconhecermos e o nosso pertencimento. Tudo se direciona para nossa *formação identitária*.

Antes de começarmos a traçar uma linha de pensamento aqui, gostaria de deixar claro que Identidade e Consciência são conceitos complexos para serem definidos apenas por uma determinada ótica. Elas transitam por todas as ciências sociais e humanas, e cada uma ilumina seus aspectos conceituais à sua maneira. Porém isso não impede de relacionarmos essas visões para explicarmos sua conexão com a pesquisa aqui proposta.

Quando falamos em específico da ciência da História, estamos abordando uma visão cujo um dos muitos objetivos é entender os processos históricos ao longo do tempo e como nos relacionamos com eles. Paralelo a isso, ao abordarmos temáticas cognitivas como identidades e consciências, adentramos também no campo da psicologia social, entendendo coletividade e individualidade como objetos interlaçados e indissociáveis quando observamos o ser humano em sua relação com o passado, presente e uma expectativa de futuro no seu *habitat* social. É sempre bom lembrarmos que a ciência da História se faz através da interdisciplinaridade e diálogo com outras áreas de conhecimento, por isso cabe a mim aqui ressaltar que este trabalho parte de uma

⁵⁵¹ LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

⁵⁵² Título de uma obra do historiador Paolo Rossi, 1991.



perspectiva histórica, que através de uma abordagem interdisciplinar permite tratar de temas que dizem respeito a outras ciências.

Se tratando de museus, a relação do indivíduo com sua comunidade, e da comunidade com o seu passado, reflete no processo de lembranças e esquecimentos da memória e nas narrativas históricas. Narrativas incorporadas em espaços de produção de memórias (museus, exposições, praças, monumentos, prédios históricos) revelam duas abstrações de conhecimento distintas. A primeira é sobre a seleção de narrativas da exposição, refletindo o discurso do espaço em que a narrativa está exposta. A segunda é a narrativa absorvida por seus visitantes, seja na sua individualidade ou em coletivo, que sempre será ressignificada a partir das necessidades de cada visitante. Essa variedade de percepções de uma mesma narrativa histórica se decorre pelo fato de que cada indivíduo está sujeito ao conhecimento histórico partindo de suas experiências de vida, de suas memórias e de sua relação com o tempo presente, que geram necessidades e questionamentos sobre sua própria identidade.

Este artigo se concentrará em discussões acerca da formação de memória e identidade no aspecto individual e coletivo, discorrendo sobre abordagens de determinados autores como Joël Candau e Maurice Halbwachs, e como essas formações identitárias são importantes para entendermos a relação da comunidade, no nosso caso a comunidade urbana, com seus espaços de memória. Depois abordaremos o pensamento do historiador e filósofo Jörn Rüsen sobre construções de sentido da consciência histórica e como suas tipologias se configuram através de narrativas tipologicamente classificadas e interligadas no tempo.

Memórias e Identidades: uma breve análise

Sempre que tratamos do assunto da memória, falamos também sobre esquecimentos, e lembrar implica num esforço deliberado da mente, uma escavação ou busca involuntária dos conteúdos do nosso passado, um exercício constante de reminiscência.⁵⁵³ Rossi afirma que “a história é o jogo da revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação. O esquecimento não é resultado de uma negligência do pensamento, mas é o próprio do ser, entra na essência do próprio ser”.⁵⁵⁴

⁵⁵³ ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios sobre a história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 16.

⁵⁵⁴ HEIDEGGER (1982) apud ROSSI, 2010, p. 20.



Nossa sociedade está cercada de lugares que possuem a função de trazer acesso à memória. No cotidiano somos constantemente bombardeados com informações que moldam nossos comportamentos e nos convidam a exercer determinadas posturas para um enquadramento como parte de uma comunidade, e também nos obrigam a esquecer determinadas experiências, situações que não se mostram interessantes para o propósito de quem detém o controle do discurso. A memória não tem relação só com o passado, mas também com quem nós somos, com identidade.⁵⁵⁵

Joël Candau⁵⁵⁶ discorre muito bem sobre alguns aspectos da memória como formadora de identidade de um indivíduo e de uma comunidade, numa visão antropológica dos termos, entende que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo:

A memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda a sua integridade parece insustentável.⁵⁵⁷

É impossível lembrarmos de tudo sobre o passado, o que mais importa é o que fazemos com nossas lembranças selecionadas, e como imprimimos significados a elas. A memória e a identidade se nutrem mutuamente para produzir uma trajetória de uma vida, de uma história ou de uma narrativa. Pierre Nora afirma que a identidade, a memória e o patrimônio são “as três palavras-chave da consciência contemporânea”, é a memória que fortalece a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo, sendo assim, a memória está sempre atuando na construção do sujeito. É daí que surge sempre o questionamento sobre “quem nós somos”.⁵⁵⁸

A memória precede a construção de identidade, sendo um dos elementos essenciais da sua busca individual e coletiva. A memória detém um “poder” de mexer com as estruturas da identidade, é por isso que ela é sempre alvo de disputa por grupos e comunidades que almejam construir suas narrativas, legitimando espaços de memória e patrimônio.

⁵⁵⁵ Ibid., p. 23-24.

⁵⁵⁶ Joël Candau é professor de Antropologia da Universidade de Nice Sophia Antipolis e diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia, Memória, Identidade e Cognição Social (Lasmic). Suas pesquisas estão inscritas no campo da antropologia cognitiva, nos temas das diversas formas de memória compartilhada ou supostamente compartilhada (memória familiar e genealógica, memória coletiva etc.), distinguindo notadamente no trabalho de memória os aspectos protomemoriais, memoriais e metamemoriais.

⁵⁵⁷ CANDAU, Joël. Memória e identidade. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9.

⁵⁵⁸ NORA, Pierre. apud CANDAU. *Les lieux de mémoire. Les France, 3: De l'emblème*, Paris, Gallimard, 1992, p. 1.010.



Quando falamos especificamente de museus, estamos lidando com um desses espaços legitimadores da memória, e por isso estamos falando de construções e reconstruções de identidades, que fazem com que as narrativas colocadas nos espaços museais se concentrem em legitimar e questionar certas memórias em seus visitantes.

Candau refere-se a “identidade” e “memória” como sendo ambíguas, pois ambas estão concebidas no termo *representações*, um conceito do campo das ciências humanas e sociais, sendo a primeira como um *estado*, e a segunda como uma *faculdade*.⁵⁵⁹

Consideremos a memória segundo Candau. Todo o indivíduo – exceto em casos patológicos – possui essa faculdade que decorre de uma organização neurobiológica muito complexa, e que se manifesta de formas distintas.

A primeira seria a memória de baixo nível ou *protomemória*. É na protomemória que está enquadrado o indivíduo, constituinte de saberes e de experiências compartilhadas por membros de uma sociedade. É dentro da protomemória que encontramos, por exemplo, a memória procedural e a memória social incorporada. A primeira trata-se de uma memória repetitiva ou da memória-hábito⁵⁶⁰, adquirida através da prática constante. A segunda trata-se das múltiplas aprendizagens adquiridas socialmente desde a infância e durante a vida como técnicas corporais – aprender a andar por exemplo –, gestos e comportamentos, linguagem, práticas e códigos, costumes introjetados e condicionados socialmente.⁵⁶¹ É a partir da protomemória que essa forma de conhecimento ou “senso prático” nos permite agir quando necessário sem que se pergunte “como se deve fazer”. Aqui o passado age pelo corpo ou, mais exatamente, “está presente agindo nas disposições que ele produziu”.⁵⁶² Em resumo, a protomemória seria uma memória “imperceptível”, que ocorre sem uma tomada de consciência.

A segunda manifestação seria a memória propriamente dita ou *memória de alto nível*. Esta seria uma memória essencialmente de recordação ou de reconhecimento, uma evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou que pertence a uma memória enciclopédica de saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.⁵⁶³

⁵⁵⁹ É sempre bom relembrar que Joël Candau parte de uma perspectiva antropológica para construir seus pensamentos, cabe aqui fazer o diálogo com a ciência da história, campo de onde parto minhas observações.

⁵⁶⁰ BERGSON, Henri. apud CANDAU. *Matière et mémoire*, Paris, PUF, 1939 (1ª ed. 1896), p. 86-87.

⁵⁶¹ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 22.

⁵⁶² Essas referências para Candau partem do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1980, 1997) que se constitui dentro da protomemória. O *habitus* não seria a memória do passado, mas apenas uma presença. Ibid p. 23.

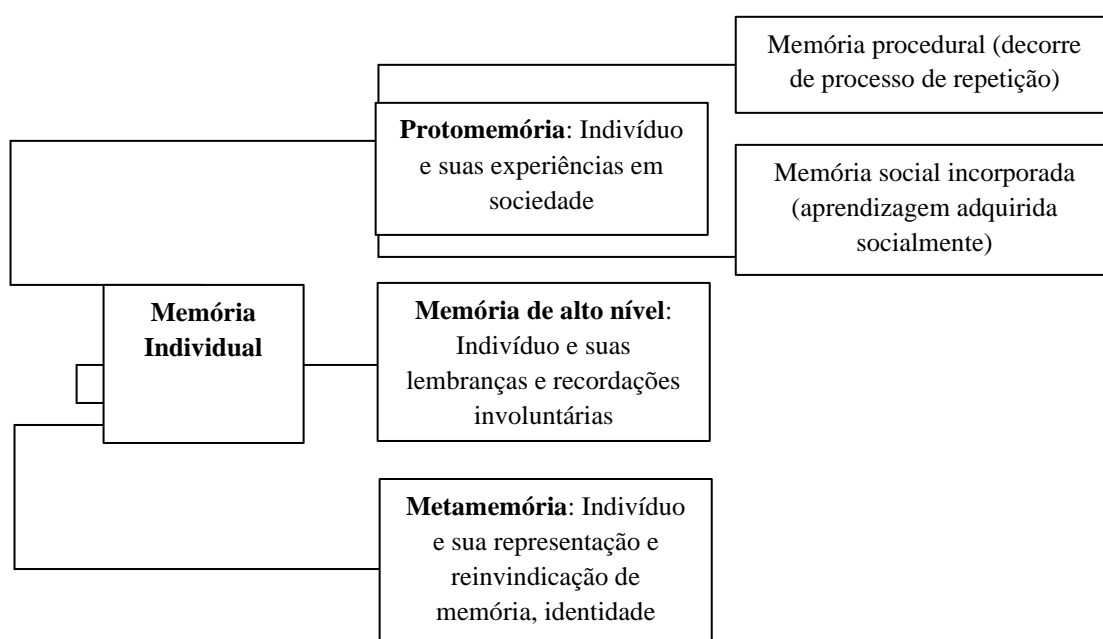
⁵⁶³ Ibid., p. 23.



A terceira seria a *metamemória*. Ela é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e o conhecimento dela, e por outro, o que o indivíduo diz sobre ela, isto remete ao “modo de como um indivíduo se associa ao seu passado”. Isto seria a construção explícita de identidade, onde a metamemória é, portanto, uma memória reivindicada.⁵⁶⁴

Portanto, segundo Candau, a protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da *faculdade* da memória, diferente da metamemória que seria uma *representação* relativa à memória. Candau reitera que esses conceitos são válidos apenas para o caso das memórias individuais. A exemplo, quando aprendemos a andar de bicicleta ou cumprimentamos alguém na rua adotando gestos sem ao menos percebermos, tudo se deve a protomemória. No cotidiano compartilhamos histórias pessoais, experiências e lembranças, estamos exercendo a memória de alto nível. E cada indivíduo tem uma ideia de sua própria memória e de quem ele é no mundo, discorrendo e destacando suas particularidades, profundidade e lacunas, formando sua identidade através da metamemória.⁵⁶⁵

Este esquema resume o que seria a memória individual segundo Joël Candau:



Entremos agora no campo das memórias de grupos ou sociedade, comumente conhecida como a *memória coletiva*.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 23.

⁵⁶⁵ Ibid., p.24.



Para Candau, as formas da memória colocadas acima se aplicam apenas no nível individual, e isso torna-se mais evidente quando fazemos uma suposição da memória procedural aplicada em um determinado grupo:

[...] nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo. Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão.⁵⁶⁶

No caso da memória evocativa e metamemória, quando analisada em nível de grupos, agem como uma “memória coletiva”.

Candau sobre a memória coletiva afirma o seguinte:

[...] é impossível admitir que essa expressão se designe uma *faculdade*, pois a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual; assim, um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso.⁵⁶⁷

Para Candau, trata-se de uma questão quantitativa ou de dominação por uma parte maior de um grupo ou uma determinada sociedade que detém o poder de narrar e de construção de discursos, poderíamos chamar de os “donos da narrativa histórica”.

A expressão “memória coletiva” seria uma *representação*, uma forma de metamemória, onde um grupo de pessoas produzem argumentos a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. A questão é que para Candau, essa metamemória de um grupo não tem o mesmo estatuto que a metamemória aplicada individualmente, pois “a memória individual é atestada, enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma *descrição* de um compartilhamento hipotético de lembranças.”⁵⁶⁸

A questão levantada pelo autor sobre a memória coletiva é “qual pode ser a realidade desse compartilhamento de lembranças ou representações do passado?”

Quando observamos a identidade como representação de uma forma individual é mais compreensivo – uma ideia de quem eu sou –. Mas quando observamos identidade aplicada a grupos – nem arrisco a chamar de identidade coletiva – as coisas ficam mais complicadas, pois a identidade é utilizada em um sentido que se aproxima ao da semelhança com o outro, e não em um sentido de igualdade, ou seja, mesmo uma ideia de coletividade quanto a uma identidade, ainda assim ela seria repleta de multiplicidades.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 24.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 24.

⁵⁶⁸ Ibid., p. 25.



Certamente, em um contexto metafórico, a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*.⁵⁶⁹

Podemos então considerar os lugares de produção de memória, mas especificamente os museus, como lugares de representação?

Claramente sim, pois os museus como parte de uma política cultural, estão repletos de construções de narrativas e discursos coletivos, questões que demonstram legitimação de um determinado posicionamento, a própria questão do patrimônio e do que conservar, restaurar ou “valorizar” é sempre relacionado à representação de uma identidade que se quer preservar.

Para Candau, os termos como “identidade cultural” ou “identidade coletiva” são usados constantemente de formas abusivas para designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha um estado considerado. Ou seja, o que a maioria deseja, passa a se tornar o coletivo.⁵⁷⁰ É importante evidenciarmos as sutilezas das diversas identidades de membros de uma sociedade, entendendo que as identidades não são construídas através de algo definido por “traços culturais”, mas das relações e interações sociais, de onde surge os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Nesses processos ocorrem inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam suas características identitárias reais ou fictícias, em detrimento de outras provisórias ou definitivamente descartadas.⁵⁷¹ Essas ressignificações de identidade geram embates e fronteiras sociais, impedindo que a multiplicidade de identidades se reduza apenas a uma.

Pensemos agora sobre memória na perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs,⁵⁷² que interpreta a memória individual e a memória coletiva sob aspectos sociológicos.

Para Halbwachs as lembranças e os esquecimentos atuam em confronto com o nosso passado, e que lembrar é sempre sobre adaptar-se às percepções atuais. Entretanto,

⁵⁶⁹ Essas questões lembram as ideias de Benedict Anderson: “não há comunidade que não seja imaginada”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁷⁰ CANDAU, op. cit., p. 27. É importante ressaltar o conceito sobre “retóricas holísticas” utilizado por Candau para entender as generalizações sobre os conceitos de memória e identidade. “Retóricas holísticas” é o “emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos.” p. 29.

⁵⁷¹ Ibid., p. 27.

⁵⁷² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1990.



nossas percepções nem sempre se apoiam sobre as nossas próprias lembranças, mas também sobre lembranças de outras pessoas. Assim, nos tornamos mais confiantes da nossa memória individual quando abstraímos a mesma experiência lembrada através de outras pessoas.⁵⁷³

Halbwachs afirma:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.⁵⁷⁴

Quando recordamos algo, sempre estaremos lidando com um dado abstrato, nada parece muito claro quando rememoramos algo por si só. Através de outras recordações sobre o mesmo evento é que tomamos emprestadas as memórias alheias e a tornamos nossas, ou como o autor diz: “é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças”.⁵⁷⁵

No aprofundamento da coletividade de uma lembrança, há também o aspecto do *engajamento* em lembrar, pois é importante que o indivíduo ao rememorar um acontecimento, precise estar conectado a um grupo, do contrário será de difícil acesso certas memórias, que às vezes sequer são lembradas. Halbwachs cita na sua obra o exemplo de um professor e sua turma, onde os alunos possuem muito mais memórias sobre suas aulas por estarem engajados em um grupo – no caso os alunos da sala de aula – enquanto o professor no processo de dar aula para diferentes turmas, dificilmente se engajaria com certos grupos, sendo assim, não constituiria nenhuma memória sobre determinados acontecimentos ou dificilmente lembraria de certos alunos para os quais ministrou suas aulas.⁵⁷⁶

Halbwachs reitera a importância de um estabelecimento com uma comunidade afetiva, pois sempre precisaremos de experiências em comum, recíprocas, relacionando o individual e o coletivo através de lembranças que ativarão uma memória coletiva de um grupo:

Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. [...] uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu.⁵⁷⁷

⁵⁷³ Ibid., p.25.

⁵⁷⁴ Ibid., p. 26.

⁵⁷⁵ Ibid., p. 28.

⁵⁷⁶ Ibid., p.30-31.

⁵⁷⁷ Ibid., p.34.



Quando nos esquecemos de acontecimentos, fica difícil estabelecer um vínculo de memória com um determinado grupo, não bastando somente que o outro me lembre de algo, é importante que eu também lembre daquilo espontaneamente.

Assim como o pensamento empírico sobre algo não se constitui por si só, Halbwachs também entende que a memória individual não se constitui por si só, mas que estas são ecos ou vibrações de ideias de outros indivíduos ou grupo – lembra-se do pensamento de Joël Candau sobre disputa de grupos pela memória da maioria –, e Halbwachs entende que “de uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter um semelhante persuasão junto a seus membros”⁵⁷⁸. Ou seja, a memória coletiva atua como uma influência social na memória individual.

As nossas memórias individuais são pontos de vistas sobre a memória coletiva:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.⁵⁷⁹

Portanto, a memória individual e a memória coletiva estão entrelaçadas, uma corresponde a outra, e diferentemente do pensamento de Candau, não se trata apenas de uma quantificação de várias memórias individuais reunidas para termos uma “memória coletiva”, a própria memória individual já está impregnada de elementos sociais. O indivíduo que interage socialmente não está dentro de uma redoma à prova de influências de pensamentos, mas está constantemente sob influência de lembranças de terceiros.

Há também um ponto muito importante que precisamos entender sobre a diferenciação entre memória coletiva e a História nas análises de Maurice Halbwachs.

O autor explica que o indivíduo participa de duas espécies de memória, a memória individual e a memória coletiva, porém há outra “memória” que ele nomeia de “memória histórica”, ainda que ele próprio considere esse termo “não apropriado” para referir-se aos fatos históricos da humanidade.⁵⁸⁰ É normal que as duas memórias, individual e coletiva, se penetrem frequentemente, a memória individual para cobrir as suas lacunas se apoiará na memória coletiva, e isso já foi dito antes. Mas pensemos também considerando que, a memória individual e coletiva não está estritamente fechada de

⁵⁷⁸ Ibid., p.47.

⁵⁷⁹ Ibid., p. 51.

⁵⁸⁰ Ibid., p.53.



influências externas, ainda que sejam limitadas no espaço e no tempo, não fogem do que Halbwachs chama de “pontos de referências” fixados pela sociedade.⁵⁸¹

Quando pensamos na memória pessoal, recorreremos também a um pano de fundo no qual essa memória se insere, evocando lembranças de grupos que Halbwachs define como “grupos nacionais”. São memórias que o indivíduo não experimentou, mas que obteve o acesso através de lembranças históricas, mas necessariamente não são memórias que ele vivenciou.

Halbwachs define então essa memória externa de “memória social” ou “memória histórica”, afirmando:

A primeira [memória individual] se apoiaria na segunda [memória social ou histórica], pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.⁵⁸²

É importante destacar que para o autor, a memória histórica serve como apoio para a nossa história de vida pessoal, não necessariamente a história aprendida, mas a história vivida no dia a dia.⁵⁸³ Também não podemos confundir a ciência da História com a memória coletiva, pois as duas são coisas distintas e com propósitos diferentes, e isso não significa que uma poderá influenciar a outra. Em resumo, a memória coletiva para Halbwachs é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.⁵⁸⁴

Ainda que a visão mais clássica sobre história de Halbwachs se restringe a sua contemporaneidade, hoje o campo da ciência da História está mais amplo em discussões sobre memória e história, incluo aqui a interdisciplinaridade com a sociologia e outras ciências sociais, e o uso da memória como fonte pelos oralistas e historiadores do campo da história oral. O que podemos perceber hoje é que se observamos essas duas perspectivas sobre a memória e identidade como sendo complementares, entendemos que no aspecto do individual e do coletivo sempre se produzirá memórias – individuais e coletivas –, e estas contribuem na formação das identidades de determinados grupos e determinados indivíduos.

⁵⁸¹ Ibid., p.54.

⁵⁸² Ibid., p.55.

⁵⁸³ Ibid., p. 60.

⁵⁸⁴ Ibid., p. 81-82.



Observarmos os argumentos de Joël Candau e Maurice Halbwachs sobre memória e identidade é importante para nossa visão sobre esses temas, e relacioná-los com a história, nos leva a pensar como essas temáticas se apresentam nos espaços de produção de memória e aos indivíduos e a comunidade que os frequentam. Os museus, sendo espaços de construção de memórias individuais e coletivas, através de seus discursos e narrativas históricas, contribuem para um pensamento histórico, seja ele de uma cidade, de um país, ou de um grupo determinado.

Saindo do campo da memória, discutiremos agora sobre o que são essas narrativas históricas que estão contidas nesses espaços de produção de memória e de conhecimento histórico, e se através delas podemos ter uma formação de consciência sobre nossa sociedade e sobre si mesmo.

Consciência histórica e Narrativa histórica

Antes de iniciarmos este tópico, esclareço que o uso da temática sobre “consciência” se trata apenas de um recorte diante da imensidão que são as discussões sobre consciência histórica. Não se pretende aqui criar dogmas ou criar caminhos obrigatórios para analisar o conhecimento histórico na sociedade, mas o intuito é trazer visões que dialoguem com as propostas desta pesquisa, que de forma alguma se encontra finalizada ou esgotada na sua reflexão.

Faço este apontamento porque o conceito de consciência histórica, às vezes, é utilizado por pesquisadores da área do ensino e aprendizado em história como “mantra obrigatório que, às vezes, promove cisões e exclusões” (MUNAKATA, 2015, p. 55). Então, deixemos os debates calorosos para uma outra oportunidade e nos concentremos em apresentar o conceito de forma concisa.⁵⁸⁵

O conceito de “consciência histórica” é utilizado por vários historiadores e pensadores da teoria da história a partir da segunda metade do século XX, trazendo vários questionamentos, principalmente sobre a historiografia e o campo da teoria do aprendizado histórico, não somente na forma mais comumente conhecida tradicionalmente das instituições de ensino como escolas e universidades, mas também

⁵⁸⁵ A título de curiosidade sobre o debate, há um artigo do filósofo e historiador Kazumi Munakata intitulado *História, consciência histórica e ensino de história*. In ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO (org.) *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 55-75.



no cotidiano e em outros espaços de produção de conhecimento histórico. Assim, a mudança de paradigma da Didática da História nos anos de 1960, propôs outros modos de ver o “fazer” da disciplina de história nas escolas e em outros lugares.

De forma introdutória, quando pensamos em lembranças e esquecimentos – atributos da memória, seja ela individual ou coletiva –, estamos no processo de articulações de passado, presente e uma expectativa de futuro, logo, processos identitários. As questões identitárias estão na base do conceito de consciência histórica que, em resumo, “podemos definir como uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição de identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo em que se está inserido”⁵⁸⁶.

Entende-se a consciência histórica como uma das expressões principais da existência humana, não se resumindo apenas sobre passado e memória, mas também sobre projeções que fazemos para o nosso futuro.

Para tratarmos deste assunto, abordaremos um dos pensadores da teoria da história e da historiografia: Jörn Rüsen.⁵⁸⁷ Rüsen é um dos principais pesquisadores atuais sobre consciência histórica, afirmando que a consciência histórica não seria uma meta ou algo a ser alcançado, mas uma das condições da existência do pensamento, não sendo restrita a um período histórico, a regiões do mundo, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social em geral.⁵⁸⁸ Isso implica na visão da História não como disciplina ou área especializada do conhecimento, mas como toda a produção de conhecimento que envolva indivíduos e coletividades em função do tempo. A consciência histórica seria, então, uma característica constante dos grupos humanos, isso significa que todos possuímos uma consciência histórica.

Para Ágnes Heller,⁵⁸⁹ que é uma filósofa que compartilha ideias semelhantes à de Rüsen, a consciência histórica está ligada ao *estar no mundo*, e é composta de diversos estágios, que indicam a inserção da consciência em diferentes momentos da trajetória da humanidade. Portanto, estimular a consciência histórica não é uma opção, mas uma

⁵⁸⁶ CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 13.

⁵⁸⁷ É um historiador e filósofo alemão, professor na Universidade de Witter, Alemanha. Seus trabalhos abrangem os campos da teoria e metodologia da história, da história da historiografia e da metodologia do ensino de história.

⁵⁸⁸ CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 27-28.

⁵⁸⁹ Foi uma filósofa húngara e professora universitária em Sociologia na Universidade de Trobe, Austrália. Possui várias obras voltadas para a temática do Cotidiano.



necessidade contínua de dar significados às transformações através do tempo, no passado, no presente e no futuro. É impossível agir no mundo sem essa atribuição de sentido.⁵⁹⁰

A consciência histórica para Rüsen é um processo cognitivo natural, e pensar historicamente faz parte da vida de todo ser humano, como nascer, juventude, velhice, viver, morrer. Isto são interpretações que oferecem aos seres humanos a noção de tempo. Rüsen também afirma que o indivíduo precisa agir intencionalmente, só podendo agir no mundo se o interpretar e interpretar a si mesmo de acordo com as suas intenções. Agir ou ser objeto de ação ocorre a partir de objetivos e intenções, para os quais é necessária a interpretação: o homem se coloca para além do que ele e seu grupo são no presente imediato. “Agir, enfim, é um processo em que continuamente o passado é interpretado à luz do presente e na expectativa do futuro, seja ele distante ou imediato”.⁵⁹¹

Tanto Heller quanto Rüsen entendem que pensar historicamente é um fenômeno do cotidiano e próprio da condição humana. A base do pensamento histórico antes de ser cultural ou opcional, é natural:

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso.⁵⁹²

Luis Fernando Cerri analisando a obra de Rüsen, entende que “a historicidade é a própria condição da existência humana, é algo que constitui a humanidade enquanto espécie”.⁵⁹³ O que varia são as formas de apreensão dessa historicidade – ou as perspectivas de atribuição de sentido à experiência temporal –, sendo a consciência histórica um fenômeno no mundo vital ligado à prática é entendido como “operações mentais” com as quais as pessoas interpretam sua experiência temporal de si mesmo e do mundo, orientando sua vida prática no tempo.⁵⁹⁴

Para percebermos e darmos significados ao tempo, a consciência histórica prevê que o indivíduo exista em grupos, em coletividade. Heller entende que é a coletividade que possibilita o surgimento da ideia de temporalidade e que existe um fim para o

⁵⁹⁰ HELLER, Ágnes. apud CERRI. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

⁵⁹¹ RÜSEN, Jörn. apud CERRI. *Experience, interpretation, orientation: three dimensions of historical learning. Studies in Metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993, p.85-93. Tradução para o português por Marcelo Fronza.

⁵⁹² RÜSEN, Jörn. *Teoria da história*. Brasília: UnB, 2021a. v. I. Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica, p. 78.

⁵⁹³ CERRI, op. cit., p. 30.

⁵⁹⁴ RÜSEN, op. cit., p. 57.



indivíduo e uma continuidade para o grupo, “o plural é anterior ao singular” (HELLER, 1993, p.15). Cerri, sobre a coletividade para Heller, entende que:

Em comunidade, os homens precisam estabelecer a ligação que os define como um grupo, cultivar esses fatos de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não resultem num enfraquecimento do grupo e coloquem a sua sobrevivência em risco. Uma versão, ou um significado construído sobre a existência do grupo no tempo, integrando as dimensões do passado (de onde viemos), do presente (o que somos), e do futuro (para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre os indivíduos.⁵⁹⁵

Essa ligação que Cerri se refere é o que chamamos de identidade, constituída de memórias e narrativas ao longo do tempo. Para que haja continuidade, é preciso que um grupo produza uma “identidade coletiva”, e dentro desta, uma consciência histórica. Destaca também que pensar a consciência histórica como um “universal antropológico”, é um dado que pode ser atribuído a todas as pessoas em todas as sociedades, e que não implica assumir que todos os seres humanos sejam dotados de uma consciência histórica idêntica.⁵⁹⁶ Passado, presente e futuro são pontos fundamentais para a interpretação da consciência histórica. É o tempo histórico e a memória histórica que irão possibilitar que ela seja construída.

Rüsen entende que os seres humanos possuem consciências históricas que se constroem ao longo da vida de diversas formas e modos diferentes, chamando de tipos de consciência histórica. A tipologia corresponde a quatro níveis de consciência histórica: a “consciência histórica tradicional”, a “consciência histórica exemplar”, a “consciência histórica crítica” e a “consciência histórica genética”. Esses quatro tipos de consciência determinam diversos fatores de interpretação sobre como um grupo ou sujeito enxerga uma determinada sociedade no tempo. Rüsen reitera que essa classificação não tem por intenção de qualificar em escalas ou hierarquizar o saber histórico, os sujeitos devem transitar em todos os tipos de consciência, onde uma complementa a outra.⁵⁹⁷

Além dos tipos de consciência histórica, precisamos entender como elas são estruturadas e de que forma se estabelece uma tipologia para cada uma. A experiência, interpretação e orientação fazem parte do que o autor define como *dimensões da aprendizagem histórica*. Logo, esse é o modo pelo qual a consciência é construída.

⁵⁹⁵ CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 31.

⁵⁹⁶ *Ibid.*, p. 39.

⁵⁹⁷ RÜSEN, Jörn. apud SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org). *Experience, interpretation, orientation: tree dimensions of historical learning. Studies in Metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993, p.85-93. Tradução para o português por Marcelo Fronza. In *Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 79.



Aprender faz parte da vida, estamos aprendendo e ressignificando constantemente, é esse aprendizado que irá estimular a consciência histórica, através do conhecimento histórico (passado/experiência), das argumentações (presente/interpretação) tendo função prática (futuro/orientação) na vida.

O aprendizado histórico se dá de diversas formas na sociedade, aprendemos história a todo momento, seja em sala de aula na disciplina de história, seja através das tradições orais de família, bem como nos meios de comunicação (jornal, televisão, internet, cinema, livros), como também em centros históricos, monumentos, galerias de arte e museus, há nisso uma infinidade de meios para a aprendizagem histórica. Para Rüsen, diferentes formas de aprendizado implicam nas formas de consciência que irão se produzir em determinados grupos a partir dos seus questionamentos feitos no presente. Não se trata apenas de receber o conhecimento, mas este deve ser questionado para que se torne um elemento de discurso, no qual se constrói uma identidade histórica. O que irá determinar principalmente as formas de aprendizado histórico será a *narrativa histórica*.⁵⁹⁸

Rüsen explica a narrativa histórica e sua relação com o tempo:

é um sistema de operações mentais que definem o campo da consciência histórica. Aqui o tempo é visto como uma ameaça às relações humanas normais, chamando-as para o abismo da incerteza. A experiência mais radical é a morte. A história é uma resposta para esse desafio: é uma interpretação da ameaçadora experiência do tempo.⁵⁹⁹

A narração, portanto, é o processo de atribuir sentido à experiência do tempo, produzindo uma estrutura de experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientar-se no curso do tempo. Se a morte é uma das experiências naturais mais explícitas do tempo, a narração transcende os limites dessa mortalidade, num horizonte mais amplo de ocorrências temporais significativas.

Para Rüsen, a narrativa histórica reside em três qualidades que se relacionam sistematicamente: 1) Uma narrativa histórica está amarrada à mediação da *memória* – já discutimos no tópico anterior. 2) Uma narrativa histórica organiza a unidade interna das dimensões do tempo (passado, presente, futuro) pelo conceito de *continuidade*. Esse

⁵⁹⁸ RÜSEN, Jörn. apud SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org). *El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral*. Revista Propuesta Educativa, Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. Oct. 1992. Tradução para o espanhol de Silvia Finocchio. Tradução para o português por Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starck. In *Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 59.

⁵⁹⁹ RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 46.



conceito ajusta a experiência real do tempo às intenções e expectativas humanas, fazendo com que as experiências do passado sejam relevantes no presente e influenciem no futuro. 3) Uma narrativa histórica serve para estabelecer a *identidade* de seus autores ou ouvintes através da continuidade, que deve ser capaz de convencer seus ouvintes da sua permanência ou estabilidade na mudança temporal do mundo e deles mesmos.⁶⁰⁰

Através dessas três qualidades, a narrativa histórica gera a orientação da vida prática no tempo. Rüsen estabelece uma tipologia geral da narrativa histórica, que pode ser realizada de quatro maneiras diferentes: *narrativa tradicional*, *narrativa exemplar*, *narrativa crítica* e *narrativa genética*.

Para exemplificarmos as tipologias na temática desta pesquisa, utilizaremos o exemplo de como essas narrativas se comportariam dentro de um museu de cidade.

A *narrativa tradicional*, a qual contribui também para uma construção de consciência histórica de tipo tradicional, articula tradições como condições necessárias para os seres humanos encontrarem seu caminho. As narrativas tradicionais nos lembram das origens que constituem os sistemas atuais da vida; constroem a continuidade como permanência dos sistemas de vida constituídos originalmente, e elas formam identidade pela afirmação de padrões culturais.⁶⁰¹ Segundo Rüsen: “as tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva”.⁶⁰²

A aplicação deste tipo de narrativa num museu de cidade estaria nas tradições orais, nas lendas e histórias de fundação de uma cidade, as religiosidades, objetos considerados sagrados, locais de origem.

A *narrativa exemplar* concretiza regras e princípios abstratos sobre as relações com as tradições. As tradições sozinhas não são suficientes como formas de orientação devido a sua limitação quanto ao conteúdo empírico, além de serem múltiplas e heterogêneas. As narrativas exemplares tentam organizar essa diversidade de tradições. As narrativas exemplares nos lembram dos casos que demonstram aplicações de regras gerais de conduta, formam identidade pela generalização das experiências de tempo às regras de conduta. O núcleo da lógica da narração exemplar é formulado pela velha sentença: *historia vitae magistra* (história, mestra da vida). O tempo ganha aqui o sentido

⁶⁰⁰ Ibid., p.48.

⁶⁰¹ Ibid., p. 49.

⁶⁰² RÜSEN, 1992, p. 62.



de extensão espacial.⁶⁰³ Podemos citar como exemplos em narrativas em um museu de cidade as figuras históricas, personagens que são modelos de realização, capacidade, exaltam personalidades, acontecimentos do passado que servem como exemplo para o nosso presente.

A *narrativa crítica* é baseada na habilidade humana da *negação* a tradições, regras e princípios que chegaram até nós. A negação precede qualquer alteração futura dos padrões culturais de entretenimento histórico. Isso significa que a narrativa crítica desconstrói e limpa o espaço para novos padrões. A crítica ao passado é construída por argumentos que oferecem uma “contranarração” àquela estabelecida. Ela desafia os valores e a moral, critica o genérico e a universalização daquilo que compõe o social. Rüsen define que nesta narrativa há um rompimento com a estrutura de continuidade temporal, surgindo novas perspectivas e pontos de vista quanto ao passado, presente e futuro, assim as tradições e as regras perdem o seu poder como fonte de orientação no presente.⁶⁰⁴

As narrativas críticas nos lembram dos desvios que tornam problemáticas as condições de vida atuais, dissolvem culturalmente ideias que demonstram continuidade. Sua formação de identidade se dá pela negação dos padrões, uma identidade da obstinação.

Para citarmos exemplos dentro de um museu de cidade, podemos pensar em narrativas que negam os “fatos oficiais” ou já estabelecidos narrativamente pela história oficial, trazendo novos olhares e novas vozes para um mesmo acontecimento, por exemplo a participação de outros sujeitos na fundação de uma cidade ou em acontecimentos, a participação das mulheres, dos movimentos sociais e de minorias na formação do espaço urbano.

Mesmo o tipo crítico trazendo bastante problematização para as narrativas históricas, a narrativa crítica e sua dinâmica de negação não é suficiente, ela apenas substitui um padrão por outro. Há, porém, um outro padrão que encontra sua mudança de narrativa por si só. Esse padrão é o último tipo, o genético.

A *narrativa genética* está direcionada para as mudanças temporais da humanidade, que a partir das alterações desafiadoras do tempo, os ouvintes em

⁶⁰³ RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 52.

⁶⁰⁴ RÜSEN, op. cit., p. 67.



conformidade, ajustam suas vidas lidando com as consequências que o tempo traz. É muito comum neste tipo de narrativa a ênfase no elemento da mudança estrutural, nos lembrando das transformações, alterando as formas de vida para que permaneçam em continuidade. Essas narrativas organizam a autocompreensão humana como um processo temporalmente dinâmico: o tempo ganha sentido de temporalidade.⁶⁰⁵

Os acontecimentos históricos são importantes para termos uma dimensão do passado, porém esses acontecimentos aqui, não são dados como universais, eternos, definidores de regras ou são objetos de negação. Esta é uma forma refinada de pensamento histórico onde o presente se coloca como uma intersecção entre passado e futuro. O futuro aqui se excede sobre o passado, tem maior destaque quanto às interpretações do presente. A memória histórica se apresenta como mutável no presente, tornando-se mais dinâmica do que os outros três tipos, a aceitação de distintos pontos de vista orienta a sociedade numa perspectiva abrangente de desenvolvimento comum, gerando mudança e transformação no sujeito necessária para a permanência da autoconfiança. Assim, o indivíduo torna-se sujeito histórico que interpreta o seu passado através de uma perspectiva de que o tempo e a sociedade mudam, se orientando dinamicamente conforme seu processo de autodefinição.⁶⁰⁶

Podemos encontrar como exemplo em museus de cidade as dinâmicas das mudanças temporais de um espaço urbano, entendendo que ela se transforma ao longo do tempo. Locais e prédios que foram construídos para um fim, mas que hoje possuem outra função, é o caso do prédio do Museu da Cidade de Manaus, que originalmente foi construído e usado para ser sede do governo municipal, passando por diversas transformações, assim como outros prédios antigos que sofreram intervenções arquitetônicas, foram demolidos para que outros novos se erguessem. Podemos pensar também em relacionar a narrativa genética quando observamos as transformações na Praça Pedro II, no Paço da Liberdade, em frente ao Museu da Cidade de Manaus, onde anteriormente era um cemitério indígena, um local sagrado, e hoje possui uma outra funcionalidade, mas não esquecendo das dinâmicas e das transformações temporais que aquele local sofreu.

⁶⁰⁵ RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 53.

⁶⁰⁶ RÜSEN, op. cit., p. 69.



Agora nos perguntamos: o que se ganha com os discernimentos desses quatro tipos? É importante entendermos que há uma relação bastante complexa entre eles. Cada tipo corresponde a uma condição necessária para a vida humana encontrar seu caminho no tempo, ou seja, os quatro tipos não se excluem, mas estão conectados, ainda que sejam diferentes um do outro. Em resumo, os quatro tipos são encontrados em qualquer texto histórico, narrativas ou exposições museais. Existe também, segundo Rüsen, uma progressão da narrativa tradicional para a exemplar, e da narrativa exemplar para a genética. A narrativa crítica atua como catalisador necessário para essa transformação.⁶⁰⁷

Rüsen elabora uma tabela para resumir as tipologias das narrativas históricas:

	Memória das/dos	Continuidade como	Identidade pela	Sentido do tempo
Narrativa tradicional	Origens , constituindo as formas atuais de vida.	Permanência das formas de vida originalmente constituídas.	Afirmação de padrões culturais pré-dados de autocompreensão.	O tempo ganha sentido de eternidade .
Narrativa exemplar	Casos , demonstrando as aplicações de regras gerais de conduta.	Validade das regras que cobrem temporalmente diferenças de vida.	Generalização das experiências de tempo às regras de conduta.	O tempo ganha sentido de extensão espacial .
Narrativa crítica	Desvios , problematizando as formas atuais de vida.	Alteração das ideias dadas de continuidade.	Negação de padrões dados de identidade	O tempo ganha o sentido de ser um objeto de juízo .
Narrativa genética	Transformações das formas estranhas de vida às próprias.	Desenvolvimento em que as formas de vida mudam de modo a estabelecer sua permanência dinamicamente.	Mediação entre permanência e mudança para um processo de autodefinição.	O tempo ganha o sentido de temporalidade .

Extraída de Rüsen (p. 50)

As pesquisas de Rüsen sobre consciência histórica e narrativa histórica foram desenvolvidas inicialmente para compreender como a historiografia e a teoria da história se estruturam no tempo histórico. Porém, existe um outro uso dessas tipologias, que segundo Rüsen, ainda é bastante hipotético. Trata-se justamente sobre o desenvolvimento

⁶⁰⁷ RÜSEN, op. cit., p. 53.



estrutural da consciência histórica no processo de individualização e socialização. Essas competências narrativas podem ser desenvolvidas, inclusive em outras áreas de conhecimentos como a psicologia e os estágios de desenvolvimento moral, de acordo com Piaget e Kohlberg.⁶⁰⁸

Considerações

Pensar estas estruturas narrativas dentro do campo museal colabora para que possamos entender as construções do aprendizado histórico e da formação identitária de uma sociedade. Lidar com as dimensões temporais, com a memória e com a história faz com que os espaços museais adquiram uma grande responsabilidade na construção de identidades individuais e coletivas, ainda que de forma empírica, seja pelas teorias de Rüsen, de Candau, ou outros pensadores.

Relacionar os conceitos de memória, identidade, consciência e narrativa histórica abre a possibilidade de entendermos como os museus constroem suas narrativas para seus visitantes, como as exposições causam impactos na formação histórica e identitária. Em lugares de construção de memória e história como os museus, iremos encontrar discursos que vale a pena serem analisados sob a perspectiva dessas teorias apresentadas.

Referências Bibliográficas

- BARCA, Isabel. (org.). **Educação Histórica e Museus**. Universidade do Minho, 2003.
- BARCA, Isabel. **Literacia e Consciência Histórica**. In. Educar, Curitiba, p. 96-112, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2ªed. Editora Vozes, 2012.
- CANDAU. Joël. **Memória e identidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- COSTA, Rila Arruda da. **Política cultural e museus no Amazonas (1997 – 2010)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011. Manaus: UFAM, 2011.
- COSTA, Rila Arruda da; PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra. **Museus do Amazonas**. Manaus: Editora Edua, 2012.

⁶⁰⁸ Ibid., p. 56.



GOB, André; DROUGUET, Noémie. **A Museologia: história, evolução, questões atuais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KOTKIN, Joel. **A cidade: uma história global**. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2012.

MALERBA, Jurandir. (org.). **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

MATOS, Maria Izilda dos Santos. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Editora USC, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A problemática da identidade cultural em museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)**. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n.1, p. 207-222, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n.2, p. 9-42-75-84, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Educação e museus: sedução, riscos e ilusões**. Ciências e Letras (Porto Alegre), Porto Alegre, n.27, p. 91-101, 2000.

PEREIRA, Júnia Sales. **Aprendizagem histórica como prática social: lições poéticas e éticas em “a danação do objeto: o museu no ensino de história”** In. Educação em Revista, Belo Horizonte, p. 299-303, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**.

ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO (org.) **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios sobre a história das ideias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

AMAZÔNIA COLONIAL EM CARTAS: RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

COLONIAL AMAZON IN CARDS: DIDACTIC RESOURCE FOR TEACHING HISTORY



SARAH DOS SANTOS ARAUJO⁶⁰⁹

Resumo

Este artigo é resultado de um trabalho realizado ao longo do ano de 2018 que gerou a reflexão sobre as estratégias para aulas de História que dissertaremos. No primeiro momento apresentamos um breve percurso sobre o ensino de História a partir dos anos 70 e 80, discutindo de que forma o ensino era pensado, as transformações pelas quais passou a partir desse momento e como influenciou a nossa forma de lecionar. No segundo momento, apresentamos nossa proposta de produção de jogo de cartas como estratégia para trabalhar o conteúdo de Amazônia Colonial. O recurso didático possibilitou além de aprender o conteúdo, aprofundar o contato com os alunos que produziram o jogo de cartas. Acreditamos ser importante compartilhar essas reflexões por elas ajudarem outros professores a conhecerem e problematizarem suas próprias experiências de ensino, além de contribuir com novas formas de se pensar e praticar o ensino de história na sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História; professor; aluno; recurso didático.

Resumen

Este artículo es resultado de un trabajo realizado a lo largo del año 2018 que generó la reflexión sobre las estrategias para las clases de Historia de las que hablaremos. En un primer momento, presentamos un breve recorrido sobre la enseñanza de la Historia de los años 70 y 80, discutiendo cómo se pensaba la enseñanza, las transformaciones que atravesó a partir de ese momento y cómo influyó en la forma en que enseñamos. En el segundo momento, presentamos nuestra propuesta de producir un juego de cartas como estrategia para trabajar el contenido de Amazonia Colonial. El recurso didáctico permitió, además de conocer los contenidos, profundizar el contacto con los alumnos que produjeron el juego de cartas. Creemos que es importante compartir estas reflexiones porque ayudan a otros docentes a conocer y problematizar sus propias experiencias docentes, además de aportar nuevas formas de pensar y practicar la enseñanza de la historia en el aula.

Palabras-clave: Enseñanza de la historia; profesor; alumno; recurso didáctico.

⁶⁰⁹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Professora de História do Centro Universitário do Norte e da SEDUC-AM. E-mail: araujosarahsantos@gmail.com.



Introdução

A sala de aula é um ambiente em que professor(a) e alunos(as) juntos podem construir saberes, diante disso também buscar estratégias para o ensino de História é mais um dos grandes desafios na educação hoje. Não apenas em História, mas em outras disciplinas, professores engajados procuram atrativos que façam os alunos se interessarem pelas discussões que a “matéria” implica. Pensando nas estratégias para alcançar os interesses do alunado para o conteúdo ministrado, a partir da década de 70 o ensino de História passou por várias transformações que se pautavam em repensar o modelo de ensino/aprendizagem brasileiro.

Entender como o ensino era pensado no período anterior à década de 70 e como passou a ser trabalhado com as pesquisas que se desenvolveram a partir de então, demonstram um importante debate no campo da historiografia do Ensino de História, que não nasce apenas na escola:

Pesquisas realizadas nos 70, 80 e 90 do século XX sobre as mudanças ocorridas no ensino de história e os processos de formação de professores demonstraram a enorme distância – e até mesmo discrepância – existente entre as práticas e os saberes históricos produzidos, debatidos e transmitidos nas universidades e aqueles ensinados e aprendidos nas escolas de ensino fundamental e médio. Enquanto, nos cursos superiores, os temas eram objeto de várias leituras e interpretações e predominava uma diversificação de abordagens, problemas e fontes, nas escolas de ensino fundamental e médio, de uma maneira geral, as práticas conduziam à transmissão de apenas uma história, uma versão que se impunha como a verdade. A formação universitária constituía o espaço da diversificação, do debate, do confronto de fontes e interpretações. A escola, o lugar de transmissão. E o livro didático, na maioria das vezes, a principal – senão a única – fonte historiográfica utilizada por professores e alunos⁶¹⁰.

Podemos ver que Fonseca pontua elementos que ainda se fazem presentes na realidade escolar. No contraponto a universidade parece um ambiente distante no qual as discussões são criadas e a escola seria um mero transmissor de verdades muito centradas no livro didático. A “História verdade” também acaba sendo reproduzida dentro dessa lógica, ligada àquilo que Paulo Freire denominou de “educação Bancária”, na qual há a repetição de informações que na maioria das vezes não fazem sentido para a realidade dos alunos⁶¹¹.

⁶¹⁰ FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 59-60.

⁶¹¹ FREIRE, Paulo. **Educação “bancária” e educação libertadora**. In: PATTO, M. H. S. (org.) *Introdução à Psicologia Escolar*. Revista Atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 62.



Com isso, a transformação do ensino não se fez apenas na escola, ela precisou ser revista a partir das universidades. Os saberes acadêmicos que eram levados às escolas, eram muito diferentes do que se vivenciava e se praticava na escola, em sala de aula. Por causa disso, o lugar que era para produzir o direcionamento para os futuros professores, produzia uma forma de conhecimento, e quando os profissionais saíam da universidade e tornavam-se professores, a realidade escolar apresentava desafios não trabalhados na sua formação. Entendemos que as reflexões e problematizações sobre o ensino e aprendizagem são recentes, e que muitas dessas percepções ainda estão em construção. Mas acreditamos ser importante evidenciar as distintas realidades para colocarmos em questão a experiência em sala de aula e os desafios que isso representa para os docentes do ensino básico.

Durante muito tempo o espaço acadêmico se pautou numa produção do conhecimento que se limitava do acadêmico para o acadêmico. Nos anos 70 e 80, vemos o renascer de pesquisas que buscaram romper com a ideia de “licenciatura idealizada” das universidades, e a busca pelas vivências em sala de aula com todas as dificuldades e burocracias que nelas existem. Isso, diferente do que se pensava propiciou ver a escola e o ensino de novas formas. Promoveu-se, então, o início de um movimento que ainda se propaga até hoje, que é trabalhar em meio às adversidades da educação brasileira.

Trazendo essas adversidades de forma mais clara falamos de: indisciplina, desinteresse pelos estudos, falta de amparo familiar, superlotação de salas de aula, isso só para citar algumas das questões mais comuns da vivência escolar. Essas dificuldades marcam diariamente a vida de professores e alunos, da rede pública de ensino; e diante delas os docentes buscam alternativas para fazer com que o conteúdo ministrado seja interessante ao alunado. Acreditamos que esses temas precisam cada vez mais fazer parte das discussões de forma mais direta na vida dos futuros docentes, pois o sucateamento da Educação cada dia faz tornar esses temas uma “matéria da escola” na vida dos profissionais da educação.

Trazemos essa questão para salientar um dos pontos que vemos como importantes para entender o que o professor vai vivenciar no exercício da profissão, pois, ao adentrarmos o ambiente escolar estamos inseridos no universo de representações e experiências cotidianos que vão moldar nossa percepção de como trabalhar na educação. Entendemos que o que se aprende na universidade molda nosso olhar para experienciar a vida na escola, mas estar na escola diariamente exige muito mais do docente do que aquilo que se aprende na universidade.



Diante do exposto, acreditamos que trabalhar as metodologias a serem usadas em sala de aula é um dos caminhos importantes para repensar o Ensino de História. Quais métodos podem ser usados para uma aula que discuta o conteúdo, mas seja interesse aos alunos? Quais metodologias conseguem unir a discussão do currículo e aquilo que é de interesse dos alunos? Essas são algumas das questões que vemos como importantes para o desenvolvimento de uma aula.

Pensado a partir do chamado “método tradicional”, temos o caminho da apresentação oral de conteúdo e elaboração de atividades, como exercício de fixação da aprendizagem. Contudo, não estamos aqui para dizer que esse tipo de método não deva mais ser utilizado, ou que é ultrapassado. Circe Bittencourt sobre a questão da renovação metodológica no ensino de História nos diz:

(...) É essencial entender que ele, assim como qualquer método de ensino, foi criado segundo uma concepção de aluno e de aprendizado. Fundamenta-se na ideia de que ensinar é transmitir um conhecimento e aprender é repetir tais conhecimentos da maneira como foi transmitido, sustentando a visão de que o aluno não possui nenhum saber sobre o que está sendo apresentado como objeto e ensino (...) ⁶¹².

A autora problematiza o método de ensino pautado no uso da lousa e pincel, indicando que ele faz parte de um contexto histórico que o vincula a ideia de conhecimento advindo da repetição. Tentando fugir dessa lógica de ensino, muitos professores podem pensar em descartar o uso da lousa e pincel vinculando ao “método tradicional”, porém, destacamos que ele, como as outras formas de ensinar, deve ser repensado dentro das dinâmicas de ensino. Não devemos descartar seu uso, mas também não podemos nos prender apenas a essa forma de apresentar e discutir os conteúdos no ensino de História. Muitas vezes, diante das dificuldades materiais da escola, são apenas esses dois instrumentos que o professor possui para trabalhar.

Soma-se a isso, a questão do público jovem, que não afeito a rotinas, estão sempre em busca de novidades. Com isso, entre a aula centrada diariamente dialógico com pincel e lousa e a aula em que se pensa distintas metodologias, observamos que as novidades causam impacto maior nas formas de aprendizado nesse alunado. Diante do público jovem que caracteriza o Ensino Fundamental e Ensino Médio, que veem na escola espaço para socialização e expressão de suas múltiplas realidades concordamos com Costa, que:

⁶¹² BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 230.



(...) para compreendermos os jovens que estão presentes na escola, precisamos enveredar pelo entendimento dos anseios e das necessidades desses sujeitos, por vivermos em uma sociedade marcada por transformações econômicas, sociais e culturais; somente esse fator já requer quebras de paradigmas no interior da escola, pois ser jovem está relacionado a um período de mudança, de transição entre a infância e a vida adulta; atente-se, também, para o estilo de vida próprio de cada jovem, vivendo num período caracterizado por laços de amizade, de críticas às normas e às regras sociais ou marcado por rebeldia, como também caracterizado pelas redes de transmissão da ideologia do mercado “nicho de mercado”. Tal nicho influencia muitos jovens no estilo de vida por meio da moda e da necessidade de acompanhar a era da informatização com todas as suas novidades, como: internet, mp3, mp4, aipod, dentre outras formas que se caracterizam como encantadoras e, de certa forma, diretamente ligadas aos jovens na contemporaneidade⁶¹³.

Diante disso, o professor além de estar preparado no domínio de seu conteúdo, deve lidar com essas “diferentes manifestações da juventude”, como cita a autora, e fazendo a leitura delas, produzir métodos que contemplem e alcancem os interesses dos jovens. Tal olhar para o alunado exige um exercício constante de observação e diálogo para compreender essas necessidades, abrindo espaço para que o professor também tenha que realizar uma análise profunda da realidade de cada sala que ministra suas aulas. Temos que entender que por mais que o espaço escolar tenha sido criado para o ensino-aprendizagem, os alunos que estão ali tem outros múltiplos objetivos na escola.

Além disso, precisamos trabalhar a questão da consciência histórica que também que cruza a relação do ensino-aprendizagem. Estimular essa percepção nos alunos faz parte do trabalho do professor, entrando como mais um dos grandes desafios dos docentes em sala de aula. Antes de problematizarmos essa consciência histórica diante dos desafios da didática e metodologias, temos que compreendê-la de forma específica dentro desse mundo em constante transformação, que faz parte da juventude vivenciando suas percepções históricas. O desenvolvimento de si que se faz dentro do espaço escolar, pode ser trabalhado e percebido dentro de uma concepção histórica; as memórias, construções do passado, anseios pelo futuro, fazem esse cruzamento das representações múltiplas da juventude que compõem a consciência histórica. Sendo esse um dos eixos relevantes para esse trabalho, a percepção dos alunos como parte do processo histórico e protagonistas do ensino também.

Luís Fernando Cerri ao pensar essas questões, traz a sentença que resume um pouco dessa ideia:

(...) o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplina no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de

⁶¹³ COSTA, Mariane Brito da. As diferentes manifestações da juventude na escola: uma visão dos impasses e das perspectivas. *Conjectura*, Caxias do Sul, v.15, n. 1, p. 93-105, jan./abr. 2010. p. 98.



enfocar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo⁶¹⁴.

Deste modo, pensar o jovem nesse espaço restrito que é a escola, não o tira da condição de pessoas que constituem sua humanidade no tempo de forma complexa. Nesse universo o professor assume múltiplos papéis, ele ensina, escuta, mostrar caminhos para problematizar, e nessa trilha trabalha a consciência histórica dos alunos e os ajuda a se perceber nesse processo. Unir esses elementos as propostas do currículo escolar é o outro desafio, pois a realidade em sala de aula, por vezes ultrapassa as discussões que são colocadas como “obrigatórias”.

Diante do exposto, trabalhar de forma dinâmica os planejamentos de aulas é um dos mecanismos que podem ajudar a direcionar questões que abarquem, previamente, o que pode ser de interesse dos alunos a aliado metodologias que ajudem a trabalhar a consciência histórica. As metodologias dentro do ensino, por vezes, vistas como complexas, são aliadas dos docentes na busca de transformar o conhecimento em algo que possa ser interessante aos alunos. Porém, não as recebemos prontas para serem apenas aplicadas, além disso, cada turma vai responder de formas diferentes as abordagens que foram utilizadas.

Não estamos aqui para dizer que a produção de metodologias e o uso de recursos didáticos no ensino sane todas as questões problemáticas da educação, principalmente em escolas públicas. Colocamos que, diante dos desafios do ensino, uma das funções dos docentes de hoje é buscar transformar, com o ensino, esse local que muitas vezes é visto como depósito de pessoas em espaço de criação e transformação de realidades. E lembrar, que professor não é o único com conhecimento e experiência no espaço escolar. Faz parte da função docente essa tomada de consciência, como diz Paulo Freire:

(...) Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza da minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas, não desiste⁶¹⁵.

⁶¹⁴ CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2001. p. 100.

⁶¹⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 40.



Assim, uma dessas dimensões acaba passando por transformar o ensino, que o Estado a cada dia trabalha para sucatear, em algo que possa mobilizar a existência de quem aprende na escola.

Uno Colonial – relato de experiência

Em diálogo com o professor Vinícius Alves do Amaral⁶¹⁶, discutimos uma proposta por ele elaborada, com seus alunos de Ensino Médio, trabalhando o conteúdo de “Escravidão Brasil” por meio de um jogo de cartas. Nossa proposta, inspirada no trabalho dele, foi desenvolver com a estrutura do jogo “Uno”, um jogo baseado no conteúdo de América Portuguesa, afinando para o tema da colonização na Amazônia⁶¹⁷.

Para isso estruturamos grupos e designamos os conceitos trabalhados no capítulo do livro didático denominado “A marcha da colonização na América Portuguesa”⁶¹⁸. No capítulo percebemos, como na maioria dos livros, que o tema de colonização dialogava com as diversas partes do nosso território, porém ao tratar da região que hoje conhecemos como Norte, as menções foram breves sobre a atuação dos jesuítas e a “Revolta de Beckman”. Sem trazer olhares sobre o trabalho indígena implementado com vigor pela atuação dos missionários e as formas de exploração vivenciadas pelas populações indígenas.

Por isso, resolvemos aprofundar as questões em torno do processo de colonização da nossa região. Além dos personagens e conceitos já apresentados no livro como: Jesuítas missionários, Colonos exploradores, Donos de Terra (fazendeiros), Comerciantes, Tráfico de Escravos, Negros escravizados, Mestiços, Drogas do Sertão; trabalhamos com especificidades como: a exploração dos povos indígenas diante do processo de colonização e o contexto que produziu essas ações. Deste modo, adicionamos

⁶¹⁶ Agradeço imensamente ao Professor Mestre Vinícius Alves do Amaral por sugerir a atividade, incentivar o uso com os alunos do fundamental II, além de acompanhar o desenrolar deste breve relato.

⁶¹⁷ A proposta também fez parte das dinâmicas do projeto elaborado pela autora no âmbito do Programa Ciência na Escola (PCE) no ano de 2018. O projeto intitulado “Métodos e abordagens para a prática do Ensino de História no Fundamental II” produziu diversas experiências metodológicas elaboradas em parceria com os bolsistas: Kathellen Peixoto da Cunha, João Pedro Silva Rodrigues e Rilary Nunes de Oliveira aos quais direciono meus sinceros agradecimentos e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) que aprovou e fomentou o desenvolvimento do trabalho.

⁶¹⁸ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. 8º ano. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015. p. 32.



os temas: Guerra Justa⁶¹⁹, Descimento⁶²⁰, Resgates⁶²¹ e o Diretório dos Índios⁶²². Esses temas e conceitos que trabalhamos de acordo com os estudos do historiador Francisco Jorge dos Santos, que também destaca a comunicação direta com Portugal que o Estado do Grão-Pará mantinha, e o sistema de capitães de aldeia instalado, mais um elemento a ser discutido na realidade dessa colônia, como trata Francisco Jorge dos Santos⁶²³.

Discutidos esses temas na aula, trabalhamos os conceitos e demos os direcionamentos para os grupos elaborarem seu jogo com base neles, seguindo mais ou menos a seguinte ordem, como do jogo uno⁶²⁴: 1 – Indígenas livres; 2 – Jesuítas/Missionários; 3 – Colonos/Exploradores; 4 – Donos de Terra/ Fazendeiros; 5 – Índios Aldeados; 6 – Negros/Escravos; 7 – Diretor de Índios; 8 – Tráfico de Escravos; 9

⁶¹⁹ As “guerras justas” eram legalizadas por regimento da Coroa Portuguesa, quando algum indígena “gentil” cometesse algum crime, ou insulto contra colonos. Porém, era usada como justificativa para fazer indígenas prisioneiros se tornarem escravos.

⁶²⁰ Era uma forma de recrutamento de força do trabalho indígena. Ela ocorria de dois modos: o primeiro por persuasão dos missionários que iam até a aldeia dos nativos para convencê-los a viver uma “vida civilizada”. A outra forma era por coação, obrigando os nativos a irem para os núcleos coloniais.

⁶²¹ Índios oriundos de “resgate” eram aqueles que eram presos das guerras intertribais, também conhecidos como “índios de corda”, seriam salvos da iminente morte nas mãos de uma nação indígena rival que o teria capturado. Assim, os colonos os salvariam de seu destino de morte para serem escravos.

⁶²² Diretório que reformulou o “governo dos índios” na colônia. As questões em torno do “Governo Geral dos Índios”, “Civilização dos Índios” e “Economia”, saíram do domínio dos missionários jesuítas, e passaram para as mãos de colonos. Criou-se a figura do “diretor de índios” que era o responsável pelos núcleos coloniais e repartição da mão de obra nativa.

⁶²³ SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

⁶²⁴ **Uno** é um jogo de cartas desenvolvido pela [Mattel](http://manualzinho.blogspot.com/2009/08/como-jogar-uno.html). Recomenda-se de dois a dez jogadores para jogá-lo, a partir de 7 anos de idade. **Objetivo:** ser o primeiro jogador a ficar sem cartas na mão, utilizando todos os meios possíveis para impedir que os outros jogadores façam o mesmo. **Como jogar:** Cada jogador recebe 7 cartas. O restante do baralho é deixado na mesa com a face virada para baixo e então vira-se uma carta do monte. Esta carta que fica em cima da mesa serve como base para que o jogo comece. O jogador a esquerda do que distribuiu as cartas inicia o jogo, que deve seguir em sentido horário. Os jogadores devem jogar, na sua vez, uma carta de mesmo número, cor, ou símbolo da carta que está na mesa. Exemplo: se a carta inicial for um 2 *vermelho* o primeiro jogador deve jogar sobre ela um 2 (não importando a cor) ou uma carta vermelha (não importando o número). O jogador sucessivo faz o mesmo, dessa vez valendo como base a carta colocada pelo jogador anterior. Ao jogar a penúltima carta, o jogador deve anunciar em voz alta falando “UNO”. Se não fizer isso, os demais jogadores podem obrigá-lo a comprar mais duas cartas. A rodada termina quando um dos jogadores zerar as suas cartas na mão. **Cartas especiais:** Além das cartas numéricas, o baralho de UNO possui mais 5 cartas especiais que produzem diferentes efeitos durante o jogo: **+2:** o jogador seguinte apanha duas cartas e passa o seu turno ao jogador seguinte; **Inversão:** o sentido de jogo inverte-se. Se o sentido do jogo está no sentido horário, quando jogada uma carta “Inverter”, joga-se em sentido anti-horário; **Bloqueio:** o jogador seguinte perde a vez; **Curinga:** pode ser jogada durante qualquer momento do jogo independentemente da carta que se encontra no topo de descarte. O participante que jogar essa carta escolhe a próxima cor do jogo (verde, azul, vermelho ou amarelo); **Curinga +4:** o jogador seguinte apanha quatro cartas do baralho e perde o turno, o jogador que a descartou escolhe a próxima cor do jogo (verde, azul, vermelho ou amarelo). Esta carta só deverá ser jogada quando o jogador não possui nenhuma outra carta que possa usar. No entanto, se o jogador prejudicado desconfiar que o primeiro jogador está “blefando”, pode pedir para conferir a mão deste, se estiver certo, o jogador que jogou terá que apanhar as 4 cartas como punição. Caso a jogada tenha sido legal, o jogador que desconfiou deve apanhar seis cartas.

Ver: <http://manualzinho.blogspot.com/2009/08/como-jogar-uno.html>. Acesso em: 07 nov. 2020.



– Comerciantes; **Inversão** – Guerra Justa; **Bloqueio** – Descimento; +2 – Resgate; **Curinga +4** – Drogas do Sertão; **Curinga** – Mestiço.

Pensando nas discussões em sala e nas formas de fazer com que o conteúdo pudesse ser aprofundado, trabalhamos com a dinâmica de discutir os temas e ir por etapas confeccionando as cartas. Desse modo, pudemos aliar os interesses dos alunos pelo jogo Uno e o conteúdo do currículo. Assim, o material foi produzido, de acordo com a quantidade de cartas e cores originais do Uno e cada conceito deveria ter as cores do jogo: azul, verde, vermelho e amarelo. Com os temas de 1 a 9, mais as cartas especiais.

A inovação na forma está que a produção das cartas durante a aula estimulou o interesse dos alunos que usando livremente usaram a criatividade para inserirem imagens dos temas e conceitos trabalhados em sala. Desse modo, não centralizamos a discussão na fala do professor, mas conseguimos ampliar o debate para ao longo da confecção das cartas do jogo com a participação real dos alunos.

Os grupos iam se orientando a partir dos conceitos para produzir as cartas e entre eles buscavam os sentidos históricos do que seriam os missionários, qual era a função de um diretor de índios, a importância das drogas do Sertão na colônia. Após essas discussões entre si, eles poderiam fazer as cartas de forma impressa, desenhada, ou até mesmo escrita com os nomes dos temas e conceitos. Essa liberdade direcionada para a produção estimulou o interesse dos alunos, o que fez com os grupos se tornassem mais participativos na atividade.

Imagem 1 - Registros da produção das cartas do jogo



Fonte: Fotos do acervo particular do(a) autor(a), todos os direitos de imagens reservados.

Por fim, propusemos como avaliação o resultado da confecção das cartas, com apresentação oral dos significados de cada carta, sendo descrito de acordo com as





definições históricas de cada tema/conceito, além de uma simulação do jogo com os critérios que poderiam ser pensados a partir das definições das cartas. Importante destacar também que essas cartas continuaram sendo mantidas como parte dos recursos didáticos para as aulas de Histórias, sendo utilizadas em outros anos para abordagem do conteúdo de história da colonização da América Portuguesa.

Imagens 2 – Apresentações dos jogos de carta produzidos pelos alunos



Fonte: Fotos do acervo particular do(a) autor(a), todos os direitos de imagens reservados.

Diante dos resultados, podemos perceber a adesão de quase a totalidade das turmas. Um dos pontos a salientar é que como era uma atividade em grupo e as turmas são numerosas, a chance de se perder o foco ao longo do desenvolvimento do trabalho poderia ocorrer. Porém, os alunos estavam interessados e envolvidos na produção do jogo, de modo que, a atividade trouxe como benefício o foco e dedicação ao trabalho direcionado.

Destacamos que o jogo Uno é muito popular entre os alunos, nos intervalos e até nos momentos em que os professores se ausentam da aula, as cartas são colocadas para “jogo”. Então, aliar a ideia de produzi-lo e jogá-lo, fez com que algo que já fazia parte da realidade dos alunos pudesse ser executado de forma mais interativa. Assim, podemos dizer que observada essa característica da vivência dos alunos e adaptada ao conteúdo do currículo, as chances de aulas bem-sucedidas é maior.

O outro benefício associado a este trabalho foi poder desenvolver essa atividade em turmas numerosas, possibilitando uma participação mais efetiva dos alunos. Essa é uma questão que merece um pouco mais da nossa atenção, pois como discutido no início do texto um dos desafios do ensino hoje é a superlotação das salas, e ao fim de tudo o professor acaba tendo que desenvolver atividades que agreguem a quantidade de alunos que estão na sala de aula. Deste modo, pensar metodologias e abordagens que consigam abarcar grande quantitativo de aluno é um dos caminhos para se conseguir obter

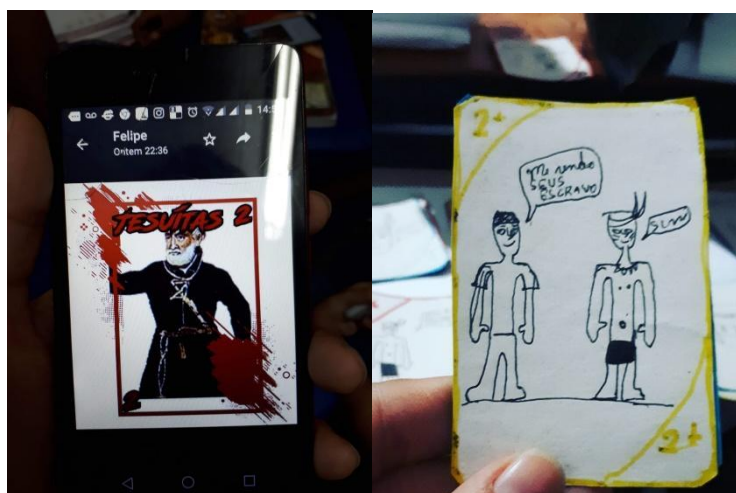


resultados positivos no ensino aprendizagem. A questão mesmo é conseguir criar essas abordagens que alcancem todos os alunos presentes na sala.

Outro aspecto importante foi como os alunos fizeram suas leituras particulares dos conceitos por meio de imagens e desenhos que usaram para colocar nas cartas. A inserção de aspectos da Amazônia Colonial possibilitou uma interpretação mais aprofundada do processo de colonização e da percepção desse processo no nosso território. Assim, os alunos ampliaram seu repertório sobre a história das populações indígenas e colonização.

Podemos, por exemplo, ver na imagem 3 um jesuíta representado na carta vermelha, estilizada e customizada, com a qual podemos relacionar a contribuição dos padres na exploração dos indígenas; o vermelho seria o sangue das populações indígenas exploradas no processo de colonização, conexão que debatemos com os alunos que entenderam o papel desse personagem histórico. Ao lado temos uma carta amarela, na qual há um diálogo entre um colono e um indígena, fazendo referência a lógica do conceito de “Resgate”. Sobre esse processo conversamos ao longo da produção das cartas, e problematizamos algumas simplificações que os alunos apresentam, como no diálogo que seria apenas o colono falar que queria indígenas como escravos que os indígenas responderiam facilmente que sim.

Imagens 3 – Apresentações de esboços das cartas do jogo



Fonte: Fotos do acervo particular do(a) autor(a), todos os direitos de imagens reservados.

Como podemos perceber, cada grupo e cada aluno vai reproduzindo suas compreensões de acordo com sua leitura do conteúdo. As discussões se tornam mais promissoras pois eles precisam entender os conceitos para depois dispô-los no jogo.



Assim, cria-se maior familiaridade, por exemplo, com os jesuítas que são padres missionários que a maioria da juventude não ouve falar com frequência e com a metodologia em jogo traz um maior interesse de saber quem foram e qual seu papel no processo de colonização.

As cartas que foram desenhadas trazem a interpretação dos alunos sobre o conteúdo e eles buscam mecanismos alternativos para produção da carta, pois sim, existem os alunos que não quiseram produzir as cartas e a esses foi solicitado que desenhassem para que participassem de todo modo. Daí advieram as produções como as acima e apresentação de como compreenderam os conceitos vai se revelando.

A recepção a atividade foi positiva, a maioria dos alunos demonstrou interesse, mas existiram os que se engajaram mais na atividade que outros. De forma geral, percebemos que diferente de outras aulas em que não utilizamos essa dinâmica de discussão dos conteúdos com a produção das cartas, a criação do jogo trouxe o interesse pelo tema América Portuguesa e tudo que propusemos discutir.

Foi possível perceber entre os alunos um maior interesse pela história das populações indígenas, entendendo que eles fazem parte de uma história que lhes pertence. Dentre os questionamentos surgidos entre os alunos, um deles foi o motivo pelo qual muitas pessoas na nossa cidade não se percebem como descendente de indígenas, negando o pertencimento a essa cultura. Tema que abriu espaço para discussão sobre preconceitos a respeito dos povos indígenas e a ampliação da compreensão da diversidade desses grupos.

Outra questão relevante sobre o processo de colonização que surgiu no debate foi conhecerem mais sobre a ação dos colonizadores. Os alunos compreenderam o quão violento foi a presença do homem Europeu no nosso território, passando então a entender a importância da luta dos povos indígenas pela manutenção de sua cultura.

Por fim, estudar sobre Guerra Justa, Descimento, Resgate e a criação do Diretório de Índios, trouxe a possibilidade de os alunos conhecerem mais da história da nossa região, uma vez que os livros didáticos, na maioria das vezes, não trazem esses temas de forma detalhada. Além disso, passam a perceber as questões referentes ao silenciamento sobre a história dos nossos grupos étnicos e sua importância para o desenvolvimento do trabalho na Colonial.

Considerações finais



O desenvolvimento desse trabalho em sala de aula foi uma experiência proveitosa para a discussão de América Portuguesa, os alunos puderam desenvolver suas capacidades na confecção das cartas e na compreensão dos temas e conceitos que, por vezes, são discutidos, mas não aprofundados. Ao longo das aulas e com os diálogos sobre o tema, eles foram compreendendo os significados do processo de colonização da América Portuguesa e as peculiaridades da nossa região. Esse processo é importante, porque além de entenderem o sentido do processo histórico, os alunos conseguem se perceber também como parte dele.

Aprofundar conhecimentos sobre a colonização e sobre as populações indígenas na América Portuguesa, ajudou a desmistificar algumas ideias consolidadas e desconstruir preconceitos sobre a História do Amazonas. Das ideias consolidadas, temos a questão da vitimização das populações indígenas, ou o apagamento de suas ações no processo histórico. Essas questões acabaram vindo à tona na discussão dos temas e durante a produção das cartas, sendo espaços de reflexão importantes durante as aulas.

Criar forma de aproximação com os alunos é um dos caminhos a serem trilhados na vida docente. Perceber que o jogo de cartas era um dos atrativos entre os alunos e aliar isso ao conteúdo das aulas é uma estratégia que pode ser adaptada a diversas outras disciplinas. O ponto de partida deve ser o contato com os alunos e a observação daquilo que mobiliza a realidade deles, assim, tendo uma base para pensar estratégias e abordagem na hora de trabalhar os conteúdos.

Não vamos dizer que seja tarefa fácil trabalhar os conteúdos e interesses dos alunos, como dissemos ao início desde texto o sistema de educação não preza por desenvolver as amplas capacidades dos alunos, muita das vezes mantendo presos, alunos e professores a lógica meramente conteudista ou de coeficiente em notas. Mas, não é por esses motivos que devemos nos manter nessa lógica, podemos pensar alternativas e buscar transformar a sala de aula nesse espaço de discussão e produção do conhecimento.

Destacamos também a produção do jogo de cartas como recurso didático e as cartas podendo ser conservadas e trabalhadas muitas vezes, gerando assim uma continuidade de sentido daquilo que foi feito pelos alunos. É importante refletir sobre o uso desses materiais e o entendimento de que sua reutilização é positiva tanto para o professor, quanto para os alunos que se sentem participantes ativos do processo ao verem sua produção ganhando novos espaços.

Por fim, pensar estratégias para abordar os alunos no ensino de História continua sendo um desafio, porém, ele ganha caminhos novos quando os professores são



incentivados e veem espaços para aplicação de atividades que busquem melhor ensinar o conteúdo programático. Isso depende de muito fatores, como mencionamos no início desse texto, mas acreditamos que as estratégias podem ser reproduzidas e adaptadas as distintas realidades, possibilitando o aluno ampliar seus conhecimentos e exercitar cada vez mais suas capacidades com o senso crítico trabalhado com esse tipo de aula.

Data de Submissão: 05/12/2020

Data de Aceite: 12/03/2021

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5ª edição - São Paulo: Editora Contexto, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. 8º ano. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: poder, magia e religião na Amazônia Colonial**. Curitiba: CVR, 2017.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2001.

COSTA, Mariane Brito da. As diferentes manifestações da juventude na escola: uma visão dos impasses e das perspectivas. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.15, n. 1, p. 93-105, jan./abr. 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação “bancária” e educação libertadora**. In: PATTO, M. H. S. (org.) Introdução à Psicologia Escolar. Revista Atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOANILHO, André Luiz. **História e prática: pesquisa em sala de aula**. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa**. *In*: Os Senhores dos rios. Organizadores: Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista**: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SANTOS, Silmar Leila dos Santos. Ensino nos anos finais do ensino fundamental: análise documental de seis estados brasileiros. **Cadernos cenpec**, São Paulo, v.5, n.2, p.255-283, jul./dez. 2015.



NOVOS CONTORNOS DO FEMINISMO A PARTIR DO SUL: GREVE GERAL E POTÊNCIA

NEW CONTOURS OF FEMINISM FROM THE SOUTH: GENERAL STRIKE AND POWER

EDUARDA MARIA MURAD⁶²⁵
LORENA DE OLIVEIRA⁶²⁶



Verónica Gago é doutora em ciências sociais e professora na Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade de San Martín (UNSAM), além de pesquisadora e autora de diversos artigos sobre economia popular, economia feminista e teoria política. Faz parte do Coletivo NiUnaMenos, surgido em junho de 2015 após episódios brutais de feminicídios contra jovens mulheres de países da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai. O coletivo se tornou atuante na luta contra o feminicídio em toda a América Latina, sendo também responsável pelas mobilizações a favor da Greve Internacional Feminista e pela recente conquista da descriminalização do aborto na Argentina. É a partir desta visão e vivência em espaços de luta que a autora apresenta “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo”, título traduzido para o português na edição brasileira, publicada em 2020, pela Editora Elefante.

O livro é composto por oito capítulos, os quais trazem os fundamentos para as oito teses sobre o atual feminismo transnacional defendidas por Gago, em um tom de manifesto, convidando a “experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer” (GAGO, 2020, p. 10). Ao longo de cada um deles, a autora trabalha argumentos que nos levam à visão de que “a greve só é geral porque é feminista” (GAGO, 2020, p. 229), visto que o movimento feminista atual é marcado de massividade e radicalidade, as quais refletem sua marca transnacional ao se fazer presente em diversas lutas, e por uni-las. Com isso, chega-se à conclusão de que se as mulheres pararem, o mundo para.

⁶²⁵ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: muradeduarda@gmail.com.

⁶²⁶ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: lorenadeoliveira03@gmail.com.



A obra é revolucionária na medida em que a autora dialoga com a trajetória de mulheres latino-americanas, além de conter importante bibliografia feminista, como: Angela Davis, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, Nancy Fraser, Wendy Brown, Cinzia Arruza, Rita Segato e Raquel Gutiérrez Aguilar, dentre outras. Em uma constante troca de convergências e contrariedades surgem novas considerações sobre o movimento feminista atual e suas possibilidades de potência. Ainda há certa inovação e contraposição a Marx, sobretudo pelo argumento de que o caráter geral da greve é decorrente do feminismo e não do perfil geral de trabalho (assalariado, sindical e universal), o qual carrega marcas de uma realidade masculina.

No primeiro capítulo, a autora foca sua análise na greve, considerando-a um processo, algo ainda em desenvolvimento, mas capaz de impulsionar o movimento feminista internacionalmente. Esse impulso seria decorrente da relação entre as violências econômicas e aquelas concentradas contra os corpos das mulheres e corpos feminizados, ambas vinculadas à “justaposição de formas de exploração do capitalismo contemporâneo” (GAGO, 2020, p. 23). Esse impulso também se relaciona com o desejo propulsor das mulheres em buscar sua independência e seu próprio destino, fazendo com que se afastem da imagem de vítimas e do luto, ambos decorrentes das violências vividas. Assim, as mulheres se situam como sujeitos de direitos a partir de sua própria potência.

Dentre as possíveis alternativas para a articulação do movimento feminista, as assembleias se mostram como uma ferramenta eficaz de percepção e avaliação das possibilidades existentes. Sob essa perspectiva, as assembleias vão além das considerações sobre os trabalhos assalariados e passam a se preocupar também com os trabalhos socialmente considerados invisíveis: realizados no ambiente doméstico, na condição de dupla e/ou tripla jornada das mulheres, que resultam em uma exploração capitalista-patriarcal-colonial. Assim, dialogando com Luxemburgo (1970), a autora defende que a greve feminista é sentida como algo urgente e potente, destacando que “não se trata apenas de buscar reconhecimento pelo trabalho invisível, mas também de rechaçá-lo” (GAGO, 2020, p. 48).

No segundo capítulo, o foco está na análise da violência contra as mulheres e contra os corpos femininos para além das questões de gênero, conectando-as a outras formas de violência próprias da sociedade capitalista. Para elucidar essa verdadeira guerra contra as mulheres, a autora destaca quatro pontos essenciais: violência doméstica marcada pela crise do homem provedor (o qual se torna impotente diante dos empregos precários e com remunerações insuficientes); autoridade nos bairros populares contra



alternativas à obtenção de recursos (obtenção que, no âmbito da economia popular, é protagonizada pelas mulheres); espoliação de terras e recursos por empresas transnacionais (destacando que a questão do extrativismo também é essencial para a análise do cenário atual); e financeirização da vida social que acarreta, dentre outros fatores, o superendividamento da população com menos recursos financeiros.

Dialogando também com Segato (2014), a autora evidencia que atualmente as violências contra as mulheres podem ser consideradas novas formas de guerra, destacando que se trata de uma violência de caráter feminicida, devido às formas brutais com que são praticadas. Aproximando-se de Federici (2018), a autora expõe que o patriarcado do salário, ao se aliar com a precariedade das atuais condições do trabalho, resulta no declínio da imagem do homem provedor que desconta sua frustração e impotência contra as mulheres no ambiente doméstico. Interessante ponto destacado é que, ao mesmo tempo em que são cometidas mais violências e de formas cada vez mais desumanas, há uma tendência em considerá-las como casos excepcionais ou patologias, numa tentativa de “desculpar as masculinidades violentas” (GAGO, 2020, p. 80).

Ainda ao lado de Federici (2017), a autora também destaca que a guerra contra as bruxas persiste na sociedade atual, mas se manifesta em outros corpos, territórios e conflitos, gerando um estado de guerra constante contra as mulheres. Nesse sentido, inicia a compreensão de que o conhecimento dos saberes do corpo é uma potente ferramenta de luta contra as violências interseccionadas da sociedade capitalista, pois permite o reconhecimento de um corpo-território, conceito que é apresentado no capítulo seguinte.

Em sua terceira tese, Gago destaca os corpos femininos como campo de batalha, o qual, na sociedade contemporânea, é tratado de forma semelhante às colônias. Há um interesse na subordinação e exploração de cada corpo e também do corpo coletivo. Neste sentido, o movimento feminista se mostra como ferramenta de insubordinação de caráter anticapitalista e anticolonial, já que vê o corpo como “uma força de perseverança na existência que sempre é coletiva e individualizada” (GAGO, 2020, p. 110). Assim, esse corpo-território deve ser lido, antes de tudo, como uma ideia-força.

Neste sentido, a autora questiona qual espaço permite a criação desse corpo-território de luta e nos responde que é justamente o espaço oposto àquele que o violenta, ou seja: as ruas. Assim, “tomamos a rua e fazemos dela uma casa feminista” (GAGO, 2020, p. 128).

Seguindo este argumento, a autora destaca a importância de reconhecer o extrativismo numa visão ampliada e de compreendê-lo como um regime político, já que



exige uma colonização permanente de recursos que vão além dos naturais e que também se situam sobre os corpos femininos. Por isso, há uma preocupação em controlar a potencialidade (de resistência e de luta) desses corpos, assim como ocorre na discussão pela descriminalização do aborto.

No quarto capítulo nos é apresentado o conceito de economia feminista e como esta é capaz de ampliar a análise da economia em si, ao relacioná-la com “a divisão sexual do trabalho e os modos de opressão do desejo” (GAGO, 2020, p. 143). A proposta é que não se crie um capítulo próprio, mas sim que a análise econômica seja reformulada. Nesse sentido, a autora ressalta que o protagonismo de lideranças feminizadas nas economias populares gera um prestígio social que permite o surgimento de novas formas de autoridade.

Trazendo a experiência argentina para o debate, a autora destaca a realidade das “filhas das piqueteras”, crianças que acompanhavam suas mães e demais familiares em assembleias de desempregados e que atualmente integram os movimentos relacionados à economia popular, além de outros movimentos potencializadores, como a #DesendeudadasNosQueremos. Com isso, é evidenciado que “as lutas feministas impulsionam um movimento de politização e coletivização do problema financeiro que propõe especificamente uma leitura feminista da dívida” (GAGO, 2020, p. 163). Neste capítulo, a financeirização, o endividamento e as precárias condições de trabalho integram a noção de extrativismo ampliado, mostrando que, atualmente, tornou-se comum “trabalhar cada vez mais, por cada vez menos dinheiro” (GAGO, 2020, p. 174).

No capítulo intitulado “Assembleias: um dispositivo situado de inteligência coletiva”, a autora retoma a perspectiva da greve feminista, revelando as assembleias como uma ferramenta capaz de atribuir soberania ao que é decidido coletivamente. Destacam-se três potências que são próprias das assembleias: a avaliação da situação concreta; a capacidade estratégica de decisão política; e a concretização de suas decisões. Assim, é possível elaborar “um diagnóstico feminino da crise” (GAGO, 2020, p. 189).

Um ponto muito interessante trazido pela autora é que as assembleias permitem a reapropriação do espaço da greve por dentro do movimento sindical, e que a perspectiva feminista, necessariamente, inclui neste debate outras formas de trabalho que eram sequer consideradas. Desse modo, a lógica das assembleias permite a criação de uma soberania e inteligência popular a partir de um espaço coletivo de decisão. Ao final, aproxima-se de Butler (2015) no sentido de reconhecer a assembleia como uma conexão de corpos na



medida em que ocupa variados espaços e atua com força comum, ou seja, atribui performatividade à insurgência cotidiana, seja em uma marcha ou ocupação, por exemplo.

No sexto capítulo é destacada a Internacional Feminista, evidenciando que, nos últimos anos, a força do feminismo tem partido do Sul e está enraizada na América Latina. Também é elucidado que não há uma estrutura centralizada, ao passo que o feminismo se faz presente em diversas lutas e territórios, o que lhe permite ser onipresente e criar vínculos, mas sem homogeneizar seus grupos. Três territórios se destacam neste transnacionalismo feminista: os indígenas e comunitários, o doméstico e os de precarização.

Gago aponta argumentos de que a greve só é geral porque é feminista, pois reconhece diversas lutas e distintos corpos-territórios que se relacionam em um corpo comum, que é a própria greve feminista. Dessa forma, enfatiza que “multiplicidade não é dispersão, mas a forma de estar à altura da heterogeneidade de tarefas que realizamos e de imperativos que passamos a desobedecer quando decidimos parar” (GAGO, 2020, p. 230). Essa lógica de conexão também se relaciona com a interseccionalidade, mostrando que há uma convergência de lutas, as quais são dotadas de massividade e totalidade através de suas diferenças. Nesta seção, a autora também traz uma abordagem diferenciada sobre a relação entre neoliberalismo e populismo através de uma perspectiva feminista sobre o que se entende por soberania popular.

No penúltimo capítulo, é argumentado como o feminismo atualmente é visto como um inimigo a ser combatido por certos grupos sociais. Dentre as principais contraofensivas que se ocupam na construção desse imaginário, a autora destaca a eclesiástica, moral, econômica e militar.

Dentre vários outros fatores, o discurso da ideologia de gênero se sobrepõe por ser visto como uma ameaça às leis seculares que comandam as sexualidades, a reprodução e a família. Esses fatores se aliam aos interesses neoliberal e neofascista, preponderantes nas últimas eleições presidenciais na América Latina, os quais buscam destacar os valores familiares para mascarar seus reais interesses.

Também converge nesse sentido a relação entre confinamento, dívida e biologia. Isso porque o endividamento, a reprodução e as restrições impostas às mulheres (sobretudo no campo do trabalho) e as críticas às economias popular e feminista, compõem os fatores necessários para a aliança entre neoliberalismo e conservadorismo.

No que se refere à contraofensiva militar, a autora destaca como nos últimos anos tem crescido o número de trabalhadores da segurança pública acusados de feminicídios,



retomando a lógica da crise do homem provedor, e enfatizando como ocorre o cruzamento de diferentes formas de violências contra as mulheres e os corpos feminizados, destacando seu caráter feminicida.

No último capítulo, Gago apresenta suas oito teses sobre a revolução feminista, buscando evidenciar como o movimento atual, a partir da sua multiplicidade de lutas, é capaz de articular uma dinâmica antineoliberal pensada a partir do Sul e da realidade de suas camadas populares. No geral, as teses retomam de forma mais sucinta os argumentos trazidos ao longo de todo o livro, sempre evidenciando o caráter anticapitalista do atual movimento feminista.

Ao final da obra, há também um trecho de uma entrevista com a autora, traduzida para o português como “No centro da revolta global, o feminismo” e publicada no blog Outras Palavras, em novembro de 2019.

O livro é bastante completo em suas análises e argumentos, deixando claro como há diversas formas de violência estruturais e que se interseccionam na sociedade atual, mormente as de caráter econômico que se alinham aos propósitos neoliberais, e também à tendência neofacista dos anos mais recentes, sobretudo na América Latina.

Trazendo a perspectiva feminista, as realidades e bibliografias do Sul, o diálogo trazido se mostra também essencial para a percepção de melhores ferramentas capazes de articular e de (re)pensar as estratégias de luta e resistência feminista, além de compreender que as teorizações não podem se afastar dos corpos que estão envolvidos e resistindo no ambiente social. Assim, pensar os corpos como um território de potência e de luta traz, simultaneamente, força e potência para que o movimento feminista, analisado sob a ótica da greve geral feminista, seja uma ferramenta inclinada às profundas transformações sociais e em variados contextos.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Londres: Harvard University Press, 2015. [Ed. bras.: *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018].

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: corpos, mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo**. Buenos Aires: Tinta Límón, 2018.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo** / Verónica Gago; tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **Huelga de massas, partido y sindicato**. Trad. Nora Rosenfeld e José Aricó. Córdoba: P&P, 1970 [1906]. (Cuadernos Pasado y Presente n. 13) [Ed. bras.: Greve de massas, partido e sindicato. São Paulo: Kairós, 1979].

SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol. 2014.



O COLONIALISMO ONTEM E HOJE
COLONIALISM YESTERDAY AND TODAY



ANNY LETÍCIA DUARTE DE SOUZA⁶²⁷

ANTÔNIO CARLOS LOBATO NERY⁶²⁸

MARÍLIA DE NAZARÉ CORTE NERY⁶²⁹

WILLIAM LIMA DUARTE OLIVEIRA⁶³⁰

O “Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador” é um livro de não ficção escrito por Albert Memmi, publicado em francês, em 1957. No Brasil, foi traduzido pelo filósofo e político brasileiro Roland Corbisier e pela psicóloga Marisa Pinto Coelho, sendo publicado em 1977, no Rio de Janeiro. A obra explora e descreve os efeitos psicológicos do colonialismo sob colonizados e colonizadores. Essa obra, que chegou a ser banida por governos e pela polícia, é considerada um dos estudos mais poderosos e psicologicamente penetrantes, já escritos sobre a opressão colonial. Nela, o autor pormenoriza as mentes do opressor e do oprimido, revelando verdades sobre a situação colonial e suas consequências que surpreendem por serem tão relevantes em um mundo explicitamente devastado por conflitos quanto o eram na década de 1950. Mais de cinquenta anos depois, o texto permanece com uma atualidade assustadora.

⁶²⁷ Graduanda de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: annyleticiaduarte@gmail.com

⁶²⁸ Graduando de Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: antoniocarloss1998@gmail.com

⁶²⁹ Graduanda de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: marilianery0@gmail.com

⁶³⁰ Graduando de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: williamlimaduarte@outlook.com.br



Quanto ao autor, Albert Memmi nasceu em 15 de dezembro de 1920, em Túnis, Tunísia. Faleceu em 22 de maio de 2020, Paris, França. Romancista tunisiano de língua francesa e autor de vários estudos sociológicos que tratam de assuntos acerca da opressão humana, Memmi foi criado na intersecção entre diversas culturas por ter nascido na Tunísia, e ser filho de mãe judia tunisiana, de pai italiano, e ter estudado em escolas francesas. Assim, ele se encontrou, cedo em sua vida, na posição anômala de um judeu entre os muçulmanos, de um árabe entre os europeus, de um morador do gueto entre a burguesia e de um *évolué* (alguém "evoluído" na cultura francesa) em meio à família e amigos ligados à tradição. Foi essa tensão de viver em vários mundos ao mesmo tempo que se tornou o tema do primeiro romance autobiográfico de Memmi, “*La Statue de sel*” (1953; “O Pilar de Sal”, obra pela qual recebeu o *Prix de Carthage* e o *Prix Fénéon*. Romances subsequentes incluídos *Agar* (1955), que trata do problema do casamento misto; “*Le Scorpion*” (1969), um conto intrinsecamente estruturado de introspecção psicológica; e “*Le Désert*” (1977), em que a violência e a injustiça são vistas como respostas antigas à dor e à incerteza da condição humana. Porém, sem dúvidas, sua obra sociológica mais influente foi “*Portrait du colonisé*” (1957; “Retrato do Colonizado”), uma análise das situações tanto do colonizador quanto do colonizado, que contribuem para seu próprio aprisionamento em seus respectivos papéis (SIMON, 2020).

Na primeira parte da obra, Albert Memmi nos apresenta o “colonizador que se recusa e o colonizador que se aceita” como duas faces de uma mesma moeda. Ambos fizeram parte da expedição da colonização, mas perceberam e viveram tal fenômeno sob óticas diferentes.

O colonizador que se recusa figura aquele que chegou à colônia com boa vontade e em busca de emprego, mas foi tomado por espanto ao se deparar com a violenta realidade que ali se instaurava, passando a viver em uma contradição ao negar a si mesmo por causa do colonizado, pois reconhece que é detentor de vários privilégios, e incomoda-se moralmente com isso. Ele também se revolta com a conduta de seus compatriotas, no entanto, isso não anula a sua condição. Então ele pensa em ir embora, mas por diversas razões, inclusive contratuais, ele permanece na colônia, pois

(...) tendo descoberto o escândalo econômico, político e moral da colonização, e não sendo capaz de esquecê-lo, não pode aceitar tornar-se o que se tornaram seus compatriotas; decide ficar, comprometendo-se a recusar a colonização. (MEMMI, 1977, p. 34).

Contudo, há o temor pelo perigo que existe contra aqueles que põem a colonização em risco. Este colonizador que se recusa além de estar em menor número, também seria



considerado um traidor. Ele estaria em perigo, e sabendo disso, não se colocaria em tal situação. Portanto, não se trata de uma recusa violenta ou militante. Trata-se de uma luta mental.

Em contrapartida, o colonizador que se aceita é aquele que tendo consciência de sua posição, procura meios de legitimar as suas ações a fim de se justificar. Este, além de ser opressor, possui uma vocação natural para isso, em razão dos benefícios de nascimento, e das vantagens políticas e econômicas que sua posição na colônia pode lhe oferecer. “Haja o que houver, ele tudo justifica, as pessoas nos cargos e o sistema. Simulando nada ter visto da miséria e da injustiça que entram pelos olhos; empenhado apenas em conseguir seu lugar, obter sua parte.” (MEMMI, 1977, p. 52).

Memmi defende que recusar as práticas colonialistas é necessariamente afastar-se fisicamente destas situações, ou lutar para transformá-las. Apenas perceber e entrar em conflito mental por causa das contradições da colonização não basta, pois esta não deve ser apenas uma forma de pensar, mas de sentir, viver, e trazer para a prática. Boa vontade não é o suficiente, é necessário que o colonizado seja acolhido por aquele que percebe as injustiças. Contudo, ele também compreende que existe uma estrutura pré-estabelecida na qual o sujeito pode fazer parte do grupo opressor, mas não é culpado na sua individualidade.

A Amazônia, por exemplo, tem sido um solo fértil para reflexões sobre o silêncio e o descaso que existe desde os primórdios da colonização. Ao buscar associações com a sua própria cultura, o europeu gerou distorções variadas causando genocídio e os mais diversos tipos de maus tratos aos povos amazônicos, e isso reverbera até os dias de hoje, pois, além de ser uma região dotada de alta vulnerabilidade socioeconômica, é a terra onde vários povos tradicionais residem e lutam pelo reconhecimento de suas identidades. Assim, houve uma perpetuação das desigualdades étnico-raciais nas quais se percebem novas formas de colonialismo.

Diante deste cenário, identifica-se a existência de vários colonizadores de boa vontade, porém, o seu silêncio chega a ser opressor, pois não se combate preconceito e racismo apenas com silêncio e mal-estar. É inaceitável a naturalização das mortes de corpos negros nas periferias, das desigualdades existentes, e do etnocentrismo arraigado aos povos tradicionais da Amazônia.

O colonizador que se aceita também faz parte da atual conjuntura em outras formas, como na política, no setor econômico, jurídico, institucional, cultural, etc. Grande parte daqueles que gozam de vantagens de todos os tipos acabam se negando a ver a



realidade à sua frente, e por vezes causam o agravamento da situação de indivíduos socialmente mais vulneráveis. Sabemos que a sociedade brasileira naturalizou a hierarquia na qual pessoas brancas são consideradas naturalmente melhores posicionadas socioeconomicamente. Isso se deu pela superioridade branca a partir da lógica da escravização, gerando a marginalização da população negra e os privilégios da população branca ao longo da história.

O autor menciona que um dos traços mais marcantes do colonizador que se aceita é a mediocridade. Pois, ao se pensar em uma elite espera-se que ela seja composta por pessoas muito capazes, quando na realidade, uma grande parte delas não merecem os títulos que têm que as fazem conhecidas. Há uma quebra de expectativa ainda que essas pessoas ocupem os melhores lugares. A partir disso, é possível fazer uma relação com o negacionismo em relação à natureza amazônica, aos povos tradicionais e ao próprio racismo.

Na segunda parte da obra, “o retrato do colonizado”, Memmi apresenta esse processo de mistificação do colonizado e suas situações perante o olhar do colonizador.

Albert Memmi trata desse retrato mítico, que é a imposição de uma imagem do colonizado que parte da perspectiva do colonizador, e é justamente nesse ponto que o autor vai falar sobre o que ele denomina de *retrato-acusação*, no qual o traço da preguiça parece ser a imagem que o colonizador impõe para o colonizado. Como bem aponta Memmi, “nada poderia legitimar melhor o privilégio do colonizador que seu trabalho; nada poderia justificar melhor o desvalimento do colonizado que sua ociosidade” (MEMMI, 1977, p.78), então, para o colonizador, o retrato mítico do colonizado reflete a imagem de um ser preguiçoso, por não se adequar e não querer ser subjugado às práticas colonialistas impostas pelos colonizadores.

Sendo assim, a preguiça transfigura-se na essência do colonizado em que, para Memmi (1977, p. 79) “(...) torna-se evidente que o colonizado, seja, qual for a função que assumo, seja qual for o zelo que manifeste, nunca seria nada mais do que um ser preguiçoso”. Essa representação culmina na autoaceitação do colonizado, no qual esse retrato mítico e difamante provoca, em certa medida, a aceitação dessa imagem, o que contribui para o retrato real do colonizado. Esse mecanismo é chamado pelo autor de mistificação, que nada mais é do que essa autoaceitação ao ponto de confirmar e justificar a conduta do colonizador de impor essa imagem sobre eles.

Essas concepções de *retrato-acusação* e *mistificação* poderiam muito bem servir ao caso brasileiro, que sofreu o processo de colonização quando os portugueses aqui



aportaram e geraram uma imagem acerca dos índios como indolentes e preguiçosos. Tal imagem foi construída pelos colonizadores frente a recusa desses povos em ocupar a posição de escravos ou subalternos. O próprio termo índio se origina de um erro histórico, como pontua Lima (1999, p. 12) “(...) foi apenas uma categoria genérica de identificação utilizada pelos brancos e não tinha relação com as identidades dos povos indígenas aos quais se referia”, que acabou sendo aceito pelos povos que aqui residiam, fato que leva a pensar nesse processo de mistificação, da aceitação dessa imagem imposta e desse rótulo de autoidentificação.

Outro ponto em destaque nessa segunda parte é sobre a *amnésia cultural*, em que o colonizado tem o seu futuro proibido e o seu presente limitado até mesmo por ele próprio. Ele vê seu passado sendo perdido, ficando condenado a perder progressivamente a memória. Como bem explicita Memmi (1977), a memória do indivíduo é o fruto de sua história e a de um povo apoia-se nas suas instituições. Nesse sentido, reside aqui a resposta que explica as motivações para que o povo colonizado esteja perdendo sua memória, justamente porque suas instituições encontram-se mortas, e aquelas que ainda se mantêm vivas, o colonizado não acredita mais nelas, pois todo o dinamismo social é feito pelas instituições do colonizador, então os limitados “(...) traços materiais, enfim, desse passado, apagam-se lentamente e os vestígios futuros não trarão mais a marca do grupo colonizador.” (MEMMI, 1977, p. 95).

Encaminhando-se para o final de sua obra, Memmi pontua dois elementos referentes a ação dos colonizados: a assimilação e a revolta. O primeiro momento é relacionado ao processo de introdução de características do colonizador no colonizado, isto é, características culturais. O segundo momento liga-se ao processo de alteração do movimento inicial do colonizado. Se antes buscava se aproximar do colonizador, agora busca se afastar desse agente e voltar a valorizar suas tradições e costumes. Dito de outro modo, conforme o autor, "colonizado tenta ou tornar-se outro, ou reconquistar todas as suas dimensões, das quais foi amputado pela colonização" (MEMMI, 1977, p. 106). Sucessivamente, portanto, assimilação e revolta.

Sobre a questão da assimilação, Memmi argumenta que o colonizado dentro da condição colonial que lhe foi imposta busca seguir um modelo: o do colonizador. Tal modelo é formado de atributos valorosos, dos quais o colonizador vivencia. Pois o colonizador “(...) não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, goza de todos os bens e se beneficia de todos os prestígios; dispõe de riquezas e de honrarias, da técnica e da autoridade" (MEMMI, 1977, p. 106-107). Dentro de tal situação complexa,



o colonizado "recusa-se a si mesmo", como atesta o autor, evidenciando que esse afastar-se de si mesmo e o amor por tudo que é do outro são características daquele aspirante a assimilação.

Todavia, dentro desse quadro esboçado, uma problemática existe: é impossível a assimilação. Mas por qual motivo? Memmi responde o seguinte. O principal fator responsável pela impossibilidade de assimilação foi a condição colonial instituída, pois, para tal feito, seria necessária alteração de toda relação colonial construída, já que poderia, por exemplo, "(...) condenar os privilégios coloniais, os direitos exorbitantes dos colonos e dos industriais, pagar humanamente a mão de obra colonizada, promover jurídica, administrativa e politicamente os colonizados, industrializar a colônia (...)" (MEMMI, 1977, p. 110-111).

Não conseguindo se assimilar é que o colonizado se revolta por toda situação que lhe foi imposta. Nesse prisma, a revolta tem o sentido de busca por "(...) uma ruptura e não um compromisso (...)" (MEMMI, 1977, p. 111), logo, o colonizado que teve tudo negado, suas tradições, costumes e crenças, agora coloca em um plano mais elevado tudo que é referente a sua cultura que tanto foi fustigada a ser apagada e silenciada. "Assiste-se, então, a uma inversão dos termos. Renunciando à assimilação, a libertação do colonizado deve efetuar-se pela reconquista de si mesmo e de uma dignidade autônoma" (MEMMI, 1977, p.112).

Dentro dessa situação específica que é complexa e delicada, o autor faz uma pequena distinção entre o racismo e a xenofobia do colonizado e racismo e xenofobia do colonizador, atestando que "(...) o racismo europeu moderno detesta e despreza mais do que teme, o do colonizado teme e continua a admirar. Em resumo, não é um racismo de agressão, porém de defesa" (MEMMI, 1977, p.114). Além disso, no plano da ação o colonizado agora, dado que sempre foi tratado como sendo aquele que detinha menos direito que os outros, busca se diferenciar de tudo e de todos. Nesse sentido, Memmi afirma que o colonizado busca a sua língua novamente, retoma a sua crença antes deixada de lado, tudo buscando afirmar-se, voltar para si mesmo.

Sobre a questão da assimilação e revolta cabe pontuar algumas aproximações com o contexto amazônico. Para tal feito, Violeta Loureiro (2012) serve-nos, especialmente do ponto de vista econômico. Em seu texto denominado "A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento", a autora apresenta a ideia do desenvolvimento, a dinâmica econômica na região e as transformações oriundas do capitalismo introduzido nesse espaço, além de apontar novas formas de desenvolvimento. Assim, em um trecho



específico do texto a autora apresenta visões sobre a região que são estereotipadas e representam a Amazônia de modo errado, que descredibiliza a população amazônica, situando esse ambiente como um local atrasado, diante disso, que deve ser desenvolvido.

No âmbito do capitalismo voraz, isso pode ser descrito como: exploração dos seus recursos naturais, destruição ambiental, conflitos que germinam entre os detentores do capital e as populações locais, gerando morte e genocídio das populações tradicionais que têm nessas regiões exploradas o ambiente de morada. Isso tudo evidencia o mecanismo utilizado pelos donos do capital para diminuir a região através de falas e discursos falsários que acabam, por vezes, sendo introduzidos na mente das populações locais, influenciando na alteração da dinâmica de vida, na economia.

No decorrer desse processo, "aceitam" (imposição!) a instituição de grandes latifúndios na região amazônica, atividades econômicas que geram destruição ambiental como a agropecuária, exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal, mineração etc. Ou seja, supõe-se aqui uma aproximação com o que seria o processo de tentativa de assimilação por parte de parcela de sujeitos amazônicos daquilo que economicamente é apregoadado pela ideologia desenvolvimentista, pelo capitalismo como único caminho a ser seguido por todos. Único. Melhor. Todavia, e sugere-se aqui, em uma analogia com a argumentação de Memmi, que surge daí a revolta, uma tentativa de voltar ao que era antes, de seguir uma via própria. É nessa órbita que se pode mencionar as ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, propostas, portanto, que são contrárias ao que é hegemônico.

Loureiro (2012) cita em seu texto o desenvolvimento alternativo que, grosso modo, é norteado por ideias que respeitam as populações tradicionais, caminhos de desenvolvimento que visam a inclusão social e a sustentabilidade, que buscam efetivar uma relação solidária entre o Estado e as populações locais/tradicionais. Outras alternativas também podem ser mencionadas como o "*buen vivir*". Sentidos que podem, até certo ponto, ser equiparados a uma ideia de revolta, a uma tentativa de voltar a si mesmo do ponto de vista econômico, mas também político-social.

Nesse sentido, "a Amazônia plural e polissêmica nos sentidos culturais, étnicos, econômicos, linguísticos e políticos, foi e ainda é palco de narrativas hegemônicas marcadas pelo prisma da visão colonizadora" (ALBUQUERQUE, 2016). Conquistada pela lógica capitalista e colonial, a Amazônia e os povos habitantes foram influenciados historicamente pelo olhar eurocêntrico desde os momentos inaugurais da colonização do chamado Novo Mundo até os dias atuais. Memmi, ao longo de sua obra, discute essas



narrativas da conquista, discursos da colonização e a invenção do outro coisificado ou apresentado como alteridade inferior e subalterna.

Em face do que foi exposto e discutido a respeito da obra, sugere-se que o livro seja lido pelos interessados do meio acadêmico em entender os aspectos psicológicos e sociológicos advindos a partir da experiência colonial instituída pela Europa sobre nações dos continentes americano, e, especificamente, o africano. Mergulhar no estudo da temática do colonialismo é de fundamental importância para entender as mazelas que se originam na sociedade humana quando se explora povos e territórios. Além disso, serve como ferramenta para o entendimento dos resquícios contemporâneos de tal fenômeno sócio-histórico. Notadamente, a questão proposta por essa obra insere-se como objeto de análise da Sociologia e da Psicologia.

Data de Submissão: 04/02/2022

Data de Aceite: 05/05/2022

Referências

KREUZ, Débora Strieder. A Relação Colonial e a Luta pela libertação nacional em Albert Memmi e Frantz Fanon. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 9, nº. 23, jan./jul. 2020.

LIMA, Deborah de Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAIA**, Pará, vol. 2, nº 2, p. 532, dezembro, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2º ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1977. 133 p.

SILVA, Francisco Bento da; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Narrativas e Amazonialismo: representações da Amazônia nos relatos de viagens de Paul Walle. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 82, pp. 43-63, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-03>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SIMON, Catherine. Albert Memmi, écrivain et essayiste, est mort. **Le monde**. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2020/05/24/mort-de-l-ecrivain-et-essayiste-albert-memmi_6040604_3382.html. Acesso em: 30 abr. 2022.

O FENÔMENO DA REVOLTA DA VACINA NA VISÃO DE NICOLAU SEVCENKO

THE PHENOMENON OF THE VACCINE REVOLT IN NICOLAU SEVCENKO'S VIEW



DANILO MENDONÇA⁶³¹

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do coronavírus. A disseminação do vírus ao redor do globo culminou em milhões de mortes e uma quantidade enorme de enfermos devido à rápida disseminação do vírus numa sociedade complexa e globalizada. Além do quadro sanitário extremamente grave, a pandemia impactou de maneira extremamente brusca a economia mundial causando uma série de mudanças econômicas, renovando os hábitos de consumo e alguns setores econômicos adotando o home-office, quando possível. Escolas e universidades foram fechadas em diversas localidades no mundo para tentar frear a curva de contaminação do vírus.

Com este grave cenário social e econômico, a expectativa por uma vacina foi extremamente alta, visando minimizar ao máximo os impactos da pandemia. Como outrora, doenças como a varíola, poliomielite e o tétano, conseguiram ser controladas graças a processos de vacinação em massa.

Dado esse cenário, episódios históricos passaram a ser rememorados pela comunidade histórica durante a pandemia da COVID-19, como a gripe espanhola de 1918 e a gripe asiática na década de 1950 foram lembradas como momentos de adversidades pandêmicas que a humanidade já enfrentou ao longo de sua história. Um livro para entender um momento histórico de grave quadro sanitário no Brasil, é *A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes* do historiador, professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e colunista do jornal paulista *Folha de São Paulo*, Nicolau Sevcenko. O autor tem como escopo o evento da Revolta da Vacina, uma rebelião ocorrida na então capital federal Rio de Janeiro, em meio a um surto de varíola ocorrida no ano de 1904 sob a presidência do paulista Rodrigues Alves. Nicolau foca-se nos choques e embates travados pelos principais atores

⁶³¹ Estudante de graduação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço de e-mail: danilomendonca999@gmail.com



políticos da revolta. Para retratar o momento, Nicolau adotou como fonte diversos jornais da época e a produção literária que remetia ao cotidiano carioca na virada do XIX para o XX.

No livro, Sevcenko rememora alguns dos fatos que culminaram na turbulenta semana que causou uma séria instabilidade no governo de Rodrigues Alves e que continha ares de ruptura institucional. A obra conta com cento e trinta e seis páginas composta por quatro capítulos, além de uma conclusão do acontecimento histórico elaborada pelo autor. Inicia-se o livro rememorando o forte contexto de oposição presente no governo de Rodrigues Alves, que já se inicia desgastado por ser herdeiro político do ex-presidente, também paulista, Campos Salles, que redirecionava boa parte da máquina pública brasileira aos interesses dos cafeeiros paulistas em detrimento de outros setores econômicos, como o industrial e o de serviços. Essa predileção por governar com a máquina estatal para este segmento do empresariado - da qual Campos Salles compunha - terminou com um governo inadimplente com os empréstimos públicos feitos por Salles e impopular sendo encerrado por um forte coro de vaias em sua saída do Rio de Janeiro.

Com um início de gestão já desgastado, Rodrigues Alves no seu segundo ano de governo, teve de enfrentar o difícil momento que o país atravessava graças a um surto de varíola. Como o Rio de Janeiro, era a cidade mais moderna do país e a capital federal no contexto, além de responsável por boa parte do escoamento dos produtos brasileiros para o exterior - e também de recebimento de importações - a cidade foi fortemente atingida pela disseminação da doença viral. Visando diminuir os impactos da doença na cidade, o governo ancorou-se no uso da vacina como a saída segura para o controle da doença no município, assegurada na figura do respeitado médico sanitário Oswaldo Cruz.

Porém, como indicado por Sevcenko, no momento havia uma forte oposição ao governo de Rodrigues Alves. A oposição, embora acreditasse no benefício da vacina, era contrária a maneira 'autoritária' que o governo defendia a aplicação da vacina. Porém, Sevcenko, demonstra que nomes de notórios ilustrados como o de Rui Barbosa, que temiam algum efeito colateral que a vacina pudesse exercer. Tentando obstruir a obrigatoriedade da vacinação, a oposição passou a criar emendas sobre a lei e atrasando sessões para que o projeto governista fosse descartado. Pela vontade de fazer a lei funcionar, Rodrigues Alves toma uma medida drástica de impor a lei de maneira unilateral. Sobre o acontecimento, Sevcenko, adiciona:

O regulamento era extremamente rígido, abrangendo desde recém nascidos até idosos, impondo vacinações, exames e reexames, ameaçando com multas pesadas e demissões sumárias, limitando os espaços para recursos, defesas e



omissões. O objetivo era uma campanha massiva, rápida, sem quaisquer embaraços e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo. Não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela. (Sevcenko, 2018, p.10)

Essa falta de sensibilidade política abriu caminho para que a oposição radicalizasse contra as medidas tomadas por Rodrigues Alves e seu corpo técnico, na figura de Oswaldo Cruz. A população carioca, foi à rua protestar contra essa medida do governo presidencial, organizando uma série de protestos com piquetes e obstrução de vias públicas, destruindo patrimônio público como bondes, luminárias, delegacias e repartições públicas. Aproveitando-se do momento de insurreição por parte da população, um grupo de militares tentou depor o presidente Rodrigues Alves por meio de um levante golpista. Porém, o movimento foi sufocado pelo governo garantindo a permanência de Alves na presidência e a punição dos desertores.

Com o movimento tendo sido sufocado dentro do próprio corpo estatal, o governo passa a se concentrar em reprimir os manifestantes, que faziam uma resistência muito aguerrida contra o governo e de difícil dispersão. Para tentar um ultimato contra os revoltosos, o governo usa outras forças do poder estatal de força, como o Exército e a Marinha para conseguirem reprimir os revoltosos. Esse forte processo de repressão aos manifestantes condicionou para uma quantidade considerável de mortos pelo Estado, além de centenas de prisões. Apesar de reprimido, o movimento conseguiu que a opinião pública fosse empática aos manifestantes e as perdas humanas e de patrimônio da cidade, fazendo com que houvesse certa comoção em relação ao movimento. Dado esse novo desgaste na opinião pública, o governo retira a lei de obrigatoriedade pela vacina tornando-a facultativa.

Um dos pontos mais interessantes na leitura de Sevcenko está na fuga dos estereótipos em torno do movimento, que em muitas vezes é associada com a uma “ignorância média” da população carioca nesse período, que não aceitava os “avanços da civilidade”, conclusão marcada até mesmo pelo nome em que o movimento se torna conhecido.

Para além dessa desconstrução do estereótipo, Sevcenko explora o outro lado da aparente “boa vontade” entre o governo federal e o prefeito Francisco Pereira Passos, que usavam a retórica do combate da varíola para aproveitar e promover o higienismo no município. As condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro eram extremamente atrasada em diversos segmentos da vida urbana, como é o caso do saneamento básico.



Essa falta de infraestrutura e higiene é um cenário extremamente propício para o surto de uma série de doenças. A cidade precisava passar por uma série de mudanças na área de infraestrutura pública para prevenir novas doenças. Com essa narrativa de preocupação com o sanitarismo da cidade e a saúde da população, o governo de Rodrigues Alves aproveita-se dessa retórica para um processo de modernização da cidade - porém que excluiria uma parcela considerável da sociedade carioca.

Com o intuito de demonstrar os problemas de modernização da sociedade, Sevcenko usa a questão do porto do Rio de Janeiro para elucidar a situação da infraestrutura brasileira nesse contexto:

Na realidade, não bastava que a nação estivesse pacificada sob o poder civil, como conseguiu Prudente de Moraes, ou que estivesse com as finanças recuperadas, conforme o esforço de Campos Sales, para que os capitais e recursos estrangeiros afluíssem abundantemente ao Brasil. Havia ainda outros obstáculos, e de igual monta, que entravavam o livre acesso dos estrangeiros ao nosso meio, e o dos nossos investidores aos seus recursos. O primeiro deles era sem dúvida o porto do Rio de Janeiro. Apesar de ser o porto mais importante do país, e o terceiro em movimento de todo o continente americano, ele apresentava ainda uma estrutura antiquada e restrita, absolutamente incompatível com a sua situação de pólo energético e catalisador de toda atividade econômica nacional. Os limites do cais e a pouca profundidade impediam a atracação dos grandes transatlânticos internacionais, que ficavam ancorados ao largo, obrigando a um complicado, demorado e custoso sistema de transbordo das mercadorias e passageiros para embarcações menores. (Sevcenko, 2018, p.31)

Melhorar a infraestrutura do porto em si, resolveria apenas um dos gargalos da logística da cidade. Esta melhoria só faria sentido se dialogasse com o restante do município, com melhorias nas ruas e avenidas. Como anteriormente citado, a retórica de melhorias no âmbito sanitário é utilizada para fazer grandes reformas estruturais na cidade. Sevcenko demonstra que as avenidas centrais do município foram alargadas, pensadas como alamedas dialogando arquitetonicamente com cidades europeias como Paris. Esse alargamento das avenidas tornaria muito mais difícil o uso de piquetes, trincheiras urbanas e obstruções por inviabilizando essa tática dos manifestantes.

Para que essa mudança urbanística na cidade do Rio de Janeiro ocorresse, uma série de demolições e desapropriações foram necessárias, especialmente das populações tradicionais menos abastadas da região central que se concentravam em cortiços e pensões voltadas para população de menor poder aquisitivo. Esse novo projeto culminou com o processo de periferização de uma parte considerável da população tradicional do centro carioca, trazendo um processo de higienismo marcado por interesses da especulação imobiliária. Esse olhar de Sevcenko sobre o higienismo da cidade do Rio de Janeiro dialoga até hoje com os problemas e desigualdades encontrados no município, como a



submoradia, déficit habitacional e a própria especulação imobiliária.

Neste breve trabalho de Nicolau Sevcenko, publicado originalmente no ano de 1984, o livro trata de vários assuntos pertinentes como citados ao longo do artigo. Sevcenko consegue perseguir ao longo de seu texto os impactos de uma breve semana de 1904 e seus efeitos ao longo das últimas décadas na formação da história brasileira sem galgar-se de estereótipos e generalismos, utilizando como fontes documentais jornais e literatos como Lima Barreto, Machado de Assis e Monteiro Lobato. Um trabalho importante para não só interpretar o movimento histórico, mas também compreender a repressão do Estado de um movimento social durante a República Velha e entender uma das origens da atual configuração da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, a obra consegue contribuir com um novo olhar dentro da historiografia sobre o evento da Revolta da Vacina e o governo de Rodrigues Alves, além de permitir uma leitura sobre a organização urbanística carioca, permitindo além de olhar o fato principal da revolta popular, outras perspectivas da vida urbana que possuem impacto até os dias contemporâneos.

Data de Submissão: 07/06/2021

Data de Aceite: 27/02/2022

Referências Bibliográficas

BRESCIANI, M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMPILLO, N. As doenças infecciosas derrotadas graças às vacinas. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55354546>>. Acesso em: 4 de junho de 2021

CARDOSO, A. **Meio ambiente e moradia: discutindo o déficit habitacional a partir do caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Anais, p. 1671-1703, 2016.

CASTRO, R. **Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20**. São Paulo: Companhia Das Letras: 2019.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CRAMER, M. The global death toll from Covid-19 is nearing 3 million. The New York Times. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2021/04/16/world/global-death-toll.html>>. Acesso em 4 de junho de 2021.

CRESCÊNCIO, C. **Revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos**. In.: BIBLOS, v. 22, n. 2 (2008); 57-73, v. 24, n. 2, p. 73-57, 2018.

FERREIRA, A. **Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros**. In.: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 19, 2009.

NASCIMENTO, L. **"Avessos da Belle Époque: Os revoltosos da vacina deportados para a Amazônia"**. In.: Recorte, v.10, n.2, 2013.

PORTO, M. **"Uma revolta popular contra a vacinação"**. In.: Ciência e cultura, v. 55, n. 1, p. 53-54, 2003.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. SciELO-Editora UNESP, 2018.

